23, 24 e 25 de outubro

25 Comic

UNI-RN: 25 anos de ações inovadoras para o desenvolvimento de Natal

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra

UNI-RN

23, 24 e 25 de outubro

25 Comic

UNI-RN: 25 anos de ações inovadoras para o desenvolvimento de Natal

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra

UNI-RN

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNI-RN:

CONIC 2025

NATAL/RN
2025

ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNI-RN:

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNI-RN
Rua Prefeita Eliane Barros, 2000 – Tirol – Natal/RN – CEP 59.014-540
Portal de Revistas: http://revistas.unirn.edu.br

Catalogação na Publicação – Biblioteca do UNI-RNSetor de Processos Técnicos

C759 Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (25: 2025: Natal, RN).

Anais do Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN: desafios contemporâneos da educação, Natal (RN), 23 a 25 de outubro de 2025. – Natal: UNI-RN, 2025.

2 v. (I. 429 f.; II. 499 f.)

ISSN 2596-2892 (edição online)
ISSN 2446-5089 (edição impressa)

(Ciências Sociais, Exatas e da Terra; v.1, Ciências da Saúde; v.2)

1. Educação – Resumos. 2. Saúde – Resumos. 3. Pesquisa – Resumos. 4. Iniciação Científica – Resumos. I. Centro Universitário do Rio Grande do Norte. II. Título.

RN/UNI-RN/BC CDU 001(063)

Fernando Roberto Brandão da Silva (CRB 15/383)

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

CONSELHO DIRETOR E CHANCELARIA

Presidente da Liga de Ensino do RN – Dr. Manoel de Medeiros Brito
Chanceler do UNI-RN – Dr. Manoel de Medeiros Brito

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO UNI-RN
DIREÇÃO GERAL, ASSESSORIA E APOIO ESTRATÉGICO

Reitor – Prof. Daladier Pessoa Cunha Lima
Vice-Reitora – Profa. Angela Maria Guerra Fonseca
Assessoria de Comunicação – Zilene dos Santos Costa
Assessoria do Reitor – Maura Marjorie Gomes Nogueira
Biblioteca – Helena Maria da Silva Barroso
Gerente de Marketing: Allan Almeida
Prefeitura do Campus – Josefa Arioene Medeiros
Secretaria Geral – Suelio Silvestre dos Santos

ÁREA ACADÊMICA

Pró-Reitoria Acadêmica – Profa. Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Controle Acadêmico – Patrícia Falcone Pessoa
Coordenação Estágios e Convênios – Prof. Alcir Veras da Silva
Coordenação dos Cursos de Administração – Prof. Domingos Carvalho de Souza
Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo – Profa. Camila Furukava
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis – Prof. Domingos Carvalho de Souza
Coordenação do Curso de Direito – Profa. Úrsula Bezerra e Silva Lira
Coordenação do Curso de Engenharia Civil – Prof. Fábio Sérgio da Costa Pereira
Coordenação do Curso de Sistema de Informação – Profa. Cristiane Clébia Barbosa
Coordenação do Curso de Educação Física – Profa. Sônia Cristina Ferreira Maia
Coordenação do Curso de Enfermagem – Profa. Juliana Raquel Silva Souza
Coordenação do Curso de Fisioterapia – Prof. Robson Alves da Silva
Coordenação do Curso de Nutrição – Profa. Carina Leite de Araújo Oliveira
Coordenação do Curso de Psicologia – Profa. Adriana Coura Feitosa Lopes
Comissão Própria de Avaliação – Prof. Werner Farkatt Tabosa
Educação e Gestão Ambiental UNI-RN Sustentável – Mariana Medeiros de Araujo Nunes
Estudos Transdisciplinares – Profa. Wannise de Santana Lima
Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação – Prof. Aluisio Alberto Dantas
Núcleo de Extensão Universitária – Mariana Medeiros de Araujo Nunes
Programa de Monitoria – Prof. Eduardo Henrique Cunha de Farias

ÁREA ADMINISTRATIVA

Pró-Reitoria Administrativa – Mário Henrique Cardoso de Sá Leitão
Setor de Informática – Francisco das Chagas da Silva
Setor de Recursos Humanos – Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Setor de Contabilidade – Mário Henrique Cardoso de Sá Leitão
Setor de Serviços Gráficos – Wantoilton Albuquerque

COMISSÃO CIÊNTÍFICA DO XXIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNIRN

Aluísio Alberto Dantas – Coordenação Geral
Eduardo Henrique Cunha de Farias – Coordenação Científica
Cristiane Clébia Barbosa – Assessoria

COMITÊ DO XXIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNIRN

Adriana Coura Feitosa Lopes
Adriana Gomes Medeiros de Macedo Dantas
Alcir Veras da Silva Alessandra Silva de Oliveira Martins
Alexandre Luiz Galvão Damasceno
Aluísio Alberto Dantas
Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Angela Maria Guerra Fonseca
Camila Furukava Carina Leite de Araújo Oliveira
Domingos Carvalho de Souza
Édson Luiz Amaral de Oliveira
Eduardo Henrique Cunha de Farias
Fábio Sérgio da Costa Perreira
Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Fernando Roberto Brandão da Silva
Francisco das Chagas da Silva
Helena Maria da Silva Barroso
José Marcelo as Silva Rodrigues
Josefa Arioene Medeiros Dantas
Juliana Raquel Silva Souza
Larissa Inês da Costa
Mariana Medeiros de Araujo Nunes
Mário Henrique Cardoso de Sá Leitão
Maura Marjorie Gomes Nogueira
Patrícia Falcone Pessoa
Paulo Sergio Santa Rosa Castim
Robson Alves da Silva
Romeica Cunha Lima Rosado Batista
Úrsula Bezerra e Silva Lira
Wannise de Santana Lima Wantoilton Albuquerque
Werner Farkatt Tabosa
Zilene dos Santos Costa

APRESENTAÇÃO

É crescente o êxito dos congressos de iniciação científica, a cada ano. No UNI-RN, a iniciação científica tem uma característica especial, pois faz parte do próprio projeto institucional. Através dessa atividade, o processo ensino/aprendizagem sai da mesmice, no sentido de incentivar os alunos por novos conhecimentos. Ela é fundamental na manutenção do “learning environment”, ou seja, de um ambiente institucional, não restrito à sala de aula, que favoreça uma formação acadêmica de qualidade superior.

Mais uma vez, o CONIC 2025 foi um sucesso. O evento representa o apogeu de vários meses de trabalho, de pesquisas, de estudos, com alunos e professores em interação intelectual efetiva. Parabéns aos organizadores, aos incentivadores e, principalmente, aos autores dos trabalhos científicos e culturais apresentados durante o 25º CONIC, cujos resumos estão presentes neste compêndio, o qual é uma prova inequívoca do elevado padrão acadêmico do UNI-RN.

Natal, outubro de 2025

Daladier Pessoa Cunha Lima

Reitor do UNI-RN

PROFESSORES ORIENTADORES DOS TRABALHOS

ÁREA DE CONHECIMENTO	ORIENTADORES	
ADMINISTRAÇÃO	*Adriano Macêdo dos Santos* *Catarina da Silva Souza* *Cristiane Clébia Barbosa* *Everlane Ferreira Moura* *Everton da Silva Rocha*	
ARQUITETURA E URBANISMO	*André Felipe Moura Alves* *Camila Furukava* *Debora Nogueira Pinto Florencio* *Marcela de Melo Germano da Silva Jankovic* *Miss Lene Pereira da Silva*	*Raissa Camila Salviano Ferreira* *Sandra Albino Ribeiro* *Suerda Campos da Costa* *Yuri Simonini Souza*
CONTABILIDADE	*Cristiane Clébia Barbosa* *Everton da Silva Rocha* *Thereza Angélica Bezerra de Souza*	
DIREITO	*Adriana Gomes Medeiros de Macedo* *Alan Monteiro de Medeiros* *Ana Maria de Araújo Ananias* *Ângelo José Menezes Silvino* *Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares* *Everlane Ferreira Moura* *Everton da Silva Rocha* *Fabio Fidelis de Oliveira* *Felipe Douglas da Silva* *Humberto Lima de Lucena Filho* *José Eduardo de Almeida Moura*	*Marcelo Henrique de Sousa Torres* *Marcelo Maurício da Silva* *Marco Aurélio de Medeiros Jordão* *Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos* *Rasland Costa de Luna Freire* *Ricardo César Ferreira Duarte Junior* *Rosangela Maria R. M. Mitchell de Morais* *Sandresson de Menezes Lopes* *Ursula Bezerra e Silva Lira* *Vinicius Augusto C. Maniçoba de Souza* *Walber Cunha Lima*
ENGENHARIA CIVIL	*Anderson Albino Ferreira* *Ariadne Souza Silva* *Carlos Gomes de Moura* *Cristiane Clébia Barbosa* *Everton da Silva Rocha*	*Fábio Sérgio da Costa Pereira* *Leaivlam Rodrigues de Lima* *Suerda Campos da Costa* *Werner Farkatt Tabosa*
INFORMÁTICA	*Álisson de Oliveira Alves* *Cristiane Clébia Barbosa* *Everton da Silva Rocha* *José Lucas de Paiva Victor* *Matheus Vitor de Andrade Pedrosa*	
PÓS GRADUAÇÃO CONTABILIDADE	*Everton da Silva Rocha*	
PÓS GRADUAÇÃO DIREITO	*Ângelo José Menezes Silvino* *Marcelo Maurício da Silva* *Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza:*	

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO

SUBSOIL CONTEINERES ANALISE E DIAGNOSTICO 39

A CONTRIBUIÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA A GESTÃO ORGANIZACIONAL 40

ADMINISTRAÇÃO MERCADOLÓGICA E COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: UM ESTUDO DE CASO PRÁTICO 41

ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING E DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR DA EMPRESA SUPERZON (NATAL FILTROS COMÉRCIO DE PURIFICADORES LTDA-EPP) 42

ANÁLISE DE MARKETING E COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR DO SUPER SHOW ALTO ALVORADA 43

ATELIER THIAGO ALMEIDA: ANÁLISE E DIAGNÓSTICO EMPRESARIAL 44

BRASIL EMBALAGENS: DIAGNÓSTICO DE MARKETING E COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR 45

BURNOUT EM MÉDICOS 46

BURNOUT EM MÉDICOS 47

CENTRO AVANÇADO EM FISIOTERAPIA ESPORTIVA LTDA 48

DEPRESSÃO EM DONOS E GERENTES DE EMPRESAS 49

DIAGNÓSTICO DE MARKETING E COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR – HEST 50

EMPRESA QUIOSQUE VIP: ANÁLISE DE MARKETING E COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR 51

ERA DIGITAL NAS EMPRESAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A GESTÃO CORPORATIVA 52

FLORÂNIA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA MINERAL 53

IDADE ATIVA: PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR PARA O PÚBLICO 50+ 54

JUVENTUDE, TRABALHO E DEPENDÊNCIA QUÍMICA: PERSPECTIVAS DE PREVENÇÃO E ACOLHIMENTO 55

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO SÃO JOSÉ 56

O EFEITO DO BURNOUT NA SAÚDE MENTAL E DESEMPENHO DE PROFISSIONAIS DE VENDAS 57

O IMPACTO DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA COMPETITIVIDADE DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS 58

SUMÁRIO

O IMPACTO DO HOME OFFICE NA MOTIVAÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS COLABORADORES. 59

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA DOS ESTAGIÁRIOS 60

PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR PARA MÉDICOS RESIDENTES: UMA INTERVENÇÃO INTEGRADA DE PROMOÇÃO DE SAÚDE OCUPACIONAL 61

PROJETO DE EXTENSÃO JAILSON PELÍCULAS 62

RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO EMPRESARIAL 63

SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: FOCO NA SÍNDROME DE BURNOUT EM MÉDICOS 64

TAG – TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA 65

USO PROBLEMÁTICO DE REDES SOCIAIS E ANSIEDADE EM ADOLESCENTES BRASILEIROS: O PAPEL DO MEDIADOR DO FOMO 66

ARQUITETURA

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL 69

ÁTRIOS CONTEMPORÂNEOS NO SEMIÁRIDO: ADAPTAÇÃO DO MODELO ROMANO DE CAPTAÇÃO PLUVIAL PARA AS CASAS DO SEMIÁRIDO DO NORDESTE 70

A ARQUITETURA COMO EXPRESSÃO DO PODER: DA MONUMENTALIDADE ROMANA À SELETIVIDADE CONTEMPORÂNEA 71

A ARTETERAPIA COMO DIRETRIZ PROJETUAL DE UM ARTCENTER: ANTEPROJETO DE UM CENTRO DE ARTES PARA IDOSOS, EM NATAL/RN 72

A MADEIRA DA CAATINGA E O MUXARABI: IDENTIDADE, TRADIÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA ARQUITETURA NORDESTINA 73

A MASSIFICAÇÃO DO COMPORTAMENTO SOCIAL, SUAS CARACTERÍSTICAS NA ARQUITETURA E CONSEQUÊNCIAS NA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO 74

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM PIRANGI DO NORTE: DO VERANEIO À MERCANTILIZAÇÃO DO LITORAL 75

AFETO: A DIMENSÃO INVISÍVEL DO ENSINO-APRENDIZAGEM NA UNIVERSIDADE 76

ALMA – AMBIENTE LIVRE PARA MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS: ANTEPROJETO DE UM COMPLEXO

SUMÁRIO

CULTURAL NA CIDADE DE NATAL-RN 77

ANÁLISE MORFOLÓGICA DA SUBÁREA NO BAIRRO DE CANDELÁRIA COM ESTUDOS DE EVOLUÇÃO, 78

ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA AUTO CENTER EM CEARÁ-MIRIM/RN 79

ANTEPROJETO DE CASA NOTURNA EM PONTA NEGRA, NATAL/RN: DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇO DE LAZER NOTURNO E INTEGRAÇÃO URBANA 80

ANTEPROJETO DE UM CENTRO DE TREINAMENTO ESPORTIVO PARALÍMPICO EM NATAL – RN 81

ANTEPROJETO DE UM EDIFÍCIO DE USO MISTO NO BAIRRO DE PONTA NEGRA, NATAL/RN: INTEGRAÇÃO ENTRE AMBIENTES RESIDENCIAIS E EMPRESARIAIS COM ÊNFASE NO DESIGN BIOFÍLICO 82

ANTEPROJETO DE UMA CONCESSIONÁRIA E OFICINA VEICULAR PARA A PORSCHE NA CIDADE DE NATAL/RN 83

ANTEPROJETO URBANO: REQUALIFICAÇÃO DE UMA PRAÇA NA CIDADE DE PEDRO VELHO/RN 84

ARQUITETURA DE EVENTOS: ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UM ESPAÇO PARA EVENTOS SOCIAIS E CORPORATIVOS DE PEQUENO PORTE EM NATAL/RN 85

ARQUITETURA DO BRINCAR: AMBIENTES QUE PROMOVEM O DESENVOLVIMENTO INFANTIL EM COMUNIDADES CARENTES 86

ARQUITETURA E CONSERVAÇÃO MARINHA: ANTEPROJETO DE UM CENTRO DE REABILITAÇÃO DE TARTARUGAS MARINHAS EM TIBAU DO SUL, RN 87

ARQUITETURA PARA O NASCER: AMBIÊNCIA E HUMANIZAÇÃO EM CENTROS DE PARTO NORMAL PERI- HOSPITALARES 88

ARQUITETURA SENSORIAL E AUTISMO: ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEI) PROFA. MARIA DO SOCORRO LIMA NO BAIRRO DAS QUINTAS EM NATAL/RN 89

BIOMIMÉTICA E BEM-ESTAR ANIMAL: PROPOSTA ARQUITETÔNICA DE UM CENTRO DE CUIDADOS E HOSPEDAGEM PARA CÃES, EM NATAL/RN 90

CASA RANCHO ALIANÇA: ANTEPROJETO DE UMA RESIDÊNCIA EM CONDOMÍNIO FECHADO COM CARACTERÍSTICAS VERNACULARES 91

CASA RANCHO ALIANÇA: ANTEPROJETO DE UMA RESIDÊNCIA EM CONDOMÍNIO FECHADO COM CARACTERÍSTICAS VERNACULARES 92

CASA TANGRAM: A LONGEVIDADE RESIDENCIAL ALIADA AO CONFORTO AMBIENTAL EM UM ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA CASA EM CONDOMÍNIO NA CIDADE DE PARNAMIRIM/RN

SUMÁRIO

93

CENTRO TERAPÊUTICO PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): ANTEPROJETO PARA A CIDADE DE RIACHUELO/RN 94

CIDADE EM CENA ATEMPORALIDADE EFÊMERA 95

CIDADES QUE REGENERAM: SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA COMO ESTRATÉGIA DE RESILIÊNCIA URBANA, UMA EXPERIÊNCIA DE ESTUDO NO BAIRRO DO TIROL, NATAL/RN 96

CLÍNICA PSIQUIÁTRICA HUMANIZADA EM NATAL/RN 97

CONFORTO TÉRMICO EM SALAS DE AULA: AVALIAÇÃO DO CONFORTO TÉRMICO EM ESCOLA CONSTRUÍDA EM CLIMA QUENTE E ÚMIDO 98

DEMOLIÇÃO DO CASARÃO ROMUALDO GALVÃO 99

DO PATRIMÔNIO AO PEDAL: REQUALIFICAÇÃO E REUSO DE EDIFICADO ARQUITETÔNICO COMO CATALISADOR PARA A MOBILIDADE ATIVA SOCIAL NAS ROCAS/NATAL-RN 100

DOMOS E NATUREZA EM HARMONIA: UMA PROPOSTA DE CONDOMÍNIO TIPO HOSPEDARIA TEMPORÁRIA (AIRBNB) COMO VETOR DO ECOTURISMO NA REGIÃO DO AGRESTE POTIGUAR 101

ENTRE O ÍCONE E O VAZIO: LIMITES DA ARQUITETURA DE GRIFE NO PARQUE DA CIDADE DOM NIVALDO MONTE (NATAL/RN) 102

GEROARQUITETURA: ANTEPROJETO DE UM RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS EM NATAL/RN 103

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL 104

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E INADEQUAÇÃO DOMICILIAR: PROPOSTA DE LOTEAMENTO E RESIDÊNCIA EM NATAL/RN 105

HABITAÇÃO ESTUDANTIL MULTIFUNCIONAL: INTEGRAÇÃO DE MORADIA, ESTUDO E LAZER EM NATAL-RN 106

HAUTE: ANTEPROJETO DE UM ESTÚDIO DE RÁDIO E HUB DE MÍDIAS EM PAU DOS FERROS/RN 107

IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE SAÚDE MENTAL EM HOSPITAL PEDIÁTRICO: DIRETRIZES PROJETUAIS E ANTEPROJETO DE REFORMA DO HOSPITAL MARIA ALICE FERNANDES, EM NATAL/RN 108

INTEGRANDO CORPO, MENTE E ESPÍRITO: ANTEPROJETO DE UM CENTRO DE BEM-ESTAR PARA A CIDADE DE NATAL-RN 109

MANGA ROSA: ANTEPROJETO DE UMA POUSADA BOUTIQUE 110

SUMÁRIO

MORADA ADOBE: HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL SUSTENTÁVEL EM NATAL/RN 111

NÚCLEO DE APOIO E TRATAMENTO PARA PACIENTES COM DIABETES MELLITUS NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN 112

PAISAGENS ANFÍBIAS: UM PARQUE ALAGÁVEL E SENSORIAL COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM NATAL/RN 113

PATRIMÔNIO EM RISCO: O PROCESSO DE DESCARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA EM CURRAIS NOVOS E CAMINHOS PARA SUA PRESERVAÇÃO 114

PERMANÊNCIAS E DIFICULDADES DA ARQUITETURA DE GRIFE EM NATAL/RN: O PRESÉPIO DE NATAL 115

PRAÇA OSCAR E MARGARIDA: ANTEPROJETO DE UM CENTRO COMERCIAL EM AREIA PRETA, NATAL/RN 116

PRESERVAÇÃO E IDENTIDADE: UM OLHAR SOBRE A CASA DE CÂMARA CASCUDO E O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO NATALENSE 117

PROJETO ARQUITETÔNICO DE INTEGRAÇÃO INTERGERACIONAL NO CONTEXTO DE TRANSIÇÃO CLIMÁTICA: ESPAÇO CICLOS 118

PROJETO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: CONFORTO, SUSTENTABILIDADE E LEGISLAÇÃO NA ARQUITETURA EM COMUNIDADE 119

PROTÓTIPO DE PRAÇA URBANA COM SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA PARA O BAIRRO DE FELIPE CAMARÃO, NATAL/RN 120

RECANTO BELLO 121

SMART CITIES NO CONTEXTO POTIGUAR: DESAFIOS, APLICAÇÕES E PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA EM NATAL E SÃO GONÇALO DO AMARANTE 122

SUSTENTABILIDADE NA ARQUITETURA NORDESTINA: O USO DO ADOBE E DO TIJOLO ECOLÓGICO COMO ALTERNATIVA CONSTRUTIVA 123

SUSTENTABILIDADE NA ARQUITETURA NORDESTINA: O USO DO ADOBE E DO TIJOLO ECOLÓGICO COMO ALTERNATIVA CONSTRUTIVA 124

VILA PITANGUEIRA: PROPOSTA DE LOTEAMENTO SUSTENTÁVEL A PARTIR DE DIRETRIZES VERDES E PARTICIPATIVAS 125

SUMÁRIO

CONTABILIDADE

A CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE GERENCIAL PARA A ANÁLISE E O DESEMPENHO DE ME E EPP 129

ADOECIMENTO MENTAL: DEPRESSÃO NO MEIO ARTÍSTICO 130

AVANÇOS E LIMITES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA ANÁLISE ÉTICA E SOCIAL 131

BURNOUT NOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE 132

COMO A ANSIEDADE AFETA A PRODUTIVIDADE DE UM OPERADOR DE TELEMARKETING 133

CONTABILIDADE APLICADA À GESTÃO FINANCEIRA PESSOAL 134

DEPRESSÃO ENTRE MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA SAÚDE NO BRASIL (PÓS-PANDEMIA) 135

ESG NA CONTABILIDADE: TRANSFORMANDO SUSTENTABILIDADE EM RESULTADO 136

ESQUIZOFRENIA NO ÂMBITO POLICIAL 137

FRAUDES CONTÁBEIS E MECANISMOS DE AUDITORIA PARA PREVENÇÃO E DETECÇÃO 138

IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS POSSÍVEIS EFEITOS SOBRE EMPRESAS, FAMÍLIAS E MUNICÍPIOS 139

PODCAST MENTE EM FOCO: EPISÓDIO TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA 140

SÍNDROME DE BURNOUT ENTRE OS TRABALHADORES DO SETOR BANCÁRIO 141

SUSTENTABILIDADE COMO INVESTIMENTO: CONTABILIDADE SUSTENTÁVEL E O RETORNO FINANCEIRO DE PRÁTICAS ECOLÓGICAS EM NATAL-RN 142

TRANSTORNO COMPORTAMENTAL ENTRE MÉDICOS 143

TRANSTORNO OBSESSIVO COMPULSIVO NO TRABALHO DE AGENTES POLICIAIS 144

VÍDEO SOBRE BURNOUT EM PROFESSORES 146

PROTEGENDO A SOCIEDADE, FERINDO A SI MESMO: O CUSTO EMOCIONAL DA POLÍCIA 147

SUMÁRIO

DIREITO

DESIGUALDADES SOCIAIS E A EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES. NO SETOR DE TRANSPORTE POR APLICATIVO: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO UBER EM NATAL 151

ADAM SMITH E AS BASES DA MACROECONOMIA 152

DESEMPREGO NO BRASIL 153

DO ROL DA ANS À JUDICIALIZAÇÃO EM MASSA: UMA ANÁLISE JURÍDICO-ECONÔMICA DE COMO A REGULAÇÃO DA COBERTURA MÍNIMA FOMENTA O LITÍGIO SISTÊMICO NA SAÚDE SUPLEMENTAR 154

EFETIVIDADE DA CONCILIAÇÃO NO DIREITO POTIGUAR: UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS ÍNDICES DE ACORDO 155

MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS: SUA EFETIVIDADE NO DIREITO BRASILEIRO 156

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL: DEBATES ATUAIS – REFLEXÃO SOBRE AS CRÍTICAS E PROPOSTAS DE REVOGAÇÃO OU REFORMA DA LEGISLAÇÃO 157

A (IN)EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA NA PROTEÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO BRASIL 158

A ABERTURA DA CAIXA DE PANDORA, A INVENÇÃO DA IMPRENSA DE NUREMBERG E A REVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL 159

A ANOMALÍA GEOGRÁFICA DO PARQUE DAS DUNAS: UMA LACUNA HISTÓRICA NA LEGISLAÇÃO NATALENSE 160

A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA: LIMITES DA INTERPRETAÇÃO JUDICIAL 161

A APLICAÇÃO DA PENA NO CASO DO IMPERADOR HIROHITO: UMA ABORDAGEM DE POSSÍVEL CONDENAÇÃO PERANTE OS CRIMES DE CLASSE A, B E C NO TRIBUNAL MILITAR INTERNACIONAL PARA O EXTREMO ORIENTE 162

A ARBITRAGEM COMO INSTRUMENTO DE DESJUDICIALIZAÇÃO E EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA BRASILEIRA 163

A ATUAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 164

A AUTOCOMPOSIÇÃO COMO MEIO DE HUMANIZAÇÃO DA JUSTIÇA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

SUMÁRIO

165

A BANALIZAÇÃO DAS PRISÕES PREVENTIVAS E A MITIGAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA COM ENFOQUE NA UTILIZAÇÃO DE TAL INSTITUTO COMO PUNIÇÃO ANTECIPADA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO 166

A BOA-FÉ OBJETIVA E A ÉTICA NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS 167

A BOA-FÉ OBJETIVA COMO PRINCÍPIO NORTEADOR DOS CONTRATOS 168

A CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA DIGITAL: UMA ABORDAGEM CRÍTICA DO PRECEDENTE JUDICIAL CONSTITUÍDO DO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS 828054/RN 169

A CHAVE PARA A LIBERDADE: A IMPORTÂNCIA DA INDEPENDÊNCIA FEMININA NA RUPTURA DE CICLOS DE VIOLÊNCIA 170

A COMUNICAÇÃO INTERGERACIONAL E A CONSTRUÇÃO DE PONTES: O PAPEL DA ESCUTA E DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NAS DIFERENÇAS ESTÁRIAS 171

A CONCEPÇÃO HOBBESIANA DE CRIME E PENA E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA DO CRIME 172

A ECONÔMIA VENEZUELANA: A ANÁLISE DO DECLÍNIO 173

A EFETIVIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS NA LEI MARIA DA PENHA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 174

A EFETIVIDADE DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI 175

A EROSÃO DAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS: CRISE DE REPRESENTATIVIDADE, CONSTITUCIONALISMO ABUSIVO E ASCENSÃO DO AUTORITARISMO 176

A ESCUTA EMPÁTICA COMO CAMINHO PARA A EFETIVIDADE PROCESSUAL: MEDIAÇÃO E COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NO SISTEMA DE JUSTIÇA 177

A ESCUTA PSICANALÍTICA E A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COMO FERRAMENTAS PARA A EFETIVIDADE DA MEDIAÇÃO FAMILIAR NO ÂMBITO JURÍDICO 178

A ESSÊNCIA DOS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS NO DIREITO BRASILEIRO: DIREITO CIVIL 179

A FALTA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FATOR DE AGRAVAMENTO DO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS FRENTE ÀS ALTAS TAXAS DE JUROS DO CARTÃO DE CRÉDITO 180

A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA ATIVA NOS MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS E NAS PRÁTICAS JURÍDICAS 181

A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL PARA A LIDERANÇA EFICAZ NO AMBIENTE DE

SUMÁRIO

TRABALHO CONTEMPORÂNEO 182

A IMPORTÂNCIA DOS MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS PARA A SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS NO TRATAMENTO DAS INVASÕES DE PROPRIEDADES NO CONTEXTO JURÍDICO BRASILEIRO 183

A INFLAÇÃO 184

A INFLAÇÃO NO BRASIL: CONCEITOS, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS 185

A INFLUÊNCIA DA DESINFORMAÇÃO DIGITAL NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA E NOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS NO BRASIL 186

A INFLUÊNCIA DO CRIME ORGANIZADO NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI 187

A INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA E OS LIMITES DA SOBERANIA BRASILEIRA 188

A INSEGURANÇA JURÍDICA DOS CONTRATOS NÃO ESCRITOS: A LIBERDADE DE FORMA E OS LIMITES DA CONFIANÇA 189

A JUSTIÇA RESTAURATIVA E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO: FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E DESAFIOS 190

A LEI 14.230/2021 E O REGIME SANCIONATÓRIO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA ANÁLISE DO ARTIGO 12 À LUZ DA INTERPRETAÇÃO NORMATIVA 191

A MEDIAÇÃO E O JUDICIÁRIO: ACESSO À ORDEM JUSTA 192

A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO INSTRUMENTO EFETIVO NA PROTEÇÃO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA EM DISPUTAS DE GUARDA 193

A MEDIAÇÃO TRANSFORMADORA NA ABORDAGEM DOS CONFLITOS FAMILIARES: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A REVOLUÇÃO DE LITÍGIOS DE INVENTÁRIO 194

A NECESSIDADE DE SE REPENSAR ACERCA DA SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS 195

A PAZ PERPÉTUA DE KANT E A CRISE DOS MÍSSEIS: UM DIÁLOGO ENTRE O IDEAL E A REALIDADE 196

A PRECARIEDADE DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: ENTRE A MATERIALIDADE E A INCONSTITUCIONALIDADE 197

A REALIDADE DOS MENORES INFRATORES EM NATAL E SUAS PERSPECTIVAS APÓS PASSAREM POR MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS 198

A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA AMERICANAS: REESTRUTURAÇÃO, GOVERNANÇA E

SUMÁRIO

PERSPECTIVAS DE ENCERRAMENTO 199

A REFORMA DO CÓDIGO CIVIL E O DIREITO SUCESSÓRIO: UMA ANÁLISE DA TUTELA DO CÔNJUGE SUPÉRSTITE 200

A RELAÇÃO ENTRE CONTRATOS INVÁLIDOS E OS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS INFORMAIS 201

A RESOLUÇÃO CONTRATUAL POR ONEROSIDADE EXCESSIVA: A PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO E DA JUSTIÇA NAS RELAÇÕES OBRIGACIONAIS 202

A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS CORRETORAS DE CRIPTOMOEDAS NO BRASIL: OS DESAFIOS DA REGULAMENTAÇÃO E A PROTEÇÃO DOS USUÁRIOS EM UM MERCADO DESCENTRALIZADO 203

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA SEGURANÇA DOS PRESÍDIOS: SOB A ÓTICA DO MASSACRE DO CARANDIRU 204

A RESTITUIÇÃO DOS BRONZES DE BENIM: UM ESTUDO DE CASO SOBRE COLONIALISMO E REPATRIAÇÃO CULTURAL 205

A SIMULAÇÃO INTERNACIONAL HISTÓRICA COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO UNISIM NA CRISE DOS MÍSSEIS DE 1962 206

A TEORIA DA PENA APLICADA ÀS TORCIDAS ORGANIZADAS: ENTRE A REPRIMENDA E A RESSOCIALIZAÇÃO 207

A VALIDADE DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS E A SEGURANÇA JURÍDICA NAS CONTRATAÇÕES ONLINE 208

A VALIDADE E SEGURANÇA DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS 209

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL E O PAPEL DA LEI MARIA DA PENHA PARA O SEU COMBATE 210

A VULNERABILIDADE DO ANALFABETO FUNCIONAL NA FORMAÇÃO E VALIDADE DOS CONTRATOS CIVIS: ANÁLISE JURÍDICA DO CASO LUVA DE PEDREIRO 211

ACESSO À JUSTIÇA GRATUITA NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE CRITÉRIOS DE CONCESSÃO, ABUSOS E NECESSIDADE DE UNIFORMIZAÇÃO LEGISLATIVA 212

ACESSO GARANTIDO, EMPREGO NEGADO?: O PARADOXO DA EMPREGABILIDADE DE EGRESSOS COTISTAS NO BRASIL 213

ADULTIZAÇÃO NA INFÂNCIA: IMPACTOS SOCIAIS, PSICOLÓGICOS E EDUCACIONAIS 214

AMEAÇAS E EXPANSÃO DOS CRIMES CIBERNÉTICOS: A INEFICIÊNCIA JURÍDICA PERANTE A

SUMÁRIO

INSEGURANÇA DIGITAL 215

AMEAÇAS E VIOLÊNCIAS NO PROCESSO ELEITORAL: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA DOS POLÍTICOS NO RIO GRANDE DO NORTE 216

ANÁLISE DA EFICÁCIA DA RESSOCIALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE 217

ANÁLISE DA EFICÁCIA DA RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA CARCERÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE 218

ANÁLISE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E DA INFLAÇÃO NO BRASIL EM 2025: DESAFIOS E PERSPECTIVAS 219

ANÁLISE HERMENÊUTICA SOBRE A DECISÃO DO STF ACERCA DO DIREITO DE RECUSA DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ A TRATAMENTOS QUE ENVOLVAM TRANSFUSÃO SANGUÍNEA 220

ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DOS MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS PARA A ECONOMIA DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO 221

ANSIEDADE EM JOVENS UNIVERSITÁRIOS E SEUS REFLEXOS NO DESEMPENHO ACADÊMICO: QUAIS ESTRATÉGIAS PODEM MINIMIZAR OS EFEITOS DA ANSIEDADE NO DESEMPENHO DE UNIVERSITÁRIOS? 222

ARRAS CONTRATUAIS DENTRO DOS DIFERENTES TIPOS DE CONTRATOS E SUAS RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS 223

AS CONSEQUÊNCIAS MUNDIAIS TARIFÁRIAS DAS ATITUDES DE DONALD TRUMP NA INFLAÇÃO E ECONOMIA BRASILEIRA 224

AS CONSEQUÊNCIAS MUNDIAIS TARIFÁRIAS DAS ATITUDES DE DONALD TRUMP NA INFLAÇÃO E ECONOMIA BRASILEIRA 225

AS RAZÕES DA PERSISTÊNCIA DE ELEVADAS TAXAS DE JUROS E INFLAÇÃO NO BRASIL 226

AVALIAÇÃO DOS ALUNOS, DO SEGUNDO PERÍODO DO CURSO DE DIREITO, DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE, SOBRE O ENSINO A DISTÂNCIA PRESENTE NAS DISCIPLINAS HÍBRIDAS 227

AVANÇOS E DESAFIOS NA BUSCA POR CURAS PARA DOENÇAS RARAS E CRÔNICAS: INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, ESTADO E PSICOLOGIA DA SAÚDE 229

BEM-AVENTURANÇAS: HUMILDADE OU TRANSVALORAÇÃO? SANTO AGOSTINHO E NIETZSCHE EM DIÁLOGO 230

CARTILHA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DO DIREITO: ICONOGRAFIAS PARA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICO-JURÍDICA 231

SUMÁRIO

CLÁUSULAS ABUSIVAS EM CONTRATOS DE INVESTIMENTO – IMPACTOS E PROTEÇÃO JURÍDICA NO DIREITO EMPRESARIAL: A IDENTIFICAÇÃO DE CLÁUSULAS PREJUDICIAIS, OS DESAFIOS REGULATÓRIOS E OS 232

CLÍNICAS JURÍDICAS ITINERANTES: ACESSO A JUSTIÇA NAS COMUNIDADES 233

COMO OS DIREITOS FUNDAMENTAIS PROTEGEM AS RELIGIÕES DE ORIGEM BRASILEIRA 234

COMPARAÇÃO ENTRE CARROS ELÉTRICOS E CARROS A COMBUSTÃO: EFICIÊNCIA E DESEMPENHO 235

COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NA ATUAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO ESTRATEGIA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS 236

CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO: SUAS DIRETRIZES E APLICABILIDADE DIANTE DE 10 ANOS NO PODER JUDICIÁRIO 237

CONFLITOS DE FAMÍLIA E A ATUAÇÃO DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS 238

CONTRATO DE COMPRA E VENDA NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO: NATUREZA JURÍDICA E EFEITOS 239

CONTRATOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS COMO FERRAMENTA INOVADORA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR EM NATAL/RN 240

CONTRATOS ELETRÔNICOS E A VALIDADE JURÍDICA DAS ASSINATURAS DIGITAIS 241

CONTRATOS ELETRÔNICOS: A INSEGURANÇA JURÍDICA DIANTE DAS ASSINATURAS DIGITAIS 242

CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO 243

CRIMES CIBERNÉTICOS CONTRA A HONRA: ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS NO AMBIENTE DIGITAL 244

CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA: A SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO 245

CRIMINOLOGIA CRÍTICA E TRÁFICO DE DROGAS: A LÓGICA DA CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL 246

CRISE DE CONFIANÇA NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: SEUS MOTIVOS E CONSEQUÊNCIAS 247

CUMPRIMENTO DA PENA E DEFESA TÉCNICA: AS CONSEQUÊNCIAS DO REEDUCANDO DESASSISTIDO 248

CUMPRIMENTO DA PENA E DEFESA TÉCNICA: AS CONSEQUÊNCIAS DO REEDUCANDO DESASSISTIDO 249

SUMÁRIO

DA FORMA JURÍDICA NA OBRA DE FRIEDRICH ENGELS 250

DECISÕES AUTOMATIZADAS E ÉTICA JURÍDICA: COMO GARANTIR IMPARCIALIDADE E TRANSPARÊNCIA NO USO DE IA NO DIREITO 251

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA ESCOLA REGULAR 252

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA RESOLUÇÃO N.° 125/2010, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: PODER JUDICIÁRIO DO LITÍGIO OU DA CONCILIAÇÃO? 253

DESEMPREGO 254

DESEMPREGO 255

DESEMPREGO E INFLAÇÃO 256

DESEMPREGO E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA 257

DESEMPREGO NO BRASIL: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E FORMAS DE ENFRENTAR 258

DESEMPREGO PÓS-PANDEMIA 259

DESVENDANDO A INFLAÇÃO: UMA PARTE DA MACROECONOMIA BRASILEIRA 260

DIGNIDADE HUMANA E A MORTE SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO 261

DIREITO CONSTITUCIONAL: UMA PERCEPÇÃO DA EFETIVIDADE NA APLICABILIDADE DOS TEMA 793 E 1234 DO STF NA GARANTIA DO DIREITO SAÚDE 262

DÓLAR E PODER DE COMPRA: POR QUE A CONVERSÃO SIMPLES NÃO FUNCIONA? 264

ECONOCAST: PODCAST DE ECONOMIA. EPISÓDIO I: INFLAÇÃO 265

ECONOMIA DE BICOS E OS DESAFIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL 267

ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA EDUCAÇÃO 268

ECONOMIA INFORMAL E A PRECARIZAÇÃO LABORAL: RISCOS DO TRABALHO INFORMAL EM PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS 269

ECONOMIA INFORMAL E A PRECARIZAÇÃO LABORAL: RISCOS DO TRABALHO INFORMAL EM PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS? 270

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS PÚBLICAS 271

SUMÁRIO

EM QUE MOMENTO SE CONSIDERA FORMADO O CONTRATO NAS NEGOCIAÇÕES REALIZADAS POR MEIOS DIGITAIS 272

EMPATIA E A ACESSIBILIDADE COMO ELEMENTOS FUNDAMENTAIS NA GESTÃO DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO UNIVERSITÁRIO: UM ESTUDO DE CASO NA UNIRN 273

ENTRE A VINGANÇA E A LEI: O IMPACTO DO MAU USO DA LEI MARIA DA PENHA NO BEM-ESTAR DA CRIANÇA 274

ENTRE GRADES E LEIS: A SITUAÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO275

ENTRE O TRABALHO E A IDENTIDADE: ANÁLISE DE CASO SOBRE O DESGASTE DAS IMPRESSÕES DIGITAIS EM TRABALHADORES DO BENEFICIAMENTO ARTESANAL DA CASTANHA 276

ESCRAVIDÃO DIGITAL E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS 277

ESCUTA ATIVA: A FERRAMENTA PARA UM DIÁLOGO CONSTRUTIVO 278

ESTUDO DE CASO SOBRE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA 123 MILHAS 279

ÉTICA UNIVERSAL DE AXEL KAHN E A MANIFESTAÇÃO DA VONTADE NOS CONTRATOS DIGITAIS: UMA ANÁLISE DA LEGITIMIDADE JURÍDICA DE EMOJIS E GESTOS ELETRÔNICOS 280

EXCESSO DE JORNADA: DESCANSO INADEQUADO COMO PROBLEMA AO ATLETA DE FUTEBOL E AO CELETISTA 281

FERIDAS NÃO CICATRIZADAS: UM NOVO DESAFIO À ORDEM DO DIREITO INTERNACIONAL? O LEGADO CZARISTA E SOVIÉTICO NA DINÂMICA GEOPOLÍTICA ATUAL DA RÚSSIA 282

FERRAMENTA MACROECONÔMICA PARA FINANCIAMENTO E ESTABILIDADE 283

FUTEBOL S.A: O PERIGO DAS SAFS NO FUTEBOL BRASILEIRO? ESTUDO DO CASO VASCO DA GAMA VERSUS 777 PARTNERS 284

IMPACTOS DO USO DAS REDES SOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES: ANSIEDADE E DEPRESSÃO. 285

IMPACTOS POSITIVOS E DILEMAS ENFRENTADOS NAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO 286

IMPOSTOS BRASILEIROS 287

IMPOSTOS E TARIFAS NO BRASIL: EFICIÊNCIA E IMPACTO MACROECONÔMICO DA ESTRUTURA TRIBUTÁRIA 288

IMPOSTOS NO BRASIL 289

SUMÁRIO

INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA: ORIGEM, TEORIAS E APLICAÇÃO 290

INDÚSTRIA 4.0: IMPORTÂNCIA DA MANUFATURA DIGITAL NO DESENVOLVIMENTO DE EMPRESAS 291

INFLAÇÃO 292

INFLAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL: COMO A ALTA DE PREÇOS AFETA AS DIFERENTES CLASSES NO BRASIL 293

INFLAÇÃO E POLÍTICA ECONÔMICA: UMA ANÁLISE 294

INFLAÇÃO E POLÍTICA ECONÔMICA: UMA ANÁLISE 295

INFLAÇÃO E TAXA DE JUROS NO BRASIL (2025) 296

INFLAÇÃO NO BRASIL 297

INFLAÇÃO NO BRASIL E A POLÍTICA MONETÁRIA 298

INSERÇÃO DE PLATAFORMAS DIGITAIS COMO FERRAMENTA DE OTIMIZAÇÃO DO ENSINO JURÍDICO: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E IMPACTOS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA 299

INSPEÇÃO JUDICIAL NOS PRESÍDIOS: INOVAÇÃO TRAZIDA PELO JUÍZO DA 1ª VARA REGIONAL DE EXECUÇÃO PENAL DE NATAL/RN 300

INTEGRAÇÃO EM XEQUE: A CRISE DO REFÚGIO DIANTE DE POLÍTICAS RESTRITIVAS DE MIGRAÇÃO 301

JORNAL CAMBIAL UNIRN – DIREITO 302

JORNAL VOZES DO MERCADO: DESEMPREGO NO BRASIL 303

JUDEUS E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA: A BUSCA PELA ACEITAÇÃO RELIGIOSA PELO MUNDO 304

JUIZ-GARANTIDOR: A IMPARCIALIDADE COMO ESSÊNCIA NO PROCESSO PENAL ACUSATÓRIO 305

LEI GERAL DA PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD): UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO DIREITO INTERNACIONAL 306

LIBERDADE DE EXPRESSÃO X DISCURSO DE ÓDIO: DESAFIOS E LIMITES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA 307

LUIZ GONZAGA FREIRE E O DIREITO A MEMORIA E A VERDADE DOS ACONTECIMENTOS DA DITADURA MILITAR 308

MACROECONOMIA EM FOCO: CAUSAS E EFEITOS DO DESEMPREGO NA ESTABILIDADE DO PAÍS

SUMÁRIO

309

MACROECONOMIA: INFLAÇÃO 310

MAIORIDADE PENAL NO BRASIL: A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO BRASIL CONTRIBUI PARA A DIMINUIÇÃO DA CRIMINALIDADE JUVENIL OU AGRAVA A CRISE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO? 311

MEDIAÇÃO ONLINE: A PRÁTICA DA AUTOCOMPOSIÇÃO POR MEIO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS 312

MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA E A RESPOSTA JUDICIAL AO DESCUMPRIMENTO REITERADO: UM ESTUDO DE CASO NO 2º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NA COMARCA DE NATAL/RN NO ANO DE 2024 313

MODA, DIREITO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE: CAMINHOS PARA UMA INDÚSTRIA RESPONSÁVEL 314

MULTIPARENTALIDADE LITIGIOSA E ACESSO À JUSTIÇA: A MEDIAÇÃO COMO ALTERNATIVA HUMANIZADA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES 315

NAPOLEÃO E A INDEPENDÊNCIA: COMO UM DOS GRANDES IMPERADORES DA HISTÓRIA TRANSFORMOU AS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL 316

NATAL DO FUTURO 317

NOVO CANGAÇO: MODUS OPERANDI OU ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA? 318

O CAFÉ AO MAR: A INFLAÇÃO E AS SACAS QUE AFUNDARAM A ECONOMIA BRASILEIRA 319

O CARÁTER PRÉ-CAUTELAR DA PRISÃO EM FLAGRANTE E SUA CONFORMIDADE COM AS GARANTIAS FUNDAMENTAIS DO NOSSO ORDENAMENTO 320

O CÓDIGO DE HAMURABI: SIMILITUDES E DISCREPÂNCIAS COM O MUNDO CONTEMPORÂNEO321

O CÔMPUTO EM DOBRO DA PENA EM RAZÃO DA INSALUBRIDADE CARCERÁRIA: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS EM FACE DO BRASIL 322

O CONTRATO DE COMODATO RURAL E SUA FUNÇÃO SOCIAL 323

O CONTRATO DE LOCAÇÃO E O DIREITO À MORADIA: ASPECTOS CIVIS E SOCIAIS 324

O CONTRATO DE NAMORO E A UNIÃO ESTÁVEL: OS LIMITES DA AUTONOMIA PRIVADA NAS RELAÇÕES AFETIVAS 325

O DIREITO À SAÚDE MENTAL DE JOVENS ADULTOS DIANTE DO USO ABUSIVO DAS REDES SOCIAIS: DESAFIOS JURÍDICOS CONTEMPORÂNEOS NO BRASIL 327

SUMÁRIO

O DIREITO COMO CAMPO DE DISPUTA: ASPECTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DO DIREITO NO TEMPO 328

O DIREITO HUMANO À LIBERDADE DE TRABALHO E O COMBATE AO TRABALHO EM CONDIÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO CONTROLE DE 329

O ENFRENTAMENTO DA ALIENAÇÃO PARENTAL PELO PODER JUDICIÁRIO: CAMINHOS PARA A REDUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES 330

O EQUILÍBRIO CONTRATUAL E A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR: O CONTROLE DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS NO DIREITO BRASILEIRO 331

O FATOR COGNITIVO DO TRIBUNAL DO JÚRI A PARTIR DA INFLUÊNCIA MIDIÁTICA. 332

O FENÔMENO DA INFLAÇÃO E SEU IMPACTO NO MERCADO BRASILEIRO 333

O FUTURO DA ESFERA PÚBLICA: A URGÊNCIA DA REGULAMENTAÇÃO EM TEMPOS DE DESINFORMAÇÃO E PODER ALGORÍTMICO 334

O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA CONFECÇÃO DE LAUDOS PERICIAIS: BENEFÍCIOS, RISCOS E DIRETRIZES ÉTICAS 335

O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NOS DIREITOS DE PRIVACIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO 336

O IMPACTO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE SOBRE BENEFÍCIOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS 337

O INSTITUTO DA PRISÃO PREVENTIVA NA LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO À MULHER 338

O JUDICIÁRIO EM CRISE: EXCESSO DE DEMANDAS, LENTIDÃO PROCESSUAL E A NECESSIDADE DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS 339

O LEGADO CONSTITUINTE DE LEONEL DE MOURA BRIZOLA: DEFESA DA LEGALIDADE E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO 340

O MERCADO DE TRABALHO DO FUTURO 341

O PAPEL DO ADVOGADO NA MEDIAÇÃO FAMILIAR 342

O PAPEL DOS CRIATÓRIOS LEGALIZADOS NO COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES: ATUAÇÃO ESTATAL FRENTE A NORMATIVA BRASILEIRA 343

O PAPEL DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NOS CONTRATOS PRIVADOS: UMA ANÁLISE À LUZ DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL 344

SUMÁRIO

O PAPEL DOS SINDICATOS NA TRANSIÇÃO SOCIALISTA: DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NA URSS E EM CUBA 345

O PARADOXO DA SOBERANIA: QUANDO A RESPONSABILIDADE DE PROTEGER SE SOBREPÕE AO PRINCÍPIO DA NÃO INTERVENÇÃO 346

O POTENGI AINDA PERTENCE A NATAL?: UMA ANÁLISE DA EXCLUSÃO DO ESTUÁRIO DO RIO POTENGI DO TERRITÓRIO DE NATAL NOS PLANOS DIRETORES DE 1994 A 2022 E SEUS REFLEXOS 347

O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO NO CÓDIGO CIVIL DE 2002 348

O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NA OPERAÇÃO LAVA JATO: A DECISÃO DO STF SOBRE PRISÃO APÓS CONDENAÇÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA 349

O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) COMO TERMÔMETRO DA ECONOMIA 350

O QUARTO PODER: ATUAÇÃO E ESTRUTURA DO FISCAL DA ORDEM JURÍDICA 351

O TRABALHO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO RAMO JURÍDICO. 352

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NO MONITORAMENTO DAS LIGAÇÕES EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS 353

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO: IMPACTOS NO ENGAJAMENTO E DESEMPENHO ACADÊMICO 354

O VESTIR DA LIBERDADE: A MODA COMO CAMINHO DE RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL 355

OBESIDADE E HÁBITOS ALIMENTARES EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A INFLUÊNCIA DA MÍDIA E O CONSUMISMO DESENFREADO 356

ÓRFÃOS DO FEMINICÍDIO NO BRASIL: ENTRE A PERDA MATERNAL E O ABANDONO INSTITUCIONAL 357

OS BENEFÍCIOS DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO PARA O PODER JUDICIÁRIO E PARA AS PARTES 358

OS CONTRATOS ELETRÔNICOS E A MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS EM NATAL/RN 359

OS CONTRATOS ELETRÔNICOS E A MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS EM NATAL/RN. 360

OS DESAFIOS E OBSTÁCULOS DA PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NO COMÉRCIO ELETRÔNICO: FRAUDES DIGITAIS E A OBRIGAÇÃO DAS PLATAFORMAS ONLINE 361

SUMÁRIO

OS EFEITOS DA LUDOPATIA NOS JOVENS ADULTOS UNIVERSITÁRIOS DO UNI-RN 362

OS EFEITOS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA DO ÂMBITO FAMILIAR E OS MECANISMOS DE PROTEÇÃO JURÍDICA. 363

OS EFEITOS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA DO FAMILIAR E OS MECANISMOS DE PROTEÇÃO JURÍDICA 364

OS EFEITOS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA FAMILIAR NO ADOLESCENTE E OS MECANISMOS DE PROTEÇÃO JURÍDICA 365

OS IMPACTOS DA MEDIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES PARA O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO 366

OS IMPACTOS DA RUPTURA DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DA VALIDADE DAS PROVAS NO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS: UM ESTUDO CRÍTICO DO HABEAS CORPUS Nº 653.515/RJ 367

OS IMPACTOS DAS GUERRAS MUNDIAIS NA ECONOMIA BRASILEIRA 368

PENA DE MORTE E CRIMINALIDADE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE SUA (IN)EFICÁCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO 369

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO: UM ESTUDO ACERCA DAS ALTERNATIVAS À SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA FACE A ADPF 347 370

PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE DIREITO A RESPEITO DA NOMOFOBIA EM UM CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE 371

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E HOLDINGS: ESTRATÉGIAS, EFICIÊNCIA E CONTINUIDADE EM PROCESSOS DE SUCESSÃO EMPRESARIAL 373

PLATAFORMIZAÇÃO DOS CONTRATOS: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DO DIREITO CONTRATUAL NA ERA DIGITAL 374

PODCAST – ENTRE O SONHO EMPRESARIAL E O DESEMPREGO 375

PODCAST SOBRE INFLAÇÃO – DISCIPLINA DE ECONOMIA – TURMA C 2 PERÍODO 376

PRINCIPAIS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS PELA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA PARA ACESSAR A JUSTIÇA: ACESSO DIGITAL E INFOEXCLUSÃO 377

PRINCÍPIO DA HUMANIDADE DAS PENAS E O REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO (RDD) 378

PROCESSO ACUSATÓRIO VS ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: ENTRE A COOPERAÇÃO E A TENSÃO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO 379

PROGRAMA MENOS PROCESSOS, MAIS ACORDOS: CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NA REDUÇÃO DA DEMANDA PROCESSUAL DE NATAL/RN 380

SUMÁRIO

PROGRESSÃO DE REGIME 381

QUAIS OS IMPACTOS DA REFORMA DO CÓDIGO CIVIL NA CONTRATUALIZAÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA 382

RECORTES TEMPORAIS SOBRE AS FORMAS DE SANÇÕES PARA INADIMPLEMENTOS DE CONTRATOS NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE 383

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS E AS INOVAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.112/2020 384

REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E A INSERÇÃO POTENCIAL DO G4 COMO MEMBROS PERMANENTES 385

REFORMA PROCESSUAL PENAL DO PACOTE ANTICRIME: JUIZ DAS GARANTIAS, ANPP E DEMAIS MUDANÇAS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO 386

REFORMA TRIBUTÁRIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO: CAMINHOS PARA UM SISTEMA MAIS EFICIENTE 387

REMIÇÃO: EDUCAÇÃO COMO MECANISMO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL NA PENA 388

RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO POR ASSÉDIO MORAL: CRITÉRIOS DE REPARAÇÃO NAS DECISÕES DO TST E DO TRT DA 21ª REGIÃO 389

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS POR DANOS DECORRENTES DA PUBLICIDADE DE APOSTAS ONLINE 390

RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL NO CONFLITO ISRAEL-PALESTINA E AS EXIGÊNCIAS DE REPARAÇÃO PÓS-CONFLITO 391

RESPONSABILIDADE SOCIAL E ÉTICA JURÍDICA NO FUTURO DAS CIDADES 392

RESTRIÇÕES JURÍDICAS À ATUAÇÃO POLICIAL: CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS DA LIMITAÇÃO DO USO DA FORÇA 393

SAÚDE MENTAL ENTRE UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL 394

SAÚDE MENTAL NA ERA DIGITAL 395

SAÚDE MENTAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA CONTEMPORANEIDADE 396

SEGURANÇA PÚBLICA E A ESSÊNCIA DO PROCESSO PENAL: UMA ABORDAGEM ACERCA DOS LIMITES FUNDAMENTAIS DA PERSECUÇÃO PENAL 397

SIMULAÇÃO HISTÓRICA NO ENSINO JURÍDICO: O PROJETO UNISIM E A COMPREENSÃO CRÍTICA DO DIREITO INTERNACIONAL EM NATAL 398

SUMÁRIO

SISTEMA MULTIPORTAS: UMA ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DOS MÉTODOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE 399

SISTEMA PENITENCIÁRIO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E CAMINHOS POSSÍVEIS 400

SISTEMA PRISIONAL DESARMONIZADO: MONITORAÇÃO ELETRÔNICA E OS DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO CONTÍNUA 401

SOBERANIA E PRESUNÇÃO DE CULPA: A MITIGAÇÃO DO ESTADO DE INOCÊNCIA NO TRIBUNAL DO JÚRI 402

SUBORDINAÇÃO DOS MOTORISTAS PARCEIROS DA UBER: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO DIREITO CONTRATUAL 403

TAXA DE JUROS NA ECONOMIA BRASILEIRA 404

TAXAS DE CÂMBIO E COMÉRCIO INTERNACIONAL 405

TELEJORNAL: ECONOMIA EM FOCO: a inflação no Brasil? 406

TELETRABALHO NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, MARCOS NORMATIVOS E CONSOLIDAÇÃO PÓS-PANDÊMICA 407

TRABALHO DE ECONOMIA – INFLAÇÃO 408

TRABALHO DE MACROECONOMIA: INFLAÇÃO 409

TRANSFERÊNCIA DE RIQUEZA INSTITUCIONALIZADA: COMO FUNCIONA POR MEIO DA COMPRA E VENDA DE PRECATÓRIOS? 410

UBERIZAÇÃO DO TRABALHO: FIM DO DESEMPREGO OU PRECARIZAÇÃO DISFARÇADA? 411

UBERIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO CONTRATUAL: A IMPORTÂNCIA DA FORMALIZAÇÃO DOS VÍNCULOS CONTRATUAIS NAS PLATAFORMAS DIGITAIS 412

UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL SOBRE O DIREITO À EDUCAÇÃO COM ENFOQUE NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) 413

UMA ANÁLISE SOBRE O DESEMPREGO NO BRASIL 414

USUÁRIO OU TRAFICANTE: SELETIVIDADE PENAL NA APLICAÇÃO DA MACONHA 415

VALIDADE DO ARGUMENTO DE APLICAÇÃO DO ARTIGO 485 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (CPC) EM UM CASO REAL. 416

VALIDADE JURÍDICA DAS ASSINATURAS DIGITAIS NOS CONTRATOS ELETRÔNICOS: ENTRE A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E A SEGURANÇA JURÍDICA NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO 417

SUMÁRIO

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MEIO RURAL: O PAPEL DO PATRIARCADO E DO MACHISMO NA PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO CAMPO 418

WILLIAM SHAKESPEARE E O ANTISSEMITISMO EM O MERCADOR DE VENEZA: A AMBIGUIDADE INTERPRETATIVA DE SHYLOCK ENTRE O ESTEREÓTIPO E A CRÍTICA À INTOLERÂNCIA 419

COMO O PIB FUNCIONA 420

O DIREITO CIVIL BRASILEIRO E A TUTELA DAS DIFICULDADES DE ADIMPLEMENTO DOS INQUILINOS NOS CONTRATOS LOCATÍCIOS COMERCIAIS FACE A PANDEMIA DE 2020 421

ABANDONO AFETIVO INVERSO E A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS FILHOS COM OS PAIS IDOSOS? 422

IMPOSTOS NO BRASIL: ENTENDA PARA QUE SERVEM, QUAIS SÃO E COMO IMPACTAM A VIDA DE TODOS 423

IMPOSTOS: MUITO ALÉM DA GUIA DE PAGAMENTO 424

MITOS DA ECONOMIA QUE TE CONTARAM E VOCÊ ACREDITOU: O BRASIL É O PAÍS QUE MAIS PAGA IMPOSTO NO MUNDO 425

ENGENHARIA CIVIL

A ÉTICA PROFISSIONAL NA ENGENHARIA: DESAFIOS E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO CONTEMPORÂNEO 429

ANÁLISE DA RELAÇÃO PREÇO-ÁREA EM APARTAMENTOS DE PADRÃO MÉDIO VIA REGRESSÃO LINEAR SIMPLES NA GRANDE NATAL/RN 430

ANÁLISE DE ESTADO LIMITE DE SERVIÇO EM VIGAS METÁLICAS 431

ANÁLISE E UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSAS POLIMÉRICAS TERMOPLÁSTICAS 432

ANALISE GRANULOMÉTRICA 433

ANÁLISE GRANULOMÉTRICA POR PENEIRAMENTO 434

APLICAÇÃO DA TOPOGRAFIA NA ENGENHARIA CIVIL 435

APLICAÇÕES DO AEROLEVANTAMENTO LIDAR EM DRONES NO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE ESTRADAS 436

APROVEITAMENTO DE ÁGUA DA CHUVA EM EDIFICAÇÕES 437

SUMÁRIO

AUTOMAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE RESERVATÓRIOS EM INSTALAÇÕES PREDIAIS COM UTILIZAÇÃO DE BOIAS ELÉTRICAS 438

AUTOMAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE RESERVATÓRIOS EM INSTALAÇÕES PREDIAIS COM UTILIZAÇÃO DE BOIAS ELÉTRICAS 439

BARRAS DE FIBRA DE CARBONO E BARRAS DE FIBRA DE VIDRO 440

CÁLCULO DO VENTO E ANÁLISE ESTRUTURAL DE GALPÕES METÁLICOS UTILIZANDO LINGUAGEM C 441

CÁLCULO PARA TRAÇÃO NO AÇO POR MEIO DE UM PROGRAMA EM LINGUAGEM C 442

ENGENHARIA CIVIL: ÉTICA NA TEORIA VS. REALIDADE NA PRÁTICA | OS DESAFIOS DOS ENGENHEIROS NO BRASIL 443

ENSAIO DE COMPACTAÇÃO DE SOLO 444

ENSAIOS E APLICAÇÕES TÉCNICAS: GRANULOMETRIA E EQUIVALENTE DE AREIA 445

ESTUDO DE ALVENARIA ESTRUTURAL: TIPOS, PROPRIEDADES, NOVAS TECNOLOGIAS E PATOLOGIAS 446

ESTUDO DE MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS ASSOCIADAS À FALTA DE COBRIMENTO DAS ARMADURAS 447

GOOGLE ACADÊMICO COMO FONTE DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA 448

IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTAS PRÉ-MOLDADAS 449

INFLAÇÃO 450

INFLUÊNCIA DA CARBONATAÇÃO NA PERDA DE ADERÊNCIA AÇO-CONCRETO EM ESTRUTURAS ANTIGAS 451

INFLUÊNCIA DA ORIENTAÇÃO TOPOGRÁFICA E DAS ESQUADRIAS NO DESEMPENHO TÉRMICO E HÍDRICO DE EDIFICAÇÕES 452

INTEGRAÇÃO BIM/TOPOGRAFIA VIA AUTODESK REVIT PARA OTIMIZAÇÃO VOLUMÉTRICA E CONFORMIDADE LEGAL EM OBRAS PÚBLICAS 453

LIMITES DA REGRESSÃO LINEAR SIMPLES NA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DE ALTO PADRÃO: ESTUDO EM CONDOMÍNIOS DA GRANDE NATAL/RN 454

LINEARIZAÇÃO E COMBINAÇÕES DE CARREGAMENTOS EM ESTRUTURAS DE AÇO 455

NBR 7181-2016 SOLO: ANÁLISE GRANULOMÉTRICA POR PENEIRAMENTO 456

SUMÁRIO

PERDA DE CARGA 457

PROCESSO DE PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DE UMA RODOVIA 458

PROJETO: PONTE DE MACARRÃO EM ARCO 459

REABILITAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO COM CORROSÃO: TÉCNICAS E MATÉRIAS EMERGENTES 460

CONCRETO LEVE CELULAR (CLC) 461

ENSAIO DE GRANULOMETRIA 462

MODELAGEM DE PREÇO PARA IMÓVEIS POPULARES USANDO REGRESSÃO LINEAR SIMPLES 463

VÍDEO SOBRE ETICA 464

RESUMO ANÁLISE GRANULOMÉTRICA POR PENEIRAMENTO SEGUNDO A NBR 7181:2016 465

REVESTIMENTO SUSTENTÁVEL: CONCRETO ECOLÓGICO E PERMEÁVEL 466

TÉCNICAS DE REFORÇO PARA VIGAS 467

INFORMÁTICA

A ANATOMIA DO BURNOUT E O SOBRECARREGAMENTO NO MEIO EMPRESARIAL DE TECNOLOGIA: OS DESAFIOS DE UM DESENVOLVEDOR DURANTE A PRODUÇÃO DE UM PROJETO 471

A ANSIEDADE NO MUNDO DOS EMPRESÁRIOS: DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA A SAÚDE MENTAL 472

A APLICAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE PROJETOS NO PROCESSO DE MODELAGEM DE BANCO DE DADOS RELACIONAIS 473

ANÁLISE PREDITIVA NA TOMADA DE DECISÃO EM PROJETOS: FERRAMENTAS DE IA PARA APOIAR DECISÕES ESTRATÉGICAS DURANTE O CICLO DE VIDA DO PROJETO 474

ANSIEDADE EM PROFISSIONAIS DA TECNOLOGIA E O PAPEL TERAPÊUTICO DOS VIDEOGAMES 475

AVALIAÇÃO EMPÍRICA DA ESTRATÉGIAS DE ENGENHARIA DE PROMPT NA QUALIDADE DAS RESPOSTAS DE MODELOS DE LINGUAGEM 476

SUMÁRIO

IINTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS 477

INTERNET DAS COISAS (IOT) E CIBERSEGURANÇA: VULNERABILIDADES E DESAFIOS NO CONTEXTO BRASILEIRO 478

O EFEITO DO BURNOUT NA SAÚDE MENTAL E DESEMPENHO DE PROFISSIONAIS DE VENDAS 479

O IMPACTO DA DEPRESSÃO E O BURNOUT AOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 480

O SCRUM NO DIA A DIA DOS TRABALHADORES: ENTENDENDO A METODOLOGIA ÁGIL E SUAS APLICAÇÕES PRÁTICAS 481

OS EFEITOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA? 482

OS EFEITOS POSITIVOS DOS VIDEOGAMES NO BEM-ESTAR MENTAL E NAS FUNÇÕES COGNITIVAS 483

SAÚDE NO TRABALHO E TRANSTORNOS MENTAIS 484

SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 485

SÍNDROME DE BURNOUT ENTRE PROFESSORES: CONDIÇÕESDE DE TRABALHO, IMPACTOS E O EFEITO DA RECENTE CONQUISTA PREVIDENCIÁRIA DO SINPRO NO STF 486

SÍNDROME DE BURNOUT ENTRE PROGRAMADORES 487

SÍNDROME DE BURNOUT: OS VERDADEIROS CATALISADORES DA EXAUSTÃO NO RAMO DA TECNOLOGIA 488

SOFT SKILLS COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NO SEGMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO 489

PÓS GRADUAÇÃO – CONTABILIDADE

ANSIEDADE NA DOCÊNCIA BRASILEIRA 493

SUMÁRIO

PÓS GRADUAÇÃO – DIREITO

A ADULTIZAÇÃO INFANTIL NAS REDES SOCIAIS: UM DESAFIO ÉTICO, PSICOLÓGICO E JURÍDICO NA ERA DIGITAL 497

CUMPRIMENTO DE PENA NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O MODELOS OS CRITÉRIOS DE RESSOCIALIZAÇÃO 498

O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO E SUAS MULTIFACETAS: UMA ANÁLISE À LUZ DOS ARTIGOS 7º E 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 499

23, 24 e 25 de outubro

25 ConIC

UNI-RN: 25 anos de ações inovadoras para o desenvolvimento de Natal

2025

GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO

Volume 2 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra

UNI-RN

SUBSOIL CONTEINERES ANALISE E DIAGNOSTICO

Autor(es):
Martim Soares Parreira do Amaral: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Pedro Henrique de Magalhães Pacheco Renolde: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho tem como objeto de estudo a empresa Subsoil Contêineres ltda, cuja razão social se dá pelo nome SUBSOIL CONTEINERES LTDA, com CNPJ de número 23.277.779, tendo como proprietário a sr. Rodrigo Luís de França. Seu ramo de negócio é o ramo de coleta de resíduos sólidos, tendo como clientes grandes geradores como supermercados e hotéis. Entre eles, nomes de relevância no cenário local, como o Hotel Serhs e o Grupo Nordestão. As áreas que a empresa atua são Natal e na grande natal, possuindo endereço comercial físico, sendo localizado na Av. Senador Salgado Filho, realiza seus atendimentos de forma virtual através do atendimento telefônico

(Metodologia) A pesquisa foi realizada pelos alunos junto ao diretor da empresa, o Sr. Rodrigo Luis de França, sendo o formato da pesuiqsa um estudo de caso sobre a empresa SUBSOIL CONTEINERES, as informações obtidas através de entrevista e conversas como também a visita tecnica a alguns clientes para a vizualização da operação, durou cerca de duas semanas. Assim obtendo informações sobre serviços e produtos oferecidos pela empresa.

(Resultados) Aqui está uma versão resumida do texto, mantendo a informação essencial e com aproximadamente 250 palavras: A Subsoil Contêineres LTDA, com CNPJ 23.277.779/0001-92, é especializada na *prestação de serviços e locação de maquinário* para a coleta de resíduos sólidos. A empresa atua em Natal e na Grande Natal, focando em *****grandes geradores***** como supermercados e hotéis, incluindo clientes de destaque como Hotel Serhs e Grupo Nordestão. O principal serviço envolve a instalação do equipamento *****Molok*****, a coleta e o descarte de *****resíduos da classe Dois-A (Lixo comum)*****. Seus diferenciais competitivos incluem a alta segurança e mecanização da coleta, que evita a contaminação e acidentes, e a rapidez na operação (coletando mais de 3 toneladas em 15 minutos). A *****precificação***** é baseada em três fatores principais: a instalação/locação do equipamento (valor fixo), a quantidade de resíduo produzido e o número de coletas. A empresa oferece dois tipos de contratos: *****Coletas fixas***** (com número pré-estabelecido) e *****Coletas por peso***** (realizadas sob demanda). A Subsoil Contêineres LTDA está na *****fase de maturidade***** do seu ciclo de vida, mas possui grande potencial de crescimento. Os planos de expansão incluem a atuação em novos municípios e o investimento em novas tecnologias, como usina de reciclagem e incinerador industrial, visando nichos como resíduos recicláveis e hospitalares. A empresa se destaca no mercado norte-rio-grandense por prezar pela excelência no serviço e pelo cuidado com o meio ambiente. (246 palavras)

(Conclusão) Após a análise do estudo de caso da empresa Subsoil contêineres LTDA, vale-se destacar que o mercado de resíduos é um mercado altamente competitivo, como também pouco explorado no país. Empresas como a Subsoil buscam cada vez mais o desenvolvimento e fortalecimento de suas marcas através não só de maquinário de última geração, mais serviço de excelência, como também a ideia de pertencimento e cuidado com o meio ambiente, através de suas ações e operações voltadas cada vez mais para um menor desgaste ecológico ao planeta, sendo exemplo na atividade que realiza.

Palavras-chave: Subsoil Contêineres LTDA, Coleta de resíduos sólidos, Grandes geradores, Molok, Natal e Grande Natal.

A CONTRIBUIÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA A GESTÃO ORGANIZACIONAL

Autor(es):
Allany Thalita Cosmo da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Evilly Tomás de Souza: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Ana Clara Gomes de Brito: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os sistemas de informação têm se consolidado como instrumentos essenciais para o funcionamento e o desenvolvimento das organizações modernas. Na atual era da informação, os dados se tornaram recursos estratégicos, fundamentais para a competitividade e a sobrevivência das empresas. Nesse contexto, os sistemas de informação (SI) cumprem o papel de transformar dados em conhecimento, apoiando gestores na tomada de decisões e na integração de processos internos. No entanto, mesmo diante de avanços tecnológicos significativos, muitas empresas brasileiras ainda enfrentam dificuldades na adoção de ferramentas digitais, especialmente devido a limitações de infraestrutura, custos e falta de capacitação. Assim, o estudo tem como propósito analisar de que forma os sistemas de informação contribuem para a gestão organizacional, considerando o cenário brasileiro e a crescente tendência de digitalização no ambiente corporativo.

(Metodologia) A metodologia adotada caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, fundamentada em levantamento bibliográfico de cinco artigos científicos que abordam o papel dos sistemas de informação na gestão empresarial. A análise foi complementada com dados secundários de fontes oficiais, especialmente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que retratam o panorama atual do uso das tecnologias de informação nas empresas brasileiras. Para o tratamento das informações, utilizou-se o método de análise de conteúdo nos artigos selecionados e análise descritiva dos dados estatísticos, a fim de estabelecer uma correlação entre os achados teóricos e a realidade empresarial do país. Esse cruzamento entre literatura e dados empíricos possibilitou uma visão mais ampla sobre a aplicação e os impactos dos sistemas de informação na gestão organizacional.

(Resultados) Os resultados indicam que os sistemas de informação exercem influência direta na eficiência das operações e na qualidade das decisões estratégicas. Empresas que adotam sistemas estruturados apresentam maior integração entre setores, otimização de processos e capacidade de resposta mais ágil às demandas do mercado. O estudo também revela coerência entre a literatura e os dados nacionais, confirmando que há um crescimento contínuo no uso de tecnologias digitais no Brasil. Dados recentes mostram que a maioria das empresas já utiliza computadores, internet e tecnologias avançadas, mas ainda há disparidades expressivas entre grandes corporações e microempresas. Apesar disso, o aumento do acesso à internet e o avanço da conectividade em regiões menos desenvolvidas reforçam a tendência de expansão dos sistemas de informação e ampliam as oportunidades de inovação.

(Conclusão) Conclui-se que os sistemas de informação são fundamentais para o fortalecimento da competitividade e a modernização da gestão organizacional. Eles proporcionam melhor aproveitamento dos dados, integração entre áreas e suporte efetivo à tomada de decisões, tornando-se um diferencial estratégico nas organizações. Contudo, ainda persistem desafios relacionados à infraestrutura, à resistência cultural e à capacitação das equipes, especialmente em empresas de pequeno porte. Dessa forma, o estudo reforça a importância de políticas e iniciativas que incentivem a adoção de tecnologias digitais e o desenvolvimento de competências informacionais. Com isso, os sistemas de informação deixam de ser apenas ferramentas operacionais e passam a representar um eixo central para a transformação digital e o crescimento sustentável das organizações.

Palavras-chave: Sistemas de informação. Gestão organizacional. Transformação digital. Competitividade. Tecnologia.

ADMINISTRAÇÃO MERCADOLÓGICA E COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: UM ESTUDO DE CASO PRÁTICO

Autor(es):
Anna Clara dos Santos Martins: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O projeto de extensão tem como objetivo a realização de um diagnóstico inicial aprofundado e elaboração de um relatório detalhado, aplicando os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de Administração Mercadológica II e Comportamento do consumidor em um ambiente empresarial real. Este trabalho tem como objeto de estudo a empresa Planet Zen, uma empresa familiar, cuja razão social se dá pelo nome VIA LITORAL LTDA com CNPJ de número 20.163.716/0001-17, tendo como proprietária a Sra. Eliane Maria Barboza dos Santos. Seu ramo de negócios é a confecção de peças de vestuário, como camisetas, baby looks, vestidos, etc. Tendo como clientes lojas de turismo, como por exemplo, as lojas das feiras de artesanato.

(Metodologia) A metodologia adotada para este estudo de caso, que busca garantir uma melhor compreensão da empresa como um todo, compreende uma abordagem multifacetada, que inclui alguns métodos utilizados como a pesquisa documental (análise de documentos internos da empresa), observação participante (participação diária nos acontecimentos da empresa) e entrevistas (com a proprietária e funcionários-chave).

(Resultados) Com base nos resultados apresentados, é possível afirmar que tanto em relação à administração mercadológica, quanto ao comportamento do consumidor, a empresa Via Litoral ainda tem muito a expandir e crescer em cada área. Na administração mercadológica destaca-se o fato da empresa ter um nome reconhecido dentro do mercado, recebendo diversos feedbacks positivos, porém também revela um ponto de atenção em acompanhar a inovação do mercado, já que seus produtos já estão na maturidade e precisa desenvolver novos modelos, estampas e cores, para permanecer relevante no mercado. No que se refere ao comportamento do consumidor evidencia a qualidade e confiança reconhecida pelos seus clientes, porém é notável a falta de incentivo no marketing de relacionamento, o que seria um grande diferencial no processo de fidelização dos clientes e conquista de novos clientes.

(Conclusão) Ao finalizar este relatório, podemos concluir que a integração entre essas duas disciplinas são cruciais para a compreensão da realidade empresarial, é possível entender melhor como os consumidores se comportam e como as empresas podem criar estratégias de marketing eficazes para atender às suas necessidades. Além de permitir uma melhor tomada de decisão, com mais clareza das informações e com mais eficácia, aumentando a competitividade em relação à concorrência.

Palavras-chave: Administração mercadológica; Comportamento do consumidor; Administração; Empresa familiar; Projeto de extensão

ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING E DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR DA EMPRESA SUPERZON (NATAL FILTROS COMÉRCIO DE PURIFICADORES LTDA-EPP)

Autor(es):
Vinicius Leonardo Fernandes da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do Projeto de Extensão V do curso de Administração do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), e tem como finalidade analisar as estratégias de marketing adotadas pela empresa Superzon, identificando sua relação com o comportamento de compra de seus consumidores. A empresa em estudo, Natal Filtros Comércio de Purificadores Ltda-EPP, atua há mais de 50 anos no mercado potiguar, destacando-se na comercialização de purificadores de água, filtros e bebedouros industriais. A organização consolidou sua imagem no setor por meio da tradição, qualidade e confiança transmitidas aos seus clientes. Nesse contexto, compreender como se estruturam os elementos do mix de marketing (produto, preço, praça e promoção), bem como os fatores que influenciam o comportamento do consumidor, torna-se essencial para avaliar o posicionamento competitivo da empresa e identificar oportunidades de melhoria. Assim, este estudo propõe-se a investigar a atuação mercadológica da Superzon, observando suas estratégias operacionais, práticas de relacionamento e potencial de fidelização de clientes.

(Metodologia) O estudo foi conduzido por meio de uma pesquisa qualitativa, com enfoque descritivo e exploratório. Essa abordagem permitiu compreender a realidade da empresa a partir da percepção de seus gestores e colaboradores, possibilitando uma análise mais profunda das práticas de marketing e comportamento do consumidor. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas estruturadas com dois representantes da empresa: Madson André, supervisor de logística, e Lucas Cavalcante, gerente financeiro. As entrevistas ocorreram entre 1º e 30 de agosto de 2025, totalizando um período de 30 dias de observação e análise. Os dados coletados foram organizados em categorias temáticas com base nos conceitos de mix de marketing, gestão de marca (branding) e comportamento do consumidor, permitindo a formulação de um diagnóstico situacional da Superzon e a identificação de seus principais desafios estratégicos.

(Resultados) A pesquisa identificou que a Superzon tem como principal produto os purificadores de água, complementados por filtros e bebedouros industriais. A empresa se destaca pela qualidade, tradição e pelos serviços diferenciados, como garantia estendida, instalação gratuita e suporte técnico rápido. A distribuição ocorre principalmente pela loja física, com entregas diretas e atuação de revendedores. A promoção é feita por meio de redes sociais e propagandas locais, consolidando o reconhecimento da marca. O público-alvo é diversificado, incluindo empresas e consumidores residenciais. A decisão de compra é influenciada pela confiança na marca e pela durabilidade dos produtos.

(Conclusão) A análise evidenciou que a Superzon apresenta sólidos processos administrativos, tradição no mercado e forte reconhecimento da marca, sustentando sua posição competitiva no setor de purificadores de água. No entanto, há necessidade de modernização em suas práticas de marketing, especialmente na adoção de estratégias digitais e programas de fidelização. A ausência de ferramentas tecnológicas e de integração entre as áreas de marketing, logística e relacionamento com o cliente pode restringir o crescimento sustentável da empresa. Assim, recomenda-se o investimento em capacitação de colaboradores, inovação tecnológica e fortalecimento da presença digital para garantir maior competitividade e engajamento com o público. O trabalho contribuiu para ampliar a compreensão da importância da gestão de marketing integrada e da logística como elo estratégico entre as operações e a satisfação do cliente, reforçando a necessidade de uma visão sistêmica e inovadora na administração de empresas.

Palavras-chave: Marketing; Comportamento do Consumidor; Fidelização; Branding; Estratégia Empresarial; Superzon.

ANÁLISE DE MARKETING E COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR DO SUPER SHOW ALTO ALVORADA

Autor(es):
Clara Estefane Oliveira de Farias: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Hamili Fereira de Melo: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O comportamento do consumidor é um dos principais focos do marketing moderno, pois compreender como o cliente pensa, sente e reage às estratégias de venda permite que as empresas aprimorem suas ações e obtenham melhores resultados. No setor supermercadista, essa compreensão se torna ainda mais importante, já que as decisões de compra são influenciadas por fatores como preço, atendimento, ambiente, promoções e experiência de compra. O Super Show Alto Alvorada, localizado na Zona Norte de Natal/RN, destaca-se pelo esforço em oferecer produtos de qualidade e atendimento próximo à comunidade. Entretanto, para manter-se competitivo e fortalecer o relacionamento com os clientes, é fundamental analisar de forma mais detalhada o comportamento do consumidor e as estratégias de marketing utilizadas diariamente. Dessa forma, este projeto de extensão tem como foco a análise do marketing e do comportamento do consumidor no Super Show Alto Alvorada, identificando fatores que influenciam decisões de compra, avaliando a percepção dos clientes e propondo ações para aprimorar comunicação, atendimento e fidelização, fortalecendo a imagem da empresa no mercado local.

(Metodologia) O presente projeto de extensão será desenvolvido por meio de uma pesquisa observacional de caráter qualitativo, com o objetivo de compreender o comportamento dos consumidores e as estratégias de marketing aplicadas no ambiente do Super Show Alto Alvorada. A coleta de dados será realizada através da observação direta no local, durante diferentes dias e horários, buscando identificar como os consumidores se comportam diante de fatores como atendimento, organização do espaço, exposição dos produtos, promoções e ambiente da loja. Durante o processo, serão registradas as percepções e comportamentos observados, sem qualquer interferência na rotina dos clientes ou colaboradores, garantindo o respeito à privacidade e à naturalidade das ações. Após as observações, as informações coletadas serão analisadas de forma descritiva, permitindo identificar padrões de comportamento, pontos fortes e oportunidades de melhoria nas práticas de marketing e atendimento do supermercado.

(Resultados) Durante as observações realizadas no Super Show Alto Alvorada, foi possível identificar aspectos importantes do comportamento dos consumidores e das estratégias de marketing da loja. Observou-se que os clientes demonstram preferência por setores organizados e visualmente atrativos, além de reagirem positivamente a promoções claras e produtos estrategicamente expostos. O atendimento mostrou-se um fator essencial, influenciando a satisfação e a permanência dos clientes. A ambientação da loja, incluindo limpeza, iluminação e disposição dos produtos, também impactou a experiência de compra, tornando-a mais agradável e incentivando decisões de compra. Notou-se ainda a presença de diferentes perfis de consumidores: alguns buscam rapidez e eficiência, enquanto outros exploram diversos setores e produtos. Esses resultados indicam que melhorias simples em atendimento, organização, comunicação visual e ambientação podem aumentar a satisfação do cliente e fortalecer a fidelização, reforçando a importância de entender o comportamento do consumidor para estratégias de marketing mais eficazes.

(Conclusão) A partir das observações realizadas no Super Show Alto Alvorada, foi possível compreender que o comportamento do consumidor está diretamente ligado às estratégias de marketing e à experiência de compra oferecida pela empresa. Fatores como organização dos setores, bom atendimento, ambiente agradável e promoções claras influenciam as decisões de compra e a satisfação dos clientes. Conclui-se que observar o comportamento do consumidor é essencial para desenvolver estratégias mais eficazes, aprimorar o relacionamento com o público e fortalecer a imagem do supermercado no mercado local.

Palavras-chave: Marketing; Comunicação; Cliente; Mercado; Vendas

ATELIER THIAGO ALMEIDA: ANÁLISE E DIAGNÓSTICO EMPRESARIAL

Autor(es):
Cecília Yasmin Alencar Alves: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Maria Eduarda da Silva Almeida: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como objeto de estudo a empresa Atelier Thiago Almeida Festas Ltda., localizada em Natal/RN, especializada na locação e confecção de vestidos de festa femininos. O estudo surge da necessidade de compreender os fatores que contribuem para o posicionamento competitivo da marca no mercado regional de moda festa e de identificar oportunidades de aperfeiçoamento estratégico. Segundo Kotler e Keller, a gestão eficaz do composto mercadológico (produto, preço, praça e promoção) é essencial para o desempenho organizacional. Assim, a pesquisa buscou analisar as práticas administrativas e mercadológicas do Atelier, avaliando sua atuação em marketing, finanças e relacionamento com o cliente.

(Metodologia) O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e com abordagem de estudo de caso. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com o gestor Thiago Rodrigo Soares de Almeida, proprietário e responsável pela administração da empresa. A coleta de informações ocorreu durante um período de um mês e quinze dias, com visitas quinzenais à loja física. As observações diretas e as informações obtidas em entrevista serviram de base para a análise dos processos internos e externos, com apoio em referenciais teóricos da área de marketing e gestão empresarial.

(Resultados) Os resultados evidenciam que o Atelier Thiago Almeida apresenta um mix de produtos bem estruturado e um modelo de atendimento personalizado que privilegia a experiência do cliente. Entre seus diferenciais estão a excelência no atendimento, a oferta de um “look completo” (vestidos e acessórios combinados) e a transparência na precificação. A margem de contribuição aplicada (50%) assegura a sustentabilidade financeira da empresa. O negócio encontra-se na fase de maturidade do ciclo de vida do produto, com oportunidades de expansão em nichos relacionados, como trajes temáticos e eventos de formatura. A comunicação é fortemente sustentada pelas redes sociais, especialmente Instagram e TikTok, que funcionam como vitrines digitais da marca. Entretanto, identificou-se a ausência de um programa formal de fidelização e a inexistência de um slogan oficial, o que representa oportunidades estratégicas de fortalecimento da identidade da marca.

(Conclusão) Conclui-se que o Atelier Thiago Almeida possui estrutura sólida e reconhecida, sustentada por qualidade, acolhimento e preço justo. Contudo, a adoção de práticas sistemáticas de marketing de relacionamento e a criação de um programa de fidelização podem ampliar a retenção de clientes e o valor percebido da marca. O estudo proporcionou às pesquisadoras a aplicação prática de conceitos administrativos, evidenciando a importância de integrar teoria e prática para compreender a dinâmica empresarial e propor melhorias sustentáveis.

Palavras-chave: Moda festa. Estratégia empresarial. Marketing. Fidelização de clientes. Gestão.

BRASIL EMBALAGENS: DIAGNÓSTICO DE MARKETING E COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

Autor(es):
Gabriel Fonseca Bezerra: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Matheus Gustavo Sousa de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo foi desenvolvido com base no Projeto de Extensão V do curso de Administração, tendo como objeto de análise a empresa Brasil Embalagens, distribuidora potiguar que atua há quase uma década no fornecimento de embalagens, produtos de limpeza, higiene e utilidades. A organização se destaca pela variedade de seu portfólio e pela agilidade no atendimento, características que consolidaram sua presença no mercado regional. O trabalho propôs-se a aplicar conhecimentos de Administração Mercadológica II e Comportamento do Consumidor em um contexto real, buscando compreender como as práticas comerciais e de comunicação da empresa influenciam a percepção e o comportamento de seus clientes.

(Metodologia) A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso qualitativo, com abordagem descritiva e exploratória. Foram utilizados dados coletados entre maio e setembro de 2025, por meio de entrevistas com gestores, observações diretas e análise de documentos internos. Essa metodologia possibilitou compreender o funcionamento prático da empresa e a percepção dos clientes quanto ao atendimento, variedade de produtos e presença de marca. A análise também foi guiada por conceitos de marketing e comportamento do consumidor, permitindo integrar o aprendizado acadêmico à realidade empresarial.

(Resultados) O diagnóstico mostrou que a Brasil Embalagens possui um modelo de negócio robusto, sustentado por um mix de mais de 18 departamentos que abrangem desde copos, tampas e potes até produtos de limpeza e utilidades. Essa amplitude reforça a conveniência para o cliente e o posicionamento da empresa como parceira de negócios locais. O estudo identificou que o público é diversificado “composto por bares, restaurantes, supermercados e pequenos empreendedores” o que exige flexibilidade no atendimento e estratégias comerciais segmentadas. A comunicação da marca é eficiente e próxima, com destaque para o uso do WhatsApp e das redes sociais, especialmente o Instagram, como canais de relacionamento. Ainda assim, observou-se a necessidade de uma comunicação institucional mais estruturada, que traduza a essência da empresa em campanhas de longo prazo. Outro ponto observado foi a oportunidade de desenvolver programas de fidelização e ações que valorizem o cliente recorrente. De modo geral, a empresa apresenta bom desempenho operacional, sólida reputação e uma cultura organizacional pautada em eficiência e atendimento humanizado.

(Conclusão) Conclui-se que a Brasil Embalagens é uma organização em fase de consolidação e expansão, com potencial para evoluir ainda mais ao alinhar sua comunicação, estratégias de relacionamento e presença digital. O estudo demonstrou que o sucesso da empresa está diretamente ligado à capacidade de servir bem o cliente e oferecer soluções completas de forma ágil e confiável. A experiência de pesquisa permitiu aos discentes vivenciar a aplicação prática dos conteúdos de marketing e comportamento do consumidor, fortalecendo a compreensão sobre como decisões estratégicas, quando sustentadas por análise e sensibilidade, podem impulsionar o crescimento de empresas locais.

Palavras-chave: Marketing; Comportamento do consumidor; Estratégia de mercado; Relacionamento com o cliente; Diagnóstico organizacional.

BURNOUT EM MÉDICOS

Autor(es):
Maria Letícia de Souza Gomes: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Amanda Carolina de Oliveira Salvador: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na sociedade contemporânea, o adoecimento mental de profissionais tem se tornado um fenômeno crescente, especialmente entre os médicos. Esses profissionais estão constantemente expostos a altos níveis de estresse, jornadas extensas, contato direto com a dor, o sofrimento e a morte, além da pressão por resultados imediatos e da responsabilidade pela vida de seus pacientes. Nesse contexto, a Síndrome de Burnout é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um fenômeno ocupacional, caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional. No caso dos médicos, esses sintomas comprometem o atendimento, aumentam a possibilidade de erros e prejudicam o relacionamento com os pacientes.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi baseada em pesquisa bibliográfica e análise de dados secundários, a partir de artigos científicos, relatórios e pesquisas sobre saúde mental de profissionais da área médica. Entre as fontes utilizadas, destaca-se a pesquisa do Research Center da Afya, que revelou que 62% dos médicos desenvolveram quadro diagnosticado ou sintomático de Síndrome de Burnout ao longo da carreira. Essa abordagem qualitativa permitiu compreender o contexto do problema e suas possíveis formas de enfrentamento.

(Resultados) Os resultados obtidos evidenciam que o burnout é um problema grave e silencioso entre médicos, afetando não apenas sua saúde física e mental, mas também a qualidade do atendimento prestado aos pacientes. A rotina intensa, a cobrança por resultados, a falta de descanso e o contato contínuo com situações de sofrimento são fatores determinantes para o surgimento da síndrome. Além disso, observou-se que o burnout aumenta a vulnerabilidade a transtornos como ansiedade, depressão e ideação suicida, demonstrando a urgência de políticas de prevenção e acolhimento psicológico nas instituições de saúde.

(Conclusão) Conclui-se que a Síndrome de Burnout entre médicos é uma realidade alarmante que requer atenção imediata. A implementação de medidas preventivas, como redução de cargas horárias abusivas, oferta de apoio psicológico, incentivo ao autocuidado, à prática de exercícios físicos e à valorização do lazer, é essencial para promover o bem-estar e preservar a saúde desses profissionais. Compreender e enfrentar o adoecimento mental entre médicos é fundamental não apenas para garantir a qualidade de vida desses trabalhadores, mas também para assegurar a segurança e a saúde da população que eles atendem.

Palavras-chave: Síndrome de Burnout; Médicos; Saúde Mental; Estresse Ocupacional; Qualidade de Vida.

BURNOUT EM MÉDICOS

Autor(es):
Maria Letícia de Souza Gomes: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Amanda Carolina de Oliveira Salvador: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O presente trabalho tem como objetivo analisar a Síndrome de Burnout entre médicos, destacando as principais causas, consequências e formas de prevenção dessa condição que tem se tornado cada vez mais comum na sociedade contemporânea. O estudo busca conscientizar sobre a importância da saúde mental dos profissionais da medicina, evidenciando como o excesso de estresse, as longas jornadas e a pressão constante podem levar ao esgotamento físico e emocional.

(Proposta do roteiro) A proposta do roteiro baseia-se em uma apresentação em vídeo, construída a partir de falas alternadas entre as alunas Amanda e Letícia. O roteiro foi dividido em três partes introdução, desenvolvimento e conclusão e apresenta, de maneira didática, o conceito de burnout, os fatores de risco presentes na rotina médica e a relevância do autocuidado como forma de prevenção. A abordagem foi planejada para tornar o tema acessível e reflexivo, promovendo o aprendizado e o diálogo sobre o assunto.

(Efeitos esperados) Como efeitos esperados, espera-se que o trabalho estimule a conscientização sobre o burnout, incentive a busca por equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

CENTRO AVANÇADO EM FISIOTERAPIA ESPORTIVA LTDA

Autor(es):
Moni Kelly de Almeida Batista: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Projeto de Extensão V tem como finalidade integrar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de Administração Mercadológica II e Comportamento do Consumidor à realidade empresarial. Por meio de um diagnóstico inicial em uma organização, os alunos aplicam conceitos teóricos em um ambiente prático, desenvolvendo habilidades de análise e reflexão crítica. Objetivos específicos do relatório de diagnóstico: Analisar a estratégia de marketing da empresa, considerando os 4 Ps, ciclo de vida dos serviços e gestão da marca. Avaliar o comportamento do consumidor em relação à empresa, identificando público-alvo, processo de decisão de compra, satisfação, fidelização e canais de relacionamento. Elaborar considerações finais que integrem os achados das análises com a prática das disciplinas.

(Metodologia) A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, conduzida por meio do método de estudo de caso, escolhido por permitir uma análise aprofundada da realidade da empresa Fisio Centro Avançado em Fisioterapia Esportiva LTDA (FisioSport). Esse método possibilitou compreender suas particularidades organizacionais, estratégias de atuação e desafios enfrentados no contexto de mercado. Para a coleta de dados, foram utilizados diferentes instrumentos, de modo a garantir maior confiabilidade e riqueza de informações. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores e colaboradores, com o intuito de compreender percepções, desafios e estratégias adotadas pela empresa. Além disso, empregou-se a observação direta in loco, que permitiu identificar aspectos relacionados à rotina organizacional, à estrutura física e à dinâmica do atendimento. Também foi feita a análise documental de materiais disponibilizados pela organização, incluindo relatórios internos e registros administrativos. A coleta de dados ocorreu ao longo do trimestre letivo de 2025, período em que foram conduzidas as entrevistas, observações e análises documentais, proporcionando uma visão atualizada e consistente sobre o funcionamento e as práticas da empresa.

(Resultados) Os resultados obtidos evidenciaram que a FisioSport apresenta diferenciais competitivos relevantes, como o atendimento humanizado, a credibilidade consolidada no mercado local e a integração de múltiplos serviços em um único espaço. No entanto, foram identificadas oportunidades de melhoria relacionadas à necessidade de políticas estruturadas de marketing, programas formais de fidelização e uma gestão de marca mais consolidada. Conclui-se que a aplicação prática dos conceitos de marketing e comportamento do consumidor contribui significativamente para o fortalecimento da marca, o aumento da fidelização e o crescimento sustentável da organização.

(Conclusão) O diagnóstico realizado proporcionou uma compreensão ampla da realidade mercadológica da FisioSport, destacando seus diferenciais competitivos, como o atendimento humanizado, a credibilidade consolidada no mercado local e a integração de múltiplos serviços em um único espaço, fatores que agregam valor à experiência do cliente. Ao mesmo tempo, foram identificados desafios estratégicos importantes, como a necessidade de estruturar políticas de marketing, desenvolver programas de fidelização e fortalecer a gestão da marca. Constatou-se que a aplicação prática dos conceitos de marketing e comportamento do consumidor é fundamental para orientar decisões gerenciais, ampliar a fidelização e promover o crescimento sustentável da empresa, consolidando sua presença e reputação no mercado.

Palavras-chave: Marketing. Diagnóstico empresarial. Fisioterapia esportiva. Comportamento do consumidor. Fidelização. Branding. Estratégia organizacional.

DEPRESSÃO EM DONOS E GERENTES DE EMPRESAS

Autor(es):
Allany Thalita Cosmo da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Evilly Tomás de Souza: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Ana Clara Gomes de Brito: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo “Depressão em Donos e Gerentes de Empresas” tem como objetivo principal sensibilizar o público sobre a importância da saúde mental dos líderes empresariais, abordando de forma clara e acessível os impactos da depressão e do burnout na vida pessoal e profissional desses indivíduos. A ideia central é demonstrar que gestores e empreendedores, apesar de ocuparem posições de liderança, também enfrentam pressões intensas que podem levar ao adoecimento emocional, comprometendo o desempenho e a sustentabilidade das organizações.

(Proposta do roteiro) A proposta do roteiro é apresentar o tema de maneira didática e reflexiva, por meio da fala de três alunas do curso de Administração. A primeira introduz o tema e sua relevância no contexto organizacional; a segunda explica os principais conceitos e causas da depressão e do burnout no ambiente de trabalho; e a terceira destaca dados, consequências e estratégias de prevenção, como acompanhamento psicológico, equilíbrio entre vida pessoal e profissional e criação de ambientes corporativos mais saudáveis. O vídeo encerra com uma reflexão sobre a importância de se discutir o tema sem preconceitos, ressaltando que cuidar da saúde mental dos líderes é também cuidar do futuro das empresas.

(Efeitos esperados) A relevância da produção está em estimular a conscientização sobre o bem-estar psicológico na gestão empresarial, quebrando tabus e promovendo o diálogo sobre saúde mental no mundo corporativo. Espera-se que o vídeo contribua para uma mudança de percepção, incentivando empresas e gestores a valorizarem práticas de autocuidado e políticas organizacionais voltadas à prevenção de transtornos mentais.

DIAGNÓSTICO DE MARKETING E COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR – HEST

Autor(es):
Carlos Eduardo Borges Santos de Tacarijú Portella: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Henrique do Vale Silva Penha Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Projeto de Extensão V tem como objetivo aplicar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de Administração Mercadológica II e Comportamento do Consumidor em um ambiente empresarial real. A empresa estudada é a Hest, fundada em 2025 em Natal/RN, com atuação também no Rio de Janeiro e em São Paulo. Seu propósito é transformar imóveis subutilizados em fontes de renda para os proprietários, oferecendo experiências de hospedagem de alta qualidade. A Hest administra imóveis próprios e de terceiros, priorizando apartamentos bem localizados, operando com rede de prestadores locais e gestão centralizada.

(Metodologia) A pesquisa foi conduzida como um estudo de caso com abordagem qualitativa, buscando compreender aspectos estratégicos e comportamentais dos consumidores da empresa. Foram realizadas entrevistas não estruturadas com gestores e observações diretas dos canais digitais, como Instagram, Airbnb e Booking, além da análise de materiais institucionais. O período de coleta ocorreu durante o mês de setembro de 2025.

(Resultados) A análise mercadológica mostrou que o principal serviço da Hest é a administração completa de imóveis por temporada, com diferenciais como fotos profissionais, enxoval padronizado, precificação inteligente e atendimento personalizado. A política de preços baseia-se em análise de mercado e demanda, com cobrança de comissão sobre reservas, taxa de implementação e limpeza. O uso de inteligência artificial para precificação representa um diferencial competitivo importante. Quanto à distribuição, a Hest atua nas plataformas Airbnb e Booking, além de manter forte presença no Instagram e contato direto com proprietários. Um site próprio está em desenvolvimento para ampliar a captação direta de reservas. Em promoção, a marca utiliza estratégias digitais e identidade visual moderna, com destaque para a cor coral (#FF6B5E) e tipografia minimalista, transmitindo modernidade e acolhimento. O público-alvo é composto por dois grupos: hóspedes – turistas nacionais e estrangeiros, casais, famílias e executivos – e proprietários de imóveis em regiões estratégicas que buscam maior rentabilidade em relação ao aluguel tradicional. Entre os fatores de decisão de compra estão localização, avaliações, fotos e projeção de rentabilidade. A empresa apresenta alto índice de satisfação e fidelização, evidenciado pelas avaliações positivas e suporte 24 horas. Entre os desafios identificados estão manter a qualidade durante a expansão, fortalecer o reconhecimento nacional e ampliar o portfólio com rentabilidade. Os diferenciais competitivos incluem gestão completa, comunicação humanizada, precificação inteligente e branding consistente.

(Conclusão) O diagnóstico confirma que a Hest possui um modelo de negócios inovador e sustentável, com forte potencial competitivo e de expansão. A integração entre marketing e comportamento do consumidor permitiu compreender como a empresa alinha suas estratégias às expectativas de hóspedes e proprietários. O projeto possibilitou aprendizado prático sobre a aplicação de conceitos mercadológicos e fortaleceu a capacidade analítica e estratégica do grupo em um contexto real de mercado.

Palavras-chave: Marketing; Comportamento do consumidor; Estratégia; Branding; Hospitalidade; Hest.

EMPRESA QUIOSQUE VIP: ANÁLISE DE MARKETING E COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

Autor(es):
Ana Luiza de Sousa Galvão: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este Projeto de Extensão V, desenvolvido no curso de Administração do UNI-RN, tem como objetivo aplicar na prática os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação por meio da análise da empresa Quiosque Vip, localizada em Bom Jesus/RN. O estudo busca compreender sua realidade organizacional, estratégias e desafios no mercado local. O problema de pesquisa consiste em identificar as fragilidades e oportunidades de melhoria nos processos administrativos e mercadológicos da empresa. A análise fundamenta-se em conceitos de gestão, marketing e comportamento do consumidor, permitindo avaliar o desempenho e propor ações que contribuam para o fortalecimento da marca e aprimoramento da gestão. Por meio desta pesquisa, pretende-se demonstrar a importância da análise organizacional como instrumento para o desenvolvimento de microempresas e para a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos no curso.

(Metodologia) A metodologia adotada neste projeto de extensão caracteriza-se por ser uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e aplicada, tendo como principal estratégia o estudo de caso realizado na empresa Quiosque Vip, localizada na cidade de Bom Jesus/RN. Essa abordagem foi escolhida por permitir uma compreensão mais profunda da realidade organizacional, possibilitando a análise detalhada de suas práticas administrativas, estratégias mercadológicas e relacionamento com os consumidores. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista direta com a gestora e proprietária da empresa, Ana Paula Marinho dos Santos, que forneceu informações sobre a estrutura, funcionamento, estratégias de marketing e desafios enfrentados pelo negócio. Além disso, foram observados documentos e registros disponibilizados pela gestora. O estudo foi desenvolvido em ambiente real, dentro das condições cotidianas da empresa, o que possibilitou observar comportamentos, identificar problemas e levantar oportunidades de melhoria. Dessa forma, a metodologia aplicada contribuiu para integrar os conhecimentos teóricos adquiridos no curso de Administração com a prática empresarial, permitindo uma análise consistente e fundamentada da organização estudada.

(Resultados) A pesquisa realizada na empresa Quiosque Vip possibilitou identificar seus principais pontos fortes e fragilidades. Constatou-se que a empresa possui bom relacionamento com os clientes, atendimento personalizado e um ambiente acolhedor, fatores que contribuem para a fidelização e para a boa imagem no mercado local. O mix de produtos é adequado ao perfil do público, formado por jovens e adultos que buscam lazer e entretenimento. As estratégias de preço e promoção são simples, mas eficazes, baseadas em datas comemorativas e combos promocionais. A divulgação ocorre principalmente pelas redes sociais, especialmente Instagram e WhatsApp Business, o que garante proximidade com os consumidores. Entretanto, observou-se a dependência das atividades na proprietária, a falta de processos formalizados e a limitação de investimentos em marketing e expansão. Apesar dessas fragilidades, conclui-se que a empresa apresenta potencial de crescimento, podendo alcançar melhores resultados com o aprimoramento da gestão e o fortalecimento da marca.

(Conclusão) O estudo sobre a empresa Quiosque Vip permitiu compreender sua realidade organizacional e identificar pontos fortes e fragilidades. Constatou-se que o bom atendimento, o ambiente acolhedor e o relacionamento com os clientes são fatores que contribuem para o sucesso do negócio. Entretanto, a falta de processos formalizados e a centralização das atividades na proprietária limitam o crescimento da empresa. Assim, recomenda-se investir em planejamento estratégico, marketing e padronização das operações. Conclui-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, possibilitando aplicar os conhecimentos teóricos à prática e contribuindo para o desenvolvimento e aprimoramento da gestão da empresa.

Palavras-chave: Administração; Diagnóstico Empresarial; Marketing; Consumidor

ERA DIGITAL NAS EMPRESAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A GESTÃO CORPORATIVA

Autor(es):
Marcio Melo De Carvalho Neto: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Ana Clara da Costa Dantas: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Natália Constança Tinoco de Andrade Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Mariana Silva de Araujo: Discente do curso de Administração do UNI-RN
José Luciano Vasconcelos Alves Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esse resumo irá abordar a Era Digital nas Empresas e como isso impacta a Gestão Corporativa. A princípio, percebe-se como esse assunto vem se tornando cada vez mais presente na atualidade e trazendo uma necessidade maior de atenção, já que ao mesmo tempo que apresenta desafios na sua implementação, abre oportunidades de crescimento empresarial. A transformação digital vem impulsionando mudanças internas nas entidades desde a adoção de plataformas de IA para novos projetos até a reformulação na forma como os gestores fazem seus planejamentos administrativos, tendo em vista que os empresários que se reciclarem, permanecerão ativos no mercado, liderando a competitividade, enquanto os que permanecerem estáticos em relação as mudanças, possivelmente serão passados para trás e esquecidos com o tempo e inovações. Desse modo, é notável a necessidade do estudo das ferramentas de IA e seus impactos para fazer uma boa reciclagem da marca e reposicionamento de mercado, visando manter-se na competitividade.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi qualitativa-investigativa, visto que apesar de ter sido fundamentada em levantamentos de artigos, relatórios e estudos confiáveis, é um tema que a cada dia se desenvolve mais, ou seja, além da análise dos conceitos já consolidados, também foi feita uma reflexão crítica das possíveis tendências. Os critérios para as escolhas dos materiais foram a autoridade, buscando relatórios institucionais, relevância temática, escolhendo os que falavam diretamente dos impactos da tecnologia no mundo empresarial e, recorte temporal, optando por publicações entre 2015 e 2025, já que é um tema que se renova sempre.

(Resultados) Após a pesquisa, pode-se analisar que, embora a transformação digital seja uma oportunidade de crescimento e destaque das empresas no mercado, apresenta barreiras para ser implementada de totalmente. Entre esses entraves, os principais são a resistência cultural de um povo que tem receio de “abandonar” uma forma de trabalho enraizada e implementar uma nova, assim como reforçado por Gois et al. (2023). Além disso, tem-se os custos para a adoção das ferramentas de inovação tecnológica e, por fim, a necessidade constante de qualificação, o que acaba gerando um custo extra. Apesar desses pontos, é possível concluir que os benefícios da inovação na forma de gestão, implantando as tecnologias, superam os obstáculos, assim como afirmado por Stradioto et al. (2023), onde diz que as organizações que se reciclarem apresentarão mais agilidade e eficiência, fortalecendo-se no mercado. Por fim, Tadeu et al. (2025) apontam que o Brasil se encontra num estágio introdutório das tecnologias e essa imaturidade limita a capacidade de inserção no cenário global, o que reforça a necessidade de maior atenção nesse assunto para criar uma rede de programas de capacitação profissional.

(Conclusão) Portanto, nesse estudo conclui-se que o assunto vem numa crescente exponencial, demandando uma atenção maior para que as empresas se adequem a essa nova forma de gestão, implementando ferramentas de tecnologia avançada e assim alcançando inovação nos seus produtos e serviços, além de garantir posicionamento de liderança na competitividade do mercado. Dessa maneira, compreende-se de maneira ampla quais os principais desafios e perspectivas na era digital das empresas e entende-se melhor sobre gestão das entidades e possíveis rumos administrativos do futuro.

Palavras-chave: Inovação Tecnológica. Competitividade de Mercado. Crescimento Empresarial. Gestão. Ferramentas de IA.

FLORÂNIA DISTRIBUIDORA DE ÁGUA MINERAL

Autor(es):
Ana Luiza Dantas de Azevedo: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Projeto de Extensão V, desenvolvido no curso de Administração do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), teve como finalidade integrar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas Administração Mercadológica II e Comportamento do Consumidor por meio da aplicação prática em um ambiente empresarial real. A empresa analisada foi a Florania Distribuidora de Água Mineral, localizada em Natal/RN, que atua na comercialização de garrafões de 10 L e 20 L. O estudo buscou compreender as estratégias mercadológicas e de relacionamento com o cliente empregadas pela empresa, considerando o contexto competitivo do mercado local.

(Metodologia) A pesquisa foi de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de um estudo de caso. Os dados foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas com o gestor da empresa e observação direta das rotinas e processos organizacionais, realizadas no mês de setembro de 2025. Essa abordagem permitiu compreender de forma aprofundada as percepções, práticas e desafios enfrentados pela empresa em seu ambiente de atuação, relacionando teoria e prática administrativa.

(Resultados) O estudo demonstrou que a empresa possui um mix de produtos restrito, composto por garrafões de água mineral de 10 L e 20 L, com preços competitivos e entrega rápida como diferenciais estratégicos. A política de preços é definida a partir dos custos de aquisição e transporte, acrescidos de margem de lucro e análise de mercado. A comunicação é predominantemente informal, baseada na divulgação boca a boca e no uso de panfletos, o que reforça a reputação local, embora a empresa ainda não possua logotipo, slogan ou identidade visual definidos. O público-alvo é composto por pessoas físicas de diferentes classes sociais, com predominância masculina e faixa etária entre 25 e 70 anos. A fidelização ocorre pela confiança, qualidade percebida e atendimento direto e pontual, indicando a presença de práticas de marketing de relacionamento, ainda que de forma empírica.

(Conclusão) O diagnóstico evidenciou que a Florania Distribuidora de Água Mineral apresenta desempenho satisfatório e boa aceitação no mercado, destacando-se pela qualidade do produto e pela agilidade na entrega. Contudo, observa-se a necessidade de aperfeiçoar sua identidade visual e estratégias de comunicação para fortalecer a marca. O projeto contribuiu para a formação acadêmica ao possibilitar a aplicação prática dos conceitos de comportamento do consumidor e marketing, reforçando a importância do relacionamento com o cliente e da gestão estratégica em pequenas empresas.

Palavras-chave: Comportamento do Consumidor; Fidelização; Marketing; Observação Direta; Mix de Produtos.

IDADE ATIVA: PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR PARA O PÚBLICO 50+

Autor(es):
Martim Soares Parreira do Amaral: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Pedro Henrique de Magalhães Pacheco Renolde: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Luisa Maria De Andrade Albuquerque Lucietto: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Iasmin Bezerra de Araújo Lacerda Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Maria Eduarda da Silva Almeida: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O projeto Idade Ativa foi desenvolvido como um programa de qualidade de vida corporativa voltado para colaboradores com idade a partir de 50 anos ou mais, com foco na saúde física, mental e comportamental. A iniciativa busca combater o etarismo presente na sociedade e, em especial, nas empresas, promovendo uma cultura de valorização e inclusão dessa faixa etária no ambiente de trabalho. O programa reforça a importância do autocuidado e da longevidade ativa, considerando as necessidades específicas desse público e o impacto direto que o bem-estar exerce sobre a produtividade e motivação profissional. A proposta central é estimular o engajamento e a autoconfiança dos colaboradores, fortalecendo o vínculo entre corpo, mente e desempenho.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi a de pesquisa de campo. Onde foi realizada uma pesquisa com 20 participantes, entre 50 e 75 anos. O estudo revelou que 70% deles enfrentam dificuldades em manter uma rotina de exercícios, principalmente pela falta de acompanhamento especializado e pelo receio de lesões. Além disso, muitos relataram limitações nas atividades corporativas básicas, o que impactava diretamente a produtividade. Diante disso, o Idade Ativa atua oferecendo suporte técnico e emocional, resultando em melhorias significativas na qualidade de vida física e mental dos colaboradores.

(Resultados) Os resultados apontaram alta receptividade do público-alvo e engajamento progressivo ao longo das ações. A maioria relatou aumento da disposição física e emocional, maior motivação para o trabalho e adoção de hábitos saudáveis também fora do ambiente corporativo. Os indicadores de sucesso “como participação contínua, mudanças comportamentais e nível de satisfação acima de 80%” foram plenamente atingidos, comprovando a efetividade do programa em promover saúde, bem-estar e integração entre colaboradores mais maduros.

(Conclusão) O Idade Ativa evidenciou a relevância de políticas corporativas voltadas à qualidade de vida do público 50+, contribuindo para o bem-estar, a valorização profissional e a prevenção de doenças. A experiência reforça a importância de uma gestão de pessoas inclusiva, que reconheça a diversidade etária como fator estratégico para o desenvolvimento organizacional. Recomenda-se a ampliação do projeto para outras faixas etárias e a realização de novas pesquisas longitudinais que mensuram o impacto contínuo na produtividade e na saúde ocupacional.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Envelhecimento ativo. Bem-estar corporativo. Saúde ocupacional. Longevidade.

JUVENTUDE, TRABALHO E DEPENDÊNCIA QUÍMICA: PERSPECTIVAS DE PREVENÇÃO E ACOLHIMENTO

Autor(es):
Marina Kamilla Fernandes Arruda: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Giulia Montoril Soares de Sousa: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Gabriela Leopoldo de Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O presente vídeo tem como objetivo promover a conscientização acerca da dependência química entre jovens em fase de inserção no mercado de trabalho, discutindo seus impactos sobre a saúde física e mental, o desempenho profissional e as relações no ambiente organizacional. Busca-se, ainda, desmistificar concepções moralistas sobre o uso de substâncias psicoativas, apresentando-o como uma condição de saúde passível de tratamento. Além disso, pretende-se orientar jovens profissionais, gestores e instituições quanto à importância de estratégias preventivas, de acolhimento e de políticas organizacionais pautadas no cuidado e na promoção de ambientes laborais mais saudáveis e inclusivos.

(Proposta do roteiro) O roteiro propõe uma abordagem reflexiva e informativa sobre a dependência química entre jovens em processo de inserção no mercado de trabalho. A narrativa busca conscientizar o público sobre os fatores que levam ao uso de substâncias, seus impactos na saúde e no desempenho profissional, e a importância de políticas organizacionais pautadas no cuidado e na inclusão. Por meio de uma linguagem acessível e fundamentada em dados, o vídeo pretende romper estigmas, promover a empatia e orientar tanto jovens quanto empresas sobre ações preventivas e caminhos de acolhimento e tratamento.

(Efeitos esperados) Espera-se que o vídeo contribua para ampliar a conscientização sobre a dependência química entre jovens em início de carreira, favorecendo uma compreensão mais empática e informada sobre o tema. Pretende-se que os espectadores reconheçam a dependência química como uma condição de saúde e não como falha moral, estimulando atitudes de acolhimento e busca por ajuda precoce. Além disso, almeja-se promover a reflexão sobre o papel das organizações na construção de ambientes de trabalho mais saudáveis e inclusivos, incentivando a implementação de políticas de prevenção, apoio psicológico e redução do estigma associado ao uso de substâncias.

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO SÃO JOSÉ

Autor(es):
Luisa Maria De Andrade Albuquerque Lucietto: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Iasmin Bezerra de Araújo Lacerda Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O curso de Administração do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) tem como disciplina o Projeto de Extensão V durante o sexto período, onde serão realizadas análises críticas com o diagnóstico da empresa, suas estratégias, competências, fragilidades e pontos fortes. A empresa que será estudada nesta disciplina será a Material de Construção São José. Neste trabalho, serão expostas as informações de maneira detalhada acerca da empresa, para obtermos um diagnóstico da sua situação atual. As informações obtidas da empresa neste trabalho foram disponibilizadas pelo gestor Paulo Roberto Lucietto, onde foram questionados os pontos solicitados na disciplina e tivemos o detalhamento fornecido por ele. A empresa iniciou suas atividades em 31 de março de 2017, tendo a participação da sra Luciana de Andrade Albuquerque Marques, esposa do proprietário ,o sr Paulo Roberto Lucietto, proprietário e administrador da empresa.Na empresa também há um promotor de vendas, o sr. Edvaldo Nascimento, umavendedora externa sendo o sra. Hayslane Lima e uma auxiliar de escritório, Edna Xavier.

(Metodologia) O tipo de pesquisa é um estudo de caso da empresa Material de Construção São José, onde é analisada e investigada todas as faces dessa empresa. A coleta de dados foi obtida a partir do proprietário e gestor Paulo Roberto Lucietto, o mesmo que autorizou a exposição dos dados empresariais. O instrumento mais utilizado para a coleta de dados foi a entrevista, onde foi perguntado ao gestor informações cruciais sobre a empresa, como produto, preço, praça, entre outros. O período da pesquisa durou em média um mês, onde foram realizadas visitas semanais para a coleta desses dados.

(Resultados) Os principais pontos do diagnóstico resumem-se aos pontos fortes e fracos da empresa estudada. A material de construção São José tem como pontos fortes o atendimento de qualidade e boa comunicação com o cliente, que cria um público fiel conquistado pela espontaneidade. Os pontos fracos são a falta de uma estratégia de marketing bem definida, que limita o crescimento da empresa e a atração de novos clientes, a identidade visual simples e a dependência da propaganda boca a boca, visto que é a forma de marketing que mais traz resultados para a empresa.

(Conclusão) A empresa material de construção São José tem como principais pontos fortes o bom atendimento e a boa comunicação, além da fidelização informal do público pelo boca-boca. Seu produto principal está na fase de maturidade, que reflete vendas estáveis e alta aceitação no mercado. Entre os pontos fracos destacam-se a falta de um marketing estruturado, identidade visual simples e que demonstra pouco valor. As disciplinas estudadas no UNI-RN trouxeram muitas reflexões para a compreensão da empresa São José e seu funcionamento. O direito empresarial ensina sobre vertentes legais de uma empresa onde há apenas um sócio, como princípios e obrigatoriedades. Além disso, a matéria de gestão de recursos materiais auxilia o entendimento do funcionamento e gerenciamento dos estoques da empresa, e técnicas que podem ser usadas para calcular e categorizar os produtos, como a curva ABC. A experiência em campo foi muito proveitosa pois auxiliou o grupo a colocar em prática os conhecimentos estudados em sala, analisando e observando o funcionamento da empresa, como gerenciamento de estoques, marketing, controle financeiro e logística em uma perspectiva real.

Palavras-chave: Construção. Marketing. Empresa

O EFEITO DO BURNOUT NA SAÚDE MENTAL E DESEMPENHO DE PROFISSIONAIS DE VENDAS

Autor(es):
Allana Pereira Jales: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Joaquim Martins Lopes BIsneto: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Rullyano Azrael Freitas Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Gustavo Cardoso Guedes: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo tem como objetivo analisar o impacto da Síndrome de Burnout na saúde mental e no desempenho de profissionais da área de vendas, destacando os fatores organizacionais e emocionais que contribuem para o surgimento da síndrome. Pretende-se promover uma reflexão sobre como a pressão por metas e a cultura de produtividade excessiva afetam o bem-estar psicológico e a eficiência dos trabalhadores.

(Proposta do roteiro) Apresentado em formato de podcast dividido em quatro pautas, o vídeo inicia com uma introdução conceitual sobre o Burnout e sua relevância no contexto ocupacional. Em seguida, traz relatos reais de profissionais que vivenciaram o esgotamento emocional, conectando teoria e experiência prática. Na sequência, aborda os impactos organizacionais, como queda de produtividade, absenteísmo e deterioração do clima de trabalho. Por fim, discute alternativas e estratégias de prevenção, com base em orientações do SEBRAE e em modelos de gestão humanizada que valorizam o equilíbrio entre desempenho e qualidade de vida.

(Efeitos esperados) Espera-se que o vídeo desperte a conscientização sobre a importância da saúde mental nas organizações e estimule líderes e profissionais de vendas a repensarem práticas e culturas corporativas voltadas apenas para resultados. A produção busca promover um debate acadêmico e social sobre a necessidade de ambientes de trabalho mais colaborativos, saudáveis e sustentáveis, alinhados à responsabilidade social e à valorização humana.

O IMPACTO DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA COMPETITIVIDADE DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Autor(es):
Joanny Victoria de Lima Paiva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Maria Clara Soares Câmara: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Alan de Barros Freire: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) As micro e pequenas empresas (MPEs) desempenham um papel vital na economia brasileira, sendo responsáveis por uma parcela significativa da geração de empregos e da dinâmica de mercado. Contudo, esses negócios enfrentam um cenário de alta competitividade e desafios que comprometem sua longevidade. Dados do Sebrae apontam que uma parcela considerável das MPEs encerra suas atividades nos primeiros cinco anos. As causas mais comuns para essa alta taxa de insucesso são a gestão ineficaz e a ausência de planejamento. Neste contexto, a utilização de ferramentas de gestão e de Sistemas de Informação Gerencial (SIG) torna-se uma estratégia essencial para fortalecer a organização e elevar as chances de sucesso. Sistemas como ERP (Enterprise Resource Planning), CRM (Customer Relationship Management), além de métodos como a Análise SWOT e metodologias ágeis, são cruciais. Eles permitem otimizar processos, melhorar a qualidade da tomada de decisões e garantir uma adaptação ágil às mudanças do mercado. Quando bem administrada, a informação se converte em um ativo estratégico, que diminui incertezas e sustenta o crescimento contínuo.

(Metodologia) Este estudo foi conduzido por meio de uma pesquisa qualitativa, baseada em revisão bibliográfica. A análise se concentrou em seis artigos científicos selecionados, publicados na plataforma SciELO e em publicações de congressos, que abordam o impacto, a adoção, os benefícios e as barreiras das ferramentas de gestão e sistemas de informação em micro e pequenas empresas.

(Resultados) A análise da literatura demonstra que há um consenso sobre o potencial transformador das ferramentas de gestão para as MPEs. Os estudos indicam, de forma consistente, que implementar sistemas como ERP e CRM gera benefícios diretos, tais como aumento da eficiência operacional, padronização de processos, redução de erros e melhor relacionamento com os clientes. Da mesma forma, o uso de Sistemas de Informação Gerencial (SIG) é diretamente associado a uma melhoria na qualidade da tomada de decisões. Um dos estudos de caso analisados, que investigou 36 empresas do setor de comércio, trouxe dados quantitativos sobre a realidade da adoção tecnológica. A principal descoberta foi que 50% das empresas não utilizava nenhum tipo de sistema de informação para auxiliar na gestão. Quando questionados sobre os motivos para a não implementação, os gestores apontaram duas barreiras principais: Custos de aquisição e manutenção, mencionados por 52,2% dos entrevistados. Falta de conhecimento sobre as ferramentas e seus benefícios, citada por 30,6% Esses dados demonstram que, apesar dos benefícios teóricos, a aplicação prática dessas tecnologias ainda é limitada.

(Conclusão) Os custos elevados representam um obstáculo direto e compreensível, visto que as MPEs operam com capital de giro limitado e possuem menor acesso a linhas de crédito para investimento em tecnologia. Esse fator financeiro isola uma parcela significativa de negócios das vantagens competitivas que a automação e a gestão de dados proporcionam. Além da barreira financeira, a falta de conhecimento técnico se mostra um desafio igualmente crítico. A gestão de uma MPE frequentemente se centraliza na figura do empreendedor, que nem sempre possui a capacitação necessária para avaliar, implementar e extrair o máximo potencial de um sistema. Isso pode levar não apenas à não adoção, mas também ao uso incompleto das ferramentas quando são adquiridas, limitando o retorno sobre o investimento e reforçando a percepção de que são um “custo” em vez de um “investimento”. Nesse contexto, a ausência de sistemas de informação adequados perpetua um ciclo de gestão reativa, baseada em intuição em vez de dados concretos, o que aumenta a vulnerabilidade do negócio e diminui sua capacidade de competir de forma sustentável no mercado.

Palavras-chave: Ferramentas de gestão. Pequenas empresas. Sistemas de informação. Competitividade. Eficiência operacional.

O IMPACTO DO HOME OFFICE NA MOTIVAÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS COLABORADORES.

Autor(es):
Marina Kamilla Fernandes Arruda: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Giulia Montoril Soares de Sousa: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Gabriela Leopoldo de Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pandemia de COVID-19 impulsionou de forma acelerada o trabalho remoto em organizações de diferentes setores, transformando profundamente as relações profissionais e os modos de gestão. O home office deixou de ser uma alternativa pontual para se tornar uma estratégia consolidada de trabalho, exigindo adaptações nas rotinas corporativas e pessoais. Essa transição revelou tanto benefícios quanto desafios. De um lado, o modelo remoto proporcionou maior autonomia, flexibilidade e equilíbrio entre as demandas profissionais e familiares, permitindo que muitos colaboradores atingissem níveis mais altos de satisfação e rendimento. De outro, expôs problemas relacionados à sobrecarga de tarefas, dificuldades de comunicação, solidão e enfraquecimento do vínculo social com a equipe. Diante desse contexto, torna-se essencial compreender de que maneira o home office influencia a motivação e a produtividade, identificando fatores que potencializam seus benefícios e condições que podem gerar impactos negativos sobre o desempenho humano e organizacional.

(Metodologia) A pesquisa é de caráter qualitativo e exploratório, baseada em revisão bibliográfica. Foram analisados estudos nacionais e internacionais publicados entre 2021 e 2025, disponíveis em bases científicas reconhecidas. Os trabalhos abordam temas como home office, teletrabalho, motivação, produtividade e bem-estar no trabalho. Após a seleção das fontes, realizou-se uma leitura analítica para identificar padrões, convergências e divergências entre os resultados. Essa metodologia permitiu sintetizar as principais tendências e extrair recomendações práticas para o ambiente organizacional contemporâneo.

(Resultados) A análise dos estudos revelou que o home office tende a aumentar a produtividade e o engajamento quando é implementado de forma planejada, com suporte tecnológico e autonomia profissional. A clareza de metas, a confiança entre líderes e equipes e o reconhecimento das entregas são elementos essenciais para manter a motivação. Em contrapartida, o excesso de demandas, a falta de comunicação eficaz e a ausência de limites entre vida pessoal e profissional reduzem a energia e o foco do trabalhador. Também se observou que programas de apoio psicológico, capacitação de líderes e políticas de “direito à desconexão” contribuem para preservar o bem-estar e evitar a exaustão. Esses resultados indicam que o equilíbrio entre flexibilidade e responsabilidade é o fator central para o sucesso do trabalho remoto.

(Conclusão) O home office configura-se como uma ferramenta eficaz de gestão e uma tendência irreversível no mundo do trabalho. Ele pode impulsionar a produtividade e fortalecer a motivação, desde que seja sustentado por estratégias organizacionais adequadas. Conclui-se que o teletrabalho requer equilíbrio entre demandas e recursos, comunicação transparente e valorização do capital humano. Quando bem estruturado, promove um ambiente mais saudável, inclusivo e produtivo, capaz de gerar benefícios tanto para as empresas quanto para os colaboradores. O desafio futuro consiste em aprimorar políticas que conciliem resultados organizacionais e qualidade de vida, consolidando o home office como um modelo de trabalho sustentável e humanizado.

Palavras-chave: home office. teletrabalho. motivação. produtividade. gestão de pessoas.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA DOS ESTAGIÁRIOS

Autor(es):
Vinicius Leonardo Fernandes da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O programa de desenvolvimento e qualidade de vida dos estagiários foi criado com o propósito de atender estudantes de nível técnico e superior que conciliam atividades acadêmicas e profissionais em ambientes corporativos. Observa-se que muitos jovens enfrentam dificuldades relacionadas ao estresse, à sobrecarga de tarefas e à adaptação ao mercado de trabalho. Diante disso, torna-se essencial implementar ações que promovam o equilíbrio entre saúde física, mental e emocional, proporcionando bem-estar e favorecendo o desenvolvimento pessoal e profissional. Além disso, a proposta visa contribuir para a redução da desmotivação e do abandono de estágios, fortalecendo a permanência dos jovens no ambiente corporativo de forma saudável e produtiva.

(Metodologia) O programa foi estruturado em cinco fases: diagnóstico, sensibilização, preparação, implementação e avaliação. Na fase diagnóstica, aplicaram-se questionários com estagiários dos cursos de Administração, Direito, Ciências Contábeis e Psicologia, com o intuito de identificar níveis de estresse, sono irregular, ansiedade e hábitos de vida prejudicados. Os resultados revelaram altos índices de cansaço mental e dificuldade em equilibrar estudos e estágio. Na fase de sensibilização, foram promovidas campanhas presenciais e digitais sob o slogan “Ambiente saudável, mente saudável”, com o intuito de despertar o interesse e engajamento dos participantes. A etapa de preparação envolveu o planejamento de ações como criação de espaços de convivência, campanhas de conscientização ambiental e encontros virtuais quinzenais para troca de experiências e apoio mútuo. A implementação do programa foi simulada através do evento “Semana do Estagiário Saudável”, que incluiu palestras, oficinas de alongamento, práticas de mindfulness e rodas de conversa. Por fim, a fase de monitoramento e avaliação contemplou a aplicação de questionários de satisfação, listas de presença e indicadores de engajamento digital, além de entrevistas qualitativas para mensurar os impactos das ações.

(Resultados) O diagnóstico inicial apontou que 65% dos estagiários apresentavam altos níveis de estresse, 75% tinham dificuldades em conciliar estudos e estágio, e 65% percebiam prejuízo na saúde física. Além disso, 78% relataram sintomas de ansiedade e desmotivação, e 60% afirmaram não receber suporte institucional adequado. Esses dados evidenciam a necessidade de programas voltados à saúde mental e bem-estar. A simulação e as ações planejadas demonstraram boa aceitação dos participantes, engajamento crescente nas atividades e reconhecimento da importância de espaços de acolhimento e autocuidado dentro das instituições. Espera-se, como resultado de longo prazo, a melhoria da qualidade de vida, da produtividade e da permanência dos jovens no mercado de trabalho.

(Conclusão) O programa de desenvolvimento e qualidade de vida dos estagiários revela-se uma iniciativa viável e necessária para promover o bem-estar no ambiente corporativo. A proposta reforça a importância do equilíbrio entre as dimensões profissional, acadêmica e pessoal, estimulando o autoconhecimento e a prevenção de doenças ocupacionais e psicológicas. Constatou-se que, por meio de ações simples e de baixo custo, é possível gerar impactos positivos na motivação, no desempenho e na satisfação dos estagiários. Portanto, recomenda-se a continuidade e expansão do programa, integrando empresas, instituições de ensino e profissionais da saúde para a consolidação de uma cultura organizacional mais saudável e humana.

Palavras-chave: Qualidade de vida; Bem-estar; Estagiários; Saúde mental; Desenvolvimento profissional.

PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR PARA MÉDICOS RESIDENTES: UMA INTERVENÇÃO INTEGRADA DE PROMOÇÃO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Autor(es):
Carlos Eduardo Borges Santos de Tacarijú Portella: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Henrique do Vale Silva Penha Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A residência médica caracteriza-se por uma rotina intensa, marcada por longas jornadas de trabalho, alta pressão assistencial e exigência cognitiva constante. Esses fatores estão diretamente associados ao aumento de casos de estresse ocupacional, burnout, distúrbios do sono e queda no bem-estar psicológico entre médicos residentes. Pesquisas recentes indicam que mais de 57% dos médicos residentes brasileiros apresentam sintomas de estresse ocupacional, enquanto cerca de 48% relatam privação de sono recorrente, impactando significativamente sua saúde física, emocional e a qualidade do atendimento prestado aos pacientes. Diante desse contexto, o presente trabalho propõe o desenvolvimento de um Programa de Qualidade de Vida e Bem-Estar (PQVeB) voltado a médicos residentes de hospitais-escola, com o propósito de prevenir o burnout, promover hábitos saudáveis e fortalecer a saúde ocupacional.

(Metodologia) As estratégias práticas incluem pausas ativas, rodas de conversa com psicólogos, oficinas de autocuidado, kits de alimentação de plantão, aulas de alongamento e ergonomia, e criação de espaços de descanso nos hospitais participantes.

(Resultados) Os resultados esperados abrangem melhorias significativas na saúde física e emocional dos residentes, com foco em indicadores de estresse, sono e hábitos de vida. Entre os principais resultados previstos estão: – Redução dos níveis de estresse percebido (PSS); – Aumento da qualidade e duração do sono; – Melhora nos índices de bem-estar subjetivo (WHO- 5); – Adoção de hábitos alimentares mais equilibrados; – Fortalecimento do suporte social e das relações interpessoais entre os residentes; – Maior produtividade e satisfação profissional. A análise comparativa dos dados antes e após a implementação do programa permitirá avaliar a efetividade das intervenções e fornecer subsídios para replicação do modelo em outros hospitais de ensino.

(Conclusão) Conclui-se que o Programa de Qualidade de Vida e Bem-Estar (PQVeB) constitui uma ferramenta estratégica e viável para a promoção de saúde ocupacional no ambiente hospitalar. Ao integrar ações educativas, preventivas e de suporte emocional, o programa contribui para a redução do estresse, melhoria do desempenho profissional e valorização do cuidado com quem cuida. Além de beneficiar diretamente os médicos residentes, o PQVeB fortalece a segurança assistencial, melhora a ambiência hospitalar e colabora para a formação de profissionais mais saudáveis, equilibrados e conscientes da importância do autocuidado.

Palavras-chave: Qualidade de vida; Saúde ocupacional; Médicos residentes; Bem-estar; Burnout.

PROJETO DE EXTENSÃO JAILSON PELÍCULAS

Autor(es):
Isabella Galvão da Rocha Cruz: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Eloyza de Souza Pereira: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN
Catarina da Silva Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este relatório apresenta a análise desenvolvida no Projeto de Extensão V do curso de Administração da UNI-RN, tendo como objeto de estudo a empresa Jailson Películas, atuante na instalação de películas automotivas e arquitetônicas em Natal/RN. A escolha da empresa se deve ao seu destaque no mercado, pela qualidade dos serviços, atendimento personalizado e uso de tecnologias inovadoras, como o corte computadorizado e a linha Suntech. O estudo busca compreender sua estrutura e funcionamento, abordando o mix de marketing, ciclo de vida do produto, gestão da marca, público-alvo, processo de compra e fidelização, com o objetivo de identificar pontos fortes, fragilidades e oportunidades de melhoria.

(Metodologia) A metodologia adotada neste projeto é de natureza qualitativa e descritiva, baseada em pesquisa de campo e análise documental. Inicialmente, realizou-se o levantamento de informações por meio de entrevistas com o proprietário, observação direta das atividades operacionais e análise de dados disponibilizados pela empresa. Em seguida, aplicaram-se os conceitos teóricos estudados na disciplina de Projeto de Extensão, especialmente relacionados ao composto mercadológico (4Ps), ciclo de vida do produto, gestão da marca e comportamento do consumidor, a fim de realizar uma análise crítica da realidade organizacional. Os resultados foram sistematizados e apresentados de forma a evidenciar o cenário atual da empresa e suas perspectivas de desenvolvimento.

(Resultados) A análise evidenciou que a Jailson Películas possui posicionamento consolidado no mercado local, destacando-se pela qualidade dos serviços e atendimento personalizado. O diferencial competitivo é o uso de tecnologia de corte computadorizado e a oferta de películas Suntech, exclusivas no Rio Grande do Norte. O serviço principal está na fase de maturidade do ciclo de vida, indicando estabilidade, mas requer inovação contínua para manter competitividade. No mix de marketing, há coerência entre preço e valor percebido, além de divulgação eficaz nas redes sociais e marketing boca a boca. A gestão da marca demonstra credibilidade, mas há potencial para fortalecer identidade visual e estratégias digitais. Quanto à fidelização, observou-se alta taxa de recompra e recomendação, mesmo sem programa formal de relacionamento. De modo geral, os dados indicam organização comprometida com excelência, com oportunidades de aperfeiçoamento em marketing digital, expansão de mercado e gestão estratégica.

(Conclusão) Conclui-se que a empresa Jailson Películas apresenta desempenho satisfatório e reconhecimento no mercado, sustentado pela qualidade de seus serviços, atendimento humanizado e forte relação de confiança com seus clientes. Contudo, a consolidação da marca e a ampliação de sua base de consumidores exigem planejamento estratégico voltado à inovação, fortalecimento da presença digital e implantação de políticas de fidelização estruturadas. O estudo desenvolvido no contexto do Projeto de Extensão permitiu aplicar os conhecimentos teóricos da Administração à realidade prática de uma microempresa local, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos participantes, além de oferecer à organização subsídios para aprimorar seus processos e alcançar novos patamares de competitividade.

Palavras-chave: Marketing; Fidelização; Empreendedorismo; Gestão Estratégica.

RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO EMPRESARIAL

Autor(es):
Rafael Rodrigues Alves: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Maria Victoria Lapenda Acioly: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Adriano Macêdo dos Santos: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho foi realizado devido ao requisito parcial para a conclusão do Projeto de Extensão V. Por sua vez, teve como objetivo utilizar dos conhecimentos teóricos obtidos da administração mercadológica para utilizá-los em cenários reais.

(Metodologia) Descrição do tipo de pesquisa. A pesquisa realizada é de natureza qualitativa, caracterizando-se como um estudo de caso. Este tipo de abordagem permite uma compreensão aprofundada dos fenômenos dentro do contexto específico da empresa estudada. Instrumentos de coleta de dados. Os dados foram coletados por meio de entrevista com a proprietária da empresa. Período da pesquisa. A coleta dos dados deu início entre o dia 10 e foi concluída no dia 25 de Setembro de 2025.

(Resultados) ANÁLISE E DIAGNÓSTICO Para um melhor entendimento, os conceitos centrais deste trabalho serão divididos em tópicos que visam abordar sua definição e correlação com os dados obtidos. Cada dado será tratado nos tópicos que mais lhe servem; entretanto, é necessário destacar que estes conceitos devem se entrelaçar com as estratégias da empresa, a fim de melhor auxiliar o alcance de seus objetivos. Mix de Marketing (4P's) O mix de marketing pode ser entendido como os quatro elementos principais que norteiam uma estratégia de marketing coesa com os objetivos centrais da organização (KOTLER; KELLER, 2018). Estes quatro elementos, denominados como "Produto", "Praça", "Preço" e "Promoção", juntos, auxiliam na melhor definição de suas estratégias e, portanto, aumentam as probabilidades de alcançar os resultados esperados. A ordem citada não é obrigatória, porém, forma uma ordem cronológica mais coesa para a sua formação estratégica. Embora hoje o entendimento sobre os 4P's tenha avançado aos 7P's (pessoas, processos e "evidência física") por não abranger com clareza as atuais transformações do mercado, permanece sendo uma ferramenta elementar para o embasamento estratégico de qualquer empresa.

(Conclusão) Importante destacar que devido a extensão do trabalho, não foi possível incluí-lo em sua totalidade por este meio de submissão, sendo assim, foi dividido em partes para que permaneça minimamente a lógica construída. Cabe também informar que o relatório apresenta uma análise descritiva da realidade empresarial estudada, elaborada a partir dos dados coletados com a empresária. Os resultados devem ser compreendidos como um retrato do momento observado, considerando as limitações de acesso às informações e o escopo do trabalho, não tendo como objetivo propor intervenções ou implementar melhorias.

Palavras-chave: Projeto de Extensão; Pesquisa Qualitativa; Análise Descritiva; Administração Mercadológica

SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: FOCO NA SÍNDROME DE BURNOUT EM MÉDICOS

Autor(es):
José Bezerra Veras Neto: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Fernanda de Jesus dos Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Jefferson Pedro Campos de Melo: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Thayanne Lalesca da Silva Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O presente vídeo tem como objetivo discutir a Síndrome de Burnout entre médicos, destacando os fatores que contribuem para o esgotamento físico e emocional desses profissionais em um contexto de alta demanda e intensa responsabilidade. A produção apresenta uma análise crítica da realidade vivenciada por médicos em diferentes níveis de atuação, abordando aspectos como a sobrecarga de trabalho, a pressão por resultados, o contato contínuo com o sofrimento humano e a carência de políticas institucionais voltadas à saúde mental.

(Proposta do roteiro) A partir de uma abordagem reflexiva e fundamentada em estudos recentes, o vídeo propõe uma compreensão ampliada da síndrome como fenômeno multifatorial, que afeta não apenas o desempenho profissional, mas também as dimensões pessoais, éticas e sociais da prática médica. Busca-se, ainda, promover o debate sobre a importância do autocuidado e da valorização do bem-estar psicológico, estimulando a criação de ambientes de trabalho mais humanos e sustentáveis.

(Efeitos esperados) Assim, o conteúdo se configura como uma contribuição à formação acadêmica e profissional em saúde, enfatizando que cuidar de quem cuida é essencial para garantir a qualidade da assistência e a preservação da vida, tanto dos pacientes quanto dos próprios médicos, fazendo-se necessário a revisão e diminuição da jornada de trabalho, pois isso traz uma maior qualidade nos atendimentos médicos. Link de acesso ao video: https://youtu.be/vp4XEuQQuc8.

TAG – TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA

Autor(es):
Marcio Melo De Carvalho Neto: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Ana Clara da Costa Dantas: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Natália Constança Tinoco de Andrade Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Mariana Silva de Araujo: Discente do curso de Administração do UNI-RN
José Luciano Vasconcelos Alves Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo "TAG – Transtorno de Ansiedade Generalizada" convida o público a refletir sobre um tema cada vez mais presente em nossa sociedade: o adoecimento mental entre profissionais, especialmente o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG). Durante a conversa, os apresentadores comentam dados preocupantes sobre o aumento dos casos de ansiedade no Brasil, país que lidera os índices mundiais segundo a Organização Mundial da Saúde. Eles exploram o tema a partir de três dimensões "biológica, cognitiva e ambiental" mostrando que o problema vai muito além de "nervosismo" e pode estar diretamente ligado ao estilo de vida, às pressões do trabalho e às relações interpessoais. O vídeo também destaca a realidade de profissionais de setores como o telemarketing, onde a cobrança excessiva, a falta de apoio emocional e o medo do desemprego são fatores que alimentam o estresse e a ansiedade. Ao longo da conversa, são apresentadas estratégias de cuidado e prevenção, como pausas mais dinâmicas, momentos de descontração e acompanhamento psicológico.

(Proposta do roteiro) A proposta central é sensibilizar o público sobre a importância de falar abertamente sobre saúde mental, valorizando o diálogo, a empatia e o autocuidado.

(Efeitos esperados) De forma leve e acolhedora, o bate-papo entre Márcio Melo e Luciano Filho traz informações e experiências que ajudam a compreender como a ansiedade pode afetar o dia a dia e o desempenho no trabalho. Mais do que informar, o vídeo busca inspirar uma mudança de olhar – mostrando que ansiedade não é fraqueza, e sim um sinal de que é hora de cuidar de si e buscar equilíbrio entre a vida pessoal e profissional

USO PROBLEMÁTICO DE REDES SOCIAIS E ANSIEDADE EM ADOLESCENTES BRASILEIROS: O PAPEL DO MEDIADOR DO FOMO

Autor(es):
Julia Albuquerque de Andrade Teixeira de Carvalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A adolescência é um período marcado por intensas transformações biológicas, cognitivas e sociais, nas quais a construção da identidade e o sentimento de pertencimento ao grupo de pares assumem papel fundamental. Nesse contexto, as redes sociais digitais (como Instagram, TikTok e WhatsApp) tornaram-se o principal meio de interação e expressão entre adolescentes, promovendo oportunidades de socialização, mas também gerando efeitos adversos à saúde mental. O uso excessivo e descontrolado dessas plataformas, denominado uso problemático de redes sociais (PSMU), tem sido associado ao aumento de sintomas ansiosos, principalmente quando mediado por fatores psicológicos como o Fear of Missing Out (FoMO), isto é, o medo de ficar de fora. Diante desse cenário, torna-se essencial compreender como o FoMO e outras variáveis emocionais contribuem para o desenvolvimento da ansiedade em adolescentes brasileiros.

(Metodologia) A pesquisa foi conduzida por meio de um delineamento quantitativo, exploratório e correlacional, com amostragem por conveniência composta por adolescentes entre 12 e 17 anos, de escolas públicas e privadas do Brasil. Os participantes responderam a questionários online contendo escalas psicométricas validadas: Bergen Social Media Addiction Scale (BSMAS) para avaliar o uso problemático de redes; Generalized Anxiety Disorder Scale (GAD-7) para mensurar sintomas de ansiedade; Missing Out Scale para medir o FoMO; e a Escala de Autoestima de Rosenberg. As análises estatísticas foram realizadas com o software SPSS (versão 26), incluindo estatísticas descritivas, correlações de Pearson, regressão linear múltipla e análise de mediação/moderação. O nível de significância adotado foi de $p < 0,05$.

(Resultados) Os achados demonstraram correlação positiva e significativa entre o uso problemático das redes sociais (PSMU) e os níveis de ansiedade (r variando entre 0,35 e 0,62; $p < 0,001$), indicando que adolescentes com maior engajamento compulsivo nas redes apresentam níveis mais elevados de sintomas ansiosos. O Fear of Missing Out (FoMO) mostrou-se um mediador relevante nessa relação, revelando que o medo de exclusão social impulsiona o comportamento compulsivo e aumenta o sofrimento emocional. Além disso, observou-se que a autoestima elevada e o suporte social atuam como fatores protetivos, atenuando o impacto do PSMU na ansiedade. Tais resultados reforçam a importância de se considerar as dimensões qualitativas do uso digital, e não apenas o tempo de tela, como determinantes do bem-estar psicológico.

(Conclusão) Conclui-se que a natureza e o padrão do uso das redes sociais exercem influência significativa sobre a ansiedade em adolescentes, sendo o FoMO um mediador psicológico central nesse processo. A pesquisa contribui para o avanço da literatura ao abordar o fenômeno em contexto sociocultural brasileiro, ainda pouco explorado, e destaca a importância de programas educativos voltados ao uso consciente das mídias digitais. Intervenções que visem o fortalecimento da autoestima, a promoção da auto-regulação emocional e a redução do FoMO podem se mostrar eficazes na prevenção de sintomas ansiosos entre jovens usuários de redes sociais.

Palavras-chave: Redes Sociais; Ansiedade; Adolescência; Fear of Missing Out (FoMO); Saúde Mental.

23, 24 e 25 de outubro

25 CoMIC

UNI-RN: 25 anos de ações inovadoras para o desenvolvimento de Natal

2025

GRADUAÇÃO ARQUITETURA E URBANISMO

Volume 2 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra

UNI-RN

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Autor(es):
Yasmin Marques da Costa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Gabriel Joshuan Araujo da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Ronaldo Carlos Germano Lôbo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Aila Luiza Fernandes de Oliveira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho em questão apresenta o desenvolvimento do projeto arquitetônico para uma proposta de habitação de interesse social (HIS), voltada para famílias com renda mensal entre 3 e 7 salários mínimos, alinhada às diretrizes do programa Minha casa, Minha vida (MCMV). O projeto está localizado em Natal, Rio Grande do Norte, no bairro de Candelária com acesso às principais avenidas da cidade, sendo elas Av. Sen. Salgado Filho e Av. Dão Silveira, o terreno possui uma área total de 106.451,68m². O projeto prioriza o uso racional do espaço e a adequação às condições locais, garantindo conforto e bem-estar aos seus moradores.

(Metodologia) A metodologia aplicada foi pensada em três etapas: análise, concepção e detalhamento arquitetônico. Na primeira fase foi feito o levantamento das condições do terreno, considerando topografia, insolação, ventos predominantes e infraestrutura existente ao seu entorno. Na fase seguinte foi desenvolvido o partido arquitetônico, priorizando a orientação solar favorável, ventilação cruzada e otimização dos espaços internos e por último foi trabalhada a funcionalidade dos ambientes e o uso de materiais de baixo custo, como alvenaria cerâmica e coberturas leves. A implantação no terreno respeitou o relevo natural, minimizando impactos ambientais e reduzindo os custos de terraplenagem.

(Resultados) O projeto resultou em uma residência unifamiliar térrea, compacta e aconchegante, com dois quartos voltados para a melhor orientação solar, assegurando ventilação e iluminação natural adequada, os ambientes foram desenvolvidos para que haja possibilidade de ampliação no futuro. O layout da casa apresenta uma setorização funcional entre áreas sociais e íntimas garantindo conforto e privacidade, a integração da sala com a cozinha promove maior amplitude visual e favorece a convivência familiar, para a fachada foi pensada em uma estética contemporânea acessível, coerente com o conceito de habitação social de qualidade.

(Conclusão) É possível desenvolver uma habitação de interesse social de qualidade, integrando economia, conforto e sustentabilidade; com intuito de proporcionar acesso à moradia digna e incentivar práticas construtivas responsáveis. As informações acima comprovam que soluções arquitetônicas simples e bem pensadas podem gerar impactos significativos na qualidade de vida dos usuários e valorização do espaço urbano de forma que venha agregar para o desenvolvimento econômico da cidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Habitação e Projeto

ÁTRIOS CONTEMPORÂNEOS NO SEMIÁRIDO: ADAPTAÇÃO DO MODELO ROMANO DE CAPTAÇÃO PLUVIAL PARA AS CASAS DO SEMIÁRIDO DO NORDESTE

Autor(es):
Kerlyane Rodrigues Forte Soares de Sousa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Ingrid Taynara de Miranda Vieira : Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN
Monna Lisa Silva Corsine Nobrega: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Clara Cristiny Santos Pereira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) As antigas civilizações do Mediterrâneo e do Oriente Médio sempre dependeram fortemente da água, o que motivou disputas e avanços em suas formas de captação, como o uso dos átrios romanos, grandes salas abertas com telhados inclinados e aberturas que direcionam a água da chuva para o implúvio, uma espécie de tanque escavado no chão destinado a receber as águas pluviais que escorriam do complúvio, uma abertura retangular no teto do átrio para iluminar o seu interior e por onde as águas entravam. Essa relação histórica com a água dialoga com os desafios atuais das regiões semiáridas, devido ao clima quente e seco e à escassez de chuvas.

(Metodologia) Adotou-se uma abordagem qualitativa, exploratória e aplicada, estruturada em duas etapas principais. Na primeira etapa, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre os átrios romanos e suas funções espaciais e ambientais, com ênfase em seu papel histórico na ventilação e na captação pluvial das antigas domus. Paralelamente, foram estudados os princípios contemporâneos de sustentabilidade e arquitetura bioclimática, voltados à eficiência energética e ao conforto térmico das edificações. Já na segunda etapa, compreende a análise do contexto climático e socioambiental do semiárido nordestino, considerando variáveis como temperatura, umidade e índices pluviométricos, a fim de identificar as potencialidades e limitações para a aplicação de estratégias sustentáveis. A partir dessa análise, foi elaborada uma proposta de projeto experimental, baseada na adaptação do modelo de átrio romano às condições do Nordeste, integrando sistemas de captação e reaproveitamento de águas pluviais e estratégias de eficiência energética. Essa etapa também inclui o estudo de aspectos construtivos da arquitetura vernacular regional, que apresenta soluções adaptadas ao clima e ao uso racional dos recursos naturais.

(Resultados) Evidenciou-se que os átrios desempenham funções espaciais e ambientais fundamentais, promovendo ventilação, iluminação natural e captação de água pluvial. Verificou-se que esses espaços contribuem significativamente para o conforto térmico interno, atuando como reguladores ambientais, e que sua configuração e posicionamento influenciam diretamente o desempenho global da edificação. Além disso, os princípios históricos dos átrios mostram-se adaptáveis à arquitetura contemporânea, oferecendo soluções sustentáveis especialmente adequadas a regiões de clima semiárido.

(Conclusão) A adaptação do átrio romano com implúvio às casas do Nordeste é viável quando ajustada às condições locais. O pátio central atua como regulador térmico e lumínico, melhorando a ventilação e conforto e a coleta de águas pluviais reforça a sustentabilidade, enquanto o uso de materiais e técnicas regionais assegura viabilidade prática. Assim, a combinação entre tradição e inovação resulta em um modelo habitacional eficiente, sustentável e culturalmente integrado.

Palavras-chave: Átrio romano; Clima semiárido; Eficiência energética; Captação de água pluvial.

A ARQUITETURA COMO EXPRESSÃO DO PODER: DA MONUMENTALIDADE ROMANA À SELETIVIDADE CONTEMPORÂNEA

Autor(es):
Iris Alexandrino Santos: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Cecília Dantas Marinho de Melo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Arthur Fialho Pereira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN Ítalo
Kiang dos Santos: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Renilson Soares Leoterio: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A arquitetura expressa poder ao materializar ideologias, a legitimar discursos e a estruturar formas de convivência. Nesse contexto, desde Roma, edificações como o Coliseu, o Panteão e os arcos de triunfo representaram a supremacia imperial e o domínio sobre o espaço urbano. No Brasil, o estilo Neoclássico foi utilizado para afirmar o ideal de civilização e autoridade do Império, traduzindo valores de ordem e racionalidade inspirados na Europa. Na Contemporaneidade, a monumentalidade assume novas formas em shoppings, condomínios e processos de gentrificação, os quais reforçam distinções sociais e mecanismos de controle. Desse modo, compreender essas expressões arquitetônicas permite identificar como o espaço construído reproduz relações de poder e exclusão, mas também revela possibilidades de transformação. Portanto, o estudo propõe refletir sobre a arquitetura como instrumento político e social, analisando continuidades entre passado e presente e destacando o papel do projeto na promoção de equidade e inclusão nas cidades atuais.

(Metodologia) A metodologia baseia-se em levantamentos bibliográficos de autores clássicos e contemporâneos, como Foucault, Lefebvre, Cortés, Mendes, Kessel, Cox e Yao, para fundamentar teoricamente a relação entre arquitetura e poder. A pesquisa considera três períodos históricos: Roma Antiga, Neoclássico no Brasil e Contemporaneidade, comparando permanências e transformações da monumentalidade. Nessa esteira, foram analisados exemplos representativos, como o Panteão em Roma, o Teatro Alberto Maranhão, a Pinacoteca Potiguar e o shopping Midway Mall em Natal. A análise organiza-se em eixos interpretativos de monumentalidade material, simbólica e consequências sociais, demonstrando como a arquitetura concretiza hierarquias e influencia comportamentos coletivos no espaço urbano.

(Resultados) Apresenta permanências e transformações na monumentalidade arquitetônica. Na Roma Antiga, o poder se expressava pela grandiosidade física e pelo espetáculo público. No Coliseu, arcos triunfais e Panteão disciplinavam, celebravam e divinizavam, fundamentando o império. No Neoclássico brasileiro, o poder manifestava-se pela adoção de uma linguagem europeia civilizatória. Teatros, palácios e museus de fachadas simétricas associavam o Império aos ideais de ordem e progresso das metrópoles, conferindo prestígio e conforme a um Estado em formação. Na Contemporaneidade, a monumentalidade torna-se simbólica e vinculada ao capitalismo; Shoppings controlam fluxos de consumo, condomínios privatizam a cidade e a gentrificação expulsa populações vulneráveis. Assim, o poder migra da escala material à econômica e urbanística. Entretanto, apesar das diferenças formais, a arquitetura mantém seus princípios de validar elites, organizar sociedades e definir pertencimentos, produzindo tanto identidade e pertencimento quanto exclusão e segregação.

(Conclusão) Diante do exposto, constata-se como, apesar das transformações formais – da materialidade clássica à seletividade simbólica contemporânea –, as funções políticas da arquitetura permanecem as mesmas: ratificar elites e estruturar as relações sociais. Sendo mais que um exercício estético, a arquitetura configura-se como um campo político e ético, capaz de definir quem pode ocupar, pertencer e se identificar nos espaços urbanos. Reconhecer esse caráter é essencial para que arquitetos e urbanistas compreendam sua responsabilidade social na produção do espaço, utilizando o projeto como instrumento de inclusão, equidade e transformação.

Palavras-chave: Arquitetura; Poder; Monumentalidade; Neoclássico; Contemporaneidade

A ARTETERAPIA COMO DIRETRIZ PROJETUAL DE UM ARTCENTER: ANTEPROJETO DE UM CENTRO DE ARTES PARA IDOSOS, EM NATAL/RN

Autor(es):
Maria Letícia Cunha de Medeiros: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Marcela de Melo Germano da Silva Jankovic: Docente do UNI-RN
Sandra Albino Ribeiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho teve como tema a Arquitetura Social, com foco no desenvolvimento do anteprojeto de um Centro de Artes para Idosos em Natal/RN, fundamentado na arteterapia como diretriz projetual. A problemática que orientou este estudo consistiu em compreender como o ambiente arquitetônico pode contribuir, aliado à arteterapia, para o estímulo ao desenvolvimento artístico e à qualidade de vida da pessoa idosa. A escolha do tema justifica-se pela relevância do envelhecimento populacional no Brasil e pela necessidade de espaços que favoreçam a inclusão social, a saúde mental e o desenvolvimento artístico da população idosa.

(Metodologia) Visando cumprir esses objetivos e solucionar as problemáticas apresentadas, o desenvolvimento desta pesquisa seguiu um conjunto de procedimentos metodológicos. A pesquisa é de natureza aplicada, com foco na geração de conhecimentos que visem à criação de um espaço arquitetônico que, aliado à Arteterapia, contribua para o desenvolvimento artístico e o bem-estar. Para a coleta de dados, foram utilizados instrumentos como a pesquisa bibliográfica – sobre arteterapia, arquitetura social e envelhecimento ativo – e a análise de estudos de caso, focando em projetos arquitetônicos voltados ao público idoso, avaliando aspectos como layout, organização espacial e impacto no usuário. Também foi feito o levantamento de normas técnicas relacionadas à acessibilidade, conforto ambiental e segurança.

(Resultados) Como resultado, foi desenvolvido um anteprojeto que integra espaços culturais, terapêuticos e de convívio, priorizando iluminação e ventilação natural, áreas verdes e acessibilidade universal. A análise da Arteterapia orientou a criação de ambientes acolhedores e estimulantes; a identificação das necessidades espaciais dos idosos reforçou a importância da ergonomia, da clareza nos fluxos e de áreas de socialização. Assim, a proposta resultante alia conforto, funcionalidade e estímulo sensorial, reafirmando o papel da arquitetura no bem-estar e na expressão artística na velhice.

(Conclusão) Conclui-se que a arquitetura, orientada por princípios sociais e terapêuticos, pode contribuir de forma significativa para o envelhecimento ativo, a valorização da autonomia e o fortalecimento das relações sociais dos idosos.

Palavras-chave: Arteterapia. Idosos. Criatividade. Bem-estar. Envelhecimento ativo.

A MADEIRA DA CAATINGA E O MUXARABI: IDENTIDADE, TRADIÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA ARQUITETURA NORDESTINA

Autor(es):
Marina Freitas Nunes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Anny Beatriz da Silva Rodrigues: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Alice Gomes Machado de Melo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Emilli Souza Canuto: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A arquitetura nordestina expressa a adaptação do homem ao clima semiárido e aos recursos disponíveis no bioma da caatinga, no qual a madeira assume papel construtivo e cultural relevante. Espécies como a aroeira e a baraúna, historicamente empregadas em elementos estruturais e esquadrias, refletem soluções técnicas e identitárias. Contudo, observa-se a substituição progressiva desse material por alternativas industrializadas, o que evidencia a necessidade de ressignificar seu uso de forma sustentável. Nesse contexto, este estudo analisa a importância histórica da madeira da caatinga e a incorporação de elementos como o muxarabi, que além de promover conforto térmico, reforça a representatividade cultural e a sustentabilidade regional na arquitetura contemporânea.

(Metodologia) O estudo desenvolve a investigação histórica e contemporânea sobre utilização da madeira para desempenho térmico, a partir da análise de artigos acadêmicos como E. Vettorazzi et al. (MDPI, 2024), o volume 33 (2025) da revista acadêmica Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, publicada pelo Museu Paulista da USP e a leitura “A trajetória da membrana protetora de madeira ao longo de uma história brasileira: tradição e modernidade”, de Carlos Henrique Goldman, UFRGS. O enfoque metodológico foram as representações e apropriações históricas do elemento, estudo de materialidade e a pesquisa de mercado das arquitetas nordestinas Priscila Mendes e Flávia Furtado.

(Resultados) A pesquisa de Vettorazzi et al. (MDPI, 2024), argumenta que o muxarabi funciona como solução passiva: filtra a luz, melhora a ventilação e conforto térmico em climas quentes. No artigo Anais do Museu Paulista, 2025, revela como a treliça vira símbolo cultural urbano e é resgatada em projetos contemporâneos, enquadra o muxarabi como memória e imagem urbana. O estudo de materialidade com a leitura “A trajetória da membrana protetora de madeira ao longo de uma história brasileira: tradição e modernidade”, de Carlos Henrique Goldman, UFRGS. Foi observado que a madeira evoluiu de um elemento tradicional para uma solução arquitetônica moderna, mantendo-se eficiente na filtragem da luz solar e na ventilação natural, além de reforçar o vínculo com a identidade cultural e eficiência técnica construtiva, também vistos nos projetos das arquitetas mencionadas.

(Conclusão) Conclui- se que a influência da arquitetura árabe desempenha um papel importante na investigação por soluções que proporcionam conforto térmico e luminoso em climas tropicais, como também contribui na valorização do muxarabi como um símbolo cultural urbano e é resgatado na arquitetura contemporânea. Por fim, o uso consciente da madeira a caatinga aliado a elementos como o muxarabi, pode resgatar valores culturais e ambientais, oferecendo caminhos sustentáveis e esteticamente harmônicos para projetos. Contudo, nessa pesquisa, há uma perda de autores nordestinos que revelam em seus artigos um caráter regional do nordeste brasileiro.

Palavras-chave: Arquitetura Nordestina. Sustentabilidade. Identidade cultural. Madeira da caatinga. Muxarabi.

A MASSIFICAÇÃO DO COMPORTAMENTO SOCIAL, SUAS CARACTERÍSTICAS NA ARQUITETURA E CONSEQUÊNCIAS NA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO

Autor(es):
Lucas Quintiliano Cordeiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Beatriz Andrei Borges Dantas Gomes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
José Antonio de Carvalho Cavalcante: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Leonardo Medeiros Bigois Gadelha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho traz a perspectiva da Escola de Frankfurt, embasada por Adorno e Horkheimer, sobre a chamada indústria cultural, ressaltando que ela não apenas traz entretenimento, mas principalmente modela comportamentos, a chamada massificação do comportamento social. Dessa forma, é uma consequência direta da racionalidade instrumental aplicada à esfera da cultura. Para eles, a ideia de se repetir modelos estéticos, valores ou mesmo narrativas, que são amplamente propagados pelos meios de comunicação, igualam as experiências, desmanchando as individualidades mostrando suas características também na arquitetura que serão abordados posteriormente. Para além disso, aborda aspectos sociais e históricos do início do século XX, como a cultura de massa que atualmente tem grande influência não só na arquitetura mas em outros aspectos da vida social, levando ao que atualmente chamamos de arquitetura internacional e de grife, e as características do mundo pós-guerra que disseminaram o pensamento modernista para o mundo, motivados por ideais sociais e re-construtivistas, que vão embasar o tema central a ser discutido: A massificação do comportamento social, suas características na arquitetura e as consequências na qualidade de vida da população.

(Metodologia) Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método qualitativo, pois foi realizado um estudo de caso, analisando a realidade social da população de forma geral no Brasil e, mais especificamente, na cidade de Natal, para identificar as similaridades. Além disso, também utilizou-se de uma pesquisa descritiva, pois tem como objetivo descrever características de um fenômeno, sem manipulação de variáveis.

(Resultados) Os resultados da pesquisa apontam que a influência da cultura de massa na arquitetura tem promovido uma crescente padronização estética e funcional dos espaços, reduzindo sua capacidade de representar identidades locais e individuais. Verificou-se que a lógica mercadológica e o apelo visual prevalecem sobre o contexto social e cultural, resultando em ambientes genéricos e desumanizados. Essa uniformização compromete a qualidade de vida dos usuários, diminuindo o senso de pertencimento e a relação afetiva com o espaço habitado. Constatou-se, portanto, a urgência de resgatar práticas projetuais que priorizem diversidade, autenticidade e significado social na arquitetura.

(Conclusão) A análise da cultura de massa e de seus reflexos na arquitetura contemporânea, evidencia como a lógica capitalista e a racionalidade instrumental transformaram o espaço construído em um produto de consumo simbólico. A partir das reflexões de Adorno, Horkheimer, Marcuse e Debord, observa-se que a cultura e, por extensão, a arquitetura, passou de um meio de expressão crítica para um instrumento de reprodução e controle social. A padronização estética e funcional, difundida globalmente, gera ambientes homogêneos, desprovidos de identidade e desconectados das realidades locais, afetando diretamente a experiência e a qualidade de vida dos usuários. O espaço arquitetônico, antes concebido para abrigar e refletir a singularidade humana, torna-se vitrine, imagem e mercadoria. Nesse contexto, a perda da autonomia criativa do arquiteto e da vivência subjetiva do indivíduo consolida um processo de alienação espacial, onde a aparência prevalece sobre o sentido e o pertencimento. Superar esse quadro implica resgatar o papel crítico e social da arquitetura, restabelecendo seu compromisso com a diversidade, a cultura e a experiência humana. Assim, mais do que uma necessidade estética, o combate à massificação torna-se um imperativo ético e cultural para a construção de cidades e espaços verdadeiramente humanos.

Palavras-chave: Massificação social; qualidade de vida; desenvolvimento global; cultura; arquitetura; estética.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM PIRANGI DO NORTE: DO VERANEIO À MERCANTILIZAÇÃO DO LITORAL

Autor(es):
Bernardo Rocha Medeiros de Oliveira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Raissa Camila Salviano Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A urbanização de Pirangi do Norte, no litoral sul potiguar, é analisada a partir do conceito de “bairro intermitente”: um espaço urbano cuja dinâmica é ditada por uma dualidade sazonal, alternando entre a intensa ativação turística no verão e uma acentuada inatividade espacial no resto do ano. Impulsionado pela lógica do veraneio, este processo resultou em um tecido urbano fragmentado, com espaços públicos subutilizados e uma infraestrutura que, projetada para picos de demanda, se mostra inadequada à vida cotidiana contínua. O problema de pesquisa se concentra, portanto, em como requalificar o principal eixo viário do bairro, a Avenida Deputado Márcio Marinho, para mediar os conflitos entre o uso sazonal e as demandas permanentes, promovendo uma urbanidade mais inclusiva.

(Metodologia) A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso de natureza qualitativa e propositiva. O percurso metodológico foi estruturado em etapas sequenciais, iniciando com uma revisão de literatura sobre urbanização litorânea e desenho urbano (SILVA, 2010; GEHL, 2013; JACOBS, 2011), que forneceu o embasamento conceitual. A fase de levantamento de dados articulou três frentes: uma pesquisa histórica e documental para compreender a evolução da localidade; um sistemático trabalho de campo, com registros fotográficos e observação direta das dinâmicas in loco; e um diagnóstico participativo, por meio de questionários com moradores e veranistas para coletar percepções de uso. A análise destes dados subsidiou a elaboração do diagnóstico espacial, consolidado em um mapa comentado que setorizou a Avenida em Zonas de análise a partir de suas morfologias. A síntese interpretativa de todas as etapas culminou na definição das diretrizes projetuais.

(Resultados) Os resultados do diagnóstico confirmaram a fragmentação da Avenida Deputado Márcio Marinho, revelando um percurso com graves barreiras à caminhabilidade e uma carência crônica de espaços públicos qualificados. Como resultado projetual, elaborou-se uma proposta de requalificação urbana com o objetivo de transformar a via em um espaço livre, útil e que funcione durante todo o ano para a comunidade. A proposta se estrutura em um conjunto de intervenções contínuas ao longo de todo o trajeto, como a qualificação de calçadas, e se aprofunda em três áreas de foco pontual que atuam como âncoras de vitalidade: a Praça “Caminhos”, concebida como um ponto de convivência para uma área de alta densidade residencial; um jardim sensorial junto ao cemitério (“Anga Piranji”); e um polo gastronômico (“Quintal do Cajueiro”).

(Conclusão) A requalificação da Avenida Deputado Márcio Marinho, por meio de intervenções contínuas e pontuais, apresenta-se como uma estratégia eficaz para responder ao problema do “bairro intermitente”. A proposta transforma a via em um espaço público ativo, atendendo às necessidades tanto da população flutuante quanto da comunidade permanente. Desta forma, este trabalho busca contribuir para a valorização da paisagem, o fortalecimento do sentimento de pertencimento e a promoção de uma urbanidade mais democrática em Pirangi do Norte, oferecendo subsídios para um planejamento urbano mais humano em áreas de intensa pressão turística.

Palavras-chave: Requalificação Urbana. Espaço Público. Caminhabilidade. Urbanização Turística. Pirangi do Norte.

AFETO: A DIMENSÃO INVISÍVEL DO ENSINO-APRENDIZAGEM NA UNIVERSIDADE

Autor(es):
Simone Maria Luz Medeiros Pereira Duarte: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em meio a construção de competências técnicas e intelectuais da vida universitária, há uma dimensão silenciosa que molda profundamente o processo de ensino aprendizagem: a experiência afetiva. Esse trabalho expõe uma reflexão teórica sobre os vínculos afetivos ou construção do afeto na educação universitária, com foco no papel do afeto enquanto sentimento do alicerce pedagógico da aprendizagem. A pesquisa, baseada em revisão bibliográfica, explora como os conceitos psicanalíticos de transferência, contratransferência e a figura da mãe suficientemente boa, conforme Freud (1836 – 1959) e Winnicott (1896 – 1971) contribuem para compreender as relações entre docentes e discentes. Além desses, o enquadramento teórico também se fundamenta em Bion, especialmente na construção dos vínculos de amor, ódio e conhecimento, a partir de Zimmermann (2010). Rubem Alves (1933 – 2014) também fundamenta o estudo ao destacar o afeto como base de uma das práticas docentes importantes nos ambientes de ensino. O problema central reside na análise de que forma os vínculos afetivos, enquanto expressões psíquicas inconscientes, influenciam o processo de aprendizagem dos discentes no contexto universitário. Serão abordados os vínculos afetivos como mediadores do conhecimento, a função simbólica do professor e os impactos emocionais na trajetória acadêmica. A pesquisa pretende demonstrar que o afeto não é apenas um componente subjetivo, mas uma força essencial na construção do conhecimento e competências, influenciando diretamente o desenvolvimento intelectual e emocional dos estudantes universitários.

(Metodologia) A pesquisa adotou o método de revisão bibliográfica, tendo por finalidade ampliar o conhecimento teórico. A análise foi conduzida por meio de leitura crítica e interpretativa dos textos, buscando estabelecer conexões entre os conceitos psicanalíticos e múltiplas dimensões do processo de aprendizagem no ensino superior. Quanto à abordagem, a pesquisa apresenta-se de forma qualitativa na busca de discussões e compreensões temática, priorizando-se o aprofundamento teórico e reflexivo sobre os vínculos afetivos como forças psíquicas que influenciam a construção do conhecimento.

(Resultados) A revisão bibliográfica evidenciou a influência dos vínculos afetivos na aprendizagem universitária. Freud (1836 – 1959) contribui com o conceito de transferência, revelando como emoções inconscientes moldam a relação professor-aluno. Winnicott (1896 – 1971), com a “mãe suficientemente boa”, inspira uma leitura do professor como quem entende e favorece o desenvolvimento do aluno. Zimmermann (1896 – 1971) comentando Bion, apresenta os vínculos de amor, ódio e conhecimento como forças psíquicas que atravessam a vivência acadêmica. Rubem Alves reforça que o afeto é base essencial da prática docente, capaz de despertar o desejo de aprender. Portanto, os resultados indicam que o afeto é essencial para construir o conhecimento e fortalecer o vínculo com o professor.

(Conclusão) Conclui-se que os vínculos afetivos são mediadores essenciais da aprendizagem, atuando como forças psíquicas que sustentam e transformam a relação professor-aluno. Entretanto, quando o afeto não encontra espaço, o desejo de aprender silencia. Sugere-se que as práticas pedagógicas reconheçam a dimensão afetiva como base essencial da formação acadêmica, assim como uma casa precisa de pilares firmes para se erguer e ampliar. Novas pesquisas podem aprofundar o impacto dos vínculos afetivos no ambiente universitário contribuindo para aquilo que o professor mais deseja: partilhar seu conhecimento como gesto de encontro e transformação.

Palavras-chave: Vínculos afetivos. Construção do conhecimento. Ensino-aprendizagem. Educação Universitária

ALMA – AMBIENTE LIVRE PARA MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS: ANTEPROJETO DE UM COMPLEXO CULTURAL NA CIDADE DE NATAL-RN

Autor(es):
Yan Madson Brito Machado: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com foco na integração entre arte, arquitetura e espaço público, a pesquisa parte da necessidade de reconectar as pessoas à cultura e à convivência urbana. A crescente fragmentação dos espaços destinados à produção artística e a falta de equipamentos culturais integradores em Natal-RN motivam a busca por soluções que unam criação, expressão e pertencimento. O estudo propõe desenvolver soluções arquitetônicas aliadas ao paisagismo e ao urbanismo para conceber um equipamento cultural que se integre ao seu entorno, minimize a fragmentação artística e aproxime as pessoas da arte por meio da convivência no espaço público proposto. O projeto busca configurar-se como um organismo vivo e simbólico, capaz de transformar o espaço urbano em cenário de manifestações artísticas e de fortalecimento dos vínculos sociais.

(Metodologia) A pesquisa seguiu uma metodologia em três etapas: coleta de dados, com pesquisas bibliográficas e análise de referências projetuais; definição de diretrizes, por meio do estudo do terreno, analise de condicionantes projetuais, visitas in loco e aplicação de formulários com artistas e usuários; e desenvolvimento do anteprojeto, utilizando ferramentas digitais para propor soluções arquitetônicas e urbanísticas que priorizam a flexibilidade dos espaços e a integração entre edifício e praça.

(Resultados) A pesquisa evidenciou a falta de espaços culturais integrados em Natal-RN e a necessidade de ambientes acessíveis, sustentáveis e abertos à convivência. O anteprojeto do ALMA resultou em um complexo artístico flexível, que conecta o edifício ao entorno, criando um espaço urbano de expressão e interação social, priorizando a troca entre artistas e a democratização do acesso à arte. O conforto ambiental, a fluidez entre áreas internas e externas, o fluxo bem definido e a acessibilidade configuram-se como diretrizes fundamentais. O projeto responde às demandas locais ao propor um espaço dinâmico de criação, exposição e encontro comunitário.

(Conclusão) O anteprojeto evidenciou o potencial da arquitetura cultural como agente de transformação urbana e social. A pesquisa confirmou a carência de espaços integrados em Natal-RN e propôs uma solução que une arte, comunidade e cidade em um ambiente flexível, sustentável e acessível. O projeto atingiu seus objetivos ao criar um espaço dinâmico de expressão e convivência, fortalecendo a economia criativa local. Recomenda-se, para estudos futuros, o aprofundamento em políticas públicas e modelos de gestão que assegurem a continuidade e o impacto social de iniciativas culturais semelhantes

Palavras-chave: Arquitetura cultural. Espaço público. Arte e urbanismo. Economia criativa. Natal-RN.

ANÁLISE MORFOLÓGICA DA SUBÁREA NO BAIRRO DE CANDELÁRIA COM ESTUDOS DE EVOLUÇÃO, TRANSFORMAÇÕES E INTER-RELAÇÕES DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E TIPOLOGIAS EDILÍCIAS, BEM COMO, DOS PROCESSOS SOCIAIS QUE OS GERARAM

Autor(es):
Anny Leticia Silva Adriano: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Luiza Bulhões Ribeiro : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Marina Alves Maia: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Camila Furukava: Docente do UNI-RN
André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este relatório tem como objetivo analisar a morfologia urbana de uma subárea do bairro de Candelária, em Natal/RN, considerando sua evolução histórica, transformações físicas e sociais, bem como o uso e ocupação do solo. A área estudada abrange cerca de 760.000 m² e é delimitada por vias de grande fluxo, o que influencia diretamente sua dinâmica urbana. A investigação busca compreender como os processos de crescimento, adensamento e verticalização moldaram o território ao longo do tempo. O trabalho foi desenvolvido no âmbito da disciplina de Planejamento Urbano e Regional, com base em autores consagrados como Kevin Lynch, Raquel Rolnik e Manuel de Solà-Morales. A partir dessa leitura crítica, pretende-se apontar caminhos para um planejamento urbano mais eficiente, inclusivo e sustentável, respeitando as especificidades locais.

(Metodologia) A metodologia adotada neste estudo foi baseada em pesquisa qualitativa com enfoque exploratório e descritivo. Inicialmente, foi realizada uma coleta de dados primários por meio de visitas de campo, registro fotográfico e observação direta da subárea analisada. Em paralelo, foram utilizados dados secundários, como mapas oficiais, imagens de satélite (Google Earth), documentos do Plano Diretor de Natal e indicadores do Anuário Natal 2023. A análise foi fundamentada em autores de referência na área de urbanismo, como Kevin Lynch, Raquel Rolnik e Solà-Morales, que auxiliaram na interpretação da paisagem urbana e suas dinâmicas. O cruzamento entre teoria e realidade local permitiu a elaboração de um diagnóstico detalhado da morfologia urbana, servindo de base para futuras propostas de intervenção.

(Resultados) A análise da subárea do bairro de Candelária revelou um território marcado pela diversidade de usos do solo, predominância residencial, presença de vazios urbanos e tendência de verticalização ao longo das vias principais. Identificou-se deficiência em infraestrutura urbana, especialmente na drenagem pluvial, pavimentação e transporte público. A área apresenta potencial de adensamento planejado, devido à sua localização estratégica e à existência de terrenos subutilizados. A presença de equipamentos públicos e privados, como escolas e hospitais, reforça sua importância no contexto urbano. Os resultados evidenciam a necessidade de intervenções que promovam acessibilidade, valorizem os espaços públicos e integrem as diferentes funções urbanas de forma equilibrada e sustentável.

(Conclusão) A pesquisa demonstrou que a área estudada, no bairro de Candelária, possui características urbanas relevantes, mas ainda enfrenta limitações quanto à estrutura viária, acessibilidade e distribuição equilibrada dos usos do solo. A localização estratégica e o processo de verticalização em curso reforçam a importância de um planejamento urbano cuidadoso, que evite desequilíbrios. A partir da leitura morfológica, foi possível entender as mudanças físicas e sociais ocorridas ao longo do tempo. Os resultados apontam para a necessidade de intervenções que promovam integração entre os espaços, maior funcionalidade urbana e bem-estar para os moradores. Conclui-se que o desenvolvimento da área deve considerar não só aspectos técnicos, mas também as vivências locais e o fortalecimento da identidade urbana.

Palavras-chave: Morfologia urbana; Uso e ocupação do solo; Planejamento urbano; Candelária; Infraestrutura urbana; Verticalização; Análise espacial

ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA AUTO CENTER EM CEARÁ-MIRIM/RN

Autor(es):
Maria Ester de Morais Lima: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Debora Nogueira Pinto Florencio: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho aborda o anteprojeto arquitetônico de reforma e ampliação de uma Auto Center localizado no município de Ceará-Mirim/RN, desenvolvido com base em diretrizes bioclimáticas, princípios de acessibilidade e adequação às condicionantes urbanas e ambientais. A proposta surgiu diante da necessidade de requalificar edificações comerciais de pequeno e médio porte, que muitas vezes são projetadas sem considerar aspectos fundamentais como conforto ambiental, eficiência energética e inclusão social.

(Metodologia) O estudo foi conduzido por meio de quatro etapas principais. A primeira compreendeu uma revisão bibliográfica sobre arquitetura bioclimática, acessibilidade e arquitetura comercial, que fundamentou teoricamente o trabalho. A segunda envolveu a análise de referenciais empíricos nacionais e internacionais, como o Pep Boys Auto Centers e o Centro de Serviço do Automóvel, a fim de compreender padrões espaciais e fluxos funcionais aplicáveis ao projeto. Na terceira etapa, foram analisados os condicionantes projetuais, incluindo levantamento in loco da edificação existente, estudo do entorno urbano, análise climática e observação das legislações municipais. Por fim, a quarta etapa resultou na elaboração do anteprojeto, representado em plantas, fachadas, cortes e perspectivas renderizadas.

(Resultados) Os resultados obtidos demonstraram que a aplicação de estratégias bioclimáticas, aliada à acessibilidade, proporciona significativa melhoria na eficiência energética, no conforto térmico e na experiência dos usuários. O projeto resultante contempla ampliação da área de oficinas, reorganização dos fluxos internos, criação de espaços de espera acessíveis e climatizados, implantação de áreas verdes e redesenho da fachada, de modo a integrar o edifício ao tecido urbano e valorizar a identidade local. A proposta reafirma que edificações comerciais podem aliar desempenho técnico e valor estético, reforçando a importância da arquitetura como instrumento de inovação e sustentabilidade.

(Conclusão) Conclui-se que a requalificação de edificações comerciais, orientada por princípios de sustentabilidade e inclusão, pode transformar positivamente a experiência dos usuários e contribuir para o desenvolvimento urbano equilibrado. Assim, o trabalho reforça o papel social e ambiental da arquitetura como instrumento de transformação, apresentando uma proposta viável, adaptável e alinhada às demandas contemporâneas de conforto, eficiência e qualidade espacial em cidades de médio porte como Ceará-Mirim.

Palavras-chave: Arquitetura Bioclimática; Acessibilidade; Requalificação Comercial; Sustentabilidade; Espaço Urbano.

ANTEPROJETO DE CASA NOTURNA EM PONTA NEGRA, NATAL/RN: DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇO DE LAZER NOTURNO E INTEGRAÇÃO URBANA

Autor(es):
Danyela Freire de Araújo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente Trabalho desenvolve o anteprojeto de uma casa noturna em Ponta Negra, Natal/RN, com enfoque na criação de um espaço de lazer noturno que promova integração urbana, conforto ambiental e funcionalidade. A pesquisa parte da constatação de que, apesar do potencial turístico e econômico de Ponta Negra, o bairro carece de empreendimentos planejados que conciliem entretenimento, segurança, acessibilidade e estética. A ausência de espaços adequados tem resultado em problemas como poluição sonora, desorganização viária e descaracterização paisagística, tornando necessária a proposição de soluções arquitetônicas inovadoras e alinhadas com o contexto do bairro.

(Metodologia) A metodologia foi estruturada em quatro etapas principais: (1) pesquisa teórica, com base em autores como Kevin Lynch, Jane Jacobs, Jan Gehl, Francine Houben e Mário Beni, que fundamentam os conceitos de integração urbana, vitalidade noturna e turismo; (2) levantamento empírico, por meio de visitas técnicas, entrevistas e questionários aplicados a moradores e turistas, a fim de identificar problemáticas e entender melhor a respeito da infraestrutura, segurança e conforto dos espaços noturnos locais; (3) análise de condicionantes legais e ambientais, observando o Plano Diretor de Natal, o Código de Obras e as normas da ABNT referentes à acessibilidade (NBR 9050) e à acústica (NBR 10151 e NBR 10152); e (4) elaboração de um anteprojeto arquitetônico para o objetivo geral descrito.

(Resultados) Os resultados da pesquisa empírica apontaram deficiências significativas na mobilidade urbana, segurança e conforto acústico dos atuais espaços de lazer. A maioria dos entrevistados destacou a importância de ambientes agradáveis, seguros e acusticamente confortáveis, indicando uma demanda por espaços que ofereçam qualidade de bem-estar sem causar danos ao entorno. A partir desses dados, o anteprojeto propõe um edifício que se integra à paisagem e à dinâmica do bairro, com fachada ativa, iluminação urbana planejada e permeabilidade visual, estimulando a convivência entre o interior e o espaço público. A topografia inclinada do terreno foi aproveitada como recurso de integração física e visual, e o uso de materiais que remetessem ao nordeste reforça o diálogo entre arquitetura e identidade local. O projeto também incorpora estratégias acústicas, como paredes com lã de vidro, esquadrias com dupla camada e baffles no teto, assegurando conforto interno e controle da emissão sonora ao entorno. O aproveitamento das vistas para o mar e o Morro do Careca fortalecem o caráter regional do espaço, e a integração com marcos turísticos da região.

(Conclusão) Diante disso, o trabalho reafirma que a casa noturna proposta vai além da função recreativa, constituindo-se como um equipamento urbano de integração social e revitalização paisagística. Ao unir estética contemporânea, funcionalidade e respeito ao contexto urbano, a proposta demonstra que é possível conciliar lazer noturno e qualidade de vida, contribuindo para o desenvolvimento econômico e cultural de Natal. O estudo reforça ainda a importância de projetos de lazer orientados por princípios de conectividade, inclusão, segurança e acessibilidade, sugerindo que futuras pesquisas aprofundem estratégias de controle acústico e gestão urbana de áreas turísticas.

Palavras-chave: Arquitetura de lazer noturno. Integração urbana. Conforto ambiental. Turismo. Acessibilidade.

ANTEPROJETO DE UM CENTRO DE TREINAMENTO ESPORTIVO PARALÍMPICO EM NATAL – RN

Autor(es):
Diana Carvalho Gouveia: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O esporte é um importante meio de reabilitação e inclusão para pessoas com deficiência, promovendo autonomia e qualidade de vida. Apesar dos avanços e conquistas do Brasil no cenário paralímpico, ainda existem barreiras sociais e falta de infraestrutura adequada. Iniciativas como o Centro de Treinamento Paralímpico em São Paulo e o Centro de Referência do ISD no RN representam grandes progressos. Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da arquitetura acessível no esporte paralímpico, por meio de pesquisas bibliográficas, estudos de caso e conversas com a SADEF-RN, fundamentando-se em normas de acessibilidade, como a NBR 9050 para o desenvolvimento de um projeto arquitetônico esportivo inclusivo.

(Metodologia) O trabalho adota uma metodologia qualitativa e quantitativa, com pesquisa aplicada, baseada em coleta e análise de dados bibliográficos e estudos de caso. Busca-se uma fundamentação teórica sólida por meio de leituras e investigações sobre os temas de inclusão, acessibilidade e arquitetura esportiva, garantindo embasamento técnico e científico para o desenvolvimento e a análise do objeto de estudo.

(Resultados) A pesquisa evidenciou a necessidade de um espaço na capital do Rio Grande do Norte que una áreas de treinamento acessíveis a ambientes de integração ao ar livre. O projeto propõe a criação de um espaço que priorize o conforto ambiental e apresente um programa de necessidades adequado às demandas das diferentes modalidades esportivas, trazendo uma inovação a capital potiguar e também no nordeste do país.

(Conclusão) O desenvolvimento do trabalho permitiu construir uma base teórica e técnica sólida para o projeto de um Centro de Treinamento Paralímpico em Natal/RN. Os estudos teóricos destacaram a importância do esporte e da arquitetura como meios de inclusão e acessibilidade. A análise de referências projetuais auxiliou na identificação de soluções eficazes para acessibilidade e organização espacial. O estudo do terreno com todas as suas singularidades, possibilitou compreender suas condições e orientar decisões de implantação. Por fim, o pré-dimensionamento e o programa de necessidades definiram a estrutura funcional do projeto, servindo de base para a próxima etapa que seria a conclusão do desenvolvimento arquitetônico.

Palavras-chave: Esportes. Pessoas com deficiência. Paraolimpíadas. Acessibilidade. Inclusão. Espaço ao Ar Livre.

ANTEPROJETO DE UM EDIFÍCIO DE USO MISTO NO BAIRRO DE PONTA NEGRA, NATAL/RN: INTEGRAÇÃO ENTRE AMBIENTES RESIDENCIAIS E EMPRESARIAIS COM ÊNFASE NO DESIGN BIOFÍLICO

Autor(es):
Ana Júlia Ramalho Martiniano Carneiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) O crescimento populacional e as mudanças nas dinâmicas de moradia e trabalho evidenciam a necessidade de soluções arquitetônicas que integrem múltiplas funções em um mesmo espaço. Edifícios de uso misto surgem como alternativas que conciliam residências e atividades comerciais, oferecendo praticidade, eficiência e melhor aproveitamento do espaço construído. Paralelamente, o design biofílico aproxima o ambiente construído da natureza, promovendo conforto, bem-estar e qualidade de vida. Este trabalho investiga a aplicação conjunta do uso misto e do design biofílico em um projeto arquitetônico no bairro de Ponta Negra, em Natal/RN, buscando compreender como a integração dessas abordagens otimiza a funcionalidade do edifício, proporciona ambientes mais saudáveis e reduz deslocamentos, permitindo que usuários residam e trabalhem no mesmo local.

(Metodologia) Este trabalho adota metodologia de pesquisa aplicada, com abordagens quantitativas e qualitativas, usando o método dedutivo em três etapas: coleta de dados, partido arquitetônico e anteprojeto. A pesquisa bibliográfica foca em edifícios de uso misto, design biofílico e seus benefícios ao bem-estar humano, fundamentando-se em revisão bibliográfica e referencial empírico. Além disso serão analisados projetos que integram natureza e arquitetura, considerando normas como Código de Obras de Natal, Plano Diretor de Natal, legislação contra incêndio e NBR 9050/2020. O anteprojeto será apresentado por desenhos técnicos, maquete eletrônica e memorial descritivo, sintetizando as decisões e mostrando como a biofilia pode melhorar a qualidade dos espaços construídos.

(Resultados) O anteprojeto desenvolvido combina funcionalidade, conforto e bem-estar. No térreo, uma praça com vegetação e bancos de madeira oferece espaço de convivência e contato direto com a natureza. Jardineiras nas varandas das unidades residenciais e salas corporativas contribuem para purificação do ar e equilíbrio térmico. Fachadas revestidas com pedras naturais e esquadrias amplas de vidro garantem integração com o ambiente natural, iluminação e ventilação, reduzindo consumo energético. Essas estratégias demonstram que o design biofílico potencializa a qualidade dos espaços construídos, promovendo experiência equilibrada entre estética, funcionalidade e bem-estar ambiental.

(Conclusão) A integração entre uso misto e design biofílico promove qualidade de vida, eficiência energética e ambientes saudáveis. O edifício proposto se apresenta como solução arquitetônica inovadora, melhorando conforto, funcionalidade e sustentabilidade, além de reduzir deslocamentos ao permitir morar e trabalhar no mesmo local.

Palavras-chave: Uso misto. Design biofílico. Sustentabilidade. Arquitetura corporativa. Arquitetura residencial.

ANTEPROJETO DE UMA CONCESSIONÁRIA E OFICINA VEICULAR PARA A PORSCHE NA CIDADE DE NATAL/RN

Autor(es):
Mirela Costa e Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Marcela de Melo Germano da Silva Jankovic: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em meio ao cenário de crescimento das vendas de carros de luxo desde a década de 1990, diversas unidades automotivas da Porsche foram surgindo no Brasil e na capital potiguar, entretanto não há concessionárias autorizadas no Rio Grande do Norte para realizar vendas e serviços aos clientes, resultando na locomoção dos indivíduos para outros estados. Dessa forma, através de pesquisas teóricas, análises de referências empíricas projetuais, visita in loco e estudos a respeito dos condicionantes físicos, ambientais e legais do universo sob intervenção, a proposta traz soluções para a demanda atual. Assim, o presente trabalho discorre acerca do tema de Arquitetura Comercial, com foco no desenvolvimento de um anteprojeto arquitetônico de uma Concessionária e oficina veicular de luxo da Porsche para a cidade de Natal/RN, situado no bairro do Tirol, contribuindo de maneira positiva na qualidade de vida no terreno, de seu entorno e das pessoas que irão frequentar o lugar. Por fim, a obra contempla traços contemporâneos com estrutura metálica, agregando à paisagem do espaço imediato, a fim de valorizar o espaço e impulsionar o comércio regional, abrangendo os valores de identidade da marca da Porsche.

(Metodologia) A metodologia utilizada é de natureza aplicada, com abordagem quantitativa e qualitativa da problemática a partir de fatos e interesses locais para a produção de um anteprojeto arquitetônico. Ademais, terá como objetivo uma pesquisa de natureza exploratória, devido à pesquisa por aprofundamentos bibliográficos, estudos diretos e indiretos, e pesquisa documental, pois visa coletar dados da tendência do mercado acerca do crescimento do nicho automotivo de luxo, e compilar informações que compreendam a necessidade para a existência de uma concessionária e oficina veicular da Porsche na cidade de Natal.

(Resultados) Os resultados obtidos demonstraram a viabilidade de implantação de uma concessionária e oficina da Porsche na cidade de Natal/RN, suprindo a ausência de uma unidade autorizada no estado. A partir da metodologia adotada, foi possível desenvolver uma proposta arquitetônica funcional, contemporânea e alinhada aos valores da marca. Além disso, por meio dos estudos acerca da área sob intervenção e de seus condicionantes projetuais, a obra foi desenvolvida para atender as demandas comerciais e técnicas. Com isso, há a contribuição para o conforto, eficiência e harmonia com o entorno urbano, conforme as normas e restrições locais, além de contribuir para a valorização do bairro Tirol e o fortalecimento do comércio regional de luxo.

(Conclusão) O trabalho apresentou o desenvolvimento de um anteprojeto arquitetônico de uma concessionária e oficina da Porsche em Natal/RN, buscando atender a demanda e a fragilidade local pelos serviços da marca, fortalecendo o setor automotivo de luxo na capital. A proposta alia soluções funcionais e estéticas com base em análises teóricas e empíricas, resultando em um projeto contemporâneo, integrado ao entorno e alinhado à identidade da Porsche. Assim, colabora na valorização urbana e comercial do bairro Tirol, contribuindo na qualidade espacial, de forma congruente às exigências e leis locais, reforçando a presença da marca no estado.

Palavras-chave: Arquitetura Comercial. Arquitetura de luxo. Concessionária. Oficina Veicular. Estrutura Metálica.

ANTEPROJETO URBANO: REQUALIFICAÇÃO DE UMA PRAÇA NA CIDADE DE PEDRO VELHO/RN

Autor(es):
Fernanda da Silva Meireles: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Raissa Camila Salviano Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A manutenção de espaços públicos urbanos é fundamental para a qualidade de vida e a dinâmica social das cidades. Quando negligenciada, compromete a estética, a funcionalidade, a segurança e o sentimento de pertencimento dos moradores. Em muitos municípios brasileiros, a falta de cuidados contínuos resulta em praças degradadas, afastando usuários e reforçando a sensação de abandono urbano. Neste contexto, a pesquisa tem como foco a Praça do Conjunto José Agripino, em Pedro Velho/RN, buscando compreender como a ausência de manutenção afeta o uso, a segurança e a interação social. Parte-se da constatação de que espaços bem conservados estimulam a permanência e fortalecem as relações comunitárias. Analisa-se como a degradação influencia o comportamento dos usuários e de que modo intervenções projetuais podem contribuir para a requalificação e o fortalecimento da vida pública local. O estudo demonstra que ações simples de manutenção podem transformar o espaço urbano, estimulando a convivência, a segurança e o uso coletivo, elementos essenciais para cidades mais humanas e acolhedoras.

(Metodologia) A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, voltada para a compreensão das percepções e experiências dos indivíduos em relação aos espaços urbanos analisados. Os procedimentos técnicos incluem levantamento bibliográfico, análise in loco, bem como aplicação de questionários com moradores, usuários e representantes da gestão pública. Como delimitação, o estudo se restringe a dois espaços públicos da cidade de Pedro Velho/RN, não abrangendo outras praças ou áreas urbanas do município.

(Resultados) A análise in loco evidenciou a precariedade na conservação dos espaços estudados, decorrente da falta de manutenção contínua. Essa constatação foi confirmada pelos questionários aplicados, que apontaram ausência de ações efetivas de preservação. As respostas indicaram que a deterioração compromete o uso e o aproveitamento do potencial dos locais, pois os problemas estruturais e de conservação dificultam a permanência e o convívio dos moradores.

(Conclusão) Ao analisar os espaços e os resultados obtidos, constatou-se que a falta de manutenção constante nestes espaços impacta diretamente a sensação de segurança, o uso e o bem-estar dos moradores, principalmente na praça do conjunto José Agripino. Verificou-se que a degradação física do espaço reduz a frequência de usuários e compromete o potencial de convivência e lazer que o local poderia oferecer. Observou-se também que manutenções básicas e frequentes seriam capazes de reverter esse quadro, tornando o ambiente mais atrativo e funcional. O objetivo geral foi alcançado, uma vez que o anteprojeto de requalificação proposto para a praça do conjunto José Agripino busca revitalizar o espaço, criando novas áreas de permanência e adaptando as existentes, de modo a promover integração social, segurança e valorização do ambiente urbano. Entretanto, não foi possível aprofundar a investigação sobre as implicações sociais da ausência de áreas destinadas ao lazer e à convivência, devido à limitação de dados. Essa lacuna, contudo, representa uma oportunidade para futuras pesquisas, que poderão explorar de forma mais detalhada os impactos sociais e comunitários da carência desses espaços públicos.

Palavras-chave: Praça, Espaços Públicos, Manutenção.

ARQUITETURA DE EVENTOS: ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UM ESPAÇO PARA EVENTOS SOCIAIS E CORPORATIVOS DE PEQUENO PORTE EM NATAL/RN

Autor(es):
Valentina Maria Cure de Carvalho: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente Trabalho de Conclusão de Curso, propõe a execução de um anteprojeto arquitetônico de um espaço para eventos sociais e corporativos de pequeno porte, localizado no bairro de Capim Macio, Natal/RN. Na cidade de Natal, apesar de existirem inúmeras casas de eventos de grande porte, que flexibilizam o uso do seu espaço para abranger diversas escalas de festas, há uma escassez de locais destinados a celebrações menores, nascendo assim a ideia de produzir tal projeto. A edificação tem como proposta oferecer para os seus clientes um ambiente intimista, aconchegante e de uso flexível através da cenografia, do paisagismo, da iluminação e de elementos que tragam conforto acústico e térmico.

(Metodologia) A metodologia para o desenvolvimento do trabalho tem como natureza a pesquisa aplicada, visto que se pretende aplicar os resultados encontrados. Adotando-se de uma abordagem qualitativa, partindo do princípio que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, uma conexão fundamental entre o mundo objetivo e a subjetividade de cada pessoa. Também foram realizadas pesquisas exploratórias e explicativa, com base na utilização de pesquisas bibliográficas e documentais, estudo direto e indiretos.

(Resultados) Durante o desenvolvimento do trabalho no primeiro semestre, foram analisadas referências projetuais diretas e indiretas relacionadas ao tema, as normas técnicas em conformidade com a legislação vigente, além das condicionantes físicas e ambientais da cidade de Natal/RN. Assim como foram observadas as principais necessidades de eventos sociais e corporativos, afim de propor um ambiente versátil, flexível, funcional e dentro das exigências legais. Já no segundo semestre, foi realizada a etapa projetual da edificação, evidenciando a importância de uma abordagem arquitetônica cuidadosa e estratégica para atender às diferentes funções do espaço e às expectativas dos clientes.

(Conclusão) Com a realização do trabalho, pode-se constatar até o momento que o setor de eventos é de grande relevância para a economia brasileira, movimentando bilhões de reais anualmente e gerando empregos, além de impulsionar o turismo, o comércio local e proporcionar experiências sociais e culturais. Nesse cenário, reforça-se a necessidade de inovação, planejamento e qualificação profissional, destacando o papel essencial do arquiteto especializado em eventos. A proposta da casa de eventos em Natal/RN demonstra como a arquitetura pode unir técnica, criatividade e funcionalidade para criar espaços diferenciados, capazes de marcar experiências e atender às demandas de um setor dinâmico e em constante crescimento.

Palavras-chave: Eventos. Arquitetura cenográfica. Intimista. Flexível.

ARQUITETURA DO BRINCAR: AMBIENTES QUE PROMOVEM O DESENVOLVIMENTO INFANTIL EM COMUNIDADES CARENTES

Autor(es):
Lorrany Ribeiro dos Santos: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Isabella Rocha Bezerra: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Luiz Eduardo do Nascimento Fernandes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Aline Silva do Nascimento: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Isaac Hugo Campos Bandeira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho analisa a relevância da Arquitetura do Brincar em contextos de vulnerabilidade urbana, destacando seu papel como ferramenta de transformação social e de promoção do desenvolvimento integral infantil. Parte-se do pressuposto de que o brincar, reconhecido pela ONU e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) como um direito fundamental, constitui um elemento essencial na formação cognitiva, emocional e social da criança. No entanto, em comunidades carentes, a ausência de espaços planejados e seguros compromete esse direito, configurando uma situação de dupla vulnerabilidade, marcada pela escassez de infraestrutura básica e pela exposição à violência.

(Metodologia) A metodologia utilizada consistiu em levantamento bibliográfico de natureza qualitativa, abrangendo publicações dos últimos quinze anos, disponíveis em bases acadêmicas como SciELO e Google Acadêmico, além de dados do Censo 2022 e documentos institucionais da ONU e do ECA. As palavras-chave empregadas foram “Arquitetura lúdica”, “Desenvolvimento infantil”, “Comunidades carentes” e “Espaços recreativos”. O referencial teórico fundamenta-se em autores como Porto (2020), Coelho, Duarte e Vasconcelos (2006), e Perígolo e Corrêa (2019), que discutem a capacidade das crianças de ressignificar os espaços urbanos e transformar ambientes precários em territórios de experimentação e brincadeira.

(Resultados) Como estudo de referência, é citado o projeto de extensão “Arquitetura de Interiores Social e Sustentável”, desenvolvido em Bauru (SP), o qual exemplifica a eficácia da arquitetura como instrumento de inclusão e melhoria da qualidade de vida em comunidades de baixa renda. A partir dessas referências, o trabalho propõe o anteprojeto “Meu Quintal Colorido: Centro Recreativo Infantil com foco na Arquitetura Multissensorial”, voltado à comunidade do bairro Quintas, em Natal/RN. O projeto busca criar um espaço de lazer acessível, seguro e estimulante, explorando os cinco sentidos e utilizando o simbolismo do arco-íris como inspiração estética e conceitual, reforçando o pertencimento e a autonomia infantil.

(Conclusão) Os resultados da pesquisa indicam que a Arquitetura do Brincar, quando associada à abordagem multissensorial, é capaz de transformar contextos de escassez em oportunidades de aprendizado e convivência, fortalecendo os laços comunitários e o desenvolvimento integral da criança. Conclui-se que o papel social do arquiteto transcende a criação estética, abrangendo o compromisso ético de planejar espaços que assegurem o direito ao brincar, estimulem a imaginação e promovam a inclusão social. Assim, a arquitetura lúdica, ancorada em princípios de sustentabilidade e valorização cultural, consolida-se como uma estratégia essencial para a construção de cidades mais humanas e equitativas.

Palavras-chave: Arquitetura do brincar; Desenvolvimento infantil; Comunidades carentes; Arquitetura multissensorial; Inclusão social.

ARQUITETURA E CONSERVAÇÃO MARINHA: ANTEPROJETO DE UM CENTRO DE REABILITAÇÃO DE TARTARUGAS MARINHAS EM TIBAU DO SUL, RN

Autor(es):
José Claudiano de Azevedo Neto: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Raissa Camila Salviano Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) As tartarugas marinhas são espécies de extrema relevância ecológica para a manutenção dos ecossistemas costeiros, desempenhando funções essenciais como o controle de organismos marinhos e o equilíbrio trófico dos oceanos. Contudo, as atividades humanas vêm comprometendo gravemente sua sobrevivência, sobretudo em áreas de desova, onde a poluição luminosa, o descarte de resíduos e o avanço urbano desordenado provocam a desorientação dos filhotes e a degradação dos habitats. No litoral do Rio Grande do Norte, destaca-se o município de Tibau do Sul, reconhecido como o segundo mais importante sítio de desova da tartaruga-de-pente (Eretmochelys imbricata) no Brasil, o que reforça a urgência de estratégias integradas de conservação (Projeto TAMAR, 2024). Diante desse contexto, evidencia-se a necessidade de desenvolver soluções arquitetônicas que contribuam para a conservação das tartarugas marinhas, orientando a proposta deste estudo.

(Metodologia) A metodologia é de caráter qualitativo e exploratório, fundamentada em pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. A revisão bibliográfica abrangeu publicações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Projeto TAMAR, além de manuais técnicos e legislações ambientais aplicáveis, como a Lei nº 9.605/1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais. A pesquisa documental considerou relatórios institucionais, diretrizes de licenciamento ambiental e normas de proteção à fauna costeira. Paralelamente, estudos de caso de centros de reabilitação e educação ambiental existentes foram analisados, possibilitando a identificação de parâmetros funcionais e espaciais adequados ao contexto potiguar.

(Resultados) Os resultados obtidos a partir da pesquisa e do desenvolvimento do anteprojeto indicam que a implantação do centro em Tibau do Sul representa uma oportunidade significativa para o fortalecimento das ações de conservação das tartarugas marinhas no estado. O projeto integra ambientes de triagem, tratamento e reabilitação articulados a espaços educativos e de visitação, promovendo o turismo ecológico e científico como ferramenta de sensibilização ambiental e de valorização da economia local.

(Conclusão) Conclui-se que o Centro de reabilitação e proteção de tartarugas marinhas em Tibau do Sul é uma proposta de relevância ecológica, social e econômica, ao integrar sustentabilidade, arquitetura bioclimática e turismo ecológico voltado à educação ambiental. O projeto reforça o papel da arquitetura como ferramenta de conservação e meio de apoio à proteção dos oceanos e das espécies ameaçadas, em consonância com o Objetivo 14 da Agenda 2030 da ONU, que trata da conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos.

Palavras-chave: Tartarugas marinhas. Reabilitação. Sustentabilidade. Arquitetura bioclimática. Educação ambiental.

ARQUITETURA PARA O NASCER: AMBIÊNCIA E HUMANIZAÇÃO EM CENTROS DE PARTO NORMAL PERI-HOSPITALARES

Autor(es):
Eider Guilherme dos Santos Cruz: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Camila Furukava: Docente do UNI-RN

(Introdução) O parto é um fenômeno que ultrapassa a dimensão biológica, constituindo-se como um evento social, simbólico e emocional. No entanto, ao longo do século XX, esse processo foi progressivamente medicalizado, deslocando-se do ambiente doméstico para o hospitalar e resultando em práticas tecnocráticas que afastaram a mulher do protagonismo do nascimento. O Brasil, atualmente, apresenta elevadas taxas de cesariana, ultrapassando os limites recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o que reflete a necessidade de repensar modelos de atenção obstétrica. Nesse contexto, as políticas públicas de saúde, como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN) e a Rede Cegonha, reformulada em 2023 como Rede Alyne, consolidam diretrizes que incentivam a criação de Centros de Parto Normal (CPN), unidades voltadas ao parto de baixo risco e fundamentadas em princípios de acolhimento, autonomia e cuidado integral.

(Metodologia) A metodologia adotada envolveu levantamento de dados normativos, análise comparativa entre os referenciais projetuais e interpretação crítica à luz dos conceitos de ambiência, biofilia, ergonomia e conforto ambiental. As análises demonstraram que a ambiência hospitalar, quando pensada sob uma ótica humanizada, contribui diretamente para o bem-estar físico e emocional da parturiente, promovendo autonomia, segurança e vínculo afetivo. Elementos como iluminação natural modulada, ventilação cruzada, controle acústico, integração com áreas verdes e mobiliário flexível mostraram-se fundamentais para o parto fisiológico e para a percepção de acolhimento e respeito.

(Resultados) Os resultados obtidos evidenciam que o espaço arquitetônico é um agente ativo no processo de humanização da assistência ao parto. A Casa Angela e o modelo de CPN do Ministério da Saúde demonstram que é possível alinhar segurança técnica e sensibilidade espacial, conciliando os aspectos normativos e simbólicos do nascer. Assim, a arquitetura se reafirma como uma ferramenta terapêutica e social, capaz de traduzir, em forma e espaço, os princípios das políticas públicas de saúde e da dignidade humana.

(Conclusão) Conclui-se que a implantação de Centros de Parto Normal Peri-Hospitalares, especialmente em cidades como Natal-RN, representa uma oportunidade de resgatar o protagonismo feminino durante o processo gestacional do seu nascimento de sua gestação e promover uma arquitetura do cuidado, em consonância com os ideais de humanização preconizados pelo Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: Humanização. Arquitetura hospitalar. Centro de Parto Normal. Ambiência. Biofilia.

ARQUITETURA SENSORIAL E AUTISMO: ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEI) PROFA. MARIA DO SOCORRO LIMA NO BAIRRO DAS QUINTAS EM NATAL/RN

Autor(es):
Maryanne Alicia da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Camila Furukava: Docente do UNI-RN

(Introdução) Segundo Lorí Crízel (2024), a arquitetura é uma abordagem que valoriza a experiência humana através da multissensorialidade dos espaços. Cada vez mais, percebe-se a importância da arquitetura ir além da estética e funcionalidade, integrando envolvendo todos os nossos sentidos. Trata-se de considerar não apenas a forma e o uso do ambiente, mas também as sensações que o espaço transmite e o bem-estar que ele é capaz de proporcionar. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio caracterizado por modificações nas funções do neurodesenvolvimento, interferindo na capacidade de comunicação, linguagem, interação social e comportamento (BRASIL, 2022). Indivíduos com transtorno do Espectro Autista (TEA), podem manifestar uma ampla variedade de sintomas, que variam de acordo com cada sujeito, destacando-se, entre eles, as alterações sensoriais, caracterizadas por uma maior sensibilidade a estímulos específicos, como sons intensos, luminosidade elevada e determinadas texturas. A criação de ambientes adaptados, que considerem essas especificidades, pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, ao proporcionar um ambiente mais acolhedor e inclusivo. O município de Natal apresenta aproximadamente um total de 10.431 pessoas com TEA. Para estimar o número de crianças de 0 a 4 anos com autismo em Natal, utilizou-se uma proporcionalidade baseada na distribuição etária observada no estado. Aplicando a proporção de 4,3% à população autista de Natal, obtém-se que aproximadamente 449 crianças de 0 a 4 anos apresentam diagnóstico de TEA na cidade. Sendo duas crianças com TEA para cada instituição de educação infantil em Natal/RN.

(Metodologia) A pesquisa em questão é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, é feito o uso do método dedutivo, e tem carácter exploratório e descritivo. A metodologia foi dividida em três etapas, sendo elas: coleta de dados, onde foram feitas visitas in loco ao local objeto de estudo, entrevista com os funcionários, pesquisas bibliográficas sobre o TEA, a arquitetura sensorial e normas e diretrizes aplicáveis; estudos de caso e por fim, o anteprojeto arquitetônico.

(Resultados) Apesar do elevado aumento no número de alunos com TEA matriculados, muitas instituições de ensino não possuem profissionais capacitados para lidar adequadamente com essas crianças, nem espaços apropriados que favoreçam e auxiliem o seu desenvolvimento integral. Indivíduos com autismo podem vivenciar crises ocasionadas por diversos fatores, sendo um deles o distúrbio sensorial. A Dra. Alessandra Pereira, Neurologista Pediátrica do Núcleo de Neuropediatria Clínica e Cirúrgica do Hospital Moinhos de Vento, explica que o distúrbio sensorial ocorre quando o cérebro deixa de processar adequadamente os estímulos sensoriais. Como consequência, as respostas comportamentais e motoras são inadequadas e afetam o aprendizado, a coordenação, o comportamento geral e a linguagem do paciente.

(Conclusão) A elaboração do presente trabalho proporcionou uma melhor compreensão em relação a importância da arquitetura escolar na educação infantil, e a diferença que ela pode fazer no processo de aprendizado de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O projeto tem o intuito de proporcionar ambientes acolhedores e inclusivos para crianças com TEA, onde suas necessidades físicas e cognitivas sejam atendidas de forma eficiente, propiciando o desenvolvimento integral de cada um.

Palavras-chave: Autismo; TEA; sensorial; diretrizes.

BIOMIMÉTICA E BEM-ESTAR ANIMAL: PROPOSTA ARQUITETÔNICA DE UM CENTRO DE CUIDADOS E HOSPEDAGEM PARA CÃES, EM NATAL/RN

Autor(es):
Maria Fernanda Uchoa Wanderley: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa tem como tema a arquitetura voltada ao bem-estar animal, com ênfase na criação de espaços acolhedores, estimulantes e adequados às necessidades físicas e comportamentais dos cães. O estudo parte da constatação de que o bem-estar animal está diretamente relacionado aos estímulos naturais que favorecem a expressão de comportamentos instintivos, fundamentais para a saúde física e emocional deles. Nesse contexto, investiga-se como a arquitetura pode contribuir para o bem-estar dos cães, integrando princípios da biomimética e do bem-estar animal de forma harmônica e sensível.

(Metodologia) A metodologia adotada apresenta abordagem de natureza aplicada, com enfoque qualitativo e caráter exploratório-descritivo. As etapas envolveram pesquisas bibliográficas sobre bem-estar animal, enriquecimento ambiental e biomimética; estudo de casos, considerando referências nacionais e internacionais para compreender soluções espaciais existentes; análise dos condicionantes físicos, ambientais e legais do terreno localizado no bairro de Lagoa Nova, em Natal/RN, a partir de levantamentos in loco e análise documental; e, por fim, o desenvolvimento da proposta projetual, abrangendo o conceito, o partido arquitetônico e o memorial descritivo.

(Resultados) Os resultados evidenciam que a aplicação dos princípios biomiméticos permite criar um ambiente funcional, sustentável e acolhedor, no qual o cão é reconhecido como usuário principal. O projeto utiliza estratégias inspiradas na natureza, como barreiras vegetais acústicas, variações topográficas que simulam morros e texturas naturais, ventilação cruzada orientada pelos ventos predominantes e um sistema de drenagem que direciona a urina dos cães ao ralo, assegurando escoamento adequado e limpeza contínua.

(Conclusão) Conclui-se que, ao adotar os princípios biomiméticos e os conceitos do bem-estar animal, a arquitetura assume o papel de agente transformador na criação de ambientes inspirados nas soluções encontradas na natureza, capazes de promover qualidade de vida para todos os seres vivos.

Palavras-chave: Arquitetura; Biomimética; Bem-estar animal; Cães.

CASA RANCHO ALIANÇA: ANTEPROJETO DE UMA RESIDÊNCIA EM CONDOMÍNIO FECHADO COM CARACTERÍSTICAS VERNACULARES

Autor(es):
Ana Margarida Ramalho de Carvalho: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Raissa Camila Salviano Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo apresenta o anteprojeto de uma residência unifamiliar no condomínio Rancho Aliança, localizado em São José do Mipibú-RN, pertencente a mesorregião do leste potiguar. O projeto busca unir a tradições das construções rurais brasileiras, especialmente aspectos vernaculares à sustentabilidade e a viabilidade econômica. A pesquisa analisa como soluções construtivas acessíveis, o uso de materiais regionais e estratégias bioclimáticas podem se integrar a um conceito atual, resultando em uma habitação confortável, eficiente e culturalmente significativa.

(Metodologia) A pesquisa foi desenvolvida combinando estudo de caso e levantamento bibliográfico. Foram analisadas tipologias rurais tradicionais do Nordeste, identificando elementos como o uso de materiais locais, ventilação cruzada e coberturas adaptadas ao clima tropical úmido, caracterizado por altas temperaturas e forte incidência solar. A etapa projetual foi elaborada a partir de princípios bioclimáticos, integrando áreas externas e internas e valorizando a paisagem natural. Além disso, priorizou-se o uso racional de recursos e a autossuficiência energética, com destaque para a captação e reuso da água da chuva e o aproveitamento da iluminação e ventilação naturais.

(Resultados) A proposta arquitetônica demonstra que é possível unir tradição e inovação em uma residência contemporânea com base na arquitetura vernacular. O uso de tijolos ecológicos prensados, telhas cerâmicas regionais e madeira de reflorestamento exemplifica a integração entre economia e sustentabilidade. Esses materiais, além de financeiramente acessíveis, favorecem a eficiência térmica, reduzem a necessidade de manutenção e preservam a estética rústica e o caráter cultural do Nordeste. O projeto evidencia que soluções simples e regionais podem resultar em construções confortáveis, econômicas e ambientalmente responsáveis.

(Conclusão) A pesquisa confirma que a integração entre tradição e inovação é um caminho eficaz para o desenvolvimento de uma arquitetura sustentável e culturalmente enraizada. Ao incorporar elementos vernaculares a soluções técnicas contemporâneas, o estudo demonstra que é possível produzir habitações que conciliam conforto, eficiência energética e identidade regional. Reforça-se, assim, que o saber popular, aliado ao uso consciente de materiais locais, contribui para uma arquitetura mais sustentável e representativa da cultura nordestina.

Palavras-chave: Arquitetura rural; Sustentabilidade; cultura regional; vernacular; acessibilidade econômica

CASA RANCHO ALIANÇA: ANTEPROJETO DE UMA RESIDÊNCIA EM CONDOMÍNIO FECHADO COM CARACTERÍSTICAS VERNACULARES

Autor(es):
Ana Margarida Ramalho de Carvalho: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Raissa Camila Salviano Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo apresenta o anteprojeto de uma residência unifamiliar no condomínio Rancho Aliança, localizado em São José do Mipibú-RN, pertencente a mesorregião do leste potiguar. O projeto busca unir a tradições das construções rurais brasileiras, especialmente aspectos vernaculares à sustentabilidade e a viabilidade econômica. A pesquisa analisa como soluções construtivas acessíveis, o uso de materiais regionais e estratégias bioclimáticas podem se integrar a um conceito atual, resultando em uma habitação confortável, eficiente e culturalmente significativa.

(Metodologia) A pesquisa foi desenvolvida combinando estudo de caso e levantamento bibliográfico. Foram analisadas tipologias rurais tradicionais do Nordeste, identificando elementos como o uso de materiais locais, ventilação cruzada e coberturas adaptadas ao clima tropical úmido, caracterizado por altas temperaturas e forte incidência solar. A etapa projetual foi elaborada a partir de princípios bioclimáticos, integrando áreas externas e internas e valorizando a paisagem natural. Além disso, priorizou-se o uso racional de recursos e a autossuficiência energética, com destaque para a captação e reuso da água da chuva e o aproveitamento da iluminação e ventilação naturais.

(Resultados) A proposta arquitetônica demonstra que é possível unir tradição e inovação em uma residência contemporânea com base na arquitetura vernacular. O uso de tijolos ecológicos prensados, telhas cerâmicas regionais e madeira de reflorestamento exemplifica a integração entre economia e sustentabilidade. Esses materiais, além de financeiramente acessíveis, favorecem a eficiência térmica, reduzem a necessidade de manutenção e preservam a estética rústica e o caráter cultural do Nordeste. O projeto evidencia que soluções simples e regionais podem resultar em construções confortáveis, econômicas e ambientalmente responsáveis.

(Conclusão) A pesquisa confirma que a integração entre tradição e inovação é um caminho eficaz para o desenvolvimento de uma arquitetura sustentável e culturalmente enraizada. Ao incorporar elementos vernaculares a soluções técnicas contemporâneas, o estudo demonstra que é possível produzir habitações que conciliam conforto, eficiência energética e identidade regional. Reforça-se, assim, que o saber popular, aliado ao uso consciente de materiais locais, contribui para uma arquitetura mais sustentável e representativa da cultura nordestina.

Palavras-chave: Arquitetura rural; Sustentabilidade; cultura regional; vernacular; acessibilidade econômica

CASA TANGRAM: A LONGEVIDADE RESIDENCIAL ALIADA AO CONFORTO AMBIENTAL EM UM ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA CASA EM CONDOMÍNIO NA CIDADE DE PARNAMIRIM/RN

Autor(es):
Giovana Torres Andrade: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Debora Nogueira Pinto Florencio: Docente do UNI-RN Debora Nogueira Pinto Florencio: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo tem como foco a arquitetura residencial, interrelacionado a longevidade do espaço e conforto ambiental, tomando como objeto de estudo o desenvolvimento de um anteprojeto em condomínio reserva. A problemática central consiste na necessidade de reformas e adaptações de casas em condomínios fechados visando a adaptabilidade a uma nova fase da vida, gerando desgastes e por vezes, a migração para edifícios verticais. Assim, visa-se a compreensão da residência como espaço que atenda às necessidades funcionais dos usuários ao longo de diferentes fases da vida, conciliando acessibilidade, flexibilidade e bem-estar. O enquadramento teórico embasa-se nos conceitos da longevidade habitacional e conforto ambiental, considerando aspectos arquitetônicos que prevejam a acessibilidade e a flexibilidade de usos em consonância com os fatores bioclimáticos locais, amparado por estudos de referenciais empíricos que pretendem nortear a diagramação arquitetônica e estética a serem aplicadas no anteprojeto. Desse modo, são discutidas as estratégias projetuais que permitem integrar esses princípios ao ambiente físico, de modo a favorecer a qualidade de vida e a convivência social e familiar, adaptado as condicionantes legais, urbanísticas e ambientais vigentes, contribuindo para a criação de espaços mais duradouros, adaptáveis e alinhados às demandas habitacionais contemporâneas.

(Metodologia) A metodologia adotada é de natureza pesquisa exploratória e descritiva, combinando métodos bibliográficos com a coleta de dados e a pesquisa documental. A pesquisa foi centrada na abordagem prática, com a análise de dados concretos e observações da realidade, com o intuito de identificar, analisar e compreender soluções arquitetônicas adequadas à elaboração do anteprojeto.

(Resultados) Os resultados obtidos evidenciam a aplicação consistente dos princípios de longevidade e conforto ambiental no anteprojeto desenvolvido. O estudo permitiu estruturar, alicerçado nos estudos teóricos desenvolvidos e expostos, uma residência que integra acessibilidade, ergonomia e flexibilidade espacial, assegurando ambientes adequados a diferentes fases da vida. A análise bioclimática e urbanística fundamentou as soluções projetuais de conforto ambiental, contribuindo para a eficiência ambiental da proposta. A organização do layout favorece a convivência social e familiar, promovendo espaços de permanência qualificados e inclusivos. Ademais, o uso de elementos arquitetônicos personalizados confere personalidade e identidade ao projeto, além de permitir passagem de ventilação e iluminação, auxiliando no conforto. Assim, os resultados confirmam a viabilidade das estratégias adotadas e reforçam a importância da arquitetura como promotora de bem-estar e qualidade de vida, tornando-se agente ativo da longevidade no espaço físico.

(Conclusão) Dessa forma, este trabalho demonstrou que a integração entre longevidade residencial e conforto ambiental pode orientar soluções arquitetônicas eficazes para uma residência em condomínio reserva. O anteprojeto atendeu aos objetivos propostos ao conciliar acessibilidade, flexibilidade e ergonomia com estratégias bioclimáticas voltadas ao conforto ambiental. Constatou-se que tais diretrizes contribuem para a criação de ambientes adaptáveis, inclusivos e promotores de bem-estar, reforçando a relevância do projeto como instrumento de qualidade de vida a longo prazo.

Palavras-chave: Arquitetura residencial. Longevidade. Conforto ambiental. Bem-estar.

CENTRO TERAPÊUTICO PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): ANTEPROJETO PARA A CIDADE DE RIACHUELO/RN

Autor(es):
Isabely Karla Felipe Catão de Macedo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) As alterações no perfil epidemiológico e o aumento dos diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) evidenciam a carência de equipamentos especializados em municípios de pequeno porte, como Riachuelo (RN). Este trabalho apresenta o anteprojeto de um Centro Terapêutico destinado a crianças com TEA, desenvolvido para responder à demanda por espaços que integrem acessibilidade, conforto sensorial e funcionalidade terapêutica. A proposta parte da compreensão do autismo como condição que altera a percepção sensorial e requer ambientes previsíveis, seguros e adaptáveis às diferentes necessidades do usuário.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, que combinou revisão bibliográfica sobre autismo, métodos terapêuticos e diretrizes de arquitetura sensorial; análise de referências projetuais (incluindo a APAARN e projetos internacionais selecionados); e estudos do terreno escolhido (carta solar, rosa dos ventos e topografia). A investigação também considerou a legislação e normas vigentes aplicáveis a edificações de atendimento terapêutico, como Legislações Municipais, a RDC nº 50/2002, a NBR 9050/2020 e as instruções técnicas de segurança contra incêndio.

(Resultados) O anteprojeto organiza-se por zonas sensoriais, áreas de baixo, médio e alto estímulo, articuladas por transições claras que favorecem a previsibilidade espacial. As estratégias projetuais priorizaram ventilação cruzada, proteção solar nas fachadas mais expostas, controle da iluminação natural e a escolha de materiais e acabamentos que reduzam reverberação sonora. Internamente, circulações e corredores foram dimensionados para permitir distanciamento e mobilidade; os ambientes terapêuticos contam com mobiliário flexível, sinalização visual legível e nichos para uso individual e coletivo; as áreas externas incorporam jardins sensoriais e pátios interligados, ampliando as possibilidades de estimulação controlada e contato com a natureza. Essas decisões projetuais foram inspiradas nas diretrizes da neuroarquitetura e no índice ASPECTSS, que orientam soluções sensoriais inclusivas. A integração entre princípios de arquitetura sensorial, condicionantes bioclimáticas e exigências normativas evidenciou que é possível conciliar conforto, segurança e estímulo terapêutico. A incorporação precoce de medidas de segurança contra incêndio (saídas, sinalização e acesso para viaturas) e a observância das normas de acessibilidade garantem a viabilidade técnica e legal da proposta, além de proteger usuários, familiares e profissionais.

(Conclusão) Conclui-se que o anteprojeto do Centro Terapêutico para crianças com TEA em Riachuelo representa uma contribuição relevante para a promoção da inclusão social e da saúde pública local. O estudo demonstra que intervenções arquitetônicas fundamentadas em evidências podem melhorar significativamente a experiência terapêutica e a autonomia das crianças. Como desdobramentos futuros, recomenda-se a elaboração dos projetos executivos, estimativa orçamentária detalhada e articulação com instituições locais para implementação e sustentabilidade do equipamento.

Palavras-chave: Arquitetura terapêutica; Autismo; Neuroarquitetura; Inclusão; Acessibilidade

CIDADE EM CENA ATEMPORALIDADE EFÊMERA

Autor(es):
Cássia Alves de Almeida: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) A arquitetura efêmera é caracterizada por sua transitoriedade e capacidade de provocar mudanças no ambiente urbano por meio de intervenções pontuais e temporárias, muitas vezes associadas a eventos, arte e mobilizações sociais (GONZAGA, 2017, p.21). Com o intuito de integralizar evento cultural, arquitetura e centro histórico, a pesquisa explora a arquitetura efêmera como uma ferramenta estratégica para valorizar o patrimônio histórico e estimular a vivência cultural do espaço. Através de um anteprojeto de um festival de rua, centro histórico de Natal/RN. Esse estudo poderá servir como referência para arquitetos, urbanistas e organizadores de eventos na busca por soluções sustentáveis e respeitosas à memória do espaço.

(Metodologia) A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa de natureza, fundamentada em pesquisas bibliográficas, a partir de estudos de livros, artigos acadêmicos e sites especializados, que abordam temas como arquitetura efêmera, eventos culturais, intervenção urbana e valorização de centros históricos.

(Resultados) A pesquisa evidencia o potencial da arquitetura efêmera como valorização e requalificação ao patrimônio histórico, além de estimular a vivência cultural do ambiente, reforçando a ideia que a arquitetura temporária pode ir além da sua função utilitária, tornando-se um instrumento de transformação social e cultural. Esse estudo poderá servir como referência para arquitetos, urbanistas e organizadores de eventos na busca por soluções sustentáveis e respeitosas à memória do espaço. Ao invés de ser vista apenas como uma intervenção temporária, a arquitetura efêmera pode ser um meio de ressaltar a identidade do espaço, promovendo sua preservação através do uso e da experiência urbana.

(Conclusão) O estudo conclui que a arquitetura efêmera no centro histórico é fundamental para promover a valorização do patrimônio quanto agente de transformação urbana e social. Ao invés de ser vista apenas como uma intervenção passageira, ela se configura como um meio potente de ressaltar a identidade de um lugar, promovendo sua preservação através do uso e da experiência urbana presente. Este estudo, portanto, contribui para a discussão sobre o papel da arquitetura temporária na revitalização de centros históricos e na promoção de eventos culturais que enriquecem a vida urbana. A pesquisa evidencia o potencial das estruturas temporárias e propõe uma solução projetual para o festival de rua, que atendem as necessidades do evento, com um espaço dinâmico e convivência.

Palavras-chave: Arquitetura Efêmera. Estruturas Metálicas. Festival de Rua. Patrimônio Histórico. Arquitetura Contemporânea.

CIDADES QUE REGENERAM: SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA COMO ESTRATÉGIA DE RESILIÊNCIA URBANA, UMA EXPERIÊNCIA DE ESTUDO NO BAIRRO DO TIROL, NATAL/RN

Autor(es):
Heloisa Farache Costa Pessoa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) As cidades contemporâneas surgem de onde já houve verde. O recuo da natureza diante do cinza, que emergiu conforme as intervenções humanas ao longo dos séculos, apresenta-se como um cenário de vulnerabilidade urbana e, consequentemente, um alerta para que medidas de adaptação sejam estudadas. Nesse sentido, o presente estudo aborda as Soluções baseadas na Natureza (SbN) como apoio a mitigação dos impactos das mudanças climáticas, em função da problemática principal que o guia: a insuficiência de infraestrutura tradicional de drenagem frente aos eventos hídricos que afetam o tecido urbano no universo de estudo – bairro do Tirol, em Natal/RN –, associada a redução das áreas verdes, agravantes também para o desconforto térmico. O bairro Tirol foi escolhido como recorte espacial e universo de estudo por suas características urbanas, ambientais e sociais que evidenciam vulnerabilidades e potencialidades relacionadas ao tema, marcado por altas temperaturas e frequentes alagamentos.

(Metodologia) Para atingir os objetivos, a metodologia adotada se fundamentou em pesquisa bibliográfica, documental e científica, análise espacial e tipológicas das áreas verdes e produção de material gráfico. Analisaram-se referências em escalas internacionais, nacionais, regionais e locais de SbN, bem como dados georreferenciados fornecidos por órgãos públicos e normativas urbanísticas locais. Para o recorte de estudo, utilizou-se de levantamento fotográfico, mapeamento dos pontos de alagamento e áreas verdes potenciais de aplicação dos protótipos desenvolvidos, os quais seguem critérios funcionais, urbanísticos e ambientais, aliados aos objetivos em foco.

(Resultados) Como resultado, as diretrizes para a implementação de Soluções Baseadas na Natureza no contexto urbano se organizam em quatro eixos principais: gestão e planejamento, questões socioambientais, intervenção física e manejo e manutenção das intervenções físicas na cidade. Busca-se, por meio delas, a articulação dos fragmentos verdes e o início de uma melhor dinâmica entre as infraestruturas cinza, verde e azul, abrindo um caminho para uma relação termo-pluvial harmônica. Ou seja, aumento de áreas verdes para melhoria na absorção e infiltração das águas pluviais, diminuição do escoamento superficial e, consequentemente, maior conforto térmico no recorte de estudo. O masterplan e os protótipos, por sua vez, evidenciam os pontos críticos e vantagens da implantação de cinco protótipos principais: ruas verdes, jardins de chuva, biovaletas, praças multifuncionais e parques de bolso, em função dos impactos para resiliência urbana que se pretende atingir.

(Conclusão) Conclui-se, portanto, que cidades resilientes exigem integração entre infraestruturas verde, azul e cinza que a tecem. Dessa forma, as Soluções baseadas na Natureza tornam-se elementos-âncora para apoiar políticas públicas sustentáveis e inclusivas, abrindo um caminho prático a reconversão de vulnerabilidades e conflitos de uso em oportunidades para amenizar o microclima e reduzir alagamentos e contribuir para a aproximação do ideal de resiliência urbana.

Palavras-chave: Soluções Baseadas na Natureza; Alagamentos; Resiliência Urbana.

CLÍNICA PSIQUIÁTRICA HUMANIZADA EM NATAL/RN

Autor(es):
Ana Angelica Evangelista Tavares: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Marcela de Melo Germano da Silva Jankovic: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante dos alarmantes índices de transtornos mentais no Brasil e dos desafios impostos pela luta antimanicomial, o presente estudo propõe o anteprojeto de uma clínica psiquiátrica – estabelecimento de saúde voltado ao diagnóstico, tratamento e reabilitação de pessoas com transtornos mentais, oferecendo acompanhamento contínuo e suporte multiprofissional. Inserido na temática da Arquitetura Hospitalar, o projeto busca promover saúde, bem-estar e autonomia aos pacientes. O público-alvo compreende indivíduos com diferentes níveis de sofrimento psíquico, que demandam cuidados especializados e ambiente terapêutico adequado. Localizada no bairro Pitimbu, em Natal/RN, a proposta visa oferecer um espaço humanizado e acolhedor, conciliando a funcionalidade técnica exigida pelos profissionais de saúde com ambientes que favoreçam a recuperação emocional dos usuários.

(Metodologia) A pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem exploratória, utilizando métodos qualitativos e quantitativos. Para a construção do referencial teórico, foi realizada uma revisão bibliográfica abrangente sobre saúde mental, a luta antimanicomial, arquitetura hospitalar e a influência do ambiente no bem-estar psicológico. Foi também conduzida uma análise contextual da cidade de Natal/RN, considerando demandas, recursos e características locais pertinentes ao tema. A etapa final compreende o desenvolvimento do anteprojeto arquitetônico de uma clínica psiquiátrica humanizada, elaborado com o auxílio de softwares de modelagem 2D e 3D (AutoCAD e Revit), visando aplicar os princípios de humanização à proposta projetual.

(Resultados) Como resultado, obteve-se o desenvolvimento de um anteprojeto arquitetônico de uma clínica psiquiátrica humanizada, estruturada a partir de análises teóricas, contextuais e projetuais. O estudo permitiu compreender a importância da arquitetura como agente terapêutico, capaz de influenciar diretamente no processo de recuperação e bem-estar dos pacientes. A proposta contempla espaços que promovem acolhimento, autossuficiência e integração social, conciliando eficiência funcional com conforto ambiental. Além disso, a pesquisa evidenciou a necessidade de novos modelos de atenção à saúde mental que aliem os avanços da luta antimanicomial ao cuidado integral do indivíduo. Assim, conclui-se que todos os objetivos específicos foram atendidos, desde a fundamentação teórica até a aplicação prática no anteprojeto.

(Conclusão) Conclui-se que a arquitetura desempenha um papel fundamental na promoção da saúde mental e na construção de espaços terapêuticos humanizados. O anteprojeto desenvolvido demonstra que é possível aliar funcionalidade técnica e sensibilidade espacial para criar ambientes que acolham, inspirem e favoreçam a recuperação dos pacientes. Assim, o trabalho reforça a necessidade de repensar os espaços de tratamento psiquiátrico sob a ótica da humanização, considerando o paciente como protagonista do próprio processo de cura. Espera-se que a proposta contribua para o debate sobre novas formas de projetar equipamentos de saúde mental e sirva de referência para futuras intervenções na área da arquitetura hospitalar.

Palavras-chave: Clínica psiquiátrica. Saúde mental. Humanização. Autonomia.

CONFORTO TÉRMICO EM SALAS DE AULA: AVALIAÇÃO DO CONFORTO TÉRMICO EM ESCOLA CONSTRUÍDA EM CLIMA QUENTE E ÚMIDO

Autor(es):
João Victor da Silva Costa Souza: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Camila Furukava: Docente do UNI-RN

(Introdução) O conforto térmico em ambientes escolares é essencial para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Em regiões de clima quente e úmido, como Macaíba/RN, as altas temperaturas e a elevada umidade do ar comprometem o desempenho dos alunos e aumentam a dependência de sistemas de climatização artificial, elevando custos e emissões de carbono. Essa problemática relaciona-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 e 13 da ONU, que tratam, respectivamente, da educação de qualidade e da ação contra as mudanças climáticas globais. Estudos apontam que o conforto térmico está diretamente associado à eficiência energética e ao bem-estar dos usuários (Kowaltowski, 2011; Lamberts, Dutra e Pereira, 2014). Diante desse contexto, o presente trabalho avaliou salas de aula de uma escola pública em Macaíba/RN, com o objetivo de compreender o desempenho térmico da edificação e propor estratégias arquitetônicas passivas para a otimização do conforto térmico.

(Metodologia) A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso com abordagem mista, integrando métodos quantitativos e qualitativos. A Escola Estadual Alfredo Mesquita Filho, localizada em Macaíba/RN e inserida na Zona Bioclimática 5A (ABNT NBR 15220, 2024), foi o objeto de análise. Os dados foram coletados em duas salas de aula representativas, utilizando termo-higrômetros, anemômetro, termômetro de globo, câmera termográfica e questionários aplicados aos usuários, com base nas escalas de sensação e preferência térmica definidas pela ABNT NBR 16401-2:2024. As variáveis foram analisadas segundo o modelo adaptativo de conforto térmico, considerando a temperatura operativa e a temperatura média externa dos sete dias anteriores à coleta.

(Resultados) As medições indicaram temperaturas internas médias entre 28 °C e 32 °C, alta umidade e baixa velocidade do ar (< 0,3 m/s), ultrapassando os limites de conforto propostos por Araújo (1996). Observou-se variação térmica entre os pontos de medição, com valores mais elevados próximos às aberturas, o que evidencia o efeito da radiação solar e o ganho térmico por irradiação das superfícies. A temperatura operativa variou entre 23,38 °C e 30,38 °C, situando-se dentro da faixa aceitável do modelo adaptativo, o que sugere aclimatação dos usuários. Os questionários confirmaram sensações de calor e baixa ventilação, enquanto as aferições de temperatura das superfícies revelaram maiores ganhos térmicos nas paredes expostas sem isolamento.

(Conclusão) Os resultados indicam que as salas avaliadas não garantem conforto térmico na maior parte do período letivo. O desempenho insatisfatório relaciona-se à ausência de sombreamento adequado, à insuficiência de ventilação cruzada e ao uso de materiais com alta absortância e transmitância térmica. Recomenda-se a adoção de estratégias arquitetônicas passivas, considerando os principais mecanismos de regulação térmica das edificações, como: o sombreamento de paredes e aberturas para reduzir o ganho de calor por radiação; a ampliação e redistribuição das aberturas para permitir a troca do ar quente pelo ar frio, diminuindo a temperatura interna por convecção; a aplicação de materiais isolantes na envoltória para mitigar os ganhos de calor por condução; e o uso de vegetação para sombreamento e resfriamento do ar externo por evaporação. Com isso, conclui-se que a adoção de estratégias bioclimáticas pode reduzir o calor interno e promover ambientes mais resilientes.

Palavras-chave: Conforto Térmico; Desempenho Térmico; Arquitetura Escolar; Estratégias Arquitetônicas Passivas; Desing Bioclimático

DEMOLIÇÃO DO CASARÃO ROMUALDO GALVÃO

Autor(es):
Renata Guerra Barros: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Mateus de Oliveira Pinheiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Letícia Bezerra Menezes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria luiza Oliveira ribeiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Muitas cidades brasileiras sofrem com uma falha urbana em meio ao processo de modernização das cidades, essa falha trata-se da destruição e falta de preservação da arquitetura histórica. Na cidade de Natal-RN, no final de 2024, mais um prédio histórico veio abaixo por motivo fútil, o Casarão Romualdo Galvão (século XX), foi demolido para dar lugar a um estacionamento. Ironicamente, quem derrubou o edifício foi o SESC (Serviço Social do Comércio), que realiza passeios históricos e presta serviços à cidade. O casarão pertencia ao comerciante abolicionista Romualdo Galvão e combinava diferentes estilos arquitetônicos europeus, como a inspiração na belle époque francesa.

(Metodologia) A metodologia foi feita pela busca de informações em sites de notícias locais, além de pesquisas feitas por profissionais da área. Como a pesquisa de de pós- graduação em Arquitetura e Urbanismo de Rebeca Grilo (2016), que utiliza como referência e metodologia o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1979) e análises textuais de Antônio Cândido (1960).

(Resultados) Na pesquisa de mestrado da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) de Rebeca Grilo (2016), ela afirma que Carlo Ginzburg e Antônio Cândido, pesquisadores de sua metodologia, analisaram leis, decretos, planos urbanos, fotografias, pinturas, jornais e guias de viagem. Como resultado, concluíram que alguns casos de demolição foram ignorados e silenciados, como o caso do edifício em questão, enquanto outros geram debates e mobilizações públicas, portanto, foi revelado que o interesse em preservar construções históricas coloniais foi aumentando à medida que esses edifícios iam desaparecendo. O professor de história Henrique Lucena acredita que o patrimônio não precisa ser imutável, mas a preservação traz urbanidade, portanto a decisão mais apropriada seria conservar a fachada e dar um novo sentido ao prédio, como transformar em uma galeria de artes, já que o SESC possui muitas obras, e se o estacionamento fosse realmente importante, ainda assim a fachada poderia ser conservada, como o mesmo já viu em Recife, no Rio de Janeiro e na Europa.

(Conclusão) Com isso, conclui-se que a modernização não precisa ser tão fortemente associada à destruição patrimonial, considerando que muitos patrimônios antigos podem ser aproveitados para novas e modernas funções, por meio da preservação da parte externa dos edifícios em questão, junto com a introdução de lojas, restaurantes, shoppings, etc, na parte interna. Essas soluções poderiam ter sido consideradas antes da demolição do casarão Romualdo Galvão. É evidente que a preservação (ou sua ausência) da arquitetura histórica trata-se de uma questão cultural e de prioridade, onde muitas cidades o fazem e muito bem, o que infelizmente, não é o caso de Natal-RN, como podemos perceber após a demolição do casarão anteriormente citado, ainda assim, essa prática é definitivamente aplicável.

Palavras-chave: Modernização urbana, Patrimônio histórico, Preservação arquitetônica, Casarão Romualdo Galvão, Natal-RN, SESC.

DO PATRIMÔNIO AO PEDAL: REQUALIFICAÇÃO E REUSO DE EDIFICADO ARQUITETÔNICO COMO CATALISADOR PARA A MOBILIDADE ATIVA SOCIAL NAS ROCAS/NATAL-RN

Autor(es):
Pedro de Vasconcelos Lisboa Neto: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) As cidades brasileiras enfrentam o desafio contínuo da obsolescência de seu patrimônio histórico, cujas estruturas, outrora símbolos de progresso, frequentemente se convertem em vazios urbanos, desarticulando o tecido social e a memória coletiva. Em Natal/RN, essa questão é exemplificada pelo complexo formado pelo Antigo Almoxarifado da RFFSA (Rede Ferroviária Federal) e pelo prédio modernista da antiga Escola Estadual Leão XIII, ambos subutilizados no bairro das Rocas. A problemática se agrava ao considerar as carências do entorno, que, apesar de sua rica identidade cultural, carece de equipamentos públicos qualificadores. Somam-se a isso as crises de mobilidade urbana, marcadas pela falta de infraestrutura para transportes ativos, e a emergência climática, que demandam respostas projetuais sustentáveis e socialmente inclusivas. Este estudo parte da questão de como a requalificação e o reuso do patrimônio histórico e ferroviário pode catalisar a regeneração urbana, respondendo a demandas sociais e fomentando a mobilidade ativa, atendendo uma demanda real da Associação de Ciclistas do RN (ACIRN) por espaços de apoio à cultura da bicicleta.

(Metodologia) Para alcançar tais objetivos, a pesquisa foi conduzida com uma abordagem metodológica mista, tendo como objeto de intervenção o complexo arquitetônico formado pelo antigo Almoxarifado das Oficinas da RFFSA e do edifício modernista da antiga Escola Estadual Leão XIII. A fundamentação teórica foi construída a partir de uma revisão bibliográfica crítica sobre as teorias de restauro e intervenção, baseada em autores como Natália Vieira-de-Araújo, cuja premissa de que a intervenção deve partir do reconhecimento do contexto e da questão “Para quem” norteou a pesquisa; Yi-Fu Tuan, que trata sobre a conversão de “espaço” em “lugar”; Leonardo Castriota, que define a intervenção em edifícios históricos como ato político; e Tiesdell, Oc e Heath, cujo conceito de “Continuidade Contextual” guiou a abordagem projetual. O diagnóstico envolveu a análise de dados secundários e projetos referenciais para extrair subsídios para as estratégias de requalificação.

(Resultados) A aplicação dessa metodologia culminou na proposta da “Estação Rocas”, que requalifica os dois edifícios históricos de forma integrada. O partido arquitetônico adota o princípio da “Inclusão” de Francisco de Gracia para organizar o novo programa arquitetônico dentro das estruturas existentes. O programa de necessidades articula um setor de apoio ao ciclista (oficina comunitária, bicicletário e vestiários) com um setor cultural e de convivência (salão de exposições, café e praças), distribuídos entre o galpão e o antigo prédio escolar. A intervenção garante a distinguibilidade material, preservando a essência tectônica das preexistências e aplicando materiais contemporâneos nas novas inserções.

(Conclusão) Em suma, o estudo evidencia que o reuso adaptativo de complexos históricos é uma estratégia eficaz para a regeneração urbana. A proposta da Estação Rocas demonstra como a preocupação com o futuro do patrimônio edificado articula de forma coesa a preservação da memória local com o fomento à mobilidade ativa, atendendo a uma demanda concreta da comunidade e da Associação de Ciclistas do RN. Ao transformar um conjunto arquitetônico abandonado em um equipamento público vibrante e inclusivo, a proposta reforça o potencial da arquitetura como agente de transformação social, capaz de costurar as rupturas no tecido urbano e promover cidades mais sustentáveis, equitativas e conectadas com sua história.

Palavras-chave: Arquitetura patrimonial. Reuso adaptativo. Requalificação. Patrimônio histórico. Mobilidade ativa.

DOMOS E NATUREZA EM HARMONIA: UMA PROPOSTA DE CONDOMÍNIO TIPO HOSPEDARIA TEMPORÁRIA (AIRBNB) COMO VETOR DO ECOTURISMO NA REGIÃO DO AGRESTE POTIGUAR

Autor(es):
Rodrigo Gomes da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho propõe o desenvolvimento de um anteprojeto arquitetônico de chalés em formato de domos geodésicos, localizados no município de Senador Elói de Souza/RN, explorando princípios da arquitetura efêmera e arquitetura bioclimática voltados ao ecoturismo. A pesquisa parte da constatação de que o turismo no agreste potiguar tem se expandido como alternativa econômica e ambientalmente responsável, demandando soluções construtivas que integrem conforto, harmonia e respeito ao meio ambiente. Nesse contexto, a arquitetura em domos surge como estrutura adequada ao meio, capaz de dialogar com a paisagem do agreste e suas condições climáticas. O estudo fundamenta-se em referenciais teóricos sobre arquitetura efêmera e bioclimática, além de análises sobre o uso de estruturas abobadadas e sua eficiência térmica e formal. O problema central investigado consiste em compreender de que forma a arquitetura de domos pode ser aplicada em empreendimentos turísticos, conciliando desempenho ambiental, viabilidade técnica e potencial estético.

(Metodologia) A metodologia adotada baseou-se em uma pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa e caráter descritivo, envolvendo levantamento bibliográfico, análise de estudos de caso e observação empírica. Foram utilizados dados climáticos, mapas de insolação e ventos, topografia e macrozoneamento urbano. O projeto foi desenvolvido em etapas sendo: estudo preliminar, zoneamento, concepção volumétrica, detalhamento e utilizando ferramentas digitais de modelagem tridimensional e representação gráfica para simular iluminação, ventilação e sombreamento.

(Resultados) Os resultados demonstram que a adoção de domos geodésicos como solução arquitetônica apresenta boa adaptabilidade ambiental, topográfica, climática e na paisagem, especialmente quando associada a materiais leves, recicláveis e de baixo impacto ambiental, como madeira e lã de PET. A forma hemisférica permite aproveitamento da luz natural e escoamento da água da chuva, quando bem acomodada na topografia. O conjunto projetado contempla chalés independentes, recepção, loja de artesanato, restaurante e trilha ecológica integrada ao terreno, respeitando a permeabilidade do solo e a vegetação nativa. O resultado evidencia a viabilidade técnica e ambiental da proposta, além de reforçar a vocação turística e ecológica da região do agreste potiguar.

(Conclusão) Conclui-se que o uso da arquitetura de domos representa uma alternativa comercial para o setor hoteleiro da região, especialmente em contextos de hospedaria temporária tipo Airbnb e turismo de experiência, conciliando estética, sustentabilidade aplicada e conforto. O projeto contribui para o debate sobre construções ecológicas adaptadas ao clima e demonstra que é possível aliar design contemporâneo e responsabilidade ambiental em empreendimentos turísticos.

Palavras-chave: Arquitetura em Domos. hospedaria temporária. Ecoturismo. Agreste Potiguar.

ENTRE O ÍCONE E O VAZIO: LIMITES DA ARQUITETURA DE GRIFE NO PARQUE DA CIDADE DOM NIVALDO MONTE (NATAL/RN)

Autor(es):
Anny Leticia Silva Adriano: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Luiza Bulhões Ribeiro : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Bárbara Titan Mendes Lucena: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Giovanna Drummond Araújo Teixeira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Luiza de Brito Fernandes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho discute a problemática da arquitetura de grife no Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte, em Natal-RN, projetado por Oscar Niemeyer e inaugurado em 2008. A obra, marco da cidade, é um exemplo emblemático da valorização da imagem arquitetônica em detrimento da funcionalidade, gestão e sustentabilidade urbana.

(Metodologia) A metodologia baseou-se em pesquisa documental e bibliográfica, analisando fontes jornalísticas da época, relatórios públicos, registros históricos, dados de operação e textos teóricos sobre arquitetura icônica e marketing urbano, especialmente as contribuições de Márcio Moraes Valença (2010). O conceito de “arquitetura de grife” (ou “star architecture”) refere-se a projetos de arquitetos de renome, cuja autoria agrega valor simbólico e de mercado, tendo como características a forma singular, a função simbólica e o valor de espetáculo.

(Resultados) No caso do Parque da Cidade, o projeto foi apresentado como símbolo de modernidade e sustentabilidade, exaltando a assinatura de Niemeyer como fator de prestígio. A inauguração, em junho de 2008, foi marcada por discursos oficiais que destacavam a obra como marco histórico e ambiental, com promessas de lazer, educação ambiental e valorização da vegetação nativa. No entanto, a apropriação popular foi limitada. O parque, situado em área de preservação afastada do centro, sofreu desde cedo com problemas de manutenção, segurança e integração urbana. A falta de transporte público eficiente dificultou o acesso, e equipamentos como o memorial e a biblioteca enfrentaram longos períodos de abandono. Em 2009, o espaço foi parcialmente interditado, sendo reaberto apenas em 2014 após recuperação. Apesar da monumentalidade da torre, ícone visual e cartão-postal de Natal, o parque não se consolidou como espaço cotidiano de convivência. A análise crítica evidencia o contraste entre imagem e prática: a obra simboliza o prestígio da autoria e o desejo de inserção da cidade em um circuito global de ícones, mas revela falhas estruturais de planejamento e gestão. Conforme Márcio Valença (2012), o “Efeito Bilbao” só ocorre com a integração entre arquitetura, urbanismo e políticas públicas, o que não se verificou plenamente em Natal. O caso demonstra que a arquitetura de grife, embora gere visibilidade, não garante resultados duradouros se desassociada da participação comunitária e da sustentabilidade operacional.

(Conclusão) Conclui-se que o Parque da Cidade é um exemplo de como a busca por prestígio pode eclipsar a função social da arquitetura. A lição é que obras públicas de grande porte devem prever manutenção contínua, integração urbana e envolvimento popular para que cumpram seu papel coletivo. Assim, a arquitetura de grife alcança relevância social quando articulada com planejamento participativo e gestão eficiente.

Palavras-chave: Arquitetura de grife. Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte. Oscar Niemeyer. Planejamento urbano. Sustentabilidade.

GEROARQUITETURA: ANTEPROJETO DE UM RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS EM NATAL/RN

Autor(es):
Lílian Munauer Peres de Souza: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Marcela de Melo Germano da Silva Jankovic: Docente do UNI-RN

(Introdução) O envelhecimento populacional e a carência de moradias adequadas que atendam às necessidades das pessoas idosas, ou seja, locais que garantam conforto, acessibilidade e autonomia, é uma problemática atual em Natal/RN. Dessa forma, o presente Trabalho de Conclusão de Curso busca o desenvolvimento de um anteprojeto arquitetônico de um residencial destinado à pessoas com mais de sessenta anos, localizado no bairro de Lagoa Nova em Natal/RN. O estudo fundamenta-se em referenciais teóricos e projetuais voltados à geroarquitetura, ao envelhecimento ativo e às diretrizes legais vigentes, como a NBR 9050/2021 e a RDC 502/2021 da ANVISA. Busca-se, por meio deste trabalho, demonstrar como a arquitetura pode contribuir para a promoção da qualidade de vida, da segurança e do bem-estar físico e emocional dessa população. O trabalho aborda desde a análise urbana e ambiental até o desenvolvimento do anteprojeto, destacando os aspectos espaciais, funcionais e sensoriais que tornam o ambiente humanizado, acessível e integrado à natureza.

(Metodologia) A metodologia adotada envolveu pesquisa bibliográfica e documental sobre envelhecimento ativo, geroarquitetura e habitação inclusiva. Foram analisadas normas técnicas como a NBR 9050/2021, a RDC 502/2021, o Plano Diretor/2022 e o Código de Obras/2024 de Natal/RN. Também foram realizados os estudos de referenciais arquitetônicos, tanto nacionais quanto internacionais, que exploram soluções espaciais adaptadas ao público com mais de 60 anos. A etapa seguinte consistiu na análise do terreno, considerando condicionantes ambientais, topografia, orientação solar, ventilação, acessos e o entorno urbano. A partir desses dados, elaborou-se o programa de necessidades e o partido arquitetônico, com definição da setorização, fluxos e estratégias de conforto ambiental e acessibilidade.

(Resultados) O resultado do trabalho é um anteprojeto que propõe um residencial humanizado e funcional, estruturado a partir do conceito “Casa Floresta”, que busca integrar natureza e ambiente construído. A edificação foi organizada em blocos interligados por circulações cobertas, setorizados em núcleos residencial, de convivência e técnico-operacionais. As unidades habitacionais incluem quartos individuais e duplos, todos com banheiros acessíveis. Áreas de convivência, jardins terapêuticos, varandas e hortas elevadas promovem bem-estar físico, psicológico e social. O projeto privilegia a ventilação cruzada, a iluminação natural e percursos acessíveis, garantindo segurança e autonomia. Dessa forma, o anteprojeto consolida-se como uma proposta de moradia digna, sustentável e voltada à qualidade de vida. Logo, atendeu-se os objetivos específicos de investigar referências projetuais nacionais e internacionais voltados à moradias sênior e interpretar normas e diretrizes urbanísticas aplicáveis ao terreno para a realização do anteprojeto, desenvolvendo-se uma proposta arquitetônica que promovesse a convivência e bem-estar de pessoas idosas em Natal/RN.

(Conclusão) O estudo demonstrou que a arquitetura pode ser instrumento essencial na promoção do envelhecimento ativo, propondo espaços que conciliam funcionalidade, acolhimento e integração. O anteprojeto desenvolvido responde à problemática identificada, apresentando soluções arquitetônicas que atendem aos critérios de acessibilidade, conforto ambiental e térmico, e que estimulam a convivência e a autonomia das pessoas idosas. O resultado final reflete uma proposta humanizada e viável, que contribui para o debate sobre habitações inclusivas em Natal/RN. Recomenda-se a continuidade da pesquisa com estudos de viabilidade técnica e econômica, além de análises de desempenho ambiental para aprimorar futuras aplicações do modelo proposto.

Palavras-chave: Geroarquitetura. Residencial. Pessoas idosas. Bem-estar.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Autor(es):
José Caio Dantas Costa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Marina Mathias da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Lucas Gabriel Castro do Nascimento: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Luiz Fernando Nascimento de Souza: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho, intitulado “Habitação de Interesse Social”, tem como foco o desenvolvimento de uma proposta arquitetônica voltada à moradia acessível e sustentável, integrando aspectos sociais, ambientais e urbanísticos. A pesquisa parte do entendimento de que o acesso à moradia digna é um direito fundamental e um dos principais desafios das cidades brasileiras. Nesse sentido, o estudo busca demonstrar como a arquitetura pode atuar como instrumento de transformação social, contribuindo para a inclusão, a qualidade de vida e a valorização dos espaços urbanos. A escolha do tema reflete a necessidade de repensar a habitação popular sob uma perspectiva mais humana, sustentável e participativa, em sintonia com programas governamentais como o “Minha Casa, Minha Vida”, relançado em 2023 com foco em garantir dignidade habitacional a famílias de baixa e média renda.

(Metodologia) A metodologia aplicada segue o modelo de Bryan Lawson, estruturado em oito etapas: levantamento e análise do problema, definição do programa de necessidades, concepção, desenvolvimento, anteprojeto, detalhamento, implementação e avaliação pós-ocupação. Essa sequência assegura que o projeto seja desenvolvido de forma coerente e fundamentada, desde o diagnóstico do terreno até as diretrizes de conforto ambiental e acessibilidade. O processo inclui estudos urbanísticos, levantamentos topográficos e análises ambientais, garantindo que as decisões projetuais considerem tanto os aspectos legislativos quanto o impacto social e ambiental da proposta.

(Resultados) Os resultados obtidos a partir das análises geraram diretrizes projetuais fundamentadas em conforto ambiental, sustentabilidade e acessibilidade. Entre as estratégias destacam-se o sombreamento natural com vegetação nativa, o uso de brises e elementos vazados, a ventilação cruzada permanente, o emprego de materiais de baixa inércia térmica e o aumento de áreas permeáveis para mitigar ilhas de calor. Além disso, foram seguidas as prescrições urbanísticas do Plano Diretor de Natal (2022) e do Código de Obras (2024), respeitando o coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, recuos, gabarito e taxa mínima de permeabilidade. Ressalta-se que devido a sua localização (Subzona de Proteção Ambiental-1), tais prescrições são mais restritivas. As normas de acessibilidade da NBR 9050 foram incorporadas, com atenção especial à largura mínima de passagens, rampas com superfície antiderrapante e sinalização adequada.

(Conclusão) Conclui-se que o projeto propõe promover um ambiente urbano mais humano, sustentável e inclusivo por meio de moradias dignas e acessíveis, levando em consideração todas as normas legislativas vigentes e estratégias de conforto térmico. O trabalho reforça a importância da arquitetura como agente de transformação social e do planejamento técnico aliado à sensibilidade ambiental e comunitária.

Palavras-chave: Habitação de Interesse Social; Conforto Ambiental; Sustentabilidade; Acessibilidade; Planejamento Urbano.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E INADEQUAÇÃO DOMICILIAR: PROPOSTA DE LOTEAMENTO E RESIDÊNCIA EM NATAL/RN

Autor(es):
Ranna Amábile Maciel Martins: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Sarah Lorena Souza de Carvalho: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN
Ewerton Ferreira da Costa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) O déficit habitacional no Brasil marcou 5,97 milhões de moradias em 2023, o menor número desde 2016, segundo a Fundação João Pinheiro. Entretanto, apesar desses números representarem um avanço na política habitacional brasileira, as taxas de inadequação domiciliar ultrapassam os 27 milhões. Esse cenário indica que o desafio não é somente ofertar mais domicílios, mas também assegurar sua qualidade. Nesse contexto, seguindo as diretrizes do programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida (MCMV), foi desenvolvido um pré-projeto de loteamento e implantação de uma residência na categoria de habitação de interesse social. Localizada no bairro de Candelária em Natal, Rio Grande do Norte, o modelo de edificação se orientou a partir da análise de condicionantes ambientais e urbanas. O presente resumo aborda o processo de estudo e pesquisa preliminar para a elaboração de um projeto confortável, licenciado e exequível.

(Metodologia) A metodologia de desenvolvimento do projeto utilizada foi a de William M. Peña e Steven A. Parshall, em sua obra “Problem Seeking”. O estudo também incluiu a realização de uma visita técnica ao local, e se baseou nos dados de fontes governamentais de análise climática, condicionantes urbanísticas e normativos de enquadramento no programa MCMV.

(Resultados) A gleba analisada possui área total de 219.367,47m². O terreno está inserido em uma zona que combina áreas de proteção ambiental e de adensamento, conforme o Plano Diretor da cidade. A análise dos condicionantes ambientais revelou clima tropical úmido, ventilação predominante no sudeste, e alta incidência solar durante todo o ano, indicando a necessidade de planejamento estratégico para conforto da edificação voltado à ventilação cruzada e sombreamento.

(Conclusão) Considerando as limitações orçamentárias próprias desse tipo de projeto, buscou-se adotar soluções racionais e acessíveis, sem comprometer o conforto e a funcionalidade da edificação. Assim, a implantação inclui equipamentos de saúde, educação e comércio, espaços para lazer, áreas verdes, e 320 lotes residenciais de 10 m x 20 m, com traçado ortogonal e disposição voltada apenas para dois lados da rua com testadas opostas. Essa configuração permite otimizar o uso do terreno, reduzindo a extensão de vias internas e, consequentemente, os custos com pavimentação, redes de água, esgoto, fiação elétrica e manutenção. O modelo de residência foi dimensionado com área máxima de 100 m², equilibrando a viabilidade econômica e qualidade de vida dos usuários. Em síntese, o estudo preliminar reforça que o enfrentamento do déficit habitacional vai além da ampliação do número de moradias, exigindo propostas arquitetônicas que conciliam eficiência, economia e habitabilidade, aliadas às diretrizes do programa Minha Casa, Minha Vida e as condições ambientais e urbanas locais.

Palavras-chave: Arquitetura; Habitação de interesse social; Minha Casa, Minha Vida; Inadequação domiciliar.

HABITAÇÃO ESTUDANTIL MULTIFUNCIONAL: INTEGRAÇÃO DE MORADIA, ESTUDO E LAZER EM NATAL-RN

Autor(es):
Melissa Bezerra da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Marcela de Melo Germano da Silva Jankovic: Docente do UNI-RN
Sandra Albino Ribeiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) A habitação estudantil configura-se como um elemento essencial para a permanência universitária, exercendo influência direta sobre o desempenho acadêmico e a qualidade de vida dos estudantes. A presente pesquisa parte da constatação da escassez de moradias adequadas em Natal/RN, o que leva muitos universitários a recorrerem a alternativas precárias e com valores exacerbados. Diante dessa problemática, buscou-se compreender de que forma propostas arquitetônicas podem contribuir para minimizar essa carência por meio do desenvolvimento de um edifício multifuncional. A partir do referencial teórico fundamenta-se a compreensão da moradia estudantil como espaço formativo e de inclusão social, ressaltando seu papel no desenvolvimento integral dos estudantes. Nessa perspectiva, destaca-se a relevância de projetos arquitetônicos acessíveis, capazes de promover equidade e conforto entre os espaços, contribuindo para o fortalecimento do ambiente universitário.

(Metodologia) A metodologia adotada é de natureza aplicada e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica e documental, complementada por estudos de caso nacionais e internacionais que serviram como referência projetual. Foram realizadas análises físico-ambientais e legais do terreno localizado no bairro de Lagoa Nova, em Natal/RN, considerando fatores como conforto térmico, ventilação natural, orientação solar em conformidade com as normas e predefinições arquitetônicas e urbanísticas. Essas etapas permitiram a definição de diretrizes para o programa de necessidades e para a concepção arquitetônica do projeto.

(Resultados) Os resultados obtidos evidenciam o atendimento aos objetivos traçados neste trabalho. A partir da análise do contexto histórico e social da habitação estudantil no Brasil e em Natal, foi possível compreender as transformações e demandas que embasaram o desenvolvimento do anteprojeto. Além disso, ao identificar as relações entre o ambiente físico, o desempenho acadêmico e a qualidade de vida, consolidou-se a importância de propor espaços que integrem moradia, estudo e lazer de forma equilibrada. Nesse sentido, o projeto resultante alia estética, funcionalidade e sustentabilidade, contemplando ambientes de convivência, áreas de estudo e lazer, bem como unidades habitacionais confortáveis e acessíveis. Ademais, foram incorporadas estratégias de ventilação, aproveitamento da iluminação natural e uso de materiais sustentáveis, reforçando o compromisso ambiental da proposta.

(Conclusão) Conclui-se que a habitação estudantil transcende a função de abrigo, configurando-se como um espaço formativo, capaz de promover inclusão, desenvolvimento humano e bem-estar. O anteprojeto elaborado reafirma o papel da arquitetura como instrumento de apoio à educação e de fortalecimento da permanência universitária, estimulando o convívio social. Além disso, a proposta amplia o debate sobre políticas públicas de habitação e incentiva novas pesquisas que associem o projeto arquitetônico à formação acadêmica e à experiência estudantil.

Palavras-chave: habitação estudantil. arquitetura residencial coletiva. acessibilidade. permanência acadêmica. qualidade de vida.

HAUTE: ANTEPROJETO DE UM ESTÚDIO DE RÁDIO E HUB DE MÍDIAS EM PAU DOS FERROS/RN

Autor(es):
Nayara Tisciany Nascimento Paiva Fernandes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Debora Nogueira Pinto Florencio: Docente do UNI-RN

(Introdução) O rádio, tradicionalmente associado à comunicação sonora, passou por um processo de ressignificação ao incorporar recursos digitais e multimidiáticos, deixando de ser apenas sonoro para se tornar multimodal. Essa evolução para o meio digital consolida o rádio como uma mídia expandida, integrada a novas plataformas e linguagens. Nesse cenário, percebe-se uma lacuna em relação à infraestrutura arquitetônica destinada à produção midiática, sobretudo em contextos regionais como o Alto Oeste Potiguar, onde são escassos os espaços voltados à inclusão digital, à capacitação técnica e à difusão cultural. Diante disso, a pesquisa desenvolvida busca articular conceitos de acústica arquitetônica, inovação tecnológica e integração comunitária, propondo soluções projetuais que respondam às demandas contemporâneas da comunicação e da cultura.

(Metodologia) A pesquisa fundamentou-se em uma abordagem quali-quantitativa, estruturada em etapas complementares. Inicialmente, realizou-se revisão bibliográfica de obras e artigos especializados em acústica arquitetônica, multimodalidade e arquitetura para meios de comunicação. Em seguida, foram analisadas referências projetuais nacionais e internacionais, a fim de identificar diretrizes aplicáveis ao contexto local. Realizou-se também o estudo das condições físico-ambientais e urbanas do terreno, levando em conta aspectos climáticos, de zoneamento e de inserção na malha urbana. Por fim, foram consideradas as normas técnicas pertinentes ao desempenho acústico e funcional dos ambientes, de modo a assegurar a compatibilidade entre o conforto sonoro e a viabilidade construtiva.

(Resultados) Os resultados obtidos evidenciam a relevância de integrar soluções acústicas a uma arquitetura versátil, que privilegie tanto a qualidade técnica da produção midiática quanto a abertura para atividades de caráter cultural e educacional. O estudo aponta que o uso de materiais absorventes e de estratégias de condicionamento acústico contribui para a qualidade sonora, enquanto a flexibilidade espacial favorece a adaptabilidade dos ambientes às demandas diversas de um hub de mídias. Além disso, destaca-se a importância da infraestrutura digital, que permite ampliar o alcance das produções e fortalecer a presença regional no cenário comunicacional contemporâneo.

(Conclusão) Conclui-se que o anteprojeto proposto atende de forma satisfatória às exigências técnicas de isolamento e condicionamento acústico, ao mesmo tempo em que se estabelece como um polo cultural de relevância regional. A pesquisa demonstra que a adaptação de referências internacionais ao contexto do Alto Oeste Potiguar possibilita a criação de um espaço inovador, que articula tecnologia, inclusão social e valorização cultural. A originalidade do trabalho reside nessa síntese entre inovação tecnológica e impacto comunitário, contribuindo para o fortalecimento da economia criativa e para a ressignificação do papel do rádio no cenário digital.

Palavras-chave: Arquitetura comercial. Acústica arquitetônica. Rádio multimídia. Inovação tecnológica.

IMPLANTAÇÃO DE LEITOS DE SAÚDE MENTAL EM HOSPITAL PEDIÁTRICO: DIRETRIZES PROJETUAIS E ANTEPROJETO DE REFORMA DO HOSPITAL MARIA ALICE FERNANDES, EM NATAL/RN

Autor(es):
Camila Senas de Cristo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Camila Furukava: Docente do UNI-RN

(Introdução) A crescente crise na saúde mental no Brasil, agravada significativamente no período pós-COVID 19, que resultou no maior número de afastamentos do trabalho por ansiedade e depressão em dez anos, evidencia a necessidade urgente de expansão e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Neste contexto, o trabalho se enquadra na temática da Reforma Psiquiátrica (Lei nº 10.216/2001), que visa a desinstitucionalização progressiva dos hospitais psiquiátricos, redirecionando o modelo assistencial brasileiro. O problema de pesquisa concentra-se na adequação da infraestrutura hospitalar para a habilitação de leitos de saúde mental em hospitais gerais, pediátricos e maternidades, conforme as Portarias do Ministério da Saúde nº 3.088/2011 e nº 3/2017. Especificamente, este estudo aborda a carência de espaços adequados e humanizados para o atendimento psicossocial infantojuvenil. Pretendeu-se demonstrar que a Arquitetura Hospitalar, norteada pela humanização, é um instrumento essencial para o bem-estar e recuperação dos pacientes, podendo auxiliar no acolhimento da demanda crescente de pacientes de saúde mental.

(Metodologia) A metodologia adotada caracterizou-se como uma pesquisa de natureza aplicada, utilizando a revisão teórica da literatura científica e legislação pertinente, incluindo as normativas da RAPS. Foi realizada a análise de relatórios oficiais e entrevistas com profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da Secretaria de Estado da Saúde Pública do RN (SESAP). O estudo de caso envolveu um levantamento arquitetônico da edificação e consulta a profissionais que atuam no atendimento psicossocial do hospital. Por fim, a pesquisa culminou no desenvolvimento do anteprojeto de reforma e na criação das diretrizes projetuais para a habilitação do serviço.

(Resultados) Os resultados obtidos materializaram-se no anteprojeto arquitetônico de reforma do Hospital Maria Alice Fernandes, adequando áreas específicas para a implantação dos leitos de saúde mental. A proposta, elaborada com base em um programa de necessidades estruturado a partir de consultas à SESAP e diretrizes normativas, ampliou a área de intervenção inicial para incluir um acolhimento de primeiro contato na entrada de emergência. Foram aplicados os princípios da Arquitetura Biofílica e Neuroarquitetura, promovendo o bem-estar dos usuários através da integração de elementos naturais, ampliação de esquadrias para maximizar a Luz Circadiana, ventilação natural e um layout com circulação fluida. As soluções projetuais, como o uso de cores, formas orgânicas e o desenho de áreas verdes, foram estrategicamente definidas para criar um ambiente hospitalar mais acolhedor e seguro.

(Conclusão) Diante disso, as adaptações arquitetônicas impostas, são desafios importantes a serem superados dentro do processo de novas políticas de saúde mental do Estado, visto que, as estruturas hospitalares atuais são insuficientes e regressas diante da política de humanização e da emergente demanda de leitos de saúde mental. Portanto, ao projetar espaços destinados ao cuidado em saúde mental, é imprescindível compreender que a função ultrapassa uma simples acomodação de indivíduos. Os ambientes exercem influência direta sobre as emoções, pensamentos e comportamentos, configurando-se como elementos ativos no processo terapêutico. Mais do que aspectos estéticos, a forma como o espaço se organiza e se apresenta interfere nas percepções e sensações dos usuários, podendo contribuir tanto para o bem-estar quanto para o agravamento do sofrimento psíquico

Palavras-chave: Saúde Mental Infantil. Reforma Psiquiátrica. Humanização Hospitalar. Arquitetura Hospitalar. Rede de Atenção Psicossocial.

INTEGRANDO CORPO, MENTE E ESPÍRITO: ANTEPROJETO DE UM CENTRO DE BEM-ESTAR PARA A CIDADE DE NATAL-RN

Autor(es):
Giuliana dos Santos Siqueira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com foco na integração de corpo, mente e espírito, a pesquisa parte da crescente desconexão do ser humano com a natureza, antes associada a uma vida mais saudável, e do impacto da vida moderna acelerada e digitalizada, que dilui os limites entre trabalho, lazer e convivência, aumentando o estresse e os problemas de saúde mental. Motivado pelos altos índices de afastamentos do trabalho por transtornos mentais no Brasil, são buscadas soluções arquitetônicas juntamente com conceitos como design biofílico, cuidados holísticos e arquitetura e paisagismo sensorial, que criem ambientes terapêuticos e acolhedores, favorecendo o refúgio e a restauração do equilíbrio emocional e físico que valorizem experiências além da função estética.

(Metodologia) A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa de natureza básica, fundamentada em pesquisas bibliográficas. Foram consultados livros, artigos acadêmicos e sites especializados, utilizando-se palavras-chave relacionadas ao tema, como jardins de cura, jardins sensoriais, humanização de ambientes, biofilia e práticas holísticas a fim de embasar teoricamente o estudo.

(Resultados) A pesquisa teórica confirmou que a rotina urbana acelerada e a ausência de limites entre vida pessoal e profissional aumentam o estresse e os transtornos emocionais. Estudos apontam que, para criar espaços que promovam bem-estar, é essencial considerar aspectos como clima, insolação, acessibilidade e localização, além de planejar a distribuição interna, garantindo fluxos funcionais, ventilação e conforto (Bittencourt, 1998). Elementos paisagísticos, como vegetação e água, contribuem para o conforto térmico, visual, acústico e olfativo, trazendo sensação de aconchego e conexão com a natureza, especialmente quando combinados com música e imagens naturais (Ciaco, 2010; Sampaio, 2004). Para Christopher Day (2004), ambientes harmoniosos devem se desenvolver de forma orgânica, integrando novos edifícios ao entorno e promovendo cuidados holísticos que atendam à saúde física, emocional e espiritual dos usuários.

(Conclusão) O estudo conclui que a arquitetura humanizada e biofílica é fundamental para promover o bem-estar integral e a recuperação da saúde mental, especialmente diante do estresse urbano e da difusão dos limites entre trabalho e lazer, refletidos nos altos índices de afastamentos laborais por doenças mentais no Brasil. Esse projeto surge como uma solução para a criação destes espaços de acolhimento e respiro, com design sensorial e humanizado que atua como agente terapêutico, abrangendo dimensões físicas, emocionais, mentais e espirituais. A biofilia e o paisagismo sensorial, integrando luz, sons, aromas, água e vegetação contribuem essencialmente para atingir os objetivos citados. O projeto enfatiza a importância de formas orgânicas, fluidez, conforto ambiental e adequação às condições locais (como ventilação e sombreamento), garantindo que os espaços construídos promovam reconexão com a natureza, saúde e um estilo de vida mais equilibrado e harmonioso.

Palavras-chave: Arquitetura Sensorial. Biofilia. Humanização de ambientes. Paisagismo Sensorial.

MANGA ROSA: ANTEPROJETO DE UMA POUSADA BOUTIQUE

Autor(es):
Clayse Sthefany Medeiros Dantas: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Debora Nogueira Pinto Florencio: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho propõe o desenvolvimento de um anteprojeto arquitetônico para uma pousada boutique no município de São Vicente, localizado na região do Seridó potiguar, com foco na integração entre conforto, identidade cultural e experiência sensorial. A pesquisa parte da constatação de que, embora o Seridó possua um rico patrimônio cultural e paisagístico, a oferta de empreendimentos de hospedagem ainda carece de propostas que traduzem tais singularidades em espaços de hospitalidade diferenciados. O problema central reside na dificuldade de articular tradição e contemporaneidade em projetos que possam qualificar a atividade turística, valorizando simultaneamente o território, os elementos vernaculares e o potencial natural da região. Assim, buscou-se compreender de que forma a arquitetura pode ser ferramenta para transformar a experiência de hospedagem em um instrumento de pertencimento, memória e valorização cultural.

(Metodologia) A metodologia combinou pesquisa bibliográfica, análise de referências projetuais e caracterização do território, seguida pelo desenvolvimento do anteprojeto. A etapa inicial envolveu o estudo de conceitos ligados à hospitalidade, ao turismo de experiência, à arquitetura vernacular e contemporânea. Em seguida, foram analisados casos de pousadas boutique que integram identidade cultural em seus projetos e observadas as condicionantes físicas, ambientais e sociais do município de São Vicente. Por fim, essas informações subsidiaram a elaboração do programa de necessidades, das diretrizes de implantação e do partido arquitetônico, resultando no anteprojeto da pousada boutique.

(Resultados) Os resultados obtidos materializaram-se em um anteprojeto arquitetônico sensível ao território, tecnicamente viável e comprometido com a valorização cultural e ambiental do Seridó. A proposta contempla a integração entre ambientes internos e externos, com soluções que promovem conforto térmico, uso de materiais locais e valorização da paisagem natural como elemento de identidade. O projeto buscou associar sofisticação e acolhimento, sem perder a conexão com o caráter vernacular e a simplicidade própria do território seridoense. Além disso, incorporou estratégias de sustentabilidade, como aproveitamento da ventilação cruzada, iluminação natural e manejo adequado dos recursos hídricos.

(Conclusão) Conclui-se que a pousada boutique proposta neste trabalho responde de forma efetiva ao problema de pesquisa, ao propor uma arquitetura que, além de atender às demandas funcionais da hospitalidade contemporânea, estabelece vínculos com a cultura local e potencializa a experiência do hóspede. O estudo demonstra que a integração entre tradição e inovação pode resultar em um produto turístico competitivo, capaz de impulsionar a economia local e promover o Seridó como destino de turismo cultural e de experiência. Sugere-se a continuidade da pesquisa com aprofundamentos sobre diretrizes projetuais para pousadas boutique, voltada à investigação da relação entre espaços arquitetônicos, experiência sensorial e a qualidade da hospitalidade oferecida.

Palavras-chave: Pousada boutique. Arquitetura vernacular. Turismo de experiência. Seridó. Arquitetura contemporânea.

MORADA ADOBE: HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL SUSTENTÁVEL EM NATAL/RN

Autor(es):
Ana Ferraz Pimentel: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Leticia Moura de Medeiros: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Júlia de Souza Bezerra: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Raissa Tarcila Santos Ferreira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Morada Adobe propõe um conjunto habitacional de interesse social localizado em área urbanizável de Natal/RN, com o objetivo de oferecer moradias sustentáveis, acessíveis e replicáveis, em harmonia com o meio ambiente e o tecido urbano. O projeto responde ao déficit habitacional e à necessidade de modelos que conciliem qualidade espacial, conforto ambiental e baixo custo construtivo. Seu nome homenageia o arquiteto Johan van Lengen e o Instituto TIBÁ, referências na difusão da bioarquitetura e da autoconstrução orientada. O adobe foi escolhido por seu baixo impacto ambiental, excelente desempenho térmico para o clima quente e úmido de Natal e forte vínculo com a cultura construtiva nordestina, em que o saber fazer com a terra expressa pertencimento e identidade coletiva. A fundamentação teórica combina diferentes vertentes da arquitetura social e ambiental. Peña e Parshall (2001) estruturam a metodologia de programação arquitetônica; Doris Kowaltowski (2011) embasa estratégias de conforto ambiental; Jane Jacobs (2011) orienta a leitura urbana e a segurança pelos “olhos da cidade”; e Van Lengen (1981) fundamenta o vínculo entre simplicidade, sustentabilidade e comunidade.

(Metodologia) A metodologia adota a Programação Arquitetônica de Peña e Parshall, em etapas de definição de objetivos, levantamento de fatos e necessidades, formulação de conceitos e análise de forma, função, tempo e economia. Complementarmente, incorpora os princípios de Van Lengen, priorizando o uso racional de recursos e o vínculo entre construção, natureza e comunidade. Foram realizadas análises empíricas e documentais do terreno, considerando topografia, clima, insolação, ventilação, permeabilidade e legislação urbanística. A proposta final adota um traçado urbano radial, com praças verdes centrais, ciclovias e telhados verdes que ampliam o conforto térmico e a drenagem natural.

(Resultados) O projeto resultou em um conjunto modular com unidades térreas que priorizam ventilação cruzada, iluminação natural e flexibilidade espacial. O traçado radial favorece convivência, segurança e vitalidade urbana, enquanto parques lineares e telhados verdes ampliam a permeabilidade e reduzem ilhas de calor. As soluções construtivas, com adobe, bambu e cerâmica local, garantem baixo custo e sustentabilidade.

(Conclusão) A Morada Adobe comprova que é possível unir arquitetura social, conforto ambiental e sustentabilidade em um modelo habitacional acessível e replicável, reafirmando o papel da arquitetura como instrumento de transformação social e urbana.

Palavras-chave: Habitação de Interesse Social. Sustentabilidade. Bioarquitetura. Planejamento Urbano. Conforto Ambiental.

NÚCLEO DE APOIO E TRATAMENTO PARA PACIENTES COM DIABETES MELLITUS NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN

Autor(es):
Letícia Alves Moraes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Diabetes Mellitus é uma condição metabólica crônica caracterizada pelo aumento dos níveis de glicose no sangue devido a falhas na produção ou na ação da insulina, hormônio responsável pela entrada de glicose nas células. Apesar dos avanços na medicina e das políticas públicas de saúde, o número de casos da doença continua a crescer no Brasil, especialmente no município de Natal/RN, onde a prevalência é alarmante. Essa situação é preocupante, uma vez que a falta de espaços que integrem os aspectos nutricionais, físicos e psicológicos do tratamento compromete a qualidade de vida dos pacientes, que muitas vezes não têm acesso a um suporte completo.

(Metodologia) Para alcançar esses objetivos, é essencial escolher metodologias apropriadas que possibilitem a análise da proposta, garantindo sua eficácia. Foram selecionados métodos que contribuem para o desenvolvimento da proposta, incluindo pesquisa bibliográfica, análise de dados, estudo de caso do terreno e aplicação de questionários a profissionais da área. Essas abordagens visam coletar dados relevantes para a análise crítica e o desenvolvimento da proposta projetual.

(Resultados) A delimitação da problemática que orientou a pesquisa foi fundamental, concentrando-se nas necessidades dos portadores de diabetes e nos aspectos a serem considerados para um tratamento multidisciplinar. A investigação preliminar revelou a falta de acesso a tratamentos específicos, levando à definição do foco da pesquisa: compreender as necessidades dos diabéticos e o que um local de apoio poderia oferecer. As respostas obtidas mostraram que todos os participantes reconheceram a importância de um espaço dedicado ao cuidado e tratamento adequado dos pacientes diabéticos, permitindo que eles enfrentem seu diagnóstico de forma mais eficaz.

(Conclusão) Assim, o trabalho propõe a criação de um espaço arquitetônico que ofereça suporte multidisciplinar a pessoas com Diabetes Mellitus. Os dados indicam que a maioria dos profissionais de saúde valoriza a importância de um ambiente que integre atividades físicas, suporte psicológico e nutricional, ressaltando a necessidade de uma abordagem holística no tratamento do diabetes. No entanto, o trabalho também evidencia que, apesar de estar embasado em diretrizes teóricas, ainda persistem desafios a serem enfrentados, como a urgência de aumentar a conscientização e a educação da população sobre a gestão do diabetes. Além disso, é necessária a implementação de políticas públicas que garantam o acesso a esses espaços e tratamentos. Quanto a futuras pesquisas, recomenda-se explorar como o ambiente arquitetônico pode impactar positivamente o bem-estar emocional e físico dos usuários, ampliando a discussão sobre a intersecção entre saúde e arquitetura. Essa abordagem poderá contribuir para um tratamento mais eficaz e humanizado para os portadores de Diabetes Mellitus, garantindo uma qualidade de vida melhor para essa população

Palavras-chave: Diabetes Mellitus. Tratamento humanizado. Núcleo de Apoio. Bem-estar. Projeto arquitetônico.

PAISAGENS ANFÍBIAS: UM PARQUE ALAGÁVEL E SENSORIAL COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM NATAL/RN

Autor(es):
Rafael Antonio Gomes Carneiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A impermeabilização do solo, a remoção das áreas verdes e o adensamento das construções foram alguns dos fatores responsáveis por eventos de ilhas de calor, aumento das temperaturas médias e surgimento de pontos de alagamento nas cidades. Os parques urbanos se mostram uma alternativa eficaz no combate a esses fenômenos por promoverem drenagem pluvial, melhora na qualidade do ar e diminuição das temperaturas além de criarem oportunidade de conscientizar a população acerca da importância da inclusão de infraestrutura verde no planejamento urbano. A possibilidade de aliar esses espaços às lagoas de drenagem, espaços raramente qualificados para o uso comunitário, alia a infraestrutura azul a esse mesmo propósito, adicionando a educação ambiental sobre a água e seus fluxos dentro do meio urbano.

(Metodologia) Para alcançar tais objetivos, utilizou-se de diferentes metodologias, como a revisão bibliográfica e os estudos de referência projetual. Através da revisão bibliográfica, a produção científica acerca dos temas abordados foi estudada a fim de elencar as técnicas mais eficientes e apropriadas a serem utilizadas na realidade do universo de estudo. Os estudos de referência projetual foram feitos de duas formas: realizados de forma direta, através de visitas in loco e análise das características projetuais e de uso dos espaços, como também de forma indireta, através da pesquisa acerca de projetos de natureza similar já executados. Esses estudos nortearam a definição do programa de necessidades, das possibilidades de inclusão da infraestrutura azul no parque assim como de técnicas paisagísticas aplicáveis.

(Resultados) Através da revisão bibliográfica e dos estudos de referência foram selecionadas as seguintes técnicas de infraestrutura azul: as biovaletas, as calhas e as estruturas alagáveis. As biovaletas se concentram nas áreas onde os caminhos são menos permeáveis, enquanto as calhas direcionam o restante da água não escoada em direção à lagoa de drenagem. O parque possui ainda áreas que podem ser completamente alagadas durante os períodos de maior precipitação, enquanto servem de arquibancada quando os níveis da água são mais baixos. Um jardim feito com espécies nativas do estado do Rio Grande do Norte com propriedades sensoriais tem o propósito de educar e conscientizar as pessoas acerca da importância da preservação ambiental através de experiências utilizando os sentidos. O mobiliário de todo o parque também auxilia no processo de educação acerca das espécies, fitofisionomias e ecossistemas presentes no local, assim como suas relações com a hidrologia local.

(Conclusão) O desenvolvimento da presente proposta evidencia que união das infraestruturas verde e azul é uma ferramenta eficiente e necessária para o planejamento de cidades mais sustentáveis e resilientes frente aos fenômenos climáticos extremos, especialmente na criação de espaços de educação ambiental. As lagoas de drenagem são espaços passíveis de aplicação de infraestrutura para o uso comunitário e seu aspecto alagável uma característica que pode ampliar sua atratividade para o público. Por fim, o uso de paisagismo nativo se mostra uma possível estratégia para a conscientização ambiental e preservação dessas espécies.

Palavras-chave: Parque alagável; Paisagismo com plantas nativas; Lagoa de drenagem; Educação ambiental; Parque sustentável.

PATRIMÔNIO EM RISCO: O PROCESSO DE DESCARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA EM CURRAIS NOVOS E CAMINHOS PARA SUA PRESERVAÇÃO

Autor(es):
Bruna Assunção Pinheiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Fabricia Caroline da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Ana Karoline Rodrigues Silva de Freitas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Sofia Ramos Ribeiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A preservação do patrimônio arquitetônico é um dos principais desafios das cidades em expansão, especialmente em municípios de médio porte do interior nordestino. Em Currais Novos, no Seridó potiguar, observa-se a descaracterização crescente das edificações, comprometendo a identidade cultural e histórica local. A substituição de construções tradicionais por modernas, a falta de políticas públicas e o desconhecimento da população sobre o valor cultural de seus bens fragilizam a memória coletiva. Este artigo discute os impactos desse processo, destacando a percepção dos moradores e refletindo sobre caminhos para a preservação do patrimônio local.

(Metodologia) A pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter exploratório, buscando compreender a atuação do poder público frente à descaracterização arquitetônica. Foi realizada revisão bibliográfica e documental sobre preservação patrimonial e políticas de conservação urbana, com base em pesquisas do Repositório Institucional da UFRN (SILVA, 2022; ARAÚJO, 2019; MEDEIROS, 2017). Em seguida, aplicou-se um questionário à população para identificar a existência e a eficácia de políticas de proteção ao patrimônio arquitetônico. As questões abordaram ações legais, estratégias de conscientização e desafios de implementação. As respostas foram analisadas qualitativamente, relacionando o posicionamento institucional às transformações na paisagem urbana, o que permitiu compreender a atuação pública diante da perda da identidade arquitetônica e as lacunas entre políticas e prática.

(Resultados) As entrevistas com dez moradores revelaram consenso sobre as transformações arquitetônicas das últimas décadas. Muitos relataram a substituição de casas com características coloniais e modernistas por edificações comerciais contemporâneas, sem diálogo com a tradição local. Esse processo, já apontado por Araújo (2019) e Medeiros (2017), demonstra a fragilidade das políticas de preservação em municípios de médio porte. Verificou-se que a maioria associa o "progresso" à substituição do antigo pelo novo, revelando uma visão limitada sobre o valor cultural e simbólico da arquitetura tradicional. Segundo Silva (2022), a preservação só se torna efetiva com participação social, o que reforça a importância da educação patrimonial como estratégia de valorização do patrimônio. Outro ponto relevante foi a perda de referências afetivas. Muitas edificações que marcaram a infância e a memória coletiva desapareceram, rompendo vínculos simbólicos com o espaço urbano. Assim, o patrimônio arquitetônico não se restringe à estética, mas constitui elo fundamental entre identidade e memória.

(Conclusão) O estudo evidencia que Currais Novos enfrenta um processo acelerado de descaracterização arquitetônica, resultante da ausência de políticas públicas efetivas e da percepção social limitada sobre o valor do patrimônio. Embora os moradores reconheçam as transformações, ainda carecem de instrumentos críticos para compreender sua relevância cultural. Torna-se urgente a criação de políticas integradas de preservação que envolvam poder público, instituições de ensino e comunidade, transformando a consciência patrimonial em prática social. A educação patrimonial e o fortalecimento da identidade cultural são caminhos essenciais para que o patrimônio arquitetônico de Currais Novos não se perca diante das pressões do crescimento urbano.

Palavras-chave: Patrimônio arquitetônico; Preservação; Descaracterização; Memória urbana; Identidade cultural.

PERMANÊNCIAS E DIFICULDADES DA ARQUITETURA DE GRIFE EM NATAL/RN: O PRESÉPIO DE NATAL

Autor(es):
Maria Luisa Almeida Freire de Andrade Cabral: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Lis Soares Finizola: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Pedro Manuel da Silva Rodrigues: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Eduarda Batista Cabral : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Alicia Cardoso Dantas: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Para compreender as permanências, desafios e dificuldades da arquitetura de grife na cidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, este estudo analisa o Presépio de Natal, obra projetada pelo renomado arquiteto Oscar Niemeyer, localizada na Avenida Prudente de Morais, no bairro de Lagoa Nova (Natal-RN). A arquitetura de grife é compreendida como uma forma de produção arquitetônica desenvolvida por profissionais de grande notoriedade na área, cujas obras transcendem o caráter funcional e adquirem valor simbólico e artístico, tornando-se marcos culturais e turísticos das cidades onde se inserem e representando elementos de modernidade, inovação e identidade urbana. No entanto, apesar de sua relevância e reconhecimento, esse tipo de arquitetura enfrenta problemas recorrentes de manutenção, integração urbana e continuidade de uso, levantando questionamentos sobre sua função social, durabilidade e capacidade de adaptação ao longo do tempo.

(Metodologia) A metodologia adotada baseou-se na observação e na pesquisa documental, com foco em aspectos culturais, econômicos e urbanísticos. Foram examinados os impactos do tempo, do uso e da falta de manutenção preventiva, além da relação da obra com o entorno e sua integração à dinâmica da região. Também foram observadas as formas de apropriação do espaço, especialmente pela comunidade local, com destaque para o uso do Presépio por grupos de skatistas locais, que transformaram o local em ponto de encontro e prática esportiva, mesmo sem essa função ter sido prevista originalmente no projeto de Niemeyer.

(Resultados) Os resultados obtidos evidenciam que o Presépio de Natal, embora possua um grande potencial como equipamento urbano, cultural e turístico, encontra-se em situação de fragilidade, marcada por problemas de conservação, reapropriação e falta de integração com a vida cotidiana da cidade. O diagnóstico urbano e social indicou a necessidade de revitalização e reestruturação do espaço, sugerindo ações como a implantação de áreas esportivas e de convivência, melhoria da iluminação pública, promoção de eventos culturais e adequação dos acessos e percursos, de modo a fortalecer tanto o valor simbólico e arquitetônico quanto o uso efetivo e social do local.

(Conclusão) Conclui-se que a arquitetura de grife, embora proporcione reconhecimento, prestígio e valor patrimonial, depende também de uma gestão pública contínua, estratégias de manutenção participativas e políticas de valorização do espaço público que assegurem sua permanência ativa, acessível e integrada à população. No caso do Presépio de Natal, a requalificação e o incentivo ao uso comunitário representam caminhos fundamentais para reconectar a obra ao contexto urbano e social no qual está inserida, reforçando seu valor arquitetônico, cultural e identitário, além de promover o reconhecimento da arquitetura de grife como parte viva, dinâmica e significativa da cidade de Natal.

Palavras-chave: Arquitetura de Grife. Requalificação Urbana. Espaço Público. Oscar Niemeyer. Presépio de Natal.

PRAÇA OSCAR E MARGARIDA: ANTEPROJETO DE UM CENTRO COMERCIAL EM AREIA PRETA, NATAL/RN

Autor(es):
Mariana de Araújo Figueiredo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Raissa Camila Salviano Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O desenvolvimento urbano nas cidades contemporâneas brasileiras, especialmente nas regiões litorâneas, tem sido marcado por desafios cada vez mais complexos. A crescente pressão do mercado imobiliário, somada à expansão descontrolada dos centros urbanos, impacta diretamente a qualidade dos espaços públicos, a paisagem urbana, a sustentabilidade ambiental e o direito coletivo à cidade. Nesse cenário, a ocupação do solo deixa de ser uma simples questão técnica para se tornar um tema profundamente atravessado por questões sociais, econômicas, ambientais e culturais. A cidade, segundo essa perspectiva, não deve ser apenas um espaço de mercadoria, mas um espaço de encontros, de vivências compartilhadas, de usufruto coletivo e de construção democrática da vida urbana.

(Metodologia) Os procedimentos metodológicos para a realização de um anteprojeto envolvem atividades listadas por Lang (1974) que são: análise, síntese, previsão, avaliação e tomada de decisão, podendo essas atividades serem realizadas através da intuição, de forma consciente e/ou a partir de padrões ou normas. A análise consistiu primordialmente na leitura de normas específicas à tipologia arquitetônica e o estudo das leis que regem sobre o terreno, seguido de uma síntese de todas essas informações. As etapas de previsão e avaliação foram realizadas concomitantemente, através do estudo ambiental, social e econômico da região, além da definição do programa de necessidades para o projeto. Por fim, o ato de projetar consiste na etapa de decisão, trabalhando em ciclos simultâneos para escolher o curso de ação que melhor se encaixa nas necessidades analisadas e listadas (Kowaltowski, 2006).

(Resultados) O desenvolvimento do projeto resultou em uma proposta de centro comercial voltado à convivência urbana e à valorização da paisagem natural de Areia Preta, fundamentado nas teorias de Jacobs (2011), Gehl (2013) e Whyte (1980). O conjunto edificado foi concebido a partir de diretrizes que priorizam a escala humana, a integração com o entorno e a multifuncionalidade dos espaços. A implantação escalonada, acompanhando o relevo e preservando as visuais para o mar, alia-se a percursos abertos e fachadas ativas que estimulam o fluxo de pedestres e a vitalidade cotidiana. A proposta incorpora estratégias sustentáveis – como ventilação cruzada, captação de águas pluviais e uso de energia solar – e adota materiais compatíveis com o ambiente litorâneo, assegurando durabilidade e conforto ambiental.

(Conclusão) Conclui-se que o projeto propõe uma alternativa ao modelo de urbanismo excessivamente verticalizado predominante nas áreas nobres do litoral brasileiro, reafirmando a importância da escala humana e da vida pública como elementos centrais da vitalidade urbana. Ao articular sustentabilidade ambiental e a valorização da paisagem, a proposta demonstra que o desenvolvimento econômico pode coexistir com a convivência cidadã e o respeito ao território. Dessa forma, o centro comercial concebido ultrapassa sua função utilitária e assume um papel simbólico de reconexão entre cidade, pessoas e natureza.

Palavras-chave: Arquitetura comercial. Vitalidade urbana. Escala humana. Paisagem litorânea. Espaço público.

PRESERVAÇÃO E IDENTIDADE: UM OLHAR SOBRE A CASA DE CÂMARA CASCUDO E O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO NATALENSE

Autor(es):
Havila Fernanda Pimenta Gurgel: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Camila Furukava: Docente do UNI-RN

(Introdução) Localizada no centro histórico de Natal (RN), a Casa de Câmara Cascudo constitui um importante exemplar da arquitetura residencial urbana do século XIX. Além de seu valor estético e construtivo, a edificação possui relevância simbólica e cultural, por ter sido residência do historiador, folclorista e intelectual potiguar Luís da Câmara Cascudo. Este trabalho propõe uma análise arquitetônica e histórica da casa, buscando compreender suas características formais, materiais e espaciais, bem como o contexto urbano e social em que se insere. A partir dessa investigação, pretende-se destacar a importância da preservação desse tipo de patrimônio, fundamental para a manutenção da memória e da identidade da cidade de Natal.

(Metodologia) A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa e descritiva, baseada em levantamento bibliográfico, documental e análise arquitetônica in loco. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa histórica sobre a vida de Luís da Câmara Cascudo e o contexto urbano da cidade de Natal no período de construção da casa. Em seguida, foi feita a observação direta do imóvel, registrando aspectos formais, construtivos e de inserção urbana, incluindo croqui e fotografias. A análise foi complementada por um estudo que permitiu identificar elementos característicos da arquitetura residencial do século XIX e discutir sua relevância para a preservação da identidade arquitetônica natalense.

(Resultados) A análise da Casa de Câmara Cascudo evidenciou a relevância do imóvel tanto como marco histórico quanto como exemplar da arquitetura residencial urbana do século XIX em Natal. Observou-se a manutenção de elementos originais, como o telhado em duas águas, o forro em madeira, as esquadrias em madeira com venezianas e os pisos de taco, que expressam técnicas construtivas tradicionais. A organização espacial reflete o modo de vida da época, com ambientes bem definidos e circulação linear. Quanto ao entorno, constatou-se a integração da edificação à malha urbana histórica, reforçando sua importância como ponto de referência cultural no bairro da Cidade Alta. A pesquisa demonstrou ainda que a preservação da casa contribui para a valorização da memória coletiva e da identidade arquitetônica natalense, ressaltando a necessidade de políticas contínuas de conservação e uso adaptativo do patrimônio.

(Conclusão) A Casa de Câmara Cascudo representa um importante testemunho da história e da formação urbana de Natal. Sua preservação ultrapassa o valor material da edificação, pois mantém viva a memória do intelectual que nela residiu e o modo de vida característico do período em que foi construída. A análise arquitetônica e histórica permitiu compreender a casa como parte essencial do patrimônio natalense, evidenciando a necessidade de ações permanentes de conservação, restauração e uso consciente. Assim, a valorização desse bem reforça o vínculo entre arquitetura, memória e identidade, mostrando que preservar o passado é também uma forma de projetar o futuro urbano de forma mais sensível e culturalmente enraizada.

Palavras-chave: Patrimônio arquitetônico; Preservação; Identidade cultural; Casa de Câmara Cascudo; Arquitetura histórica;

PROJETO ARQUITETÔNICO DE INTEGRAÇÃO INTERGERACIONAL NO CONTEXTO DE TRANSIÇÃO CLIMÁTICA: ESPAÇO CICLOS

Autor(es):
Sarah Lorena Souza de Carvalho: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN
Ewerton Ferreira da Costa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN
Debora Nogueira Pinto Florencio: Docente do UNI-RN

(Introdução) O planeta passa por um período de intensa transição climática, caracterizado por alterações expressivas nos padrões de temperatura resultantes do aquecimento global e da intensificação das atividades humanas. De acordo com a International Energy Agency (2023), a demanda global por energia destinada ao resfriamento poderá dobrar até 2050, colocando enorme pressão sobre os sistemas elétricos. Esse cenário evidencia a urgência de adaptar cidades e edificações às novas condições ambientais. Diante desse contexto, o presente resumo apresenta o desenvolvimento do pré-projeto arquitetônico do Espaço Ciclos, um Centro-Dia de integração entre idosos e crianças localizado no bairro de Lagoa Nova, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte. A proposta prioriza o uso de estratégias de condicionamento térmico passivo e promoção de qualidade de vida aos usuários e ao entorno urbano ao qual ele está inserido.

(Metodologia) O estudo se baseou nos dados de fontes governamentais de análise climática, bem como a realização de uma visita técnica ao local. A metodologia aplicada ao estudo urbanístico da área é a do autor Kevin Lynch, em seu livro “A Imagem da Cidade”, de 1960.

(Resultados) A análise do entorno permitiu identificar elementos urbanos essenciais que contribuem para a legibilidade e a identidade do local. Verificou-se que a região apresenta forte caráter residencial, e presença de marcos visuais, como o Parque das Dunas. A análise dos condicionantes ambientais revelou clima tropical úmido, ventilação predominante no sudeste, e alta incidência solar durante todo o ano. Foi identificada proximidade de grandes massas vegetais na Zona de Proteção Ambiental, e topografia levemente ondulada. Em concordância com as diretrizes da Zona Bioclimática Brasileira (ZBBR), esses resultados orientaram estratégias projetuais voltadas à ventilação cruzada e sombreamento.

(Conclusão) Os aspectos urbanos de imageabilidade e legibilidade da região favorecem a conexão do projeto com o tecido urbano existente, proporcionando orientação espacial clara. A presença de vegetação próxima auxilia na redução da temperatura e na melhoria da qualidade do ar. A ventilação constante e a topografia suave facilitam a aplicação de estratégias passivas de climatização. Na implantação, a disposição em bloco único favorece a ventilação natural, potencializada pelo jardim central que atua como eixo de distribuição dos ventos e de integração visual. As estratégias passivas, como a laje suspensa e o uso de claraboias, reforçam a eficiência térmica e luminosa dos ambientes. O paisagismo, composto por espécies nativas da Mata Atlântica, contribui para o sombreamento e equilíbrio microclimático. Conclui-se, portanto, que o projeto alia sustentabilidade, conforto térmico e integração social, consolidando-se como proposta de arquitetura adaptativa frente à transição climática.

Palavras-chave: Arquitetura; Urbanismo; Conforto térmico; Centro-dia; Transição climática.

PROJETO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: CONFORTO, SUSTENTABILIDADE E LEGISLAÇÃO NA ARQUITETURA EM COMUNIDADE

Autor(es):
Maria Luíza Couto da Silveira Tavares: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Simone Maria Luz Medeiros Pereira Duarte: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Renata Araújo Salem: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Luiz Diego de Saboya Coelho: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho tem como tema o desenvolvimento de um anteprojeto de habitação de interesse social (HIS) no contexto da disciplina Projeto de Arquitetura em Comunidade, com foco na elaboração de soluções arquitetônicas que conciliem conforto ambiental, sustentabilidade e conformidade legal. A proposta parte da necessidade de compreender como os múltiplos condicionantes, sejam eles ambientais, legais, urbanísticos e sociais, influenciam diretamente a concepção de projetos voltados para comunidades em áreas sensíveis, como a SubZona de Proteção Ambiental, em Natal/RN, onde o terreno estudado se localiza. O problema de pesquisa consiste em investigar de que forma é possível projetar residências unifamiliares que atendam às exigências normativas e ambientais, sem comprometer a qualidade de vida dos moradores, a viabilidade econômica e a integração urbana. Para isso, o trabalho adota como enquadramento teórico a metodologia de projeto de Bryan Lawson, estruturada em três fases: análise, síntese e avaliação. Essa abordagem permite uma leitura crítica do território, a formulação de soluções arquitetônicas e a revisão das propostas com base em critérios técnicos e sociais. Serão abordados aspectos como topografia, ventilação, geometria solar, sombreamento, vegetação existente, legislação urbanística (Plano Diretor, Código de Obras), normas de acessibilidade (NBR 9050) e exigências do Corpo de Bombeiros. A pesquisa pretende demonstrar que, mesmo em áreas com restrições ambientais e legais, é possível desenvolver projetos de HIS que promovam conforto e sustentabilidade, respeitando os parâmetros técnicos e contribuindo para a melhoria da qualidade habitacional em comunidades urbanas.

(Metodologia) A metodologia adotada baseia-se na abordagem de Bryan Lawson, estruturada em três fases: análise, síntese e avaliação. A etapa de análise envolveu o levantamento de dados topográficos, climáticos, legais e ambientais da área de intervenção, localizada na (Subzona de Proteção Ambiental da Zona de Proteção Ambiental 1) ZPA-1/SUR-2 em Natal/RN. A síntese consistiu na elaboração do partido arquitetônico, priorizando soluções sustentáveis, econômicas e funcionais. revisou as soluções propostas com base em critérios técnicos e sociais. O estudo também se apoiou em referências empíricas nacionais e regionais. Por fim, a avaliação é concernente à própria disciplina.

(Resultados) O projeto resultou em um anteprojeto de residência térrea unifamiliar com aproximadamente 70 m², implantado em terreno com leve aclive e vegetação nativa preservada e complementada através de um parque contornando o terreno e abertura de vias para garantir o acesso às residências. A planta de implantação respeita os recuos, coeficientes de aproveitamento e permeabilidade exigidos pela legislação. A planta baixa apresenta ambientes dimensionados conforme o Código de Obras, com aberturas adequadas para ventilação e iluminação natural. Estratégias como uso de cobogós, beirais e orientação solar da residência foram incorporadas para garantir conforto térmico.

(Conclusão) O trabalho evidencia que é possível desenvolver projetos de habitação de interesse social com qualidade técnica, conforto ambiental e responsabilidade legal. A integração entre teoria e prática, aliada ao estudo das condicionantes locais, permite soluções arquitetônicas que respeitam o meio ambiente e promovem inclusão social. O projeto apresentado contribui para o debate sobre arquitetura em comunidade e reforça a importância da formação acadêmica voltada para a realidade urbana brasileira.

Palavras-chave: Habitação de Interesse Social. Arquitetura em Comunidade. Conforto Ambiental. Legislação Urbana.

PROTÓTIPO DE PRAÇA URBANA COM SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA PARA O BAIRRO DE FELIPE CAMARÃO, NATAL/RN

Autor(es):
Heloisa Farache Costa Pessoa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Rafael Antonio Gomes Carneiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Camila Furukava: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os bairros periféricos carregam um forte potencial de regeneração urbana e ambiental. Felipe Camarão, bairro pertencente a Zona Oeste em Natal/RN, evidencia esta potencialidade somada a um cenário de vulnerabilidade socioambiental, intensificado pelo processo de adensamento e pela falta de infraestrutura verde. Marcado por dinâmicas comunitárias ativas e pela proximidade com áreas de vegetação remanescente, esses territórios tornam-se espaços férteis para a aplicação de estratégias sustentáveis que conciliem habitação, natureza e convivência. Nesse cenário, o vazio urbano e as áreas subutilizadas podem ser reinterpretados como oportunidades para o surgimento de novos espaços verdes, integrando funções ecológicas e sociais no tecido cotidiano. Diante desse contexto, a ONG ReforAMAR convidou dois estudantes de Arquitetura e Urbanismo para o desenvolvimento de um protótipo de praça baseada em Soluções Baseadas na Natureza (SbN), com o intuito de oferecer um respiro urbano e estimular a apropriação comunitária do espaço público.

(Metodologia) A fim de atingir os objetivos, os estudantes conduziram pesquisa na literatura para analisar o funcionamento das técnicas sustentáveis e definir as diretrizes de sua aplicação no modelo a ser criado. Para a representação do protótipo foi então escolhido um terreno vazio dentro do bairro de Felipe Camarão como exemplo para a aplicação das técnicas escolhidas seguindo as diretrizes estabelecidas. Um modelo 3D foi construído utilizando o software Sketchup para representar graficamente o protótipo.

(Resultados) Como resultado, o protótipo propõe uma praça multifuncional estruturada a partir de eixos de drenagem, vegetação nativa e vitalidade social. As biovaletas e jardins de chuva foram posicionadas de modo a capturar e infiltrar a água pluvial, reduzindo o escoamento superficial e mitigando alagamentos. O piso drenante aumenta a permeabilidade e o conforto térmico, enquanto o plantio de árvores frutíferas promove sombreamento e serviços ecológicos. Além disso, a integração de um muro artístico celebra a identidade local, transformando o espaço em ponto de encontro, cultura e pertencimento.

(Conclusão) O protótipo evidencia o potencial do uso de SBN nas áreas verdes urbanas como ferramentas de melhoramento da dinâmica social e ambiental dentro das cidades. Também reforça a exequibilidade desse tipo de espaço mesmo em contextos mais desafiadores, colaborando para a divulgação dessas técnicas e criando oportunidade para sua incorporação no processo habitual de planejamento dos espaços urbanos.

Palavras-chave: Soluções Baseadas na Natureza; Felipe Camarão; Planejamento Urbano; Praça; ReforAMAR.

RECANTO BELLO

Autor(es):
Ilana Honorato Gagliuffi: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Lourdes Thaynara Costa Granjeiro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Letícia Sousa Oliveira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Recanto Bello é um conjunto habitacional de interesse social localizado em Natal/RN, com o objetivo de valorizar a beleza do simples, a harmonia entre o construído e o natural, e o senso de pertencimento. O nome Recanto Bello foi escolhido por refletir suas raízes e conexões com a natureza, representando harmonia, bem-estar e sustentabilidade. Inspirado na filosofia de Keeler e Burke, o conceito do Villa Belo foi desenvolvido com base em uma abordagem colaborativa, que valoriza as contribuições de arquitetos, engenheiros, consultores e dos próprios usuários. Essa integração busca transformar o edifício em parte de um sistema maior, no qual o conjunto habitacional se alinha de forma orgânica à sustentabilidade e à vida urbana saudável. Além disso, o projeto incorpora uma visão urbanística ampliada, que ultrapassa os limites das habitações para criar espaços que incentivem a convivência ativa entre os moradores e a vizinhança. Para isso, foram planejados parques arborizados, elementos urbanos de lazer – como bancos, mesas, playgrounds e áreas para exercícios –, além de ciclovias que contornam todo o conjunto, promovendo integração, mobilidade e qualidade de vida em um ambiente sustentável e acolhedor.

(Metodologia) A metodologia adotada envolveu: Análise do terreno, considerando topografia, vegetação, insolação, ventilação e zoneamento urbano do bairro Candelária. Estudo das condicionantes legais, conforme o Plano Diretor de Natal, Código de Obras Municipal e Código Estadual de Segurança Contra Incêndio e Pânico (CESIP). Referencial empírico, com análises de conjuntos habitacionais em diferentes contextos: Regional: Conjunto Cidade das Dunas (Natal/RN – MRV). Nacional: Conjunto Caçapava (São Paulo – MCMV). Internacional: Life Reusing Posidonia (Espanha – IBAVI). Concepção arquitetônica e urbanística, definindo planta baixa funcional de 50m², com sala, cozinha, banheiro e dois quartos, seguindo parâmetros de conforto e ventilação natural. Planejamento paisagístico e urbano, com a implantação de parques arborizados, ciclovias, áreas de lazer e convivência comunitária.

(Resultados) O resultado obtido é um anteprojeto funcional, sustentável e economicamente viável, que atende às exigências do programa habitacional e às condições locais de Natal/RN. O conjunto Recanto Bello propõe habitações integradas a um sistema urbano sustentável, com uso racional de recursos naturais, ventilação cruzada, iluminação natural, e materiais de baixo impacto ambiental. O entorno foi projetado para incentivar a convivência, por meio de espaços verdes, áreas de lazer, playgrounds, equipamentos urbanos e ciclovias que conectam as diferentes áreas do conjunto.

(Conclusão) O projeto Recanto Bello demonstra que é possível conciliar sustentabilidade, acessibilidade e estética em habitações de interesse social. A integração dos princípios de Keeler & Burke permitiu desenvolver um modelo habitacional que vai além da unidade construída, alcançando uma visão sistêmica do espaço urbano. Assim, o projeto não apenas oferece moradia digna, mas também contribui para a qualidade de vida, a interação comunitária e o equilíbrio ambiental, servindo como modelo replicável para futuras iniciativas de habitação social em Natal e em outras regiões do Brasil.

Palavras-chave: Habitação social; Sustentabilidade; Urbanismo; Conforto ambiental; Keeler & Burke; Minha Casa Minha Vida; Natal/RN.

SMART CITIES NO CONTEXTO POTIGUAR: DESAFIOS, APLICAÇÕES E PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA EM NATAL E SÃO GONÇALO DO AMARANTE

Autor(es):
Maria Leticia Moreira Ribeiro : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Eduarda Silva de Morais: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Luis Felipe Pontes Salustino Costa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Eduarda de Melo Tinoco Pinho: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O conceito de Smart City não se limita à inclusão de tecnologia no ambiente urbano. Enquanto uma Cidade Inteligente pode focar na otimização de serviços por meio da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação, a Smart City vai além: é um modelo de desenvolvimento que utiliza a tecnologia para melhorar a sustentabilidade, a governança e a qualidade de vida do cidadão, cuja participação é essencial. A Smart City apresenta pilares como economia inteligente, mobilidade, meio ambiente, qualidade de vida e participação cívica, visando uma gestão urbana responsável com as necessidades futuras.

(Metodologia) A pesquisa adota abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, buscando compreender a aplicabilidade do modelo de Smart City no contexto urbano potiguar. Serão analisados documentos oficiais, planos diretores e relatórios institucionais relacionados às iniciativas de cidades inteligentes em Natal e São Gonçalo do Amarante, bem como publicações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério das Cidades. A metodologia também prevê comparação com casos de referência nacional, como Curitiba (PR) e Florianópolis (SC), reconhecidas por suas políticas integradas de mobilidade e sustentabilidade urbana, com o intuito de identificar boas práticas aplicáveis ao contexto potiguar. A partir dessa análise teórico-documental, busca-se identificar desafios e potencialidades para a adoção do modelo Smart City em Natal e São Gonçalo do Amarante, destacando em que medida tais municípios correspondem aos princípios de sustentabilidade, governança participativa e qualidade de vida.

(Resultados) A proposta de implantação de uma Smart City em São Gonçalo exige análise criteriosa diante da popularização do conceito. O termo tem sido usado estrategicamente para atrair investimentos e visibilidade, sem necessariamente corresponder aos princípios que definem uma cidade inteligente. Projetos urbanísticos concebidos do zero frequentemente priorizam infraestrutura tecnológica avançada, redes 5G e sistemas automatizados em detrimento de aspectos como sustentabilidade social, inclusão digital e participação cívica. Essas dimensões são pilares do conceito original de Smart City, baseado na melhoria da qualidade de vida por meio de governança transparente, economia local fortalecida e políticas públicas inclusivas. Quando o foco do projeto se concentra na comercialização de lotes e em tecnologias de alto custo, sem plano claro para integrar a comunidade e promover desenvolvimento social e econômico equitativo, há descompasso entre discurso e prática. Nesse contexto, o termo Smart City pode se tornar estratégia de marketing, explorando a atratividade do conceito para promover um empreendimento “conectado”, mas que não atende aos critérios técnicos e sociais que caracterizam uma verdadeira cidade inteligente. É fundamental problematizar o uso da nomenclatura, evitando que o conceito de Smart City seja esvaziado por iniciativas que, embora tecnologicamente sofisticadas, não promovem transformações estruturais nem beneficiem amplamente a população.

(Conclusão) Em suma, a transição de Natal/RN para um modelo Smart City exige mais que a simples adoção de tecnologia; demanda transformação na cultura de gestão e, sobretudo, na participação da população. O sucesso do modelo deve ser medido pela melhora efetiva na vida das pessoas, garantindo uma cidade mais segura, inclusiva e com redução do tempo de trânsito. É essencial que a administração pública assegure sustentabilidade ao projeto, tomando como base experiências de outras cidades inteligentes do país. O desafio é garantir que a tecnologia sirva como ferramenta de gestão transparente e inclusiva, assegurando que o desenvolvimento urbano beneficie diretamente o bem-estar e a qualidade de vida do cidadão potiguar.

Palavras-chave: Smart City. Natal/RN. Sustentabilidade Urbana. Governança Eletrônica. Marketing Urbano.

SUSTENTABILIDADE NA ARQUITETURA NORDESTINA: O USO DO ADOBE E DO TIJOLO ECOLÓGICO COMO ALTERNATIVA CONSTRUTIVA

Autor(es):
Maria Luisa Pereira de Almeida Lima: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
LÍdia Melo de Andrade: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Naraline Martins de Lima: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A sustentabilidade aplicada à arquitetura tem se consolidado como um dos principais caminhos para enfrentar os desafios ambientais e sociais da atualidade. No contexto nordestino, marcado por clima quente e seco em grande parte do território, surge a necessidade de adotar soluções construtivas capazes de promover conforto térmico, reduzir custos e preservar o meio ambiente. Este trabalho questiona de que maneira os materiais tradicionais, como o adobe, e soluções vernaculares, como os telhados de palha, podem contribuir para uma arquitetura sustentável e adaptada às condições do Nordeste. A arquitetura vernacular nordestina, ao longo da história, foi desenvolvida a partir de técnicas simples, acessíveis e integradas ao ambiente natural. Esses saberes populares, muitas vezes marginalizados pela construção civil moderna, demonstram grande potencial quando analisados sob a ótica da sustentabilidade contemporânea. Assim, compreender e valorizar essas práticas tradicionais revela-se essencial para promover uma arquitetura mais responsável, eficiente e em harmonia com o contexto regional.

(Metodologia) A pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva. Baseou-se em múltiplas fontes de informação, combinando revisão bibliográfica, análise documental, entrevistas e observação de campo. Inspirada na metodologia aplicada por Sampaio (2017) no projeto Casa Filarmônica de Pau dos Ferros, foi realizada uma revisão teórica sobre arquitetura vernacular, bioclimatismo e construção com terra, associada à análise de casos de sustentabilidade no semiárido. Foram examinados conteúdos audiovisuais do canal “Amanda e Fernando”, que apresentam práticas construtivas sustentáveis e técnicas com materiais naturais. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais de escritórios de arquitetura e paisagismo de Natal, como Quintau Paisagismo e Azul.Pitanga, visando compreender como esses agentes aplicam ou reinterpretam técnicas tradicionais em seus projetos.

(Resultados) Os resultados indicaram que o adobe apresenta excelente desempenho térmico, mantendo temperaturas internas estáveis mesmo sob forte insolação. Além de ser um material de baixo custo e de produção local, possui impacto ambiental reduzido. O tijolo ecológico destacou-se como alternativa moderna e sustentável, aliando reaproveitamento de resíduos e resistência estrutural. Os telhados de palha demonstraram alta eficiência na ventilação natural e na redução do calor interno, criando ambientes agradáveis e adaptados ao clima semiárido, embora exijam manutenção periódica. Verificou-se ainda que o uso desses materiais valoriza o saber popular e reforça a identidade regional, promovendo integração entre tradição e inovação.

(Conclusão) A pesquisa confirmou que o resgate e a valorização dos materiais tradicionais, como o adobe e os telhados de palha, constituem alternativas viáveis para a promoção da sustentabilidade na arquitetura nordestina. Os resultados obtidos demonstram que tais soluções, quando aliadas a inovações tecnológicas e processos de manutenção adequados, podem atender às demandas ambientais e sociais da região. Contudo, observou-se a necessidade de políticas públicas e incentivos que ampliem o uso dessas técnicas, além de investimentos em pesquisa voltados à sua modernização e aceitação urbana. Quando articuladas às tecnologias contemporâneas, essas práticas podem tornar-se pilares de uma arquitetura sustentável, eficiente e identitária, unindo tradição, inovação e preservação ambiental no Nordeste.

Palavras-chave: Arquitetura.Sustentabilidade.Nordeste.Ecológico.Palha.Adobe.

SUSTENTABILIDADE NA ARQUITETURA NORDESTINA: O USO DO ADOBE E DO TIJOLO ECOLÓGICO COMO ALTERNATIVA CONSTRUTIVA

Autor(es):
Maria Luisa Pereira de Almeida Lima: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
LÍdia Melo de Andrade: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Naraline Martins de Lima: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Yuri Simonini Souza: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo tem como objetivo valorizar o potencial sustentável das técnicas e materiais tradicionais da arquitetura nordestina, como o adobe, o tijolo ecológico e o telhado de palha, destacando sua eficiência térmica, ambiental e cultural. Busca-se conscientizar sobre a importância de resgatar saberes vernaculares e reinterpretá-los à luz das demandas contemporâneas de sustentabilidade, mostrando que tradição e inovação podem coexistir na construção civil do semiárido

(Proposta do roteiro) A produção inicia destacando como a arquitetura nordestina se integra ao ambiente natural e como suas soluções construtivas respondem às condições de clima quente e seco. Em seguida, apresenta exemplos de materiais naturais, analisando suas propriedades térmicas e ecológicas por meio de registros audiovisuais e entrevistas com profissionais dos escritórios Quintau Paisagismo e Azul.Pitanga. Também são abordados estudos de caso, como a Casa Filarmônica de Pau dos Ferros, e conteúdos do canal do Youtube “Amanda e Fernando”, que demonstram a aplicação prática dessas técnicas. O vídeo finaliza enfatizando a necessidade de políticas públicas e incentivos à pesquisa que estimulem o uso e a modernização dessas práticas sustentáveis.

(Efeitos esperados) O vídeo propõe uma reflexão crítica sobre o papel da arquitetura nordestina na sustentabilidade contemporânea, despertando o interesse de estudantes, profissionais e gestores públicos para a adoção de técnicas tradicionais como alternativas viáveis, econômicas e identitárias. Espera-se inspirar novas práticas construtivas que integrem cultura, natureza e inovação, promovendo uma arquitetura regional mais consciente, eficiente e sustentável.

VILA PITANGUEIRA: PROPOSTA DE LOTEAMENTO SUSTENTÁVEL A PARTIR DE DIRETRIZES VERDES E PARTICIPATIVAS

Autor(es):
Ana Ferraz Pimentel: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Leticia Moura de Medeiros: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Júlia de Souza Bezerra: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Raissa Tarcila Santos Ferreira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):
Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho apresenta o desenvolvimento da Vila Pitangueira, uma proposta de loteamento urbano sustentável elaborada pelo escritório fictício de arquitetura e urbanismo verde, Abô. O estudo surge da necessidade de repensar os modelos de expansão urbana, propondo alternativas que conciliem qualidade de vida, inclusão e respeito ao meio ambiente. A pesquisa discute como o desenho urbano pode ser um instrumento de transformação social, adotando princípios de infraestrutura verde, drenagem sustentável e mobilidade ativa. A problemática central consiste em compreender de que forma é possível planejar um bairro que una sustentabilidade ambiental, viabilidade técnica e apropriação social, tomando como base o contexto urbano de Parnamirim/RN.

(Metodologia) A pesquisa foi dividida em três etapas principais: diagnóstico, análise e proposição. Inicialmente, foi realizado o levantamento urbanístico e ambiental da gleba, observando drenagem, infraestrutura, topografia e entorno imediato. Em seguida, elaborou-se o estudo normativo com base no Plano Diretor (2013), no Código de Obras (1994) e na Lei Federal nº 6.766/79. A dimensão participativa incluiu a aplicação do método Poema dos Desejos, no qual investidores e futuros moradores compartilharam suas visões sobre o bairro ideal. As respostas apontaram forte interesse por calçadas largas e acessíveis, praças arborizadas, espaços de convivência e moradias térreas integradas à paisagem. Um ponto marcante foi o contraste entre o modo de deslocamento atual e o desejado: 61,9% afirmaram utilizar carro particular e 47% aplicativos de transporte, enquanto 81% gostariam de caminhar e 42,9% de pedalar no cotidiano. Esse resultado reforça a importância de priorizar a mobilidade ativa e o desenho urbano orientado ao pedestre. Para embasar as soluções projetuais, foram estudadas referências como Hammarby Sjöstad (Estocolmo), Hoofddorp (Amsterdã), o masterplan de Stefano Boeri (Tirana), a requalificação da Central Ferroviária de Paris e o conceito de Cidade-Esponja (China) do arquiteto paisagista Kongjian Yu.

(Resultados) A proposta da Vila Pitangueira adota a infraestrutura verde e a caminhabilidade como bases estruturadoras. O traçado prioriza ruas sombreadas, ciclovias contínuas e praças integradas às áreas de preservação. Os pontos de ônibus e estacionamentos cobertos utilizam telhados verdes, enquanto os abertos são delimitados por árvores, fortalecendo a presença da natureza no cotidiano urbano. O zoneamento destina 55% da área para uso residencial, 10% para comércio local, 5% para serviços, 5% para educação e saúde e 25% para áreas verdes e institucionais.

(Conclusão) Os resultados indicam que é possível conciliar sustentabilidade, conforto ambiental e inclusão social quando o planejamento urbano é guiado por processos participativos e decisões técnicas conscientes. A Vila Pitangueira reflete um modelo de bairro sustentável que valoriza a identidade local, promove o bem-estar coletivo e reafirma o papel do urbanismo como prática afetiva, ecológica e regenerativa.

Palavras-chave: sustentabilidade urbana. infraestrutura verde. mobilidade ativa. planejamento participativo. conforto ambiental.

23, 24 e 25 de outubro

25 ComIC

UNI-RN: 25 anos de ações inovadoras para o desenvolvimento de Natal

2025

GRADUAÇÃO CONTABILIDADE

Volume 2 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra

UNI-RN

A CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE GERENCIAL PARA A ANÁLISE E O DESEMPENHO DE ME E EPP

Autor(es):
Gabriella Aparecida Gama Camara: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Crisnara Ribeiro de Almeida: Discente do curso de Enfermagem do UNI-RN
Marcos Luiz Xavier Brito: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) As micro e pequenas empresas (MPEs) representam pilares fundamentais da economia brasileira, desempenhando um papel expressivo na geração de empregos, na distribuição de renda e no fortalecimento dos mercados locais. Essas organizações compõem a maior parte dos empreendimentos ativos no país, sendo responsáveis por parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) e por promoverem a inclusão econômica em diferentes regiões. Apesar dessa relevância, enfrentam um elevado índice de mortalidade, sobretudo nos primeiros anos de funcionamento, decorrente principalmente de deficiências na gestão, ausência de planejamento estruturado, falta de controle financeiro e decisões pautadas mais em percepções empíricas do que em informações técnicas e confiáveis. Nesse contexto, a contabilidade gerencial se destaca como uma ferramenta estratégica essencial, ao fornecer informações detalhadas que apoiam o processo decisório e fortalecem a gestão organizacional.

(Metodologia) A metodologia adotada caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em levantamento bibliográfico. Foram consultadas bases de dados científicas, periódicos especializados e repositórios institucionais, priorizando estudos publicados nos últimos cinco anos. Os critérios de inclusão abrangeram publicações de acesso integral e que estabelecessem relação direta entre contabilidade gerencial e gestão em MPEs. Foram excluídos textos duplicados, opiniões sem base científica e estudos que não apresentavam aplicações práticas. Os artigos selecionados foram organizados em uma matriz analítica que contemplou objetivos, metodologias, resultados, ferramentas contábeis abordadas e impactos observados, permitindo uma análise comparativa e interpretativa consistente.

(Resultados) Os resultados evidenciam que a contabilidade gerencial exerce papel decisivo na gestão das micro e pequenas empresas. Entre os principais benefícios identificados estão a oferta de informações tempestivas e relevantes para a tomada de decisão, o suporte ao planejamento estratégico, à elaboração orçamentária, ao controle operacional e à análise de custos. Sua aplicação possibilita reduzir desperdícios, otimizar processos internos, monitorar indicadores de desempenho e fortalecer a governança organizacional, contribuindo diretamente para uma gestão mais eficiente e estruturada. Além disso, a contabilidade gerencial auxilia na antecipação de desafios, minimização de riscos e identificação de oportunidades de crescimento, aspectos fundamentais para a sobrevivência e o desenvolvimento sustentável dessas empresas. No entanto, foram observadas barreiras relacionadas à falta de conhecimento técnico dos gestores, recursos financeiros limitados e resistência cultural à adoção de práticas mais formais, indicando a necessidade de capacitação e conscientização.

(Conclusão) Conclui-se que a contabilidade gerencial constitui um instrumento indispensável para a gestão eficiente das MPEs, servindo como base para decisões estratégicas, planejamento e controle organizacional. Sua adoção contribui para a sustentabilidade e a longevidade dos negócios, reforçando sua importância no fortalecimento do setor. Recomenda-se o desenvolvimento de políticas públicas de apoio e programas de capacitação voltados aos gestores, a fim de ampliar o acesso a práticas contábeis gerenciais e consolidar sua utilização como diferencial competitivo no mercado.

Palavras-chave: Contabilidade gerencial; Gestão empresarial; Planejamento estratégico; Micro e pequenas empresas; Tomada de decisão.

ADOECIMENTO MENTAL: DEPRESSÃO NO MEIO ARTÍSTICO

Autor(es):
Maria Fernanda da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) A proposta central do trabalho é abordar a depressão no meio artístico, destacando como esse transtorno mental afeta a vida emocional, social e profissional de artistas, influenciadores e demais figuras públicas. O vídeo tem como objetivo principal conscientizar o público sobre a gravidade da depressão, apresentando suas causas, sintomas e as pressões que a vida pública pode gerar, contribuindo para o adoecimento mental dessas pessoas.

(Proposta do roteiro) A proposta de roteiro inicia-se com uma explicação sobre o que é a depressão, com base em dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), ressaltando que mais de 280 milhões de pessoas convivem com a doença no mundo. Em seguida, o vídeo apresenta uma reflexão sobre como a fama, a cobrança constante, a exposição nas redes sociais e a perda da privacidade afetam o equilíbrio emocional dos artistas. Também serão discutidos fatores como a sensibilidade criativa e a romanização da dor, muito presentes no meio artístico, que acabam reforçando o sofrimento psíquico e dificultando a busca por ajuda.

(Efeitos esperados) A relevância deste trabalho está em promover a conscientização sobre a importância de cuidar da saúde mental, desmistificando a ideia de que fama e sucesso garantem felicidade. Espera-se que o vídeo desperte empatia e reflexão, mostrando que a depressão é uma doença real e que o apoio emocional e profissional é essencial para superá-la. Além disso, o trabalho pretende contribuir para o debate sobre o impacto da cultura do cancelamento e da pressão social na saúde mental das figuras públicas, incentivando o respeito e o acolhimento.

AVANÇOS E LIMITES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA ANÁLISE ÉTICA E SOCIAL

Autor(es):
Fabiana do Nascimento Albuquerque : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Pedro Lucas Alves Pereira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Cecilia Gabrielly de Andrade Cabral: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho aborda o tema de Avanços e limites da Inteligência Artificial: uma análise ética e social, com o objetivo de analisar e compreender como essa tecnologia tem impactado a sociedade atualmente em diferentes dimensões. A Inteligência Artificial, criada entre as décadas de 1940 e 1950, tem se desenvolvido exponencialmente, tornando-se presente em praticamente todas as áreas, desde atividades básicas, até em áreas estratégicas como a saúde, o transporte, a indústria, a segurança e a educação. Embora os benefícios sejam incontestáveis, como no aumento da eficiência e da automação geral, a IA também levanta questionamentos éticos e sociais complexos, envolvendo a privacidade, a transparência, a regulação e o risco da substituição dos empregos humanos por máquinas.

(Metodologia) A metodologia utilizada para a elaboração deste, foi de forma qualitativa, fundamentada em análise de artigos científicos e relatórios técnicos sobre a temática discutida. A pesquisa abrangeu entre leituras críticas e debates entre os autores, permitindo uma construção de uma visão mais ampla e fundamentada acerca dos riscos e benefícios da Inteligência Artificial. Essa abordagem feita de forma descritivo-exploratória possibilitou a comparação de diferentes perspectivas sobre o tema, destacando convergências e divergências na literatura.

(Resultados) Os resultados obtidos evidenciam que a Inteligência Artificial (IA) se consolidou como um dos pilares da transformação tecnológica contemporânea, atuando desde atividades diárias até processos estratégicos em diversos setores, como saúde, educação, indústria e segurança. A pesquisa revelou que a IA potencializa a eficiência, a personalização de serviços e a tomada de decisões, demonstrando benefícios diretos à produtividade e à inovação. Contudo, os resultados também destacam desafios éticos e sociais significativos. Questões como privacidade, viés algorítmico, transparência e substituição de funções humanas, sendo uma das preocupações centrais. De forma coerente com os objetivos do estudo, conclui-se que equilibrar os avanços e riscos exige uma abordagem que una a educação crítica, tendo uma regulação eficaz e princípios éticos universais.

(Conclusão) O artigo conclui que a Inteligência Artificial representa uma das mais profundas inovações tecnológicas, com capacidade de transformar radicalmente a sociedade. No entanto, seus impactos não se limitam aos ganhos de eficiência e produtividade: envolvem também responsabilidade coletiva, dilemas éticos, sociais e econômicos que exigem ser questionados. Ademais, para que seus benefícios sejam amplamente distribuídos e seus riscos minimizados, é indispensável o estabelecimento de políticas públicas, regulamentações transparentes e formação crítica de profissionais e usuários.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Ética. Sociedade. Tecnologia. Regulação.

BURNOUT NOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE

Autor(es):
Paulo Henrique Filgueira Albuquerque: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Gustavo dos Santos Costa Valentim: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Tem como objetivo analisar a relação entre o estresse ocupacional e a incidência de Burnout nos profissionais da contabilidade, compreendendo as exigências da profissão e como impactam na saúde mental, identificando os principais fatores que contribuem para o esgotamento mental, e propor ações que promovem uma vida profissional mais saudável e equilibrada.

(Proposta do roteiro) Título Texto no slide: Burnout dos Profissionais das Ciências Contábeis. Autores: Gustavo dos Santos Costa Valentim e Paulo Henrique Filgueira Albuquerque Roteiro falado: – Nós somos do curso de Ciências Contábeis, estamos no 2 segundo semestre e vamos apresentar sobre o tema Burnout dos Profissionais das Ciências Contábeis. Introdução Tópicos: Saúde mental em pauta Equilíbrio vida pessoal x trabalho Burnout: estresse ocupacional Roteiro: A saúde mental é cada vez mais debatida, principalmente no trabalho, onde a pressão e as exigências são intensas. A falta de equilíbrio entre vida pessoal e profissional pode levar ao burnout, caracterizado pela exaustão física e mental. Desenvolvimento: Contexto da Contabilidade Tópicos: Exigências rigorosas Altas responsabilidades Risco de multas e sanções Roteiro: – A contabilidade é uma profissão que exige rigor, atenção e cumprimento de prazos. Pequenos erros podem causar multas e prejuízos para clientes e empresas. Essa pressão constante torna os contadores especialmente vulneráveis ao burnout. Dados e Impactos Tópicos: 63% relatam alto estresse Afeta vida pessoal e profissional Reduz produtividade Compromete saúde mental Roteiro: cerca de 63% dos contadores enfrentam altos níveis de estresse, afetando a vida pessoal e a saúde mental. O desgaste contínuo prejudica relações e desempenho profissional. Isso impacta diretamente a produtividade e a eficiência das empresas. Consequências Organizacionais Tópicos: Problema psicológico e institucional Impacto no ambiente de trabalho Roteiro: O burnout não afeta apenas o indivíduo, mas toda a organização. Ele compromete a qualidade do trabalho, o clima e os resultados da empresa. Criar um ambiente saudável beneficia colaboradores e a própria organização. Conclusão e Prevenção Tópicos: Burnout: problema crescente Exige estratégias de prevenção Autocuidado e apoio institucional Roteiro: O burnout afeta profissões de alta pressão, como a contabilidade. Enfrentá-lo requer prevenção, melhores condições de trabalho e capacitação para lidar com o estresse. Promover o autocuidado ajuda a humanizar a profissão e fortalecer a saúde dos profissionais.

(Efeitos esperados) Contribuir para a conscientização sobre a importância da saúde mental na contabilidade, trazendo alternativas para as organizações melhorar as condições de trabalho, bem-estar e desempenho profissional.

COMO A ANSIEDADE AFETA A PRODUTIVIDADE DE UM OPERADOR DE TELEMARKETING

Autor(es):
Maria Adriele Silva de Melo: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Emilly Idelzuite da Silva Bernardino: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Maria Aryane de Jesus Freitas: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Ana carla morais da silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Maria Vitória Rodrigues da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O presente estudo tem como objetivo analisar o adoecimento mental dos profissionais na sociedade contemporânea, com foco nos operadores de telemarketing, categoria que enfrenta intensa pressão por produtividade e metas diárias. A pesquisa busca compreender como fatores como excesso de cobranças, contato com clientes hostis, monitoramento constante e curtos intervalos influenciam o desenvolvimento de transtornos de ansiedade e impactam diretamente o bem-estar e o desempenho desses profissionais. Com base em uma abordagem qualitativa e descritiva, o trabalho utiliza pesquisa bibliográfica e o estudo de caso de Karoline, uma jovem que desenvolveu sintomas de ansiedade devido às condições adversas do trabalho no setor de telemarketing. A análise evidenciou a necessidade de se discutir a saúde mental no ambiente corporativo e de promover mudanças estruturais que favoreçam a qualidade de vida no trabalho.

(Proposta do roteiro) Tema: Adoecimento mental dos profissionais em nossa sociedade Subtema: Ansiedade em operadores de telemarketing Parte 1: apresentação. Contextualização rápida: Parte 2: entender o que é ansiedade Parte 3: Ansiedade em operadores de Telemarketing Parte 4: relato Karoline Parte 5: Melhorias Parte 6: ENCERRAMENTO

(Efeitos esperados) Os resultados obtidos demonstram que o ambiente de telemarketing apresenta condições altamente propensas ao estresse e à ansiedade. O caso de Karoline evidencia o impacto emocional direto dessas condições, revelando sintomas como tristeza, desmotivação e esgotamento mental.

CONTABILIDADE APLICADA À GESTÃO FINANCEIRA PESSOAL

Autor(es):
Marilia Lima de Souza: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Giovana Aparecida Bezerra da Costa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Thalita Lorrana Julião Costa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A contabilidade aplicada à gestão financeira pessoal tem ganhado relevância diante do cenário de endividamento crescente da população brasileira. O tema envolve o uso de princípios e ferramentas contábeis para organizar, controlar e planejar as finanças individuais, contribuindo para a tomada de decisões mais conscientes. O problema central desta pesquisa reside na dificuldade que grande parte das pessoas enfrenta para manter o equilíbrio financeiro, muitas vezes causada pela ausência de planejamento e pelo desconhecimento de conceitos básicos de contabilidade. Com base em fundamentos teóricos da contabilidade e da educação financeira, este estudo propõe analisar como o uso do orçamento pessoal e outras ferramentas contábeis pode auxiliar na administração eficaz dos recursos financeiros. Serão abordados aspectos como controle de receitas e despesas, identificação de gastos supérfluos e estímulo à poupança. A pesquisa pretende demonstrar que a aplicação prática dos instrumentos contábeis no cotidiano pode promover maior conscientização financeira e contribuir para a redução dos índices de endividamento pessoal.

(Metodologia) A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, com foco na análise teórica sobre finanças pessoais e controle financeiro individual. Para isso, adotou-se como estratégia a pesquisa bibliográfica, com levantamento, leitura e interpretação de fontes acadêmicas, incluindo artigos científicos, monografias, dissertações e publicações eletrônicas de instituições reconhecidas. A seleção do material considerou critérios de relevância, atualidade e confiabilidade, abrangendo diferentes enfoques sobre o tema, o que permitiu embasar criticamente a discussão e a construção do estudo.

(Resultados) A análise bibliográfica evidenciou que a educação financeira exerce papel fundamental na construção de hábitos financeiros saudáveis e na prevenção do endividamento. Os métodos de controle financeiro, sejam tradicionais ou digitais, demonstraram ser ferramentas eficazes no acompanhamento das finanças pessoais, facilitando a organização de receitas e despesas. A aplicação de modelos de planejamento, como a regra 50/30/20, mostrou-se útil para promover equilíbrio orçamentário e estimular a poupança. Os estudos analisados também indicaram que a adoção contínua dessas práticas está associada à redução do estresse financeiro, ao aumento do bem-estar e à melhoria da qualidade de vida, confirmando a importância da contabilidade aplicada à gestão financeira pessoal como estratégia de desenvolvimento individual e social.

(Conclusão) A análise realizada mostrou que a contabilidade, quando aplicada de forma prática, é uma ferramenta eficaz para o controle das finanças pessoais, auxiliando na organização orçamentária e na educação financeira. Ferramentas como planilhas e aplicativos favorecem decisões conscientes, equilíbrio financeiro e redução do endividamento. Destaca-se a importância de ampliar o acesso ao conhecimento contábil para toda a população. Sugere-se, para futuras pesquisas, a realização de estudos práticos com diferentes públicos para avaliar os impactos reais da contabilidade pessoal no dia a dia.

Palavras-chave: Contabilidade. Educação financeira. Controle. Endividamento. Planejamento financeiro.

DEPRESSÃO ENTRE MÉDICOS E PROFISSIONAIS DA SAÚDE NO BRASIL (PÓS-PANDEMIA)

Autor(es):
Leandra Delmondes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo deste vídeo é conscientizar sobre a depressão entre médicos e profissionais da saúde no Brasil, destacando os impactos emocionais e profissionais desse transtorno, os dados mais recentes sobre sua incidência e a importância de oferecer suporte psicológico e melhores condições de trabalho a esses profissionais, que são fundamentais para o bem-estar da sociedade

(Proposta do roteiro) A proposta deste roteiro é abordar a depressão entre médicos e profissionais da saúde no contexto pós-pandemia, com base em dados recentes divulgados pela Associação Paulista de Medicina (APM, 2025). O vídeo busca chamar a atenção para a gravidade do problema, mostrando como a rotina exaustiva, a sobrecarga emocional e a falta de apoio psicológico contribuem para o aumento dos casos de depressão nessa categoria

(Efeitos esperados) om este vídeo, espera-se sensibilizar e conscientizar o público sobre a gravidade da depressão entre médicos e profissionais da saúde, especialmente no cenário pós-pandemia. O conteúdo busca estimular a empatia e o reconhecimento da importância da saúde mental desses profissionais, além de incentivar instituições e gestores a adotarem políticas de apoio psicológico, redução de sobrecarga e valorização do trabalho médico.

ESG NA CONTABILIDADE: TRANSFORMANDO SUSTENTABILIDADE EM RESULTADO

Autor(es):
Ellen Cosme Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho discute como os princípios de ESG (Ambiental, Social e Governança) vêm sendo incorporados à contabilidade e de que forma isso gera valor para as empresas. A contabilidade, além de registrar resultados, pode atuar como ferramenta para transformar práticas sustentáveis em informações concretas e mensuráveis, fortalecendo a confiança da sociedade, investidores e clientes. A pesquisa busca responder como a contabilidade pode contribuir para que ações de sustentabilidade sejam convertidas em resultados reais e transparentes.

(Metodologia) O estudo é de caráter exploratório, com abordagem qualitativa e natureza bibliográfica. Foram analisados artigos científicos nacionais publicados entre 2021 e 2023, considerando sua relevância para a discussão sobre contabilidade e sustentabilidade. A análise foi interpretativa, com o objetivo de identificar convergências e divergências entre os estudos, de modo a compreender como o ESG tem sido tratado na literatura contábil recente.

(Resultados) Os resultados apontaram que a incorporação de práticas ESG nos relatórios contábeis gera impactos efetivos em três dimensões: ambiental, social e governança. Entre os achados, destacam-se: contribuição para redução de poluentes e maior visibilidade entre investidores; fortalecimento da reputação corporativa por meio de ações sociais; e transparência das informações financeiras, garantindo maior comparabilidade e credibilidade. Apesar dos avanços, também foram identificados desafios, como a ausência de padronização nas métricas de mensuração do ESG.

(Conclusão) Conclui-se que a contabilidade, ao integrar os princípios do ESG, deixa de ser apenas instrumento de registro para se consolidar como pilar estratégico. Ela traduz práticas sustentáveis em resultados mensuráveis, favorecendo a tomada de decisões, a confiança de investidores e o fortalecimento da imagem corporativa. Para pesquisas futuras, sugere-se analisar de forma prática o impacto dos relatórios ESG nos resultados financeiros das empresas brasileiras, aprofundando a relação entre sustentabilidade e desempenho econômico.

Palavras-chave: Contabilidade. ESG. Sustentabilidade. Relatórios contábeis. Imagem corporativa.

ESQUIZOFRENIA NO ÂMBITO POLICIAL

Autor(es):
Bruno Bento de França: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo central do vídeo é abordar os transtornos mentais no âmbito policial, com ênfase na esquizofrenia. Serão apresentados o conceito da doença, seus sintomas e formas de tratamento. Além disso, o vídeo trará dados e índices relacionados a outros transtornos comuns entre profissionais da área, como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Por fim, será destacada a importância da prevenção, do diagnóstico e do tratamento adequado, reforçando o papel essencial do cuidado com a saúde mental entre os policiais.

(Proposta do roteiro) O vídeo inicia com uma chamada atrativa sobre o assunto, depois deixando claro o que o telespectador vai ver no vídeo, seguido da apresentação da pessoa que vai trazer o assunto, que explica o tema e desenvolve o conteúdo de forma clara e objetiva. Finaliza com uma chamada para ação, reforçando a importância do tema.

(Efeitos esperados) Espera-se que, ao assistir ao vídeo, o espectador adquira conhecimento sobre o tema abordado e reflita sobre a importância do cuidado com a saúde mental entre os profissionais da área policial.

FRAUDES CONTÁBEIS E MECANISMOS DE AUDITORIA PARA PREVENÇÃO E DETECÇÃO

Autor(es):
Nathaly Lorena de Souza Ramos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Arthur Barbosa Serafim: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Franciane da Silva Fernandes: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Lucas Silva Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Vinícius Freire Dos Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) As fraudes contábeis representam um dos maiores desafios enfrentados pelas organizações modernas, uma vez que comprometem a transparência, a credibilidade e a confiança nas informações financeiras divulgadas ao público e aos investidores. Essas irregularidades distorcem a real situação patrimonial e econômica das entidades, podendo gerar prejuízos financeiros e danos à imagem institucional. A presente pesquisa está fundamentada nos campos da auditoria contábil e da governança corporativa, com ênfase na importância dos mecanismos de controle, da ética profissional e da responsabilidade social na prevenção e detecção de fraudes. Dessa forma, destaca-se que a auditoria não apenas identifica erros ou inconformidades, mas também atua como instrumento essencial de governança, transparência e sustentabilidade organizacional, contribuindo para a tomada de decisões seguras e a manutenção da integridade das demonstrações financeiras.

(Metodologia) A metodologia adotada é de natureza qualitativa e bibliográfica, baseada na análise de cinco artigos científicos publicados entre 2015 e 2024, selecionados em bases acadêmicas como Scielo, Google Scholar e CAPES Periódicos. Foram considerados estudos que abordam de forma direta a relação entre fraudes contábeis, auditoria e governança corporativa. A técnica de pesquisa envolveu a leitura crítica e comparativa dos textos, buscando identificar práticas e estratégias de prevenção e detecção de fraudes, bem como convergências entre os autores analisados. A pesquisa também observou padrões nas recomendações de boas práticas e nos mecanismos de controle apontados, contribuindo para a consolidação de um panorama teórico atualizado sobre o tema.

(Resultados) Os resultados apontam que as fraudes contábeis geralmente têm origem em falhas de controles internos, ausência de segregação de funções e comportamentos antiéticos por parte de gestores ou colaboradores. Evidenciou-se que organizações com estruturas de auditoria interna atuante e governança corporativa consolidada apresentam menor incidência de fraudes, pois adotam políticas de conformidade, códigos de conduta e sistemas de monitoramento contínuo. A literatura também destaca que o fortalecimento da cultura ética e o investimento em capacitação dos profissionais de auditoria são fatores decisivos para a efetividade do controle. Ademais, o uso de tecnologias avançadas, como ferramentas de análise de dados e inteligência artificial, tem ampliado a capacidade de detectar padrões suspeitos e de reduzir o tempo de resposta diante de irregularidades.

(Conclusão) Conclui-se que as fraudes contábeis constituem uma ameaça constante à credibilidade e à sustentabilidade das organizações, mas podem ser prevenidas e combatidas mediante auditorias eficazes, controles internos robustos e cultura ética institucionalizada. A integração entre auditoria contábil, governança corporativa e tecnologia revela-se essencial para promover a transparência, garantir a conformidade legal e fortalecer a confiança dos stakeholders. Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem o estudo sobre o impacto da transformação digital e da auditoria baseada em dados na detecção precoce de fraudes, bem como sobre a importância da formação ética e contínua dos profissionais contábeis.

Palavras-chave: Fraude contábil; Auditoria interna; Governança corporativa; Controles internos; Prevenção de fraudes.

IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS POSSÍVEIS EFEITOS SOBRE EMPRESAS, FAMÍLIAS E MUNICÍPIOS

Autor(es):
Jamyle Barbosa da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Laryssa Sobral Torres: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Tais Dantas Martins: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, representa uma das maiores transformações do sistema tributário brasileiro desde 1988. A reforma busca modernizar e simplificar a tributação, unificando tributos como ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins em dois novos impostos: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O tema tem ganhado destaque por afetar diretamente empresas, famílias e municípios, que precisarão se adaptar ao novo modelo de arrecadação. O estudo tem como foco compreender como a reforma tributária impactará diferentes grupos sociais e econômicos, avaliando seus efeitos sobre a carga tributária das empresas, o planejamento patrimonial familiar e a arrecadação municipal. Busca-se demonstrar que, embora a reforma promova avanços estruturais, seus impactos variam conforme o segmento, exigindo adaptações específicas e políticas de transição bem planejadas.

(Metodologia) O estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram examinados cinco artigos científicos publicados entre 2023 e 2025, selecionados com base em sua relevância e contribuição para o tema. Além disso, analisaram-se textos legais, relatórios oficiais e publicações do Senado Federal, a fim de identificar as principais alterações trazidas pela EC nº 132/2023 e seus possíveis efeitos práticos. O método permitiu integrar perspectivas corporativas, familiares e públicas, oferecendo uma visão abrangente da reforma tributária.

(Resultados) Os resultados apontam que as mudanças na tributação de empresas, especialmente no IRPJ e na CSLL, podem alterar estratégias de planejamento e gestão fiscal, redistribuindo a carga tributária entre setores. No âmbito familiar, observou-se que a reforma tende a impactar holdings patrimoniais, elevando custos sucessórios e reduzindo benefícios de proteção de bens. Nos municípios, a redistribuição do IBS e do CBS poderá gerar perdas temporárias de arrecadação, embora haja previsão de compensações futuras. De modo geral, a simplificação tributária tende a reduzir burocracias e custos administrativos, mas seus efeitos concretos dependerão da calibragem das alíquotas e da regulamentação complementar. Persistem, contudo, incertezas regulatórias que podem afetar a aplicação prática e a equidade do novo modelo tributário.

(Conclusão) A EC nº 132/2023 marca um avanço importante na modernização do sistema tributário brasileiro, ao propor simplificação e transparência na cobrança de impostos. Entretanto, os impactos observados variam de acordo com o grupo analisado. Empresas precisarão ajustar seus planejamentos fiscais, famílias reavaliarão estruturas sucessórias e municípios enfrentarão desafios na compensação de receitas. Conclui-se que, embora a reforma promova avanços estruturais, sua efetividade dependerá da implementação gradual, da calibragem das alíquotas e da criação de mecanismos de equilíbrio federativo. Recomenda-se a continuidade de estudos que avaliem seus efeitos de médio e longo prazo, de modo a assegurar justiça fiscal e sustentabilidade econômica.

Palavras-chave: Reforma Tributária. EC 132/2023. Empresas. Famílias. Municípios.

PODCAST MENTE EM FOCO: EPISÓDIO TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA

Autor(es):
Joyce Braz Pinheiro : Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN
Joice Rodrigues de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Maianyr Martins Pereira dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Apresentar, de forma clara e científica, uma visão abrangente sobre o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), abordando sua definição, sintomas, diagnóstico, formas de tratamento e panorama atual no Brasil, a fim de contribuir para a compreensão e divulgação de informações confiáveis sobre o tema no contexto da Psicologia e da Saúde Mental.

(Proposta do roteiro) Roteiro – Vídeo: Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), Duração estimada: 6 minutos Participantes: Apresentadora: Maianyr Santos Especialista: Joyce Braz Pesquisadora: Joice Rodrigues ROTEIRO RESUMIDO PRO CONIC [ABERTURA] Maianyr: Olá! Sejam bem-vindos ao Podcast Mente em Foco. Eu sou Maianyr e hoje vamos falar sobre o Transtorno de Ansiedade Generalizada, o TAG – um dos temas mais relevantes da saúde mental atual. Recebo a psicóloga Joyce Braz, especialista em transtornos de ansiedade, e Joice Rodrigues, que traz dados recentes sobre o tema. [O QUE É O TAG] Joyce: O TAG é uma condição mental crônica marcada por preocupação excessiva e persistente, presente na maior parte dos dias por pelo menos seis meses. Essa ansiedade é intensa e desproporcional, afetando o trabalho, o sono e as relações. [SINTOMAS E DIAGNÓSTICO] Joyce: Os sintomas mais comuns são preocupação constante, irritabilidade, tensão muscular, cansaço e insônia. Joice: O diagnóstico é clínico, feito por profissionais de saúde mental com base em critérios do DSM-5, CID-11 e na escala GAD-7. [TRATAMENTO E ENFRENTAMENTO] Joyce: O tratamento combina psicoterapia e, quando necessário, medicação. A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) é a abordagem mais eficaz. Práticas como mindfulness e relaxamento também ajudam a controlar os sintomas. [DADOS NO BRASIL] Joice: Pesquisas recentes, como o Vigitel 2023 e o Covitel 2024, mostram aumento nos casos de ansiedade no Brasil. Por isso, é essencial fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial e ampliar o acesso à terapia. [ENCERRAMENTO] Maianyr: O TAG é comum, tratável e merece atenção profissional. Reconhecer os sintomas e buscar ajuda faz toda a diferença. Joyce: Profissionais podem apoiar o diagnóstico precoce com o GAD-7. Joice: E quem sofre com ansiedade persistente deve procurar acompanhamento especializado. Maianyr: Obrigada pela audiência e até o próximo episódio do Mente em Foco! Trilha de encerramento e créditos finais.

(Efeitos esperados) Conscientização sobre o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG). Promoção de debates acadêmicos. Estímulo a boas práticas; Impacto social positivo.

SÍNDROME DE BURNOUT ENTRE OS TRABALHADORES DO SETOR BANCÁRIO

Autor(es):
Kaline Maia de Paiva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Anderson Rodrigues de Azevedo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Franciane da Silva Fernandes: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Barbara Ramonny Souza Bezerra: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Caminhos possíveis para a prevenção e enfrentamento da síndrome, destacando a importância de ações práticas por parte das instituições financeiras. Entre as medidas sugeridas estão: pausas regulares durante a jornada de trabalho, acesso a suporte psicológico, programas de bem-estar, rodas de conversa, ginástica laboral, treinamentos sobre inteligência emocional e, principalmente, uma revisão nas políticas organizacionais, com metas mais humanas e valorização do equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

(Proposta do roteiro) A narrativa é enriquecida com um exemplo fictício, mas realista, da gerente Ana, cuja rotina exaustiva ilustra as dificuldades enfrentadas por muitos profissionais do setor. Por meio de seu caso, o vídeo humaniza a discussão e mostra como o esgotamento não é apenas uma questão de números ou produtividade, mas de vidas afetadas, saúde comprometida e relações pessoais prejudicadas.

(Efeitos esperados) Por fim, reforça a importância do comprometimento das instituições financeiras com o bem-estar emocional dos seus colaboradores, destacando que cuidar da saúde mental no trabalho é um investimento essencial para a sustentabilidade das empresas e a qualidade de vida dos trabalhadores.

SUSTENTABILIDADE COMO INVESTIMENTO: CONTABILIDADE SUSTENTÁVEL E O RETORNO FINANCEIRO DE PRÁTICAS ECOLÓGICAS EM NATAL-RN

Autor(es):
Fernanda Shellen de Lima Nascimento: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Andreza Zelia de Lima Liberato Melo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A contabilidade, historicamente reconhecida como uma ferramenta voltada para o controle financeiro e para apuração de resultados, vem ampliando seu campo de atuação diante das novas demandas sociais e ambientais. No contexto contemporâneo, ela se apresenta como uma ciência essencial não apenas à gestão econômica, mas também à transformação sustentável das organizações. Nesse cenário, surge a contabilidade sustentável, que propõe a integração entre desempenho financeiro, responsabilidade ambiental e impacto social, reposicionando o contador como agente estratégico de mudança. Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar como a contabilidade pode atuar de maneira eficaz na indução de práticas ecológicas empresariais, explorando que a sustentabilidade, quando incorporada à gestão financeira, deixa de ser um custo adicional e passa a representar um investimento com retorno explorado, tanto econômico quanto institucional.

(Metodologia) A pesquisa possui caráter qualitativo, participativo e bibliográfico, fundamentada em livros, artigos científicos e estudos voltados para finanças sustentáveis. Foram consultados sites de órgãos públicos e entidades oficiais, como o IBGE e a ANEEL, para obtenção de dados atualizados sobre práticas ecológicas e seus impactos econômicos. Além disso, o estudo destas legislações e tributações vigentes, com foco em incentivos fiscais relacionados à adoção de práticas sustentáveis, nas empresas, conforme previsto na Lei nº 14.270/2021.

(Resultados) Nos resultados, examinamos que a contabilidade sustentável se consolida como um instrumento eficaz para analisar o impacto econômico e financeiro das práticas ecológicas nas organizações, revelando que as mesmas pequenas alterações, quando estrategicamente orientadas pela contabilidade, revisões para retornos financeiros mensuráveis, como mudanças simples, tais como a instalação de sensores de presença para redução do consumo de energia elétrica ou a substituição de copos específicos por canecas reutilizáveis, que representam investimentos significativos modestos, mas que, em médio e longo prazo, conduzem a uma economia operacional significativa, esses ações, quando apresentadas por indicadores como o VPL e o Payback, indicam de forma contábil a previsão e o retorno do investimento, além da redução direta nos custos, a adoção dessas medidas contribui para a valorização institucional, a melhoria da contribuição corporativa e o fortalecimento de uma cultura organizacional voltada à sustentabilidade, assim, indica-se que as sugestões aplicadas a práticas devem trazer não apenas a ganhos ambientais, mas também a eficiência financeira, reforçando a ideia de que sustentabilidade é investimento e não.

(Conclusão) Conclui-se que a contabilidade sustentável transcende a visão tradicional limitada à depuração de lucros e ao cumprimento de obrigações fiscais. Ela se consolida como uma ferramenta estratégica de desenvolvimento corporativo, capaz de integrar sustentabilidade, gestão e retorno econômico. Ao mensurar e projetar resultados, o contador assume um papel fundamental na transformação da cultura empresarial, orientando decisões que unem responsabilidade ecológica e eficiência financeira. Assim, investir em práticas ecológicas deixa de ser uma ação meramente ética para se tornar uma decisão inteligente, rentável e socialmente relevante, promovendo o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação ambiental.

Palavras-chave: Contabilidade sustentável; Sustentabilidade; Investimento ecológico; Retorno financeiro; Gestão empresarial.

TRANSTORNO COMPORTAMENTAL ENTRE MÉDICOS

Autor(es):
Jamyle Barbosa da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Laryssa Sobral Torres: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Tais Dantas Martins: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo “Transtorno comportamental entre Médicos” tem como objetivo, conscientiza o público da área da saúde, sobre os impactos que o transtorno comportamental pode trazer para a vida dos médicos. A ideia central é mostrar que os médicos precisão cuidar primeiro de si, para conseguirem cuidar dos outros, pois seu lugar de trabalho é de muita pressão, onde as jornadas de trabalhos são longas e é exigido perfeição em tudo.

(Proposta do roteiro) A proposta do roteiro é abordar de forma informativa os transtornos comportamentais entre médicos, por meio da fala de Laryssa Torres, Jamyle Barbosa e Taís Dantas. Jamyle introduzir o trabalho com a abertura e comentários sobre o que são os transtornos comportamentais; Laryssa comenta sobre o impacto nos médicos, destacando uma entrevista com a médica Patricia Wooden e fala também sobre como superação tudo isso. Laryssa também destaca em sua fala, sua experiência pessoal com os transtornos comportamentais; Por fim, Taís fecha o vídeo com uma conclusão e reflexão.

(Efeitos esperados) Os efeitos esperados são tanto emocionais quanto educativos, onde também serve para estimular a conscientização do bem-estar psicológico. Espera-se que o vídeo contribua para uma mudança de percepção, incentivando as empresas de saúde a valorizarem as práticas de tratamento psicológico para os médicos, prevenindo transtornos mensais.

TRANSTORNO OBSESSIVO COMPULSIVO NO TRABALHO DE AGENTES POLICIAIS

Autor(es):
Fabiana do Nascimento Albuquerque : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Pedro Lucas Alves Pereira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Julia Albuquerque de Andrade Teixeira de Carvalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Cecilia Gabrielly de Andrade Cabral: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Abordar como o TOC impacta na profissão de policiais, destacando tópicos como causas e consequências, incentivando o cuidado e tratamento para evitar ou reduzir este transtorno mental.

(Proposta do roteiro) Formato: Vídeo com os participantes aparecendo. Tema central: Saúde no trabalho policial e a relação com o Transtorno Obsessivo Compulsivo. 1. Abertura (Introdução) Apresentação dos participantes. Breve contextualização sobre o tema: Destaque para as crescentes exigências do mercado de trabalho e os desafios enfrentados pelos profissionais na busca por desempenho e equilíbrio emocional. Introdução da questão central: Como o transtorno pode afetar diretamente a vida profissional e pessoal. 2. Exigências da Carreira Profissional e o Impacto dos Transtornos Discutir as principais demandas do ambiente de trabalho moderno. Explicar de que forma essas exigências podem contribuir para o surgimento ou agravamento de transtornos psicológicos (como ansiedade) Relacionar com dados e informações extraídas do relatório da pesquisa. 3. Consequências e Importância do Cuidado Abordar os impactos desses transtornos na produtividade, nas relações interpessoais e na qualidade de vida. Falar sobre a importância do cuidado com a saúde mental, tanto por parte do indivíduo quanto das organizações. 4. Conclusão Retomar a ideia central do vídeo: A necessidade de reconhecer os sinais. Deixar uma mensagem final de conscientização e incentivo ao cuidado com a saúde mental. “Observação Final” Utilização de informações, dados e tópicos do relatório da pesquisa como base para embasar os argumentos e enriquecer o conteúdo, garantindo credibilidade e profundidade na apresentação.

(Efeitos esperados) Tornar esse transtorno mais conhecido e popularizar esse tema, para que mais pessoas consigam compreender o que o TOC significa e quais seus sintomas e consequências, para assim, poder identificar e conseguir lidar com esse transtorno da melhor forma possível, principalmente dentro da sua profissão.

VIDEO SOBRE ANSIEDADE PSICOLOGIA

Autor(es):
Renan Augusto Vale de Araujo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Alan Bruno Silva Braz de Macedo: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Pedro Henrique Dias Meira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Jukimar Leandro da Silva Júnior: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Analisar a prevalência dos transtornos de ansiedade na população brasileira, identificando fatores sociais, culturais e biológicos que contribuem para o aumento dos casos, bem como a resistência da população “especialmente dos homens” em buscar atendimento profissional, com o intuito de promover reflexões sobre a importância do diagnóstico precoce e do cuidado com a saúde mental.

(Proposta do roteiro) Contextualização, mostrar dados de pesquisas nacionais, Diferenças entre ansiedades e os impactos.

(Efeitos esperados) O vídeo tem como efeito esperado a conscientização e a sensibilização do público sobre a gravidade e a dimensão dos transtornos de ansiedade no Brasil. Pretende-se que, ao assistir ao material, o espectador compreenda a diferença entre a ansiedade normal e a patológica, reconheça os principais fatores sociais, biológicos e culturais que influenciam o aumento dos casos e reflita sobre a importância do cuidado com a saúde mental. Espera-se também promover mudança de atitude diante do estigma que ainda envolve os transtornos mentais, especialmente entre os homens, estimulando a busca por apoio profissional e o diálogo aberto sobre o tema. Além disso, o vídeo busca contribuir para ampliar o debate público e acadêmico sobre a saúde mental no Brasil, incentivando instituições de ensino, profissionais da saúde e gestores públicos a valorizar políticas e práticas preventivas voltadas à ansiedade e ao bem-estar emocional da população.

VÍDEO SOBRE BURNOUT EM PROFESSORES

Autor(es):
Isabele De Araújo Viana: Discente do curso de Nutrição do UNI-RN
Kleverlan Morais Germano da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo tem como objetivo informar e conscientizar o público sobre o que é o Burnout, destacando como essa síndrome tem afetado de forma crescente os professores, especialmente em decorrência da sobrecarga de trabalho, da pressão emocional e das condições precárias em sala de aula.

(Proposta do roteiro) 1. Vídeo Introdução: O que é burnout? 2. Desenvolvimento – Pesquisa sobre número de casos de burnout entre professores; – Depoimentos ou apresentação de algum caso; Professora – Apresentar se forem identificadas soluções ou sugestões de soluções para o problema. 3. Conclusão.

(Efeitos esperados) Espera-se que o vídeo provoque reflexão e empatia, mostrando dados reais sobre o número de casos, além de um depoimento que humaniza o problema, permitindo que o público compreenda o impacto físico, psicológico e social da síndrome. Além disso, busca-se estimular o diálogo sobre soluções possíveis, como apoio psicológico, valorização profissional e melhoria nas condições de trabalho, promovendo uma visão mais sensível e responsável sobre a saúde mental dos educadores. Em síntese, o vídeo pretende educar, sensibilizar e inspirar ações concretas para prevenir e combater o Burnout entre professores.

PROTEGENDO A SOCIEDADE, FERINDO A SI MESMO: O CUSTO EMOCIONAL DA POLÍCIA

Autor(es):
Marcell Melo Barreto Filho: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Lauir Varela de Medeiros Neto: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Guilherme Canto Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN
Domingos Carvalho de Souza: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Este trabalho tem como objetivo analisar os fatores que afetam a saúde mental dos policiais brasileiros, destacando as principais causas do adoecimento psicológico, como o estresse, a carga de trabalho e o estigma dentro das corporações. Além disso, busca mostrar as consequências desse problema e apresentar iniciativas e políticas que promovem o cuidado e a valorização emocional desses profissionais.

(Proposta do roteiro) Duração total: aproximadamente 5 minutos Participantes: 3 apresentadores Formato: apresentação oral com base em dados, análise e conclusão reflexiva. 1. Introdução (Pessoa 1 ~1min40s) Apresentar o tema e contextualizar a importância da saúde mental entre policiais. Mencionar dados recentes sobre afastamentos, suicídios e casos de adoecimento psicológico. Mostrar o impacto desses números na segurança pública e na vida dos profissionais. 2. Desenvolvimento (Pessoa 2 ~1min40s) Explicar as principais causas do sofrimento mental: exposição constante à violência, jornadas exaustivas, pressão institucional, assédio e falta de apoio psicológico. Destacar as consequências emocionais e profissionais, como queda de desempenho, isolamento, conflitos familiares e aposentadorias precoces. 3. Conclusão e Soluções (Pessoa 3 ~1min40s) Apresentar as políticas e iniciativas já existentes, como a Lei nº 14.531/23 e o programa “Espaço Viver Bem”. Sugerir medidas que ainda precisam ser implementadas: acompanhamento psicológico contínuo, campanhas contra o estigma e capacitação de gestores. Finalizar com uma mensagem reflexiva sobre a importância de cuidar da saúde mental dos policiais como parte essencial da segurança da sociedade.

(Efeitos esperados) Espera-se que o trabalho contribua para ampliar a conscientização sobre a importância da saúde mental dos policiais, destacando que o cuidado psicológico é fundamental para o desempenho profissional e para a segurança da sociedade. Além disso, busca-se incentivar a criação de políticas públicas mais eficazes, o fortalecimento de programas de apoio emocional e a quebra do estigma em torno da busca por ajuda dentro das corporações.

23, 24 e 25 de outubro

25 ComIC

UNI-RN: 25 anos de ações inovadoras para o desenvolvimento de Natal

2025

GRADUAÇÃO
DIREITO

Volume 2 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra

UNI-RN

DESIGUALDADES SOCIAIS E A EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES. NO SETOR DE TRANSPORTE POR APLICATIVO: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO UBER EM NATAL

Autor(es):
Paulo Vitor Fernandes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sheyla Caldas Costa de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com a emergência de um mundo multipolar e o avanço tecnológico, as relações de trabalho foram profundamente redefinidas. O antigo modelo mediado pelo Estado cedeu lugar a uma nova lógica, influenciada por grandes corporações transnacionais, como a Uber. Nesse cenário globalizado, intensifica-se a precarização das condições laborais, em que o capital se acumula à custa de trabalhadores desprovidos de garantias. A chamada flexibilização, apresentada como sinônimo de autonomia, revela-se, na verdade, uma "ilusão jurídica" para os motoristas de aplicativo em Natal. Embora aparentemente livres, esses trabalhadores mostram-se totalmente dependentes das plataformas digitais para sua subsistência em uma sociedade marcada por desigualdades. Este estudo investiga como a flexibilização trabalhista dos motoristas de aplicativo em Natal evidencia as desigualdades sociais e reflete a luta de classes. Também analisa como os aparelhos ideológicos do Estado se adaptam ao novo contexto tecnológico, contribuindo para a manutenção do status quo. A fundamentação teórica está baseada nas obras de Karl Marx e Louis Althusser, especialmente nos conceitos de alienação, mais-valia e interpelação ideológica.

(Metodologia) A metodologia seguiu uma abordagem qualitativa e descritiva. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com seis motoristas homens da Uber em Natal, entre 20 e 40 anos. As entrevistas, realizadas por telefone com cerca de 30 minutos de duração, foram gravadas, transcritas e analisadas qualitativamente, garantindo o anonimato dos participantes. A amostra foi selecionada com base na diversidade de experiências para assegurar a fidedignidade das informações coletadas.

(Resultados) A análise dos dados revelou que os motoristas enfrentam instabilidade financeira significativa. A maioria utiliza o trabalho por aplicativo como complemento de renda, após passagens por empregos formais. O aumento no número de motoristas acirra a concorrência e reduz os ganhos, tornando a atividade economicamente insustentável. Além disso, foram relatadas situações de insegurança física e mental, riscos constantes e ausência de proteção das empresas. Muitos relataram ansiedade e exaustão, associadas à sobrecarga e ao medo de perder a única fonte de renda. A Uber concentra a maior parte dos lucros enquanto difunde discursos ideológicos que promovem uma falsa imagem de liberdade e empreendedorismo. Isso aliena os trabalhadores e impede a formação de uma consciência de classe, mantendo-os presos a um ciclo de precariedade.

(Conclusão) A pesquisa demonstra que o trabalho dos motoristas de aplicativo em Natal escancara as desigualdades sociais e a atuação reformulada dos aparelhos ideológicos do Estado, caracterizando uma nova fase do capitalismo. O discurso das multinacionais funciona como instrumento de dominação simbólica, impedindo que os trabalhadores se reconheçam como explorados. Apesar das limitações da amostra, os resultados indicam caminhos para futuras pesquisas sobre precarização laboral. É essencial aprofundar a compreensão das violências invisíveis, dos impactos psicológicos e das ausências de direitos desses trabalhadores, muitas vezes convencidos de que pertencem a uma "classe privilegiada". Por fim, reforça-se a urgência de políticas públicas que valorizem essa profissão, assegurem direitos e combatam a informalidade. A pesquisa confirmou a relação entre neomarxismo e uberização, respondendo à questão de como a flexibilização em Natal evidencia desigualdades sociais sob a ótica althusseriana.

Palavras-chave: Uberização; Precarização do trabalho; Desigualdade social; Althusser; Ideologia; Motoristas de aplicativo em Natal-RN.

ADAM SMITH E AS BASES DA MACROECONOMIA

Autor(es):
Carlos André Cavalcante da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luís Felipe de Oliveira Rocha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Deboras dias de sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Victor Ferreira Felix: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Anna Gabriella Moreira Souto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo tem como objetivo central apresentar as contribuições fundamentais de Adam Smith para a economia moderna, mostrando como suas ideias representaram uma inovação no pensamento economico do século XVIII e continuam bastante relevantes para a macroeconomia na contemporaneidade. O vídeo busca explicar conceitos-chave como a divisão do trabalho, como a “mão invisível” e a verdadeira fonte da riqueza das nações, rompendo com as visões mercantilista. Ademais, o trabalho visa conectar essas teorias clássicas aos objetivos macroeconômicos atuais, como crescimento, estabilidade de preços e emprego.

(Proposta do roteiro) narrativa audiovisual será estruturada em seis segmentos. Inicia-se com uma contextualização histórica sobre Adam Smith e sua obra “A Riqueza das Nações”. Em seguida, serão explorados didaticamente seus dois exemplos mais icônicos: a fábrica de alfinetes, para ilustrar o ganho de produtividade com a divisão do trabalho ; e o padeiro, para explicar o conceito da “mão invisível”, onde a busca por interesses próprios gera benefícios coletivos. A parte final do vídeo fará uma conexão direta dessas ideias com os pilares da macroeconomia moderna , concluindo com um reforço sobre a importância duradoura de seu legado.

(Efeitos esperados) Espera-se que, ao final do vídeo, o público compreenda a relevância de Adam Smith para a economia moderna e como suas teorias, consideradas uma grande inovação para sua época, ainda servem de base para debates sobre produtividade, crescimento econômico e o papel do Estado. O vídeo busca desmistificar conceitos econômicos, tornando-os acessíveis e mostrando como princípios formulados no século XVIII ainda são fundamentais para entender a estrutura da economia global atual.

DESEMPREGO NO BRASIL

Autor(es):
Eduardo de Macedo Cavalcanti: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Raica Louise Morais Cabral: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Lucas Soares Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) A atividade tem como objetivo principal promover a compreensão crítica do desemprego no Brasil, abordando-o como um fenômeno econômico e social que reflete as condições estruturais do país. Busca-se que os alunos entendam suas causas, tipos e consequências, reconhecendo o desemprego como resultado de transformações econômicas, crises conjunturais e desigualdades regionais. Além disso, pretende-se desenvolver a capacidade analítica dos estudantes para relacionar políticas públicas, qualificação profissional e crescimento econômico, compreendendo o papel do Estado e das mudanças produtivas na geração de empregos de qualidade.

(Proposta do roteiro) A proposta de roteiro foi organizada de forma didática e progressiva, iniciando com uma introdução que desperta o interesse pelo tema e contextualiza sua relevância no cotidiano da população brasileira. Em seguida, o conteúdo é dividido em quatro partes: a primeira explica o conceito e os tipos de desemprego (friccional, estrutural e conjuntural), servindo como base teórica; a segunda apresenta o panorama histórico, destacando como crises e políticas econômicas moldaram o mercado de trabalho desde os anos 1980; a terceira aborda a situação atual, marcada pelo subemprego, informalidade, desemprego juvenil e desigualdades regionais; e, por fim, a quarta propõe reflexões coletivas sobre a importância de políticas de incentivo, inovação e qualificação para combater o desemprego e promover inclusão social.

(Efeitos esperados) Entre os efeitos esperados, espera-se que os alunos desenvolvam uma visão ampla e crítica sobre o tema, compreendendo o desemprego como resultado de fatores econômicos e estruturais, e não apenas como falta individual de oportunidades. A atividade busca estimular o pensamento reflexivo e o engajamento social, incentivando a análise de soluções possíveis e sustentáveis para o mercado de trabalho. Também se espera o aprimoramento de habilidades como argumentação, síntese e comunicação oral, essenciais à formação jurídica e cidadã. Ao final, os estudantes deverão ser capazes de interpretar dados econômicos, compreender a relação entre emprego e desenvolvimento e refletir sobre os impactos humanos e sociais da falta de trabalho.

DO ROL DA ANS À JUDICIALIZAÇÃO EM MASSA: UMA ANÁLISE JURÍDICO-ECONÔMICA DE COMO A REGULAÇÃO DA COBERTURA MÍNIMA FOMENTA O LITÍGIO SISTÊMICO NA SAÚDE SUPLEMENTAR

Autor(es):
Luiz Eduardo Medeiros Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Ângelo José Menezes Silvino: Docente do UNI-RN

(Introdução) O direito à saúde, consagrado na Constituição de 1988 como uma garantia fundamental, enfrenta um profundo paradoxo em sua aplicação no Brasil. A violação ou insuficiência dessa garantia na esfera pública, marcada pelas deficiências estruturais e orçamentárias do Sistema Único de Saúde (SUS), tem gerado graves e persistentes consequências sociais. Como resposta a essa crise, o Estado brasileiro promoveu uma gradual, porém maciça, transferência de responsabilidade pela assistência ao setor privado de saúde suplementar. Nesse complexo cenário de transição, destaca-se como marco definidor a Lei nº 9.656/1998, que, por meio da criação do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde (Rol da ANS), instituiu e padronizou uma cobertura mínima obrigatória para os planos de saúde. Embora idealizado como um mecanismo de proteção ao consumidor, esse modelo de forte intervencionismo estatal tornou-se, paradoxalmente, um vetor de conflitos e uma fonte de intensa litigiosidade. A presente pesquisa parte, portanto, da seguinte problemática central: de que forma a regulação da cobertura mínima, concebida para assegurar direitos, acaba por fomentar o litígio sistêmico na saúde suplementar, transformando o Judiciário no árbitro final das políticas de saúde.

(Metodologia) A abordagem será qualitativa, com método dedutivo e analítico. Utilizar-se-á pesquisa bibliográfica e documental, com análise de doutrina jurídica e econômica, legislação (Constituição Federal, Lei nº 9.656/1998, Lei nº 14.454/2022), normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

(Resultados) Constatou-se que a dissonância entre o direito à saúde idealizado na Constituição e a realidade da escassez de recursos impulsionou a judicialização, primeiramente no setor público. Este fenômeno gerou expressivo impacto orçamentário, com gastos judiciais da União saltando de R$ 2,5 milhões em 2005 para R$ 266 milhões em 2011. Contudo, a análise revela que essa litigiosidade foi progressivamente transferida para a saúde suplementar, onde a regulação da ANS, ao restringir a liberdade contratual, intensificou os conflitos, em vez de mitigá-los.

(Conclusão) A judicialização em massa é uma ferramenta sistêmica e previsível para a efetivação de direitos em um modelo que desconsidera premissas econômicas. Apesar dos avanços na proteção ao consumidor, a regulação da ANS demonstra limitações ao gerar insegurança jurídica e custos operacionais crescentes. A consolidação de um sistema de saúde suplementar sustentável requer uma reflexão sobre os limites do intervencionismo estatal, visando harmonizar a proteção consumerista com a viabilidade financeira e a previsibilidade do setor.

Palavras-chave: Saúde Suplementar, Judicialização da Saúde, Regulação Econômica, ANS, Direito à Saúde.

EFETIVIDADE DA CONCILIAÇÃO NO DIREITO POTIGUAR: UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS ÍNDICES DE ACORDO

Autor(es):
Analice Abdala Pinheiro Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Igor Matheus Bezerra Ramos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Thalita Farias de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Helena Silva Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A conciliação, como método autocompositivo de solução de conflitos, é frequentemente apontada como instrumento capaz de acelerar a prestação jurisdicional, ampliar o acesso à justiça e promover a paz. Entretanto, no contexto potiguar, verifica-se índices modestos de acordos homologados, o que levanta o problema de pesquisa: qual a real efetividade prática da conciliação no Estado do Rio Grande do Norte? O enquadramento teórico se apoia no conceito de jurimetria, entendido como aplicação de estatística ao fenômeno jurídico, e nas teorias contemporâneas dos meios consensuais de solução de conflitos como conciliação e mediação (Rodrigues, 2022). Pretende-se, neste estudo, quantificar o percentual de acordos conciliatórios no âmbito potiguar, compará-lo a períodos anteriores e discutir as causas de baixa adesão, bem como as eventuais barreiras estruturais que limitam sua efetividade.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa e documental, com abordagem estatística. Foram coletados dados publicados em relatórios oficiais, como os Relatórios Justiça em Números do CNJ e as estatísticas dos tribunais potiguares, estudos acadêmicos (Rodrigues, 2022) e artigos de análise da efetividade de conciliação e mediação em tribunais brasileiros. Após a coleta, aplicou-se tratamento estatístico simples – fazendo uso de percentuais e comparações entre diferentes anos – e realizou-se uma análise comparativa entre o índice potiguar e médias nacionais disponibilizadas pelo CNJ, principalmente nos procedimentos de conciliação e mediação, não havendo pesquisa de campo direta ou entrevistas, devido à metodologia aplicada (dados secundários).

(Resultados) Os resultados indicam que o índice de conciliação no TJ-RN sofreu queda no período recente, afinal, em 2020 o índice de conciliação foi de aproximadamente 8,8 %, 4,1 pontos percentuais a menos quando comparado à 2019 (12,9 %). Esse decréscimo pode ser associado ao impacto da transição para audiências virtuais, limitações tecnológicas locais e à falta de cultura enraizada de autocomposição no meio jurídico local. Além disso, quando comparado com médias nacionais de tribunais estaduais em 2024 – 18,41% – mostra que é possível elevar os índices, pois ao longo do país metas nacionais foram atingidas. Identificou-se também que fatores institucionais, como infraestrutura de videoconferência, capacitação de servidores e resistência cultural ao método consensual, são determinantes no sucesso da conciliação e precisam ser aprimorados para ampliar a efetividade na justiça potiguar.

(Conclusão) Este estudo permitiu quantificar a efetividade da conciliação no contexto potiguar e revelar uma tendência de baixos índices, com queda recente no TJ-RN. Os resultados obtidos alinham-se aos objetivos, demonstrando que a conciliação ainda enfrenta barreiras estruturais e culturais que impedem sua plena consolidação no Estado. Como encaminhamentos, recomenda-se: (i) investimento em estrutura tecnológica e capacitação de servidores para audiências virtuais; (ii) campanhas de conscientização junto à advocacia e às partes quanto às vantagens da conciliação; (iii) adoção de metas regionais específicas e monitoramento contínuo; (iv) estudos futuros que considerem entrevistas qualitativas com magistrados, servidores e partes envolvidas para aprofundar a compreensão dos obstáculos. Espera-se que essa pesquisa estimule políticas públicas judiciais voltadas ao fortalecimento da conciliação no Rio Grande do Norte, ampliando a pacificação social e o acesso à justiça.

Palavras-chave: conciliação. efetividade. índices de acordo. direito potiguar.

MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS: SUA EFETIVIDADE NO DIREITO BRASILEIRO

Autor(es):
Vinícius Varela Cavalcanti Lacerda Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ricardo Júnior Medeiros de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Gabriel do Nascimento Ribeiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Devido ao cenário de sobrecarga no Poder Judiciário, métodos autocompositivos como a mediação, a conciliação e a negociação vêm sendo incorporados de forma mais intensa ao nosso ordenamento jurídico. O enquadramento teórico se apoia em conceitos de autores que tratam da teoria da autocomposição, da cultura da paz e da transformação do conflito, além de estudos sobre a mediação e conciliação como instrumentos de desjudicialização. Já o problema de pesquisa aborda a seguinte questão: os métodos autocompositivos são efetivos na promoção da pacificação social e na redução da litigiosidade no Brasil? Pretende-se, por meio desta pesquisa, analisar sua efetividade no sistema jurídico brasileiro, demonstrando sua relevância para a eficiência processual e a consolidação de uma cultura de diálogo.

(Metodologia) Para atingir os objetivos propostos de avaliar a efetividade dos métodos autocompositivos no Direito brasileiro, esta pesquisa será conduzida sob uma abordagem metodológica predominantemente qualitativa para a análise de resultados práticos. O estudo configura-se como uma pesquisa bibliográfica e documental. Para a pesquisa bibliográfica serão consultadas obras doutrinárias e artigos científicos que abordam a Teoria do Conflito, o Acesso à Justiça, a Mediação e a Conciliação, e a cultura da paz no Direito. No entanto, para a pesquisa documental concentrar-se-á na análise da estrutura normativa brasileira e na coleta de dados estatísticos e relatórios oficiais emitidos por órgãos como CNJ e TJEs. A pesquisa partirá da fundamentação para a prática, garantindo resposta ao problema central da pesquisa.

(Resultados) Os resultados da pesquisa indicam que a aplicação dos métodos autocompositivos no Brasil tem apresentado resultados positivos, ainda que distintos entre diferentes regiões e tipos de conflito. Os dados do CNJ mostram que, em alguns tribunais, a taxa de acordos obtidos por meio de conciliação e mediação ultrapassa 40% dos casos encaminhados para audiências. Ademais, as partes que participam de processos autocompositivos relatam maior satisfação com o resultado alcançado, em razão da participação ativa na construção do acordo. Entretanto, os resultados revelam desafios estruturais, como a falta de capacitação adequada de mediadores e conciliadores, a baixa cultura de diálogo e a resistência de alguns magistrados e advogados à adoção desses instrumentos.

(Conclusão) Conclui-se que os métodos autocompositivos são um instrumento efetivo e promissor para fortalecer a cultura da paz e transformar a justiça brasileira, tornando-a mais acessível. Embora existam desafios institucionais e culturais, a mediação, conciliação e negociação reduzem o volume de processos, promovendo o protagonismo das partes. Para consolidar essa justiça pacificadora, recomenda-se investimento contínuo em capacitação e maior incentivo à utilização da autocomposição.

Palavras-chave: Métodos autocompositivos. Mediação. Conciliação. Efetividade. Direito brasileiro.

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL: DEBATES ATUAIS – REFLEXÃO SOBRE AS CRÍTICAS E PROPOSTAS DE REVOGAÇÃO OU REFORMA DA LEGISLAÇÃO

Autor(es):
Joice Nunes Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei nº 12.318/2010, conhecida como Lei de Alienação Parental, foi criada com o intuito de proteger crianças e adolescentes de interferências indevidas que possam prejudicar o vínculo afetivo com um dos genitores. Desde sua promulgação, a lei tem sido alvo de intensos debates no meio jurídico e social, especialmente sobre sua eficácia, legitimidade e, principalmente, sua compatibilidade com os preceitos constitucionais. Paralelamente, o ordenamento jurídico brasileiro reforçou a proteção das crianças e adolescentes ao reconhecer a alienação parental como uma forma de violência psicológica por meio da Lei nº 13.431/2017, além de prever tratamento processual específico no Código de Processo Civil de 2015. Tais normativas demonstram a preocupação legislativa em garantir o princípio do melhor interesse da criança, ainda que a redação da Lei nº 12.318/2010 suscite dúvidas quanto à sua interpretação e aplicação, podendo, em algumas situações, comprometer direitos constitucionais fundamentais.

(Metodologia) A pesquisa adota método dedutivo e abordagem qualitativa, com análise bibliográfica de doutrinas, legislações, pareceres e decisões judiciais, especialmente do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, além de projetos de lei e estudos interdisciplinares.

(Resultados) Os resultados indicam que, apesar da intenção de proteger crianças e adolescentes, a aplicação da Lei nº 12.318/2010 pode gerar distorções que comprometem direitos fundamentais, especialmente em situações de conflitos familiares ou alegações de abuso. A redação subjetiva da lei permite interpretações diversas, fragilizando garantias constitucionais. As propostas de revogação ou reforma buscam aprimorar a proteção aos menores e equilibrar o tratamento das partes em processos familiares. A aplicação da lei pelo Judiciário é crucial para garantir que interpretações equivocadas não resultem em injustiças, reforçando a necessidade de um uso criterioso da norma para assegurar os direitos fundamentais das crianças e adolescentes envolvidos.

(Conclusão) Conclui-se que a Lei de Alienação Parental possui fundamentos relevantes para a proteção da infância, porém necessita de aprimoramento legislativo a fim de garantir sua plena compatibilidade com os princípios constitucionais, principalmente a dignidade da pessoa humana e o princípio do melhor interesse da criança. Ressalta-se a importância do judiciário na constatação da prática da alienação parental e na adoção de procedimentos adequados, como a mediação familiar, como forma de assegurar a proteção efetiva de crianças e adolescentes nos conflitos familiares.

Palavras-chave: Alienação Parental. Constitucionalidade. Atendimento ao Princípio do Melhor Interesse de Crianças e Adolescentes.

A (IN)EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA NA PROTEÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO BRASIL

Autor(es):
Maytê Dione Vitor Bandeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Giovana Medeiros do Nascimento Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Esteffany Monaliza Lemos Barbosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bárbara Azevedo Passos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isabele de Oliveira Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A violência doméstica no Brasil é um grave problema social, historicamente enraizado em padrões culturais de desigualdade de gênero e poder. A promulgação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representou um avanço normativo e social ao reconhecer essa violência como uma violação dos direitos humanos. A lei estabeleceu mecanismos cruciais, como as medidas protetivas de urgência, para resguardar a integridade das mulheres. Contudo, apesar de sua inegável relevância, a efetividade da lei ainda encontra severos entraves que comprometem sua plena aplicação. O foco deste estudo é, portanto, investigar o hiato entre a proteção legalmente prevista e a realidade enfrentada pelas vítimas, destacando a importância de uma análise crítica para a comunidade acadêmica e para a área do direito.

(Metodologia) O percurso metodológico adotado foi o de uma pesquisa teórica, de caráter analítico e com abordagem qualitativa. A coleta de dados se deu por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Foram consultadas fontes como artigos científicos, relatórios oficiais, dados estatísticos e obras de referência na área, com destaque para as contribuições de autoras como Maria Berenice Dias e Heleieth Saffioti. As bases de dados utilizadas como principais fontes foram Scielo e Google Acadêmico. Esta estratégia de pesquisa foi adotada para sistematizar e analisar criticamente o conhecimento já produzido sobre o tema, sem realizar coleta de dados primários.

(Resultados) A análise da literatura e dos documentos revelou que, embora a legislação seja avançada, sua efetividade é limitada por fatores persistentes. Os principais resultados apontam para a insuficiência de políticas públicas articuladas, a falta de estrutura do sistema de justiça e segurança para fiscalizar o cumprimento das medidas e a morosidade processual. Evidenciou-se um descompasso significativo entre a norma e a prática, onde barreiras culturais e a revitimização institucional comprometem a confiança da mulher no sistema. Estes resultados, relacionados diretamente aos objetivos, contribuem para o avanço do conhecimento ao sistematizar os nós críticos que impedem a plena proteção das vítimas.

(Conclusão) Retomando os objetivos, conclui-se que as medidas protetivas, embora representem um avanço fundamental, têm sua eficácia comprometida. Os resultados demonstraram que a proteção integral não é alcançada devido à falta de articulação entre instituições e à insuficiência de políticas públicas de suporte. A principal contribuição do estudo é evidenciar que a existência da lei, por si só, não garante sua aplicação. Reconhece-se como limitação o fato de a pesquisa ser exclusivamente teórica. Sugere-se, para trabalhos futuros, a realização de pesquisas de campo que investiguem a percepção das próprias vítimas sobre a efetividade das medidas, aprofundando a compreensão do fenômeno.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Violência doméstica. Medidas protetivas. Gênero. Efetividade

A ABERTURA DA CAIXA DE PANDORA, A INVENÇÃO DA IMPRENSA DE NUREMBERG E A REVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Autor(es):
Antonio Ryan Leitão Silva Procópio de Moura: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Miguel Lucas Paulino de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo irá mostrar o quanto a humanidade tem vivenciado sucessivas transformações tecnológicas desde a Antiguidade, passando pela invenção da imprensa de Gutenberg até a chegada da internet e a explosão de informações e interações. Hoje, vivemos uma nova e disruptiva revolução: a da inteligência artificial (IA). A capacidade das máquinas de simular a voz, a imagem e o pensamento humano não representa apenas um avanço técnico, mas como também um desafio ético e jurídico sem precedentes. Assim como a imprensa mecanizada foi um marco na comunicação e no conhecimento, a IA redefine os limites da autoria, da identidade e da verdade. No contexto brasileiro, caracterizado por profundas desigualdades sociais e institucionais, esse cenário se torna ainda mais delicado, visto que muitos não tem ciência da tamanha dinâmica social nas redes. O direito portanto, precisa cada vez mais se reinventar nessa dinamicidade.

(Metodologia) A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e análise documental, com base em obras de referência como Nexus, de Yuval Noah Harari, e o estudo prospectivo AI 2027, de Daniel Kokotajlo et al. Também foram examinados artigos científicos dessa área, como também pesquisas. Ademais, foram objeto de estudo as legislações brasileiras pertinentes ao tema, com foco na proteção dos direitos da personalidade e da propriedade intelectual. A abordagem é qualitativa, buscando refletir criticamente sobre as implicações jurídicas da IA em cenários contemporâneos e futuros, sobretudo no contexto sociopolítico brasileiro.

(Resultados) A análise mostrou que, apesar de haver dispositivos legais que asseguram a proteção da imagem, voz e pensamento, esses dispositivos foram criados em contextos tecnológicos diferentes e não abordam de maneira completa as novas formas de simulação e reprodução proporcionadas pela IA. Instrumentos como os que temos hoje, ChatGPT e Gemini têm a capacidade de produzir textos, áudios e imagens extremamente realistas, frequentemente sem que as pessoas envolvidas tenham conhecimento ou concordem com isso, coisa que comumente é relatado. Há uma lacuna normativa na criação de conteúdos sintéticos, como deepfakes, o que afeta a eficácia dos direitos autorais e da privacidade. Ademais, a falta de regulamentação da democratização do acesso à IA expõe a sociedade a riscos de manipulação, desinformação e violação de direitos fundamentais.

(Conclusão) A revolução da inteligência artificial marca um ponto de inflexão na história da humanidade geral. O direito brasileiro, embora possua marcos legais relevantes, precisa urgentemente adaptar-se às novas formas de violação e reconstrução da identidade humana diante das tecnologias emergentes. Proteger a imagem, a voz e o pensamento, expressões mais íntimas do ser, exige não apenas atualização normativa, mas também a construção de um debate ético, técnico e interdisciplinar.

Palavras-chave: Inteligência Artificial

A ANOMALÍA GEOGRÁFICA DO PARQUE DAS DUNAS: UMA LACUNA HISTÓRICA NA LEGISLAÇÃO NATALENSE

Autor(es):
Beatriz Amaral França: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Ângelo José Menezes Silvino: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Parque Estadual das Dunas de Natal "Jornalista Luiz de Sá", criado pelo Decreto Estadual nº 7.237 em 22 de novembro de 1977, representa um marco na história da preservação ambiental do Rio Grande do Norte. Sendo a primeira Unidade de Conservação do estado, foi uma contrapartida ambiental estratégica durante a implantação da Via Costeira nas décadas de 70 e 80. Contudo, apesar de sua importância histórica e ecológica, o parque carrega uma anomalia jurídica e territorial peculiar: formalmente, ele não pertence a nenhum dos bairros ou zonas administrativas de Natal. Tal peculiaridade, pouco discutida, tem suas raízes em um provável erro histórico de delimitação legislativa, um lapso que se perpetuou por décadas nas sucessivas revisões do Plano Diretor.

(Metodologia) A metodologia empregada é de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, baseada predominantemente na pesquisa documental. A análise se concentrará nos Planos Diretores de Natal, bem como nas leis de criação e delimitação dos bairros. Complementarmente, a pesquisa bibliográfica irá contextualizar o estudo, fornecendo uma base histórica e urbanística. A análise dos dados será histórico-comparativa, confrontando as diferentes versões dos planos para traçar uma linha do tempo e evidenciar as falhas legislativas.

(Resultados) Os resultados da análise revelaram que a área do Parque das Dunas, embora reconhecida como uma zona de preservação, foi consistentemente omitida na atribuição de pertencimento a um bairro ou zona específica. Essa omissão inicial nunca foi corrigida, mesmo com a crescente relevância do parque para a cidade. A implantação do projeto Via Costeira foi tratada como uma iniciativa isolada, desvinculada da estrutura urbana formal, o que contribuiu para a perpetuação do "limbo". Essa situação não é apenas uma formalidade, pois gera desafios administrativos, como a alocação de recursos municipais, a fiscalização e a definição de responsabilidades de competência municipal.

(Conclusão) Em conclusão, a pesquisa confirma que a ausência de pertencimento do Parque das Dunas e da Via Costeira, junto ao seu polo hoteleiro, a um bairro de Natal contradiz o próprio diploma legal quando o respectivo Plano Diretor estabelece o bairro como menor unidade administrativa demonstrando falta de rigor no ordenamento urbano. A correção desse erro é essencial para a organização territorial da cidade e para a gestão mais eficiente de um de seus principais patrimônios. O estudo sugere que uma iniciativa legislativa deve ser proposta na próxima Revisão do Plano Diretor de Natal/RN para integrar formalmente o parque ao tecido urbano de Natal, garantindo que sua gestão esteja plenamente alinhada com as responsabilidades administrativas da capital e evitando futuros problemas de competência.

Palavras-chave: Direito Urbanístico, Plano Diretor de Natal; Parque das Dunas-Via Costeira.

A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA: LIMITES DA INTERPRETAÇÃO JUDICIAL

Autor(es):
Gustavo Henrique Ferreira De Moura Silva: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN
Julia Giovanna Dantas Pires de Amorim: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Raquel Dantas Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luana Xavier Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Júlia Caroline de Araújo Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A violência psicológica é uma forma de agressão que fere profundamente, mesmo sem deixar marcas visíveis. Ela se manifesta por meio de manipulações, humilhações e ameaças que comprometem a autoestima e a liberdade emocional da vítima. Por ser mais difícil de identificar e provar, muitas mulheres acabam sofrendo em silêncio, sem o devido amparo do sistema de justiça. Este estudo busca compreender os limites da interpretação judicial da Lei Maria da Penha diante desse tipo de violência, refletindo sobre os desafios e avanços na efetiva proteção das mulheres. A relevância da pesquisa está em discutir uma forma de violência ainda invisibilizada, mas que tem consequências graves e duradouras.

(Metodologia) A pesquisa é de natureza qualitativa e caráter exploratório, baseada em revisão bibliográfica e análise de decisões judiciais. Foram utilizadas fontes como SciELO, Google Acadêmico e portais jurídicos, priorizando obras publicadas entre 2015 e 2025. As leituras foram organizadas por meio de fichamentos e categorização temática, em eixos como a definição da violência psicológica, a evolução da Lei Maria da Penha e as dificuldades enfrentadas na aplicação judicial. A seleção das fontes considerou a relevância e a atualidade dos estudos, além da autoridade dos autores na área.

(Resultados) Os resultados revelam que, apesar dos avanços legislativos e da recente criminalização da violência psicológica, sua aplicação prática ainda é limitada. O Judiciário tende a reconhecer com mais facilidade a violência física, o que enfraquece a proteção integral das vítimas. Persistem dificuldades probatórias, falta de uniformidade nas decisões e a presença de estereótipos de gênero que afetam o julgamento dos casos. Mesmo assim, observa-se um movimento positivo, com maior aceitação de provas psicológicas e crescimento do debate sobre o tema nos tribunais.

(Conclusão) Conclui-se que a efetividade da Lei Maria da Penha em casos de violência psicológica exige mais do que novas leis, requer uma mudança de postura do sistema de justiça. É essencial investir na formação de profissionais sensíveis à questão de gênero e adotar critérios interpretativos que reconheçam a gravidade desse tipo de agressão. Ao propor essa reflexão, o estudo contribui para o fortalecimento de uma Justiça mais humana e comprometida com a dignidade e a autonomia das mulheres.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha, violência psicológica, interpretação judicial, limites da aplicação da lei e jurisprudência em violência de gênero.

A APLICAÇÃO DA PENA NO CASO DO IMPERADOR HIROHITO: UMA ABORDAGEM DE POSSÍVEL CONDENAÇÃO PERANTE OS CRIMES DE CLASSE A, B E C NO TRIBUNAL MILITAR INTERNACIONAL PARA O EXTREMO ORIENTE

Autor(es):
Sofia Celina Pereira de Araujo Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Giovanna Couto Farkat: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lara Alyane Melo Quintiliano: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Alinne Costa Ascendino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda Fagundes Pinto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo examina a decisão do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas dos Estados Unidos, Douglas MacArthur, de não submeter o Imperador Michinomiya Hirohito a julgamento após a Segunda Guerra Mundial, e como poderia ter sido a procedência de sua condenação em relação ao seu cumprimento de pena se tivesse sido devidamente condenado. A decisão de MacArthur baseou-se na percepção de que a condenação poderia desestabilizar o Japão pós-guerra e comprometer a ocupação americana. Entretanto, o Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente, foi criado com competência para julgar crimes de Classe A (contra a paz), Classe B (crimes de guerra) e Classe C (contra a humanidade), incluindo a possível responsabilidade imperial. Portanto, torna-se essencial analisar as motivações que sustentaram a impunidade concedida ao Imperador e como seria caracterizada sua sentença frente à justiça penal internacional.

(Metodologia) Durante o estudo, adotou-se o método dedutivo, formulando hipóteses a partir da observação de uma problemática vinculada ao Direito Penal. A pesquisa utilizou de uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma base empírica de análise documental e bibliográfica, com uso de documentos japoneses do período de guerra, a Carta do Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente, pesquisas constitucionais sobre as competências imperiais, sentenças de militares e ministros julgados na vida real, relatórios de organizações internacionais e depoimentos ministeriais. Ademais, o método histórico foi essencial para traçar a evolução do Japão pós-guerra, destacando a percepção ocidental atenuada sobre as ações japonesas no Eixo e sublinhando a transformação da sua política externa e a influência da manutenção de Hirohito no poder, limitada pelos termos da rendição como pena ao próprio país.

(Resultados) Consoante as informações coletadas, evidencia-se que o Imperador Hirohito, apesar de ter sido poupado de responsabilização após a Segunda Guerra Mundial, deveria ter sido julgado pelos crimes de guerra cometidos sob seu comando, Internamente, a análise das competências estabelecidas pela Carta do Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente (TMIEO) demonstra que havia base jurídica suficiente para sua inclusão no rol de acusados. Nesse sentido, o resultado alcançado seria a formulação de uma pena que abarcasse os aspectos históricos e simbólicos da figura imperial perante a estabilização do Estado e a justiça assegurada internacionalmente pelo Tribunal considerando a degradação humanitária provocada na Ásia e no Pacífico.

(Conclusão) Neste trabalho, conclui-se que a isenção do Imperador Hirohito de responsabilização penal não se sustenta juridicamente e seu cumprimento de pena deve ser imputado para além dos limites da reconstrução japonesa, porém, mantendo sua identidade ativa nos limites da lei. A partir do método dedutivo e da análise do artigo 5 da carta do TMIEO, verificou-se que existiam fundamentos jurídicos suficientes para incluí-lo entre os acusados por crimes contra a paz, de classe A e contra a humanidade em classe C, dada sua posição de Chefe de Estado e seu papel na legitimação das ações de guerra. Contudo, os crimes de guerra da classe B dependem da interpretação judicial. Ao que consta, a exclusão de Hirohito do julgamento resultou, portanto, mais de conveniências, configurando uma violação aos princípios de justiça e da própria coerência do direito penal internacional nascente. Por fim, este estudo é de grande relevância, uma vez que permitiu explorar a intersecção entre Direito Penal Internacional e Geopolítica na formação da ordem mundial pós-guerra.

Palavras-chave: Imperador Hirohito; Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente; Justiça Penal Internacional; Responsabilidade Penal Individual; Crimes de Guerra;

A ARBITRAGEM COMO INSTRUMENTO DE DESJUDICIALIZAÇÃO E EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA BRASILEIRA

Autor(es):
Jucinha Belo Felix: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Adnna Evelyn Almeida Alves da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Jamilly Maranhão Pegado Cortez: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Thalia Paula Lima Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Jackson Dantas Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A sobrecarga e a morosidade do Poder Judiciário brasileiro é o principal obstáculo à efetivação da justiça e ao fortalecimento da segurança jurídica no país. Com um acúmulo alarmante de 84 milhões de processos em tramitação desde outubro de 2023, o sistema de justiça enfrenta uma crise de eficiência que gera altos custos e afetações no ambiente de negócios.

(Metodologia) A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, empregando o método bibliográfico e documental, e foi conduzida através do levantamento de material teórico e normativo, seguido pela análise de casos práticos, relatórios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e dados de câmaras arbitrais.

(Resultados) Os resultados indicam que a arbitragem é uma alternativa eficaz, sustentada principalmente pela celeridade, sendo que o procedimento dura em média de 12 a 18 meses, contrastando dramaticamente com os 8 anos ou mais no Judiciário para casos complexos devido à possibilidade de recursos e múltiplas instâncias. Além disso, a arbitragem fornece especialização técnica, pois permite a escolha de julgados com formação e experiência compatíveis com a área da controvérsia, garantindo decisões mais precisas e fundamentadas do que as feridas por juízes de competência genérica. A confidencialidade, prevista na Lei nº 9.307/1996, é outro diferencial importante, pois protege informações estratégicas e contribui para a preservação da relação comercial entre as partes. Contudo, o estudo também abordou os desafios teóricos do instituto: o debate sobre sua legitimidade democrática, uma crítica sobre o custo de acesso , que tende a ser mais elevado do que os custos judiciais. No entanto, a criação de câmaras arbitrais externas às micro e pequenas empresas e o crescimento da arbitragem institucional têm ajudado a mitigar a percepção de que o mecanismo é elitista , contribuindo para a sua democratização.

(Conclusão) Em conclusão, a arbitragem se revela um instrumento fundamental para a modernização da justiça, atuando como um mecanismo complementar e essencial ao sistema judiciário. Ao oferecer uma oferta via ágil e especializada para a resolução de conflitos, a arbitragem fortalece a segurança jurídica e a eficiência, estabelecendo seu papel central na construção de um ecossistema jurídico plural e sustentável.

Palavras-chave: Arbitragem. Desjudicialização. Eficiência. Celeridade. Justiça.

A ATUAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Autor(es):
Ana Karolina Santos de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sophia Melo de Araújo Medeiros Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com o encaminhamento legal, o presente trabalho busca estruturar a análise legislativa e bibliográfica da Justiça Restaurativa, como ferramenta de garantia aos direitos básicos dos menores na estabilidade estrutural da unidade de família responsável pela garantia de seus direitos estabelecidos por lei. O estudo visa apontar o reflexo prático da introdução da Justiça Restaurativa na efetividade das resoluções de demandas acionadas pelos instrumentos de garantia de direitos infanto-juvenil, seus fundamentos teóricos e os movimentos de interação com as construções legislativas do país.

(Metodologia) Apresentando um caráter explicativo, qualitativo e quantitativo classificado por um levantamento bibliográfico de análise das legislações brasileiras e uma análise breve de dados oferecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e consultas textuais.

(Resultados) O corpo deste estudo apresenta uma análise da Justiça Restaurativa como instrumento de efetivação dos direitos da criança e do adolescente, em contraposição ao modelo punitivo tradicional do sistema penal brasileiro. O mesmo, fundamentado pela atuação do CNJ e por autores especializados como Howard Zehr, examina os princípios da corresponsabilidade, da mediação e da reparação do dano, destacando sua aplicabilidade em conflitos familiares e infantojuvenis. Ademais, a pesquisa discute a convergência entre os fundamentos restaurativos e as disposições do texto normativo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), demonstrando como a prática restaurativa fortalece a convivência familiar por meio da solução eficaz de conflitos sob a ótica da busca pelos melhores interesses do menor.

(Conclusão) A análise dos resultados evidencia que a Justiça Restaurativa vem sendo progressivamente incorporada ao sistema jurídico brasileiro, especialmente após a Resolução nº 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça, como instrumento de diálogo e corresponsabilidade. Refletindo a citada mudança de paradigma na resolução dos conflitos, os dados levantados sobre o crescimento da guarda compartilhada e a ampliação dos programas restaurativos, indicam uma evolução das práticas relacionadas ao equilíbrio familiar e ao bem-estar das crianças e adolescentes. No entanto, persistem desafios quanto à vulnerabilidade dos menores e o risco de revitimização das partes envolvidas, o que demonstra a necessidade de políticas públicas consistentes baseadas na integração restaurativa entre Poder Judiciário e sociedade civil. Dessa forma, a Justiça Restaurativa é uma ferramenta efetiva quando relacionada a garantia de direitos à parcela infanto-juvenil, no fortalecimento de vínculos afetivos e promoção de uma justiça humanizada e participativa, comprometida com os princípios legais e o desenvolvimento integral da infância e juventude.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Crianças e Adolescentes. ECA. Conselho Nacional de Justiça. Guarda compartilhada.

A AUTOCOMPOSIÇÃO COMO MEIO DE HUMANIZAÇÃO DA JUSTIÇA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Autor(es):
Ingrid Amorim de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sarah Cabral da Costa Maciel Dias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Fernanda Moura de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda Medeiros Caldas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho aborda a autocomposição como instrumento de humanização da Justiça, analisando como os métodos consensuais de resolução de conflitos, especialmente a mediação e a conciliação, contribuem para uma Justiça mais acessível, célere e empática. O problema de pesquisa consiste em compreender de que maneira a autocomposição pode promover a humanização das relações jurídicas, frente a um sistema historicamente marcado pela cultura do litígio e pela morosidade processual. O estudo fundamenta-se em autores como Kazuo Watanabe, Ada Pellegrini Grinover e Humberto Theodoro Júnior, que defendem a autocomposição como um mecanismo de transformação social e de promoção da cultura da paz. Pretende-se demonstrar que a incorporação desses métodos no cotidiano forense representa não apenas uma alternativa técnica, mas uma mudança paradigmática na forma de fazer Justiça.

(Metodologia) A pesquisa adotou o método qualitativo e descritivo, com base em pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados doutrinadores da área, a legislação pertinente, especialmente o Código de Processo Civil de 2015 e as Resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além de relatórios do CNJ sobre a efetividade dos CEJUSCs. O estudo também observou experiências práticas relatadas em publicações acadêmicas e institucionais voltadas à mediação e conciliação.

(Resultados) Os resultados evidenciaram que a autocomposição tem contribuído significativamente para a diminuição do número de processos judiciais e para a ampliação do acesso à justiça, ao mesmo tempo em que favorece o diálogo e a autonomia das partes. Contudo, constatou-se que a consolidação dessa cultura enfrenta desafios, como a falta de preparo técnico e emocional de alguns profissionais do Direito, bem como a persistência da mentalidade adversarial. Apesar desses obstáculos, as experiências exitosas nos CEJUSCs indicam avanços concretos na humanização da Justiça e na promoção da paz social.

(Conclusão) Conclui-se que a autocomposição representa uma ferramenta essencial para a humanização do sistema de Justiça brasileiro, na medida em que prioriza o diálogo, a empatia e a corresponsabilidade entre as partes. Ao substituir o modelo puramente contencioso por um enfoque colaborativo, os métodos autocompositivos aproximam o cidadão do Judiciário e reforçam valores constitucionais fundamentais. Recomenda-se o fortalecimento das políticas públicas de mediação, a formação continuada de operadores jurídicos e novas pesquisas empíricas sobre o impacto social e emocional da autocomposição nas partes envolvidas.

Palavras-chave: Autocomposição. Humanização da Justiça. Mediação. Conciliação. Cultura da paz.

A BANALIZAÇÃO DAS PRISÕES PREVENTIVAS E A MITIGAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA COM ENFOQUE NA UTILIZAÇÃO DE TAL INSTITUTO COMO PUNIÇÃO ANTECIPADA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Autor(es):
Carlos Eduardo Lima da Luz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Victor Nattrodt Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ivis Alexandre Oliveira do Vale Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A promulgação da Constituição Federal de 1988 consagrou no ordenamento jurídico, em especial na seara penal, um princípio expresso de caráter geral: o da presunção de inocência, também referido como princípio da não culpabilidade. Se em tempos pretéritos à Carta Magna sua aplicação decorria apenas de uma interpretação implícita, a partir de então tornou-se um direito fundamental explícito. Ao tratar a inocência como matéria cogente e inviolável antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, conclui-se que a liberdade do acusado deveria ser a regra no processo penal. Contudo, o que se observa no cenário atual é uma perigosa relativização deste princípio, materializada pela decretação de prisões cautelares muitas vezes infundadas e, portanto, ilegais. Tal prática desvirtua a finalidade do instituto, utilizando-o como forma de antecipação da pena, em vez de aplicá-lo estritamente para as finalidades previstas em lei.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi a de levantamento bibliográfico em artigos científicos, além de Doutrinas do Direito Penal e Processual Penal. Foi utilizado, também, o método dedutivo, utilizando-se da Constituição Federal de 1988, da Lei e da Jurisprudência.

(Resultados) A pesquisa evidenciou que a prisão preventiva, originalmente concebida como medida excepcional, tem sido utilizada de forma recorrente e punitiva no sistema penal brasileiro. Nesse sentido, fica observado que decisões baseadas em fundamentos genéricos, como a garantia da ordem pública, fragilizam o princípio da presunção de inocência e refletem uma cultura punitivista crescente. Com isso, foi constatado a necessidade de reavaliar essa prática, de modo que a prisão cautelar seja aplicada apenas em casos estritamente necessários, para que se privilegie medidas alternativas previstas em lei. Dessa forma, entende-se que é preciso restabelecer o equilíbrio entre a proteção social e o respeito aos direitos fundamentais e à dignidade humana.

(Conclusão) Conclui-se que a prisão preventiva, embora deva ser uma medida excepcional, vem sendo aplicada com frequência e de forma punitiva, contrariando sua finalidade cautelar e enfraquecendo o princípio da presunção de inocência. Essa prática, muitas vezes baseada em fundamentos genéricos, como a garantia da ordem pública, revela uma tendência punitivista e contribui para a banalização do instituto. Assim, é essencial que o Judiciário aplique a prisão cautelar apenas quando realmente necessária, priorizando as medidas alternativas previstas em lei e preservando o equilíbrio entre a proteção social e o respeito aos direitos e à dignidade humana.

Palavras-chave: Prisões cautelares; presunção da inocência; antecipação da pena; ilegalidade da prisão; cultura punitivista; finalidade cautelar.

A BOA-FÉ OBJETIVA E A ÉTICA NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS

Autor(es):
Heitor Duarte de Medeiros Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN
Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esse trabalho, o qual irei apresentar, com a grande ajuda dos meus orientadores Marcelo Torres, Rasland Luna e Marco Jordão tem como finalidade produzir slides e apresentar fatos sobre a questão da Boa Fé Objetiva e a Ética nas relações contratuais, relacionando as disciplinas de Direito Civil 3, Sociologia e Filosofia do Direito. A Boa Fé Objetiva é um dos pilares do Direito Civil Moderno, especialmente no campo dos contratos. Ela representa o dever de agir com lealdade, honestidade e respeito nas relações jurídicas. No contexto social atual, onde as relações econômicas se tornaram complexas e impessoais pois existem diversas pessoas que não tem um breve conhecimento do contrato e se no Direito de Agir de Má Fé com intuito de prejudicar alguma pessoa levando vantagem sobre ela.

(Metodologia) A pesquisa é de natureza qualitativa, com base em revisão bibliográfica de obras como Flávio Tartuce, Miguel Reale, Noberto Bobbio, Maria Helena Diniz, Thomas Hobbes, John Locke, Rousseau e John Rawls, além de doutrinas e decisões que tratam do princípio da Boa Fé. O estudo também se apoia as observações de casos práticos que demonstram como a falta de ética nas relações contratuais pode gerar desequilíbrio e litígios.

(Resultados) A análise mostrou que a boa-fé objetiva atua como um instrumento de humanização do contrato, impondo padrões éticos de conduta entre as parte. Verificou-se que, sob a ótica filosófica, ela reflete valores como justiça, confiança e responsabilidade moral. Já na perspectiva sociológica, a boa-fé traduz a necessidade de cooperação e equilíbrio nas relações sociais, evitando abusos e garantindo a harmonia entre interesses individuais e coletivos. Sob a ótica do Direito Civil, percebe-se que se o contrato não tem boa-fé ou ética esse contrato não tem qualquer tipo de validade, o Direito Civil defende fortemente que o contrato, seja de forma escrita ou oral, o Direito Civil defende também que a legislação estabelece princípios e normas para a formação, validade e execução dos contratos, como a necessidade de um objeto lícito e a possibilidade de adaptação às necessidades das partes, promovendo segurança e estabilidade nas relações.

(Conclusão) Concluí-se que a boa-fé objetiva é mais do que uma norma jurídica: é um princípio ético que dá sentido humano às relações contratuais. Ela exige que os contratantes ajam com honestidade com honestidade, lealdade e respeito mútuo, refletindo a integração entre Direito, moral e sociedade. Ao mesmo tempo, reforça a ideia de que o cumprimento de um contrato não deve se limitar à letra da lei, mas também à justiça das atitudes.

Palavras-chave: Boa Fé Objetiva, Ética, Contratos, Direito Civil, Filosofia do Direito, Sociologia Jurídica.

A BOA-FÉ OBJETIVA COMO PRINCÍPIO NORTEADOR DOS CONTRATOS

Autor(es):
Isabel Cristina Costa e Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Clara Rodrigues de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Laila Vitória Lima da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Pedro Arthur de Azevedo Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Direito Contratual moderno é sustentado por princípios que visam garantir justiça, equilíbrio e ética nas relações privadas. Entre esses princípios, a boa-fé objetiva destaca-se como elemento essencial para a construção de relações contratuais baseadas na confiança e na lealdade. O Código Civil de 2002 incorporou expressamente esse princípio, transformando-o em fundamento interpretativo e de limitação da autonomia privada. Assim, o estudo da boa-fé objetiva revela-se indispensável para compreender a evolução das obrigações e contratos na atualidade.

(Metodologia) Metodologia A metodologia adotada neste trabalho é qualitativa, com enfoque descritivo e exploratório, uma vez que busca compreender e explicar o fenômeno jurídico da boa-fé objetiva em suas múltiplas dimensões. O método de abordagem é o dedutivo, partindo de conceitos gerais e princípios estruturantes do Direito Civil para, em seguida, analisar sua aplicação prática no campo dos contratos. A técnica de pesquisa utilizada é a pesquisa bibliográfica e documental, baseada na análise de: Fontes primárias, como o Código Civil de 2002, especialmente os arts. 113, 187, 421-A e 422, e decisões jurisprudenciais que aplicam o princípio; Fontes secundárias, compostas por obras doutrinárias de autores consagrados, como Flávio Tartuce, Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho e Sílvio de Salvo Venosa. A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa e analítica, relacionando a doutrina e a legislação com a aplicação concreta do princípio nos tribunais. Assim, o estudo busca demonstrar como a boa-fé objetiva atua como elemento de equilíbrio, coerência e justiça nas relações contratuais.

(Resultados) A pesquisa demonstrou que a boa-fé objetiva cumpre três funções essenciais no âmbito contratual: 1. Função interpretativa:orienta a interpretação das cláusulas contratuais segundo padrões éticos e de confiança recíproca; 2. Função integrativa: supre lacunas contratuais, impondo deveres anexos como lealdade, cooperação e transparência; 3. Função limitadora: restringe o exercício abusivo de direitos, impedindo comportamentos contrários à ética e à justiça contratual. Constatou-se, ainda, que sua aplicação abrange todas as fases do contrato pré-contratual, contratual e pós-contratual garantindo proteção da confiança e equilíbrio entre as partes. Esses resultados reforçam o papel da boa-fé como instrumento de concretização da função social dos contratos e da dignidade da pessoa humana nas relações jurídicas.

(Conclusão) Conclui-se que a boa-fé objetiva constitui um pilar ético e jurídico do sistema contratual brasileiro. Mais do que um simples dever moral, trata-se de uma norma de conduta jurídica, essencial para assegurar segurança, previsibilidade e justiça nas relações contratuais. Sua observância é indispensável para limitar abusos e promover a cooperação entre as partes, representando, assim, um verdadeiro freio ao individualismo contratual e uma expressão prática dos valores constitucionais no Direito Privado.

Palavras-chave: Boa-fé objetiva. Contratos. Princípios contratuais. Código Civil. Ética nas relações jurídicas.

A CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA DIGITAL: UMA ABORDAGEM CRÍTICA DO PRECEDENTE JUDICIAL CONSTITUÍDO DO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS 828054/RN

Autor(es):
Maria Clara Brazão Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Aline Medeiros de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Nathalia Melo Santos Gadelha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho analisa a violação da cadeia de custódia da prova digital nos processos penais, a partir do julgamento do Agravo Regimental no Habeas Corpus nº 828054/RN. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a inadmissibilidade de provas obtidas sem observância de procedimentos técnicos, como o uso de softwares certificados e algoritmos hash, ressaltando que é dever do Estado comprovar sua integridade. Nesse cenário, o ônus recai sobre a acusação estatal, que deve demonstrar que a prova foi produzida e preservada de acordo com parâmetros técnicos e jurídicos que assegurem sua confiabilidade, sob pena de nulidade. Busca-se compreender como a quebra da cadeia de custódia compromete a legitimidade da prova digital e impacta a validade do processo penal.

(Metodologia) A pesquisa é qualitativa, com método dogmático-jurídico e estudo de caso, centrada no Agravo Regimental do Habeas Corpus 828054/RN. Analisa as falhas na documentação da prova digital, o não cumprimento da NBR ISO/IEC 27037:2013 e os efeitos da quebra da cadeia de custódia em crimes da Lei de Drogas. A análise limita-se ao acórdão e à doutrina nele mencionada, sem ampliar para outras decisões jurisprudenciais.

(Resultados) A cadeia de custódia da prova digital é indispensável para garantir a confiabilidade das persecuções penais, funcionando como elo entre tecnologia e legitimidade processual. Assim, a ausência de observância desse procedimento implica risco de contaminação das evidências, perda de autenticidade, auditabilidade e violação ao devido processo legal. De acordo com o Código de Processo Penal, cada etapa do procedimento deve ser documentada e comprovada, garantindo rastreabilidade do vestígio. No contexto digital, a extração de dados de celulares e computadores deve ser acompanhada de técnicas de autenticação, como criação de imagem forense e registro de hash, que asseguram a imutabilidade do conteúdo. Logo, o AgRg HC 828054, utilizado como objeto de estudo, ilustra a relevância desse rito, já que o STJ reconheceu que a falta de documentação dos dados inviabiliza o aproveitamento da prova, além de aferir o ônus de demonstrar a autenticidade da evidência ao Estado, consolidando a ideia de que o respeito à cadeia de custódia digital é exigência jurídica inseparável de sua validade.

(Conclusão) Em síntese, a cadeia de custódia da prova digital é condição indispensável para a legitimidade e segurança jurídica no processo penal. Sendo assim, suas provas têm papel central e a ausência de documentação e controle formal sobre o vestígio compromete não apenas o valor da prova, mas o direito de defesa e contraditório, quando da auditabilidade. O estudo do AgRg HC 828054 evidencia que a inobservância desse procedimento conduz à inadmissibilidade das provas e reforça a necessidade de políticas institucionais voltadas à padronização e controle técnico. Assim, o respeito à cadeia de custódia não deve ser entendido como obstáculo à atuação policial, mas como instrumento de legitimidade que fortalece a justiça penal.

Palavras-chave: Cadeia de Custódia; Lei de Drogas; Prova Digital.

A CHAVE PARA A LIBERDADE: A IMPORTÂNCIA DA INDEPENDÊNCIA FEMININA NA RUPTURA DE CICLOS DE VIOLÊNCIA

Autor(es):
Ana Sophia Vasconcelos de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Tobias de Medeiros Nobre: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Deboras dias de sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Victor Ferreira Felix: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Anna Gabriella Moreira Souto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A violência contra a mulher é um problema estrutural presente na sociedade contemporânea, demandando uma abordagem profunda e multifacetada para sua erradicação. A identificação dos mecanismos que reforçam essa problemática é fundamental para romper o ciclo de violência e restaurar a dignidade humana das mulheres, permitindo-lhes conquistar sua independência. Essa independência enfrenta muitos obstáculos, como as influências históricas anteriores na construção cultural e religiosa da submissão, dependências financeiras e emocionais, e como isso afeta tanto individual quanto coletivamente as mulheres. Ressalta-se a importância da ressignificação das crenças para promover a dignidade e o reconhecimento das próprias mulheres como sujeitos autônomos. Além disso, enfatiza-se o papel crucial da independência na prevenção e combate à violência de gênero, posicionando-a não apenas como um privilégio, mas como uma ferramenta essencial de proteção e emancipação. A pesquisa proposta visa esclarecer o impacto das construções sociais na independência feminina e alertar sobre os efeitos negativos de crenças distorcidas.

(Metodologia) O presente estudo utilizou como metodologia a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e cunho descritivo. A análise se concentrou principalmente em compreender como as dependências cultural, psicológica e financeira interferem na independência e autonomia feminina e na perpetuação de ciclos de violência. Para tanto, recorreu-se à análise de conteúdo de três obras centrais: a Bíblia Sagrada, como representante de construções culturais e religiosas; a obra “Mulheres que Correm com os Lobos” de Clarissa Pinkola Estés, para a análise psicológica e arquetípica; e o romance “É Assim que Acaba” de Colleen Hoover, como representação contemporânea do abuso emocional. A partir do diálogo entre essas fontes, buscou-se correlacionar seus discursos com a realidade social vivenciada pelas mulheres.

(Resultados) A análise das fontes bibliográficas revelou que entraves de ordem psicológica, cultural e religiosa são fatores determinantes para a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos. Constatou-se que interpretações descontextualizadas de textos religiosos podem reforçar sentimentos de culpa e submissão, dificultando o rompimento com o ciclo de violência. A discussão aponta que a emancipação feminina está diretamente atrelada à conquista da independência financeira e, sobretudo, cultural, que possibilita o questionamento de valores tradicionais. Conclui-se que, a partir da análise, que a liberdade feminina transcende o aspecto material, sendo a autonomia emocional e econômica um binômio essencial para a desconstrução de padrões de submissão e para o exercício pleno da cidadania.

(Conclusão) Portanto, foram examinadas as múltiplas dimensões da dependência que aprisionam as mulheres em ciclos de abuso. Ao longo da análise, ficou claro que a dependência das mulheres não se resume a um único fator, mas é o resultado de uma batalha travada em três frentes principais: a financeira, cultural e psicológica. Destaca-se que o fortalecimento da mulher em todas essas áreas é um ato de emancipação fundamental para romper os ciclos de violência, dessa forma a independência feminina é uma ferramenta de proteção, dignidade e liberdade, permitindo que ela construa uma vida baseada em suas próprias escolhas e princípios.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher; Independência Feminina; Dependência Feminina; Ciclo de Violência; Emancipação Feminina.

A COMUNICAÇÃO INTERGERACIONAL E A CONSTRUÇÃO DE PONTES: O PAPEL DA ESCUTA E DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NAS DIFERENÇAS ESTÁRIAS

Autor(es):
Aniele Rogeria Costa da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda Lima de Farias: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Deyse Caroline Barbosa da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Dayane Camilly Barbosa da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Caroline dos Santos Godeiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A comunicação entre diferentes gerações tem se mostrado um fenômeno de grande relevância no cenário contemporâneo, especialmente em um mundo marcado pela velocidade das transformações sociais, culturais e tecnológicas. Nunca antes as diferenças entre faixas etárias foram tão visíveis e impactantes, visto que cada geração é moldada por referências históricas, contextos econômicos, experiências culturais e recursos tecnológicos distintos. Enquanto os mais velhos tendem a preservar tradições, valores familiares e práticas comunicacionais mais formais, os mais jovens se apoiam em linguagens digitais, interações rápidas e em perspectivas inovadoras. Essa diversidade de experiências enriquece os espaços sociais, mas, ao mesmo tempo, pode originar incompreensões, rupturas no diálogo e até mesmo conflitos, quando não são adotadas estratégias capazes de mediar e harmonizar as interações. Assim, compreender como criar pontes de entendimento e de respeito entre gerações se torna um desafio central para famílias, escolas, ambientes profissionais e instituições sociais em geral, exigindo abordagens que vão além da simples transmissão de informações, alcançando o campo da escuta, da empatia e da colaboração.

(Metodologia) A pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica de obras e artigos sobre comunicação intergeracional, escuta ativa, comunicação não violenta e resolução pacífica de conflitos. O estudo priorizou autores das áreas da Psicologia, Educação e Ciências Sociais, além de documentos institucionais voltados para práticas de mediação e conciliação. Foram analisados diferentes contextos de interação (familiar, escolar e organizacional), a fim de identificar estratégias comunicativas aplicáveis e comparáveis.

(Resultados) Os resultados indicam que, embora as diferenças culturais, tecnológicas e de valores entre gerações possam gerar desentendimentos, também representam oportunidades de aprendizado compartilhado e de crescimento conjunto. A escuta ativa mostrou-se eficaz na criação de espaços de diálogo empático, enquanto a comunicação não violenta se destacou por reduzir tensões e possibilitar acordos respeitosos. A implementação de práticas colaborativas contribuiu para transformar conflitos em oportunidades de cooperação, consolidando laços sociais e promovendo maior integração intergeracional.

(Conclusão) Conclui-se que a escuta ativa e a comunicação não violenta constituem ferramentas centrais para a promoção do diálogo e da resolução de conflitos entre gerações. Os resultados confirmam que essas práticas favorecem o entendimento mútuo, fortalecem as relações sociais e ampliam as possibilidades de convivência harmoniosa em ambientes diversos. Além disso, apontam-se como necessárias novas pesquisas aplicadas, capazes de avaliar intervenções práticas em comunidades, escolas e organizações, a fim de ampliar o alcance dos benefícios observados.

Palavras-chave: comunicaçao intergeracional. escuta ativa. diferenças comunicacionais. relações sociais.

A CONCEPÇÃO HOBBESIANA DE CRIME E PENA E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA DO CRIME

Autor(es):
Maria Clara Freire Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rebecca Iasmim de Oliveira Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A obra Diálogo entre um Filósofo e um Jurista (1664), de Thomas Hobbes, embora menos conhecida que O Leviatã, apresenta reflexões fundamentais sobre o direito penal e a natureza do crime sob a ótica da autoridade soberana. Hobbes insere o fenômeno criminal em um contexto político-jurídico, em que o poder do Estado é condição essencial para a existência da lei e da punição. Nesse sentido, compreender sua concepção de crime e pena permite relacionar a filosofia política moderna à formulação das bases racionais do direito penal contemporâneo. O tema revela-se relevante por antecipar princípios estruturais da política criminal atual, como a legalidade, a proporcionalidade e a função dissuasória da pena, bem como por dialogar com a moderna Economia do Crime, que também entende o delito como resultado de decisões racionais orientadas por incentivos e custos.

(Metodologia) A pesquisa é de natureza teórico-bibliográfica e qualitativa, fundamentada na leitura e análise textual da obra de Hobbes e em literatura especializada sobre filosofia política e Economia do Crime. Adota-se o método comparativo, visando identificar semelhanças e diferenças entre as concepções hobbesianas e os modelos racionais propostos pela teoria econômica do comportamento criminoso. As principais fontes incluem obras clássicas de Hobbes, textos de doutrina penal e estudos contemporâneos de Análise Econômica do Direito, priorizando interpretações que evidenciam o vínculo entre racionalidade individual e coerção estatal.

(Resultados) Os resultados apontam que Hobbes concebe o crime como categoria essencialmente político-jurídica, cuja definição não decorre da moral, mas da lei positiva. O filósofo antecipa o princípio nullum crimen, nulla poena sine lege, ao afirmar que não há crime nem pena sem previsão legal, pois a norma depende da vontade do soberano. Hobbes reconhece ainda a racionalidade do infrator, que age com base em um cálculo de riscos e benefícios e é contido pelo medo da punição. Os delitos capitais são vistos como ameaças estruturais ao poder soberano, exigindo repressão exemplar para garantir a estabilidade social. Além disso, o autor enfatiza a clareza e a publicidade das leis penais, o que se aproxima da noção econômica de que o conhecimento das sanções é essencial para o cálculo racional do agente.

(Conclusão) Conclui-se que o pensamento penal hobbesiano, embora formulado no contexto absolutista do século XVII, antecipa elementos centrais da política criminal moderna e da Análise Econômica do Direito Penal. Hobbes compreende o crime como ato racional e a punição como mecanismo de dissuasão e preservação da ordem social, reforçando a importância da previsibilidade legal e da autoridade estatal. Assim, seu pensamento oferece bases teóricas para compreender o papel estratégico da pena e contribui para o debate contemporâneo sobre a racionalidade do infrator e a função preventiva do direito penal.

Palavras-chave: Thomas Hobbes. Direito Penal. Racionalidade. Economia do Crime. Soberan

A ECONÔMIA VENEZUELANA: A ANÁLISE DO DECLÍNIO

Autor(es):
Fernando de Medeiros Moraes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lauro Dantas de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Ângelo Marinho de Sousa Gouveia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Davi Pires Pinheiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Vitor da Silva Lemos: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) A premissa básica do nosso trabalho é entender os componentes da situação atual econômica venezuelana, pensando em expandir o conhecimento básico sobre o contexto do país. No vídeo traremos, com base científica, as referências técnicas básicas, facilitando a compreensão e, também, bases mais complexas, procurando aprofundar mais na área do trabalho. Iremos falar sobre as perspectivas problemáticas:Dependência na exportação de petróleo, Más políticas econômicas, Hiperinflação, Corrupção, Sanções internacionais e Consequências

(Proposta do roteiro) A Venezuela, outrora uma nação próspera comparável a capitais europeias, viu sua riqueza definhar com a crise do petróleo. A dependência extrema desse recurso, agravada por políticas econômicas equivocadas como controlos de câmbio e preços, levou ao colapso após a queda dos preços em 2014. A hiperinflação destruiu o valor da moeda, gerando fome, colapso da saúde e um êxodo de milhões. Embora as sanções internacionais tenham agravado a situação, a raiz da tragédia foi a má gestão e a falta de diversificação económica. A recuperação exigirá reformas profundas e a reconstrução do tecido social e político do país.

(Efeitos esperados) entenimento da queada venezuelana Link do video: https://youtu.be/_Ezl6f9IwbQ?si=sfBXmweUgQwTbSln

A EFETIVIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS NA LEI MARIA DA PENHA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Autor(es):
Joham Ector Escobar Mujica: Discente do curso de do UNI-RN
Pâmela Mayara Santos Barbosa: Discente do curso de do UNI-RN
Ana Júlia dos Santos Pereira : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A violência doméstica e familiar contra a mulher é uma grave violação dos direitos humanos no Brasil. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) é um marco legal crucial, mas a persistência da violência indica que sua aplicação enfrenta desafios significativos, justificando a relevância científica e social deste estudo. O tema central desta pesquisa reside na análise da efetividade das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha no contexto brasileiro. Apesar dos avanços normativos, a aplicação dessas salvaguardas é limitada por obstáculos estruturais, institucionais e culturais. Dada essa lacuna, o foco do estudo está na seguinte problemática: Quais são os principais desafios para a efetividade das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha? A resposta a esta questão é fundamental para a garantia dos direitos femininos e para a proposição de estratégias de aprimoramento do aparato judicial.

(Metodologia) A pesquisa possui natureza qualitativa e caráter bibliográfico e exploratório com propósito analítico-descritivo. Fundamenta-se em obras científicas, artigos, dissertações e legislações sobre o tema, buscando compreender os aspectos complexos que envolvem a efetividade das medidas protetivas. A coleta de dados foi realizada através de revisão bibliográfica de publicações entre 2017 e 2022, garantindo a atualidade das informações e a relevância do recorte temporal. Os dados foram organizados e analisados de forma comparativa e crítica, cruzando as ideias da literatura para consolidar a base teórica e propor aperfeiçoamentos.

(Resultados) Os resultados da pesquisa bibliográfica confirmaram que a efetividade das medidas protetivas é significativamente limitada por fatores de natureza estrutural, institucional e cultural. A fragilidade institucional é um entrave direto, manifestada pela falta de estrutura adequada e de recursos nas delegacias especializadas, comprometendo o atendimento rápido. A capacitação insuficiente dos agentes públicos e a ausência de comunicação eficaz e articulação entre os órgãos do Sistema de Justiça (Judiciário, Ministério Público etc.) comprometem a aplicação e o cumprimento das ordens judiciais. Soma-se a isso a persistência de barreiras culturais.

(Conclusão) Conclui-se que, embora a Lei Maria da Penha represente um marco jurídico essencial, sua efetividade ainda depende da superação de entraves institucionais e culturais. É imprescindível investir na capacitação de profissionais, na ampliação da estrutura de atendimento às vítimas e na integração entre os órgãos públicos responsáveis pela execução das medidas. A partir dessas ações, será possível consolidar avanços significativos no combate à violência doméstica e na proteção dos direitos das mulheres no Brasil.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; violência doméstica; Medidas protetivas; Direito da mulher; políticas públicas.

A EFETIVIDADE DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA RESSOCIALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Autor(es):
Marcus Vinícius Lima de Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luís Felipe de Oliveira Rocha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Sophia Retiere de Oliveira Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Melquias de Andrade Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Glauco Xavier da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O debate sobre a eficácia das medidas socioeducativas (MSE) aplicadas a adolescentes em conflito com a lei no Brasil é um campo complexo, permeado por tensões entre a legislação e a prática institucional. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) estabeleçam um paradigma de proteção integral e de primazia do caráter pedagógico sobre o punitivo, a realidade da execução dessas medidas frequentemente se distancia de seus objetivos primordiais. A literatura acadêmica tem apontado de forma consistente que, em vez de funcionarem como espaços de promoção da cidadania e ressocialização, muitas instituições acabam por reproduzir lógicas de encarceramento, reforçando estigmas e a exclusão social.

(Metodologia) A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender a eficácia das medidas socioeducativas. Esse tipo de investigação não se fundamenta em estatísticas, mas sim na análise crítica de artigos científicos. Foi realizada por meio de revisões bibliográficas, com análise de publicações entre 2015 e 2022, utilizando como base de dados o SciELO. A seleção dos artigos considerou sua relevância e a similaridade de abordagem com a temática estudada, incluindo aspectos como vulnerabilidade e interação nas medidas socioeducativas. Além disso, trata-se de uma pesquisa exploratória, cujo objetivo é preencher lacunas existentes no conhecimento e gerar hipóteses para estudos futuros mais aprofundados.

(Resultados) A partir da análise dos estudos, observa-se que há consenso quanto às dificuldades na efetividade das medidas socioeducativas no Brasil. Os resultados apontam que, embora exista um marco legal avançado com o ECA e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), sua aplicação prática enfrenta entraves, como: ausência de integração entre políticas públicas e permanência de práticas punitivas.

(Conclusão) A partir da revisão realizada, constatou-se que as medidas socioeducativas no Brasil permanecem em uma encruzilhada entre o que determina a legislação e o que se verifica na prática cotidiana. Enquanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) preveem um caráter pedagógico, restaurador e de proteção integral, a execução das medidas continua marcada por práticas de controle, disciplinamento e punição. Esse descompasso revela não apenas a fragilidade das políticas públicas destinadas à infância e juventude, mas também a reprodução de um modelo historicamente associado ao encarceramento e à criminalização da pobreza.

Palavras-chave: Medidas socioeducativas; Caráter punitivo; Reincidência; Ressocialização; Facçoes criminosas.

A EROSÃO DAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS: CRISE DE REPRESENTATIVIDADE, CONSTITUCIONALISMO ABUSIVO E ASCENSÃO DO AUTORITARISMO

Autor(es):
Antonio Ryan Leitão Silva Procópio de Moura: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A democracia, enquanto regime político pautado na soberania popular, no pluralismo e na limitação do poder, enfrenta, nas últimas décadas, um processo de erosão em diferentes contextos mundiais. O fenômeno manifesta-se por meio da crise de representatividade, da manipulação das instituições constitucionais e da ascensão de lideranças de perfil autoritário. A partir da análise da obra Como as Democracias Morrem, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, e da teoria do constitucionalismo abusivo, formulada por David Landau, observa-se que o enfraquecimento das normas democráticas, tanto formais quanto informais, tem permitido que governos eleitos democraticamente utilizem os próprios instrumentos jurídicos para restringir direitos e concentrar poder. Este estudo busca, portanto, compreender os fatores políticos, sociais e culturais que contribuem para o declínio das democracias contemporâneas, relacionando-os com casos emblemáticos nos Estados Unidos, América Latina, Europa, Israel e Índia.

(Metodologia) A metodologia deste estudo adota uma abordagem qualitativa, exploratória e analítica, voltada à compreensão da erosão das democracias contemporâneas por meio de uma análise teórica e comparativa. Utiliza o método dedutivo, partindo de conceitos gerais sobre democracia e autoritarismo para examinar casos específicos de crise de representatividade e constitucionalismo abusivo. Fundamenta-se em revisão bibliográfica de autores como Steven Levitsky, Daniel Ziblatt e David Landau, além do pensamento filosófico de Aristóteles. A pesquisa inclui também a análise de documentos acadêmicos, relatórios e produções audiovisuais, como Apocalipse nos Trópicos, e realiza uma comparação entre países como Estados Unidos, Brasil, Índia e Israel, a fim de identificar padrões de enfraquecimento institucional e ascensão autoritária. O objetivo é construir uma interpretação crítica e interdisciplinar sobre as causas e consequências do declínio democrático atual.

(Resultados) A análise revela que a erosão das democracias contemporâneas decorre de múltiplos fatores, como crises de representatividade, desigualdades sociais, polarização e uso abusivo de mecanismos constitucionais por líderes eleitos. Exemplos históricos e atuais como Hitler, Trump, Bolsonaro, Milei, Orbán e Putin mostram que o enfraquecimento democrático pode ocorrer tanto por rupturas violentas quanto por manipulação gradual das instituições. O fortalecimento do Judiciário, do Parlamento e de valores éticos e democráticos é essencial para preservar a liberdade e conter o abuso de poder, reafirmando a importância das reflexões de Aristóteles sobre responsabilidade política.

(Conclusão) O estudo mostra que a erosão democrática ocorre de forma gradual, por meio de instituições usadas para enfraquecer o regime, combinando populismo, constitucionalismo abusivo, desigualdade, polarização e influência religiosa. Esse fenômeno multidimensional exige, para sua contenção, fortalecimento das práticas democráticas, respeito à pluralidade, combate à desigualdade e valorização de princípios éticos que sustentem liberdade, justiça e dignidade.

Palavras-chave: Democracia, Autoritarismo, Populismo, Constitucionalismo

A ESCUTA EMPÁTICA COMO CAMINHO PARA A EFETIVIDADE PROCESSUAL: MEDIAÇÃO E COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NO SISTEMA DE JUSTIÇA

Autor(es):
Kleber Santos de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A escuta empática tem assumido um papel central nas novas formas de lidar com os conflitos que emergem do cotidiano jurídico e social. Se outrora o processo civil esteve voltado para a imposição de decisões, hoje ele se abre à compreensão de que o verdadeiro acesso à justiça exige diálogo, reconhecimento e corresponsabilidade. O Código de Processo Civil de 2015, ao valorizar a autocomposição e institucionalizar a mediação e a conciliação, consolidou um modelo de justiça participativa que ultrapassa o limite da sentença. É nesse contexto que se insere a escuta empática, conceito sustentado pela Comunicação Não Violenta e pela psicanálise, como instrumento de efetividade processual e de reconstrução simbólica dos vínculos sociais.

(Metodologia) Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, baseada em revisão bibliográfica dos textos que compõem a disciplina Clínica de Prática Jurídica I: o Manual de Mediação Judicial, que apresenta os fundamentos da resolução adequada de disputas; “Escuta Psicanalítica na Mediação Familiar”, que discute a passagem da culpa à responsabilidade; “Comunicação Não Violenta”, que ensina a transformar acusações em pedidos e julgamentos em empatia; e “Conflitos Familiares sob a Perspectiva da Parentalidade”, que amplia a compreensão sobre o papel do diálogo na preservação dos vínculos. As leituras foram analisadas à luz dos princípios processuais da cooperação, boa-fé e razoável duração do processo, estabelecendo um paralelo entre teoria comunicacional e prática jurídica.

(Resultados) Os textos estudados ao longo da disciplina Clínica de Prática Jurídica I mostram que o mediador, ao adotar a escuta empática, transforma a audiência em um espaço de fala legítima, onde cada parte se reconhece como sujeito e não como inimigo. O processo deixa de ser um palco de imposições para se tornar uma travessia em direção à corresponsabilidade. Observou-se que, quando as partes se sentem ouvidas, o cumprimento espontâneo dos acordos pode aumentar, e o litígio tende a se encerrar de forma mais estável. Além disso, a prática da Comunicação Não Violenta, conforme abordada nas leituras, contribui para que as relações processuais sejam pautadas pela clareza, pelo respeito e pela cooperação, fortalecendo o papel humanizador do Direito.

(Conclusão) Conclui-se, portanto, que a escuta empática é elemento essencial para a efetividade do processo civil contemporâneo. Ela resgata o sentido humano do Direito, aproxima o julgador e as partes de uma linguagem comum e transforma o ato jurídico em espaço de reconciliação social. Em tempos de sobrecarga judicial e distanciamento das partes, escutar é, mais do que uma técnica, um gesto político e ético que devolve ao processo sua função maior: promover a paz, e não apenas a decisão.

Palavras-chave: Escuta empática. Comunicação Não Violenta. Mediação judicial. Processo civil. Cultura de paz.

A ESCUTA PSICANALÍTICA E A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COMO FERRAMENTAS PARA A EFETIVIDADE DA MEDIAÇÃO FAMILIAR NO ÂMBITO JURÍDICO

Autor(es):
Samuel Cavalcanti Sales: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Solane Liz Bezerra Ubarana: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Leniany Kailany Maria da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marcelo Feitosa da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Direito de Família contemporâneo revela conflitos de elevada complexidade, marcados por impasses relacionais profundos (SEREBRENICK, 2016). Em resposta à limitação do modelo adversarial, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 125/2010, instituiu a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos, promovendo a mediação como meio célere, humano e restaurativo de resolução (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2010; 2016). A mediação desloca o foco da disputa para o diálogo e a reconstrução das relações, cuja eficácia depende da qualidade comunicacional e de uma abordagem interdisciplinar (BOLZANI; HERCULINO, 2019). Nesse contexto, analisa-se como a escuta psicanalítica e a Comunicação Não Violenta (CNV) podem aperfeiçoar a prática mediadora, ao integrar a compreensão das dinâmicas inconscientes dos conflitos (BOLZANI; HERCULINO, 2019) com uma metodologia de comunicação empática, voltada à identificação de sentimentos e necessidades humanas universais (ROSENBERG, 2006).

(Metodologia) A pesquisa adotou o método de revisão bibliográfica, de caráter qualitativo e exploratório, conforme as diretrizes metodológicas do edital (UNI-RN, 2025). O arcabouço normativo baseou-se na Resolução nº 125/2010 do CNJ e no Manual de Mediação Judicial (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2010; 2016). O referencial teórico integrou contribuições da psicanálise e da Comunicação Não Violenta, articulando conceitos de escuta, sintoma e responsabilidade à prática mediadora (BOLZANI; HERCULINO, 2019; SEREBRENICK, 2016; ROSENBERG, 2006; DUNKER; THEBAS, 2019). Essa articulação interdisciplinar assegurou a coerência entre os resultados e os objetivos propostos.

(Resultados) A mediação, como política pública de pacificação social, busca desjudicializar conflitos e promover cultura de paz e responsabilização individual (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016). A escuta psicanalítica permite compreender as dinâmicas inconscientes dos litígios, enquanto a Comunicação Não Violenta (CNV) foca nas necessidades humanas universais, favorecendo escuta empática e reconexão intersubjetiva (SEREBRENICK, 2016; BOLZANI; HERCULINO, 2019; ROSENBERG, 2006). A integração dessas abordagens transforma a mediação, capacitando os mediandos a se tornarem protagonistas corresponsáveis na resolução de seus conflitos (UNI-RN, 2025).

(Conclusão) Conclui-se que a adesão meramente procedimental à mediação é insuficiente para garantir acordos profundos e duradouros em conflitos familiares (SEREBRENICK, 2016). A integração da escuta psicanalítica e da Comunicação Não Violenta qualifica a atuação do mediador, promovendo escuta empática, reconhecimento das necessidades e dinâmicas inconscientes e um processo mais humano e eficaz (BOLZANI; HERCULINO, 2019; ROSENBERG, 2006; DUNKER; THEBAS, 2019). Essa abordagem interdisciplinar aumenta a probabilidade de acordos justos e capacita os indivíduos a gerir futuros conflitos, cumprindo o objetivo da Política Judiciária Nacional de pacificação social (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016; UNI-RN, 2025).

Palavras-chave: Mediação de Conflitos. Psicanálise. Comunicação Não Violenta. Direito de Família. Resolução Adequada de Disputas.

A ESSÊNCIA DOS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS NO DIREITO BRASILEIRO: DIREITO CIVIL

Autor(es):
Arthur Guedes Lima Bahia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Tiago Cosme Pereira de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriel Pacheco de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mateus Lima Couto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Joaquim Guilherme da Fonseca Cortez: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os contratos fazem parte do cotidiano das pessoas, mesmo que muitas vezes não se perceba sua presença. Ao assinar um contrato de trabalho, ao alugar um imóvel ou até mesmo ao aceitar os termos de um aplicativo, estamos assumindo obrigações e exercendo direitos. Por trás desses atos aparentemente simples, existem princípios fundamentais que regem e orientam essas relações jurídicas. A presente pesquisa parte do seguinte problema: de que forma os princípios contratuais garantem equilíbrio, segurança e justiça nas relações contratuais no ordenamento jurídico brasileiro? O trabalho busca explorar o papel dos princípios da autonomia da vontade, consentimento, força obrigatória dos contratos, liberdade de contratar, boa-fé objetiva e relatividade dos efeitos contratuais. A abordagem visa demonstrar como esses princípios, além de normas técnicas, representam valores humanos essenciais para a convivência em sociedade e o fortalecimento da confiança nas relações privadas.

(Metodologia) A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa e exploratória, com método dedutivo, apoiada em revisão bibliográfica e documental. Foram utilizadas como principais fontes o Código Civil de 2002, doutrinas de autores como Maria Helena Diniz, Pablo Stolze e Judith Martins-Costa, além de jurisprudências atualizadas dos tribunais superiores, a fim de ilustrar a aplicação prática dos princípios. A investigação buscou conciliar teoria e realidade, com foco em exemplos cotidianos para facilitar a compreensão e mostrar a relevância do tema no dia a dia das pessoas.

(Resultados) A análise revelou que os princípios contratuais não apenas organizam tecnicamente os contratos, mas traduzem valores sociais e éticos. A autonomia da vontade e o consentimento asseguram que as partes escolham livremente com quem e como contratar. A força obrigatória confere previsibilidade e estabilidade às relações, evitando o descumprimento arbitrário. A boa-fé objetiva, por sua vez, exige lealdade e respeito mútuo, reforçando a confiança nas relações jurídicas. Já o princípio da relatividade limita os efeitos do contrato às partes envolvidas, preservando os direitos de terceiros. Verifica-se, ainda, que esses princípios, quando aplicados em conjunto, promovem equilíbrio e proteção recíproca, principalmente em relações assimétricas.

(Conclusão) Os princípios contratuais são mais do que pilares técnicos do Direito Civil: são expressões jurídicas de valores essenciais à vida em sociedade. A autonomia, o consentimento, a boa-fé e os demais princípios analisados refletem a busca por um sistema contratual justo, equilibrado e confiável. A pesquisa demonstrou que, ao respeitar esses princípios, o ordenamento jurídico brasileiro fortalece a segurança jurídica e humaniza as relações contratuais, promovendo não apenas o cumprimento da lei, mas também o respeito entre as pessoas. Como perspectiva futura, sugere-se o aprofundamento da análise sobre como esses princípios são aplicados nas novas relações digitais e contratuais mediadas por tecnologia.

Palavras-chave: Contratos. Princípios contratuais. Boa-fé. Autonomia da vontade. Relações jurídicas.

A FALTA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FATOR DE AGRAVAMENTO DO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS FRENTE ÀS ALTAS TAXAS DE JUROS DO CARTÃO DE CRÉDITO

Autor(es):
Sanderson Alves Ambrosio Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Pedro Luiz Cruz Gama: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isabela Caroline Cardoso Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Fernanda de Oliveira Freire: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Jamile Karine Costa de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo central do vídeo é conscientizar o público sobre a importância da educação financeira como ferramenta de prevenção ao endividamento, demonstrando como o desconhecimento sobre juros, crédito e planejamento pode gerar impactos negativos tanto na vida individual quanto na economia nacional.

(Proposta do roteiro) A proposta de roteiro segue o formato de um jornal, conduzido por um apresentador, Pedro Gama, e uma repórter, Maria Fernanda Freire, que interagem com os entrevistados para oferecer uma visão ampla do problema. Entre os temas discutidos, destacam-se o uso irresponsável do cartão de crédito, o papel das políticas públicas, a influência psicológica do consumo impulsivo e a necessidade de incluir a educação financeira nos currículos escolares.

(Efeitos esperados) A relevância da produção está em sua contribuição para o debate público sobre o consumo consciente, estimulando a reflexão sobre as responsabilidades do Estado, das instituições financeiras e das próprias famílias na busca por equilíbrio econômico e bem-estar social. Com linguagem clara e enfoque educativo, o vídeo pretende promover uma mudança de mentalidade e incentivar práticas financeiras mais saudáveis e sustentáveis.

A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA ATIVA NOS MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS E NAS PRÁTICAS JURÍDICAS

Autor(es):
Juverlane Emily Cruz da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gesislayne Larissa Lima de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Raissa Fernanda Batista da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nas últimas décadas, o sistema jurídico brasileiro vem incorporando métodos mais humanizados e eficazes de solução de conflitos, destacando-se os meios autocompositivos, como a mediação e a conciliação. Nesse contexto, a escuta ativa surge como elemento essencial para a construção do diálogo, da empatia e da compreensão entre as partes. Escutar ativamente significa ir além do ato de ouvir: é perceber emoções, intenções e sentimentos, acolhendo o outro de forma genuína e sem julgamentos. Fundamentada em obras como O Palhaço e o Psicanalista (2019), de Christian Dunker e Cláudio Thebas, e Escuta Psicanalítica na Mediação Familiar (2019), de Berenice Bolzani e Bruno Monteiro Herculino, esta pesquisa analisa a escuta ativa como instrumento ético, transformador e indispensável à prática jurídica.

(Metodologia) A pesquisa utiliza abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica de caráter exploratório, fundamentada em obras e artigos que tratam da comunicação empática, da psicanálise aplicada à mediação e do papel humanizador da escuta nas práticas jurídicas. Foram analisados autores como Dunker e Thebas (2019) e Bolzani e Herculino (2019), cujas contribuições destacam a escuta ativa como ferramenta de transformação e de reconstrução de sentidos nas relações interpessoais e jurídicas.

(Resultados) Constatou-se que a escuta ativa promove o desenvolvimento da empatia, a compreensão mútua e o respeito às individualidades das partes envolvidas, tornando o processo de mediação mais eficaz. A prática da escuta atenta possibilita ao mediador captar nuances emocionais e subjetivas do conflito, permitindo uma abordagem mais sensível e colaborativa. Observou-se, ainda, que a escuta ativa contribui não apenas para o alcance de soluções consensuais, mas também para o fortalecimento da confiança nas instituições jurídicas, promovendo o verdadeiro sentido da pacificação social.

(Conclusão) Diante dos resultados, conclui-se que a escuta ativa constitui um instrumento indispensável para os métodos autocompositivos e para o aprimoramento das práticas jurídicas. Sua aplicação permite humanizar o Direito, aproximando-o das reais necessidades das pessoas e fortalecendo o diálogo como caminho para a justiça. Dessa forma, a escuta ativa se consolida como uma prática ética e transformadora, capaz de promover relações mais empáticas e soluções mais justas e duradouras no contexto jurídico contemporâneo.

Palavras-chave: Escuta ativa. Mediação. Empatia. Psicanálise. Autocomposição.

A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL PARA A LIDERANÇA EFICAZ NO AMBIENTE DE TRABALHO CONTEMPORÂNEO

Autor(es):
Arnaldo José Rocha Gaspar: Discente do curso de do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O ambiente corporativo contemporâneo, marcado por significativas transformações, tem progressivamente valorizado o capital humano como um diferencial competitivo essencial para o sucesso organizacional. Neste cenário, a inteligência emocional transcende o status de habilidade desejável e se estabelece como uma competência fundamental, especialmente para indivíduos em posições de liderança. A capacidade de gerir as próprias emoções e de construir relacionamentos interpessoais sólidos tornou-se um pilar para a construção de ambientes de trabalho mais saudáveis e produtivos. Autores como Goleman revolucionaram a percepção de sucesso profissional, argumentando que a habilidade de reconhecer e gerenciar emoções, tanto as próprias quanto as dos outros, é o que distingue profissionais de alta performance, superando a importância isolada do quociente de inteligência . Diante do crescente reconhecimento desta competência, a presente pesquisa foi norteada pela seguinte questão: de que forma a inteligência emocional dos líderes impacta diretamente o desempenho e a satisfação de suas equipes no ambiente de trabalho? Este estudo busca, portanto, contextualizar a relevância científica e acadêmica de investigar tal correlação, fornecendo subsídios teóricos que possam orientar organizações a formularem estratégias mais eficazes de gestão de pessoas.

(Metodologia) O percurso metodológico adotado para atingir os objetivos propostos caracteriza-se como uma pesquisa teórica, de natureza qualitativa e com um caráter exploratório. A estratégia de pesquisa consistiu em uma revisão de literatura, com a coleta de dados realizada a partir da análise de obras já publicadas sobre o tema, como livros, teses e artigos científicos. A principal limitação do estudo reside na impossibilidade de generalizar os resultados, uma vez que se trata de uma análise estritamente teórica.

(Resultados) A análise da literatura científica revelou uma forte e consistente correlação entre a inteligência emocional dos líderes e o desempenho de suas equipes. Os estudos indicam que líderes com essa competência desenvolvida são mais eficazes na gestão de pessoas, criando ambientes de trabalho mais positivos e colaborativos. A comparação entre os modelos teóricos de Goleman e de Mayer e Salovey demonstrou que, apesar de partirem de abordagens distintas uma mais voltada a competências corporativas e outra a habilidades cognitivas, ambos convergem ao afirmar que a capacidade de gerir emoções é um fator crítico para o sucesso na liderança, reforçando a robustez do conceito. Dentre as habilidades, a empatia destacou-se como uma das mais valorizadas, pois permite ao gestor criar um ambiente de segurança psicológica, onde os colaboradores se sentem compreendidos e valorizados, o que impacta diretamente na redução da rotatividade (turnover) e no aumento do engajamento. Adicionalmente, o autocontrole emocional mostrou-se fundamental, pois líderes que gerenciam bem suas reações em momentos de crise transmitem segurança, promovem a estabilidade da equipe e tomam decisões mais assertivas.

(Conclusão) Conclui-se que a inteligência emocional é uma ferramenta estratégica e indispensável para o desenvolvimento de lideranças eficazes no cenário contemporâneo. Os objetivos da pesquisa foram plenamente alcançados, pois foi possível conceituar a inteligência emocional, delinear o perfil do líder que a possui e discutir seus benefícios práticos na gestão de pessoas. As descobertas reforçam que esta competência não é apenas um diferencial, mas uma necessidade para organizações que almejam sustentabilidade e competitividade. A principal contribuição do estudo é a síntese teórica que evidencia a relação direta entre as habilidades emocionais dos gestores e a promoção de um ambiente de trabalho saudável, motivador e produtivo.

Palavras-chave: Inteligência Emocional. Liderança. Gestão de Pessoas. Ambiente de Trabalho. Produtividade

A IMPORTÂNCIA DOS MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS PARA A SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS NO TRATAMENTO DAS INVASÕES DE PROPRIEDADES NO CONTEXTO JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(es):
João Vyctor Tavares Freire: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Campos Motta: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Daniel Diniz Aladim: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mariana Vasconcelos Campos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Tiago Moisés Avelino Nobre: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Constituição Federal brasileira garante o direito fundamental de propriedade, sendo este uma das bases do sistema econômico e jurídico, de modo que está diretamente relacionado ao princípio da função social da propriedade (artigo 5º, XXIII). Entretanto, o Brasil encara, ao decorar dos anos, sérios conflitos que dizem respeito à ocupação irregular de terras e às invasões de propriedades, sejam estas rurais ou urbanas, no qual geram como consequência os problemas sociais e que, posteriormente, partem para o âmbito judicial. Os referidos conflitos, a partir do momento que são encaminhados para a esfera do Poder Judiciário, costumam tramitar por um considerável período de tempo, fato este que acaba constituindo um prejuízo financeiro e um esgotamento emocional para as partes envolvidas, tal fato também auxilia para o acúmulo de forma excessiva de processos no sistema judiciário. Sob esse contexto, a utilização dos métodos autocompositivos de solução consensual de conflitos, principalmente, a conciliação e a mediação, são meios eficientes e essenciais, servindo como uma maneira alternativa para que possa ser devidamente proporcionada uma resolução pacífica das lides, além de fornecer um devido acesso à justiça. Posto isso, este estudo surge do problema da seguinte questão: de qual maneira os métodos autocompositivos são capazes de auxiliar para a solução consensual e eficaz das invasões de propriedades no contexto jurídico brasileiro? Sob esse viés, sendo a autocomposição um instrumento que visa uma comunicação prospectiva, a escuta ativa e a contribuição entre os envolvidos, se caracteriza como um relevante meio de pacificação social e de mudança das relações jurídicas, de acordo com a Resolução nº 125/2010 do CNJ que instituiu a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses.

(Metodologia) Pesquisas bibliográficas contendo análise de artigos acadêmicos, legislação (Novo CPC, Lei de Mediação, etc.) e decisões judiciais; Estudos de casos, contendo a seleção de casos no Direito real de propriedade, onde houve conciliação/mediação e casos similares litigados, para comparação de duração, custos e efeitos sobre as partes, integrando também a análise econômica do direito.

(Resultados) Observou-se que os métodos autocompositivos, como a conciliação e a mediação, têm gerado soluções pacíficas e eficazes para conflitos de propriedade. Esses mecanismos reduzem a judicialização, promovem a comunicação entre as partes e fortalecem o cumprimento da função social da propriedade.

(Conclusão) Conclui-se que os métodos autocompositivos, especialmente a conciliação e a mediação, são instrumentos fundamentais para a resolução consensual e de forma eficiente dos conflitos envolvendo invasões de propriedades no Brasil. Além de reduzir a sobrecarga do Judiciário, promovem soluções justas e sustentáveis, alinhadas ao princípio da função social da propriedade e à Resolução nº 125/2010 do CNJ, fortalecendo a cultura do diálogo e a pacificação social.

Palavras-chave: Autocomposição. Invasões de propriedades. Mediação. Resolução pacífica. Acesso à Justiça.

A INFLAÇÃO

Autor(es):
Maria Alice Amaral de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O principal objetivo deste trabalho é compreender, de forma clara e acessível, o fenômeno da inflação e seus impactos no cotidiano das pessoas. Busca-se apresentar o tema de maneira didática e interativa, aproximando o conceito teórico da realidade prática, mostrando como o aumento dos preços afeta o poder de compra e a economia doméstica. Além disso, pretende-se estimular o interesse do público pela macroeconomia e desenvolver habilidades de comunicação e criatividade na apresentação visual do conteúdo.

(Proposta do roteiro) O vídeo será apresentado em formato de aula dinâmica, com linguagem simples e visual atrativo. A primeira parte será gravada por mim, com explicações diretas sobre o que é inflação, suas causas e consequências, utilizando exemplos do dia a dia (como aumento de alimentos e combustíveis). Durante o vídeo, serão inseridas demonstrações visuais feitas por um amigo, sem falas, apenas mostrando situações práticas, como a comparação de compras de supermercado em dois momentos diferentes, representando o efeito do aumento dos preços. A gravação será feita em ambiente caseiro, com boa iluminação e tom descontraído, para manter o interesse do público durante toda a explicação.

(Efeitos esperados) Espera-se que o vídeo proporcione uma compreensão mais leve e prática sobre o tema da inflação, mostrando sua importância na economia e na vida das pessoas. A abordagem interativa deve facilitar o aprendizado e despertar o interesse do público pelo assunto, tornando o conteúdo mais acessível mesmo para quem não tem familiaridade com temas econômicos. Além disso, pretende-se estimular o senso crítico sobre como as variações de preços afetam o planejamento financeiro pessoal e coletivo, contribuindo para uma formação cidadã mais consciente.

A INFLAÇÃO NO BRASIL: CONCEITOS, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Autor(es):
Thaiza Rohanna da Silva Vasconselo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Adriel Pacheco Loiola Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Cecilia Nascimento de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Emylle Cristina Matias dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo tem como ideia central trabalhar os conceitos de inflação e seus impactos sociais com objetivo de atender a um público abrangente nos mais diversos nichos sociais, com intenção educativa voltada para economia.

(Proposta do roteiro) O roteiro propõe uma ação direita com para os mais diversos setores da sociedade com o objetivo de fornecer educação em economia. Para isso, o roteiro foi estruturado em um telejornal apresentando uma matéria externa (Mercado), em que a repórter entrevista popular com o objetivo de introduzir a temática da inflação e como a população percebe o movimento inflacionário em seu cotidiano. Além das colocações da jornalista, dos entrevistados, também foi posto uma cena voltada para um especialista que explica o que é inflação.

(Efeitos esperados) Espera-se que este material sirva como um instrumento afim de auxiliar na educação financeira, sobretudo, no que diz respeito a inflação de um país e seus efeitos práticos no cotidiano da população.

A INFLUÊNCIA DA DESINFORMAÇÃO DIGITAL NA FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA E NOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS NO BRASIL

Autor(es):
Maria Alice Amaral de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nos últimos anos, a palavra “desinformação” saiu dos livros e invadiu nossa vida, chegando pelo celular, em grupos de família no WhatsApp e nas redes sociais de amigos. As notícias falsas se espalham rápido, impulsionadas pelo medo, crença e emoção , e são muitas vezes compartilhadas por pessoas comuns, bem-intencionadas, que acreditam estar ajudando. O lado ruim dessa facilidade de comunicação é que conteúdos manipulados criam confusão e desconfiança, minando silenciosamente a democracia. Esse problema vai além da técnica, pois abala amizades e causa brigas em famílias, criando um clima ruim na sociedade. A desinformação não é só um problema político ou jurídico, mas uma questão humana, que atinge a confiança entre as pessoas.

(Metodologia) Em vez de coletar dados novos, decidimos primeiro escutar o que pesquisadores que já se dedicam ao tema tinham a nos ensinar. A pesquisa foi feita através de uma imersão cuidadosa em artigos e estudos, com um olhar mais voltado para entender a qualidade do problema. Analisamos fontes confiáveis como o Google Acadêmico e o Scielo , usando tanto termos técnicos (“fake news”) quanto palavras do nosso dia a dia (“boatos”). Priorizamos textos recentes (2020 a 2023) e diferentes pontos de vista da sociologia, do direito, da comunicação. O processo não foi só ler, mas organizar as ideias, fazer anotações e entender onde os especialistas concordavam e, principalmente, onde havia divergências.

(Resultados) Nossas leituras mostraram que a desinformação faz mais do que distorcer fatos: ela corrói a confiança, enfraquece os laços que nos conectam e ameaça a democracia. No Brasil, o WhatsApp tem um papel crucial. Como as mensagens vêm de pessoas próximas (família e amigos), a sensação de confiança é alta, o que dificulta a checagem crítica. As pessoas compartilham por medo de errar sozinhas ou de não avisar quem amam, transformando o problema de técnico para emocional e humano. O efeito disso é sentido nas comunidades: boatos criam divisões entre vizinhos, e um simples áudio pode romper laços familiares, transformando o dia a dia em um campo de batalha. Há um debate delicado sobre o limite da intervenção do Estado: precisamos frear as mentiras, mas sem abrir espaço para a censura que silencia vozes legítimas.

(Conclusão) Ficou claro que a desinformação é um dos maiores desafios da atualidade, porque atinge o coração das nossas relações humanas e a confiança que sustenta nossa vida em comunidade. A solução não está em medidas autoritárias. Mais importante do que criar leis, é urgente despertar uma consciência coletiva. Cada um de nós precisa assumir a responsabilidade pelas informações que repassa , aprendendo a questionar o que lê e buscando fontes confiáveis antes de compartilhar. Investir em educação crítica e responsabilidade compartilhada é o caminho para reconstruir a confiança.

Palavras-chave: Desinformação; Democracia; Fake News; Redes Sociais; Esfera Pública

A INFLUÊNCIA DO CRIME ORGANIZADO NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI

Autor(es):
Julia Elizabeth Diogenes Florencio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiza Maia Moreira: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN
Luiz Miguel Ricarte Moura Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) A existência de adversidades no sistema socioeducativo do país, acrescido pela propagação de organizações criminosas em ambientes socialmente vulnerabilizados, permite a associação da correlação destes dois fatores com o aumento do número de jovens recrutados ao mundo do crime. Uma vez que, ao menos 28,5 milhões de brasileiros convivem com o crime organizado em suas comunidades. Assim, as vidas, rotinas e atividades dos governados são afetadas por regras ou códigos impostos por um comando criminoso. Somando-se a isso, a falta de estrutura dedicada ao recebimento dos menores no sistema socioeducativo, dada a negligência do Estado, contribui para o fomento destes grupos que se utilizam de sua ausência para apropriar-se dos menores, utilizando-os deliberadamente para prática de atos infracionais.

(Metodologia) O presente trabalho adota uma abordagem qualitativa, realizada a partir de revisão literária de artigos científicos, trabalhos acadêmicos sob a óptica da psicologia e do direito, dispositivos legais do sistema jurídico brasileiro e diretrizes e recomendações de órgãos estatais envolvidos nos procedimentos aqui discutidos.

(Resultados) A realidade do processo de ressocialização para menores conflitantes é produto direto das políticas adotadas pelo Estado. É, também, uma realidade reflexo da condição dos adolescentes em internamento em um contexto nacional, e, mais ainda, da realidade social de pessoas que já se encontram vulnerabilizadas pelos poderes vigentes. Sendo assim, a forma de aplicação da política educacional no ambiente de internação está intrinsecamente relacionada à falta de políticas de prevenção e reinserção social, responsável por criar um terreno fértil para o fortalecimento dessas facções. Não obstante, chama a atenção o fato de que, conforme pesquisa publicada pelo Observatório de Favelas (2007), no ano de 2006 faziam parte do tráfico de drogas 6,5% de crianças com idade entre 10 e 12 anos, já em 2017 esse número aumentou para 13%, e ainda a cada dez traficantes, seis teriam entre 16 e 24 anos de idade. Nessa perspectiva, informações da SINASE revelaram que, no ano de 2024, de 100% dos atos infracionais atribuídos aos adolescentes, vê-se que 32% dizem respeito ao ato de roubo, 27% ao tráfico de drogas e 13% à prática de homicídio. Vê-se, portanto, um aumento substancial na presença de menores no tráfico de drogas, tratando-se exclusivamente da hipótese em que a conduta infratora tenha exclusivamente o tráfico como único meio de ligação para com uma organização criminosa. Dessa forma, as regiões periféricas, onde o Estado tem negligenciado arbitrariamente, torna a realidade mais complexa, visto que essas áreas já estão completamente reféns dos líderes do crime.

(Conclusão) O recrutamento de menores pelo crime organizado reflete a violação da cidadania, evidenciando a negligência do Estado na proteção infanto-juvenil. Dessa forma, a erradicação do recrutamento de menores pelo crime requer tratamento integrado, além da criminalização dos menores envolvidos, promovendo sua reintegração, ao mesmo tempo em que recorre à efetivação de seus direitos fundamentais.

Palavras-chave: Jovens em conflito com a lei. Medidas socioeducativas. Crime Organizado.

A INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA E OS LIMITES DA SOBERANIA BRASILEIRA

Autor(es):
Manuella Lemos Lopes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Rafael Galvão Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Dalila Karla Marinho Veríssimo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo analisa a influência norte-americana nas relações internacionais e seus impactos sobre os limites da soberania brasileira. O tema se mostra relevante diante do contexto histórico e político que marcou a relação Brasil – Estados Unidos, especialmente no que diz respeito à autonomia nacional e à formação de políticas externas independentes. Busca-se compreender como o poder hegemônico dos Estados Unidos, manifestado por meios econômicos, militares, culturais e políticos, interfere na soberania do Brasil e, consequentemente, molda as relações bilaterais no século XXI. O artigo aborda uma visão crítica a forma com que os Estados Unidos lida com outros países em suas relações diplomáticas, com ênfase no Brasil, mostrando que desde os primeiros acordos com o país, sempre houve uma prioridade dos interesses norte-americanos em relação aos brasileiros, esse que por sua vez manteve-se em uma relação por vezes de subserviência mas que em dados momentos chegou a adotar medidas de valorização da soberania nacional.

(Metodologia) A pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamentando-se em revisão bibliográfica e documental. Foram utilizadas obras publicadas entre os anos de 2008 e 2023, obtidas em bases de dados como Scielo e Google Acadêmico. Os critérios de seleção dos autores englobam a relevância científica, a atualidade e o reconhecimento dos autores. As principais referências incluem Cristina Pecequilo, Joseph Nye Jr., Immanuel Wallerstein e Noam Chomsky, que discutem hegemonia, poder e soberania nas relações internacionais.

(Resultados) A análise demonstrou que a hegemonia norte-americana combina elementos de poder brando e coercitivo, refletindo-se na manutenção de estruturas políticas e econômicas que limitam a autonomia de países em desenvolvimento, como o Brasil. Observou-se que períodos de maior alinhamento político entre os dois países, como entre 2019 e 2021, principalmente tratando-se do âmbito político, resultaram em relações assimétricas e simbióticas, nas quais o discurso de parceria oculta práticas de subordinação e dependência estratégica, onde em sua maioria, o Brasil era subserviente aos Estados Unidos.

(Conclusão) Conclui-se que a soberania brasileira permanece vulnerável diante da influência norte-americana, especialmente quando vinculada a interesses ideológicos e econômicos externos. O estudo evidencia a necessidade de fortalecer políticas externas autônomas, pautadas na defesa do interesse nacional e na consolidação de uma identidade política independente, trazendo para si a prioridade que por vezes foi desconsiderada tratando-se das relações com os Estados Unidos. Assim, o fortalecimento da soberania deve ser entendido como um processo contínuo de reafirmação da autonomia frente às potências internacionais.

Palavras-chave: Soberania; Política Externa; Estados Unidos; Hegemonia; Brasil.

A INSEGURANÇA JURÍDICA DOS CONTRATOS NÃO ESCRITOS: A LIBERDADE DE FORMA E OS LIMITES DA CONFIANÇA

Autor(es):
Sthefanie Kelly Dos Santos Galvão: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Antonio Felipe Barbosa Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Danton Henrique Negreiros Vasconcelos Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Anne Caroline Ferreira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os contratos são fundamentais para as relações jurídicas e sociais no Brasil, sendo um instrumento de manifestação de vontade para criar, modificar ou extinguir direitos. Embora o ordenamento jurídico brasileiro reconheça a validade dos contratos independentemente de forma escrita, a ausência de formalização documental pode gerar insegurança jurídica as partes. Essa situação se torna possível por se basear em poucas evidências e se apoiar na boa-fé e confiança entre os contratantes. Deste modo, o artigo analisa que embora a legislação assegure a validade dos contratos não escritos, a utilização de instrumentos formais é essencial para conferir maior proteção às partes envolvidas e evitar conflitos judiciais.

(Metodologia) Este trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica de obras jurídicas, artigos científicos e legislações. Desse modo, possibilitando analisar os riscos jurídicos dos contratos não escritos, considerando a liberdade de forma contratual e os limites da confiança entre as partes.

(Resultados) O artigo evidencia a discrepância entre o princípio da liberdade de forma contratual e a realidade prática das relações jurídicas que se baseiam em acordos não escritos. Verifica-se que, embora a legislação permita a celebração de contratos verbais, a ausência de registro formal gera insegurança jurídica, dificultando a prova da existência e dos termos do negócio. Essa fragilidade se manifesta especialmente em situações de conflito, nas quais a confiança entre as partes é abalada e o ônus probatório se torna desproporcional. Os resultados demonstram que, na prática, a liberdade de forma encontra limites na necessidade de segurança e previsibilidade jurídica, revelando a importância do equilíbrio entre a autonomia da vontade e a proteção das partes envolvidas.

(Conclusão) Diante da análise realizada, observa-se que, embora a legislação brasileira assegure a validade dos contratos não escritos com base na liberdade de forma, a ausência de formalização documental gera significativa insegurança jurídica. A pesquisa evidenciou que, na prática, a confiança e a boa-fé entre as partes nem sempre são suficientes para garantir a efetividade e a proteção dos direitos contratualmente estabelecidos. Assim, conclui-se que a utilização de instrumentos formais é fundamental para reduzir riscos, facilitar a comprovação dos acordos e evitar conflitos judiciais. Desse modo, a formalização contratual se revela não apenas como uma opção prudente, mas como um mecanismo essencial para promover equilíbrio, previsibilidade e segurança nas relações jurídicas.

Palavras-chave: Liberdade de forma; Segurança jurídica; Boa-fé; Formalização contratual; Relações jurídicas.

A JUSTIÇA RESTAURATIVA E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO: FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E DESAFIOS

Autor(es):
Victória De Melo Santos Leite: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Tereza Laise Bezerra Cruz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
MARIA EDUARDA GUEDES CAVALCANTE: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Justiça Restaurativa (JR) propõe uma nova forma de compreender o crime e o conflito, deslocando o foco da punição para a reparação do dano, o diálogo e a corresponsabilidade. Baseada em autores como Howard Zehr e Kay Pranis, a JR se apresenta como uma filosofia que busca restaurar relações e promover o impacto positivo sobre pessoas e comunidades. No contexto brasileiro, sua consolidação ganhou força com a Resolução nº 225/2016 do CNJ, que instituiu diretrizes nacionais para sua implementação. Contudo, sua efetivação ainda enfrenta desafios, como a resistência cultural punitiva e a necessidade de formação continuada de facilitadores, o que reforça a importância de investigar seus fundamentos e práticas no país.

(Metodologia) A pesquisa desenvolveu-se sob uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram examinadas obras de referência, como Zehr (2002, 2008) e Pranis (2010), além de documentos normativos brasileiros, com destaque para a Resolução nº 225/2016 do CNJ. As palavras-chave utilizadas foram: Justiça Restaurativa; fundamentos; princípios; Howard Zehr; Kay Pranis; Justiça Restaurativa no Brasil.

(Resultados) A análise confirmou a Justiça Restaurativa (JR) como uma filosofia de justiça, consolidada pela Resolução nº 225/2016 do CNJ, que definiu princípios como voluntariedade, confidencialidade e reparação do dano. As práticas demonstram seu potencial transformador, especialmente nos círculos restaurativos, que promovem escuta e corresponsabilidade. Persistem, contudo, desafios, como a resistência cultural punitiva e a falta de apoio institucional, exigindo mudança cultural e articulação intersetorial para a efetiva consolidação da JR no país.

(Conclusão) A Justiça Restaurativa consolida-se como filosofia humanizadora, orientada pela cura, reparação e reconstrução de vínculos. No Brasil, sua implementação por meio da Resolução CNJ nº 225/2016representa avanço significativo rumo a uma cultura de paz e solidariedade. Apesar dos obstáculos, os resultados indicam que a JR promove pacificação social, reduz reincidência e fortalece a participação comunitária. Sua efetivação demanda compromisso coletivo entre Estado, instituições e sociedade civil, reafirmando-se como instrumento essencial para o fortalecimento dos direitos humanos e a construção de uma sociedade mais justa e empática.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa; Cultura de Paz; Howard Zehr; Kay Pranis; Resolução CNJ nº 225/2016.

A LEI 14.230/2021 E O REGIME SANCIONATÓRIO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA ANÁLISE DO ARTIGO 12 À LUZ DA INTERPRETAÇÃO NORMATIVA

Autor(es):
Vitor Rafael de Freitas Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei nº 14.230/2021 promoveu uma profunda reformulação na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa – LIA), especialmente no tocante ao regime sancionatório previsto no artigo 12. A reforma legislativa alterou substancialmente os tipos de sanções, os critérios de aplicação e os parâmetros de dosimetria, incorporando princípios do direito penal e processual penal à lógica sancionatória da improbidade. Nesse contexto, o presente trabalho busca analisar criticamente os impactos dessas mudanças, com foco na nova interpretação e aplicação das sanções pelos órgãos competentes, como o Ministério Público e o Poder Judiciário.

(Metodologia) A pesquisa adotará abordagem qualitativa, com método dedutivo, a partir da análise normativa, doutrinária e jurisprudencial. Serão examinados os textos das Leis nº 8.429/92 (antes e após a reforma) e nº 14.230/21, além de julgados dos Tribunais Superiores (STF e STJ) que já tenham se manifestado sobre a aplicação das novas regras. Também serão considerados pareceres do Ministério Público, artigos doutrinários e estudos acadêmicos pertinentes ao tema.

(Resultados) A reforma promovida pela Lei 14.230/2021, ao alterar o regime sancionatório da improbidade administrativa, representa um marco na busca por racionalidade e coerência no tratamento da matéria. Contudo, a exigência de dolo específico e a redefinição das sanções impuseram desafios interpretativos relevantes. A aplicação da nova lei pelos órgãos competentes tem oscilado entre uma postura garantista e uma perspectiva de preservação da função repressiva da LIA, o que reforça a necessidade de consolidação jurisprudencial. A pesquisa evidencia a importância de uma interpretação sistemática e finalística das alterações normativas, a fim de equilibrar o combate à corrupção com as garantias fundamentais.

(Conclusão) A reforma promovida pela Lei 14.230/2021, ao alterar o regime sancionatório da improbidade administrativa, representa um marco na busca por racionalidade e coerência no tratamento da matéria. Contudo, a exigência de dolo específico e a redefinição das sanções impuseram desafios interpretativos relevantes. A aplicação da nova lei pelos órgãos competentes tem oscilado entre uma postura garantista e uma perspectiva de preservação da função repressiva da LIA, o que reforça a necessidade de consolidação jurisprudencial. A pesquisa evidencia a importância de uma interpretação sistemática e finalística das alterações normativas, a fim de equilibrar o combate à corrupção com as garantias fundamentais.

Palavras-chave: Lei de Improbidade Administrativa. Reforma Legislativa. Sanções. Interpretação Normativa. Dolo Específico.

A MEDIAÇÃO E O JUDICIÁRIO: ACESSO À ORDEM JUSTA

Autor(es):
Gabriel Sena Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça representa um marco transformador ao propor a mediação como caminho para a resolução de conflitos com base no diálogo e no acesso à justiça, especialmente diante da excessiva judicialização e litigiosidade do sistema. A mediação, como método autocompositivo, rompe com a lógica pouco efetiva de vencedor e perdedor e convoca as partes a construírem, de forma colaborativa, soluções para seus próprios conflitos. Tendo como base a escuta ativa e humanizada, inclusive sob influencia da Psicanálise, permite aos sujeitos que reconheçam sua participação no impasse e retomem a autonomia baseada na lógica sobre suas decisões. Assim, os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) consolidam-se como espaços de cidadania e pacificação social, onde a restauração das relações humanas substitui a imposição judicial, promovendo uma verdadeira cultura de diálogo e corresponsabilidade com o intuito de resolver conflitos, não criar outros.

(Metodologia) A pesquisa é de natureza qualitativa e bibliográfica, fundamentada em legislações, resoluções e doutrinas especializadas sobre os métodos autocompositivos e a Política Judiciária Nacional instituída pelo CNJ. Foram analisados documentos oficiais e produções acadêmicas que abordam a mediação judicial e extrajudicial, com ênfase nas práticas implementadas pelos CEJUSCs, que após o código de processo civil de 2015 ganhou ainda mais força. A abordagem teórica foi complementada pela observação empírica das atividades desenvolvidas no CEJUSC de Parnamirim/RN, por meio de audiências de conciliação, permitindo uma reflexão crítica acerca da efetividade da mediação como política pública de acesso à justiça e a sua eficácia diante da realidade social brasileira.

(Resultados) Por isso, a efetivação da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos é concretizada pela instalação e operação dos CEJUSC's que são considerados as vitais para o funcionamento desta política pública. Ao se utilizar a mediação e conciliação como método um método autocompositivo, colaborativo e não adversarial, com a responsabilização subjetiva do sujeito, por meio de uma escuta ativa e psicanalítica, é possível restabelecer o dialoga mediativo, que favorece a autonomia das partes, fortalece o vínculo comunitário e estimula o protagonismo social na resolução de controvérsias.

(Conclusão) A mediação representa um avanço concreto no modelo de Justiça brasileiro, promovendo a melhor aplicação da justiça para o cidadão e a efetivação de seus direitos fundamentais. A atuação dos CEJUSCs consolida essa política pública e reafirma o compromisso do Poder Judiciário com a pacificação social e jurídica sobre o desenvolvimento humano. Assim, a guinada para a mediação contribui para uma justiça mais acessível, participativa e comprometida com a construção de uma verdadeira ordem justa.

Palavras-chave: Mediação. CEJUSC. Acesso à Justiça. Autocomposição. CNJ.

A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO INSTRUMENTO EFETIVO NA PROTEÇÃO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA EM DISPUTAS DE GUARDA

Autor(es):
Maria Eduarda De Castro Gaspar Dias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Yasmin de Brito Saldanha Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Pedro Henrique Dantas Gonçalves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sofia Stella Freire Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Antonia Rodrigues de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo geral deste trabalho é analisar a mediação familiar como um método eficaz de solução pacífica de conflitos no Direito de Família. Para isso, os objetivos específicos visam discutir sua relevância com base na dignidade da pessoa humana e na proteção integral da criança; avaliar como ela contribui para a construção de acordos cooperativos que minimizem os impactos emocionais e jurídicos de disputas; e, por fim, identificar os principais desafios para sua plena aplicação, como a necessidade de capacitação e a resistência cultural ao método.

(Proposta do roteiro) O vídeo segue um formato acadêmico, iniciando com a identificação da instituição, título do trabalho e autores. Em seguida, apresenta de forma clara a introdução, objetivos, metodologia, resultados e conclusão da pesquisa sobre a mediação familiar. A narração é feita de modo contínuo, com apoio visual de slides e imagens ilustrativas, finalizando com a ênfase na importância da mediação para o melhor interesse da criança.

(Efeitos esperados) O vídeo tem como efeito esperado divulgar o trabalho de forma clara e atrativa, destacando a relevância da mediação familiar no Direito de Família. Busca sensibilizar o público sobre a importância de proteger o melhor interesse da criança por meio do diálogo e da cooperação entre os pais. Além disso, pretende demonstrar o domínio acadêmico dos autores, reforçar a credibilidade da pesquisa e valorizar a produção científica do curso de Direito da UNI-RN, estimulando a reflexão sobre métodos pacíficos de resolução de conflitos.

A MEDIAÇÃO TRANSFORMADORA NA ABORDAGEM DOS CONFLITOS FAMILIARES: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A REVOLUÇÃO DE LITÍGIOS DE INVENTÁRIO

Autor(es):
Sara Cavalcante Do Nascimento Freire: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Paulo Leite de Menezes Holanda: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gianecchini Cunha de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Caio Benicio Gomes de Souto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Karolina de Lima Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Promover uma conscientização sobre a eficácia da mediação como método resolutivo de processos judiciais em que estejam presentes familiares.

(Proposta do roteiro) A gravação do vídeo será feito através de falas alternadas dos componentes do grupo, onde será introduzido as características da mediação,seus objetivos principais sua definição e metodologias de aplicação, ficara exposto como a mediação foge do rigor legal e consegue se adaptar a exigência de uma solução negociada humanizada, que reconhece a impossibilidadede de se ignorar os sentimentos humanos contidos nas relações familiares em situações de conflito, como divórcio, inventário etc. Posteriormente, sera expostos os princípios basilares da mediação e sua eficácia em contesto de relações familiares, e por fim será relatado um estudo de caso real ocorrido, onde a mediação se mostrou um meio fundamental para a resolução do problema proposto.

(Efeitos esperados) Conscientizar sobre a real eficácia da mediação em contesto de processos judiciais com a presença de familiares. Ser capaz de demonstrar como a mediação é um meio satisfatório na geração de economia processual.

A NECESSIDADE DE SE REPENSAR ACERCA DA SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Autor(es):
Júlia Costa da Silveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho discute como a saúde mental dos estudantes universitários é de fundamental importância para permitir o seu desenvolvimento por completo, já que inúmeros fatores podem atrapalhar esse processo. Além disso, a saúde não se limita a parte física e inclui também a parte mental, então é de extrema importância que ambas estejam em equilíbrio para promover um bom desempenho acadêmico e pessoal ao estudante. Por isso, é necessário repensar acerca da saúde mental dos graduandos como um tema essencial para ser debatido, sendo muito relevante para a comunidade científica, haja vista que esse assunto trata das contribuições educacionais que só podem ser alcançadas quando o aluno consegue ter condições mínimas de conciliar o tempo destinado a atividades universitárias e também ao raro tempo ocioso.

(Metodologia) Essa pesquisa foi desenvolvida através de fontes teóricas, possui caráter analítico, o método de análise é a qualitativa. Trata-se de uma documentação totalmente teórica, as principais fontes consultadas e as bases de dados utilizadas foram (Google Acadêmico, Periódico Eletrônico em Psicologia, Scielo Portugal). Todo esse material foi selecionado de forma séria e foi fundamental para guiar a pesquisa, porque foi através deles que se chegou a várias possibilidades de principais causas que provocam problemas emocionais e de desempenhos nos estudantes universitários.

(Resultados) Os resultados encontrados mostram que alguns pensamentos foram compartilhados entre ambas as partes (tanto da autora deste trabalho quanto dos autores dos artigos lidos para fundamentar essa pesquisa), sendo esses resultados as principais causas que abalam a saúde mental dos estudantes e as suas consequências. Resultados como principal causa, incluem-se: a mudança de cidade natal para a cidade em que o estudante irá realizar o curso; expectativa de fazer amigos; dificuldade de fazer perguntas ao professor durante as aulas e até mesmo participar de forma ativa; abuso de substâncias tóxicas como o álcool e drogas; prazos apertados para atividades, trabalhos e provas; além disso, alguns estudantes precisam conciliar a faculdade e o trabalho o que gera estresse e pouco tempo para aproveitar o ócio; muitos estudantes sentem o medo, a pressão e a comparação entre outro colegas; e também o medo de não ser um bom profissional ou não conseguir ter acesso a oportunidades de emprego; e o pior de todos o próprio suicídio. E as consequências, como pode ser observado, são o acúmulo desses problemas que podem prejudicar a saúde mental dos estudantes.

(Conclusão) Diante do exposto, conclui-se que existe uma necessidade de se repensar acerca da saúde mental dos estudantes universitários justamente pelo fato de que muitos jovens dedicados podem adquirir problemas quando não conseguem se adaptar a rotina de estudos acadêmicos, algo que é totalmente diferente da que esse grupo estava acostumado durante o período escolar (além, da mudança de cidade, distanciamento familiar e de amigos, o cansaço processo de conciliar faculdade e trabalho, as crises de ansiedade, pensamentos sombrios, dificuldade de construir relações nesse ambiente e entre outros fatores, todos esses que foram citados são exemplos das principais causas que provocam situações nocivas aos estudantes universitários e afetam a sua saúde mental). Assim, a melhor solução possível da parte das universidades é oferecer mudança nos ambientes universitários, através de suporte psicológico, isso iria minimizar esse problema.

Palavras-chave: Saúde Mental. Saúde. Universitários. Dificuldades. Problemas.

A PAZ PERPÉTUA DE KANT E A CRISE DOS MÍSSEIS: UM DIÁLOGO ENTRE O IDEAL E A REALIDADE

Autor(es):
Paulo Vitor Fernandes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN
Ângelo José Menezes Silvino: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Objetivo Geral Investigar a aplicabilidade e os desafios à teoria da paz perpétua de Kant, por meio da análise da Crise dos Mísseis de 1962. Objetivos Específicos Apresentar os princípios centrais do projeto kantiano, como a federação de Estados, a paz natural e o princípio da publicidade. Relacionar esses conceitos aos eventos da crise de 1962, considerando o papel do Conselho de Segurança da ONU e a lógica da Destruição Mútua Assegurada. Examinar a tensão entre a ética kantiana e as decisões pragmáticas dos líderes envolvidos. Avaliar como a crise, apesar de suas contradições, reafirma a atualidade do pensamento kantiano.

(Proposta do roteiro) O vídeo inicia com a proposta filosófica de Immanuel Kant sobre a paz perpétua (projeto estrutural, jurídico e ético), contrastando-a com a Crise dos Mísseis de 1962, onde a paz era uma frágil exceção. A análise articula os princípios de Kant (federação de Estados, paz pela natureza e publicidade) com a Simulação Diplomática do CSNU de 1962. O roteiro aborda a tensão entre o Conselho de Segurança da ONU (expressão imperfeita do ideal federativo) e a lógica da Destruição Mútua Assegurada, que impôs contenção pelo medo. Os debates da simulação evidenciam a fragilidade institucional da Guerra Fria, mas mostram como a negociação e o discurso racional se aproximam do ideal kantiano de diálogo orientado pela razão e moral. O roteiro demonstra a violação do princípio da publicidade por ações clandestinas (CIA/KGB), contrastando com a ética de Kant e a raison dÉtat. A conclusão foca no desfecho negociado da crise e na Simulação do CSNU, provando que o diálogo é uma estratégia viável em condições extremas. O vídeo reafirma o poder da filosofia de Kant como horizonte crítico e normativo, sendo essencial para formar diplomatas conscientes da centralidade da razão na busca pela paz.

(Efeitos esperados) Avaliar a aplicabilidade da teoria da paz perpétua de Kant no Direito Internacional Público, usando a Crise dos Mísseis de 1962 como estudo de caso, demonstrando que sua filosofia fornece uma ferramenta crítica para analisar relações internacionais e dilemas jurídicos, oferecendo um referencial ético e normativo para avaliar a legitimidade das ações estatais e mostrando que o diálogo é uma estratégia viável mesmo sob extrema tensão.

A PRECARIEDADE DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: ENTRE A MATERIALIDADE E A INCONSTITUCIONALIDADE

Autor(es):
Sâmara da Costa Martins: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sofia Rabelo de Macedo Tavares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Alan Zacarias Almeida dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo analisa a disfuncionalidade do sistema prisional brasileiro à luz da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), que visa garantir a efetividade da pena e a ressocialização, mas é prejudicada pela superlotação, precariedade e omissão estatal. Examina-se como a falta de estrutura compromete a função ressocializadora e viola direitos fundamentais, considerando o reconhecimento do "estado de coisas inconstitucional" pelo STF (ADPF 347). Com base em Renato Marcão, Mesquita Júnior, Feu Rosa e Mirabete, são abordados os tipos de estabelecimentos previstos na LEP, demonstrando que a ausência de condições adequadas transforma prisões e outros estabelecimentos penais em locais de degradação. A pesquisa se justifica pela necessidade de repensar o papel do Estado diante da crise carcerária e das violações reconhecidas pelo STF, destacando reformas recentes, como a Política Antimanicomial do CNJ (Resolução nº 487/2023), que propõe um modelo mais humanizado e constitucional de execução penal.

(Metodologia) A pesquisa adota abordagem qualitativa e documental, fundamentada no estudo da legislação vigente e em revisão bibliográfica sobre o sistema carcerário brasileiro. Utiliza o método dedutivo para relacionar a previsão normativa à realidade empírica das prisões. As principais fontes foram a Constituição Federal de 1988, a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), a ADPF 347, a Resolução nº 487/2023 do CNJ e obras de autores como Renato Marcão, Sidio Rosa de Mesquita Júnior, Julio Fabbrini Mirabete e Feu Rosa. O método permitiu evidenciar a discrepância entre norma e prática nos estabelecimentos prisionais.

(Resultados) A análise mostra que o sistema prisional brasileiro é disfuncional e não cumpre a Lei de Execução Penal. Segundo Mirabete (2002), a pena deveria priorizar a recuperação, mas prevalece a degradação. As penitenciárias têm infraestrutura e salubridade precárias; as colônias agrícolas e industriais são insuficientes; e as Casas do Albergado quase inexistem, levando ao uso indevido do regime domiciliar. Os hospitais de custódia seguem desestruturados e mantêm modelo manicomial, contrariando a Política Antimanicomial (Resolução CNJ nº 487/2023), que determina o fechamento gradual de asilos e cuidados em meio aberto. As cadeias públicas, superlotadas, misturam presos provisórios e condenados, violando a LEP e confirmando o "estado de coisas inconstitucional" reconhecido na ADPF 347 (STF, 2023). Essas falhas revelam o abandono estatal e o caráter punitivo do sistema. Como destaca Renato Marcão (2019), a reintegração só ocorre com condições dignas, evidenciando a necessidade urgente de reformulação estrutural e administrativa.

(Conclusão) Constata-se uma contradição entre a legislação que garante dignidade e ressocialização e a realidade prisional de superlotação, falta de estrutura e desumanização. A carência de investimentos em colônias agrícolas, casas de albergado e hospitais de custódia revela o descumprimento do dever estatal. Superar esse cenário requer políticas públicas integradas, modernização das prisões, fortalecimento da justiça restaurativa, adoção de alternativas penais e cumprimento da ADPF 347. Uma gestão penitenciária humanizada e interdisciplinar é essencial para substituir a lógica punitiva por um sistema baseado na dignidade, educação e reintegração social.

Palavras-chave: Estabelecimentos penais. Disfuncionalidade. Execução penal. Integração social.

A REALIDADE DOS MENORES INFRATORES EM NATAL E SUAS PERSPECTIVAS APÓS PASSAREM POR MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Autor(es):
Renan Gabriel Almeida de Aguiar: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Sofia Rabelo de Macedo Tavares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Alan Zacarias Almeida dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema abordado nessa pesquisa discorre sobre “A realidade dos menores infratores em Natal e suas perspectivas após passarem por medidas socioeducativas”. Tal assunto é importante porque trata de uma questão relevante para a sociedade, a justiça e o futuro desses jovens. Esse tema permite explorar as causas que levam menores a se envolverem em atos infracionais, como desigualdade social, falta de acesso à educação e ausência de suporte familiar, contribuindo para uma análise mais aprofundada da realidade social de Natal.

(Metodologia) Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, que se caracteriza pela busca de uma compreensão profunda sobre fenômenos sociais, analisando significados, contextos e experiências vividas pelos indivíduos. A fundamentação teórica da pesquisa foi construída por meio da análise de livros, artigos científicos, legislações e materiais disponibilizados durante a disciplina de Sociologia Jurídica. Essa etapa teve como objetivo compreender os conceitos centrais relacionados ao sistema socioeducativo, como ressocialização, medidas socioeducativas e proteção integral, bem como identificar os desafios e potencialidades dessas práticas na realidade brasileira e, especificamente, em Natal.

(Resultados) No contexto das medidas socioeducativas, a socialização secundária deveria atuar como um catalisador de mudança, oferecendo novas oportunidades por meio de programas educativos e profissionalizantes. No entanto, o estudo aponta para limitações estruturais significativas, como a superlotação das unidades, a insuficiência de infraestrutura e a ausência de padronização nos programas, que comprometem o impacto dessas medidas. Apesar dos desafios, as entrevistas com os jovens revelaram um forte desejo de reconstruir suas vidas, refletindo resiliência e esperança em um futuro melhor. Essas aspirações reforçam a necessidade de ações integradas e humanizadas, que rompam os ciclos de exclusão e criem condições para que esses adolescentes se tornem cidadãos produtivos e participantes da sociedade.

(Conclusão) Dessa forma, conclui-se que a transformação efetiva do sistema socioeducativo requer uma abordagem multidimensional, que vá além da punição e priorize a reeducação e reintegração. O fortalecimento das políticas públicas, aliado ao compromisso coletivo de Estado, família e sociedade, é essencial para que os menores infratores possam superar suas adversidades e construir trajetórias baseadas em novas possibilidades e perspectivas.

Palavras-chave: Menores infratores. Marginalização. Reabilitação. Perspectiva de futuro.

A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA AMERICANAS: REESTRUTURAÇÃO, GOVERNANÇA E PERSPECTIVAS DE ENCERRAMENTO

Autor(es):
Priscylla Maryana Miranda de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Cinthia Gomes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Carlos Soares da Silva Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN

(Introdução) A recuperação judicial da Americanas, iniciada em 2023, representa um dos casos mais relevantes do Direito Empresarial contemporâneo no Brasil, tanto pela dimensão da dívida quanto pelos efeitos econômicos e jurídicos decorrentes. A crise, que levou a empresa a ingressar com o pedido de recuperação, mobilizou credores, o mercado varejista, órgãos reguladores e investidores, reposicionando o debate sobre governança corporativa e os limites da Lei no 11.101/2005. A homologação do plano aprovou medidas voltadas à preservação da atividade econômica, manutenção de empregos e reorganização de passivos, demonstrando a importância do instituto jurídico como meio de soerguimento empresarial. A pesquisa busca compreender como a aplicação prática do plano aprovado evidencia os mecanismos legais de superação da crise e suas implicações para o mercado.

(Metodologia) A metodologia adotada baseou-se na análise documental e bibliográfica, contemplando decisões judiciais, dados econômicos divulgados pela empresa, informações constantes do plano aprovado e publicações especializadas sobre o caso. Foram examinados elementos como os valores iniciais do passivo, a negociação com credores, as medidas de aporte de capital e os indicadores gerenciais divulgados após a homologação. A abordagem qualitativa permitiu correlacionar os instrumentos jurídicos previstos na lei aos efeitos práticos observados no processo.

(Resultados) Os resultados evidenciam avanços significativos na execução do plano. Após a aprovação em dezembro de 2023 e a homologação em fevereiro de 2024, a empresa iniciou uma reestruturação operacional, com o fechamento de lojas deficitárias e reorganização interna. As negociações com os credores contribuíram para a redução proporcional da dívida, inicialmente estimada em aproximadamente R$ 43 bilhões. Houve também aporte de capital mediante conversão e recompra de dívidas em ações, fortalecendo a estrutura patrimonial. O fluxo de caixa gerencial apresentou melhora progressiva, refletindo maior estabilidade financeira. No segundo trimestre de 2025, os prejuízos diminuíram de forma expressiva, e o mercado passou a visualizar a possibilidade concreta de encerramento do processo no primeiro semestre de 2026.

(Conclusão) A conclusão aponta que, apesar da complexidade do caso e dos desafios decorrentes da gestão anterior, a recuperação judicial da Americanas caminha para um desfecho positivo sob a perspectiva jurídica e empresarial. A conjugação entre renegociação de passivos, reestruturação operacional e aporte de capital demonstra a viabilidade do instituto da recuperação judicial como instrumento efetivo de superação de crises. A continuidade do processo dependerá da consolidação de uma nova governança corporativa e de um modelo sustentável de geração de caixa, alinhados aos princípios legais da preservação da empresa e da função social. A experiência da Americanas reforça a relevância da legislação vigente e abre espaço para debates sobre sua aplicação, limites e aperfeiçoamentos necessários.

Palavras-chave: Recuperação judicial. Direito empresarial. Americanas. Reestruturação. Governança.

A REFORMA DO CÓDIGO CIVIL E O DIREITO SUCESSÓRIO: UMA ANÁLISE DA TUTELA DO CÔNJUGE SUPÉRSTITE

Autor(es):
Ana Carla de Azevedo Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Morais: Docente do UNI-RN
Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) A sociedade brasileira passou por profundas transformações nas últimas décadas, refletindo-se diretamente na estrutura familiar e, consequentemente, no Direito de Família e Sucessões. A família do século XXI é multifacetada, marcada por relacionamentos mais fluidos e a prevalência de uniões estáveis e famílias recompostas. Diante disso, a Comissão de Juristas propôs uma ampla reforma da legislação civil, destacando-se a reestruturação da posição sucessória do cônjuge e do companheiro sobrevivente. O estudo visa responder se a proposta de reforma representa um avanço ou um retrocesso para a tutela do cônjuge supérstite. Para tanto, será realizado um apanhado histórico e a análise das alterações propostas, argumentando-se que a supressão da concorrência sucessória, embora aparente, cria um sistema de proteção mais funcional e moderno.

(Metodologia) A metodologia do presente estudo baseia-se na pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem analítico descritiva e emprego do método comparativo. A pesquisa bibliográfica consiste em análise da doutrina jurídica brasileira e da evolução histórica do Direito das Sucessões, com foco no papel do cônjuge e nas implicações das reformas legislativas. A pesquisa documental, por sua vez, abrange a análise de diplomas legais históricos e vigentes (Ordenações Portuguesas, CC/1916 e CC/2002 – art. 1.829), legislação correlata (Leis n.º 8.971/94 e n.º 9.278/96), o Anteprojeto de Reforma do Código Civil e a Jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores (STJ e STF). O método comparativo foi utilizado para contrapor as disposições do Código Civil de 2002 com a proposta de reforma e o histórico da legislação, visando descrever e interpretar o arcabouço legal sucessório em confronto com a teoria e a prática jurídica.

(Resultados) Nesse contexto, apontam que a reforma do Direito das Sucessões busca corrigir a insegurança gerada pelo modelo de 2002 em famílias recompostas, por meio da supressão da concorrência sucessória, visando a simplificação da vocação e a autonomia da vontade. A tutela do supérstite é redirecionada para mecanismos funcionais (usufruto protetivo, direito real de habitação e equiparação sucessória), transformando a proteção automática em garantia condicionada à necessidade. A vulnerabilidade feminina é tratada diretamente pelo Direito de Família (alimentos compensatórios e comunhão de valorização). Apesar de limitações como novos conceitos indeterminados, a reforma promove a modernização da legislação, alinhando-a à realidade social e à equidade do Direito de Família e Sucessões

(Conclusão) Portanto, a reforma do Direito das Sucessões constitui uma necessária adequação à evolução social e familiar, e não um retrocesso. A supressão da concorrência sucessória e do cônjuge como herdeiro necessário redireciona a tutela para um sistema mais funcional e com prioridade à autonomia da vontade. O novo modelo ampara a vulnerabilidade real por meio de mecanismos específicos (usufruto protetivo, direito real de habitação ampliado e equiparação sucessória do companheiro), garantindo a subsistência do supérstite. A proposta também avança na correção da vulnerabilidade feminina, com ações diretas no Direito de Família (alimentos compensatórios e comunhão de valorização). Apesar dos desafios de interpretação e da maior liberdade de testar, a direção geral consolida um Direito Sucessório mais justo, equitativo e previsível, alinhado às realidades contemporâneas.

Palavras-chave: Direito Sucessório. Anteprojeto do Código Civil. Cônjuge Supérstite. Autonomia da Vontade. Herança.

A RELAÇÃO ENTRE CONTRATOS INVÁLIDOS E OS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS INFORMAIS

Autor(es):
Vitória Rafaely de Sousa Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Júlia Beatriz de Paiva Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo tem como objetivo analisar a natureza e a validade jurídica de contratos entre empregadores e trabalhadoras domésticas que buscam afastar o reconhecimento formal do vínculo, especialmente quando elaborados para manter benefícios assistenciais. Pretende-se verificar se tais ajustes produzem efeitos válidos diante das normas de ordem pública ou se configuram atos nulos, violando princípios protetivos. Também busca-se examinar a essência desses pactos, que podem envolver renúncia a direitos trabalhistas, ocultação do vínculo e fraude à legislação, e refletir sobre os limites da autonomia contratual e as implicações jurídicas, sociais e éticas da celebração desses contratos. Por fim, reafirma-se a prevalência da proteção, da primazia da realidade e da indisponibilidade dos direitos trabalhistas.

(Metodologia) A pesquisa é qualitativa, exploratória e analítica, com abordagem teórico-jurídica e documental. Fundamenta-se em doutrina do Direito do Trabalho, legislação vigente – Constituição Federal, CLT e Lei Complementar nº 150/2015 – e jurisprudência do TRT21 e TST. Adotou-se o método dedutivo, partindo dos princípios gerais e normas de ordem pública para examinar a validade de contratos que buscam afastar o vínculo doméstico, identificando os limites da autonomia da vontade e avaliando a proteção jurídica em casos de ajustes simulados ou fraudulentos.

(Resultados) A análise demonstrou que contratos destinados a afastar o vínculo de emprego doméstico, mesmo formalmente celebrados e com consentimento da trabalhadora, não produzem efeitos jurídicos válidos. Tais ajustes configuram atos nulos, conforme o art. 9º da CLT, por desvirtuar normas de proteção laboral e contrariar a função social do trabalho. A autonomia da vontade nas relações domésticas encontra limites, não podendo justificar renúncia a direitos de ordem pública, como registro em carteira, salário e seguridade social. Esses contratos, longe de promover liberdade, perpetuam informalidade e vulnerabilidade, violando princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da valorização do trabalho. A jurisprudência do TRT21 e do TST reforça que o consentimento da empregada é irrelevante quando o pacto visa suprimir garantias legais.

(Conclusão) Conclui-se que contratos que buscam afastar o vínculo de emprego doméstico são nulos de pleno direito (art. 9º da CLT) e constituem fraude à legislação trabalhista. O princípio da primazia da realidade garante que, havendo elementos caracterizadores do vínculo – pessoalidade, subordinação, onerosidade e não eventualidade, este deve ser reconhecido, independentemente da forma contratual. A nulidade desses contratos é necessária para assegurar a efetividade dos direitos fundamentais, combater a informalidade e reforçar a proteção social das trabalhadoras domésticas. O estudo evidencia o papel da Justiça do Trabalho na consolidação de uma jurisprudência firme, pedagógica e coerente, promovendo a justiça social e a proteção de direitos indisponíveis.

Palavras-chave: Contrato inválido; vínculo empregatício informal; primazia da realidade; empregada doméstica; nulidade trabalhista.

A RESOLUÇÃO CONTRATUAL POR ONEROSIDADE EXCESSIVA: A PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO E DA JUSTIÇA NAS RELAÇÕES OBRIGACIONAIS

Autor(es):
Raissa Gabriela da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Emilly Caroline De Albuquerque Monteiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como objetivo analisar a resolução contratual por onerosidade excessiva como forma de extinção ou revisão dos contratos, à luz do princípio do equilíbrio contratual e da teoria da imprevisão prevista no artigo 478 do Código Civil. A pesquisa busca compreender de que maneira mudanças imprevisíveis nas circunstâncias podem tornar a prestação de uma das partes excessivamente onerosa, comprometendo o equilíbrio e a justiça das relações obrigacionais. A partir dessa perspectiva, pretende-se demonstrar que o instituto da onerosidade excessiva atua como um mecanismo de proteção das partes contratantes, permitindo a recomposição da equidade e a preservação da função social do contrato. A discussão acerca da resolução por onerosidade excessiva ganha relevância diante de eventos extraordinários e imprevisíveis, como crises econômicas, desastres naturais ou pandemias a exemplo da Covid-19, que impactam diretamente a execução das obrigações contratuais. Nessas situações, a rigidez da força obrigatória dos contratos (pacta sunt servanda) precisa ser relativizada, de modo a assegurar a manutenção da justiça contratual e o respeito à boa-fé objetiva. O tema, portanto, revela-se de grande importância prática e teórica, pois envolve a busca por um equilíbrio entre a estabilidade dos vínculos jurídicos e a necessidade de adaptação às realidades socioeconômicas que se transformam de forma imprevisível.

(Metodologia) A pesquisa é de natureza bibliográfica e qualitativa, fundamentada na análise de doutrina, legislação e jurisprudência. O método utilizado baseia-se na interpretação sistemática e comparativa, visando compreender como o ordenamento jurídico brasileiro tem conciliado a força obrigatória dos contratos com os princípios da equidade e da boa-fé objetiva.

(Resultados) Como resultado espera-se demonstrar que a resolução contratual por onerosidade excessiva constitui instrumento essencial para a preservação do equilíbrio e da justiça nas relações obrigacionais. Pretende-se evidenciar que a aplicação da teoria da imprevisão, em consonância com os princípios da boa-fé e da função social do contrato, permite ajustar os vínculos jurídicos às mudanças imprevisíveis, sem comprometer a segurança jurídica. Além disso, busca-se destacar a evolução da jurisprudência brasileira, que vem adotando uma postura mais flexível e sensível às situações excepcionais, como a crise sanitária causada pela Covid-19. Espera-se, ainda, contribuir para o debate acadêmico acerca da necessidade de conciliar estabilidade contratual e justiça material, reforçando o papel do Direito Civil como instrumento de equilíbrio social.

(Conclusão) Diante do exposto, conclui-se que a resolução contratual por onerosidade excessiva, à luz do artigo 478 do Código Civil, constitui importante instrumento para garantir o equilíbrio e a justiça nas relações obrigacionais. A partir da teoria da imprevisão e dos princípios da boa-fé objetiva e da função social do contrato, é possível compatibilizar a força obrigatória dos contratos com a necessidade de adaptação a eventos extraordinários e imprevisíveis. A pandemia da Covid-19 evidenciou essa necessidade, reforçando a importância de uma interpretação mais flexível e equitativa nas relações contratuais.

Palavras-chave: contrato; onerosidade excessiva; resolução; teoria da imprevisão; equilíbrio contratual.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS CORRETORAS DE CRIPTOMOEDAS NO BRASIL: OS DESAFIOS DA REGULAMENTAÇÃO E A PROTEÇÃO DOS USUÁRIOS EM UM MERCADO DESCENTRALIZADO

Autor(es):
Matheus Cunha Gurgel: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) Com o crescente interesse em ativos digitais e a banalização do mercado de criptomoedas no Brasil, faz-se necessário analisar as principais problemáticas constantes na negociação desses ativos, mais especificamente no que tange à vulnerabilidade dos clientes e das demais partes envolvidas. Este trabalho de conclusão de curso busca dissertar acerca da responsabilidade civil das corretoras (exchanges) de criptomoedas no país, e substancialmente, a proteção dos usuários envolvidos neste mercado descentralizado. Por se tratar de um mercado relativamente “novo” e pouco explorado pela sociedade, há muitas lacunas jurídicas a serem preenchidas, apresentando um grande desafio na concretização da sua regulamentação. Nesse contexto, a ausência de precedentes legais consolidados, somada à crescente incidência de casos de insolvência de ativos e golpes financeiros, exige a formulação de um marco regulatório mais robusto e célere para a proteção dos usuários.

(Metodologia) O presente trabalho adota uma abordagem exploratória e qualitativa, visando fomentar a discussão acerca da responsabilidade civil das corretoras de criptomoedas no Brasil, mediante pesquisa bibliográfica de doutrinas, leis, jurisprudências e artigos científicos. Além da pesquisa bibliográfica, serão analisados estudos de caso de situações concretas envolvendo casos de insolvência ou falência de corretoras. Esses estudos de caso permitirão ilustrar os problemas e desafios enfrentados pelos usuários, bem como identificar possíveis soluções e diretrizes para a regulamentação do setor.

(Resultados) Em primeira análise, convém salientar que a Lei nº 14.478/2022, a qual dispõe acerca da prestação de serviços de ativos digitais e sua regulamentação, vista como um marco inicial, estabeleceu diretrizes gerais, prevendo a necessidade de autorização e supervisão das corretoras por um órgão federal, bem como a aplicação de normas do Código de Defesa do Consumidor. Todavia, não pode ser vista como um marco final e definitivo, pois esta delegou muita matéria para outros dispositivos legais. Dessa forma, mesmo com a presença da referida lei, constata-se que existem lacunas significativas quanto à natureza jurídica exata dos serviços prestados pelas corretoras e aos limites de sua responsabilidade em casos de falhas de segurança ou perdas de ativos.

(Conclusão) Conclui-se, portanto, que a responsabilidade civil das corretoras de criptomoedas no Brasil ainda se encontra em uma fase de construção e incerteza jurídica. Embora haja uma tendência de aplicação do CDC, a Lei nº 14.478/2022 ainda carece de mais fundamentação, no que tange aos deveres específicos das corretoras e os limites de sua responsabilidade, especialmente frente aos riscos inerentes ao mercado descentralizado e tecnológico.

Palavras-chave: criptomoedas; responsabilidade civil; corretoras; regulamentação.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA SEGURANÇA DOS PRESÍDIOS: SOB A ÓTICA DO MASSACRE DO CARANDIRU

Autor(es):
Dennis Carvalho de Farias Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Ricardo César Ferreira Duarte Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) A segurança dos presídios brasileiros constitui um dos maiores desafios do Estado, sobretudo diante de episódios emblemáticos que evidenciam a falência do sistema penitenciário, como o massacre do Carandiru, ocorrido em 1992, símbolo dessa problemática, representando não apenas uma tragédia humanitária, mas também um marco jurídico e social quanto à responsabilidade civil do Estado. Neste contexto, torna-se indispensável analisar os fundamentos que envolvem a responsabilização estatal, especialmente sob a ótica da dignidade da pessoa humana, princípio basilar do ordenamento jurídico e consagrado na Constituição Federal de 1988.

(Metodologia) A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com base em revisão bibliográfica e documental. Foram analisadas obras doutrinárias, artigos acadêmicos, jurisprudências e documentos oficiais relacionados ao massacre do Carandiru e à responsabilidade civil do Estado. Também foram examinados tratados internacionais sobre direitos humanos ratificados pelo Brasil, bem como dispositivos constitucionais e infraconstitucionais pertinentes ao tema.

(Resultados) A análise evidencia que o Estado brasileiro, ao não assegurar condições mínimas de segurança e dignidade dentro das unidades prisionais, incorre em responsabilidade civil objetiva, conforme preceitua o artigo 37, §6º da Constituição Federal. No caso do massacre do Carandiru, a omissão estatal em conter o conflito de forma proporcional e adequada resultou em uma grave violação de direitos fundamentais. As decisões judiciais posteriores, embora controversas e marcadas por reviravoltas, reconhecem, ainda que parcialmente, a obrigação do Estado de indenizar os danos causados aos familiares das vítimas. Ademais, o episódio impulsionou o debate acerca da necessidade de reformas no sistema penitenciário e da efetiva implementação de políticas voltadas à humanização do cárcere.

(Conclusão) A responsabilização civil do Estado em casos como o do Carandiru reforça a centralidade do princípio da dignidade da pessoa humana na aplicação do Direito. O reconhecimento de que o preso, mesmo privado de liberdade, não está desprovido de direitos, é essencial para a construção de um sistema penal mais justo, eficiente e alinhado com os valores constitucionais. O estudo evidencia a importância de responsabilizar o Estado não apenas como forma de reparação, mas como medida pedagógica e preventiva para evitar novas tragédias.

Palavras-chave: Responsabilidade civil do Estado; Sistema penitenciário; Massacre do Carandiru; Dignidade da pessoa humana; Direitos fundamentais.

A RESTITUIÇÃO DOS BRONZES DE BENIM: UM ESTUDO DE CASO SOBRE COLONIALISMO E REPATRIAÇÃO CULTURAL

Autor(es):
Luciana Barreto de Carvalho Galvão Freire: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Karenina Hentz da Cunha Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Paulo Vitor Fernandes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sheyla Caldas Costa de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Laís Karla da Silva Barreto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN
Ângelo José Menezes Silvino: Docente do UNI-RN

(Introdução) Ao longo da história, a Nigéria foi alvo de saques, resultando na apropriação de seu patrimônio cultural. Um exemplo emblemático é a retirada dos Bronzes de Benim, artefatos de inestimável valor, pela Inglaterra no final do século XIX. Usurpados durante a invasão britânica de 1897, esses artefatos permanecem em museus europeus, apesar das constantes reivindicações da Nigéria por sua devolução. A disputa em torno dos Bronzes de Benim vai além da restituição material, envolvendo o resgate da identidade cultural e histórica do povo nigeriano. A recusa do Reino Unido em devolver esses bens é um reflexo do colonialismo que ainda persiste, revelando um saudosismo imperialista que continua a perpetuar a exploração da herança de outras nações.

(Metodologia) Este estudo adota uma metodologia bibliográfica e descritiva realizando uma análise crítica da literatura sobre colonialismo e apropriação cultural. A pesquisa revisita obras teóricas, com destaque para Aimé Césaire, para entender como o colonialismo desumaniza tanto os colonizados quanto os colonizadores. A análise se aprofunda na questão da apropriação dos Bronzes de Benim, utilizando como fontes artigos, dissertações e reportagens sobre o tema para destacar como essa prática reflete o imperialismo e a luta por reparação histórica.

(Resultados) A apropriação dos Bronzes de Benim pelos britânicos reflete a exploração colonial e o saque do patrimônio cultural africano. Mesmo após a independência da Nigéria em 60, a luta pela devolução desses artefatos continua como símbolo de resistência ao imperialismo cultural. Apesar de avanços, como a devolução de 1.100 peças pela Alemanha em 2022, muitos países europeus ainda resistem. A questão vai além do valor material: envolve reparação histórica, resgate da identidade cultural e a busca por justiça e soberania sobre o próprio patrimônio.

(Conclusão) A luta pela devolução dos Bronzes de Benim é mais do que uma questão de restituição de bens: trata-se de uma busca por justiça histórica, que visa restaurar a dignidade e a identidade cultural da Nigéria. A resistência de países como o Reino Unido em devolver esses artefatos reflete um legado de colonialismo que ainda impacta as relações internacionais. A jornada da Nigéria para recuperar seu patrimônio, portanto, é um movimento crucial que promove um diálogo internacional mais equitativo sobre o patrimônio cultural e a necessidade de reparação histórica.

Palavras-chave: Colonialismo; Repatriação de bens culturais; Direito internacional; Justiça histórica; Patrimônio cultural africano.

A SIMULAÇÃO INTERNACIONAL HISTÓRICA COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO UNISIM NA CRISE DOS MÍSSEIS DE 1962

Autor(es):
Paulo Vitor Fernandes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sheyla Caldas Costa de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Ângelo José Menezes Silvino: Docente do UNI-RN
Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A simulação em comitês históricos é uma ferramenta essencial para compreender as dinâmicas do passado, permitindo identificar as causas e os processos que influenciam os acontecimentos do Direito Internacional contemporâneo. Com base nessa premissa, o projeto de extensão UNISIM, iniciativa do curso de Direito da UNI-RN, promove o uso desse recurso pedagógico em Natal. Este trabalho apresenta a aplicação do projeto por meio de uma simulação da Crise dos Mísseis de 1962, evidenciando, na prática, como a vivência histórica se converte em um instrumento fundamental para a formação de uma cidadania crítica e consciente na sociedade potiguar. Além disso, destaca-se o uso da simulação como estratégia didática para o ensino do Direito Internacional Público, favorecendo a aproximação entre teoria e prática e estimulando o protagonismo discente no processo de aprendizagem.

(Metodologia) A metodologia deste trabalho se ancora na pesquisa-ação, que articula a pesquisa teórica sobre a Crise dos Mísseis de 1962 com o projeto de extensão universitária UNISIM, desenvolvido no curso de Direito do UNI-RN. Nessa abordagem, a iniciativa atua diretamente na sociedade para produzir conhecimento e impacto social. O projeto UNISIM consiste no design e aplicação de um modelo de simulação histórica, acessível e relevante para a comunidade de Natal, utilizando-o como o principal mecanismo de intervenção pedagógica. Esta prática é enfatizada como uma eficaz estratégia didática para o ensino do Direito Internacional Público. As vantagens da simulação para a educação jurídica são notáveis: ela permite aos estudantes aplicar conhecimentos teóricos em situações práticas, estimulando o pensamento crítico, a capacidade de argumentação e a autoaprendizagem. Ao vivenciar cenários controlados, os alunos desenvolvem competências práticas, como a familiarização com procedimentos judiciais e a análise jurídica em tempo real. A simulação também fortalece habilidades essenciais como persuasão, comunicação e trabalho em equipe, preparando o alunado com a autoconfiança necessária para a prática profissional. Por fim, o método reforça a interdisciplinaridade no ensino jurídico.

(Resultados) Espera-se que o projeto UNISIM demonstre concretamente sua tese central, reafirmando o papel social e formativo da universidade ao oferecer experiências que aproximam a teoria da prática. Projeta-se que os participantes desenvolvam uma compreensão aprofundada de como as decisões do passado, como a Crise dos Mísseis de 1962, continuam a moldar o Direito Internacional e a geopolítica contemporânea, capacitando-os a interpretar criticamente sua própria realidade. Além disso, os ganhos da simulação se refletem na capacitação do alunado, no desenvolvimento de habilidades e competências como negociação, comunicação, raciocínio crítico e tomada de decisão, e na compreensão mais apurada dos conceitos e institutos do Direito Internacional Público.

(Conclusão) O projeto UNISIM confirma que a simulação histórica é um instrumento essencial para compreender as raízes do presente. Ao permitir que os participantes vivenciem os dilemas do passado, a iniciativa não apenas ensina sobre eventos históricos, mas também capacita cidadãos a interpretar criticamente os processos que moldam sua realidade, inclusive no campo do Direito Internacional Público. Assim, a UNI-RN, por meio do UNISIM, fortalece a formação cidadã e jurídica ao integrar aprendizado, prática e consciência social.

Palavras-chave: Conselho de Segurança da ONU; Direito Internacional Público; Projeto UNISIM; Extensão Universitária; Crise dos Mísseis de 1962.

A TEORIA DA PENA APLICADA ÀS TORCIDAS ORGANIZADAS: ENTRE A REPRIMENDA E A RESSOCIALIZAÇÃO

Autor(es):
Renato Diógenes de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Eduardo Freire Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Pedro Linhares Barreto Satatas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Dehon Brito Barros Junior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Arthur Araújo Chaves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) As torcidas organizadas, enquanto manifestações culturais e sociais, têm sido frequentemente associadas a episódios de violência, o que as coloca em constante tensão com o sistema penal brasileiro. A aplicação da pena aos membros de torcidas organizadas envolve não apenas o aspecto repressivo do Direito Penal, mas também a análise de sua função preventiva e ressocializadora. Sob essa perspectiva, este trabalho busca compreender como a teoria da pena, especialmente em suas vertentes retributiva, preventiva e ressocializadora, pode ser aplicada às condutas ilícitas praticadas no contexto das torcidas organizadas, considerando o papel do Estado na promoção de políticas públicas que evitem a criminalização excessiva e incentivem a reintegração social.

(Metodologia) A metodologia adotada baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental, com análise de doutrinas clássicas e contemporâneas sobre a teoria da pena, além da legislação pertinente, como a Lei nº 12.299/2010, que dispõe sobre medidas para prevenção da violência em eventos esportivos. Foram examinadas jurisprudências e relatórios oficiais que tratam da responsabilização penal de torcedores e da eficácia das penas aplicadas. A pesquisa também considerou estudos sociológicos e criminológicos sobre o fenômeno das torcidas organizadas e sua relação com o sistema punitivo.

(Resultados) Os resultados indicam que, na prática, a aplicação da pena às torcidas organizadas tem priorizado o caráter retributivo e preventivo, em detrimento do aspecto ressocializador. A ênfase na punição e nas medidas restritivas, como a proibição de frequentar estádios, não tem se mostrado eficaz na redução da violência, tampouco na reeducação dos indivíduos envolvidos. Em contrapartida, experiências que envolvem projetos sociais, mediação de conflitos e educação esportiva demonstram maior potencial de reintegração e reconstrução dos vínculos sociais, aproximando-se da função ressocializadora da pena prevista na Constituição Federal e na Lei de Execução Penal.

(Conclusão) Conclui-se que a efetividade da pena aplicada às torcidas organizadas depende do equilíbrio entre repressão e ressocialização. O Estado deve atuar não apenas de forma punitiva, mas também educativa e preventiva, reconhecendo as torcidas como expressões culturais passíveis de transformação. Assim, este estudo reforça a importância de uma abordagem penal que transcenda o viés meramente sancionatório, promovendo a dignidade da pessoa humana e a pacificação social como fundamentos da execução penal.

Palavras-chave: Teoria da Pena. Torcidas Organizadas. Ressocialização. Direito Penal. Violência nos Estádios.

A VALIDADE DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS E A SEGURANÇA JURÍDICA NAS CONTRATAÇÕES ONLINE

Autor(es):
Renato Diógenes de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Eduardo Freire Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Miguel Arcanjo de Lima Aires Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Dehon Brito Barros Junior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Arthur Araújo Chaves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O avanço tecnológico e a crescente digitalização das relações comerciais têm transformado a forma como as contratações são realizadas no mundo jurídico. Os contratos eletrônicos surgem como instrumentos amplamente utilizados nas transações contemporâneas, mas ainda suscitam debates sobre sua validade e segurança jurídica. A ausência do contato físico e a utilização de meios digitais para a manifestação de vontade exigem uma análise criteriosa sobre autenticidade, integridade e consentimento das partes. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a validade dos contratos eletrônicos e os mecanismos que asseguram a segurança jurídica nas contratações online.

(Metodologia) A metodologia adotada baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental, com análise de doutrinas, legislações e jurisprudências relacionadas ao tema. Foram estudados dispositivos do Código Civil, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 “que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)” e normas que regulam a assinatura eletrônica e a proteção de dados pessoais. Também foram observados casos práticos e decisões judiciais que consolidam o entendimento jurídico acerca da validade e eficácia dos contratos eletrônicos.

(Resultados) Os resultados da pesquisa evidenciam que os contratos eletrônicos possuem plena validade jurídica, desde que observados os princípios gerais do Direito Contratual “como a manifestação livre de vontade e o objeto lícito” e que sejam garantidos mecanismos de identificação e integridade das partes. A assinatura digital, especialmente a certificada pela ICP-Brasil, confere autenticidade e segurança às transações. Ademais, verificou-se que a jurisprudência brasileira vem consolidando o reconhecimento dos contratos eletrônicos como meio legítimo de formalização de negócios jurídicos, fortalecendo a confiança nas relações digitais.

(Conclusão) Conclui-se que os contratos eletrônicos representam uma evolução necessária frente à era digital, oferecendo agilidade e praticidade às contratações. A segurança jurídica é assegurada por instrumentos normativos e tecnológicos, como as assinaturas eletrônicas e os sistemas de certificação digital. No entanto, ainda se faz necessária uma constante atualização legislativa e educacional para garantir que usuários e operadores do Direito compreendam as especificidades desse modelo contratual. Assim, o estudo reforça que, observadas as normas vigentes, os contratos eletrônicos são tão válidos e seguros quanto os tradicionais.

Palavras-chave: Contratos eletrônicos. Validade jurídica. Segurança digital. Assinatura eletrônica. Certificação digital.

A VALIDADE E SEGURANÇA DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Autor(es):
Josias Gomes Barbosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) A era digital transformou a forma como firmamos compromissos, substituindo o papel pelos meios virtuais. Os contratos eletrônicos tornaram-se instrumentos fundamentais nas relações modernas, exigindo do Direito respostas que conciliem agilidade tecnológica e segurança jurídica. Surge, então, a necessidade de garantir que esses acordos digitais tenham validade, autenticidade e proteção de dados, de modo equivalente aos contratos tradicionais. O Brasil estruturou um arcabouço jurídico baseado em três pilares principais: o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), que regula todos os negócios jurídicos; a Medida Provisória nº 2.200-2/2001, que criou a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e deu validade às assinaturas digitais; e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018), que impõe regras claras ao tratamento de dados pessoais. Embora esse conjunto de normas garanta solidez às transações eletrônicas, o avanço tecnológico impõe novos desafios. O direito acompanha com segurança as tecnologias consolidadas, mas ainda mostra lacunas diante de inovações como blockchain e smart contracts, que operam em zonas de incerteza regulatória.

(Metodologia) A pesquisa teve caráter qualitativo, com base em revisão bibliográfica e documental. As fontes primárias foram o Código Civil, a MP nº 2.200-2/2001 e a LGPD. As fontes secundárias incluíram autores como Camargo e Camargo (2011), Rebouças (2019) e Machado (2023), cujas obras analisam os contratos eletrônicos sob a ótica jurídica brasileira. O levantamento de dados foi feito em plataformas acadêmicas como Google Scholar e Scielo, priorizando estudos entre 2010 e 2024. A análise comparou convergências e divergências doutrinárias para formar uma visão abrangente sobre o tema.

(Resultados) A validade dos contratos eletrônicos se fundamenta nos mesmos princípios do Código Civil. O artigo 104 exige agente capaz, objeto lícito e forma permitida por lei, e, como o Brasil adota a liberdade das formas, os contratos podem ser celebrados por meios eletrônicos, desde que haja manifestação inequívoca de vontade “até mesmo por um clique em aceito”. A MP nº 2.200-2/2001 trouxe segurança ao criar o sistema ICP-Brasil, que garante autenticidade e integridade aos documentos eletrônicos. Ela classificou as assinaturas em três níveis: simples, avançada e qualificada, sendo esta última equiparada à assinatura com firma reconhecida. Essa diferenciação permite equilibrar custo, agilidade e segurança conforme a natureza do negócio. A LGPD complementa esse cenário ao regular o tratamento de dados pessoais, assegurando transparência e finalidade. Enquanto a MP 2.200-2 garante “quem assina”, a LGPD protege “os dados de quem assina”. Assim, a segurança jurídica depende tanto da identificação das partes quanto da proteção das informações envolvidas. Entretanto, persistem desafios práticos, como a identificação em ambientes inseguros, a definição de foro em contratos internacionais e a variação da aceitação de provas digitais, como mensagens eletrônicas. Tecnologias emergentes (especialmente o blockchain e os smart contracts) prometem inovação, mas enfrentam vácuos regulatórios que geram incertezas.

(Conclusão) Conclui-se que o Brasil possui base jurídica consistente para assegurar a validade dos contratos eletrônicos, embora a plena segurança dependa da atualização constante das normas diante das novas tecnologias. A MP nº 2.200-2/2001 e a LGPD formam um conjunto eficaz para garantir autenticidade e proteção de dados. Ainda assim, a falta de regulação específica para inovações como o blockchain e a ausência de padronização nas provas eletrônicas geram insegurança. O Direito deve atuar de forma proativa, acompanhando a evolução tecnológica e promovendo um ambiente jurídico estável e confiável para as contratações digitais.

Palavras-chave: Contratos eletrônicos. Segurança jurídica. Assinatura digital. LGPD.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL E O PAPEL DA LEI MARIA DA PENHA PARA O SEU COMBATE

Autor(es):
Darliany valeska de Almeida Alves da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Dayara Istefany Mendes da Cunha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Letícia de Medeiros Chaves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Heloisa Vitória Freire de Medeiros Nascimento: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Giovanna Kamily Morais Camara de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A violência doméstica é um grave problema social e jurídico no Brasil, representando uma das maiores violações dos direitos humanos e afetando diretamente a dignidade das mulheres. Esta pesquisa analisa o papel da Lei nº 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, na prevenção e no enfrentamento desse tipo de violência, avaliando sua efetividade na proteção das vítimas e na punição dos agressores. Com base em revisão de literatura, documentários e relatos reais, o estudo investiga a aplicação das medidas protetivas e os desafios das instituições envolvidas. Apesar dos avanços, persistem obstáculos estruturais que dificultam a plena execução da lei. Assim, destaca-se a importância de uma atuação integrada e de políticas preventivas e educativas que promovam a igualdade de gênero e rompam os ciclos de violência.

(Metodologia) A presente pesquisa é de natureza teórica, com caráter exploratório e descritivo, baseada na revisão de literatura e na análise de materiais audiovisuais e documentais. Foram utilizados como fontes livros, artigos científicos, citações de juristas conhecidos , além de teses confiáveis que abordam a temática da violência doméstica. O estudo concentrou-se na interpretação de dados já disponíveis em pesquisas anteriores, leis e relatórios institucionais, buscando compreender as estratégias de aplicação da Lei Maria da Penha. As análises foram realizadas em ambiente acadêmico, sem a participação direta de sujeitos, com propósito de identificar desafios, avanços e práticas adotadas pelas instituições no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

(Resultados) Os resultados da pesquisa evidenciam que a Lei Maria da Penha representa um marco fundamental no enfrentamento da violência doméstica no Brasil, promovendo avanços significativos na proteção das mulheres e na responsabilização dos agressores. A análise revelou, contudo, que persistem desafios na efetiva aplicação das medidas protetivas, especialmente devido à falta de estrutura, capacitação profissional e integração entre os órgãos de apoio. Observou-se que a atuação conjunta entre o sistema de justiça, segurança pública e assistência social é essencial para garantir a eficácia da lei. Constatou-se, ainda, a necessidade de políticas públicas voltadas à prevenção e educação, a fim de fortalecer o acolhimento das vítimas e romper os ciclos de violência.

(Conclusão) Portanto, conclui-se que a Lei Maria da Penha desempenha papel essencial no combate à violência doméstica no Brasil, consolidando-se como instrumento jurídico e social de proteção às mulheres. Destaca-se a importância de uma atuação integrada entre justiça, segurança, assistência social e saúde, unindo punição dos agressores e cuidado às vítimas. Sua efetividade depende também de políticas públicas voltadas à prevenção, educação e acolhimento, considerando as particularidades de cada caso. Assim, ao promover responsabilização, proteção e empoderamento feminino, a Lei Maria da Penha reafirma seu caráter transformador na busca por uma sociedade mais justa, segura e comprometida com a dignidade humana.

Palavras-chave: Violência doméstica; Lei Maria da Penha; Mulheres; Medidas Protetivas; Enfrentamento.

A VULNERABILIDADE DO ANALFABETO FUNCIONAL NA FORMAÇÃO E VALIDADE DOS CONTRATOS CIVIS: ANÁLISE JURÍDICA DO CASO LUVA DE PEDREIRO

Autor(es):
Edivanderson do Nascimento Ribeiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho examina a vulnerabilidade contratual de indivíduos com baixo grau de escolaridade e reduzida capacidade de leitura, à luz do caso do influenciador digital Iran Ferreira, conhecido como Luva de Pedreiro. O estudo parte da indagação sobre a validade dos contratos firmados por pessoas em condição de analfabetismo funcional e a possibilidade de reconhecimento de vício de consentimento. Fundamenta-se no Código Civil Brasileiro e na doutrina contemporânea, destacando os princípios da boa-fé objetiva, da função social do contrato e da autonomia da vontade. Pretende-se demonstrar que a legislação oferece proteção ao contratante vulnerável, mas que a eficácia dessa tutela depende da análise concreta das circunstâncias de cada negócio jurídico.

(Metodologia) A pesquisa é qualitativa, com abordagem jurídico-dogmática e analítica. Foram examinados o Código Civil, decisões judiciais e estudos sobre vulnerabilidade contratual e analfabetismo funcional. O caso do influenciador Luva de Pedreiro foi utilizado como estudo prático para aplicação dos fundamentos teóricos e legais.

(Resultados) Os resultados mostram que o Código Civil define os requisitos de validade contratual e limita a autonomia privada, conforme os princípios da boa-fé objetiva e da função social. Constatou-se que o analfabetismo funcional não invalida o contrato sem prova de vício de consentimento. No caso analisado, o Judiciário reconheceu a capacidade de Iran Ferreira e sua assistência jurídica, mas o episódio revela a necessidade de contratos mais claros, acessíveis e redigidos em linguagem compreensível a todas as partes.

(Conclusão) De forma conclusiva, observa-se que o ordenamento jurídico brasileiro oferece mecanismos sólidos para proteger contratantes em situação de vulnerabilidade, especialmente por meio da aplicação dos princípios da boa-fé objetiva, da função social do contrato e da equidade nas relações privadas. Todavia, a efetividade dessas garantias exige uma atuação judicial sensível às desigualdades instrucionais e uma postura ética dos contratantes mais experientes, a fim de evitar abusos e desequilíbrios. O caso analisado evidencia a urgência de se investir em educação jurídica básica, promover maior transparência na redação contratual e adotar práticas preventivas que assegurem a plena compreensão das cláusulas por todas as partes envolvidas. Dessa forma, reforça-se a necessidade de um Direito Civil comprometido com a dignidade da pessoa humana, a inclusão social e a concretização da justiça nas relações contratuais contemporâneas.

Palavras-chave: Vulnerabilidade contratual. Analfabetismo funcional. Vício de consentimento. Contrato civil. Função social do contrato.

ACESSO À JUSTIÇA GRATUITA NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE CRITÉRIOS DE CONCESSÃO, ABUSOS E NECESSIDADE DE UNIFORMIZAÇÃO LEGISLATIVA

Autor(es):
Letícia Gurgel Ferreira Lopes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Letycia Gomes Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Victória Almeida de Vasconcelos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O acesso à justiça gratuita constitui um instrumento essencial para a efetivação dos direitos fundamentais e da cidadania no Estado Democrático de Direito brasileiro. Garantido constitucionalmente, esse benefício assegura que cidadãos em situação de vulnerabilidade econômica possam recorrer ao Judiciário sem serem impedidos por barreiras financeiras. Contudo, a falta de uniformidade nos critérios de concessão e o uso indevido do instituto têm comprometido sua legitimidade, o que torna o tema relevante para a pesquisa e o debate jurídico contemporâneo.

(Metodologia) Nessa perspectiva, a pesquisa é de natureza qualitativa e caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica e documental. Foram consultados livros, artigos científicos e jurisprudências disponíveis em bases como Scielo, CAPES e Google Acadêmico. O material coletado foi analisado por meio de leitura crítica e comparativa, considerando diferentes interpretações doutrinárias e decisões judiciais. Contudo, o método adotado permitiu identificar os principais desafios práticos e teóricos relacionados à aplicação da justiça gratuita no país.

(Resultados) Os resultados indicam que há significativa divergência nos critérios adotados pelos tribunais para a concessão do benefício, o que gera insegurança jurídica e desigualdade de tratamento entre cidadãos. Verificou-se, ainda, o uso indevido do benefício por pessoas que não se enquadram no perfil de vulnerabilidade, prática que compromete a finalidade do instituto e sobrecarrega o sistema judicial. Desse modo, a análise também evidenciou limitações estruturais da Defensoria Pública, cuja atuação é essencial, mas prejudicada por falta de recursos e pessoal. Diante disso, torna-se necessária a criação de parâmetros nacionais e o fortalecimento institucional das políticas públicas voltadas à democratização da justiça.

(Conclusão) Conclui-se que a justiça gratuita é um instrumento indispensável para a concretização da igualdade de acesso ao Judiciário, mas carece de aperfeiçoamentos legislativos e jurisprudenciais. A uniformização dos critérios de concessão, aliada ao fortalecimento da Defensoria Pública e à criação de mecanismos de controle contra abusos, é essencial para garantir sua efetividade e legitimidade. Assim, o estudo contribui para o debate acadêmico e jurídico, reforçando a importância de políticas integradas que assegurem a gratuidade como um verdadeiro instrumento de inclusão social.

Palavras-chave: Justiça gratuita. Acesso à justiça. Direitos fundamentais. Desigualdade. Sistema jurídico.

ACESSO GARANTIDO, EMPREGO NEGADO?: O PARADOXO DA EMPREGABILIDADE DE EGRESSOS COTISTAS NO BRASIL

Autor(es):
Murilo Luiz de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luan Feliphe Silveira do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Francileide das Dores da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Edilene Maciel da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A política de cotas sociais no Brasil, implementada de forma ampla pela Lei nº 12.711/2012, representa um instrumento de ação afirmativa que visa democratizar o acesso ao ensino superior para grupos historicamente excluídos, especialmente estudantes de baixa renda e provenientes de escolas públicas. Embora diversos estudos tenham comprovado o aumento da diversidade social e racial nas universidades públicas, pouco se sabe sobre o impacto destas políticas na inserção profissional dos egressos cotistas. Esse paradoxo, ingresso garantido, mas resultados laborais ainda desiguais, configura um problema relevante para a comunidade acadêmica, uma vez que evidencia lacunas entre políticas educacionais e sociais e a efetiva mobilidade socioeconômica. Compreender a relação entre acesso universitário e empregabilidade contribui não apenas para a avaliação das políticas públicas vigentes, mas também para a formulação de estratégias que promovam inclusão plena e redução das desigualdades no mercado de trabalho.

(Metodologia) A pesquisa possui caráter exclusivamente teórico, com abordagem exploratória e analítica, adotando método de análise mista. Foram realizadas consultas em bases de dados científicas como SciELO, Google Acadêmico e periódicos especializados em educação, sociologia e políticas públicas. A seleção de fontes privilegiou artigos em português, publicados nos últimos dez anos, que abordassem a empregabilidade de egressos cotistas e comparações com não cotistas. Além disso, foram considerados estudos de caso, revisões sistemáticas e análises estatísticas de dados secundários (ENEM, ENADE, PNAD, CAGED), a fim de contextualizar os resultados e construir uma síntese crítica sobre o tema.

(Resultados) A análise da literatura indica que, embora o acesso ao ensino superior tenha se ampliado significativamente para cotistas sociais, a inserção profissional ainda apresenta desafios importantes. Diversos estudos apontam que egressos cotistas obtêm diplomas de instituições públicas de qualidade, mas muitas vezes enfrentam menores salários iniciais, maior informalidade e limitações em redes de contato profissional quando comparados a não cotistas. Por outro lado, observa se avanço relevante na redução das desigualdades no ingresso e na permanência acadêmica, bem como maior diversidade étnico-racial nas universidades. A discussão evidencia que a política de cotas cumpre parcialmente seu papel de promoção da mobilidade social: garante acesso, mas não assegura, por si só, equidade na empregabilidade. Os resultados reforçam a necessidade de políticas complementares, como programas de estágio, mentorias e acompanhamento profissional, para maximizar os efeitos positivos da inclusão acadêmica.

(Conclusão) Este estudo confirma que as cotas sociais representam avanço significativo na democratização do ensino superior, promovendo maior diversidade e oportunidades de ingresso para grupos historicamente excluídos. Entretanto, o paradoxo da empregabilidade evidencia que o acesso não garante, automaticamente, inserção equitativa no mercado de trabalho. Conclui-se que políticas educacionais precisam ser acompanhadas de ações estruturais que favoreçam a transição universidade trabalho, como programas de capacitação profissional, orientação de carreira e incentivo à participação em redes de contato. Sugere-se que futuras pesquisas adotem metodologias longitudinais para acompanhar egressos por períodos mais longos, permitindo avaliar de forma mais robusta os efeitos das cotas sobre a mobilidade socioeconômica.

Palavras-chave: Cotas sociais. Ensino superior. Empregabilidade. Inclusão educacional. Mobilidade social.

ADULTIZAÇÃO NA INFÂNCIA: IMPACTOS SOCIAIS, PSICOLÓGICOS E EDUCACIONAIS

Autor(es):
Maria de Melo Garcia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Andre Lucio Cavalcanti Marinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Letícia Antunes Camilo Gonçalves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Amanda Vilar De Sales Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriel Dias Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A adultização infantil consiste na atribuição precoce de responsabilidades, comportamentos ou papéis próprios da vida adulta a crianças e/ou adolescentes. Esse fenômeno é intensificado pela influência das mídias digitais, pela pressão social por desempenho e pelas desigualdades econômicas. Esse processo implica a redução dos atos infantis, como o tempo destinado ao brincar, ao desenvolvimento emocional e à formação identitária, ocasionando riscos ao bem-estar e à proteção garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, a naturalização desse comportamento por parte da sociedade, muitas vezes interpretado como sinal de “maturidade” ou “autoestima”, mascara os impactos negativos que recaem sobre esses indivíduos, que ainda estão em processo de desenvolvimento.Considerando a relevância do tema para o campo da educação, da psicologia e das políticas públicas, torna-se necessário aprofundar a compreensão sobre os impactos da adultização e seus desdobramentos nas dimensões afetiva, social e escolar.

(Metodologia) A pesquisa apresenta natureza teórica e caráter exploratório-descritivo, fundamentando-se em uma abordagem qualitativa. O percurso metodológico consistiu na realização de pesquisas bibliográficas e análise documental, com o objetivo de identificar e comparar diferentes perspectivas científicas sobre o fenômeno da adultização infantil. Para a construção do referencial teórico, foram consultados artigos científicos, livros, publicações acadêmicas e documentos oficiais disponíveis nas bases Scielo, Google Acadêmico e Portal CAPES, utilizando os descritores “adultização”, “infância”, “adolescência”, “vulnerabilidade social” e “educação”. Como critérios de inclusão, adotaram-se publicações entre 2015 e 2024, priorizando produções com relevância temática e reconhecimento científico dos autores. Após a seleção do material, procedeu-se à organização e categorização dos achados, permitindo a identificação dos principais impactos da adultização e das estratégias de enfrentamento apontadas.

(Resultados) As fontes consultadas permitiram uma análise em que evidencia os múltiplos impactos da adultização. No campo emocional, observa-se prejuízos como ansiedade, baixa autoestima e estresse decorrente de cobranças excessivas. No âmbito escolar, são recorrentes dificuldades de aprendizagem, desmotivação e aumento da evasão. As relações familiares também são impactadas, seja pela sobrecarga de responsabilidades domésticas em contextos de vulnerabilidade social, seja pela erotização precoce e pela pressão estética impulsionada pelas redes sociais. Apesar dos prejuízos identificados, os estudos apontam que intervenções educativas, o fortalecimento do vínculo familiar e políticas públicas de proteção integral às crianças e adolescentes podem minimizar os efeitos negativos do fenômeno.

(Conclusão) A análise realizada permite afirmar que a adultização constitui um fenômeno multifacetado que fragiliza o desenvolvimento pleno da infância e da adolescência. De acordo com o objetivo geral do estudo é analisar as consequências da adultização no desenvolvimento psicológico, educacional e social de crianças e adolescentes, bem como os principais fatores, os resultados indicam que fatores socioculturais e econômicos desempenham papel determinante na antecipação de papéis adultos, acarretando impactos significativos na saúde mental, no desempenho escolar e nas relações afetivas. Conclui-se que o enfrentamento desse processo requer ações integradas entre família, escola, Estado e sociedade civil, com enfoque na promoção do direito ao tempo da infância. Recomenda-se ainda o aprofundamento de pesquisas empíricas que subsidiem práticas pedagógicas e intervenções sociais mais efetivas na defesa da proteção infantojuvenil.

Palavras-chave: Adultização. Infância. Adolescência. Sociedade. Educação.

AMEAÇAS E EXPANSÃO DOS CRIMES CIBERNÉTICOS: A INEFICIÊNCIA JURÍDICA PERANTE A INSEGURANÇA DIGITAL

Autor(es):
Laís Melo Gondim Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo aborda as ameaças e a expansão dos crimes cibernéticos, analisando a ineficiência jurídica diante da insegurança digital no Brasil. A relevância científica e social do tema reside no impacto direto dessas condutas sobre direitos fundamentais, como a honra, a imagem, a privacidade e a própria estabilidade democrática, em um contexto no qual o avanço tecnológico supera a capacidade de resposta do ordenamento jurídico. Para além disso, o estudo feito inclui a análise dos diferentes perfis de ataque, da legislação brasileira, e como a sensação de impunidade no mundo virtual gerada pelo anonimato perpetua o discurso de ódio e extravasa as fronteiras da liberdade de expressão. Perfis falsos e o uso de servidores estrangeiros dificultam a responsabilização dos ofensores, ampliando a disseminação de discursos abusivos, e as “deepfakes”, produzidas com inteligência artificial que permitem criar vídeos e áudios falsos com alto grau de verossimilhança, são exemplos paradigmáticos da sofisticação da criminalidade digital.

(Metodologia) Metodologia) Para realização da pesquisa, adotou-se uma metodologia de abordagem qualitativa, de caráter teórico e exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica e documental, a partir da leitura de variados artigos acadêmicos sobre o tema, escolhidos segundo critérios de relevância e um bom embasamento científico. Ainda assim, foi utilizado para construção metodológica o estudo de legislações específicas como o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados e as Leis nº 14.132/2021 e 14.155/2021, bem como relatórios institucionais obtidos em bases como Scielo, Google Acadêmico e CAPES.

(Resultados) Resultados) Os resultados demonstraram que, embora tenha havido avanços normativos, a legislação brasileira permanece fragmentada e reativa, incapaz de acompanhar a sofisticação das práticas criminosas digitais. Questões como a fragilidade da perícia digital, a ausência de cooperação internacional, o anonimato, o discurso de ódio e a disseminação de deepfakes ampliam a sensação de impunidade e revelam a defasagem entre lei e realidade. Portanto, é de extrema importância o conhecimento da sociedade acerca da existência de tais crimes, assim como o alerta para a reparação imediata das fendas penetradas no mundo cibernético.

(Conclusão) Conclusão) Assim, o estudo permitiu constatar a expansão dos crimes cibernéticos como um dos maiores desafios contemporâneos para o direito e para a segurança coletiva. A cada avanço tecnológico, surgem novas formas de criminalidade que exploram vulnerabilidades técnicas e humanas. No Brasil, embora existam marcos normativos relevantes, como o Marco Civil da Internet, a LGPD e as recentes leis de 2021, a legislação ainda se mostra insuficiente diante da sofisticação das ameaças digitais, onde a principal fragilidade não reside apenas nas lacunas normativas, mas também na incapacidade estrutural do Estado de aplicar as normas existentes. Dessa forma, ao abranger questões como o anonimato, discurso de ódio, direitos humanos sendo flagelados e o coletivo nacional sendo vulnerabilizado pelos crimes cibernéticos, faz-se necessário investir em inteligência policial, capacitação pericial, protocolos internacionais e políticas preventivas de educação digital. Logo, o estudo evidencia a urgência de uma abordagem mais integrada e prospectiva, que articule normas, instituições e práticas sociais na proteção da segurança digital, sendo imprescindível desmascarar e pôr em pauta os diversos meios os quais conduzem os crimes cibernéticos.

Palavras-chave: insegurança digital; anonimato; ineficiência jurídica; crimes; virtual.

AMEAÇAS E VIOLÊNCIAS NO PROCESSO ELEITORAL: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA DOS POLÍTICOS NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):
Maria Vitória Moraes Cosmo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Thiago Fernandes Godeiro Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Charles Victor Freire Guimarães: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Evandro Lucas Saraiva Barbosa : Discente do curso de do UNI-RN

Orientador(es):
Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) O processo eleitoral é um dos pilares fundamentais da democracia, permitindo aos cidadãos escolher os seus representantes e participar ativamente na construção de um governo legítimo. Contudo, em algumas regiões do Brasil, o período eleitoral tem sido marcado por episódios de ameaças e violência, o que não só põe em risco a segurança individual dos envolvidos, mas também põe em risco a integridade do sistema democrático. No Rio Grande do Norte, esses acontecimentos tornaram-se cada vez mais alarmantes, destacando os desafios que os políticos têm enfrentado nas crescentes tensões sociais e nas lutas pelo poder. As intimidações, os ataques verbais e físicos, bem como a atuação de grupos que procuram influenciar o processo político através de práticas ilegais, refletem uma realidade perturbadora que afeta diretamente o exercício da cidadania e da confiança nas instituições.

(Metodologia) Este estudo utilizou uma abordagem qualitativa para compreender as ameaças e a violência no processo eleitoral no Rio Grande do Norte, a partir de relatos de políticos locais. A pesquisa foi estruturada em três fases: investigação teórica, entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. Primeiramente, foi realizado um levantamento bibliográfico de fontes como livros, artigos acadêmicos e relatórios para contextualizar o tema e subsidiar a pesquisa. Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com políticos, incluindo candidatos e governantes eleitos, para recolher as suas experiências pessoais de ameaças, violência e as suas percepções sobre os impactos destes episódios no processo eleitoral por meio de entrevistas realizadas virtualmente e presencialmente. Por fim, os dados obtidos foram analisados através da técnica de análise de conteúdo, identificando padrões e categorias relevantes nos relatórios. Esta metodologia permitiu uma compreensão profunda e contextualizada do fenômeno, dando suporte a reflexões e propostas voltadas à segurança no processo eleitoral.

(Resultados) A violência política no Rio Grande do Norte é um problema que exige atenção e ações concretas por parte de todos os atores sociais. A superação desse desafio requer um esforço conjunto para construir uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, onde a política seja um espaço de diálogo e respeito às diferenças.

(Conclusão) O presente estudo teve como objetivo analisar a violência política no Rio Grande do Norte, com foco em suas manifestações, causas e impactos na vida dos agentes políticos e na democracia local. A pesquisa, embasada em um referencial teórico que articula conceitos como violência política, estruturas de poder e instituições imaginárias da sociedade, permitiu compreender como essa problemática se insere em um contexto histórico e social mais amplo. As entrevistas realizadas com políticos locais revelaram a complexidade do fenômeno, que se manifesta de diversas formas, desde ameaças físicas até a violência moral e psicológica perpetrada nas redes sociais. A análise dos relatos permitiu identificar fatores como a polarização ideológica, as estruturas de poder locais, a cultura da violência e a fragilidade das instituições como elementos que contribuem para a intensificação da violência política no estado. A pesquisa evidencia a necessidade de um enfrentamento multifacetado da violência política, que envolva tanto ações de curto prazo, como a proteção de candidatos e a regulamentação das redes sociais, quanto medidas de longo prazo, como a promoção de uma cultura de paz e a construção de instituições mais transparentes e democráticas.

Palavras-chave: Violência política, Rio Grande do Norte, eleições, democracia, instituições, redes sociais.

ANÁLISE DA EFICÁCIA DA RESSOCIALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):
Maria Damiana Silva de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A ressocialização caracteriza-se como o processo pelo qual o Estado busca reintegrar indivíduos privados de liberdade à sociedade, promovendo sua reeducação e adaptação social após o cumprimento da pena. Esse processo visa não apenas a punição, mas também a reconstrução de valores morais, éticos e sociais, com o objetivo de reduzir a reincidência criminal e possibilitar a reinserção produtiva. No contexto do Rio Grande do Norte, unidades prisionais como a Penitenciária Estadual Dr. Francisco Nogueira Fernandes (Alcaçuz) evidenciam os desafios enfrentados pelo sistema. Alcaçuz, originalmente projetada para 500 detentos, atualmente abriga mais de 1.800 internos, demonstrando superlotação significativa, infraestrutura precária e déficit de profissionais qualificados, como assistentes sociais, psicólogos e educadores.

(Metodologia) Para o presente trabalho, foi utilizada a metodologia de revisão sistemática integrativa, na qual foram coletadas informações e dados sobre ressocialização, reincidência criminal e eficácia de programas de reintegração no sistema carcerário do Rio Grande do Norte, com enfoque na realidade da Penitenciária Estadual Dr. Francisco Nogueira Fernandes (Alcaçuz). Os descritores escolhidos foram: ressocialização, sistema prisional, reincidência criminal e reintegração social. Foram analisados artigos científicos, decisões judiciais, relatórios oficiais e obras acadêmicas, incluindo o livro “Direito Penitenciário Brasileiro” (CUNHA, 2018), que trata dos princípios e da execução penal no contexto brasileiro. A pesquisa foi realizada utilizando plataformas jurídicas e institucionais, como JusBrasil, Consultor Jurídico (Conjur), Biblioteca do Supremo Tribunal Federal (STF), Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) e Portal da Legislação Federal e Estadual, bem como relatórios do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério dos Direitos Humanos. A coleta de dados ocorreu nos meses de setembro e outubro de 2025, com vistas à análise da efetividade das políticas de reinserção social dos detentos e à proposição de medidas para aprimorar o sistema prisional potiguar.

(Resultados) A pesquisa identificou ainda que a participação dos detentos em atividades laborais, prevista como um dos pilares da ressocialização, é insuficiente, alcançando apenas 5,78% da população carcerária, índice inferior à média nacional de 25,4%. A ausência de suporte adequado contribui para o agravamento de problemas emocionais e comportamentais, dificultando a reintegração efetiva dos detentos à sociedade e aumentando o risco de reincidência. A carência de recursos humanos e financeiros, a falta de planejamento estruturado e a fragilidade na execução das ações comprometem a eficácia das medidas propostas, demonstrando que as políticas atuais são incapazes de atender plenamente à população carcerária.

(Conclusão) Assim, os resultados evidenciam a necessidade de mais investimento em infraestrutura, profissionais qualificados e análises administrativas, visto que os principais fatores que contribuem para a reincidência, e consequentemente a não reintegração à sociedade, são a alienação criminosa, falta de perspectiva do futuro e a própria logística de tratamento do encarcerado.

Palavras-chave: Ressocialização. Direito Penal. Eficácia. Reincidência. Cárcere.

ANÁLISE DA EFICÁCIA DA RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA CARCERÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):
Renan Gabriel Almeida de Aguiar: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Damiana Silva de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A ressocialização caracteriza-se como o processo pelo qual o Estado busca reintegrar indivíduos privados de liberdade à sociedade, promovendo sua reeducação e adaptação social após o cumprimento da pena. Esse processo visa não apenas a punição, mas também a reconstrução de valores morais, éticos e sociais, com o objetivo de reduzir a reincidência criminal e possibilitar a reinserção produtiva. No contexto do Rio Grande do Norte, unidades prisionais como a Penitenciária Estadual Dr. Francisco Nogueira Fernandes (Alcaçuz) evidenciam os desafios enfrentados pelo sistema. Alcaçuz, originalmente projetada para 500 detentos, atualmente abriga mais de 1.800 internos, demonstrando superlotação significativa, infraestrutura precária e déficit de profissionais qualificados, como assistentes sociais, psicólogos e educadores.

(Metodologia) Para o presente trabalho, foi utilizada a metodologia de revisão sistemática integrativa, na qual foram coletadas informações e dados sobre ressocialização, reincidência criminal e eficácia de programas de reintegração no sistema carcerário do Rio Grande do Norte, com enfoque na realidade da Penitenciária Estadual Dr. Francisco Nogueira Fernandes (Alcaçuz). Os descritores escolhidos foram: ressocialização, sistema prisional, reincidência criminal e reintegração social. Foram analisados artigos científicos, decisões judiciais, relatórios oficiais e obras acadêmicas, incluindo o livro “Direito Penitenciário Brasileiro” (CUNHA, 2018), que trata dos princípios e da execução penal no contexto brasileiro. A pesquisa foi realizada utilizando plataformas jurídicas e institucionais, como JusBrasil, Consultor Jurídico (Conjur), Biblioteca do Supremo Tribunal Federal (STF), Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) e Portal da Legislação Federal e Estadual, bem como relatórios do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério dos Direitos Humanos. A coleta de dados ocorreu nos meses de setembro e outubro de 2025, com vistas à análise da efetividade das políticas de reinserção social dos detentos e à proposição de medidas para aprimorar o sistema prisional potiguar.

(Resultados) A pesquisa identificou ainda que a participação dos detentos em atividades laborais, prevista como um dos pilares da ressocialização, é insuficiente, alcançando apenas 5,78% da população carcerária, índice inferior à média nacional de 25,4%. A ausência de suporte adequado contribui para o agravamento de problemas emocionais e comportamentais, dificultando a reintegração efetiva dos detentos à sociedade e aumentando o risco de reincidência. A carência de recursos humanos e financeiros, a falta de planejamento estruturado e a fragilidade na execução das ações comprometem a eficácia das medidas propostas, demonstrando que as políticas atuais são incapazes de atender plenamente à população carcerária.

(Conclusão) Assim, os resultados evidenciam a necessidade de mais investimento em infraestrutura, profissionais qualificados e análises administrativas, visto que os principais fatores que contribuem para a reincidência, e consequentemente a não reintegração à sociedade, são a alienação criminosa, falta de perspectiva do futuro e a própria logística de tratamento do encarcerado.

Palavras-chave: Ressocialização. Direito Penal. Eficácia. Reincidência. Cárcere.

ANÁLISE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E DA INFLAÇÃO NO BRASIL EM 2025: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Autor(es):
Ana Letycia Gomes Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Letícia Gurgel Ferreira Lopes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Ângelo Marinho de Sousa Gouveia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Victória Almeida de Vasconcelos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o crescimento econômico e a inflação no Brasil em 2025, observando como esses dois indicadores da macroeconomia influenciam o desenvolvimento nacional, o poder de compra da população e as perspectivas de sustentabilidade financeira do país. Busca-se compreender os fatores que condicionam a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) e os mecanismos de controle inflacionário adotados pelo governo, à luz de relatórios do IBGE, Banco Central e Fundo Monetário Internacional (FMI).

(Proposta do roteiro) A proposta central consiste em avaliar o desempenho recente da economia brasileira, com base em dados oficiais e análises teóricas. O estudo se inicia com uma introdução sobre os conceitos de crescimento e inflação, seguida por uma revisão bibliográfica que discute a importância da estabilidade fiscal e dos investimentos produtivos. No desenvolvimento, são abordados o comportamento do PIB, o impacto da política monetária, o novo arcabouço fiscal e os efeitos sobre o mercado de trabalho. O roteiro prático inclui ainda uma simulação jornalística, que apresenta os resultados econômicos em formato acessível e informativo, reforçando a compreensão dos dados e suas implicações sociais.

(Efeitos esperados) Espera-se que o trabalho contribua para o entendimento das dinâmicas entre crescimento e inflação no contexto brasileiro atual, evidenciando os desafios da política econômica em equilibrar expansão produtiva e estabilidade de preços. Além disso, o estudo pretende estimular reflexões sobre a necessidade de reformas estruturais, investimentos em inovação e políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais. Como resultado, almeja-se que a pesquisa auxilie estudantes e leitores a compreender que o desenvolvimento sustentável depende não apenas de indicadores macroeconômicos favoráveis, mas também de estratégias que promovam inclusão, produtividade e bem-estar social.

ANÁLISE HERMENÊUTICA SOBRE A DECISÃO DO STF ACERCA DO DIREITO DE RECUSA DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ A TRATAMENTOS QUE ENVOLVAM TRANSFUSÃO SANGUÍNEA

Autor(es):
Lucianna Medeiros Silva Lourenço: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Evelyne Gomes : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mariana Joyce Cunha Tavares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Taissa Maria Moura de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) A interpretação jurídica contemporânea enfrenta desafios significativos quando princípios constitucionais de igual relevância entram em aparente conflito. Tal é o caso analisado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários nº 979742 e nº 1212272, que discutiram o direito das Testemunhas de Jeová de recusarem transfusões de sangue por motivos religiosos. A questão, embora de natureza médica, envolve um profundo debate jurídico e filosófico sobre os limites da intervenção estatal na autonomia individual, especialmente diante do confronto entre o direito à vida e a liberdade de consciência e crença. O constitucionalismo pós-positivista, ao consagrar a dignidade da pessoa humana como fundamento da República, ampliou a compreensão dos direitos fundamentais, deslocando o foco do "dever de viver" para o "direito de viver com dignidade e autonomia".

(Metodologia) A metodologia utilizada baseia-se em uma análise hermenêutica comparativa. Foram examinados os fundamentos da decisão do STF à luz de dois referenciais teóricos distintos: A hermenêutica jurídica clássica, que privilegia a aplicação literal e sistemática da norma conforme a intenção do legislador; A hermenêutica filosófica contemporânea, influenciada por autores como Miguel Reale, que compreende o Direito como um fenômeno tridimensional – fato, valor e norma
- e propõe uma interpretação dinâmica e valorativa, adequada à realidade social e ética. A análise foi conduzida a partir de revisão bibliográfica e interpretação dos dispositivos constitucionais envolvidos (artigos 1º, III, e 5º, VI, da Constituição Federal).

(Resultados) Sob a ótica da hermenêutica clássica, o STF agiu dentro dos limites da legalidade ao harmonizar os dispositivos constitucionais que tratam do direito à vida, da liberdade religiosa e da dignidade humana. A Corte reconheceu que a recusa informada e consciente de um tratamento médico por adulto capaz não configura afronta ao direito à vida, mas exercício legítimo da liberdade de crença. Assim, o Tribunal assegurou previsibilidade e segurança jurídica ao aplicar o texto constitucional de forma coerente e sistemática. Já a hermenêutica filosófica contemporânea permite compreender que o julgamento ultrapassou a mera aplicação técnica da lei, assumindo um caráter ético e humanista. A decisão concretiza a dignidade da pessoa humana como valor supremo e reafirma a autonomia individual como elemento essencial da vida digna. Ao reconhecer o direito de recusa, o STF reafirma o pluralismo e a liberdade de consciência, transformando o princípio da liberdade religiosa em um direito efetivo. Ademais, ao determinar que o Estado deve garantir alternativas terapêuticas disponíveis no SUS, o STF reforçou o compromisso com a efetividade dos direitos fundamentais.

(Conclusão) A decisão do STF sobre a recusa de transfusão de sangue pelas Testemunhas de Jeová representa um marco interpretativo no constitucionalismo brasileiro. Sob a hermenêutica clássica, destaca-se a coerência técnica e o respeito à legalidade. Pela hermenêutica filosófica, evidencia-se o caráter valorativo e humanista da interpretação constitucional. Ambas as perspectivas convergem para o reconhecimento de que a dignidade humana é o núcleo estruturante do sistema jurídico, devendo orientar a aplicação de todos os direitos fundamentais. Assim, o julgamento reafirma que proteger a vida não é impor sua continuidade biológica a qualquer custo, mas garantir que ela se desenvolva de forma autônoma, consciente e conforme as convicções de cada indivíduo.

Palavras-chave: Hermenêutica Jurídica, STF, Testemunhas de Jeová.

ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DOS MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS PARA A ECONOMIA DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

Autor(es):
Larissa Torres Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Heloisa Morais Holanda Gonçalves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Leticia Nogueira Pereira Pinto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Compreender como a adoção de uma postura mais cooperativa e dialógica na solução dos conflitos reflete no uso dos recursos do Poder Judiciário, analisando o funcionamento do sistema multiportas e sua relação com a eficiência da justiça brasileira, especialmente no que diz respeito à satisfação das partes e à celeridade da resolução do conflito.

(Proposta do roteiro) O judiciário brasileiro sempre foi marcado pela sobrecarga de processos, pela morosidade da prestação jurisdicional e pelo litígio. Diante disso, tornou-se imperativa uma reestruturação do direito processual para mitigar essas problemáticas. Sob esse prisma, a vigência do Código de Processo Civil de 2015 trouxe uma alteração de paradigma, pois o processo, que antes era definido pelo confronto, passou a ser visto como um meio de resolver conflitos de forma consensual, por meio do sistema multiportas, que oferece um leque de possibilidades para a solução da controvérsia além da prestação jurisdicional, como a conciliação e a mediação. A busca pela resolução autocompositiva da lide não se trata de mera orientação do CPC, mas de uma obrigação, pela qual o judiciário deve priorizar pela solução consensual acima da prestação jurisdicional clássica. O sistema multiportas de resolução de conflitos contribuiu para a economia do processo, visto que, muitas vezes, o método autocompositivo encerra o embate de maneira mais célere e eficaz do que o trâmite processual tradicional, já que as partes adquirem um papel ativo na resolução da controvérsia. O desafogamento do judiciário e o alcance de soluções mais satisfatórias para as partes são exemplos de contribuições dos métodos autocompositivos para a economia do processo civil.

(Efeitos esperados) A partir da análise realizada, observou-se que a adoção dos métodos autocompositivos trouxe impactos positivos para o sistema processual brasileiro, especialmente no que se refere à economia processual, a efetividade da justiça e a resolução de conflitos. Outros resultados relevantes referem-se a mudança de perspectiva dos operadores do direito e das próprias partes envolvidas, que passaram a reconhecer o valor das soluções consensuais como meio legítimo e satisfatório de resolução de controvérsias.

ANSIEDADE EM JOVENS UNIVERSITÁRIOS E SEUS REFLEXOS NO DESEMPENHO ACADÊMICO: QUAIS ESTRATÉGIAS PODEM MINIMIZAR OS EFEITOS DA ANSIEDADE NO DESEMPENHO DE UNIVERSITÁRIOS?

Autor(es):
Leticia Sousa Araujo Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Larissa Ingrid Dias Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A ansiedade tem se destacado como um dos principais fatores que interferem no rendimento acadêmico de jovens universitários. A pressão do ambiente universitário, somada a desafios pessoais e sociais, intensifica sintomas como insegurança, insônia e dificuldade de concentração. Esses fatores comprometem o aprendizado, a memória e a capacidade de lidar com as exigências do curso. Muitos estudantes relatam não conseguir equilibrar estudos e vida pessoal, o que gera desmotivação e risco de evasão. Assim, compreender o impacto da ansiedade e propor estratégias de enfrentamento torna-se essencial para promover o bem-estar emocional e melhorar o desempenho acadêmico

(Metodologia) A pesquisa é de caráter teórico e bibliográfico, com abordagem qualitativa. Foram utilizados artigos e teses disponíveis em bases de dados como SciELO e Google Scholar, priorizando publicações dos últimos dez anos. O estudo tem natureza exploratória e descritiva, buscando reunir, comparar e interpretar dados de diferentes autores sobre a relação entre ansiedade e desempenho acadêmico. Foram analisadas obras que abordam duas vertentes principais: o impacto da ansiedade sobre o rendimento dos estudantes e as estratégias de enfrentamento que ajudam a lidar com o problema. Observou-se uma escassez de pesquisas que tratem o tema de forma ampla entre diferentes cursos, predominando estudos voltados à área da saúde.

(Resultados) A análise demonstrou que a ansiedade está diretamente associada à falta de concentração, à desmotivação e ao baixo desempenho acadêmico. Estudantes ansiosos apresentam maiores dificuldades em assimilar conteúdos e manter o foco, o que impacta suas notas e sua permanência no curso. Também foi observada a presença de sintomas depressivos, agravados pela sobrecarga de atividades e pela pressão por resultados. No entanto, verificou-se que práticas de enfrentamento, como acompanhamento psicológico, atividade física e técnicas de relaxamento, reduzem significativamente os efeitos negativos. Além disso, políticas institucionais que promovam o acolhimento emocional dos alunos mostraram-se eficazes para diminuir os níveis de ansiedade e melhorar o rendimento.

(Conclusão) O estudo confirmou que a ansiedade interfere de forma direta no desempenho acadêmico dos universitários. Constatou-se a necessidade de ampliar o apoio psicológico dentro das instituições e de desenvolver ações voltadas ao bem-estar emocional dos discentes. Apesar da existência de diversas técnicas para controlar os sintomas ansiosos, ainda há carência de políticas institucionais consistentes. Assim, a pesquisa contribui ao evidenciar a importância de estratégias individuais e coletivas para promover um ambiente universitário mais saudável e produtivo. Espera-se que as conclusões aqui apresentadas estimulem novas investigações sobre o tema e ações que favoreçam o equilíbrio emocional dos estudantes.

Palavras-chave: Ansiedade. Universitários. Desempenho acadêmico. Saúde mental. Estratégias de enfrentamento.

ARRAS CONTRATUAIS DENTRO DOS DIFERENTES TIPOS DE CONTRATOS E SUAS RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Autor(es):
Maria Clara Borges Barreto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Guilherme Medeiros Da Cunha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O contrato é o principal instrumento jurídico que regula as relações patrimoniais entre particulares, e, dentro dele, o instituto das arras (também conhecido como sinal) possui grande importância por representar uma garantia de cumprimento das obrigações e uma prefixação de perdas e danos. Previstas nos artigos 417 a 420 do Código Civil, as arras podem assumir função de confirmação do contrato ou de arrependimento (penitencial), conforme a vontade das partes e a redação da cláusula. Com o avanço da tecnologia e o surgimento de novas formas de contratação, como os contratos eletrônicos e, especialmente, a massificação das relações de consumo, torna-se relevante e imprescindível analisar como esse instituto clássico do Direito Civil tem sido aplicado no contexto contemporâneo, ponderando a sua validade e eficácia à luz dos princípios da vulnerabilidade do consumidor, da função social do contrato e da boa-fé objetiva, bem como examinando o entendimento consolidado na jurisprudência pátria, em especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

(Metodologia) A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, com base em doutrinas consagradas do Direito Civil, como as de Orlando Gomes, Maria Helena Diniz e Pablo Stolze Gagliano, além da análise de jurisprudências recentes do Superior Tribunal de Justiça. O método utilizado foi o dedutivo, partindo da teoria geral dos contratos e do conceito clássico de arras até sua aplicação nas relações contratuais contemporâneas.

(Resultados) O estudo demonstrou que, embora o instituto das arras tenha origem no Direito Romano e mantenha características tradicionais, ele continua plenamente aplicável nas relações contratuais modernas. Observou-se que os tribunais brasileiros reconhecem a validade das arras em contratos eletrônicos e de consumo, desde que haja manifestação clara de vontade entre as partes. A jurisprudência recente do STJ reforça a função de garantia e estabilidade das arras confirmatórias, preservando o equilíbrio contratual e a segurança jurídica.

(Conclusão) Conclui-se que as arras contratuais mantêm papel essencial nas relações negociais, mesmo diante da modernização das formas de contratar. Sua função de segurança e confiança entre as partes permanece indispensável, demonstrando que o Direito Civil é capaz de se adaptar às novas realidades sociais e tecnológicas sem perder sua base principiológica. Assim, o instituto das arras revela-se um mecanismo eficaz de estabilidade e boa-fé nas relações contratuais contemporâneas.

Palavras-chave: Arras contratuais. Contratos. Boa-fé objetiva. Relações contemporâneas.

AS CONSEQUÊNCIAS MUNDIAIS TARIFÁRIAS DAS ATITUDES DE DONALD TRUMP NA INFLAÇÃO E ECONOMIA BRASILEIRA

Autor(es):
Mayla Cotrim de Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Cecília Nassif Pinheiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Anna Cecília Cabral de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A reeleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, em 2024, reacendeu uma política fortemente nacionalista e protecionista, voltada à defesa da indústria americana e ao reposicionamento do país como líder econômico mundial. Contudo, as medidas adotadas, especialmente o aumento das tarifas de importação em até 50% sobre produtos de diversas regiões, como China, União Europeia e América Latina, desencadearam impactos profundos na economia global. Entre os países afetados, o Brasil se destacou pela intensidade das consequências, uma vez que sua economia depende tanto da exportação de commodities quanto da importação de bens industriais e tecnológicos.

(Metodologia) A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) estima perdas de cerca de R$ 175 bilhões em dez anos, além da eliminação de mais de um milhão de postos de trabalho. Paralelamente, o país enfrentou um aumento significativo da inflação, que atingiu 5,13% em setembro de 2025, impulsionada pela instabilidade cambial e pelo encarecimento dos produtos importados. Como resposta, o governo brasileiro adotou medidas emergenciais, como linhas de crédito para produtores, incentivo à diversificação de mercados e contestação formal das tarifas junto à OMC. Apesar dos esforços, as ações foram insuficientes para conter os impactos estruturais, revelando a fragilidade da economia brasileira diante de decisões tomadas em potências globais. A análise mostra também que a literatura sobre o tema ainda é escassa, especialmente no que diz respeito aos efeitos de médio e longo prazo sobre o emprego e o custo de vida da população.

(Resultados) Os resultados evidenciam que as tarifas impostas pelos Estados Unidos geraram prejuízos diretos à economia brasileira. O agronegócio, tradicionalmente voltado à exportação de carnes, café e suco de laranja, registrou queda nas vendas externas e perda de competitividade no mercado americano. Já a indústria nacional, em especial os setores metalúrgico, químico e têxtil, enfrentou elevação de custos e redução de lucros devido à valorização do dólar e à alta nos preços de insumos importados.

(Conclusão) Conclui-se que as políticas tarifárias de Donald Trump ultrapassaram a esfera econômica americana, afetando diretamente países em desenvolvimento como o Brasil. Mais do que uma questão de comércio exterior, essas medidas expuseram a dependência do país em relação a economias centrais e reforçaram a importância de estratégias de autonomia e diversificação econômica. Assim, compreender esses impactos é essencial para que o Brasil possa se preparar melhor diante de futuros desafios globais e fortalecer sua posição no cenário internacional.

Palavras-chave: Donald Trump. Política Tarifária. Economia Brasileira. Inflação. Comércio Internacional.

AS CONSEQUÊNCIAS MUNDIAIS TARIFÁRIAS DAS ATITUDES DE DONALD TRUMP NA INFLAÇÃO E ECONOMIA BRASILEIRA

Autor(es):
Mayla Cotrim de Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Cecília Nassif Pinheiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Anna Cecília Cabral de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A reeleição de Donald Trump em 2024 reacendeu o nacionalismo econômico dos EUA, com aumento de tarifas de importação de até 50%. Essas medidas, voltadas à proteção da indústria americana, geraram fortes impactos na economia global. O Brasil foi um dos países mais afetados, já que depende da exportação de commodities e da importação de produtos industriais e tecnológicos. Dessa forma, é necessário analisar os objetivos, metodologia e resultados

(Metodologia) Os resultados mostram que as tarifas dos Estados Unidos causaram prejuízos significativos à economia brasileira. O agronegócio teve queda nas exportações e perda de competitividade, enquanto a indústria, especialmente a metalúrgica, química e têxtil, enfrentou aumento de custos e redução de lucros devido à valorização do dólar e à alta nos insumos importados. Segundo a FIEMG, as perdas podem chegar a R$ 175 bilhões em dez anos, com mais de um milhão de empregos eliminados. Além disso, a inflação subiu para 5,13% em setembro de 2025, impulsionada pela instabilidade cambial e pelo encarecimento das importações.

(Resultados) Os resultados indicam que as tarifas impostas pelos Estados Unidos causaram prejuízos diretos à economia brasileira. O agronegócio, voltado à exportação de carnes, café e suco de laranja, sofreu queda nas vendas externas e perda de competitividade. A indústria, especialmente nos setores metalúrgico, químico e têxtil, enfrentou aumento de custos e redução de lucros devido à valorização do dólar e ao encarecimento dos insumos importados. Segundo a FIEMG, as perdas podem chegar a R$ 175 bilhões em dez anos, com mais de um milhão de empregos eliminados. Além disso, a inflação alcançou 5,13% em setembro de 2025, impulsionada pela instabilidade cambial e pela alta nos preços de produtos importados.

(Conclusão) Conclui-se que as políticas tarifárias de Donald Trump ultrapassaram a esfera econômica americana, afetando diretamente países em desenvolvimento como o Brasil. Mais do que uma questão de comércio exterior, essas medidas expuseram a dependência do país em relação a economias centrais e reforçaram a importância de estratégias de autonomia e diversificação econômica. Assim, compreender esses impactos é essencial para que o Brasil possa se preparar.

Palavras-chave: Donald Trump. Política Tarifária. Economia Brasileira. Inflação. Comércio Internacion

AS RAZÕES DA PERSISTÊNCIA DE ELEVADAS TAXAS DE JUROS E INFLAÇÃO NO BRASIL

Autor(es):
Marcus Vinícius Lima de Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Clara França Emerenciano: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Melquias de Andrade Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Eduardo Delmondes Bezerra Brandão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho analisa as causas estruturais e conjunturais da persistência de altas taxas de juros e da inflação na economia brasileira. Com base na perspectiva de autores como Francisco Luiz C. Lopreato, argumenta-se que a dinâmica inflacionária do país não se explica apenas pela demanda ou oferta, mas por uma herança histórica do período de hiperinflação. Essa herança consolidou uma estrutura financeira que privilegia a valorização do capital financeiro por meio da dívida pública, tornando os juros elevados um pilar do modus operandi da economia nacional, e não apenas um instrumento de controle.

(Metodologia) A análise é desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica e ensaística, fundamentada principalmente no ensaio "Uma razão a mais para se pensar o porquê de a taxa de juros ser tão alta no Brasil" (TD 327) de Francisco Luiz C. Lopreato e em estudos de outros economistas. Abordamos de forma qualitativa e crítica, examinando a estrutura do mercado financeiro brasileiro e a condução da política monetária e evolução histórica da economia, contrastando com a visão ortodoxa com uma análise estruturalista que aponta para as raízes do problema na herança hiperinflacionária.

(Resultados) Os principais resultados da análise indicam que a persistência dos juros altos e da inflação no Brasil é sustentada por múltiplos fatores interligados: a economia manteve mecanismos da era hiperinflacionária que garantem a reprodução da riqueza financeira sem risco, tornando os títulos da dívida pública o ativo mais atrativo do mercado; estrutura da dívida pública; a predominância de títulos atrelados à taxa selic e a ausência de uma curva de rendimentos de longo prazo reforçam o "curto-prazismo" e a dependência de juros elevados para rolar a dívida. Por consequência disso, a inflação mostra-se pouco sensível às elevações dos juros devido à forte participação de preços administrados e à indexação, que gera uma inércia nos reajustes de preços. O status quo financeiro, formado por detentores de riqueza e instituições bancárias, que se beneficia dos juros altos e cria forte resistência política a mudanças estruturais. A tentativa de reduzir os juros no governo Dilma (2012-2013) e a reação do mercado são citadas como exemplo dessa resistência.

(Conclusão) Concluímos que o combate à inflação no Brasil, focado de forma unilateral na elevação da taxa de juros, é uma solução custosa e ineficiente que não ataca as causas estruturais do problema. A alta dos juros, embora contenha a inflação no curto prazo, perpetua um ciclo de baixo crescimento, elevado custo fiscal e concentração de renda. A superação desse quadro exige uma abordagem mais ampla, que inclua a eliminação dos resquícios de indexação financeira, a revisão da institucionalidade do Regime de Metas de Inflação e a implementação de políticas que alterem os fundamentos que geram a fragilidade macroeconômica brasileira.

Palavras-chave: Taxa de Juros; Inflação Política Monetária; Dívida Pública; Moeda Indexada Estrutura Financeira; Economia Brasileira.

AVALIAÇÃO DOS ALUNOS, DO SEGUNDO PERÍODO DO CURSO DE DIREITO, DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE, SOBRE O ENSINO A DISTÂNCIA PRESENTE NAS DISCIPLINAS HÍBRIDAS

Autor(es):
Leonardo Jonathan Macêdo Lôbo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rafael Guedes da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Pedro Lucas Bezerril de Araujo: Discente do curso de do UNI-RN
Gustavo Guilherme Ferreira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Beatriz Cardoso Pinheiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) adota, desde dois mil e vinte e dois (2022), o modelo de ensino híbrido em algumas disciplinas que compõe a grade curricular do curso de Direito na instituição. As disciplinas híbridas consistem em mesclar as modalidades a distância e presencial de ensino. O tema central da pesquisa realizada é conhecer e explicitar a avaliação dos estudantes, do segundo período, do referido curso, a respeito do modelo de ensino a distância. Procura-se entender se para os discentes a qualidade do ensino a distância é igual ou inferior a qualidade do ensino presencial.

(Metodologia) Foi utilizado o método de pesquisa descritiva, com o intuito de conhecer a opinião (aceitação ou rejeição) dos alunos a respeito do modelo de ensino a distância, utilizado nas disciplinas híbridas. Os dados para análise foram coletados através de pesquisa de campo. O instrumento utilizado foi o questionário, contendo perguntas objetivas. O universo de estudo é composto pelos alunos do segundo período, turno matutino, do Centro Universitário do Rio Grande do Norte. Responderam às perguntas setenta e cinco alunos, das três turmas existentes (A, B e C), do período da manhã. O estudo possui caráter quantitativo, ou seja, utiliza-se de dados numéricos e análises estatísticas descritivas para compreender o nível de satisfação e de aceitação dos estudantes a respeito do tema proposto.

(Resultados) Mais de cinquenta porcento dos alunos revelaram ter experiência negativa ou muito negativa com as disciplinas híbridas. Mais de sessenta porcento não se sentem motivados com aulas a distância. Setenta e três porcento preferem que todo o curso seja ofertado presencialmente. E cinquenta e um porcento rejeita o ensino a distância. Nesse contexto, de modo geral, percebe-se que o modelo de ensino a distância tem sido percebido de forma majoritariamente negativa de acordo com as respostas obtidas na pesquisa realizada.

(Conclusão) Após a computação e análise dos resultados obtidos, conclui-se que a maioria dos alunos entrevistados, do segundo período do curso de direito, corroboram da percepção dos autores do estudo e desaprovam o modelo de ensino a distância que está presente na modalidade híbrida adotada pela UNI-RN.

Palavras-chave: Disciplinas híbridas, ensino a distância, qualidade, formação acadêmica.

AVANÇOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Autor(es):
Letícia Resende Perrota André Freire: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Eduarda Macedo de Araújo Cruz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Oto Lucas Mulatinho Albuquerque: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lucca Lettieri Fontenelle Damasio: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Jalmir Antony de Albuquerque Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sinalizou uma mudança significativa no cenário jurídico brasileiro. A presente pesquisa tem por objetivo entender e analisar os avanços da LGPD, evidenciando os desafios e as perspectivas futuras, especialmente em um contexto de crescente uso da inteligência artificial no cotidiano das famílias brasileiras.Entre as pesquisas realizadas, os resultados mostram que a LGPD já trouxe mudanças significativas.Porém, a IA cria novas questões sobre a privacidade, exigindo que a segurança seja repensada. Portanto, a gente entende que a LGPD não só regula dados, mas também ajuda a criar uma cultura de segurança e transparência que é essencial para o desenvolvimento da tecnologia.

(Metodologia) A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica com obras publicadas entre 2016 e 2025, obtidas em fontes como o site do Governo Federal, Scielo, Google Acadêmico, Tribuna do Norte e o repositório da CAPES. Os critérios envolveram a relevância temática, considerando o avanço da IA, seus impactos e limites. Identificamos uma lacuna entre o Direito e as novas tecnologias, o que motivou nossa análise. As palavras-chave foram “LGPD”, “IA” e “REGULAMENTAÇÃO”, aplicadas com operadores booleanos “AND, OR, NOT” para refinar os resultados e compreender diferentes abordagens e perspectivas sobre o tema.

(Resultados) A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é vista como mais que um documento legal, abordando políticas e regimes de informação, conforme a SciELO. Em contrapartida, estudos da PUCRS focam nos problemas reais, mostrando que a evolução da inteligência artificial exige uma mudança de mentalidade para preservar direitos. Essa tensão entre teoria e prática revela que a falta de conscientização pública é um obstáculo. Instrumentos práticos como o Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD) são cruciais para lidar com riscos. A análise mostra que a LGPD se consolida, com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) divulgando sanções. No entanto, a alta incidência de incidentes de segurança (cerca de 40% das organizações, segundo a PUCRS) indica a necessidade de ir além do básico e que a lei se atualize com a velocidade da internet. A solução reside em usar as ferramentas legais para unir tecnologia e segurança

(Conclusão) Em síntese, a LGPD está funcionando e trouxe mais segurança à população, com o apoio da ANPD, mas ainda precisa de ajustes e atualizações para acompanhar as mudanças tecnológicas. Observamos que o avanço da inteligência artificial representa um novo desafio, pois a tecnologia evolui rapidamente e exige constante adaptação das leis. Este estudo buscou identificar as garantias existentes no meio digital e as lacunas da legislação, destacando a importância de atenção contínua do legislativo e dos juristas. Concluímos que a proteção de dados é uma responsabilidade coletiva e que futuras pesquisas podem aprofundar casos específicos da LGPD.

Palavras-chave: Proteção de dados. LGPD. Privacidade. Inteligência artificial. Regulamentação.

AVANÇOS E DESAFIOS NA BUSCA POR CURAS PARA DOENÇAS RARAS E CRÔNICAS: INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, ESTADO E PSICOLOGIA DA SAÚDE

Autor(es):
Rachel Damiao Barcelos de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A busca por tratamentos eficazes para doenças raras e crônicas representa um desafio crescente no campo da saúde pública, especialmente diante da complexidade dessas condições e da desigualdade no acesso às inovações. Esses quadros, muitas vezes negligenciados tanto por instituições quanto pelo mercado farmacêutico, afetam significativamente a qualidade de vida de pacientes e seus familiares. Ao mesmo tempo, o avanço da ciência e da tecnologia tem proporcionado novas possibilidades terapêuticas, que precisam ser analisadas sob uma perspectiva crítica e inclusiva.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e de natureza bibliográfica, com foco teórico- reflexivo. Foram analisadas fontes secundárias como artigos científicos, publicações institucionais e documentos de organismos nacionais e internacionais, selecionados com base em critérios de atualidade (2018-2024) e relevância temática. As bases consultadas incluíram Scielo, PubMed, Google Scholar e repositórios acadêmicos. A abordagem adotada integrou diferentes áreas do conhecimento, como saúde pública, bioética, inovação tecnológica, políticas de saúde e psicologia.

(Resultados) A análise revelou avanços importantes na aplicação da terapia genética, da inteligência artificial e da medicina personalizada no tratamento de doenças raras e crônicas. Apesar disso, desafios persistem, como altos custos, escassez de estudos clínicos de longo prazo, entraves regulatórios e desigualdades no acesso às terapias. No Brasil, políticas públicas como a Estratégia Nacional para o Complexo Econômico- Industrial da Saúde e a Política Nacional para Doenças Raras apontam caminhos promissores, embora ainda sofram dificuldades na implementação plena. Outro aspecto relevante é a necessidade de considerar as dimensões emocionais e sociais do tratamento, incluindo o suporte psicológico como parte integrante do cuidado.

(Conclusão) Conclusão: O estudo conclui que os avanços tecnológicos, embora promissores, não são suficientes por si só. É imprescindível que o Estado atue de forma estratégica, garantindo financiamento, regulação e distribuição justa dos recursos terapêuticos. Além disso, o cuidado em saúde precisa ser ampliado para além do enfoque biomédico, incorporando práticas humanizadas e apoio psicossocial. A Psicologia da Saúde surge como uma aliada fundamental nesse processo, favorecendo o fortalecimento emocional dos pacientes e contribuindo para a adesão ao tratamento. Somente com a integração entre ciência, políticas públicas e cuidado centrado no paciente será possível alcançar uma saúde mais justa, acessível e eficaz.

Palavras-chave: Saúde pública; Inovação tecnológica; Doenças raras; Psicologia da saúde; Políticas públicas.

BEM-AVENTURANÇAS: HUMILDADE OU TRANSVALORAÇÃO? SANTO AGOSTINHO E NIETZSCHE EM DIÁLOGO

Autor(es):
Mateus de Melo Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Beatriz Cunha de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Mayla Cotrim de Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Guilherme Cavalcanti dos Anjos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Livia Louíse Maciel Alves Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo tem como objetivo promover uma reflexão crítica sobre o Sermão da Montanha, presente no Evangelho de Mateus (5:1-12), analisando-o sob duas perspectivas opostas: a de Santo Agostinho, que vê nas Bem-aventuranças a exaltação da humildade e da graça divina como caminho para a verdadeira felicidade, e a de Friedrich Nietzsche, que interpreta essa mensagem como expressão de uma moral de submissão e negação da vida. A proposta é colocar em diálogo a teologia cristã e a filosofia moderna, mostrando como cada uma entende a felicidade, a virtude e a liberdade humana.

(Proposta do roteiro) O roteiro segue o formato de mesa-redonda mediada por uma participante, que conduz o diálogo entre duas duplas com visões opostas. A primeira, representando Agostinho, defende a humildade espiritual e a busca da felicidade em Deus; a segunda, inspirada em Nietzsche, critica a moral cristã e valoriza a potência e a criação de novos valores. Durante o vídeo, os participantes respondem a quatro perguntas sobre o significado dos “pobres de espírito”, a felicidade cristã, a conciliação entre graça e vontade de potência e o diálogo dessas ideias na atualidade.

(Efeitos esperados) Espera-se que o vídeo estimule o pensamento crítico e o debate filosófico, mostrando como essas visões ainda ajudam a compreender a moral, a espiritualidade e a condição humana. O efeito esperado é levar o espectador a refletir sobre os valores que guiam a vida moderna e sobre como diferentes formas de interpretar o sagrado influenciam nossa visão de mundo.

CARTILHA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DO DIREITO: ICONOGRAFIAS PARA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICO-JURÍDICA

Autor(es):
Paulo Vitor Fernandes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sheyla Caldas Costa de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Laís Karla da Silva Barreto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN
Ângelo José Menezes Silvino: Docente do UNI-RN

(Introdução) O ensino da História do Direito frequentemente enfrenta o desafio de parecer abstrato e distante da realidade dos estudantes. Com o objetivo de superar essa barreira, este trabalho apresenta o desenvolvimento de uma cartilha pedagógica que propõe uma metodologia de aprendizagem para aprendizagem a respeito da História do Direito. A tese central é que a utilização de fontes visuais, como a iconografia e a arte, aliada à análise das conexões profundas com a história portuguesa, constitui um mecanismo eficaz para tornar o estudo do direito mais dinâmico, interdisciplinar e significativo. O projeto busca, portanto, oferecer uma alternativa aos métodos tradicionais, transformando a imagem em um documento capaz de revelar as estruturas sociais, políticas e jurídicas do passado.

(Metodologia) A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica aprofundada, que serviu de base para a criação de um produto técnico-pedagógico: a cartilha. O arcabouço teórico foi construído a partir das obras de historiadores do direito como António Manuel Hespanha, Cláudio Brandão e Antônio Carlos Wolkmer. A análise das fontes visuais foi informada por estudos de história da arte e iconografia, como os de Custódia Araújo e Angélica Gama. A metodologia consistiu em selecionar e analisar fontes visuais e textuais pertinentes, e em seguida, traduzir essa análise para um formato didático e estruturado, próprio de uma cartilha.

(Resultados) O principal resultado do trabalho é a própria cartilha pedagógica, que propõe um método prático em etapas para a análise de fontes visuais no ensino da História do Direito. O guia demonstra, por exemplo, como a análise de uma obra de arte pode elucidar conceitos de poder régio, estrutura social e costumes jurídicos de uma determinada época. A pesquisa resultou na comprovação de que a interdisciplinaridade entre Direito, História e Arte enriquece a compreensão dos fenômenos jurídicos, permitindo que o aluno “veja” o direito em ação, em vez de apenas ler sobre ele. A cartilha se apresenta, assim, como um resultado concreto e aplicável da pesquisa realizada.

(Conclusão) Conclui-se que a abordagem metodológica proposta na cartilha é uma ferramenta valiosa para superar os desafios tradicionais do ensino da História do Direito. Ao conectar o direito brasileiro às suas raízes portuguesas por meio de fontes visuais, o método torna o aprendizado mais concreto e estimulante. O projeto não apenas oferece uma nova perspectiva de ensino, mas também entrega um produto final , a cartilha , que pode ser utilizado por professores e alunos, contribuindo efetivamente para a qualificação da educação jurídica e para a valorização da história como um campo de conhecimento vivo e visualmente rico.

Palavras-chave: História do Direito; Iconografia; Metodologia de Ensino; Cartilha Pedagógica; Interdisciplinaridade.

CLÁUSULAS ABUSIVAS EM CONTRATOS DE INVESTIMENTO – IMPACTOS E PROTEÇÃO JURÍDICA NO DIREITO EMPRESARIAL: A IDENTIFICAÇÃO DE CLÁUSULAS PREJUDICIAIS, OS DESAFIOS REGULATÓRIOS E OS MECANISMOS DE PROTEÇÃO AO INVESTIDOR E AO EMPREENDEDOR

Autor(es):
João Carlos Ribeiro Rossiter Pinheiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) Sob a ótica do Direito Empresarial, os contratos de investimento representam instrumentos fundamentais para promover o desenvolvimento de empresas e startups. Entretanto, a contínua e grande utilização desses contratos tem revelado a presença de cláusulas abusivas que desequilibram as relações jurídicas entre investidores e empreendedores. Essas cláusulas têm o potencial de gerar significativos impactos, tanto econômicos e jurídicos, comprometendo assim a autonomia contratual e a segurança jurídica das partes. Este trabalho busca analisar a ocorrência dessas cláusulas sob a ótica da legislação brasileira como o Código Civil, Lei de Liberdade Econômica nº 13.874/2019, entre outros, especialmente no que tange à proteção do investidor e à manutenção de um ambiente de negócios saudável. A relevância da pesquisa se sustenta na necessidade de implementar mecanismos eficazes de controle e prevenção de abusos contratuais que possam ameaçar o dinamismo do mercado de capitais e o avanço ao empreendedorismo.

(Metodologia) A metodologia adotada é de cunho qualitativo, com abordagem exploratória e descritiva. A pesquisa se baseia em revisão bibliográfica de obras doutrinárias sobre contratos empresariais, análise de artigos científicos, legislação pertinente além de decisões jurisprudenciais dos tribunais superiores. Também será averiguada uma investigação documental sobre alguns modelos de contratos de investimento utilizados no mercado, com o intuito de ilustrar cláusulas potencialmente abusivas.

(Resultados) A pesquisa preliminar sugere que os dispositivos que implicam em limitações de forma desproporcional à responsabilidade do investidor, que impõem obrigações excessivas ao empreendedor ou que dificultam a rescisão do contrato são frequentemente encontradas em contratos de investimento, especialmente em etapas iniciais de startups. Tais cláusulas, que muitas vezes são transcritas de forma complexa e técnica, resultam em uma chamada assimetria de informações e podem prejudicar uma das partes, infringindo princípios que norteiam os contratos, como é o caso do equilíbrio e da boa-fé objetiva. Embora a jurisprudência brasileira ainda esteja em desenvolvimento, mostra-se uma tendência crescente sobre à intervenção judicial quando há evidente desvantagem ou ausência de transparência contratual.

(Conclusão) Conclui-se que a identificação e o combate às cláusulas abusivas em contratos de investimento são fundamentais para a segurança jurídica das partes e para o aprimoramento do cenário empresarial brasileiro. É imprescindível expandir o debate regulatório e promover práticas contratuais mais transparentes, justas e equitativas, promovendo a confiança no mercado e estimulando o empreendedorismo com responsabilidade.

Palavras-chave: Contratos, Cláusulas; Proteção; Investidor; Empresa

CLÍNICAS JURÍDICAS ITINERANTES: ACESSO A JUSTIÇA NAS COMUNIDADES

Autor(es):
Artur Maurício Maux de Figueiredo Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Matheus Vicente Ferreira Luiz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vitor Sândoli da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Cleiton Gomes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Vitor Lima de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O acesso à justiça, princípio fundamental previsto na Constituição Federal de 1988, é condição essencial para a garantia da cidadania. No entanto, comunidades em situação de vulnerabilidade social enfrentam inúmeros obstáculos para alcançar esse direito, como a desigualdade econômica e a desinformação. Diante dessa realidade, a Justiça Itinerante surge como um sistema moderno, social e democrático, que leva o serviço jurisdicional a quem dele necessita. Tais projetos, consistindo em clínicas jurídicas móveis, deslocam operadores do Direito a comunidades periféricas e rurais para promover atendimentos gratuitos, mediações de conflitos e ações educativas, representando uma proposta inovadora de responsabilidade social. Este trabalho busca demonstrar como essa iniciativa contribui para a efetivação de direitos em áreas desassistidas.

(Metodologia) A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo. Foram realizados levantamentos bibliográficos sobre acesso à justiça e extensão universitária. Analisaram-se também relatórios e dados de projetos de clínicas itinerantes, como os programas de Justiça Itinerante no Piauí e Amazonas, além de registros de campo, para captar os impactos gerados na população e na formação dos discentes.

(Resultados) Os resultados indicam que a Justiça Itinerante tem um papel significativo na efetivação do acesso à justiça. A Emenda Constitucional nº 45/2004 institucionalizou a prática, permitindo que o magistrado se deslocasse para realizar audiências e proferir sentenças fora dos fóruns. A experiência no Piauí ilustra esse impacto: o programa, iniciado em 2003, saltou de 23 processos para 35.066 atendimentos em 2004, oferecendo serviços que vão da resolução de conflitos à emissão de documentos essenciais. No Amazonas, a Justiça Itinerante Trabalhista atua como instrumento no combate ao trabalho análogo à escravidão, permitindo uma atuação célere em localidades remotas e a responsabilização de empregadores. Em Natal/RN, iniciativas como a “Van dos Direitos” e a Unidade Móvel do Trânsito (UMT) do TJRN, que em 2023 registrou um índice de 85,05% de acordos, reforçam a eficiência do formato. Para os estudantes, a participação desenvolve habilidades práticas e senso de responsabilidade social.

(Conclusão) As clínicas jurídicas itinerantes são instrumentos para a democratização do acesso à justiça e para a reafirmação da função social das universidades e do Judiciário. Ao articular teoria e prática, promovem um ensino jurídico comprometido com a realidade social. Levar o saber jurídico a populações marginalizadas não apenas oferece suporte, mas contribui para a construção de uma sociedade mais justa e para a formação de profissionais no ramo do Direito. O incentivo à ampliação dessas ações é fundamental para que o Direito continue sendo um agente de transformação, sugerindo-se a necessidade de novas pesquisas sobre a sustentabilidade e a abrangência desses projetos.

Palavras-chave: Acesso à Justiça. Extensão Universitária. Clínicas Jurídicas. Comunidades. Cidadania.

COMO OS DIREITOS FUNDAMENTAIS PROTEGEM AS RELIGIÕES DE ORIGEM BRASILEIRA

Autor(es):
Analice Abdala Pinheiro Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Ângelo José Menezes Silvino: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Constituição Federal de 1988 consagra a liberdade de crença e de culto religioso, assegurando a laicidade do Estado. No entanto, essa garantia mostra-se insuficiente diante da realidade vivenciada pelas religiões de matriz afro-brasileira, como a Umbanda, que continua a sofrer preconceitos históricos e práticas de intolerância. Nesse contexto, Blancarte (2008) conceitua a laicidade como "um regime social de convivência, cujas instituições políticas estão legitimadas principalmente pela soberania popular e já não mais por elementos religiosos". A máxima bíblica "Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus" ilustra a necessária separação entre Igreja e Estado, base da liberdade religiosa. A problemática que orienta esta pesquisa é: por que, apesar das previsões constitucionais que asseguram a liberdade religiosa e a laicidade estatal, as religiões afro-brasileiras continuam a enfrentar preconceito, invisibilização e dificuldades de reconhecimento jurídico? O estudo se organiza em quatro eixos: (i) conceito e aplicação prática da laicidade; (ii) formação histórica e cultural das religiões afro-brasileiras; (iii) garantias constitucionais de liberdade e igualdade, com foco na Umbanda; e (iv) desafios impostos pela intolerância religiosa no Brasil contemporâneo, com casos que revelam avanços e retrocessos. Busca-se compreender até que ponto os direitos fundamentais de liberdade e igualdade têm sido efetivamente assegurados a essas religiões.

(Metodologia) A pesquisa tem abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica. Foram consultadas bases como SciELO, Google Acadêmico e CAPES, utilizando descritores como "racismo religioso", "liberdade religiosa", "religiões afro-brasileiras" e "laicidade". Consideraram-se publicações dos últimos cinco anos, além de obras clássicas sobre o tema. Também foram analisadas legislações e decisões do Supremo Tribunal Federal, buscando articular teoria e prática jurídica.

(Resultados) A revisão bibliográfica demonstra que a noção de "intolerância religiosa" é limitada para explicar as violências sofridas por essas tradições, sendo mais adequado o conceito de racismo religioso (OLIVEIRA, 2017; RODRIGUES, 2021). A marginalização dessas religiões remonta à colonialidade e à estrutura racial brasileira, perpetuando estigmas e exclusões (SILVA, 2020). No campo educacional, observa-se fragilidade na aplicação da Lei nº 10.639/2003, marcada pela carência na formação docente e pela persistência de perspectivas eurocêntricas (RODRIGUES, 2021). Já na esfera jurídica, apesar de a Constituição de 1988 assegurar liberdade e laicidade (art. 5º e art. 19), sua efetividade ainda é seletiva: símbolos e práticas cristãs recebem legitimidade institucional, enquanto tradições afro-brasileiras sofrem criminalização, ataques midiáticos e omissão estatal (FURTADO, 2023). Contudo, há avanços relevantes, como o reconhecimento jurídico do racismo religioso, iniciativas pedagógicas inclusivas e ações legislativas voltadas à visibilidade e proteção dessas expressões culturais.

(Conclusão) Constata-se que a discriminação contra as religiões afro-brasileiras transcende o campo religioso, configurando-se como expressão do racismo estrutural. Embora as garantias constitucionais sejam robustas, sua efetividade ainda é seletiva e privilegia tradições cristãs. Apesar dos avanços teóricos, jurídicos e pedagógicos, persistem desafios que demandam políticas públicas específicas, maior responsabilização estatal diante da violência e estímulo à produção acadêmica voltada ao combate ao racismo religioso.

Palavras-chave: Liberdade religiosa. Racismo religioso. Laicidade. Direitos fundamentais. Religiões afro-brasileiras.

COMPARAÇÃO ENTRE CARROS ELÉTRICOS E CARROS A COMBUSTÃO: EFICIÊNCIA E DESEMPENHO

Autor(es):
João Pedro Gomes de Medeiros Queiroga: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Alice Ianne Dantas da Nóbrega: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Wescly Azevedo Morais da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Pedro Emanuel da Silva Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Antonio Luiz Tertuliano Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O avanço tecnológico e as preocupações crescentes com a sustentabilidade têm impulsionado o debate sobre alternativas aos veículos movidos a combustíveis fósseis. Nesse contexto, os carros elétricos surgem como opção promissora para reduzir impactos ambientais e otimizar o consumo energético. No entanto, os veículos a combustão ainda predominam no mercado global devido a fatores como infraestrutura e custos iniciais. Assim, torna-se relevante analisar comparativamente a eficiência e o desempenho desses dois tipos de automóveis, buscando compreender suas diferenças técnicas e operacionais, bem como seus impactos econômicos e ambientais. Essa análise contribui para o debate sobre mobilidade sustentável e para a formulação de estratégias de inovação no setor automotivo.

(Metodologia) A pesquisa é de natureza qualitativa e possui caráter exploratório, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica de estudos publicados entre 2015 e 2024. Foram analisados artigos científicos, dissertações e relatórios técnicos obtidos em bases de dados como SciELO, ScienceDirect, MDPI e Google Acadêmico. A seleção das fontes considerou critérios de relevância temática, atualidade e credibilidade dos autores. As palavras-chave utilizadas incluíram “carros elétricos”, “veículos a combustão”, “desempenho automotivo”, “custos de manutenção” e “mobilidade sustentável”. Essa metodologia possibilitou compreender as abordagens existentes e identificar lacunas relacionadas à aplicação prática dos veículos elétricos em diferentes contextos regionais.

(Resultados) A análise das obras consultadas demonstrou que os carros elétricos apresentam maior eficiência energética, sobretudo em ambientes urbanos, devido à regeneração de energia e à menor complexidade mecânica. Além disso, possuem custos de manutenção inferiores e desempenho mais estável em condições variáveis. Entretanto, os veículos elétricos ainda enfrentam desafios, como o alto custo inicial, a limitada infraestrutura de recarga e os impactos ambientais relacionados à produção e descarte de baterias. Os resultados indicam que a adoção desses veículos depende de avanços tecnológicos e da implementação de políticas públicas que incentivem a transição para fontes energéticas mais limpas.

(Conclusão) Conclui-se que os veículos elétricos representam uma alternativa viável e sustentável aos veículos a combustão, oferecendo ganhos em eficiência, desempenho e manutenção. No entanto, sua ampla adoção ainda exige investimentos em infraestrutura, políticas de incentivo e conscientização dos consumidores. O estudo contribui para o entendimento das diferenças entre as tecnologias e reforça a importância de pesquisas futuras que analisem contextos regionais e dados empíricos sobre o uso dos veículos elétricos, visando o fortalecimento da mobilidade sustentável e a redução dos impactos ambientais no setor automotivo.

Palavras-chave: Carros Elétricos. Veículos a Combustão. Desempenho Automotivo. Mobilidade Sustentável. Custos de Manutenção.

COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA NA ATUAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO ESTRATEGIA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Autor(es):
Gabriel Ribeiro Trisch de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Adriana Suely Ferreira de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Clara Iasmin da Silva Amancio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Iasmim Rochely Câmara dos Reis: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Comunicação não violenta (CNV), desenvolvida por Marshall Rosenberg, é um método que busca promover o diálogo empático, o respeito mútuo e a resolução pacífica de conflitos. No campo do direito penal, a CNV apresenta-se como uma ferramenta importante para humanizar as relações jurídicas e reduzir a violência ao estimular uma comunicação mais empática e respeitosa, a CNV contribui para a mediação de conflitos, a restauração de vínculos sociais e a prevenção da reincidência criminal.

(Metodologia) Quanto à metodologia do trabalho, foi empregada uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e bibliográfico. Na parte bibliográfica, foi realizada pesquisa e revisão teórica em artigos científicos disponíveis em bancos de pesquisa científicos Google Acadêmico e SciELO. Na oportunidade, foram selecionados 5 (cinco) artigos com ênfase nas seguintes palavras-chaves: Comunicação não violenta; Justiça restaurativa; Resolução de conflitos.

(Resultados) A partir da análise foi possível observar e refletir que a comunicação não violenta é uma abordagem baseada em uma comunicação eficaz e empática e em um dialogo produtivo focando na ideia de transformar conflitos por intermédio de uma comunicação consciente que possa tratar o outro com dignidade, empatia e consideração. Nesse contexto, leva-se a crer que a efetiva necessidade de ferramentas adequadas a fim de evitar a própria violência institucionalizada em casos de crimes sexuais como a revitimização da mulher. Existem perspectivas a partir de uma justiça restaurativa, em que possa proporcionar uma mudança na natureza dos conflitos.

(Conclusão) Conclui-se que as práticas aplicadas na justiça restaurativa, como CNV permite que os envolvidos em um delito expressem seus sentimentos e necessidades, favorecendo a responsabilização consciente do infrator e a reparação dos danos à vítima, em vez de apenas punir. Por fim, é necessário a reflexão de que a CNV está associada de forma essencial à justiça restaurativa e aos métodos autocompositivos de resoluções de conflitos. Referências: DE SOUZA REIS, Cristiane. Justiça Restaurativa e Mediação Penal no Brasil: Uma análise à luz da Comunicação Não Violenta. Francis Yearbook of Legal Sciences & Human Rights, Vol 1, 2024, p. 178-192. C. G. RODRIGUES, Cibele; CASTILHO JUNIOR, Christovam. Comunicação Não-Violenta: A Transformação Potencial Do Litígio Em Diálogo Pacificador – Por Uma Cultura De Paz. Hórus, v. 17, n. 1, p. 33-50, 2022. SILVEIRA, Everton; LANE ARAUJO REIS, Patricia. Comunicação não violenta e justiça restaurativa como estratégia de linguagem na resolução de conflito. Anais do IV seminário internacional de políticas públicas, intersetorialidade e família, Outubro de 2019. Associação Brasileira de Criminologia. Vol, 2, ano 4 2020. Quixadá (CE), Revista Olhar Criminológico, Revista Internacional da Associação Brasileira de Criminologia. (ISSN 2594-4223).

Palavras-chave: Comunicação não violenta. Justiça restaurativa. Métodos autocompositivos.

CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO: SUAS DIRETRIZES E APLICABILIDADE DIANTE DE 10 ANOS NO PODER JUDICIÁRIO

Autor(es):
Luís Henrique Trindade de Azevedo Leitão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como objeto a Conciliação e Mediação como métodos alternativos de acesso à justiça e solução de conflitos, analisando seus aspectos, conceitos e sua aplicabilidade. Há um drástico aumento dos litígios e sobrecarga do Poder Judiciário que, pela falta de uma estruturação mais condizente com a realidade e pelo valor exorbitante aos cofres públicos, no processamento de cada demanda, tem causado morosidade e inefetividade para a resolução dos conflitos. Nesse contexto, o Conselho Nacional da Justiça, criado e instituído pela Emenda Constitucional nº 45/2004, reconhecendo os problemas enfrentados pelo Judiciário de todo o país, realizou campanhas com o objetivo de enfatizar as vantagens da solução pacificadora dos conflitos e da importância da figura do Conciliador e Mediador nesse contexto, admitindo-se ainda, que, como instrumentos alternativos, tenham o condão de dirimir controvérsias existentes entre as partes, sem que para isso fosse necessária, em alguns casos, a intervenção do Estado.

(Metodologia) Procedimento bibliográfico e documental, forma descritiva, método indutivo, abordagem qualitativa e finalidade aplicada. A observância dessas fases constitui fator fundamental para que o trabalho a ser desenvolvido no âmbito do CEJUSC e NUPEMEC seja efetivo, possibilitando que as pessoas em conflito sejam preparadas para dialogar e ter compreensão mútua dos reais interesses, necessidades e sentimentos que estão vivenciando. O procedimento a ser percorrido é um percurso de inclusão afetiva dessas pessoas para uma nova consciência do problema que compartilham.

(Resultados) Resultados – Estudo de Caso – Exemplificação: Instrutor de mediação judicial formado pelo CNJ, o servidor do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) Adriano Marcos Barreto da Costa apresentou resultados da pesquisa “Conciliação e mediação no âmbito dos processos das varas cíveis do TJPE”, que trata da efetividade das audiências de conciliação e mediação em processos das varas cíveis do Recife, conforme previsão do artigo 334 do novo Código de Processo Civil (CPC). A lei sancionada em 2015 determina que, se a petição inicial preencher requisitos essenciais, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 dias, devendo o réu ser citado com pelo menos 20 dias de antecedência.

(Conclusão) Nota-se que atualmente vivenciamos uma crise no Poder Judiciário, pois este se mostra ineficiente no exercício de seu dever de processar e julgar as demandas dos jurisdicionados. Diversos fatores contribuem para o acúmulo de processos nos tribunais brasileiros, como a cultura da litigiosidade que cresce cada vez mais, bem como a falta de investimento por parte do Estado em políticas públicas com o intuito de se sanar o problema do número elevado de processos que congestionam o Judiciário.

Palavras-chave: Mediação. Mediador, Conciliação, Conflitos, Alternativas, Poder Judiciário.

CONFLITOS DE FAMÍLIA E A ATUAÇÃO DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Autor(es):
Ítalo Matheus Teixeira Nunes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Islane Samille Lima Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Caio Paiva Antunes da Nobrega: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Odilon Campos De Carvalho Supra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Victor Ferreira Pinto Tavares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo central é analisar como a conciliação e a mediação se estabelecem como métodos adequados e humanizados para a solução de conflitos familiares, que frequentemente envolvem questões emocionais, patrimoniais e relacionais. A ideia central é que estes métodos, previstos na Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos (Resolução nº 125/2010 do CNJ), promovem o diálogo, o acesso à justiça e a pacificação social. Na Mediação Familiar, o foco é restabelecer a comunicação entre os membros, transformando o conflito em uma oportunidade de crescimento.

(Proposta do roteiro) O vídeo se inicia apresentando a complexidade dos conflitos familiares e a necessidade de abordagens humanizadas. Em seguida, detalha a Política Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos instituída pela Resolução CNJ nº 125/2010, explicando a estruturação dos CEJUSCs (Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania), que são fundamentais para difundir a cultura da paz e realizar sessões pré-processuais e processuais. O roteiro aborda a diferença entre Conciliação (mais breve, conciliador pode sugerir acordo, indicada para partes sem vínculo anterior) e Mediação (mais profunda, mediador facilita o diálogo, indicada quando há vínculo anterior, como em relações familiares). O foco é a Mediação Familiar, onde a escuta psicanalítica auxilia na responsabilização subjetiva das partes, podendo utilizar modelos como o Transformativo ou o Circular-narrativo. O vídeo lista os conflitos familiares atendidos nos CEJUSCs (como divórcio, guarda e pensão alimentícia) e destaca o trabalho interdisciplinar (envolvendo advogados e psicólogos) com princípios como confidencialidade e voluntariedade. Por fim, são discutidas as Vantagens (redução da judicialização, preservação de vínculos) e os Desafios (resistência cultural e falta de estrutura).

(Efeitos esperados) A relevância do vídeo reside em destacar a conciliação e a mediação como a base de uma nova cultura jurídica, pautada na cooperação. Os efeitos esperados incluem a promoção do diálogo e da cidadania, a redução de traumas, a garantia do acesso à justiça e a reconstrução de vínculos afetivos em contextos familiares. Espera-se também incentivar a Expansão dos CEJUSCs, a valorização das práticas restaurativas e a maior integração entre o Direito, a Psicologia e o Serviço Social, visando soluções mais humanas e efetivas para os conflitos.

CONTRATO DE COMPRA E VENDA NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO: NATUREZA JURÍDICA E EFEITOS

Autor(es):
Ana Rosa Ribeiro Dantas Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O contrato de compra e venda é um dos mais importantes instrumentos do Direito Civil, pois permite a circulação de bens e a movimentação da economia. Regulamentado pelos artigos 481 a 532 do Código Civil, ele estabelece obrigações recíprocas entre vendedor e comprador, envolvendo a transferência do domínio e o pagamento do preço. Trata-se de um negócio jurídico bilateral, oneroso e consensual, cuja finalidade principal é a troca de um bem por uma quantia em dinheiro. Além disso, a compra e venda possui papel essencial nas relações jurídicas privadas, uma vez que concretiza a autonomia da vontade e a liberdade contratual das partes, princípios basilares do Direito Civil contemporâneo. Esse contrato pode abranger tanto bens móveis quanto imóveis, exigindo, em alguns casos, forma específica para sua validade, como a escritura pública nos negócios que envolvem imóveis de valor superior a trinta salários mínimos. Assim, o contrato de compra e venda não apenas garante segurança jurídica às transações, mas também reflete a confiança e a boa-fé que devem nortear todas as relações contratuais.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi a de pesquisa bibliográfica e documental, no qual o levantamento de informações foi tirado de sites específicos acerca do tema proposto, bem como de materiais disponibilizados pelo próprio docente.

(Resultados) Trata-se de um acordo de vontades em que uma parte se obriga a transferir o domínio de um bem, enquanto a outra se compromete a pagar determinado preço em dinheiro. Embora seja consensual e produza efeitos obrigacionais entre as partes desde sua celebração, só transfere a propriedade com a tradição (bens móveis) ou com o registro (bens imóveis), conforme o disposto nos artigos 1.245 e 1.267 do Código Civil. Pretende-se também evidenciar a importância da boa-fé objetiva e da função social do contrato na interpretação e execução desse tipo contratual, garantindo o equilíbrio e a segurança jurídica nas relações negociais.

(Conclusão) Conclui-se que o contrato de compra e venda representa um dos pilares do Direito Civil, sendo essencial para a circulação de bens e a concretização da autonomia privada. Sua natureza jurídica é obrigacional, gerando para o vendedor a obrigação de transferir o domínio, e para o comprador, a de pagar o preço ajustado. Portanto, o contrato de compra e venda permanece como um instrumento jurídico de extrema relevância, adaptando-se às novas formas de comércio e às exigências do ordenamento jurídico contemporâneo, sem perder sua essência tradicional no Direito Civil Brasileiro.

Palavras-chave: Contrato; Bens; Registro; Domínio; Preço.

CONTRATOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS COMO FERRAMENTA INOVADORA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DO TERCEIRO SETOR EM NATAL/RN

Autor(es):
Nathalia Kaluana Rodrigues da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) A cidade de Natal enfrenta desafios estruturais relacionados à sustentabilidade financeira das organizações da sociedade civil (OSCs), que desempenham papel fundamental na execução de políticas públicas e na promoção do desenvolvimento local. Apesar de sua relevância social, muitas dessas instituições enfrentam dificuldades em captar e gerir recursos de forma ética, eficiente e conforme a legislação vigente. Nesse contexto, a profissionalização da captação de recursos surge como uma estratégia inovadora, permitindo que as OSCs diversifiquem suas fontes de financiamento, ampliem o impacto de suas ações e fortaleçam sua governança. O presente artigo discute o contrato de captação de recursos como instrumento jurídico de transparência, segurança e inovação social, essencial para o desenvolvimento sustentável de Natal.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, baseada em análise documental e bibliográfica. Foram examinados dispositivos legais, como a Lei nº 13.019/2014 (MROSC), Lei nº 13.204, de 2015, Decreto n° 8.726 de 2016, o Decreto nº 11.453/2023, e o Código de Ética da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), além de relatórios institucionais de OSCs locais. O estudo considera ainda dados secundários sobre o papel das organizações da sociedade civil na economia potiguar e exemplos de boas práticas de governança e compliance em contratos de captação.

(Resultados) A análise demonstra que o contrato de captação de recursos, quando estruturado com base em critérios éticos e legais, representa uma inovação jurídica e gerencial no campo do Terceiro Setor. Esse instrumento formaliza a relação entre a OSC e o captador, garantindo transparência, metas claras e prestação de contas. Além disso, contribui para o fortalecimento da confiança entre sociedade, governo e investidores sociais. Em Natal, observa-se o crescimento de práticas de captação alinhadas a políticas de responsabilidade social corporativa (ESG), o que tem potencial de mobilizar capital privado para o desenvolvimento urbano e social da cidade.

(Conclusão) Os contratos de captação de recursos configuram-se como instrumentos inovadores que unem o campo jurídico à gestão estratégica das OSCs, proporcionando segurança, credibilidade e sustentabilidade financeira. Ao profissionalizar a captação, as instituições sem fins lucrativos tornam-se mais preparadas para acessar parcerias público-privadas, editais e incentivos fiscais, promovendo impacto social ampliado. Assim, a inovação na captação não se limita à arrecadação, mas estende-se à transformação estrutural do Terceiro Setor, contribuindo diretamente para o desenvolvimento de Natal como uma cidade mais justa, solidária e sustentável.

Palavras-chave: Captação de recursos. Contrato de captação. Terceiro Setor. Inovação social. Desenvolvimento de Natal.

CONTRATOS ELETRÔNICOS E A VALIDADE JURÍDICA DAS ASSINATURAS DIGITAIS

Autor(es):
Alice Ramily Silvino de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Barbara Geovanna Fernandes Nobre: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Nathiely Vitória Sousa Feitosa Lira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lais Carine de Lima Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Clara Pereira Câmara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O avanço tecnológico e a digitalização das relações interpessoais e comerciais transformaram a forma de elaboração, celebração e execução dos contratos, dando origem aos contratos eletrônicos. Caracterizados pela utilização de meios digitais em sua formalização, esses contratos levantam questionamentos sobre sua validade jurídica, especialmente no que diz respeito à assinatura digital, responsável por garantir autenticidade, integridade e segurança jurídica. A assinatura digital se destaca por sua segurança, rastreabilidade e ausência de prazo de validade, sendo aplicada por meio de plataformas especializadas que identificam os signatários e registram todas as etapas do processo. Contudo, sua validade depende do cumprimento de requisitos legais específicos. Diante da ampla adoção dos contratos digitais, esta pesquisa visa analisar sua validade jurídica, o funcionamento da assinatura digital e os critérios legais necessários para sua eficácia, demonstrando que, quando respeitados os parâmetros legais, os contratos eletrônicos são plenamente válidos e representam um avanço nas relações contratuais contemporâneas.

(Metodologia) A pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, com natureza qualitativa. Utilizou-se uma abordagem bibliográfica e documental, por meio da análise de artigos científicos, materiais publicados e exemplos práticos de contratos eletrônicos e assinaturas digitais. O método empregado foi o dedutivo, partindo das normas e entendimentos existentes para avaliar sua aplicação e validade jurídica

(Resultados) Os resultados indicam que as assinaturas digitais são juridicamente válidas no Brasil, desde que garantam a autenticidade e a integridade dos documentos. Destaca-se a importância da criptografia e da certificação digital pela ICP-Brasil. A legislação, por meio da MP nº 2.200- 2/2001 e da Lei nº 14.063/2020, oferece base sólida para seu uso, e o Judiciário reconhece diferentes formas de assinatura eletrônica, inclusive fora do sistema oficial.

(Conclusão) Portanto, o estudo confirmou que os contratos eletrônicos formalizados com uso de assinaturas digitais que atendam aos requisitos de autenticidade e integridade possuem plena validade jurídica no Brasil. Os objetivos de analisar a validade, funcionamento e critérios legais das assinaturas digitais foram alcançados. Os resultados demonstram que o arcabouço normativo, em especial a MP nº 2.200-2/2001 e a Lei nº 14.063/2020, fornece a segurança jurídica para a ampla adoção dessas ferramentas, consolidando os contratos eletrônicos como um avanço nas relações contemporâneas. A criptografia e a certificação digital são base para essa eficácia. Contudo, um desafio que persiste é a precisão de maior clareza e uniformização no reconhecimento das assinaturas que não utilizam o padrão ICP-Brasil, a fim de mitigar riscos de contestação. Sugere-se pesquisas futuras focadas na análise comparativa dos entendimentos judiciais sobre as diferentes modalidades de assinaturas eletrônicas.

Palavras-chave: Contratos Eletrônicos. Assinatura Digital. Validade Jurídica. Segurança Jurídica. ICP-Brasil.

CONTRATOS ELETRÔNICOS: A INSEGURANÇA JURÍDICA DIANTE DAS ASSINATURAS DIGITAIS

Autor(es):
Ramses Gabriel Queiroz de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lara Araujo Peixoto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Cássia Holanda de Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maysa Regina Araújo Silva Galvão : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rebeca da Silva Santos: Discente do curso de do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os contratos são instrumentos essenciais para organizar relações jurídicas, assegurando direitos e deveres entre as partes. Tradicionalmente firmados em papel com assinatura física, garantiam autenticidade e validade jurídica. Com o avanço tecnológico e a digitalização das relações, surgiram os contratos eletrônicos, que permitem celebrar acordos de forma ágil e prática, sem contato presencial. Ferramentas como Gov.br, DocuSign e Clicksign exemplificam essa transformação, possibilitando formalização remota e segura. Apesar dos benefícios, surgem questionamentos sobre segurança, autenticidade e validade das assinaturas digitais. Este estudo busca responder se contratos eletrônicos oferecem a mesma segurança jurídica que os contratos tradicionais, contribuindo para aprimorar a legislação e a prática jurídica na era digital.

(Metodologia) O estudo é bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa, analisando artigos científicos, legislação, jurisprudência e materiais institucionais sobre contratos eletrônicos e assinaturas digitais. A pesquisa focou na interpretação de conceitos, aplicação da legislação vigente e observação de exemplos práticos em plataformas como Gov.br, DocuSign e Clicksign. Os dados foram coletados em bases acadêmicas como Google Acadêmico e SciELO, na legislação (Código Civil e MP nº 2.200-2/2001) e em decisões do STJ. As informações foram organizadas por tema e analisadas criticamente, permitindo identificar semelhanças e diferenças entre contratos tradicionais e eletrônicos, lacunas legais, desafios e soluções para aumentar a segurança e confiabilidade dos contratos digitais.

(Resultados) A análise bibliográfica e documental demonstrou que os contratos eletrônicos têm crescente relevância no cenário jurídico brasileiro, consolidando-se como instrumentos eficazes para formalizar relações digitais. Apesar da ausência de suporte físico e da comunicação instantânea, possuem validade jurídica equivalente aos contratos tradicionais, desde que respeitados os requisitos do art. 104 do Código Civil. As assinaturas digitais, regulamentadas pela Lei nº 14.063/2020 e pela MP nº 2.200-2/2001, garantem autenticidade, integridade e não repúdio, conferindo valor probatório equivalente às assinaturas manuscritas, como observado em plataformas Gov.br, DocuSign e Clicksign. Contudo, persistem inseguranças quanto às assinaturas eletrônicas simples, cuja validade depende de análise judicial (REsp 2.159.442/PR, 2024). Princípios como boa-fé objetiva, função social do contrato e equivalência das prestações permanecem aplicáveis, reforçando confiança e responsabilidade. Conclui-se que, com mecanismos adequados, os contratos eletrônicos são válidos, seguros e promovem agilidade, democratização e eficiência nas relações jurídicas.

(Conclusão) A pesquisa demonstrou que os contratos eletrônicos são instrumentos legítimos e eficazes no contexto jurídico brasileiro, modernizando as relações contratuais e permitindo a celebração de acordos de forma rápida e segura, sem comprometer a validade jurídica prevista no art. 104 do Código Civil, que exige capacidade das partes, licitude do objeto e forma prescrita ou não vedada em lei. As assinaturas digitais, vinculadas à ICP-Brasil conforme a MP nº 2.200-2/2001 e a Lei nº 14.063/2020, asseguram autenticidade, integridade e não repúdio aos documentos, conferindo-lhes valor probatório equivalente às assinaturas manuscritas. Entretanto, assinaturas eletrônicas simples ainda exigem análise judicial para comprovação de autoria e integridade (REsp 2.159.442/PR, 2024). Princípios como boa-fé objetiva, função social do contrato e equivalência das prestações permanecem aplicáveis, garantindo equilíbrio, confiança e proteção das partes. Conclui-se que, com tecnologia confiável e legislação clara, os contratos eletrônicos promovem segurança, eficiência e confiabilidade nas relações jurídicas digitais.

Palavras-chave: Contratos eletrônicos; Assinatura digital; Segurança jurídica; Validade contratual; Transformação digital.

CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO

Autor(es):
Letícia Resende Perrota André Freire: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Eduarda Macedo de Araújo Cruz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Oto Lucas Mulatinho Albuquerque: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lucca Lettieri Fontenelle Damasio: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Jalmir Antony de Albuquerque Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Objetivos: Esclarecer que crescimento e desenvolvimento não são a mesma coisa, usando exemplos reais e linguagem acessível, para incentivar uma visão crítica sobre o progresso dos países.

(Proposta do roteiro) Proposta Roteiro: TEMA CENTRAL: Entender a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento, mostrando que um país pode crescer sem melhorar a vida da sua população. OBJETIVO DO VÍDEO: Esclarecer que crescimento e desenvolvimento não são a mesma coisa, usando exemplos reais e linguagem acessível, para incentivar uma visão crítica sobre o progresso dos países. O QUE É CRESCIMENTO ECONÔMICO? Crescimento econômico é um conceito quantitativo. Ele é medido por números: aumento do PIB, da produção, da renda. É como medir o tamanho da economia. Mas um país pode ter um PIB alto e ainda assim ter desigualdade, pobreza e falta de acesso a serviços básicos. Texto na tela: “PIB, Produção, Renda, Mas a vida de todos melhora?” Não necessariamente. O QUE É DESENVOLVIMENTO? “Desenvolvimento, por outro lado, é qualitativo. Ele inclui saúde, educação, distribuição de renda, sustentabilidade e qualidade de vida. Aqui, o foco é nas pessoas. Um país pode não crescer tão rápido, mas se seu povo tem educação, saúde e oportunidades, está se desenvolvendo.”Indicadores na tela: IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) Expectativa de vida Acesso à educação · Redução da desigualdade

(Efeitos esperados) Efeitos Esperados: Compreender que crescimento econômico e desenvolvimento não significam a mesma coisa, ainda que muitas vezes sejam tratados como se fossem.

CRIMES CIBERNÉTICOS CONTRA A HONRA: ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS NO AMBIENTE DIGITAL

Autor(es):
Pedro Emmanuel Silva Bezerra Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Vinicius Medeiros Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O artigo aborda as consequências do avanço tecnológico e da expansão da internet na ocorrência de crimes cibernéticos, especialmente aqueles que atentam contra a honra, como calúnia, difamação e injúria. A facilidade de disseminação de informações e o anonimato característico do ambiente digital criam um cenário propício para práticas ilícitas que atingem a dignidade das vítimas de forma rápida e ampla. Esse fenômeno é agravado pela incapacidade da legislação brasileira em acompanhar a velocidade das transformações tecnológicas, o que favorece a impunidade e a sensação de insegurança no meio virtual. Apesar da criação de leis como a Lei nº 12.737/2012, conhecida como “Lei Carolina Dieckmann”, e a Lei nº 13.709/2018, de Proteção de Dados, ainda há defasagem nos mecanismos de responsabilização e investigação, revelando a necessidade de aperfeiçoamento jurídico e institucional. Assim, o estudo propõe uma reflexão sobre os desafios enfrentados pelo sistema penal brasileiro diante da criminalidade digital e a urgência de políticas públicas mais eficazes na proteção da honra e dos direitos individuais no ambiente online.

(Metodologia) A pesquisa é de natureza bibliográfica, qualitativa e analítica, baseada em estudos doutrinários, artigos científicos, monografias, leis e jurisprudências. O procedimento incluiu leitura crítica, anotações e mapeamento de conceitos e lacunas legais. O objetivo foi reunir material relevante para compreender as fragilidades da legislação brasileira e as estratégias de enfrentamento aos crimes cibernéticos.

(Resultados) Os resultados apontam que, apesar de avanços como a Lei nº 12.737/2012 e a criação de delegacias virtuais, as medidas são insuficientes para coibir os crimes cibernéticos. Persistem falhas nas políticas públicas de segurança digital e nas investigações, principalmente pela dificuldade de identificar criminosos anônimos. Observou-se também que as vítimas sofrem consequências psicológicas e financeiras graves, o que evidencia a necessidade de reformulação legislativa e de um sistema jurídico mais adaptado à realidade virtual.

(Conclusão) Conclui-se que a legislação brasileira permanece ineficaz diante da evolução tecnológica e do crescimento dos crimes cibernéticos contra a honra. O estudo reforça a urgência de modernizar as leis e aprimorar os mecanismos de investigação e punição. Sugere-se, para pesquisas futuras, a realização de análises quantitativas sobre denúncias e condenações, além do estudo do papel de novas tecnologias, como a inteligência artificial, tanto na proteção quanto no aprimoramento das práticas criminosas.

Palavras-chave: Crimes Cibernéticos; Honra; Direito Penal; Legislação Brasileira; Vítimas.

CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA: A SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

Autor(es):
Thaiza Rohanna da Silva Vasconselo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Bruna Alexandre Romeiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Cecilia Nascimento de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Emylle Cristina Matias dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Carlos Antônio do Nascimento Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A criminalização da pobreza é um fenômeno histórico que marca a formação do sistema penal brasileiro, refletindo desigualdades sociais e raciais que se perpetuam até os dias atuais. A seletividade penal se manifesta na forma como determinados grupos sociais, sobretudo os pobres e negros, são alvos prioritários da vigilância policial, do processo judicial e da política de encarceramento, enquanto crimes de maior impacto econômico ou praticados por grupos privilegiados recebem tratamento mais brando. A relevância científica e social deste estudo está em problematizar como o sistema penal reforça desigualdades e contribui para a manutenção de uma ordem social excludente. Neste panorama, o presente trabalho se propõe a analisar criticamente os mecanismos pelos quais essa seletividade se concretiza, visando demonstrar o papel do sistema penal como instrumento de controle social e gestão da pobreza no Brasil.

(Metodologia) O presente estudo fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida sob abordagem qualitativa e de caráter exploratório. Para a sua elaboração, foram utilizadas obras e pesquisas disponíveis em bases de dados acadêmicos, sendo empregados critérios de seleção, palavras-chave, operadores e filtros específicos, garantindo o rigor da revisão e da fundamentação teórica.

(Resultados) Os resultados da pesquisa apontam que a seletividade penal não constitui um desvio isolado ou uma falha de aplicação da lei, mas sim um mecanismo estrutural do sistema de justiça criminal. Evidenciou-se que esse mecanismo reforça estigmas históricos de classe e raça, legitima desigualdades sociais e fortalece o racismo estrutural nas fases de vigilância policial e encarceramento. A pesquisa confirma, portanto, a instrumentalização do sistema penal como principal ferramenta de gestão e controle da população pobre e negra no país.

(Conclusão) Conclui-se que compreender esse processo, de sua essência até os seus frutos, é essencial para problematizar e criticar os limites do sistema de justiça criminal brasileiro e propor alternativas que caminhem em direção à equidade e à justiça social.

Palavras-chave: Criminalização da pobreza. Seletividade penal. Racismo estrutural. Desigualdade social. Marginalização.

CRIMINOLOGIA CRÍTICA E TRÁFICO DE DROGAS: A LÓGICA DA CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

Autor(es):
Silvia Rosangela Bertelli: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Tereza Nunes Lima de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Pedro de Alcântara Belém: Discente do curso de do UNI-RN
Heloisa De Moura Severiano: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Jamilly de Oliveira Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A criminalização do tráfico de drogas no Brasil constitui um tema de grande relevância científica e social, pois revela como o sistema penal atua seletivamente, reforçando desigualdades raciais e de classe. A partir da criminologia crítica, compreende-se que o direito penal não é neutro, mas um instrumento de controle social que incide principalmente sobre jovens, negros e moradores de periferias. A política de drogas, estruturada sob o paradigma proibicionista, contribui para o aumento do encarceramento e para a estigmatização de grupos vulneráveis, ao invés de enfrentar as causas estruturais da violência e da exclusão. Diante desse cenário, torna-se essencial investigar de que modo a criminalização do tráfico reproduz a marginalização social e legitima práticas punitivas desiguais no contexto brasileiro.

(Metodologia) A pesquisa possui natureza teórica, com caráter exploratório e abordagem qualitativa. Foram realizadas revisões bibliográficas e análise documental em bases acadêmicas como SciELO, Google Acadêmico e CAPES Periódicos, utilizando autores da criminologia crítica como Michel Foucault, Alessandro Baratta, Nilo Batista, Vera Malaguti Batista e Loïc Wacquant. Além disso, foram examinadas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a aplicação da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), a fim de identificar elementos de seletividade e discricionariedade judicial. Essa metodologia permitiu observar como o sistema penal contribui para a criminalização da pobreza.

(Resultados) Os resultados demonstram que a política de drogas no Brasil reforça seletividades estruturais e atinge, sobretudo, populações pobres e racializadas. A distinção entre usuário e traficante é marcada por subjetividade, o que amplia o poder discricionário das instituições repressivas. Jovens negros e mulheres em situação de vulnerabilidade aparecem como principais vítimas das prisões por tráfico, geralmente relacionadas a papéis secundários na cadeia de comercialização. Esse processo gera encarceramento em massa, ruptura de vínculos familiares e perpetuação da exclusão social.

(Conclusão) A pesquisa conclui que a criminalização do tráfico de drogas opera como um mecanismo de controle social e de manutenção da desigualdade. O sistema penal não reduz o tráfico, mas reproduz a marginalização, alimentando um ciclo de pobreza e exclusão. Defende-se a revisão da Lei de Drogas, a descriminalização do porte para uso pessoal e o fortalecimento de políticas sociais e alternativas ao encarceramento. Assim, a superação da lógica punitiva exige uma abordagem interseccional e humanizada, comprometida com a promoção da justiça social e dos direitos humanos.

Palavras-chave: Criminologia crítica. Tráfico de drogas. Criminalização da pobreza. Seletividade penal. Políticas públicas.

CRISE DE CONFIANÇA NA DEMOCRACIA BRASILEIRA: SEUS MOTIVOS E CONSEQUÊNCIAS

Autor(es):
Marcus Vinícius Lima de Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Paulo Vitor Fernandes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na sociedade contemporânea, permeia um sentimento de descrédito perante as instituições democráticas e de seus agentes mantenedores; uma espécie niilismo apático e cínico, onde os ideais liberais e democráticos, antes proferidos e vendidos como a mais avançada e última etapa da civilização humana, têm o seu destino cada vez mais incerto. Nos mais diversos grupos sociais e políticos, há uma relativização do que é uma sociedade democrática e até mesmo se ela é necessária ou desejável. Visando entender como as dinâmicas sociais têm alterado a noção do que é aceitável, o presente artigo busca entender os motivos históricos e filosóficos que levaram a esse estágio, e suas implícitas complicações para essa e as próximas gerações.

(Metodologia) Para isso, foi realizada uma pesquisa com público majoritariamente universitário, onde os entrevistados foram questionados com relação a temas como: confiança geral nas instituições democráticas; confiança em órgãos como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o senado. Órgãos esses que deveriam ser o ápice da República, casas de maior prestígio e inspiração encontram-se desacreditados, a câmara legislativa em especial pela sua fraca composição de membros. Para tentar identificar as causas que ocasionaram na presente situação, foram realizadas pesquisas com base em literaturas críticas as crenças da sociedade no sistema liberal institucional. Encontramos em autores como Richard M. Weaver, com o “As ideias têm consequências”, a discussão da fragilidade do paradigma liberal, dado à sua falta de hierarquia, objetividade ontológica e valores transcendentais na vida do homem como causadores da sua decadência; Horkheimer em “Eclipse da razão”, onde ele expõe que as noções liberais de disseminação descontrolada da informação e da opinião desmedida e amplamente divulgada como pontos que fragilizam a democracia, emburrecem a população e empobrecem a cultura de forma geral, ao invés de agrega-lá com uma maior erudição da população, as leva; também foi levada como base a análise e crítica dos princípios norteadores do ocidente moderno, na obra extensa de Nietzsche, em especial o crepúsculo dos ídolos.

(Resultados) Observou-se pelos dados empíricos a confirmação da dedução filosófica: 82,4% dos entrevistados acham que há uma crise acentuada nas instituições democráticas; 47,1% veem a atuação do Supremo Tribunal Federal com certa desconfiança, por exemplo

(Conclusão) O entendimento chegado nesse trabalho é que a crise na democracia brasileira não é algo restrito a um espaço de tempo e povo, mas sim uma falência que vem se alastrando pelas últimas décadas no hemisfério ocidental como um todo. Trazendo um pouco mais de esclarecimento sobre o assunto, o artigo busca contribuir para o debate e a urgência de se pensar um novo paradigma para a nossa sociedade.

Palavras-chave: paradigma liberal; objetiva; instituições democráticas; niilismo; ocidente

CUMPRIMENTO DA PENA E DEFESA TÉCNICA: AS CONSEQUÊNCIAS DO REEDUCANDO DESASSISTIDO

Autor(es):
Sara Caroline Ribeiro Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O sistema prisional brasileiro evidencia deficiências significativas quanto à efetividade do cumprimento das penas, sobretudo na duração do encarceramento. Entre os principais fatores dessa disfunção, destaca-se a insuficiência de assistência jurídica, essencial para a concretização dos direitos fundamentais da pessoa privada de liberdade. Para que o apenado obtenha a soltura após o término da pena, é indispensável o requerimento de extinção da punibilidade, formulado por advogado ou pela Defensoria Pública. Contudo, quando essa atuação é ineficiente, o indivíduo tende a permanecer preso por período superior ao legalmente previsto, seja nos casos de extinção da pena ou de progressão de regime. Tal omissão reflete-se em graves violações de direitos, como o desrespeito ao devido processo legal, à dignidade da pessoa humana e ao direito à liberdade. Essa deficiência estrutural agrava problemas como superlotação carcerária e desigualdade no acesso à justiça, revelando um cenário de inefetividade do sistema penal e fragilidade na proteção dos direitos humanos.

(Metodologia) Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo adota o método dedutivo, partindo de princípios do Direito Penal e Processual Penal, especialmente relacionados ao devido processo legal, à ampla defesa e à dignidade da pessoa humana. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de análise bibliográfica, documental e jurisprudencial. Foram utilizadas obras doutrinárias, relatórios de órgãos como CNJ, DEPEN e DPU, além de decisões do STF e STJ sobre a efetividade da assistência jurídica. Por fim, os dados foram examinados criticamente, relacionando resultados e fundamentos teóricos para evidenciar o impacto da desassistência jurídica na execução penal.

(Resultados) Os resultados demonstraram que a ausência de assistência jurídica regular está associada à demora na concessão dos benefícios previstos na execução penal. A análise de relatórios e decisões revelou que, sem acompanhamento técnico, pedidos de progressão de regime, remição e livramento condicional tendem a ser apreciados com atraso, prolongando o tempo de permanência no sistema prisional. Constatou-se ainda que a falta de defesa técnica contínua compromete o acesso aos direitos assegurados pela Lei de Execução Penal, reforçando a necessidade de fortalecimento da Defensoria Pública para garantir maior celeridade e equidade no cumprimento das penas.

(Conclusão) A ausência de defesa técnica evidencia grave distorção no sistema penal brasileiro, que fere os princípios constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal. Dados da Revista OWL Journal (2025) mostram que, em algumas penitenciárias, o número de presos provisórios ultrapassa o de condenados definitivos, demonstrando a manutenção de pessoas privadas de liberdade sem julgamento e sem assistência jurídica efetiva. Essa realidade perpetua a seletividade penal e aprofunda a desigualdade no acesso à justiça, transformando a execução da pena em instrumento de exclusão social. A desassistência do reeducando prolonga o encarceramento e revela a falência de um sistema que deveria ressocializar, mas reproduz a marginalização que diz combater.

Palavras-chave: Execução penal. Defesa técnica. Assistência jurídica. Direitos fundamentais. Defensoria Pública.

CUMPRIMENTO DA PENA E DEFESA TÉCNICA: AS CONSEQUÊNCIAS DO REEDUCANDO DESASSISTIDO

Autor(es):
Maria Rita Maia Suassuna: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sara Caroline Ribeiro Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Beatriz Maria de Araújo Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Lucas Cortez Montenegro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Júlia de Sousa Sobral: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O sistema prisional brasileiro evidencia deficiências significativas quanto à efetividade do cumprimento das penas, sobretudo na duração do encarceramento. Entre os principais fatores dessa disfunção, destaca-se a insuficiência de assistência jurídica, essencial para a concretização dos direitos fundamentais da pessoa privada de liberdade. Para que o apenado obtenha a soltura após o término da pena, é indispensável o requerimento de extinção da punibilidade, formulado por advogado ou pela Defensoria Pública. Contudo, quando essa atuação é ineficiente, o indivíduo tende a permanecer preso por período superior ao legalmente previsto, seja nos casos de extinção da pena ou de progressão de regime. Tal omissão reflete-se em graves violações de direitos, como o desrespeito ao devido processo legal (art. 5º, LIV, CF), à dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF) e ao direito à liberdade. Essa deficiência estrutural agrava problemas como superlotação carcerária e desigualdade no acesso à justiça, revelando um cenário de inefetividade do sistema penal e fragilidade na proteção dos direitos humanos.

(Metodologia) Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo adota o método dedutivo, partindo de princípios do Direito Penal e Processual Penal, especialmente relacionados ao devido processo legal, à ampla defesa e à dignidade da pessoa humana. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de análise bibliográfica, documental e jurisprudencial. Foram utilizadas obras doutrinárias, relatórios de órgãos como CNJ, DEPEN e DPU, além de decisões do STF e STJ sobre a efetividade da assistência jurídica. Por fim, os dados foram examinados criticamente, relacionando resultados e fundamentos teóricos para evidenciar o impacto da desassistência jurídica na execução penal.

(Resultados) Os resultados demonstraram que a ausência de assistência jurídica regular está associada à demora na concessão dos benefícios previstos na execução penal. A análise de relatórios e decisões revelou que, sem acompanhamento técnico, pedidos de progressão de regime, remição e livramento condicional tendem a ser apreciados com atraso, prolongando o tempo de permanência no sistema prisional. Constatou-se ainda que a falta de defesa técnica contínua compromete o acesso aos direitos assegurados pela Lei de Execução Penal, reforçando a necessidade de fortalecimento da Defensoria Pública para garantir maior celeridade e equidade no cumprimento das penas.

(Conclusão) A ausência de defesa técnica evidencia grave distorção no sistema penal brasileiro, que fere os princípios constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal. Dados da Revista OWL Journal (2025) mostram que, em algumas penitenciárias, o número de presos provisórios ultrapassa o de condenados definitivos, demonstrando a manutenção de pessoas privadas de liberdade sem julgamento e sem assistência jurídica efetiva. Essa realidade perpetua a seletividade penal e aprofunda a desigualdade no acesso à justiça, transformando a execução da pena em instrumento de exclusão social. A desassistência do reeducando prolonga o encarceramento e revela a falência de um sistema que deveria ressocializar, mas reproduz a marginalização que diz combater.

Palavras-chave: Execução penal. Defesa técnica. Assistência jurídica. Direitos fundamentais. Defensoria Pública.

DA FORMA JURÍDICA NA OBRA DE FRIEDRICH ENGELS

Autor(es):
Eduardo Delmondes Bezerra Brandão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho trata do elemento jurídico na obra autônoma de Friedrich Engels. Frequentemente reduzido a mero auxiliar de Karl Marx, Engels foi responsável por contribuições próprias e originais à crítica social, razão pela qual não pode ser considerado apenas um "segundo violino". Antes mesmo do contato estreito com Marx, Engels já havia desenvolvido críticas à economia política e se solidarizado com a situação dos trabalhadores fabris, experiência que o levou a problematizar as bases do capitalismo industrial. Esse percurso o aproximou não apenas da análise do modo de produção, mas também das instituições que garantem sua manutenção, entre as quais se destacam a moral, a religião, a família e o direito.

(Metodologia) A metodologia aplicada à pesquisa fora então de caráter qualitativo e bibliográfico. O estudo baseia-se na análise histórico-crítica da obra engelsiana, confrontando-a com as tradições filosófico-jurídicas de sua época. Para isso, o trabalho se divide em dois eixos de análise. O primeiro é o Eixo Histórico: através da análise de textos como A Ideologia Alemã e A Origem da Família, Propriedade Privada e da do Estado, a pesquisa reconstrói a concepção de Engels sobre a gênese do estado e do direito. Já o segundo é o Eixo Contemporâneo: Utiliza-se de uma análise empírica das obras de Engels para investigar a função e atuação do direito burguês em seu tempo. Esta etapa é organizada em três paradigmas nacionais (alemão, francês e inglês) e se baseia em textos como Anti-Dühring, O Socialismo Jurídico, Sobre a Questão da Moradia e A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. Ademais, foram utilizadas obras de historiadores, tanto gerais (Eric Hobsbawm, Tristram Hunt) quanto do direito (Tamar Herzog, Antonio Carlos Wolkmer), e pesquisadores (Peter Schöttler, Michelangelo Torres, Vitor Sartori) para análise e situação das condições econômicas, sociais, políticas e jurídicas do tempo de Engels.

(Resultados) Os resultados obtidos demonstram que a concepção de Engels sobre o direito se desenvolve em dois eixos complementares. Primeiramente, a análise histórica evidencia que o direito e o Estado não são abstrações universais, mas sim manifestações históricas intimamente ligadas ao surgimento da propriedade privada e da família monogâmica. Engels sintetiza a gênese dessas instituições a partir da apropriação da mulher, da terra e do trabalho alheio, que demandou a criação de mecanismos jurídicos para a proteção dos interesses de uma nova classe dominante. Em segundo lugar, a pesquisa revela a função do direito como um instrumento político e ideológico. Através da análise dos paradigmas alemão, francês e inglês, fica claro que o direito burguês tem como fim a proteção dos interesses de sua respectiva classe. A pesquisa demonstra que o Estado e as leis funcionam como uma "bancada de negócios" para as burguesias nacionais, garantindo a manutenção do modo de produção capitalista e legitimando a dominação de classe por meio da ideologia que o dissimula.

(Conclusão) A pesquisa conclui que Friedrich Engels deve ser reconhecido como um autor central para a crítica materialista do direito. Ao analisar a origem e a função do jurídico, o estudo fortalece a hipótese de que a visão de Engels sobre o tema não é apenas um eco de Marx, mas sim um corpo teórico autônomo e original. Em última análise, a leitura jurídica de Engels se mostra indispensável para a filosofia crítica do direito, pois oferece um modelo para compreender a gênese do direito e sua função contínua na manutenção das relações capitalistas de produção.

Palavras-chave: Filosofia do Direito. Sociologia Jurídica. História do Direito. Marxismo. Materialismo histórico.

DECISÕES AUTOMATIZADAS E ÉTICA JURÍDICA: COMO GARANTIR IMPARCIALIDADE E TRANSPARÊNCIA NO USO DE IA NO DIREITO

Autor(es):
Eloiza Ellem de Carvalho Mendes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rayssa de Oliveira Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O avanço das tecnologias digitais, em especial da Inteligência Artificial (IA), tem promovido transformações significativas em diversos setores sociais, econômicos e políticos, incluindo o campo jurídico. A adoção de sistemas de decisão automatizada vem ganhando espaço, auxiliando magistrados, órgãos públicos e instituições na análise de dados, triagem processual e predição de sentenças. Essa inovação tecnológica traz potencial de modernização e eficiência, mas também gera preocupações éticas e jurídicas, especialmente no que se refere à imparcialidade e à transparência das decisões. O estudo se justifica pela necessidade de compreender como a IA pode ser integrada ao sistema judicial e administrativo brasileiro de maneira compatível com os direitos fundamentais e a segurança jurídica, sendo relevante para a legitimidade das instituições e a confiança social nos processos decisórios.

(Metodologia) Metodologia: A pesquisa possui natureza qualitativa e caráter exploratório, sendo conduzida por meio de revisão bibliográfica. Foram analisadas obras acadêmicas, artigos científicos, dissertações e teses publicadas entre 2016 e 2023, disponíveis em bases de dados como Scielo, Google Acadêmico e LexML Brasil. A seleção do material bibliográfico considerou relevância temática, atualidade e autoridade dos autores. Durante a análise, foram utilizados fichamentos e elaboração de resumos para identificar padrões argumentativos e lacunas na produção acadêmica sobre o uso da IA no Direito.

(Resultados) A análise bibliográfica evidenciou que a IA no Direito apresenta grande potencial para acelerar processos, reduzir custos operacionais e aumentar a eficiência judicial. Entretanto, a automatização de decisões gera desafios éticos e jurídicos, como risco de parcialidade, falta de transparência e perpetuação de desigualdades. A supervisão humana e a regulação específica são fundamentais para evitar que a automação comprometa princípios constitucionais, como ampla defesa, igualdade de tratamento e devido processo legal. Os resultados indicam que a implementação da IA deve equilibrar inovação tecnológica com responsabilidade ética, transparência e conformidade legal.

(Conclusão) Conclusão: A pesquisa conclui que a IA é uma realidade inevitável no sistema jurídico, oferecendo ganhos significativos de eficiência, mas exigindo cautela quanto à imparcialidade e transparência das decisões automatizadas. A integração da IA ao Direito deve ser acompanhada de normas, protocolos de supervisão e mecanismos de auditoria que assegurem a proteção dos direitos fundamentais. O estudo contribui para a compreensão das implicações éticas e jurídicas da IA, reforçando a importância da revisão humana e propondo diretrizes para implementação responsável, mantendo a confiança da sociedade nas instituições jurídicas.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Imparcialidade. Direito. Transparência. Ética.

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA ESCOLA REGULAR

Autor(es):
Iasmin Talita Pereira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Ângelo José Menezes Silvino: Docente do UNI-RN

(Introdução) A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular tem se consolidado como um dos maiores desafios da educação contemporânea. Apesar dos avanços legais promovidos pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e pela Política Nacional de Educação Especial (PNEE, 2008), ainda persistem barreiras que dificultam o pleno acesso desses estudantes à aprendizagem e à convivência escolar. A crescente incidência de diagnósticos de TEA no Brasil evidencia a necessidade de um olhar mais atento às práticas pedagógicas e à formação docente. Diante disso, compreender os desafios e as estratégias que favorecem a inclusão desses alunos é essencial para promover uma educação equitativa e transformadora.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e caráter exploratório. O levantamento de dados foi realizado entre junho e agosto de 2025 em bases como Scielo, Google Acadêmico e o Portal de Teses e Dissertações da CAPES. As palavras-chave utilizadas foram “Transtorno do Espectro Autista”, “Inclusão Escolar”, “Educação Inclusiva” e “Estratégias Pedagógicas”. As fontes foram analisadas por meio de fichamentos temáticos e comparações entre autores, organizando as informações em categorias como desafios estruturais, formação docente e práticas pedagógicas inclusivas. A metodologia adotada permitiu identificar convergências e lacunas na literatura sobre o tema.

(Resultados) A análise das obras revela que os principais desafios da inclusão escolar de alunos com TEA estão relacionados à insuficiente formação docente, à escassez de recursos pedagógicos adaptados e à carência de políticas públicas efetivas. Em contrapartida, destacam-se como estratégias eficazes o uso de recursos visuais e tecnológicos, o planejamento educacional individualizado, a atuação de equipes multidisciplinares e a parceria entre escola e família. Estudos como os de Mantoan (2015), Schmidt (2017) e Carvalho (2020) indicam que a inclusão efetiva depende não apenas de estrutura física adequada, mas de uma mudança cultural e atitudinal que envolva toda a comunidade escolar.

(Conclusão) Conclui-se que a inclusão de alunos com TEA na escola regular exige ações conjuntas e contínuas que ultrapassem a simples inserção física desses estudantes. O compromisso com uma educação verdadeiramente inclusiva requer formação docente permanente, planejamento pedagógico flexível e fortalecimento da relação entre escola, família e sociedade. O estudo reforça que a efetivação da inclusão depende de políticas públicas consistentes e de práticas pedagógicas sensíveis à diversidade. Por fim, recomenda-se a realização de pesquisas futuras que avaliem a aplicação prática das estratégias apresentadas em diferentes contextos escolares brasileiros.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão Escolar. Estratégias Pedagógicas. TEA. Adaptação Escolar.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA RESOLUÇÃO N.° 125/2010, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: PODER JUDICIÁRIO DO LITÍGIO OU DA CONCILIAÇÃO?

Autor(es):
Túlio Costa Diniz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Alves Da Silva Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Trata-se de estudo científico relativo aos reflexos da Resolução n.° 125 de 2010, do Conselho Nacional de Justiça. Após 15 anos de vigência da regulamentação, surge o questionamento: o referido ato normativo fez com que o Poder Judiciário diminuísse o volume de litígios judiciais ou aumentasse o volume de conciliação? A sociedade brasileira já incorporou à sua realidade as vias alternativas à cultura do litígio?

(Metodologia) Pesquisa bibliográfica: foi realizado um estudo aprofundado na doutrina e na regulamentação em tela, a fim de embasar os estudos acerca da temática. Para tanto, a pesquisa aproveitou-se de artigos científicos publicados por especialistas; Análise de conteúdo: após a coleta de dados em sites confiáveis em rede aberta de internet, realizou-se a análise do seu conteúdo. Tal análise levou em consideração vários aspectos além dos numerários, como a envergadura do tribunal, a quantidade de centros judiciários voltados à implementação da resolução e o engajamento social à política pública; Tratamento qualitativo dos dados: os dados colhidos e analisados foram tratados de modo qualitativo. Assim, em observância às diretrizes definidas na análise de conteúdo, foi possível tratar os dados de modo comparativo e qualitativo, separando-se cada dado colhido de acordo com o conteúdo paradigma a ser comparado.

(Resultados) Considerando a pesquisa sobre o tema, a pesquisa apresenta diversos resultados. Para tanto, fez-se necessário a utilização do portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em que é disponibilizado “Justiça em números”, onde constam diversos dados estatísticos sobre os processos judiciais. Vislumbra-se que o Poder Judiciário, antes da publicação da resolução em 29 de novembro de 2010, detinha uma taxa de conciliação média de 11% em todo o Poder Judiciário. Ao passo que em 2024, após 14 anos da publicação da referida resolução e após o advento do Código de Processo Civil, que trouxe no artigo 334, caput, a obrigatoriedade da realização da audiência de conciliação e mediação antes da contestação do réu. Além disso, durante esse período foram realizadas diversas campanhas com o objetivo de estimular os tribunais a fomentar a conciliação e mediação. Os dados colhidos pelo CNJ revelaram que o índice médio de conciliação saltou para 20,5%. Outrossim, quanto à percepção da sociedade sobre tal via autocompositiva, em que pese a cultura do litígio presente no povo brasileiro, nota-se que esse cenário está sendo alterado. Pois, os índices cada vez maiores de conciliação demonstram o aumento da adesão às vias alternativas de solução de conflitos, visto que são alternativas em que as próprias partes chegam ao encontro de vontades.

(Conclusão) Por todo o exposto, conclui-se que o panorama da litigiosidade no Brasil vem passando por um processo gradual de transformação. A análise comparativa entre o período anterior e posterior à regulamentação da política de incentivo à conciliação e mediação demonstra um avanço significativo na adoção das vias autocompositivas, refletindo o impacto positivo das políticas públicas voltadas à pacificação social e das inovações trazidas pelo Código de Processo Civil. Dessa forma, o Poder Judiciário assumiu um papel central na promoção dessas práticas, atuando como agente incentivador da resolução consensual de conflitos. Razão pela qual as campanhas institucionais consolidaram a conciliação e a mediação como instrumentos eficazes, cada vez mais valorizados.

Palavras-chave: Conciliação. Litígio. Solução. Pacificação. Judiciário. Sociedade.

DESEMPREGO

Autor(es):
Júlia Zuza Varela: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O artigo analisa o desemprego no Brasil na década de 1990, destacando desafios éticos e disparidades educacionais. Globalização e novas tecnologias reduzem empregos formais, enquanto atividades alternativas, como produção para consumo próprio e serviços sociais, ganham valor. A crise do emprego formal reflete desigualdades, exigindo uma compreensão ética para enfrentar os impactos econômicos e sociais.

(Proposta do roteiro) Vídeo em formato de seminário, com quatro integrantes, duração de 5-7 minutos, sobre “O desemprego no Brasil”, com gráficos e trajes formais. Primeiro integrante apresenta o tema, destacando visões econômicas (Smith, Marx, Keynes) e impactos de globalização e tecnologia. Segundo analisa dados do IPEA, mostrando desigualdades no desemprego (jovens, mulheres, menos escolarizados) e precariedade de empregos. Terceiro explora causas: estruturais (baixo crescimento, falhas educacionais, leis trabalhistas), conjunturais (crises) e sazonais, citando teorias econômicas. Quarto discute impactos sociais (pobreza, desigualdade, dignidade) e soluções: educação, capacitação, políticas de emprego, redistribuição e trabalhos alternativos, encerrando com reflexão sobre o papel do trabalho. Formato garante falas equilibradas.

(Efeitos esperados) O desemprego no Brasil decorre de fatores estruturais (baixo crescimento, educação deficiente, legislação rígida), conjunturais (recessões) e sazonais, com taxas de 10% na Grande São Paulo (DIEESE). Em 1990, média educacional era 5 anos, com 20,1% de analfabetismo, e desigualdades regionais e raciais. Investimentos em educação (5% do PIB) são ineficientes, perpetuando desemprego estrutural. Globalização e tecnologia agravam desigualdades salariais, gerando desemprego temporário, mas com empregos duradouros. Teorias como job search e histerese explicam o fenômeno. Alternativas como “prosumo” e trabalho flexível emergem, mas o futuro do trabalho é precário. Desafios éticos incluem otimizar educação, criar programas de reconversão, reavaliar salário mínimo, valorizar atividades alternativas e redefinir o trabalho para integração social, evitando rigidez legislativa.

DESEMPREGO

Autor(es):
Darliany valeska de Almeida Alves da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Dayara Istefany Mendes da Cunha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Letícia de Medeiros Chaves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Heloisa Vitória Freire de Medeiros Nascimento: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Giovanna Kamily Morais Camara de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Os objetivos são principalmente explicar o que é o desemprego, suas causas, tipos, consequências e formas de medição, além de apresentar políticas para reduzi-lo. Busca mostrar que o desemprego vai além dos números, sendo um problema social e econômico que afeta a vida das pessoas e o desenvolvimento do país. Assim, procura conscientizar e incentivar ações que gerem mais empregos e melhores condições de vida.

(Proposta do roteiro) Olá, ouvintes! Sejam bem-vindos a mais um episódio do nosso podcast. Hoje vamos falar sobre o desemprego, um problema que afeta milhões de pessoas. Ele acontece quando quem quer trabalhar não encontra uma vaga, gerando consequências como pobreza, desigualdade, problemas de saúde mental e aumento da criminalidade. Existem diferentes tipos de desemprego: o cíclico, causado por crises econômicas; o estrutural, pelas mudanças tecnológicas; o friccional, de transição entre empregos; e o sazonal, típico de certas épocas do ano. Suas causas incluem crises, baixa qualificação, avanço tecnológico, globalização e políticas econômicas inadequadas. O IBGE mede o desemprego pela PNAD Contínua, considerando ocupados, desocupados e fora da força de trabalho. Para combatê-lo, é essencial investir em educação, qualificação profissional, apoio a pequenos negócios e incentivo ao crescimento econômico. Esperamos que tenham gostado do episódio! Até a próxima!

(Efeitos esperados) Os efeitos esperados do combate ao desemprego são a redução das desigualdades sociais, o aumento da renda e o fortalecimento da economia. Com mais pessoas empregadas, há crescimento do consumo, da produção e da qualidade de vida. O trabalho garante sustento, dignidade e inclusão, promovendo uma sociedade mais justa, equilibrada e com maior estabilidade social.

DESEMPREGO E INFLAÇÃO

Autor(es):
Edson Gutemberg de Sousa Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo deste trabalho é analisar o desemprego e a inflação, seus efeitos na economia e na vida da população. Busca-se compreender suas causas, consequências e possíveis soluções, destacando a relação entre ambos e a importância de políticas econômicas equilibradas que promovam crescimento e estabilidade.

(Proposta do roteiro) Edson será responsável por abrir a apresentação, saudando o público e introduzindo o tema. Ele explicará o que é economia e a importância de compreender seus fenômenos. Será feita a definição de desemprego e inflação, com base em conceitos da macroeconomia. O desemprego será abordado como taxa de desocupação (dados do IBGE), enquanto a inflação será tratada a partir de índices como o IPCA. Por fim, Edson destacará a relação entre os dois fenômenos como pilares da estabilidade econômica. Miqueias aprofundará o tema do desemprego, apresentando seus principais tipos: estrutural, friccional, sazonal e conjuntural. Ele mostrará dados atualizados do IBGE e fará uma comparação internacional. Será feita a relação entre desemprego e desigualdade social, ressaltando como isso afeta o consumo e o crescimento econômico. Por fim, apresentará políticas públicas de combate ao desemprego, como programas de qualificação profissional e incentivo ao empreendedorismo. Kaio será responsável por tratar da inflação, conceituando inflação de demanda, de custos e inercial. Ele apresentará dados recentes do Banco Central e do IPCA, mostrando como a inflação impacta diretamente o poder de compra da população. Serão explicadas as medidas de controle como política monetária (taxa Selic) e política fiscal. Kaio encerrará destacando a necessidade de equilíbrio entre o combate à inflação e o estímulo ao crescimento econômico. Karina será responsável por integrar os dois temas, mostrando a relação entre desemprego e inflação. Ela explicará o conceito de trade-off econômico, baseado na Curva de Phillips, que demonstra a relação inversa entre a taxa de desemprego e a inflação. Destacará que políticas expansionistas podem reduzir o desemprego, mas tendem a pressionar a inflação, enquanto medidas restritivas de combate à inflação podem gerar aumento no desemprego. Karina concluirá destacando a importância de políticas econômicas equilibradas que visem tanto o crescimento econômico quanto a estabilidade de preços.

(Efeitos esperados) O presente trabalho tem como efeito esperado conscientizar os ouvintes sobre a inflação e o desemprego, destacando sua importância e impacto na economia.

DESEMPREGO E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Autor(es):
Iolanda Vitória de Medeiros Morais: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rebecca Mair da silva Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo tem como objetivo analisar o desemprego no Brasil sob os aspectos econômico, social e ético, discutindo suas causas, consequências e possíveis soluções. Busca mostrar como fatores estruturais, conjunturais e sazonais, aliados à globalização e ao avanço tecnológico, agravam o problema e ampliam as desigualdades. Além disso, pretende refletir sobre os impactos do desemprego na dignidade e na integração social, propondo alternativas como o investimento em educação, a modernização das políticas de emprego e a valorização de novas formas de trabalho, visando uma sociedade mais justa e sustentável.

(Proposta do roteiro) O seminário aborda o tema “O desemprego e seus impactos na sociedade brasileira” a partir de diferentes perspectivas. O primeiro participante introduz o assunto, apresentando o desemprego como uma questão central da macroeconomia e explicando as diversas teorias de pensadores como Smith, Marx e Keynes. O segundo participante discute a dimensão estrutural do desemprego, destacando que jovens, mulheres e pessoas com baixa escolaridade são os mais afetados, além de ressaltar a precariedade e a informalidade dos empregos disponíveis. O terceiro analisa as causas do problema, relacionando-o a fatores estruturais, conjunturais e sazonais, e explica como a globalização e a tecnologia influenciam o mercado de trabalho, exigindo maior qualificação. Por fim, o quarto participante trata dos impactos sociais e éticos, mostrando como o desemprego afeta a dignidade e a integração social, e propõe soluções baseadas em educação, políticas públicas e novas formas de trabalho, concluindo com uma reflexão sobre a importância de equilibrar eficiência econômica e justiça social.

(Efeitos esperados) Os efeitos esperados com a produção do vídeo são ampliar a compreensão crítica sobre o desemprego no Brasil e incentivar a reflexão ética e social sobre suas causas e consequências. O vídeo busca mostrar que o desemprego vai além de um problema econômico, afetando também a dignidade e a integração das pessoas. Pretende ainda destacar a importância da educação, da qualificação profissional e das políticas públicas na redução das desigualdades e na geração de oportunidades. Além disso, propõe valorizar novas formas de trabalho e inclusão social, reforçando a necessidade de soluções mais humanas e sustentáveis para enfrentar o desemprego.

DESEMPREGO NO BRASIL: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E FORMAS DE ENFRENTAR

Autor(es):
Maria Clara de Lima Sena: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Hudson Lira Dantas Junior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Leticia Gabrielly Gomes Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Giovanna Caroline Medeiros Soares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Clara Beatriz Martins da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Compreender e passar de forma fácil e completa sobre o que é o desemprego e como ele afeta a vida dos indivíduos e os aspectos dele no Brasil. De forma que entenda que O desemprego, em sua definição mais precisa, é a condição de um indivíduo em idade produtiva que, embora apto e disponível para o trabalho, não consegue encontrar uma ocupação remunerada. Sua gênese como categoria social e econômica distinta não se encontra nas sociedades pré-industriais, mas sim no advento e na consolidação do capitalismo industrial a partir do século XIX. Anteriormente, a ausência de trabalho formal era enquadrada na categoria mais ampla da pobreza ou do pauperismo, problemas que se manifestavam de forma individualizada ou em crises de subsistência. A transição da economia agrária para a manufatureira e, posteriormente, a industrial, criou uma dinâmica social na qual o trabalho assalariado se tornou a principal, se não a única, via de sobrevivência para as massas urbanas. Nesse novo cenário, a interrupção da relação de trabalho assalariado emergiu como um fenômeno estrutural, dependente das flutuações do mercado e das decisões de produção, e não mais um problema de ordem meramente individual.

(Proposta do roteiro) O roteiro propõe um podcast de maneira leve e interativa com edições, conversas e debates. Tema: Desemprego no Brasil – causas, consequências e formas de enfrentar – Participantes: Clara Beatriz, Giovanna Caroline, Hudson Lira, Letícia Gabrielly e Maria Clara Sena – Modelo: Podcast – Nome: EcoCast – Tempo estimado: 15 minutos – Trilha de fundo leve – Abertura (1 min) – Cenário: fazendo alusão á um estúdio (tipo podcast) com duas pessoas em uma mesa redonda, com elementos cenográficos (ex: microfones, luzes de fundo, canecas).

(Efeitos esperados) Conseguir informar sobre o que é desemprego de maneira clara e nítida. É necessário que se compreenda que a consequência discursiva é que permanecer pobre ou sem trabalho passa a ser percebido como responsabilidade individual, sendo “perdedor” aquele que nem ao menos tenta empreender. Dessa forma, a formação de corpos e mentes empreendedoras se configura como uma tecnologia de governo que visa, em longo prazo, reduzir a atuação do Estado no mercado de trabalho e na assistência social.

DESEMPREGO PÓS-PANDEMIA

Autor(es):
Yuri Gabriel Pereira de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Analisar o comportamento do desemprego no Brasil após a Pandemia de Covid-19, identificando suas causas, consequências e tendências recentes. Procura-se compreender como fatores macroeconômicos como a retirada do PIB, políticas fiscais e monetárias, e transformações estruturais do mercado de trabalho influenciaram a recuperação do emprego e a redução das taxas de desocupação. Além disso, busca desenvolver a capacidade da pesquisa e interpretação de dados econômicos, incentivando o pensamento crítico e a articulação entre teoria e realidade, preparando os estudantes para compreender os desafios do desenvolvimento econômico do contexto pós-pandemia.

(Proposta do roteiro) Apresentar, em formato de seminário acadêmico, uma análise clara e organizada sobre o desemprego no Brasil após a pandemia de Covid-19, destacando seus impactos econômicos e sociais, a evolução dos indicadores e as transformações estruturais no mercado de trabalho. O vídeo tem como objetivo informar e explicar o tema de forma acessível e fundamentada, utilizando dados confiáveis (como os do IBGE), linguagem acadêmica e recursos visuais ilustrativos. O formato de seminário foi escolhido por favorecer a organização, o diálogo entre os participantes e a exposição didática, simulando uma apresentação em sala de aula. Recursos como slides com gráfico, imagens e legendas explicativas serão utilizados para tornar a explicação mais dinâmica e facilitar a compreensão do público.

(Efeitos esperados) É esperado que essa pesquisa contribua para uma melhor compreensão das dinâmicas do mercado de trabalho brasileiro no período pós-pandemia, destacando como fatores macroeconômicos e políticas públicas influenciam a geração de empregos. Do ponto de vista acadêmico, o vídeo busca aprofundar o entendimento teórico sobre o desemprego, relacionando conceitos como o PIB, taxa de juros, política fiscal e monetária às condições reais da economia nacional. Socialmente, é esperado que a pesquisa estimule a reflexão sobre os desafios da empregabilidade, a importância da qualificação profissional e a necessidade de estratégias governamentais eficazes para reduzir a informalidade e ampliar as oportunidades de trabalho.

DESVENDANDO A INFLAÇÃO: UMA PARTE DA MACROECONOMIA BRASILEIRA

Autor(es):
Gustavo Henrique Ferreira De Moura Silva: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN
Julia Giovanna Dantas Pires de Amorim: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Raquel Dantas Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luana Xavier Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Júlia Caroline de Araújo Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo “Inflação e macroeconomia: entendendo os impactos na nossa sociedade” tem como objetivo apresentar, de forma didática e acessível, os principais conceitos da macroeconomia e sua relação direta com o fenômeno da inflação, tema que afeta o cotidiano de todos os cidadãos. A proposta é conduzida no formato de uma videoaula, em que o professor dialoga com o espectador, utilizando exemplos simples e próximos da realidade, como o aumento do preço da gasolina, para introduzir os fundamentos econômicos que explicam as variações de preços e seus efeitos sobre a vida das pessoas.

(Proposta do roteiro) O vídeo busca demonstrar como a macroeconomia estuda o funcionamento geral da economia de um país, abordando o crescimento, as crises, o emprego e o comportamento dos preços ao longo do tempo. Em seguida, o foco recai sobre a inflação, explicando suas causas, como o aumento da demanda, o custo de produção e fatores externos, além de discutir as consequências sociais e econômicas de sua descontrolada elevação.

(Efeitos esperados) A relevância da produção está em promover a educação financeira e econômica de forma clara e envolvente, permitindo que o público compreenda como decisões macroeconômicas impactam o poder de compra, o emprego e o bem-estar social. Ao final, a videoaula destaca a importância do controle da inflação como uma das principais tarefas do governo e do Banco Central, essencial para o equilíbrio e o desenvolvimento sustentável do país.

DIGNIDADE HUMANA E A MORTE SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Autor(es):
Débora Cristina de Lima Santana: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A dignidade humana constitui um dos pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito e está diretamente relacionada à efetivação dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988. Contudo, a realidade social brasileira revela constantes violações desses direitos, especialmente no que tange às condições de vida, saúde e integridade das pessoas privadas de liberdade. O sistema prisional, marcado por superlotação, violência e ausência de políticas públicas eficazes, representa uma forma de "morte social", na qual o indivíduo é excluído do convívio e da proteção estatal. Refletir sobre a dignidade humana nesse contexto é essencial para compreender como o Estado, ao negligenciar tais direitos, perpetua desigualdades e desumaniza o sujeito encarcerado.

(Metodologia) Metodologia: A pesquisa é de natureza qualitativa e possui caráter exploratório, voltando-se à análise teórica sobre a dignidade humana e o sistema prisional brasileiro. O estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica, utilizando obras científicas, artigos e dissertações disponíveis em bases como Google Acadêmico e SciELO. A seleção do material considerou a relevância, a atualidade e a credibilidade dos autores, com foco em produções que tratam da violação dos direitos fundamentais e da exclusão social no cárcere. A análise dos textos permitiu a comparação de diferentes perspectivas teóricas e a construção de uma reflexão crítica sobre as condições que ferem a dignidade das pessoas privadas de liberdade.

(Resultados) Os resultados mostram que a dignidade humana é o ponto central do debate sobre o sistema prisional. Verificou-se que o Estado viola direitos tanto por ação quanto por omissão, e que a simples declaração de direitos não garante sua efetividade. A pesquisa evidencia a necessidade de políticas públicas e reformas estruturais que promovam a ressocialização e o respeito à dignidade das pessoas privadas de liberdade.

(Conclusão) Conclusão: A pesquisa alcançou seu objetivo ao analisar as violações à dignidade humana no sistema prisional brasileiro, evidenciando que o Estado é responsável tanto por ações quanto por omissões. Constatou-se que o cárcere, em vez de ressocializar, aprofunda a exclusão e a violação de direitos. O estudo contribui para o debate sobre políticas públicas e justiça social, apontando a necessidade de reformas estruturais e de novas pesquisas voltadas à efetivação dos direitos fundamentais e à reinserção digna do indivíduo na sociedade.

Palavras-chave: Dignidade humana. Sistema prisional. Direitos fundamentais. Exclusão Social, políticas públicas.

DIREITO CONSTITUCIONAL: UMA PERCEPÇÃO DA EFETIVIDADE NA APLICABILIDADE DOS TEMA 793 E 1234 DO STF NA GARANTIA DO DIREITO SAÚDE

Autor(es):
Maria Antônia de Sousa Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Ângelo José Menezes Silvino: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho tem como intuito realizar uma análise crítica do Tema 793 e 1234 do Supremo Tribunal Federal (STF), que tratam acerca dos medicamentos não cadastrados no SUS, mas devidamente registrados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA, refletindo sobre o modo de implementação desses medicamentos perante a sociedade, considerando que a saúde, e sua disponibilização, constitui um direito fundamental em nossa Constituição Federal. Assim, avaliando sobre sua eficácia na sociedade ao longo do tempo e as novas jurisprudências que surgiram, mostra-se a necessidade de investigação sobre sua eficiência no cenário moderno, levando também em consideração seus desdobramentos no ordenamento jurídico e a relação com os direitos fundamentais, a fim de avaliar se continua a atender às demandas contemporâneas.

(Metodologia) A metodologia utilizada é qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, documental e jurisprudencial. Foram analisadas decisões do STF, doutrinas especializadas, legislações pertinentes, artigos do Google Scholar, da base SciELO e do site oficial do Supremo Tribunal Federal. Esse material permitiu uma abordagem crítica da temática, com foco na interpretação constitucional do direito à saúde em contraste com os limites orçamentários do Estado e o princípio da reserva do possível.

(Resultados) A análise dos Temas 793 e 1234 do Supremo evidencia avanços significativos na efetivação do direito à saúde, ao garantir o fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS, mas devidamente registrados na ANVISA. Observa-se que tais decisões propuseram maior equilibrio na responzabilização dos entes federativos, evitando a sobrecarga orçamentária. Além disso, esses reforçam a necessidade de comprovação de certos aspectos para o fornecimento medicamentoso, assegurando ao judiciário um mecanismo mais criterioso,do modo em que esse trás um meio mais equitativo e racional de acesso à saúde.

(Conclusão) Em conclusão, os resultados da análise irão indicar que, embora os Temas sejam resultados de desigualdades e deficiências estruturais, esses tam´bem representam um mecanismo para a garantia de direitos fundamentais. Os Temas 793 e 1234 não apenas regulam a cerca do fornecimento de medicamentos fora da lista do SUS, mas contribuem para a melhoria de políticas públicas e o fortalecimento da segurança jurídica. Assim, o desafio atual consiste em tornar a judicialização mais equilibrada, técnica e sustentável, assegurando que o direito à saúde seja concretizado de forma justa e eficiente, de forma compatível a capacidade administrativa e financeira do Estado Brasileiro.

Palavras-chave: Direito à Saúde, Tema 793, STF, SUS, Emenda.

DIREITO DEVER SER, CIDADÃO DEVER SER

Autor(es):
Tiago Moisés Avelino Nobre: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho se baseia na idéia de “Dever ser” de Hans Kelsen, o Dever ser possui certas semelhanças com o mundo das idéias, proposto por Platão em A República. Ambos fundamentam-se no imaginário utópico do que é perfeito, eterno, imutável, o que deveria ser. Continuando nessa linha de raciocínio vemos que, existem quatro realidades no direito, que podem ser sistematizadas como se uma proporção fosse, mais especificamente a “regra de 3”. Essas realidades podem ser representadas como, no numerador, a norma propriamente escrita no seu estado mais puro, assim como o mundo das ideias de Platão, ou seja, como ela deveria ser aplicada na sociedade, a “norma em seu dever ser”, tendo como seu “está para”, no outro lado da igualdade, como a sociedade a recepcionará tal norma, em miúdos, “o caso concreto”, o qual terá todas as suas especificidades e artimanhas não pensadas pelo legislador. No denominador, a incógnita, visto que não costuma ser analisada, pelo menos, não de forma extensiva pelo direito, o homem, como cidadão ideal, o homem no seu “dever ser”, ou seja, o “cidadão dever ser” e, como seu “está para”, no outro denominador da igualdade, o “cidadão do caso concreto”, aquele que, em tese, distorceu a norma idealizada pelo legislador. Por fim, vemos a seguinte idéia, que baseia toda a pesquisa do referido trabalho, de que muito é estudado sobre a norma dever ser e o caso concreto, tendo como principal exemplo o Direito Penal com A Teoria da Pena, que busca fundamentar o peso entre a transgressão cometida – seria nosso Caso Concreto – e a pena que será aplicada – sendo nossa Norma Dever Ser – a qual aplicada sob ordem do método trifásico, onde na 1º fase o juiz fixará a pena mínima e máxima do crime, de acordo com as circunstâncias judiciais do individuo, encontrado no art. 59 o código penal brasileiro, “O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) (Vide ADPF 1107) – sendo o Cidadão Caso Concreto – contudo vemos que não se comentará extensivamente sobre como deveria ser o Cidadão Dever Ser, deixando assim uma incógnita de como os legisladores o imaginam e como já apresentado anteriormente, afirmar que aquele que segue a lei já é o imaginado pelo legislador demonstra ser um argumento falho, visto as brechas legais e outros fatores que ferem a legalidade imaginada sem a transgredi-la.

(Metodologia) Pesquisas bibliográficas.

(Resultados) Pela natureza e pela proposta do trabalho, não foi possível chegar um resultado conclusivo, mas realizar fechamentos de problemáticas internas.

(Conclusão) Da análise histórica conclui-se que com o decorrer do tempo, foram criados mitos, heróis, filosofias e religiões com o intuito de dar um norte para a população, uma bússola moral, para servir como um modelo, porém essa ideia foi perdida com o decurso do tempo. Das problemáticas enfrentadas nesse trabalho temos que há uma diferença em cada geração na busca pelo modelo de cidadão ideal, dependente do pensamento moral de cada época, o que leva à construí-lo focando em aspectos imutáveis do cidadão, polindo esses aspectos para enquadrá-los no universalismo proposto no trabalho.

Palavras-chave: Dever Ser, Bússola Moral

DÓLAR E PODER DE COMPRA: POR QUE A CONVERSÃO SIMPLES NÃO FUNCIONA?

Autor(es):
Melissa Marques Albino e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Conan Doyle Basco da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isabel Gomes Jales Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O trabalho tem como objetivo analisar a influência do dólar na economia brasileira e nas comparações de poder de compra entre o Brasil e os Estados Unidos, demonstrando que a conversão direta de valores entre moedas não reflete o real custo de vida. Busca-se ainda explicar o conceito de Paridade do Poder de Compra (PPC) e ilustrar, por meio de exemplos práticos como o preço do iPhone e o Índice Big Mac, como o poder aquisitivo varia conforme a renda e os preços locais. De modo geral, pretende-se estimular a compreensão crítica sobre o papel do câmbio, a valorização do dólar e suas repercussões no cotidiano, nos preços e no salário mínimo brasileiro.

(Proposta do roteiro) Introdução: Apresentar o tema e a relevância do dólar no cotidiano, mostrar como sua cotação afeta preços, consumo e políticas públicas e levantar a questão: por que converter valores não reflete o verdadeiro poder de compra? Parte Teórica: Explicar o papel global do dólar, sua influência nos preços e sua estabilidade. Erro de Comparação Direta: Mostrar que converter preços entre moedas é enganoso. Paridade do Poder de Compra (PPC): Definir o conceito e ilustrar com o Índice Big Mac, explicando como ele revela diferenças reais de custo de vida entre países. Salário Mínimo e PPC: Comparar salários e acessibilidade a bens, destacando a desigualdade estrutural. Impactos no Cotidiano: Relacionar o custo de vida em produtos e serviços locais.

(Efeitos esperados) Espera-se que, ao final do vídeo, o público compreenda que o câmbio nominal não traduz o poder real de compra entre diferentes países; reconheça a importância da Paridade do Poder de Compra como ferramenta para comparações econômicas mais justas; perceba o impacto do dólar nas decisões de consumo, nos preços e no poder aquisitivo do brasileiro; desenvolva uma visão mais crítica e informada sobre manchetes e comparações de preços internacionais; e por último, valorize o estudo econômico do câmbio não apenas como número, mas como reflexo das condições de vida e da estrutura econômica de cada país.

ECONOCAST: PODCAST DE ECONOMIA. EPISÓDIO I: INFLAÇÃO

Autor(es):
Murilo Luiz de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luan Feliphe Silveira do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Edilene Maciel da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo deste episódio do ECONOCAST é explicar de forma clara, leve e acessível o fenômeno da inflação, apresentando suas principais causas, impactos no cotidiano das pessoas e consequências para o sistema financeiro. Além disso, busca aproximar o público dos conceitos econômicos, mostrando como a inflação afeta o poder de compra, o funcionamento dos bancos e as decisões do governo, ao mesmo tempo em que oferece dicas práticas de educação financeira para enfrentar períodos de instabilidade econômica

(Proposta do roteiro) No episódio do ECONOCAST os apresentadores Luan Feliphe e Edilene Maciel recebem o bancário Murilo Luiz para discutir inflação de forma clara e acessível. Explicam o conceito como aumento geral e contínuo dos preços, abordando suas causas, inflação de demanda e de custos, e os impactos na perda do poder de compra. Murilo explica como os bancos se ajustam em crises e orientam clientes, além das medidas do governo para conter a inflação. O episódio termina com dicas práticas de educação financeira, incentivando os ouvintes a se informar e buscar investimentos que protejam o dinheiro frente à inflação

(Efeitos esperados) O episódio busca promover maior compreensão econômica, explicando de forma simples o que é a inflação, suas causas e impactos no cotidiano. Estimula o desenvolvimento da educação financeira, levando o público a refletir sobre hábitos de consumo e estratégias para proteger o dinheiro. Ao aproximar teoria e prática, conecta conceitos econômicos com experiências reais, tornando o aprendizado mais acessível. Também incentiva a conscientização social, despertando o senso crítico sobre políticas econômicas e seus efeitos nas famílias. Por fim, promove o diálogo e a valorização da informação de qualidade, encorajando o público a acompanhar notícias com olhar mais analítico e responsável.

ECONOMIA CLARA

Autor(es):
Luiz Eduardo Medeiros Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Nathalia Sampaio Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Sylvia Juliêta Teixeira Tavares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Yasmin de Souza Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Explicar de forma simples o que são inflação e deflação. Demonstrar como esses fenômenos afetam o poder de compra das pessoas e o mercado. Mostrar exemplos práticos de preços, salários e investimentos relacionados à inflação e deflação. Incentivar a compreensão de como políticas econômicas buscam controlar esses índices. É necessário entender a importância da economia do nosso país,da economia global.É necessário entender a realidade do sistema do capital e fazer as melhores escolhas possíveis.Afinal,o conhecimento é poder e poder.

(Proposta do roteiro) Introdução: Apresentar o tema e gerar curiosidade: “Inflação e deflação: você sabe a diferença e como impactam seu bolso”. Desenvolvimento: Explicar inflação (aumento geral de preços) e deflação (queda geral de preços). Dar exemplos práticos do cotidiano (alimentação, transporte, salários). Explicar impactos econômicos de forma rápida (poder de compra, desemprego, investimentos). Conclusão: Reforçar a importância de entender esses conceitos para decisões financeiras conscientes

(Efeitos esperados) Maior compreensão sobre inflação e deflação. Capacidade de relacionar conceitos econômicos com situações do cotidiano. Estímulo à reflexão sobre decisões financeiras pessoais. Contribuição para alfabetização econômica de forma acessível e visual.

ECONOMIA DE BICOS E OS DESAFIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Autor(es):
Silvia Rosangela Bertelli: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Tereza Nunes Lima de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Sophia Retiere de Oliveira Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lucimaria Batista de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Analisar as transformações do trabalho na era digital e seus reflexos na seguridade social, tomando como foco o crescimento da chamada economia de bicos – formada por trabalhadores de aplicativos e prestadores autônomos. O objetivo é compreender de que forma a flexibilização do trabalho, embora amplie oportunidades de renda, pode fragilizar a proteção social. Busca-se ainda despertar a reflexão sobre a sustentabilidade da Previdência Social diante da crescente digitalização das relações laborais e da adesão de milhões de brasileiros a modelos de trabalho sem vínculo empregatício. A proposta é incentivar o debate sobre responsabilidade social e cidadania, relacionando inovação tecnológica, dignidade no trabalho e sustentabilidade previdenciária.

(Proposta do roteiro) O vídeo segue o formato de jornal acadêmico, combinando reportagens, gráficos e imagens urbanas da cidade de Natal/RN. A narrativa intercala análises econômicas e depoimentos de trabalhadores reais. Foram entrevistados Netto e Erik, entregadores por aplicativos registrados como Microempreendedores Individuais (MEI) que contribuem para o INSS, e Pedro, estudante de Psicologia, representando a percepção da população leiga. Os depoimentos mostram que, mesmo dentro de um modelo de trabalho flexível e precarizado, parte desses profissionais busca a formalização mínima possível, revelando esforços individuais por segurança social. A trilha instrumental (Bulletin World) e as imagens institucionais da Previdência Social reforçam o caráter educativo e reflexivo da produção.

(Efeitos esperados) Espera-se que o vídeo contribua para o debate sobre o futuro do trabalho e a responsabilidade social diante das novas formas de ocupação digital. Ao revelar tanto os riscos da informalidade quanto as tentativas de inclusão previdenciária via MEI, a produção propõe uma reflexão crítica sobre a necessidade de políticas públicas que acolham os novos formatos laborais sem excluir quem busca se formalizar. O vídeo pretende sensibilizar o público acadêmico e a sociedade quanto à urgência de repensar o equilíbrio entre inovação tecnológica, liberdade de trabalho e proteção social, promovendo uma visão mais humana e sustentável da previdência no século XXI.

ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA EDUCAÇÃO

Autor(es):
Evelyne Gomes : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mariana Joyce Cunha Tavares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Taissa Maria Moura de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Geral: Compreender como os princípios da economia se aplicam ao financiamento e à gestão da educação básica no âmbito municipal. Específicos: Identificar as principais fontes de recursos que compõem o financiamento da educação pública no município de Parnamirim; Analisar os desafios enfrentados na administração e execução orçamentária dos recursos educacionais; Relacionar conceitos macroeconômicos, como orçamento público, políticas fiscais e agregados econômicos, com o funcionamento da educação; Refletir sobre a importância da gestão eficiente e transparente dos recursos para o fortalecimento da educação básica.

(Proposta do roteiro) Mariana Joyce, diretora financeira da Escola Municipal Eva Lúcia, em Parnamirim, começa a entrevista apresentando o senhor Afonso Ribeiro Neto, coordenador do setor financeiro da Secretaria de Educação de Parnamirim. Em seguida, dá uma breve introdução sobre o que é a Economia e sua importância e inicia as perguntas indagando sobre os principais desafios na gerência da economia no funcionalismo público. O senhor Afonso explica, citando o princípio da economicidade dos recursos, e a importância da maximização do custo-benefício das aquisições. Posteriormente, Mariana questiona como é feito o funcionamento da educação. O senhor Afonso comenta que a Secretaria de Educação, por lei, tem direito a 25% dos recursos municipais. Por fim, Mariana e Afonso comentam sobre os desafios de gerir os recursos públicos, tanto localmente, em uma determinada unidade escolar, quanto em escala maior, na secretaria municipal, cujo fluxo financeiro é de milhões de reais.

(Efeitos esperados) Demonstrar compreensão interdisciplinar entre Economia e Direito, especialmente na gestão de políticas públicas; Ampliar a percepção crítica sobre o papel da economia na garantia de direitos sociais, como o acesso à educação; Estimular o debate sobre transparência, eficiência e equidade na aplicação de recursos públicos; Contribuir para a formação acadêmica das participantes, fortalecendo competências analíticas e de comunicação científica.

ECONOMIA INFORMAL E A PRECARIZAÇÃO LABORAL: RISCOS DO TRABALHO INFORMAL EM PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Autor(es):
Débora Cristina de Lima Santana: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo irá contar com a explicação acerca da problemática “Economia informal e a precarização laboral: riscos do trabalho informal em países subdesenvolvidos”, envolvendo as pautas de conceitos e as diversas perspectivas do contexto econômico informal, seu contexto histórico, o tocante da precarização do trabalho informal e os riscos que esses trabalhadores enfrentam diariamente. Além disso, também será abordado os impactos da informalidade laboral na vertente econômica, assim como na dimensão social. Por fim, irá ser tratado acerca da importância do levantamento do tema escolhido, e as reflexões finais acerca do tema.

(Proposta do roteiro) O vídeo será produzido de forma simples, seguindo etapas organizadas. Cada aluno gravará individualmente sua participação, ficando responsável por uma parte específica do conteúdo. O primeiro será encarregado da introdução, aparecendo diante da câmera para se apresentar e contextualizar o tema. O segundo gravará a parte do desenvolvimento, trazendo explicações mais detalhadas e aprofundando o assunto. O terceiro finalizará a produção, gravando a conclusão, destacando os pontos principais e encerrando a apresentação. Após todas as gravações, os trechos serão reunidos em um único arquivo por meio de uma edição básica. A montagem organizará a sequência em ordem lógica “introdução, desenvolvimento e conclusão”, criando um fluxo claro e coeso. Mesmo com recursos simples, o vídeo destaca o esforço coletivo dos alunos, a organização do grupo, o trabalho em equipe e a clareza na comunicação.

(Efeitos esperados) vídeo apresenta uma estrutura visual simples e direta, centrada nos próprios alunos como protagonistas. Cada participante aparece em um enquadramento individual, geralmente em plano médio “mostrando da cintura para cima”, com fundo neutro ou ambiente doméstico/escolar pouco carregado, para evitar distrações. O primeiro aluno surge na tela para a introdução, olhando diretamente para a câmera e se apresentando. Em seguida, há um corte limpo para o segundo aluno, que continua a explicação de forma clara, mantendo o mesmo estilo visual. O terceiro aluno aparece por último, no mesmo enquadramento, encerrando a apresentação com a conclusão. A edição básica organiza os trechos em sequência linear, sem efeitos elaborados, utilizando cortes secos ou transições simples entre as falas. O resultado é um vídeo visualmente coerente, que valoriza a fala dos alunos e transmite de forma objetiva a ideia de trabalho coletivo.

ECONOMIA INFORMAL E A PRECARIZAÇÃO LABORAL: RISCOS DO TRABALHO INFORMAL EM PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS?

Autor(es):
Débora Cristina de Lima Santana: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Laís Melo Gondim Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Leticia Miranda de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O presente artigo tem como objetivo analisar como a economia informal contribui para a precarização das relações de trabalho em países subdesenvolvidos, evidenciando os riscos e desafios enfrentados pelos trabalhadores inseridos nesse contexto. Busca-se compreender as causas que impulsionam a informalidade, identificar suas principais características e avaliar seus impactos nas condições de emprego, renda e proteção social. Além disso, o estudo pretende discutir o papel das políticas públicas e da legislação trabalhista na redução da informalidade, bem como propor alternativas que promovam a formalização e a valorização do trabalho, visando um desenvolvimento econômico e social mais justo e sustentável.

(Proposta do roteiro) O vídeo será produzido de forma simples, seguindo etapas organizadas. Cada aluno gravará individualmente sua participação, ficando responsável por uma parte específica do conteúdo. O primeiro será encarregado da introdução, aparecendo diante da câmera para se apresentar e contextualizar o tema. O segundo gravará a parte do desenvolvimento, trazendo explicações mais detalhadas e aprofundando o assunto. O terceiro finalizará a produção, gravando a conclusão, destacando os pontos principais e encerrando a apresentação. Após todas as gravações, os trechos serão reunidos em um único arquivo por meio de uma edição básica. A montagem organizará a sequência em ordem lógica “introdução, desenvolvimento e conclusão”, criando um fluxo claro e coeso. Mesmo com recursos simples, o vídeo destaca o esforço coletivo dos alunos, a organização do grupo, o trabalho em equipe e a clareza na comunicação.

(Efeitos esperados) Espera-se que este artigo contribua para uma maior compreensão sobre a relação entre economia informal e precarização laboral, ampliando o debate acadêmico e social sobre os impactos da informalidade nos países subdesenvolvidos. Pretende-se que os resultados sirvam de subsídio para a formulação de políticas públicas mais eficazes voltadas à proteção dos trabalhadores e à promoção do trabalho decente. Além disso, espera-se sensibilizar gestores, pesquisadores e a sociedade em geral sobre a importância de combater a informalidade e estimular práticas que garantam maior estabilidade, segurança e dignidade nas relações de trabalho.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS PÚBLICAS

Autor(es):
Ivan Santos de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A educação inclusiva busca garantir o direito de todos à aprendizagem, reconhecendo a diversidade como elemento essencial do processo educacional. Este artigo discute os principais desafios enfrentados pelas escolas públicas brasileiras na inclusão de alunos com deficiência, destacando questões estruturais, pedagógicas e atitudinais. A partir de uma análise bibliográfica, observa-se que, embora haja avanços legais e políticas públicas voltadas à inclusão, ainda persistem dificuldades na formação docente, na acessibilidade física e na adaptação curricular.

(Metodologia) Esta pesquisa é de natureza qualitativa, com caráter exploratório e foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. Foram analisados livros, artigos científicos e documentos oficiais publicados entre 2008 e 2024, obtidos em bases acadêmicas como Scielo, Google Acadêmico e o portal CAPES. A análise buscou identificar os principais desafios enfrentados pelas escolas públicas na inclusão de alunos com deficiência, bem como as estratégias propostas na literatura para superá-los.

(Resultados) Entre os principais obstáculos à inclusão, destacam-se a infraestrutura inadequada, a formação insuficiente dos professores, a falta de profissionais de apoio e as barreiras atitudinais. Esses fatores dificultam a permanência e o aprendizado dos alunos com deficiência, comprometendo o princípio da equidade educacional.

(Conclusão) A inclusão de alunos com deficiência nas escolas públicas é um direito garantido por lei e um compromisso ético e social. No entanto, sua efetivação ainda enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e culturais. É necessário promover uma mudança de mentalidade na comunidade escolar, reconhecendo que a diversidade é um valor e não um obstáculo. A educação inclusiva constitui um direito inegociável e um compromisso ético com a construção de uma sociedade mais justa. A inclusão não deve ser vista como uma obrigação, mas como uma oportunidade de aperfeiçoar a prática educativa. É papel do Estado, das escolas e da sociedade atuarem de forma conjunta para assegurar que todos os estudantes, com ou sem deficiência, tenham acesso à educação de qualidade. Com mais preparo dos professores e apoio da comunidade, a escola pode se tornar um espaço onde todos aprendam juntos, respeitando as diferenças. Em última análise, o objetivo é que a escola pública se transforme em um espaço verdadeiramente democrático , onde a diversidade deve ser encarada como uma riqueza que aprimora o processo educativo para todos, e não como uma limitação.

Palavras-chave: Educação inclusiva; deficiência; escola pública; acessibilidade; políticas educacionais.

EM QUE MOMENTO SE CONSIDERA FORMADO O CONTRATO NAS NEGOCIAÇÕES REALIZADAS POR MEIOS DIGITAIS

Autor(es):
Maria Rita Maia Suassuna: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sara Caroline Ribeiro Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Beatriz Maria de Araújo Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Lucas Cortez Montenegro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Júlia de Sousa Sobral: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) Atualmente, o avanço das tecnologias digitais transformou profundamente a forma como os contratos são formados e executados, pois as novas ferramentas de comunicação modificaram as dinâmicas tradicionais das negociações. Nesse contexto, nas negociações eletrônicas, surge o desafio de determinar em que momento o contrato se considera formado, já que a comunicação entre as partes ocorre de forma instantânea e muitas vezes mediada por plataformas digitais, e-mails, aplicativos de mensagens ou até mesmo emojis. Diante disso, a pesquisa busca compreender, como se aplica o princípio do consenso e do acordo de vontades às relações contratuais digitais, e analisar os dispositivos do Código Civil e sua analogia com os contratos eletrônicos.

(Metodologia) Portanto, para atingir os objetivos propostos, adotou-se uma abordagem qualitativa e exploratória, visto que esse método permite compreender os fenômenos jurídicos de forma mais aprofundada e contextualizada. Nesse sentido, a pesquisa foi baseada em investigação doutrinária, legislativa e jurisprudencial, de modo a reunir diferentes perspectivas teóricas e práticas sobre o tema. Assim, foram analisados os dispositivos legais do Código Civil, bem como casos práticos e notícias jurídicas que evidenciam a aplicação dos princípios contratuais ao ambiente digital.

(Resultados) Nesse contexto, os resultados obtidos demonstram que a formação do contrato digital ocorre no momento em que a aceitação da proposta chega ao conhecimento do proponente, ou seja, quando há ciência efetiva da manifestação de vontade pela parte ofertante. Desse modo, observou-se que a manifestação de vontade pode ser expressa, tácita ou simbólica, desde que revele consentimento inequívoco e, portanto, seja capaz de produzir efeitos jurídicos. Além disso, o princípio da boa-fé objetiva e os deveres de lealdade e confiança também se aplicam integralmente às negociações virtuais, uma vez que garantem a segurança, a previsibilidade e a transparência nas relações contratuais eletrônicas. Por fim, a analogia ao artigo 435 do Código Civil, o lugar da celebração do contrato digital é o local onde foi proposta a oferta, salvo se houver convenção em contrário, o que reforça a coerência entre os fundamentos tradicionais do Direito Civil e as novas formas de contratação digital.

(Conclusão) Em suma, conclui-se que o contrato digital se forma a partir da convergência das vontades entre as partes, independentemente de o meio utilizado ser físico ou eletrônico, desde que exista proposta válida e aceitação eficaz. Dessa maneira, a comunicação eletrônica não altera a essência da teoria contratual, mas sim amplia as formas de expressão da vontade, demonstrando que os princípios clássicos continuam plenamente aplicáveis ao contexto digital. Entretanto, permanecem desafios quanto à prova da aceitação, à autenticidade das manifestações eletrônicas e à segurança jurídica nas transações virtuais, o que indica a necessidade de aperfeiçoamento legislativo e também de novas pesquisas voltadas à consolidação da validade dos contratos digitais na era da informação.

Palavras-chave: Contrato digital. Formação contratual. Proposta e aceitação. Boa-fé objetiva. Comunicação eletrônica.

EMPATIA E A ACESSIBILIDADE COMO ELEMENTOS FUNDAMENTAIS NA GESTÃO DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO UNIVERSITÁRIO: UM ESTUDO DE CASO NA UNIRN

Autor(es):
Carlos Magno Antonio de Oliveira Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) O ensino superior brasileiro enfrenta o desafio de aliar excelência acadêmica à promoção da inclusão e da diversidade. Nesse contexto, empatia e acessibilidade se destacam como princípios essenciais da gestão universitária. A empatia envolve compreender as necessidades do outro e agir de forma acolhedora; a acessibilidade, por sua vez, refere-se às condições físicas, pedagógicas e tecnológicas que possibilitam a plena participação dos estudantes. Na UniRN, o atendimento administrativo, pedagógico e digital influencia diretamente a experiência acadêmica. Para que esse atendimento seja humanizado, é indispensável integrar sensibilidade individual e políticas institucionais que assegurem igualdade de oportunidades e respeito à diversidade.

(Metodologia) A pesquisa tem abordagem bibliográfica e aplicada, utilizando autores clássicos e contemporâneos, a legislação brasileira e diretrizes do Ministério da Educação. O estudo de caso propõe uma pesquisa de satisfação com a comunidade acadêmica da UniRN, abordando percepções sobre empatia e acessibilidade no atendimento administrativo e pedagógico.

(Resultados) 4.1 Fundamentos Teóricos Segundo Goleman (2012), a empatia é componente essencial da inteligência emocional e das relações humanas. Krznaric (2015) a define como força transformadora capaz de promover vínculos sociais. Já a acessibilidade, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e Sassaki (2003), envolve dimensões física, comunicacional, digital, pedagógica e atitudinal, indo além da remoção de barreiras para criar oportunidades reais de participação. 4.2 Empatia e Acessibilidade no Ensino Superior A integração entre empatia e acessibilidade fortalece a permanência estudantil, reduz a evasão e promove ambientes institucionais mais justos. Experiências em universidades que adotaram práticas humanizadas comprovam melhorias na satisfação e no desempenho dos alunos. 4.3 O Caso da UniRN Na UniRN, identificam-se avanços no atendimento, mas também lacunas em capacitação de servidores, comunicação institucional e acessibilidade digital. A adoção de políticas integradas pode transformar essas fragilidades em oportunidades de inovação e referência regional. 4.4 Propostas de Integração Sugere-se: Criação de um Núcleo de Acessibilidade e Inclusão; Capacitação contínua de docentes e servidores; Adequações tecnológicas e arquitetônicas; Ampliação da acessibilidade digital; Práticas pedagógicas inclusivas.

(Conclusão) Empatia e acessibilidade são dimensões complementares que sustentam a qualidade e a humanização do ensino superior. Enquanto a empatia proporciona acolhimento e sensibilidade, a acessibilidade garante as condições concretas para a inclusão. A UniRN, ao integrar esses valores em sua cultura institucional, pode se consolidar como referência regional em práticas inclusivas, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, éticos e socialmente comprometidos.

Palavras-chave: BRASIL. Lei nº 13.146/2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. GOLEMAN, D. Inteligência Emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. KRZNARIC, R. O Poder da Empatia. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

ENTRE A VINGANÇA E A LEI: O IMPACTO DO MAU USO DA LEI MARIA DA PENHA NO BEM-ESTAR DA CRIANÇA

Autor(es):
Carlos André Cavalcante da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luís Felipe de Oliveira Rocha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Deboras dias de sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Victor Ferreira Felix: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) representa um grande avanço na proteção dos direitos das mulheres contra a violência doméstica no Brasil. Entretanto, sua aplicação em disputas de guarda e conflitos parentais têm revelado uma contradição bastante preocupante, onde a proteção de uma pessoa vulnerável pode, paradoxalmente gerar a desproteção de outra: a criança. O uso da lei como estratégia em conflitos familiares, muitas vezes motivado por sentimentos de vingança, pode resultar nas medidas protetivas, resultando em acusações de alienação parental e intensificando o trauma infantil. Diante desse fato, o problema central desta pesquisa consiste em compreender como a aplicação da Lei Maria da Penha em disputas de guarda pode, ao buscar proteger a mulher, pode desproteger a criança

(Metodologia) A metodologia usada neste trabalho foi a qualitativa, de caráter descritivo-analítico, baseada em revisão bibliográfica e documental, além da análise pontual de casos. Adota-se como referencial teórico o conceito de “banalidade do mal”, apresentado por Hannah Arendt (1963), para identificar padrões e lacunas na concessão de medidas protetivas e compreender seus efeitos sobre a proteção da criança.

(Resultados) A análise dos estudos mostra uma contradição entre a aplicação da Lei Maria da Penha e a real proteção das crianças em contextos de conflito conjugal. Embora a lei represente um marco na defesa das mulheres, seu uso em disputas parentais tem gerado distorções preocupantes. O discurso protetor, que deveria promover segurança, muitas vezes se transforma em ferramenta de litígio e exclusão familiar, sendo usado como forma de retaliação emocional. Amaral e Carvalho (2021) destacam que a alienação parental surge quando adultos, movidos por mágoas, utilizam a lei como arma, deslocando o foco da proteção para a vingança. Com isso, o sofrimento infantil é negligenciado, e surgem consequências psicológicas como medo, ansiedade e culpa, conforme descreve Dias (2010). A urgência das medidas protetivas também compromete o contraditório, já que, como aponta Navarro (2022), o suposto agressor raramente é ouvido. Essa automatização reflete o que Hannah Arendt (1998) chama de “banalidade do mal”, quando a justiça age sem reflexão ética. Segundo o CNJ (2025), referentes ao ano de 2024, cerca de 70% das medidas protetivas foram deferidas. Embora o índice revele agilidade judicial, também suscita alerta: sem análise ética e contextual, a proteção legal pode transformar-se em violência simbólica sob aparência de justiça.

(Conclusão) A Lei Maria da Penha e o sistema de justiça ainda deixam brechas na proteção de crianças em contextos de violência doméstica, pois em muitos processos a lei é aplicada de forma parcial, esquecendo que, mesmo sem agressão direta, a criança também é vítima. A omissão do Estado e o despreparo profissional silenciam essas vozes e banalizam o sofrimento, como apontam os estudos apresentados que evidenciam a normalização da dor infantil e a prioridade ao conflito dos adultos. Por isso, priorizar a proteção integral da criança, com escuta qualificada, é urgente para que o sistema não perpetue a injustiça que deveria combater.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; medidas protetivas; alienação parental; conflitos parentais; disputa de guarda.

ENTRE GRADES E LEIS: A SITUAÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Autor(es):
Gabriella Franca Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda Alves de Castro Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A saúde mental no sistema prisional brasileiro representa um desafio relevante para a saúde pública e os direitos humanos. Condições precárias das unidades, superlotação e ausência de acompanhamento especializado evidenciam uma realidade complexa que ultrapassa a esfera jurídica, alcançando dimensões sociais e sanitárias. Investigar a situação da saúde mental da população privada de liberdade é fundamental para compreender os impactos do encarceramento sobre o bem-estar psicológico e avaliar a efetividade das políticas públicas destinadas a esse grupo. O estudo busca contribuir para o avanço do conhecimento na área, oferecendo subsídios teóricos que apoiem a formulação de políticas públicas mais eficazes e a promoção da dignidade das pessoas em privação de liberdade.

(Metodologia) A pesquisa adotou abordagem teórica, de natureza qualitativa e caráter exploratório, utilizando revisão bibliográfica de artigos publicados entre 2015 e 2023 nas bases SciELO e Google Acadêmico. Foram selecionados trabalhos que abordassem diretamente a saúde mental no sistema prisional, políticas públicas, vulnerabilidades da população e estratégias de atenção à saúde. Cada estudo foi analisado, fichado e organizado por categorias temáticas, incluindo lacunas na atenção à saúde mental, vulnerabilidades específicas e práticas de cuidado para grupos mais vulneráveis. A metodologia permitiu estruturar o levantamento bibliográfico de forma sistemática, garantindo rigor acadêmico e subsídios para análise crítica.

(Resultados) Os resultados indicaram que a saúde mental no sistema prisional enfrenta desafios estruturais e sociais que comprometem a atenção adequada. Superlotação, precariedade de serviços e ausência de acompanhamento especializado agravam transtornos existentes e contribuem para novos problemas psicológicos. Mulheres privadas de liberdade apresentaram vulnerabilidades específicas, como desigualdade de gênero, exposição à violência e fragilidade das redes de suporte, evidenciando a necessidade de políticas públicas diferenciadas. A falta de articulação entre políticas públicas e serviços de saúde mental contribui para a continuidade de transtornos e dificuldades na reintegração social, especialmente após a desinstitucionalização dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, quando detentos assumem papéis de cuidado que deveriam ser oferecidos por serviços especializados. Esses achados evidenciam lacunas na atenção continuada, integração de políticas e proteção de grupos vulneráveis, reforçando a necessidade de estratégias intersetoriais e humanizadas.

(Conclusão) A pesquisa cumpriu seu objetivo ao analisar a situação da saúde mental no sistema prisional e identificar fatores que agravam vulnerabilidades. Constatou-se a importância de políticas públicas diferenciadas e de estratégias integradas, bem como a relevância de abordagens humanizadas para o bem-estar psicológico da população carcerária. Como limitação, destaca-se a restrição à análise de artigos disponíveis nas bases SciELO e Google Acadêmico, não incluindo dados empíricos diretos. Pesquisas futuras podem avaliar a efetividade de políticas públicas implementadas, analisar programas específicos de atenção à saúde mental e explorar estratégias direcionadas a diferentes perfis de detentos, contribuindo para aprimorar o cuidado e promover direitos humanos nesse contexto.

Palavras-chave: Sistema Prisional. Saúde Mental. Direito à Saúde. Políticas Públicas. População Carcerária.

ENTRE O TRABALHO E A IDENTIDADE: ANÁLISE DE CASO SOBRE O DESGASTE DAS IMPRESSÕES DIGITAIS EM TRABALHADORES DO BENEFICIAMENTO ARTESANAL DA CASTANHA

Autor(es):
Leticia Soares Peixoto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Luna Teixeira Barbosa da Fonsêca: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Cecília de Souza Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Eduarda Cruz Melo Padilha Calado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN
Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa busca compreender o desgaste das impressões digitais entre trabalhadores rurais envolvidos no beneficiamento da castanha de caju, prática comum em comunidades do interior potiguar. O tema emerge com uma grande relevância social e científica, uma vez que a perda parcial ou total das digitais interfere diretamente na vida cotidiana desses trabalhadores, dificultando o acesso a serviços públicos, benefícios sociais e operações bancárias que exigem autenticação biométrica. Além disso, o estudo contribui para ampliar o debate sobre condições de trabalho e reconhecimento social de comunidades rurais e indígenas que dependem da castanha como principal fonte de sustento.

(Metodologia) A pesquisa possui caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa e aplicada, uma vez que busca compreender fenômenos sociais e laborais a partir das experiências dos sujeitos pesquisados. O estudo está sendo desenvolvido no Assentamento Amarelão, localizado no município de João Câmara/RN, com membros da comunidade indígena local e demais trabalhadores envolvidos no beneficiamento artesanal da castanha de caju, considerada a matéria-prima central das atividades produtivas da região. A coleta de dados está sendo realizada por meio de entrevistas semiestruturadas contendo 22 perguntas abertas, aplicadas mediante consentimento livre e esclarecido dos participantes. As entrevistas são gravadas em áudio e posteriormente transcritas para uma tabela, com o intuito de facilitar a análise sistemática e comparativa das respostas. O material obtido é examinado com base em técnicas de análise de conteúdo, buscando identificar padrões de percepção, desafios enfrentados e estratégias utilizadas no cotidiano de trabalho. A pesquisa encontra-se em andamento, de modo que os resultados apresentados neste resumo são parciais e não conclusivos.

(Resultados) A análise preliminar das entrevistas indica que o desgaste das impressões digitais não afeta de forma uniforme todos os trabalhadores, estando mais presente entre aqueles que lidam diretamente com o processo de lavagem e limpeza das castanhas, ou que não fazem o uso habitual de luvas durante o processo de beneficiamento, especialmente quando utilizam água sanitária de forma cotidiana para remover o óleo e as manchas das mãos. Alguns entrevistados relataram ardência, coceira e manchas escuras na pele, sintomas relacionados ao contato frequente com o ácido da casca e produtos químicos. Embora a maioria ainda não tenha perdido totalmente as digitais, há relatos de dificuldade na autenticação biométrica em bancos e urnas eletrônicas, além de sentimentos de frustração e invisibilidade social. Os dados também sugerem a ausência de orientação adequada por parte de órgãos públicos ou instituições de saúde sobre práticas seguras no manuseio da castanha.

(Conclusão) Até o momento, os resultados indicam que o desgaste das digitais é mais perceptível em trabalhadores que fazem uso diário de água sanitária e que não fazem o uso de luvas, o que potencializa a abrasão da pele e contribui para a perda gradual das impressões digitais. Embora ainda preliminares, esses dados reforçam que o fenômeno representa não apenas um problema físico, mas também um obstáculo social, que amplia a vulnerabilidade das comunidades rurais e indígenas. A continuidade da pesquisa permitirá aprofundar a compreensão sobre as práticas laborais e seus impactos na identidade biométrica, contribuindo para debates sobre saúde do trabalhador, inclusão social e formulação de políticas públicas voltadas à segurança e dignidade no trabalho rural.

Palavras-chave: Impressões digitais. Trabalhadores rurais. Beneficiamento da castanha. Inclusão social. Comunidade Indígena.

ESCRAVIDÃO DIGITAL E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

Autor(es):
Beatriz Câmara Monteiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com a expansão das plataformas digitais e a flexibilização das normas trabalhistas, cresce a vulnerabilidade de profissionais, em especial os trabalhadores informais, como úberes e entregadores de aplicativos, submetidos a jornadas exaustivas, remuneração instável e ausência de direitos fundamentais. Assim, impulsionado pelos novos modelos de trabalho da revolução digital, como a uberização, a escravidão digital surge como uma nova faceta da exploração laboral, marcada pela precarização das condições e das relações trabalhistas. O trabalhador, que acredita ser um "parceiro" e não apenas um prestador de serviço, vê na categoria de "autônomo" um sonho, e converte-se em um "quase-burguês" que explora o seu próprio trabalho. Mas qual o problema desses serviços? Muitos trabalhadores de aplicativos passam horas a disposição da plataforma por um chamado para fechar a meta do dia, que muitas vezes é insuficiente para o seu sustento. Um artigo da "Le Monde Diplomatique Brasil" de 2020, apontou que ciclistas que prestam serviços de entrega chegam a passar uma média de 12 horas diárias disponíveis nas plataformas. Esse fenômeno exige reflexões sobre a necessidade de novas regulamentações que garantam condições dignas aos trabalhadores e afastem práticas análogas à escravidão em ambientes virtuais.

(Metodologia) A metodologia deste artigo adota uma abordagem qualitativa, usando do método dedutivo, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. Para a coleta de dados serão analisados livros acadêmicos, artigos científicos e normas jurídicas que tratam das relações de trabalho e os novos fenômenos decorrentes da revolução digital, com o fim de provar a escravidão digital e a precarização das relações trabalhistas. Também serão examinados estudos de casos reais e dados organizacionais a respeito do assunto.

(Resultados) O estudo concluiu que a informalidade e a flexibilização dos contratos de trabalho presente nas novas modalidades de trabalho digital, contribuíram para a criação de ambientes onde se faz presente a escravidão digital, em especial trabalhadores da Uber e iFood. A intensificação da precarização das relações de trabalho enfraquece as garantias de direitos dos trabalhadores, evidenciando que a ausência de vínculos empregatícios reconhecidos e o modelo de uberização agravam a vulnerabilidade dos trabalhadores e ressaltando a necessidade de regulamentação devida a essa nova modalidade de trabalho.

(Conclusão) A escravidão digital representa uma nova face de desafios para o direito trabalhista, a precarização das relações trabalhistas evidencia a fragilidade dos direitos diante da crescente revolução digital. A flexibilização excessiva de vínculos empregatícios, impulsionada pelas plataformas digitais não está imune a reprodução de condições análogas à escravidão, violando a dignidade dos trabalhadores e ferindo os direitos fundamentais. Diante desse cenário, é essencial a criação e regulamentação de normas que alcancem os trabalhadores inseridos nessa nova dinâmica laboral, que se encontram a margem da proteção legislativa.

Palavras-chave: Uberização; precarização; relações trabalhistas; escravidão digital.

ESCUTA ATIVA: A FERRAMENTA PARA UM DIÁLOGO CONSTRUTIVO

Autor(es):
Ana Rosa Ribeiro Dantas Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A escuta ativa emerge como uma habilidade essencial para a comunicação interpessoal, pois vai além do simples ato de ouvir, englobando atenção plena, empatia e intenção genuína de compreender o interlocutor. Sua prática favorece a mediação de conflitos, o fortalecimento das relações interpessoais e a promoção de ambientes colaborativos.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi a de pesquisa bibliográfica e documental, no qual o levantamento de informações foi tirado de sites específicos acerca do tema proposto, bem como de materiais disponibilizados pelo próprio docente.

(Resultados) A escuta ativa contribui significativamente para a melhoria da comunicação interpessoal, fortalecendo vínculos de confiança e promovendo um ambiente mais acolhedor e colaborativo. Constatou-se que indivíduos que desenvolvem essa habilidade apresentam maior capacidade de empatia, compreensão das demandas alheias e eficácia na mediação de conflitos. Além disso, observou-se que a escuta ativa favorece a diminuição de ruídos na comunicação, aumenta a assertividade nas interações e potencializa a construção de soluções conjuntas. Tais evidências confirmam a relevância da escuta ativa como uma competência essencial em contextos educativos, organizacionais e terapêuticos. A escuta ativa requer um engajamento consciente e intencional, que vai além do simples ato de ouvir. Envolve a atenção plena, a interpretação crítica e o reconhecimento dos aspectos emocionais e não verbais presentes na comunicação. Essa prática possibilita a criação de um ambiente comunicacional mais transparente e eficiente, onde o interlocutor sente-se valorizado e compreendido. Em ambientes organizacionais, a escuta ativa contribui para o desenvolvimento de lideranças mais eficazes, que promovem a cooperação e a resolução de conflitos de forma assertiva. Na esfera educacional, essa habilidade é fundamental para a construção de relações pedagógicas que incentivam o protagonismo dos estudantes e facilitam a aprendizagem significativa. Já na área terapêutica, a escuta ativa é ferramenta indispensável para a construção da aliança terapêutica, condição primordial para o sucesso dos processos de intervenção. Portanto, o desenvolvimento da escuta ativa não apenas aprimora a qualidade das interações interpessoais, mas também potencializa os resultados em diversos contextos sociais e profissionais. Investir em estratégias que promovam essa competência constitui um passo crucial para a construção de ambientes mais inclusivos, colaborativos e produtivos, sendo, assim, um tema de grande relevância para pesquisas futuras e aplicações práticas.

(Conclusão) Por conseguinte, a escuta ativa não se limita a uma técnica comunicativa, mas constitui uma ferramenta estratégica para a promoção do entendimento e da construção de soluções colaborativas. Promover a escuta ativa nos processos de resolução de conflitos favorece não apenas a superação de impasses imediatos, mas também o fortalecimento das relações interpessoais e a prevenção de confrontos futuros.

Palavras-chave: Escuta; Diálogo; Conflito; Resolução; Empatia.

ESTUDO DE CASO SOBRE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA 123 MILHAS

Autor(es):
Pedro Eduardo Bandeira Leão de Medeiros Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Tâmisa Talita de Medeiros Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marcos Maciel Jacinto Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN

(Introdução) A recuperação judicial do grupo 123 Milhas representa um dos casos mais expressivos do setor de turismo no Brasil, não apenas pela magnitude financeira, mas também pela quantidade inédita de credores envolvidos. O processo teve início em 2023, quando a empresa enfrentou uma grave crise decorrente do cancelamento de pacotes de viagens promocionais, aumento de custos operacionais e cambiais e queda abrupta de receitas após a pandemia. Essas circunstâncias tornaram indispensável a solicitação de proteção judicial para reestruturar dívidas e tentar preservar a sua operação. A recuperação envolve as empresas 123 Milhas, Maxmilhas, Art Viagens, Novum e LH Lance Hotéis, o que amplia a complexidade da gestão e da definição de estratégias para restabelecer o equilíbrio financeiro do grupo.

(Metodologia) A análise desta recuperação judicial foi conduzida com base em documentos oficiais do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), comunicados da administradora judicial e matérias jornalísticas especializadas no acompanhamento do caso. Buscou-se compreender o andamento processual e os marcos legais à luz da Lei n° 11.101/2005 e da Lei n° 14.112/2020. Foram examinados os autos referentes à nomeação da administradora judicial, as etapas da habilitação de créditos, a elaboração do plano de recuperação e as manifestações de credores quanto à proposta apresentada. A pesquisa adota um enfoque qualitativo e descritivo, buscando não apenas relatar os fatos, mas também analisar como a administração judicial e o Poder Judiciário têm lidado com um processo amplo e relevante socialmente no Direito Empresarial.

(Resultados) Os resultados da análise apontam que o processo de recuperação judicial da 123 Milhas constitui um modelo de gestão complexa de crise empresarial. A administradora judicial designada foi a Paoli Balbino & Barros Sociedade de Advogados, responsável por coordenar a verificação e consolidação dos créditos. A justiça registrou um número expressivo de habilitações retardatárias, pois centenas de milhares de consumidores não conseguiram apresentar seus créditos no prazo inicial. O plano de recuperação protocolado em dezembro de 2024, estabeleceu cinco modalidades de pagamento, com prazos de até 150 meses e opções que incluem compensação por meio de Cashback. O documento recebeu críticas e impugnações de associações de consumidores e credores, especialmente pela extensão dos prazos e percentual de restituição inferior aos valores devidos. Apesar disso, o TJMG autorizou a continuidade do processo e marcou Assembleia Geral de Credores (AGC) para votação do plano. Também foi instituído o Comitê de Credores (CC), responsável por representar as diferentes classes e fiscalizar o cumprimento das medidas.

(Conclusão) O Caso 123 Milhas exemplifica as dificuldades operacionais e jurídicas de grandes recuperações judiciais em setores com perfil massivamente consumerista. A multiplicidade de credores e as demandas sociais associadas à devolução de valores evidenciam limitações do atual modelo de recuperação judicial brasileira frente a negócios digitais de grande escala. Observa-se que, embora o plano de recuperação tenha sido estruturado para garantir a sobrevivência empresarial e minimizar prejuízos, sua execução dependerá da adesão dos credores e da viabilidade econômica do grupo em gerar novas receitas. O processo também consolidou a importância de administradores especializados e do uso de ferramentas digitais para controle e transparência. Assim, o caso da 123 Milhas se torna um precedente significativo na aplicação da legislação, mostrando a necessidade de adaptação procedimental para empresas com alto impacto no consumidor final.

Palavras-chave: Recuperação; Credor; Gestão.

ÉTICA UNIVERSAL DE AXEL KAHN E A MANIFESTAÇÃO DA VONTADE NOS CONTRATOS DIGITAIS: UMA ANÁLISE DA LEGITIMIDADE JURÍDICA DE EMOJIS E GESTOS ELETRÔNICOS

Autor(es):
Luciana Barreto de Carvalho Galvão Freire: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Paulo Vitor Fernandes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sheyla Caldas Costa de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Miguel Lucas Paulino de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Laís Karla da Silva Barreto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a relação entre a ética universal delineada por Axel Kahn (2020) e os princípios que regem a formação dos contratos no Direito Civil contemporâneo. Parte-se da tese de que a compreensão ética das relações jurídicas é essencial para assegurar que a manifestação de vontade, elemento central do contrato, ocorra de modo livre, racional e pautado pela boa-fé objetiva. Com o avanço tecnológico e as novas formas de comunicação digital, que transformam a expressão da vontade, torna-se indispensável repensar os fundamentos éticos que legitimam a vinculação contratual. Assim, a ética universal de Kahn, baseada na razão e na responsabilidade, apresenta-se como uma bússola normativa para interpretar as novas formas de consentimento no ambiente eletrônico, como o uso do emoji de “joinha”, reconhecido judicialmente como manifestação válida de aceitação contratual.

(Metodologia) A metodologia adotada é dedutiva, partindo dos princípios filosóficos da ética universal para aplicá-los à teoria da formação contratual. Utilizou-se revisão bibliográfica e doutrinária com base em autores clássicos e contemporâneos do Direito Civil, como Tartuce (2025), que aborda os elementos da formação contratual – proposta, aceitação e manifestação da vontade, expressa ou tácita – e análise de caso, a partir do julgamento de um tribunal canadense (2021), que considerou o emoji de “polegar para cima” uma aceitação contratual válida. A pesquisa possui caráter qualitativo, analítico e interdisciplinar, articulando a teoria ética de Kahn com a dogmática contratual civilista.

(Resultados) indicam que a ética universal de Kahn, ao valorizar a deliberação racional e o respeito à dignidade do outro, oferece um sólido alicerce para compreender a manifestação de vontade no contexto contratual contemporâneo. A ética funciona como uma bússola interpretativa capaz de orientar a análise da vontade, inclusive quando expressa de forma não tradicional, como em comunicações digitais e gestos simbólicos. O estudo do caso do emoji de “joinha” evidenciou que o tribunal canadense reconheceu a validade da aceitação tácita por meio digital, refletindo a adaptação do direito à nova realidade social. Tal decisão harmoniza-se com os princípios éticos e jurídicos da boa-fé, da confiança e da intenção comunicativa entre as partes. A ética universal legitima o reconhecimento de formas não convencionais de consentimento, desde que pautadas pela racionalidade e pela responsabilidade moral inerentes ao ato contratual.

(Conclusão) Conclui-se que a ética universal de Axel Kahn fornece um arcabouço teórico consistente para compreender a formação dos contratos na atualidade. Ao reinterpretar o princípio da vontade sob a ótica da responsabilidade ética, ela assegura que a liberdade contratual não se converta em arbitrariedade. A incorporação dessa ética na hermenêutica contratual permite avaliar novas formas de manifestação da vontade – como emojis, gestos e comunicações eletrônicas – com base não apenas em critérios formais, mas também éticos, de transparência, boa-fé e intenção comunicativa. Assim, a ética universal de Kahn reforça a legitimidade dos contratos e promove a harmonização entre o Direito Civil e as transformações tecnológicas e sociais do século XXI.

Palavras-chave: Ética nos Contratos. Contratos Eletrônicos. Manifestação de Vontade. Emoji. Boa-fé Objetiva.

EXCESSO DE JORNADA: DESCANSO INADEQUADO COMO PROBLEMA AO ATLETA DE FUTEBOL E AO CELETISTA

Autor(es):
Guilherme Lopes Falcone Pessoa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O excesso de jornada de trabalho é causa constante de problemas para jogadores de futebol e celetistas por provocar danos principalmente físicos aos envolvidos. O esporte mais popular do Brasil vem se transformando muito em função das exigências físicas, obrigando os atletas a trabalharem no limite e desencadeando desgastes e lesões musculares, enquanto que o trabalhador celetista, em especial, aquele submetido à escala 6x1, costuma ser vítima de alto rigor de trabalho em decorrência da busca por resultados satisfatórios ao empregador. A desumanização do indivíduo é, portanto, realidade presente nos dois contextos supracitados, na qual tanto jogadores de futebol e quanto celetistas somente são valorizados pelos resultados obtidos, e sua busca é o que justifica jornadas desgastantes em que não há mais um humano com dores e preocupações, mas mero gerador de resultados. Assim, o presente resumo discutirá os impactos do excesso de jornada no mundo do futebol e na realidade de um celetista.

(Metodologia) A pesquisa terá abordagem qualitativa, com caráter exploratório e explicativo. Serão utilizados procedimentos de pesquisa bibliográfica, por meio da análise de literatura especializada e estatísticas oficiais que tratam da jornada de trabalho.

(Resultados) Em primeira análise, o excesso de jornada direcionado ao jogador encontra-se na quantidade exorbitante de partidas e treinamentos diligenciada e expandida regularmente. Na temporada 2020/2021, o meio-campista do Barcelona Pedri González, de 18 anos à época, disputou 72 partidas oficiais, somando clube e seleção. O impacto dessa quantidade absurda veio imediatamente na temporada seguinte, quando o espanhol foi capaz de disputar apenas 24 jogos. Nessa toada, se no alto nível europeu ocorrem casos como o de Pedri, não seria diferente no Brasil: o meio-campista do Flamengo Giorgian De Arrascaeta lesionou o músculo adutor da coxa no aquecimento de um jogo da seleção uruguaia no início de 2025. De acordo com Angelo Scotta, fisioterapeuta esportivo associado à Sonafe Brasil, a contusão pode ter sido ocasionada, também, pela frequência de jogos disputados em solo brasileiro. Analogamente, a carga horária excessiva associa-se à uma frequência significativa nos acidentes de trabalho. Apesar do artigo 7º da Constituição abordar a redução dos riscos no labor, um levantamento da Repórter Brasil revelou que das 20 ocupações com maior número de acidentes 12 também estão entre as que possuem maior jornada, sugerindo correlação direta entre jornadas prolongadas e a incidência de acidentes laborais, que tendem a gerar problemas físicos aos trabalhadores.

(Conclusão) A sobrecarga de jornada compromete a saúde de atletas e celetistas, evidenciando a urgência em valorizar o descanso e a dignidade do trabalhador frente à lógica produtivista que o reduz a um instrumento de desempenho.

Palavras-chave: excesso; jornada; trabalho; futebol; celetista.

FERIDAS NÃO CICATRIZADAS: UM NOVO DESAFIO À ORDEM DO DIREITO INTERNACIONAL? O LEGADO CZARISTA E SOVIÉTICO NA DINÂMICA GEOPOLÍTICA ATUAL DA RÚSSIA

Autor(es):
Sarah Medeiros Ximenes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ludmila Deisyanne Andrade da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Paulo Vitor Fernandes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Pedro Abrantes Farias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sheyla Caldas Costa de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN
Ângelo José Menezes Silvino: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho analisa como a desintegração desastrosa da União Soviética e a subsequente instabilidade política na Rússia criaram “feridas não cicatrizadas” que alimentaram o ressurgimento de um projeto imperial e militarista. A pesquisa parte da tese de que o saudosismo imperial na política russa, nutrido por décadas de fragilidade democrática, ressentimento geopolítico e pela percepção de ameaças externas, especialmente em decorrência das atitudes expansionistas da OTAN no Leste Europeu, representa um desafio concreto à ordem internacional construída após a Guerra Fria. A invasão da Ucrânia em 2022 é apresentada como a manifestação mais dramática desse processo, revelando como a combinação entre autoritarismo interno, expansionismo russo e a amplificação dessas tensões históricas, alimentadas também pelas ações do Ocidente, coloca em xeque a estabilidade global.

(Metodologia) A pesquisa foi conduzida por meio de uma análise histórico-política com abordagem qualitativa. A metodologia consistiu na revisão de processos históricos, partindo do fim da União Soviética até os desdobramentos recentes do conflito na Ucrânia. Utilizou-se o arcabouço teórico de Alexis de Tocqueville sobre a consolidação democrática para interpretar a trajetória política russa. A análise se baseia na correlação de eventos, como a expansão da OTAN, e discursos políticos, como as declarações de Putin sobre o colapso soviético, para construir uma narrativa explicativa sobre as causas do atual cenário do Direito Internacional.

(Resultados) A análise demonstra que o colapso da União Soviética, agravado pela transição econômica malsucedida sob Yeltsin, gerou um vácuo de poder e um profundo sentimento de humilhação nacional. A ausência de uma tradição democrática consolidada, conforme observou Tocqueville, permitiu a ascensão de Putin, cuja promessa de restaurar a ordem e o orgulho russo encontrou terreno fértil. A percepção de ameaça e traição, intensificada pela expansão da OTAN, impulsionou uma política externa agressiva, refletida no conflito da Ucrânia, iniciado com a anexação da Crimeia em 2014 e ampliado em 2022. Tal conflito expressa o esforço russo em reconfigurar o Leste Europeu e reafirmar sua esfera de influência, com possíveis desdobramentos em regiões estratégicas, como a Transnístria. O nacionalismo radical e o discurso eurocentrista do governo Putin funcionam como instrumentos de legitimação ideológica, sobrepondo o poder político aos direitos humanos, e violando princípios do Direito Internacional e da Carta da ONU. Além do campo político, os efeitos geográficos e históricos da desintegração soviética revelam como a força militar, o controle territorial e o domínio cultural permanecem centrais na busca russa por influência regional.

(Conclusão) Conclui-se que a tese se confirma: feridas históricas mal resolvidas, como o fim traumático da URSS, continuam a gerar efeitos desestabilizadores no cenário contemporâneo. O caso da Rússia demonstra que a combinação de ressentimento geopolítico, saudosismo imperial e liderança autoritária é uma fórmula potente que ameaça diretamente a paz mundial. A paz construída após a Guerra Fria permanece, portanto, extremamente vulnerável, pois depende da cicatrização de traumas históricos que, quando ignorados, podem levar ao ressurgimento de conflitos de grandes proporções.

Palavras-chave: Direito Internacional. Rússia. União Soviética. Geopolítica. Relações Internacionais.

FERRAMENTA MACROECONÔMICA PARA FINANCIAMENTO E ESTABILIDADE

Autor(es):
Pedro Emmanuel Silva Bezerra Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Vinicius Medeiros Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) A escolha do tema é justificada pela necessidade de analisar a eficiência e a equidade da estrutura tributária brasileira, um ponto de inflexão para o desenvolvimento macroeconômico. Impacto no PIB: A arrecadação afeta diretamente a Demanda Agregada; no entanto, a alta tributação sobre a produção (impostos indiretos) eleva o Custo Brasil, inibindo o Investimento (I) e a competitividade. Injustiça Regressiva: A forte concentração em impostos indiretos faz com que o sistema tributário brasileiro seja majoritariamente regressivo. O indivíduo de baixa renda compromete uma fatia maior de seu salário no pagamento de impostos embutidos nos bens essenciais, o que, economicamente, agrava a distribuição de renda e aprofunda a desigualdade social.

(Proposta do roteiro) O Imposto é o elemento ativo da Política Fiscal, ramo da Macroeconomia que estuda a influência dos gastos e da arrecadação do governo (G) sobre a economia total. Sua relevância reside no papel duplo que exerce: Função Fiscal (Financiamento): Garante a receita para custear o Estado e os serviços públicos. Função Extrafiscal (Regulação): É usado para alterar o comportamento dos agentes econômicos, por exemplo, reduzindo alíquotas para estimular o Consumo (C) em momentos de recessão, ou aumentando-as para conter a inflação. O estudo dos impostos se divide entre diretos (progressivos, sobre renda e riqueza) e indiretos (regressivos, sobre bens e consumo).

(Efeitos esperados) Conclui-se que o imposto é uma ferramenta de gestão macroeconômica indispensável, mas seu desenho tem consequências profundas na sociedade. O sistema tributário brasileiro, embora cumpra sua função de financiamento, falha em sua função de justiça social. O caminho para uma economia mais estável e equitativa passa, necessariamente, por uma Reforma Tributária que: Reduza a regressividade, transferindo o foco do consumo para a renda e o patrimônio.

FUTEBOL S.A: O PERIGO DAS SAFS NO FUTEBOL BRASILEIRO? ESTUDO DO CASO VASCO DA GAMA VERSUS 777 PARTNERS

Autor(es):
Vinicius Gurgel Batista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) A promulgação da Lei nº 14.193/2021 estabeleceu a Sociedade Anônima do Futebol (SAF) como uma tentativa de modernizar o futebol brasileiro, com foco na profissionalização da gestão dos clubes e atração de investimentos privados. Contudo, sua implementação tem gerado controvérsias, principalmente em relação à preservação da identidade dos clubes, à segurança dos contratos e à eficácia da fiscalização interna. O caso envolvendo o Club de Regatas Vasco da Gama e a empresa 777 Partners exemplifica os riscos jurídicos e institucionais dessa transformação, como abusos contratuais e falhas nos processos deliberativos. Nesse contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: como a adoção do modelo SAF, sem garantias normativas robustas, pode comprometer a autonomia dos clubes e sua função social? O estudo visa analisar as implicações jurídicas do modelo SAF, com foco no caso Vasco x 777 Partners, destacando os perigos da mercantilização do futebol em um cenário sem proteções institucionais adequadas.

(Metodologia) A pesquisa será conduzida com uma abordagem qualitativa, utilizando o método dedutivo, por meio da análise de fontes legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais que estão relacionadas à Lei da SAF e ao Direito Empresarial no esporte. Também será debatido os contratos e decisões internas do Vasco da Gama, além de reportagens e entrevistas que abordaram o conflito com a 777 Partners.

(Resultados) O trabalho em questão irá mostrar que, apesar de a SAF ser uma inovação importante na legislação, a falta de regras adicionais e garantias básicas para os clubes pode levar à perda de autonomia, ao enfraquecimento da democracia interna e à judicialização de conflitos, de modo que ao analisar o caso do Vasco e da 777 Partners irá se identificar uma tendência preocupante: a transformação de clubes tradicionais em ativos financeiros, sem consideração pela sua história, identidade e torcedores.

(Conclusão) Dessa forma, torna-se imperativo que o ordenamento jurídico brasileiro avance no sentido de regulamentar com maior densidade os limites da atuação do capital privado no âmbito das SAFs, assegurando salvaguardas institucionais que preservem a essência dos clubes enquanto entidades dotadas de relevância cultural, histórica e social. O equilíbrio entre eficiência econômica e proteção institucional não deve ser tratado como obstáculo, mas como fundamento indispensável à construção de um modelo de gestão que seja, simultaneamente, moderno e comprometido com os valores fundantes do esporte brasileiro.

Palavras-chave: SAF. Futebol. Direito Desportivo. Vasco da Gama. 777 Partners.

IMPACTOS DO USO DAS REDES SOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES: ANSIEDADE E DEPRESSÃO.

Autor(es):
José Carlos Silva de Lima Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Beatriz da Rocha Morais: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Yasmin Carvalho de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nos últimos anos, as redes sociais passaram a ocupar um espaço central na vida dos adolescentes, influenciando diretamente suas formas de comunicação, expressão e construção de identidade. Apesar de possibilitarem interação e acesso à informação, o uso excessivo dessas plataformas tem despertado crescente preocupação por seus impactos negativos sobre a saúde mental. A exposição constante a padrões idealizados, a busca por validação social e o aumento de casos de cyberbullying têm contribuído para o surgimento de sintomas de ansiedade e depressão, especialmente em uma fase da vida marcada por intensas mudanças emocionais e sociais. Diante disso, torna-se essencial compreender de que forma o uso das redes pode interferir no equilíbrio psicológico dos jovens e quais medidas podem favorecer hábitos digitais mais saudáveis.

(Metodologia) A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e caráter exploratório, baseada em uma revisão bibliográfica de estudos publicados entre 2018 e 2024. Foram consultadas bases de dados como SciELO, Google Acadêmico e Portal CAPES, com o uso de palavras-chave relacionadas a redes sociais, saúde mental, adolescentes, ansiedade e depressão. A análise dos materiais selecionados foi realizada de forma crítica e interpretativa, buscando identificar convergências e divergências sobre os efeitos do uso das redes no comportamento e no bem-estar emocional dos adolescentes.

(Resultados) Os resultados apontaram que o uso prolongado das redes sociais está associado ao aumento da vulnerabilidade emocional entre adolescentes. A comparação com vidas idealizadas e a necessidade de aceitação virtual contribuem para sentimentos de inadequação, insegurança e baixa autoestima, sendo mais acentuados entre meninas. Também foi possível observar que o uso noturno das redes prejudica o sono e a concentração, enquanto o cyberbullying aparece como um dos fatores mais graves, intensificando sintomas de isolamento e tristeza. Diante disso, o estudo reforça a importância de práticas educativas que promovam o uso equilibrado das redes e incentivem o cuidado com a saúde mental.

(Conclusão) Conclui-se que, embora as redes sociais possam proporcionar aprendizado, interação e expressão pessoal, seu uso excessivo representa um importante fator de risco para a saúde mental dos adolescentes. A constante exposição a padrões inalcançáveis e a dinâmica de comparação social contribuem para o surgimento de quadros de ansiedade e depressão, exigindo atenção especial de famílias, escolas e profissionais da saúde. A construção de políticas públicas voltadas à educação digital e o fortalecimento da autoestima juvenil mostram-se essenciais para que os jovens possam fazer uso dessas plataformas de forma segura, consciente e saudável.

Palavras-chave: redes sociais. saúde mental. adolescentes. ansiedade. depressão.

IMPACTOS POSITIVOS E DILEMAS ENFRENTADOS NAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Autor(es):
Giovanna Variani Ribeiro Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Davi Santos Gomes Netto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) As audiências conciliatórias geram diversos impactos positivos tanto para o Poder Judiciário quanto para as partes envolvidas no conflito, para que possam tirar as preocupações e angústias dos ombros enquanto o poder judiciário se salva da superlotação de processos judiciais que entram todos os dias esperando seu julgamento de mérito. Neste âmbito, há também por outro lado, aqueles indivíduos que desperdiçam essa chance de conciliação/mediação e decidem apenas prosseguir com a ação na justiça, uma crítica que será apresentada ao lado dos pontos positivos a respeito das audiências judiciais. Assim, deve-se observar um pouco mais sobre este tema não tão citado, mas imprescindível na realidade daqueles que estão buscando solucionar os litígios hodiernos.

(Metodologia) Nesta conjuntura, sobre a metodologia utilizada, será apontado estudos disponibilizados pelo próprio Estado a respeito da efetivação Jurídica dos órgãos julgadores, com a presença de estudos e pesquisas de juristas renomados, além da experiência visual e presencial dos alunos deste trabalho a respeito de suas experiências e visões a respeito do sistema de audiências.

(Resultados) Destarte, os resultados que serão apresentados após toda a análise feita sobre este paradigma é de que as audiências são uma forma inteligente de resolver os litígios das pessoas, e mesmo que seja uma causa difícil e com poucas chances de conciliação, às vezes a tentativa é até mais apreciada que o próprio resultado eminente. Assim, podemos concluir que com isso se vê um avanço a respeito da solução de litígios das pessoas se estas pensassem na possibilidade de solução pelas audiências além da entrada de uma ação judicial, que coloca esta responsabilidade de julgamento nas costas do estado sem mesmo determinar-se a resolvê-la de forma extrajudicial a todo custo

(Conclusão) Destarte, os resultados que serão apresentados após toda a análise feita sobre este paradigma é de que as audiências são uma forma inteligente de resolver os litígios das pessoas, e mesmo que seja uma causa difícil e com poucas chances de conciliação, às vezes a tentativa é até mais apreciada que o próprio resultado eminente. Assim, podemos concluir que com isso se vê um avanço a respeito da solução de litígios das pessoas se estas pensassem na possibilidade de solução pelas audiências além da entrada de uma ação judicial, que coloca esta responsabilidade de julgamento nas costas do estado sem mesmo determinar-se a resolvê-la de forma extrajudicial a todo custo

Palavras-chave: .audiências.positivos.crítica.

IMPOSTOS BRASILEIROS

Autor(es):
Letícia Antunes Camilo Gonçalves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Entender o que são os impostos e sua importância para a economia. Identificar os principais tipos de impostos no Brasil. Mostrar como os impostos influenciam a vida das pessoas e o funcionamento do país.

(Proposta do roteiro) Introdução e Conceito de Imposto Em síntese, deve falar sobre: Apresentação do grupo e do tema. Pergunta inicial para gerar reflexão. Conceito básico: o que são impostos e por que são obrigatórios. Importância dos impostos para o funcionamento do Estado. Diferença entre imposto, taxa e contribuição. Imposto: sem retorno direto. Taxa: cobrada por um serviço específico. Contribuição: tem finalidade específica, como o INSS. Desenvolvimento:Tipos de Impostos. Divisão dos impostos no Brasil: federais, estaduais e municipais. Exemplos de impostos federais: Imposto de Renda, IPI, IOF, Exemplos de impostos estaduais: ICMS, IPVA, Exemplos de impostos municipais: IPTU e ISS. Explicar que cada nível de governo usa esses impostos para diferentes finalidades.

(Efeitos esperados) Que o público compreenda melhor o papel dos impostos na sociedade. Que o tema desperte reflexão sobre a importância de pagar e fiscalizar o uso dos impostos. Conclusão: Funções, Impactos e Conclusão). Funções dos impostos: Arrecadatória – arrecadar recursos pro governo. Redistributiva – reduzir desigualdades sociais. Como os impostos influenciam a economia. Importância dos impostos pro desenvolvimento do país. Crítica positiva: os impostos são necessários, mas precisam ser usados de forma justa e eficiente. Conclusão do vídeo: reforçar a importância dos impostos e agradecer pela atenção.

IMPOSTOS E TARIFAS NO BRASIL: EFICIÊNCIA E IMPACTO MACROECONÔMICO DA ESTRUTURA TRIBUTÁRIA

Autor(es):
Wescly Azevedo Morais da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Pedro Emanuel da Silva Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Antonio Luiz Tertuliano Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo central desta apresentação, intitulada “Impostos e Tarifas no Brasil: Eficiência e Impacto Macroeconômico da Estrutura Tributária”, é analisar a estrutura tributária brasileira, destacando sua complexidade, o impacto da alta carga tributária em relação ao PIB e a natureza regressiva do sistema. Busca-se também discutir os desafios impostos pelo “Efeito Cascata” e a burocracia que compõem o “Custo Brasil”, e, por fim, introduzir a discussão sobre a Reforma Tributária.

(Proposta do roteiro) A proposta de roteiro começa com a Introdução, apresentando o tema e os autores (Antonio Luiz Tertuliano Dantas, Pedro Emanuel da Silva Pereira, Wescly Azevedo Morais da Silva), e contextualizando o papel da política fiscal e a alta carga tributária, que corresponde a cerca de 32,3% do PIB. Em seguida, a seção de Carga Tributária e Distribuição explica o tamanho da carga e sua distribuição nas esferas de governo. O roteiro prossegue detalhando a Complexidade e Regressividade do sistema tributário, que se caracteriza por sua elevada complexidade e por incidir fortemente sobre o consumo (70% da carga tributária) , sendo considerado regressivo por penalizar desproporcionalmente contribuintes de menor renda. A seção seguinte, O “Custo Brasil”: Efeito Cascata e Burocracia, analisa como o Efeito Cascata (cumulatividade de impostos) e a burocracia excessiva geram custos operacionais elevados, encarecem produtos e dificultam a competição, configurando o chamado “Custo Brasil”.

(Efeitos esperados) Os Efeitos Esperados incluem a conscientização do público sobre o impacto da política fiscal e do peso da carga tributária no Brasil. Espera-se demonstrar como a estrutura tributária atual gera ineficiência, complexidade e regressividade, e evidenciar o papel do Efeito Cascata e da burocracia na formação do Custo Brasil. O estudo busca estar bem fundamentado para justificar seus objetivos e relevância.

IMPOSTOS NO BRASIL

Autor(es):
João Emerson da Silva Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arnor Alfredo Reboucas Siqueira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gustavo Freire da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Guilherme Cavalcanti dos Anjos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Daniel Felipe Barreto Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo busca esclarecer os entendimentos basilares sobre o que se concebe como imposto, um conceito fundamental dentro do panorama econômico. Pretende-se ir além da definição técnica, permitindo compreender o papel social, político e econômico dos impostos na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. Assim, destaca-se que os tributos não são apenas uma obrigação financeira imposta pelo Estado, mas também instrumentos essenciais para o financiamento de políticas públicas, a redução das desigualdades e o estímulo ao desenvolvimento econômico sustentável.

(Proposta do roteiro) O vídeo será desenvolvido de forma acessível e contextualizada, apresentando desde a formulação dos impostos como tributo até seus desdobramentos mais complexos, como tipos, disposições e comparações entre impostos nacionais e internacionais. Além disso, pretende-se mostrar como os impostos influenciam o cotidiano das pessoas e das empresas, abordando de que forma as decisões fiscais afetam o consumo, a produção e o poder de compra. Outro ponto central será a discussão sobre o equilíbrio entre arrecadação e justiça fiscal, buscando refletir sobre como cada cidadão pode contribuir de acordo com sua capacidade econômica, sem comprometer a dignidade e o bem-estar social.

(Efeitos esperados) Espera-se que o vídeo desperte uma consciência crítica sobre o sistema tributário brasileiro, incentivando o debate em torno de possíveis reformas, simplificações e boas práticas internacionais. A intenção é que o público compreenda a importância dos impostos não apenas como mecanismo de arrecadação, mas como uma ferramenta de transformação social e desenvolvimento sustentável, servindo de base para uma reflexão mais ampla sobre o papel de cada cidadão na construção de uma sociedade mais justa.

INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA: ORIGEM, TEORIAS E APLICAÇÃO

Autor(es):
Gabriela Lima de Alencar Albuquerque: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Alan Monteiro de Medeiros: Docente do UNI-RN

(Introdução) Segundo Maria Helena Diniz, “a pessoa jurídica é a unidade de pessoas naturais ou de patrimônios, que visa à consecução de certos fins, reconhecida pela ordem jurídica como sujeito de direitos e obrigações”. Em outras palavras, a pessoa jurídica representa um instrumento fundamental para a estruturação e funcionamento das atividades empresariais, proporcionando autonomia e a separação entre o patrimônio da entidade e o de seus membros. Entretanto, apesar do art. 49 – A, do CC, estabelecer que a pessoa jurídica não se confunde com seus sócios, associados, instituidores ou administradores, o uso abusivo da personalidade jurídica pode ensejar prejuízos aos credores, sendo fundamental a instauração do incidente da desconsideração da personalidade jurídica (IDPJ), seja de forma direta ou inversa. Não raro, além dos sócios formais, a desconsideração também pode alcançar sócios ocultos e terceiros que, de alguma forma, tenham se beneficiado indevidamente da personalidade jurídica. A disregard doctrine foi introduzida no Brasil a partir das formulações do jurista Rubens Requião, especialmente em seu artigo “Abuso de Direito e Fraude através da Personalidade Jurídica”, publicado em 1969. Posteriormente, foi incorporada de forma expressa em diversos textos normativos, como o Código de Defesa do Consumidor (1990), o Código Civil (2002), o Código de Processo Civil (2015), Reforma Trabalhista (2017), entre outros. O problema central que se coloca é a delimitação dos pressupostos de aplicação do incidente, especialmente diante da coexistência das teorias maior e menor, e a forma como os tribunais interpretam e aplicam tais fundamentos.

(Metodologia) A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentada em análise legislativa, doutrinária e jurisprudencial. Serão examinados precedentes nacionais e estrangeiros, obras de referência na matéria e o artigo publicado por Rubens Requião em 1969, a fim de compreender a evolução, aplicação e efetividade do instituto no Brasil.

(Resultados) Espera-se com esse trabalho lançar luz sobre a relevância dos precedentes internacionais para a compreensão da autonomia patrimonial e de seus limites. Também se espera demonstrar a importância da contribuição de Rubens Requião para a inserção da disregard of legal entity doctrine no direito brasileiro, bem como esclarecer as diferenças entre a teoria maior e a teoria menor. Ademais, pretende-se analisar como a positivação do instituto no ordenamento jurídico nacional representou um avanço significativo tanto para a efetividade das ações e a proteção dos direitos dos credores, quanto para a garantia do contraditório e da ampla defesa.

(Conclusão) Assim sendo, entende-se que a desconsideração da personalidade jurídica é instrumento indispensável à efetividade jurisdicional e à proteção de credores, equilibrando-se com a segurança da atividade empresarial. A partir das contribuições de Rubens Requião e da consolidação do instituto na legislação e jurisprudência nacional. Contudo, sua aplicação prática ainda demanda uniformização interpretativa entre os diversos ramos do Judiciário, a fim de garantir uma maior segurança jurídica.

Palavras-chave: IDPJ. Responsabilidade patrimonial. Teoria maior. Teoria menor.

INDÚSTRIA 4.0: IMPORTÂNCIA DA MANUFATURA DIGITAL NO DESENVOLVIMENTO DE EMPRESAS

Autor(es):
Izis Maria de Araujo Tavares Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Júlia Letícia Barros Coriolano: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Letícia Álvares Medeiros da Luz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Mateus Fernandes Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Indústria 4.0 representa um marco na transformação digital dos processos produtivos, promovendo uma integração entre tecnologias avançadas e sistemas inteligentes que conectam máquinas, pessoas e dados em tempo real, o que possibilita a criação de um ambiente em rede, conectado e altamente integrado. Nesse contexto, a manufatura digital ocupa papel central, integrando softwares e processos tecnológicos ao longo da cadeia produtiva, a qual é possível visualizar todos os detalhes da fábrica, permitindo simulações e otimizações que reduzem custos, aumentam a eficiência e minimizam erros operacionais. A importância do tema se justifica pela necessidade de as empresas adaptarem-se às novas exigências do mercado globalizado, onde a competitividade depende da capacidade de inovação e da incorporação de tecnologias emergentes. Para a comunidade acadêmica e científica, estudar a Indústria 4.0 permite compreender as dinâmicas de modernização industrial e seus impactos econômicos, sociais e tecnológicos, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre gestão, e automação no contexto empresarial.

(Metodologia) A pesquisa foi desenvolvida por meio de um estudo descritivo de abordagem qualitativa, do tipo revisão bibliográfica de caráter narrativo para aprofundamento das palavras-chave “indústria 4.0”, “manufatura digital”, “empresas”, “inovação” e “tecnologia”, selecionadas como base no tema central da pesquisa. O levantamento de dados ocorreu na base de dados Google Acadêmico, no ano de 2022, priorizando publicações deste ano sobre o tema. Foram selecionados artigos científicos, teses e relatórios técnicos que abordam a integração tecnológica nos processos produtivos. A escolha pela revisão bibliográfica se justifica por permitir a análise e sistematização de diferentes perspectivas teóricas acerca da Indústria 4.0, viabilizando identificar tendências, benefícios e limitações das tecnologias aplicadas. O recorte temporal e temático buscou garantir a relevância das informações utilizadas no período escolhido.

(Resultados) A partir da análise dos materiais coletados, foram identificadas 26 publicações relevantes, das quais 10 atenderam aos critérios da questão norteadora da pesquisa. Os resultados demonstram que a manufatura digital proporciona ganhos expressivos em eficiência, qualidade e flexibilidade produtiva. As empresas que adotam tecnologias da Indústria 4.0 tendem a reduzir custos operacionais e a melhorar a capacidade de personalização de produtos. Contudo, observou-se que a implementação ainda enfrenta obstáculos significativos, como altos custos de investimento, necessidade de mão de obra qualificada e resistência organizacional à mudança. Os estudos também indicam que a integração digital favorece a sustentabilidade, ao otimizar o uso de recursos e reduzir desperdícios.

(Conclusão) Conclui-se que a Indústria 4.0 oferece uma oportunidade estratégica para que as empresas se mantenham competitivas em um ambiente econômico globalizado. A manufatura digital se destaca como um dos pilares dessa transformação, promovendo inovação contínua e decisões empresariais mais assertivas. Entretanto, a efetiva adoção dessas tecnologias requer planejamento, capacitação e políticas de incentivo à inovação. O estudo contribui para a compreensão dos desafios e potencialidades da Indústria 4.0 dentro do cenário da manufatura digital, servindo de base para futuras pesquisas que explorem seus impactos socioeconômicos e tecnológicos em diferentes setores produtivos.

Palavras-chave: Indústria 4.0. Manufatura Digital. Empresas. Inovação. Tecnologia.

INFLAÇÃO

Autor(es):
Yasmin Rangel Monteiro da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Joyse Maria Leoterio Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Educar o público sobre o funcionamento da inflação e sua influência direta na economia e no cotidiano das pessoas. Promover a conscientização financeira, estimulando o público a compreender como a inflação afeta o poder de compra e o custo de vida. Fornecer estratégias práticas para lidar com períodos inflacionários, incentivando o planejamento e a educação financeira.

(Proposta do roteiro) Você já notou que tudo está mais caro? Isso é a inflação. Vamos entender o que é, por que acontece e como impacta seu bolso. A inflação é o aumento contínuo dos preços. Isso diminui o poder de compra. Por exemplo, se um litro de leite passa de R$5,00 para R$6,00, houve uma inflação de 20%." – Inflação de demanda: Mais compradores que produtos disponíveis. – Inflação de custos: Aumento nos custos de produção. – Inflação inercial: Aumento de preços por hábito ou reajustes automáticos. "No Brasil, usamos o IPCA, que mede a variação de preços de uma cesta de produtos. Outros índices importantes são o INPC e o IGP-M". – Redução do poder de compra: Seu dinheiro vale menos. – Desigualdade social: Famílias de baixa renda sofrem mais. – Incerteza econômica: Dificulta o planejamento financeiro. Invista seu dinheiro. Considere opções atreladas à inflação, como o Tesouro IPCA+. Controle seu orçamento e acompanhe notícias econômicas. "A inflação é parte da economia, mas entender seus efeitos é essencial para proteger seu dinheiro".

(Efeitos esperados) Maior compreensão pública sobre o conceito e os impactos da inflação. Desmistificação de termos econômicos, tornando o tema acessível a diferentes públicos. Engajamento educativo, promovendo reflexão sobre hábitos de consumo e planejamento financeiro. Contribuição para a formação de cidadãos financeiramente mais conscientes, capazes de tomar decisões econômicas mais seguras e informadas. Aumento da credibilidade do canal ou instituição produtora do vídeo como fonte de conteúdo econômico confiável e educativo.

INFLAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL: COMO A ALTA DE PREÇOS AFETA AS DIFERENTES CLASSES NO BRASIL

Autor(es):
Carlos André Pereira de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Neste vídeo, vamos desvendar como a alta dos preços, medida pelo IPCA, corrói o dinheiro de forma assimétrica. Iremos analisar os mecanismos técnicos dessa corrosão e o caminho para um crescimento verdadeiramente inclusivo.

(Proposta do roteiro) O roteiro tem como proposta analisar e comunicar, de forma didática e crítica, como a inflação no Brasil afeta de maneira desigual as diferentes classes sociais, intensificando a desigualdade de renda e de poder de compra. A ideia é mostrar que a inflação não é apenas um fenômeno econômico abstrato, mas um problema social concreto, que pesa mais sobre os mais pobres.

(Efeitos esperados) O roteiro pretende gerar conscientização e reflexão crítica no público. Os efeitos esperados são: 1. Compreensão aprofundada do impacto desigual da inflação, revelando o lado social e humano por trás dos números econômicos. 2. Engajamento social e político, estimulando o espectador a refletir sobre políticas públicas, justiça fiscal e crescimento inclusivo. 3. Formação de senso crítico, mostrando que o combate à inflação deve ser acompanhado de medidas redistributivas. 4. Interação e debate, especialmente no encerramento (Deixe sua pergunta no chat?), incentivando a participação ativa do público.

INFLAÇÃO E POLÍTICA ECONÔMICA: UMA ANÁLISE

Autor(es):
Ana Sophia Vasconcelos de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Adriana Gomes Medeiros de Macedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) Inflação e Política Econômica: Uma Análise.A inflação é um fenômeno econômico caracterizado pelo aumento generalizado e sustentado dos preços de bens e serviços, resultando na diminuição do poder de compra da moeda. No Brasil, índices como o IPCA e o INPC, produzidos pelo IBGE, são fundamentais para medir e entender a inflação. Paralelamente, políticas econômicas protecionistas, como as tarifas aplicadas por Donald Trump, têm impactos significativos nas economias nacionais e internacionais. Dessa forma, a presente pesquisa pretende mostrar a importância do estudo da economia e suas instabilidades.

(Metodologia) O percurso metodológico escolhido foi uma pesquisa bibliográfica e documental.O princípio foi uma exploração e inserção nas movimentações políticas que afetaram diretamente a economia e nos dados e gráficos analíticos para compreender a instabilidade da economia.Inserção permitida por meio de bases de informações como o IBGE, dados do Banco Central do Brasil e jornais como o Gazeta do Povo.

(Resultados) A economia de uma sociedade é fundamentalmente influenciada por uma complexa rede de relações sociais e políticas. A instabilidade política pode afetar significativamente a economia, evidenciando a interdependência entre fatores econômicos e sociais. A interação social é crucial para o funcionamento econômico, destacando a importância de considerar aspectos além de meros dados econômicos.. A instabilidade Política possui impacto significativo na economia e as relações sociais influenciam a estrutura e o funcionamento econômico.A inflação imprevisível e volátil pode causar flutuações descontroladas nos preços, gerando incerteza e dificultando a tomada de decisões econômicas. Isso afeta consumidores, empresas e governos, influenciando investimentos, consumo e políticas econômicas. A estabilidade de preços é crucial para uma economia saudável. Uma vez que os investimentos são ferramentas para proteger o valor do dinheiro frente à inflação, os investidores buscam rentabilidades que sejam iguais ou acima do IPCA. Essa abordagem ressalta a necessidade de uma visão holística ao analisar sistemas econômicos, considerando tanto aspectos econômicos quanto sociais e políticos.

(Conclusão) A inflação é um desafio econômico complexo que afeta o poder de compra e a estabilidade econômica. A compreensão de suas causas e a análise de políticas econômicas são cruciais para formular estratégias eficazes de controle ,a mitigação de seus efeitos e consequências. As políticas protecionistas, como as tarifas, têm impactos variados e devem ser cuidadosamente consideradas em um contexto de globalização econômica .

Palavras-chave: instabilidade; políticas; inflação;consequências.

INFLAÇÃO E POLÍTICA ECONÔMICA: UMA ANÁLISE

Autor(es):
Ana Sophia Vasconcelos de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Adriana Gomes Medeiros de Macedo: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) comunicar como a inflação afeta o cotidiano da população e como a política está diretamente ligada à economia, e conscientizar que conhecer a economia é se precaver e se proteger.

(Proposta do roteiro) *Cena 1: Aula sobre Inflação* Professora Ana Sophia: Boa tarde, alunos! Hoje vamos falar sobre inflação. Aluno: É o aumento dos preços dos bens e serviços. Professora: Exatamente! A inflação é medida pelos índices de preços, como o IPCA e o INPC. *Cena 2: Jornal* Jornalista Ana Sophia: Bom dia! Donald Trump anunciou tarifas sobre produtos brasileiros, afetando a economia do país. *Cena 3: Exemplos de Inflação* Professora Ana Sophia: Vamos ver alguns exemplos de inflação: – *Inflação de Demanda*: aumento da demanda por produtos, como carros, levando a um aumento de preço. – *Inflação de Custo*: aumento do custo de produção, como o petróleo, afetando o preço da gasolina. – *Inflação de Alimentos*: problemas climáticos ou de oferta, como a supervalorização do azeite. – *Emissão de Dinheiro*: aumento da circulação de moeda, levando à desvalorização da moeda.

(Efeitos esperados) Sem efeitos

INFLAÇÃO E TAXA DE JUROS NO BRASIL (2025)

Autor(es):
Gabriel Antônio Gonçalves Ferreira de Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Miguel Arthur Santos de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Guilherme Augusto Seabra de Melo Amaral: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
José Diogo Alves Sobral: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Matheus Galvão de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo tem como objetivo principal esclarecer o que são a inflação e a taxa Selic, explicando como elas funcionam e quais são seus efeitos sobre o consumo, os investimentos e a economia em geral. Busca também analisar o equilíbrio entre o controle de preços e o estímulo ao crescimento econômico, mostrando a importância das políticas monetárias para a estabilidade financeira. Além disso, o roteiro pretende despertar o interesse do público por temas econômicos, promovendo o conhecimento e a conscientização sobre fatores que influenciam o poder de compra e o custo de vida.

(Proposta do roteiro) A proposta é realizar uma produção no formato de um jornal econômico educativo, que combina informações atualizadas, análise e linguagem acessível. O roteiro procura transformar dados e conceitos técnicos em uma narrativa envolvente e informativa, com a participação de diferentes apresentadores que se revezam para explicar os temas. A intenção é promover uma compreensão mais ampla sobre o papel do Banco Central e o impacto de suas decisões nas finanças do país e na vida cotidiana dos cidadãos.

(Efeitos esperados) A relevância da produção está em sua capacidade de tornar o conteúdo econômico acessível e útil para todas as pessoas, mesmo aquelas que não possuem conhecimento técnico sobre o assunto. Espera-se que o vídeo contribua para o entendimento do funcionamento da economia brasileira, fortalecendo o senso crítico e a educação financeira do público. O efeito esperado é que o espectador consiga perceber com mais clareza como decisões relacionadas à inflação e à taxa Selic afetam seu cotidiano, seus gastos e suas escolhas financeiras, reconhecendo a importância do Banco Central na manutenção da estabilidade econômica do país.

INFLAÇÃO NO BRASIL

Autor(es):
Noemi Mari Oliveira Inacio: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Jefferson Clayton Simão Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Márcio Henrique Medeiros Maia De Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Manoel Dias Ximenes Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Luiza da Silva Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN
Adriana Gomes Medeiros de Macedo: Docente do UNI-RN
Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo principal é conceituar a inflação brasileira de forma clara e didática, explicando suas causas, tipos e, principalmente, seus efeitos diretos no poder de compra e na vida cotidiana da população. A ideia central é desmistificar o tema, mostrando sua relevância como um dos indicadores econômicos mais importantes.

(Proposta do roteiro) O vídeo terá formato de seminário, utilizando slides com narração, intitulado “Inflação no Brasil: o que é e como nos afeta”. A estrutura segue uma progressão lógica: Slide 1 (Introdução): Apresentação do tema, título e créditos da equipe. Slide 2 (Conceito): Definição de inflação como o aumento geral dos preços e apresentação dos seus tipos (demanda, custos e estrutural), com base na medição oficial do IPCA. Slide 3 (Causas): Explanação dos fatores que provocam a inflação, como a alta do dólar, o aumento nos custos de produção e as decisões governamentais. Slide 4 (Impacto): Detalhamento de como a inflação afeta o cidadão, resultando na perda do poder de compra, encarecimento de produtos e impacto em salários e investimentos. Slide 5 (Controle): Descrição das principais medidas de combate à inflação, como o aumento da taxa Selic pelo Banco Central e o controle de gastos pelo Governo. Slide 6 (Conclusão): Síntese da relevância do tema, reforçando que a inflação é um indicador crucial que afeta diretamente o orçamento familiar, e a importância da educação financeira e das políticas econômicas para minimizar seus impactos.

(Efeitos esperados) A relevância reside em oferecer um material educativo acessível sobre um tema vital para a economia e para a vida social brasileira. O efeito esperado é o aumento do conhecimento e da conscientização do público sobre como a inflação funciona, capacitando-o a planejar melhor suas finanças, tomar decisões econômicas mais informadas e acompanhar de forma crítica as políticas monetárias e fiscais do país. O vídeo busca fomentar a educação financeira e o entendimento da realidade econômica nacional.

INFLAÇÃO NO BRASIL E A POLÍTICA MONETÁRIA

Autor(es):
Aldair Illiton Cavalcanti da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marcelo Henrique Xavier Lula: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Augusto Fernandes Correia De Mesquita Ferraz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arlan Carlos Flor Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rafael Cadete Medeiros Marcolino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo central deste vídeo é explicar,de forma clara e didática, o fenômeno da inflação no contexto econômico brasileiro recente (período de 2024 a 2025). A ideia é desmistificar conceitos econômicos complexos, demonstrando como a inflação é medida, quais são as suas principais causas e, principalmente, de que maneira a política monetária, executada pelo Banco Central por meio da taxa Selic, atua para controlá-la. Busca-se elucidar a relação direta entre esses mecanismos de controle e o cotidiano da população, destacando os impactos no poder de compra, no crédito e no ambiente de investimentos.

(Proposta do roteiro) O vídeo será estruturado em segmentos apresentados sequencialmente pelos integrantes do grupo.A Abertura introduz o tema e a sua relevância. Em seguida, o Integrante 2 explica o conceito de inflação e detalha o IPCA como seu principal índice de medição no Brasil. O Integrante 3 avança sobre as causas da inflação, dividindo-as em demanda, custos e inércia, com exemplos do cenário atual. O Integrante 4 foca no funcionamento da política monetária, explicando o papel da taxa Selic como instrumento de controle e sua trajetória de altas no biênio. Por fim, o Integrante 5 sintetiza os impactos da inflação e dos juros altos na economia e na sociedade, conduzindo à Conclusão, que reforça a importância do equilíbrio entre crescimento e estabilidade. O vídeo utilizará gráficos simples para ilustrar a evolução do IPCA e da Selic.

(Efeitos esperados) A relevância deste trabalho reside em tornar acessível um tema de extrema importância macroeconômica,que impacta diretamente a vida financeira de todos os cidadãos. Espera-se que o vídeo sirva como um recurso educacional eficaz, capaz de capacitar estudantes e o público em geral a compreenderem as dinâmicas inflacionárias e as respostas de política econômica, promovendo assim uma maior conscientização sobre a realidade econômica nacional. O efeito final desejado é fomentar um debate mais qualificado, demonstrando que a estabilidade de preços é um pilar fundamental para o planejamento financeiro pessoal, para os investimentos das empresas e para o desenvolvimento sustentável do país, sempre dentro do propósito acadêmico e didático que norteia a produção.

INSERÇÃO DE PLATAFORMAS DIGITAIS COMO FERRAMENTA DE OTIMIZAÇÃO DO ENSINO JURÍDICO: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E IMPACTOS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Autor(es):
Carlos Alberto da Costa Gutierre Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Leonardo Melo da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Kauã Victor Capistrano de Farias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Artur Praxedes Linhares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O ensino jurídico brasileiro, que herdou um histórico centenário de aulas expositivas e um certo dogmatismo, se vê diante do desafio de se moldar às demandas da sociedade digital atual. Num cenário de conversão tecnológica e globalização das relações jurídicas, torna-se vital reimaginar a pedagogia a fim de forjar profissionais aptos a navegar em ambientes interconectados e multidisciplinares. A pandemia de Covid-19 ressaltou falhas estruturais e metodológicas, e evidenciou de vez o potencial das ferramentas digitais para a manutenção e o aprimoramento do ensino. Diante disso, esta pesquisa se dedica sobre como a incorporação de plataformas digitais, a exemplo de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), bibliotecas digitais e metodologias de gamificação, pode atualizar os cursos de Direito, torná-los mais críticos, dinâmicos e adaptados às necessidades do século XXI.

(Metodologia) Metodologia: A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório e baseada em pesquisa bibliográfica. Foram consultadas bases de dados como o Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da CAPES, abrangendo o período entre janeiro de 2016 e agosto de 2024, utilizando as palavras-chave “ensino jurídico”, “plataformas digitais”, “AVA”, “gamificação” e “modernização pedagógica”. Os critérios de seleção privilegiaram a atualidade, a pertinência temática e o renome dos autores. O material coletado foi sistematicamente catalogado e analisado por categorias, nomeadamente: inovação metodológica, recursos digitais e entraves institucionais.

(Resultados) A análise revelou que os Ambientes Virtuais de Aprendizagem promovem a autonomia do aluno, expandem o acesso a materiais didáticos e permitem um acompanhamento individualizado do progresso. As bibliotecas digitais, de forma notável, promovem a acessibilidade a doutrinas, jurisprudências e artigos científicos, o que fortalece a pesquisa acadêmica. A gamificação, implementada em simulações de júris online e jogos de estratégia jurídica, eleva o engajamento, desenvolvendo competências de argumentação e raciocínio crítico. Entretanto, barreiras consideráveis foram percebidas, tal como a falta de infraestrutura tecnológica em várias instituições, além da resistência cultural, vindo de parte do corpo docente, e a escassez de investimentos, tanto públicos quanto privados.

(Conclusão) Conclusão: Percebe-se que a modernização digital não é somente uma tendência, mas algo crucial na formação de juristas preparados para um cenário profissional globalizado e digitalizado. A adoção de plataformas digitais precisa ser um processo progressivo e bem estruturado, incorporando a capacitação docente, políticas institucionais de incentivo e, também, investimentos em infraestrutura. O estudo apresentado colabora para o debate acadêmico, mostrando que a sinergia entre tecnologia e ensino jurídico impulsiona o pensamento crítico, ademais, solidifica a qualidade da formação acadêmica.

Palavras-chave: Ensino jurídico. Plataformas digitais. Modernização pedagógica. Ambiente virtual de aprendizagem. Gamificação.

INSPEÇÃO JUDICIAL NOS PRESÍDIOS: INOVAÇÃO TRAZIDA PELO JUÍZO DA 1ª VARA REGIONAL DE EXECUÇÃO PENAL DE NATAL/RN

Autor(es):
Analice Freitas Oliveira Pinheiro de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) Esta pesquisa abordará a forma como a Lei de Execução Penal (LEP) e as Resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) orientam a realização das inspeções judiciais nos presídios, mostrando o que deve ser analisado nos estabelecimentos prisionais. Será dado destaque, ainda, ao diferencial introduzido pelo juiz titular da 1ª Vara na condução das inspeções nos presídios de sua responsabilidade. Nesse viés, durante as inspeções, o juiz analisa as problemáticas levantadas pelos internos e ouve as sugestões de melhorias. Com isso, leva os pontos relevantes da inspeção judicial à secretaria de execução penal e tenta sanar os problemas encontrados durante a vistoria judicial de cada penitenciária.

(Metodologia) A metodologia utilizada é uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de demonstrar a prática das inspeções judiciais realizadas sob a jurisdição da 1ª Vara Regional de Execução Penal de Natal/RN. Ademais, foi realizada pesquisa documental, com base na análise da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) e na Resolução nº 593 do CNJ, de 8 de novembro de 2024 para entender como a lei determina que seja feita a fiscalização dentro dos sistemas prisionais. Para finalizar, foi realizada pesquisa de campo, por meio de visitas técnicas às unidades prisionais com o juiz titular da 1ª Vara, tendo como intuito compreender as estratégias utilizadas para inspecionar o sistema.

(Resultados) Diante das pesquisas realizadas, tornou-se evidente que a legislação determina uma forma genérica de realizar as inspeções judiciais nos presídios, tendo como intuito verificar as condições do ambiente prisional, assegurar o cumprimento dos direitos dos apenados e vistoriar o sistema de forma geral. Nesse viés, foi possível identificar que o juiz titular da 1ª Vara Regional de Execução Penal adota uma prática que vai além do que é previsto na legislação. Além de fiscalizar as unidades prisionais e garantir o respeito aos direitos dos presos, o magistrado realiza a entrega individualizada do atestado de pena "documento que detalha o tempo de cumprimento da pena e os benefícios previstos" a cada apenado. Posteriormente, o juiz passa por todas as celas sanando eventuais dúvidas relacionados ao atestado de pena de cada privado de liberdade.

(Conclusão) Logo, pode-se concluir que essa inovação trazida pelo juiz titular da 1ª Vara Regional de Execução Penal de Natal/RN representa um diferencial significativo no processo de execução penal e nas inspeções judiciais, tendo em vista que marca uma aproximação entre o Judiciário e a realidade carcerária do Rio Grande do Norte, promovendo maior transparência e eficácia na execução penal.

Palavras-chave: Penitenciária. Atestado de pena. Fiscalização. Estratégias.

INTEGRAÇÃO EM XEQUE: A CRISE DO REFÚGIO DIANTE DE POLÍTICAS RESTRITIVAS DE MIGRAÇÃO

Autor(es):
Eloah Sanches Medeiros Morais: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Eduardo de Macedo Cavalcanti: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rebeca Palhano do Nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Nathalie Aglaé Rodrigues Santos Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
João Lucas Soares Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em um cenário global de crise humanitária e deslocamentos forçados, a integração de refugiados expõe a tensão entre solidariedade internacional e soberania dos Estados. Políticas migratórias restritivas, em vez de solucionar a questão, transformam a busca por proteção em um labirinto de barreiras legais, burocráticas e sociais que fragilizam a integração. O problema central é compreender como tais políticas impactam o bem-estar e a autonomia dos refugiados. A relevância do tema decorre de sua urgência social, acadêmica e humanitária, ao oferecer subsídios para políticas mais eficazes e baseadas em direitos humanos. A pesquisa concentra-se nas barreiras sociais, econômicas e legais impostas aos refugiados e em suas consequências. O estudo insere o problema no Regime Internacional de Proteção, citando a Convenção de 1951 e o princípio de non-refoulement, mas evidencia suas limitações diante de novos desafios, como os deslocamentos ambientais. Além disso, adota-se uma concepção de integração multidimensional, que envolve direitos legais, inclusão econômica, participação social e bem-estar psicológico. Nesse sentido, teorias multicultural e intercultural apresentam- se como alternativas promissoras, ao promoverem o diálogo entre refugiados e sociedades anfitriãs. Também se destaca a tendência global de intensificação das restrições “exigências de vistos, morosidade burocrática e dificuldades no acesso a direitos básicos” que não contêm os fluxos, mas ampliam a vulnerabilidade.

(Metodologia) Metodologia: A pesquisa é exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. Foram analisados documentos legais, políticas públicas e relatórios de organismos internacionais (ACNUR, OIM), além de realizada revisão sistemática em bases como o Google Acadêmico. A análise seguiu a perspectiva de discurso, para compreender lógicas e argumentos que sustentam as políticas restritivas e suas consequências.

(Resultados) Os resultados foram estruturados em três eixos. O primeiro trata das barreiras legais e burocráticas: lentidão nos processos de refúgio e dificuldade na obtenção de documentos, que mantêm os refugiados em limbo jurídico. O segundo aborda os impactos econômicos: precarização do trabalho, subemprego, obstáculos à revalidação de diplomas e falta de acesso a serviços bancários. O terceiro discute os impactos sociais e psicológicos: exclusão, xenofobia e aumento do estresse e da ansiedade, dificultando redes de apoio e sentimento de pertencimento. Estudos de caso brasileiros mostram que programas de capacitação profissional e parcerias público-privadas contribuem para reduzir a exclusão e melhorar a inserção laboral.

(Conclusão) Conclusão: Conclui-se que políticas restritivas, ao criarem hostilidade burocrática e negarem direitos básicos, funcionam mais como obstáculos à integração do que como mecanismos de contenção migratória. O estudo reforça a necessidade de políticas públicas eficazes, com desburocratização e incentivo a práticas de capacitação e inclusão. Reconhece-se, porém, limitações como o recorte geográfico e o uso predominante de dados secundários. Sugere-se, para pesquisas futuras, a realização de estudos de campo e acompanhamento longitudinal das trajetórias de integração, a fim de ampliar a compreensão sobre o tema.

Palavras-chave: Refúgio. Migração. Políticas Restritivas. Integração. Crise.

JORNAL CAMBIAL UNIRN – DIREITO

Autor(es):
Leonardo Jonathan Macêdo Lôbo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rafael Guedes da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Pedro Lucas Bezerril de Araujo: Discente do curso de do UNI-RN
Gustavo Guilherme Ferreira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Beatriz Cardoso Pinheiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo, entitulado como “jornal cambial UNIRN – Direito”, foi roteirizado e produzido com o objetivo de explicar, de maneira clara e dinâmica, o que é e como funcionam as taxas de câmbio, se utilizando de situações do cotidiano para guiar a compreensão do espectador acerca do tema tratado.O vídeo, entitulado como “jornal cambial UNIRN – Direito”, foi roteirizado e produzido com o objetivo de explicar, de maneira clara e dinâmica, o que é e como funcionam as taxas de câmbio, se utilizando de situações do cotidiano para guiar a compreensão do espectador acerca do tema tratado.

(Proposta do roteiro) Dessa forma, foi proposto pelo grupo a utilização do gênero jornalístico para transmitir a explicação acerca das taxas de câmbio, através de linguagem mais acessível na interação dos âncoras, repórter, entrevistado e comentariata, evidenciando a importância da compreensão do tema e como ele se reflete no cotidiano da população, gerando uma aproximação entre o público e o tema abordado no projeto.

(Efeitos esperados) Nesse contexto, espera-se que esse vídeo possa tornar o conceito de taxa de câmbio compreensível para o público geral buscando estimular o interesse nos estudos da matéria de economia, além disso, também deseja-se que o vídeo fortaleça a compreensão crítica sobre sobre as políticas financeiras que permeiam o país.

JORNAL VOZES DO MERCADO: DESEMPREGO NO BRASIL

Autor(es):
José Carlos Silva de Lima Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Beatriz da Rocha Morais: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Yasmin Carvalho de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Apresentar uma análise sobre o desemprego no Brasil, evidenciando que o fenômeno vai além dos dados econômicos e possui impactos sociais profundos, como a perda de autoestima, estabilidade e perspectivas de vida. O trabalho busca conscientizar o público sobre as diferentes causas do desemprego e a necessidade de ações conjuntas entre Estado, empresas e sociedade.

(Proposta do roteiro) O projeto foi desenvolvido no formato de telejornal, combinando informação e reflexão. No estúdio, os jornalistas explicam os conceitos, tipos e causas do desemprego, trazendo dados atualizados do IBGE. Em seguida, o repórter vai às ruas de Natal para entrevistar pessoas que enfrentam o desemprego “jovens, mães, idosos e trabalhadores informais”, tornando o conteúdo mais humano e próximo da realidade social. O encerramento destaca possíveis soluções, como políticas públicas, capacitação e empreendedorismo.

(Efeitos esperados) Os efeitos esperados deste trabalho consistem em promover a empatia e a conscientização social a respeito do desemprego, evidenciando suas dimensões humanas e sociais além dos números econômicos. Busca-se estimular o debate público sobre as causas e consequências da falta de trabalho, incentivando uma reflexão coletiva acerca de suas implicações para a sociedade brasileira. Além disso, pretende-se contribuir para uma visão crítica e humanizada da economia, aproximando a teoria acadêmica da realidade vivida por milhões de cidadãos. Por fim, o projeto reforça a importância de ações conjuntas entre Estado, empresas e sociedade, fundamentais para o combate à desigualdade e para o fortalecimento do mercado de trabalho.

JUDEUS E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA: A BUSCA PELA ACEITAÇÃO RELIGIOSA PELO MUNDO

Autor(es):
Fernando de Medeiros Moraes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lauro Dantas de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Ângelo Marinho de Sousa Gouveia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Davi Pires Pinheiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Vitor da Silva Lemos: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O antissemitismo é um dos tipos de preconceito mais vigentes em nossa sociedade. Entretanto, é o menos comentado, causando, portanto, uma discrepância na visibilidade e no atendimento contra tal situação. Sua relevância é ao mesmo tempo política, social e acadêmica, e estudar este fenômeno é crucial para compreender os mecanismos de exclusão, a propagação do ódio e as ameaças à coesão social nas democracias modernas. Então, é imprescindível a ação da sociedade científica e das instituições de ensino na promoção de uma consciência crítica e humanista sobre o tema, de modo a contribuir para uma cultura de respeito e pluralidade.

(Metodologia) A pesquisa foi efetuada no contexto de exploratório. Buscando ideias de artigos e opiniões de famosos pesquisadores das áreas humanas internacionais e brasileiras. Entre os pesquisadores consultados temos a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro – historiadora graduada na renomada Faculdade de São Paulo -, Moishe Postone – teórico crítico da história, formado na Universidade de Chicago -, e Savvas Zannettou – pesquisador e técnico formado em na Faculdade de Chifre-. A pesquisa buscou atender a tópicos distantes da antiguidade histórica e buscar correlacionar com a realidade. Usando técnicas de busca como o CAPES em base de dados acadêmicos, usando palavras chaves e ideias centrais do tema. Refinando, portanto, o resultado final da pesquisa e valorizando as informações do trabalho. Além disso, foram usadas das aulas e modelos proporcionados pela professora Everlane Ferreira Moura – professora atuante no Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN em cursos de Graduação (presenciais e híbridos) e na Pós-Graduação UNI-RN, proporcionando outras técnicas necessárias para o trabalho e o ensino para compreender a pesquisa.

(Resultados) A análise demonstrou que o antissemitismo não é um fenômeno estático, mas profundamente adaptável. Identificou-se uma transição clara do antijudaísmo medieval (de base religiosa) para um antissemitismo racial e nacionalista no século XIX e, posteriormente, para um preconceito contemporâneo de caráter político e cultural. Essa metamorfose demonstra que o antissemitismo opera por meio de narrativas mutáveis que acompanham o desenvolvimento das sociedades e os contextos de crise social. Na contemporaneidade, os resultados apontam para a resiliente “teoria da conspiração” como núcleo do discurso antissemita, frequentemente associando judeus a um suposto controle global de mídia, das finanças e dos governos. A discussão revela que o ambiente digital atua como um catalisador potente para a disseminação dessas narrativas, mascaradas muitas vezes sob críticas à política israelense (o chamado “novo antissemitismo”), e amplificadas por redes sociais, memes e fóruns virtuais.

(Conclusão) Com os métodos aplicados, foi possível concluir a extensão do corpo antissemita por uma grande parte da história humana, evidenciando sua forma metamórfica durante os anos e sua relevância atual. A permanência desse preconceito demonstra que o antissemitismo não pertence apenas ao passado, mas continua a ameaçar valores fundamentais das democracias, como a tolerância, a diversidade e os direitos humanos, atendendo, assim, aos objetivos fundamentais da pesquisa.

Palavras-chave: Antissemitismo, Preconceito, Discurso de ódio, Cultura digital e Democracia.

JUIZ-GARANTIDOR: A IMPARCIALIDADE COMO ESSÊNCIA NO PROCESSO PENAL ACUSATÓRIO

Autor(es):
Matheus Cunha Gurgel: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Guilherme Lopes Falcone Pessoa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Renata Pires Vilar Ribeiro Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vitória Régia Batista Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
JOAO CARLOS RIBEIRO ROSSITER PINHEIRO: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) De forma ampla, este resumo tem como finalidade trazer uma análise da funcionalidade do juiz no que diz respeito à sua responsabilização como agente jurídico ímpar no processo penal acusatório. Além disso, busca-se mostrar os deveres necessários para distinguir os meios de acusação, defesa e julgamento para efetivação do devido processo legal, amparado na jurisprudência, entendimento doutrinário e artigos científicos vigentes. Especificamente, compreende-se em examinar a evolução histórica do sistema processual penal no Brasil e sua transição do modelo inquisitório para o acusatório, identificando as consequências práticas da imparcialidade judicial para a legitimidade das decisões penais.

(Proposta do roteiro) No processo penal de um Estado Democrático de Direito, a imparcialidade do julgador é essencial para garantir a legitimidade da justiça, envolvendo tanto a ausência de pré-juízos pessoais do magistrado quanto uma estrutura processual que assegure sua neutralidade. O modelo acusatório protege essa imparcialidade ao separar claramente as funções de acusar, defender e julgar, com o juiz atuando como um árbitro neutro, sem se envolver na gestão da prova. Em contraste, o sistema inquisitório compromete a imparcialidade ao permitir que o juiz tenha um papel ativo na investigação, o que ainda persiste no processo penal brasileiro, que embora formalmente acusatório, mantém aspectos inquisitórios, como a iniciativa probatória de ofício.

(Efeitos esperados) Constatou-se que a imparcialidade do magistrado por muitas vezes é ferida e desrespeitada, pois ainda que seja o processo penal regido por regras acusatórias, vê-se uma postura semi-inquisitória especialmente em casos de grande relevância, em que se busca estabelecer uma espécie de “recompensa social” em vez de seguir à risca o procedimento penal, mesmo que este por si só bastasse para atingir o resultado almejado pela sociedade civil. Além disso, trabalha-se na prática jurídica, estendendo a esfera penal, com uma imparcialidade não plena, visto que elementos fáticos como origem, declarações e até parcerias afetam a neutralidade judicial e fazem com que o magistrado penda para um dos pólos processuais mesmo buscando não o fazer.

LEI GERAL DA PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD): UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO DIREITO INTERNACIONAL

Autor(es):
Beatriz Soares da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Pietra Paula da Silva Mendonça: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) é uma temática amplamente explanada pela população devido problemáticas contemporâneas envolvendo grandes empresas e a vazamento de dados. Todavia, a origem da LGPD apresenta uma grande trajetória até a atualidade, partindo do projeto de Lei nº 84/1999, conhecido popularmente por “Lei Azeredo”, que tinha como foco inicial o combate à pirataria, mas influenciou diretamente na proteção de dados por meio de um viés punitivo. Posteriormente, também surgiu a Lei nº 12.965/2014, nomeada como “Marco Civil da Internet” que proporcionou a defesa de direitos, deveres e princípios que regiam a internet, concedendo a liberdade de expressão e segurança, refletindo e ampliando a lei anterior. Ambas as leis, com suas influências europeias, proporcionaram a criação da atual Lei 13.709/2018 que regulamenta e sanciona crimes ligados os dados pessoais. Sob esta ótica, a importância de segurança a proteção de dados são palco para debate devido a globalização e influência do viés internacional, o que viabiliza dúvidas sobre qual seria a essencialidade destas leis para evitar ataques externos ao território nacional.

(Metodologia) A metodologia utilizada para desenvolvimento da pesquisa foi a análise qualitativa de leis com um contexto de aplicação no Brasil, além de leis nacionais correlacionadas com o tema, e como elas podem assegurar segurança e proteção para brasileiros. De tal modo, foi realizada uma observação da relação destes aspectos com o Direito Internacional e as Empresas Privadas.

(Resultados) Destrinchando a temática, foi notória a elevada participação de propostas europeias de proteção de dados, como exemplo a SOPA (Stop Online Piracy Act) e a GDPR (General Data Protection Regulation) que levaram, respectivamente, a Lei de Azeredo e ao LGPD. Tal influência apresenta-se negativa em alguns aspectos por ser feita sob o modelo social de países estrangeiros, o que acarreta em uma má adaptação das ideias da proposta de lei. Dados disponibilizados a grandes empresas midiáticas muitas vezes são vazados, causando insegurança aos usuários. Exemplificando, pesquisamos sobre o caso do Facebook que, em setembro de 2018 constatou um elevado vazamento de dados de usuários de sua rede social causado pela atuação de hackers, onde cerca de 29 milhões de pessoas foram atingidas, no mesmo ano, aproximadamente 6 milhões de internautas tiveram suas fotos vazadas. Por meio da sentença do juiz José Maurício de Belo Horizonte, o Facebook foi condenado a pagar 20 milhões de reais para danos morais e também para cada usuário que comprovasse que utilizava o aplicativo entre 2018 e 2019. A fundamentação utilizada pelo juiz foi a Lei 12.965/2014, conhecida como o Marco Civil da Internet, que defende princípios estabelecidos no artigo 5° da Constituição, como a intimidade, a vida privada e a honra. De tal modo, a solução de caso que venham ser similares, o sistema judiciário ampara, por meio de instrumentos normativos eficientes.

(Conclusão) Conclui-se, pois, que em âmbito internacional, a temática de proteção de dados é de primordial análise por ter grande influência no governo e na vida da população que utiliza diariamente das redes sociais. Atualmente existem problemáticas que necessitam de atenção voltadas ao controle populacional por meio de uso de dados pessoais que também envolve o âmbito internacional da solução do conflito. Ademais, destaca-se a importância dos resguardos aos direitos individuais de privacidade.

Palavras-chave: Proteção de dados; Direito Internacional; Redes sociais; LGPD.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO X DISCURSO DE ÓDIO: DESAFIOS E LIMITES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Autor(es):
Marina Oliveira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luana carolina de noronha martins: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Clara Silva de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Jully Lôpo de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Amália Leonila Silva Corcino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A liberdade de expressão é reconhecida como um dos pilares fundamentais dos regimes democráticos. No Brasil, está consagrada no artigo 5º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, como garantia de manifestação do pensamento. Contudo, esse direito não se apresenta como absoluto. Em determinadas circunstâncias, a manifestação livre de ideias pode extrapolar os limites do debate democrático e assumir a forma de discurso de ódio, "prática que fere a dignidade da pessoa humana, atinge a honra e a igualdade de grupos vulneráveis e ameaça princípios essenciais do Estado Democrático de Direito" (BRASIL, 1988).

(Metodologia) Esta pesquisa é de natureza qualitativa e tem caráter exploratório.

(Resultados) Documentos históricos, como a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, já afirmavam que a livre comunicação de ideias é um dos mais valiosos direitos, assegurando a todo cidadão a capacidade de se expressar, observada a responsabilidade por eventuais abusos conforme a lei. A efetivação dos direitos fundamentais é um imperativo do Estado Democrático de Direito, que assume o dever de garanti-los, respeitá-los e promovê-los. Nesse contexto, a liberdade de expressão se consolida como um direito de primeira dimensão, originário do Estado Liberal do século XVIII. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 consagra esse direito em seu Artigo 5º, IV, estabelecendo ser "livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato". Contudo, tal garantia não é absoluta. O próprio ordenamento jurídico impõe limitações para harmonizar seu exercício com a proteção de outros direitos fundamentais e a necessária ordem coletiva. O discurso do ódio compõe-se de todas as formas de expressão que propagam, incitam, promovem ou justificam o ódio racial, a xenofobia, a homofobia, o antissemitismo e outras formas de ódio baseadas na intolerância (BRUGGER, 2007). A Carta Magna brasileira traça, de forma explícita e implícita, os contornos da liberdade de expressão. O inciso V do mesmo artigo 5º prevê o direito de resposta e a indenização por danos materiais, morais ou à imagem, demonstrando a preocupação constitucional com a honra e a privacidade dos indivíduos. De modo análogo, o inciso X protege a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem, assegurando reparação por violações. A legislação infraconstitucional detalha esses limites. O Código Penal, por exemplo, tipifica os crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria), que consistem em manifestações que ofendem a dignidade ou a reputação de outrem. Segundo Sarlet (2001, p. 57), a ponderação permite que a justiça seja alcançada em situações complexas de conflito de direitos. Da mesma forma, a divulgação de discursos de ódio ou discriminatórios é expressamente vedada por leis como a Lei do Racismo (Lei nº 7.716/89), considerada crime inafiançável e imprescritível conforme o Artigo 5º, XLII, da CF/88. Ainda, a propagação de informações falsas que possam incitar a violência, perturbar a ordem pública ou causar danos, como no caso das chamadas fake news em processos eleitorais (abordadas pela Lei nº 13.886/2019), configura claramente um abuso que ultrapassa os limites deste direito fundamental. Face à complexidade e aos potenciais conflitos entre a liberdade de expressão e outros direitos, cabe ao Poder Judiciário a delicada tarefa de ponderar e delimitar seu alcance em cada caso concreto. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) tem sido uníssona em afirmar que a liberdade de expressão não pode servir de escudo para a prática de ilícitos ou para a violação de direitos de terceiros. A exemplo do caso Ellwanger, em 17 de setembro de 2003, no Habenas Corpus 82.424/RS.

(Conclusão) Este trabalho buscou compreender até onde vai a liberdade de expressão quando ela se cruza com o discurso de ódio.

Palavras-chave: Discurso odio liberdade.

LUIZ GONZAGA FREIRE E O DIREITO A MEMORIA E A VERDADE DOS ACONTECIMENTOS DA DITADURA MILITAR

Autor(es):
Yasmin Freire de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como objetivo elucidar, a partir da reflexão sobre os direitos humanos, mais especificamente o direito à memória e a verdade, a partir do estudo de caso da perseguição política ao militante do PCB Luiz Gonzaga Freire, na época da ditadura militar do Brasil que perdurou de 1964 até o ano de 1985. Como é amplamente sabido os horrores acontecidos durante o período ditatorial brasileiro violaram diversos direitos fundamentais e por esse motivo este trabalho foi elaborado afim de elucidar a importância da memoria e verdade para a construção de uma sociedade democrática com a garantia de que os direitos fundamentais uma vez previstos na Constituição Federal de 1988 não voltem a ser violados e relativizados e sim garantidos.

(Metodologia) Este trabalho tem caráter qualitativo e exploratório, fundamentado na análise documental, em materiais e na interpretação crítica de textos acadêmicos sobre o tema da Justiça de Transição e o Legado da Ditadura Militar no Brasil. Junto com levantamento de material de pesquisa e documentos oficiais disponibilizados no site da comissão nacional da verdade e tomada de entrevistas de familiares para elucidação dos fatos.

(Resultados) Com o correr da pesquisa e elaboração foi possível chegar a resolução primordialmente que a violação dos direitos humanos ocorrida na ditadura militar causou danos irreparáveis não somente aos individuais que sofreram os horrores do período ditatorial, mas toda uma coletividade enquanto sociedade brasileira que até hoje não tem direito a real verdade e memória dos acontecidos entre 1964 -1985 que influenciam fortemente a opinião popular, e segundo o filósofo George Santayana em “The Life of Reason”, 1905 “Um povo que não conhece sua história está condenado a repeti-la”. Os danos causados pela violação desses direitos atingem os sequestrados políticos da época, suas famílias e toda estrutura estatal que permanece com modelos muito semelhantes para um povo a quem foi vetado o devido conhecimento da verdade e memoria, a coletividade parecendo permanecer na caverna elucidada no “Mito da Caverna” de Platão, que inconscientemente escolhe a ignorância dos fatos dentro da caverna por medo de reconhecer os horrores que o próprio Estado causou aqueles por eles tutelados.

(Conclusão) Conclui-se, portanto ao final desta construção que uma vez feridos os direitos fundamentais previstos no artigo 5 da Constituição Federal de 1988, pelo Estado a sociedade é primordial que o mesmo retrate-se com aqueles que feriu, dando aos sequestrados políticos, as suas famílias e a sociedade como num todo o direito de saber a verdade, ter a memoria respeitada e valorizada e a garantia concreta que os graves desrespeitos aos direitos humanos, o incentivo a tortura, a suspensão dos direitos políticos entre outros, nunca mais tornem a acontecer.

Palavras-chave: Direitos humanos, direito a memória, direito a verdade, ditadura militar, justiça de transição

MACROECONOMIA EM FOCO: CAUSAS E EFEITOS DO DESEMPREGO NA ESTABILIDADE DO PAÍS

Autor(es):
Mateus de Melo Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Beatriz Cunha de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Livia Louíse Maciel Alves Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo tem como proposta explicar, de forma clara e dinâmica, as causas e efeitos do desemprego na estabilidade econômica e social do país. Busca relacionar o tema à macroeconomia, mostrando como fatores como juros, consumi e políticas públicas influenciam o mercado de trabalho. Além disso, pretende conscientizar o público sobre o impacto do desemprego na vida das pessoas e destacar a importância da educação e da qualificação profissional como soluções.

(Proposta do roteiro) O vídeo segue um roteiro em formato de podcast, com clima de conversa entre três participantes. Ele é dividido em blocos temáticos que abordam a definição e conceito de desemprego, seus tipos e causas, os efeitos econômicos e sociais, e as possíveis soluções e políticas públicas. O tom é leve e explicativo, combinando perguntas descontraídas com respostas mais técnicas.

(Efeitos esperados) Espera-se como efeito maior compreensão do tema, engajamento do público por meio do formato leve e visual e incentivo à reflexão sobre o papel das políticas econômicas e sociais na redução do desemprego e no fortalecimento da economia.

MACROECONOMIA: INFLAÇÃO

Autor(es):
Miro Azevedo Costa : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Pedro de Alcântara Belém: Discente do curso de do UNI-RN
Heloisa De Moura Severiano: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Jamilly de Oliveira Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo tem como objetivo explicar de forma clara e acessível o que é a inflação dentro do contexto da macroeconomia. Apresentando suas principais causas, tipos e consequências para a economia de um país. Busca-se ajudar o público a compreender como a variação dos preços afeta o poder de compra, o custo de vida e as decisões de políticas econômicas, como as adotadas pelo governo. Além disso, o vídeo pretende mostrar a importância do controle da inflação para o equilíbrio econômico.

(Proposta do roteiro) Estrutura da Videoaula: Tipos de Inflação: Inflação por Demanda, Inflação por Custos (Cadeia Produtiva), Inflação por Aumento da Tributação. Impactos da Inflação no Brasil: “No Câmbio” No Poder de Compra Interno (IPCA).

(Efeitos esperados) Espera-se que, após assistir ao vídeo, o público desenvolva uma compreensão mais sólida sobre o fenômeno da inflação. Suas origens e impactos no cotidiano das pessoas. O conteúdo deve despertar o interesse pela análise econômica e promover uma visão crítica sobre as notícias e indicadores econômicos relacionados à inflação.

MAIORIDADE PENAL NO BRASIL: A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO BRASIL CONTRIBUI PARA A DIMINUIÇÃO DA CRIMINALIDADE JUVENIL OU AGRAVA A CRISE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO?

Autor(es):
João Emerson da Silva Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arnor Alfredo Reboucas Siqueira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gustavo Freire da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Daniel Felipe Barreto Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A discussão sobre a redução da maioridade penal no Brasil surge como resposta à crescente criminalidade juvenil, sendo defendida por parte da sociedade como solução imediata. Contudo, conforme o artigo destaca, essa proposta carece de efetividade prática e afronta princípios constitucionais, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, observa-se que as causas da delinquência juvenil estão ligadas a fatores estruturais, como desigualdade social, falta de acesso à educação e condições precárias de vida. Assim, mais do que punir, o desafio está em compreender se é possível corrigir e reintegrar esses jovens, reconhecendo que a imaturidade e a vulnerabilidade exigem proteção integral e não o endurecimento penal.

(Metodologia) A pesquisa possui caráter exploratório, de natureza bibliográfica e qualitativa, fundamentada na análise crítica de produções acadêmicas publicadas entre 2015 e 2024. As fontes foram selecionadas a partir de bases como o Google Acadêmico e repositórios de acesso público, priorizando relevância temática e credibilidade dos autores. Para o tratamento das informações, utilizou-se o fichamento, o que permitiu sistematizar dados e comparações entre cinco artigos selecionados. As palavras-chave empregadas: Direito, Maioridade, Criminalidade, Justiça e Educação, guiaram a busca por autores e perspectivas distintas, garantindo diversidade de posicionamentos e análise crítica consistente.

(Resultados) Os resultados obtidos a partir das análises bibliográficas indicam que a redução da maioridade penal não se mostra eficaz para combater a criminalidade juvenil. Pelo contrário, tende a intensificar a superlotação carcerária, aumentar os índices de reincidência e agravar a violação dos direitos fundamentais dos adolescentes. Além disso, a inserção precoce desses jovens no sistema prisional adulto reforça o ciclo de exclusão e violência, dificultando qualquer tentativa de reintegração social.

(Conclusão) Enfim, conclui-se que a redução da maioridade penal representa um retrocesso jurídico e social, visto que não apenas contraria os princípios constitucionais de proteção integral, como também agrava a crise penitenciária. Os dados analisados comprovam que a punição precoce não reduz a criminalidade, mas amplia a exclusão e dificulta a ressocialização dos jovens. Portanto, a alternativa mais coerente está em fortalecer o sistema socioeducativo, investir em políticas de prevenção e ampliar oportunidades de formação e trabalho. Em síntese, a pesquisa reafirma que a criminalidade juvenil não se combate com repressão, mas com educação, cidadania e justiça social.

Palavras-chave: Direito. Maioridade. Criminalidade. Justiça. Educação.

MEDIAÇÃO ONLINE: A PRÁTICA DA AUTOCOMPOSIÇÃO POR MEIO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Autor(es):
Vinicius Azevedo de Figueiredo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Samuel Vital de Medeiros Morais: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Noberto Fernandes Da Silva Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Guilherme Freitas de Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriel Galvão Cirilo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho aborda a migração da Mediação, método autocompositivo centrado no diálogo, para o ambiente virtual (ODR), impulsionada pela sobrecarga judicial e pela necessidade de soluções céleres. A pandemia de COVID-19 consolidou essa transição. A pesquisa investiga em que medida as plataformas digitais potencializam a autocomposição, garantindo os princípios basilares do instituto e promovendo acesso à justiça inclusivo. O enquadramento teórico combina a Teoria da Mediação e as políticas judiciárias de incentivo aos métodos consensuais, analisando os desafios éticos e operacionais da Justiça 4.0. A hipótese é que as plataformas digitais, quando bem utilizadas, otimizam a comunicação e o alcance da justiça consensual.

(Metodologia) A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e bibliográfica. Utilizou-se o método dedutivo, partindo da análise do arcabouço teórico (doutrina especializada, legislação – Lei de Mediação, Código de Processo Civil, Resoluções do CNJ) e jurisprudência sobre o tema. A estratégia de pesquisa consistiu na revisão sistemática de literatura, com levantamento em bases de dados jurídicas e científicas (como Scielo, Periódicos CAPES e repositórios institucionais) para coleta de dados teóricos e empíricos sobre a Mediação Online, suas plataformas e resultados práticos. O foco foi em artigos, monografias e livros que abordam a aplicação das TICs nos métodos autocompositivos.

(Resultados) Os resultados obtidos indicam que a Mediação Online, mediada por plataformas digitais, demonstrou ser uma ferramenta altamente eficaz para a autocomposição, com elevados índices de acordo em comparação com a heterocomposição tradicional. A análise evidenciou que as plataformas digitais contribuem para a redução de custos e a agilidade processual, permitindo a participação de partes geograficamente distantes. Contudo, foram identificados desafios cruciais, como a necessidade de garantir a isonomia no acesso tecnológico e a manutenção da confidencialidade e segurança dos dados. A interpretação dos resultados aponta que a efetividade do método está intrinsecamente ligada à capacitação dos mediadores para lidar com as nuances da comunicação virtual e à adequação das plataformas, que devem oferecer recursos robustos para as etapas da mediação (sessões conjuntas, cáucus virtuais) e a gestão documental.

(Conclusão) O presente estudo conclui que a Mediação Online, realizada por meio de plataformas digitais, não é apenas uma alternativa emergencial, mas sim um novo paradigma de acesso à justiça que consolida a cultura da autocomposição. O uso das TICs potencializa a Mediação, oferecendo maior flexibilidade e alcance, e está em plena conformidade com as diretrizes do ordenamento jurídico brasileiro de incentivo à conciliação e mediação. Os resultados positivos, especialmente em termos de percentual de acordos e celeridade, confirmam a sua viabilidade e relevância. Contudo, para o seu pleno sucesso, é imperativo que sejam superados os obstáculos relacionados à exclusão digital e à segurança cibernética. Sugere-se a implementação de políticas públicas que visem a universalização do acesso à internet e a plataformas de qualidade, bem como o investimento contínuo na formação de mediadores digitais. Futuras pesquisas poderiam focar na análise comparativa de diferentes modelos de plataformas ODR e na mensuração do impacto psicossocial da Mediação Online nas relações de longa duração.

Palavras-chave: Mediação Online. Autocomposição. Plataformas Digitais. Online Dispute Resolution. Acesso à Justiça.

MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA E A RESPOSTA JUDICIAL AO DESCUMPRIMENTO REITERADO: UM ESTUDO DE CASO NO 2º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NA COMARCA DE NATAL/RN NO ANO DE 2024

Autor(es):
Laura Barreto Escóssia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo analisa a reincidência no descumprimento de medidas protetivas deferidas em casos de violência doméstica e familiar e as respostas judiciais adotadas, no ano de 2024, pelo 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Natal/RN. Parte-se da premissa de que, apesar da consolidação normativa pela Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), persistem desafios práticos na proteção efetiva das vítimas, em especial quando há repetição de violações das medidas protetivas, razão pela qual se examinam também instrumentos institucionais locais, como o Protocolo Girassol da 68ª Promotoria de Justiça, e a interface entre juízo, Ministério Público, polícia e serviços de assistência.

(Metodologia) Adota-se abordagem qualitativa, exploratória e descritiva com método hipotético-dedutivo: revisão bibliográfica (legislação, doutrina, estudos feministas, relatórios institucionais) e análise documental dos autos e peças processuais do 2º Juizado referentes a 2024. A investigação considera critérios analíticos pré-estabelecidos, modalidade de descumprimento, lapso temporal entre intimação e infração, existência de medidas anteriores e reincidência, e integra manifestações ministeriais, decisões judiciais e registros do acompanhamento pelo Protocolo Girassol para construir hipóteses sobre efetividade e respostas institucionais.

(Resultados) Os resultados apontam, como hipótese, para uma reincidência significativa entre agressores com histórico de medidas anteriores, evidenciando limitações na prevenção e na coercibilidade das sanções. As medidas protetivas isoladas tendem a assegurar proteção apenas temporária quando não acompanhadas por monitoramento contínuo, apoio intersetorial e programas direcionados ao agressor; o Protocolo Girassol melhora a articulação e a comunicação institucional, dando segurança e um meio de comunicação direto entre as vítimas e o Ministério Público. Por fim, sugere-se que sanções puramente punitivas, sem medidas reeducativas e mecanismos intensivos de fiscalização, apresentam eficácia limitada na redução da reincidência.

(Conclusão) Conclui-se provisoriamente que a existência legal das medidas protetivas, embora imprescindível, não garante proteção duradoura sem uma resposta integrada e contínua dos atores institucionais; a reincidência no descumprimento revela lacunas na execução, monitoramento e coordenação entre Juízo, Ministério Público, polícia e serviços sociais. Torna-se imperativo avançar em padronização de práticas judiciais, monitoramento tecnológico e presencial, programas obrigatórios de responsabilização e reeducação do agressor e avaliação longitudinal das intervenções, de modo a transformar a tutela normativa em proteção efetiva às vítimas.

Palavras-chave: Violência doméstica; Medidas Protetivas; Reincidência; Efetividade Judicial; Lei Maria da Penha.

MODA, DIREITO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE: CAMINHOS PARA UMA INDÚSTRIA RESPONSÁVEL

Autor(es):
Leticia Miranda de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Estudo sobre moda como processo de atualização constante, com foco em práticas sustentáveis, impactos socioambientais e disputas conceituais no modelo neoliberal. Descreve a evolução histórica, impactos da indústria têxtil, viabilidade do modelo sustentável no capitalismo de crescimento e caminhos para consumo mais consciente. Justifica pela influência histórica e política nas práticas, orientando políticas, empresas e comportamento do consumidor. Propõe bases de replicabilidade para reduzir impactos ambientais no setor fashion.

(Metodologia) O estudo realiza revisão de literatura sobre o impacto ambiental da indústria têxtil e práticas sustentáveis, buscando fundamentação teórica robusta e situando o problema de pesquisa. Foram usados livros, artigos, teses, dissertações e documentos pertinentes, com coleta sistemática em Google Scholar, SciELO, Crossref e catálogos de bibliotecas universitárias. A seleção considerou relevância, atualidade e credibilidade. Identificaram-se principais autores, teorias, práticas de moda sustentável e regulamentações ambientais, seguidas de leitura crítica, síntese e identificação de padrões, tendências e lacunas. Foram consideradas distintas correntes teóricas e métodos para uma visão ampla. Os resultados embasaram a discussão, oferecendo uma visão detalhada da evolução das práticas sustentáveis na moda e seus impactos ambientais. A adoção de práticas sustentáveis na moda melhora a percepção dos consumidores, fortalecendo imagem, fidelização e vantagem competitiva, o que favorece desempenho financeiro e reputação social/ambiental.

(Resultados) Noh (2019) confirma lealdade independentemente do segmento. A reputação sustentável permite cobrar preços premium, gerar boca a boca positivo, avaliações favoráveis e parcerias; comunicações que ressaltam o compromisso reforçam essa percepção. A imagem sustentável leva a margens de lucro mais estáveis e maior resiliência a crises, além de fidelizar clientes. A sustentabilidade pode trazer incentivos fiscais, crédito e inovação, reduzindo custos operacionais e melhorando o ROI a longo prazo. Mesquita (2015) aponta que mudanças climáticas, poluição e escassez de recursos levaram a uma reavaliação de produção/consumo, com foco na gestão sustentável de resíduos; no setor moda, aspectos ambientais, econômicos e sociais se alinham. Fábricas/provedores em desenvolvimento recebem menos atenção. Cui (2025) destaca economia circular + marketing sustentável como estratégia eficaz para engajamento e competitividade global. Lira (2022) mostra que sensibilidade ao preço modera o consumo consciente no Brasil e que empresas menores enfrentam mais dificuldades. A análise SWOT aponta dificuldades e perspectivas de crescimento, evidenciando economia circular e cultura organizacional mais consciente. O estudo ressalta a importância de práticas sustentáveis na moda como obrigação ambiental e social, além de estratégias comerciais.

(Conclusão) Práticas sustentáveis e legislação ambiental são vitais para avançar a moda no Brasil; responsabilidade do produtor, políticas públicas de inovação verde e sustentabilidade como valor mercadológico central fortalecem competitividade e imagem das marcas. A transformação produtiva, eficiência, redução de resíduos e uso de materiais sustentáveis são cruciais. Necessidade de legislação têxtil específica com sanções proporcionais para estimular engajamento ambiental e financiar políticas públicas, visando crescimento sustentável e responsabilidade ecológica.

Palavras-chave: Moda. Sustentabilidade. Impactos. Ambientais. Brasil.

MULTIPARENTALIDADE LITIGIOSA E ACESSO À JUSTIÇA: A MEDIAÇÃO COMO ALTERNATIVA HUMANIZADA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES

Autor(es):
Maria Luísa Fortuna de Freitas Luciano: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Luísa Soares Antonio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Aline Medeiros Lara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A sociedade brasileira contemporânea, está em constante transformação, e o direito da família não poderia ser diferente, podemos destacar a multiparentalidade, que mesmo sendo reconhecida pelo STF e consolidada pela jurisprudência, ainda possui muitos obstáculos para o seu real reconhecimento, principalmente por meio dos procedimentos extrajudiciais. Nesse contexto, a mediação surge como instrumento que tem como finalidade solucionar conflitos familiares de forma consensual e eficaz, assegurando o acesso à justiça e a preservação dos laços afetivos com a criança. Este artigo tem como objetivo analisar a mediação como via adequada para o reconhecimento da multiparentalidade, superando as limitações dos atuais mecanismos administrativos.

(Metodologia) O presente estudo analisa a mediação como ferramenta para a resolução de conflitos decorrentes da multiparentalidade, baseando-se em uma pesquisa desenvolvida por meio da revisão e uma análise bibliográfica da literatura jurídica. Foram utilizados artigos científicos, e documentos jurídicos relacionados à multiparentalidade e à mediação como instrumentos de acesso à justiça. A metodologia adotada tem caráter descritivo e exploratório, optando por compreender o tema a partir de diferentes perspectivas doutrinárias e jurisprudenciais. Entre as fontes analisadas, destacam-se o julgamento do Recurso Extraordinário nº 898.060/SC (Tema 622) pelo Supremo Tribunal Federal, a Lei nº 13.140/2015 (Lei de Mediação) e os Provimentos nº 63/2017 e nº 83/2019 do Conselho Nacional de Justiça. Dessa forma, o estudo tem como objetivo discutir, com base na literatura jurídica existente, a relevância da mediação e dos métodos autocompositivos na resolução de conflitos familiares decorrentes da multiparentalidade.

(Resultados) A análise bibliográfica realizada constatou que a mediação consolida-se no Brasil como método autocompositivo eficaz para conflitos familiares, inclusive os decorrentes da multiparentalidade. Esse instrumento proporciona soluções mais céleres, colaborativas e emocionalmente menos desgastantes que o processo judicial tradicional, que nem sempre prioriza a manutenção de uma convivência harmoniosa entre as partes. Verificou-se que, apesar dos avanços normativos da Lei de Mediação (13.140/2015) e dos Provimentos do CNJ, ainda persistem barreiras práticas ao reconhecimento extrajudicial da multiparentalidade. Essa dificuldade reforça a importância da mediação como meio humanizado de solução de controvérsias. O trabalho do mediador mostrou-se fundamental para manter o diálogo e restabelecer a comunicação não violenta, construindo acordos que priorizem o melhor interesse da criança e do adolescente. A pesquisa evidencia, portanto, que a mediação não apenas reduz a judicialização de conflitos, mas também contribui para a efetivação da dignidade da pessoa humana e para uma cultura de paz no Direito de Família. Torna-se ainda mais necessária frente às novas configurações familiares, como a multiparentalidade, que ampliam os vínculos parentais e demandam soluções jurídicas sensíveis e colaborativas.

(Conclusão) Diante do exposto, conclui-se que a audiência de mediação para a resolução dos conflitos envolvendo a multiparentalidade pode ser o ponto chave para a solução, desde a escuta inicial entre as partes até a regulamentação dos seus diversos efeitos, como é o caso dos alimentos, guarda e visitas. Dessa forma, a audiência de mediação é um instrumento eficiente para a resolução consensual dos conflitos envolvendo o reconhecimento da multiparentalidade, pensando na celeridade do processo. Assim, contando com o auxílio de um mediador que faria todo o trabalho após a distribuição da ação judicial, sendo designada a audiência de mediação nos termos do artigo 334 do Código de Processo Civil, a situação que envolve multiparentalidade poderia ser suprida.

Palavras-chave: Multiparentalidade; Mediação; Métodos Autocompositivos; Conflitos Familiares; Acesso à Justiça; Comunicação Não Violenta; Pacificação Social; Direito de Família; Soluções Consensuais.

NAPOLEÃO E A INDEPENDÊNCIA: COMO UM DOS GRANDES IMPERADORES DA HISTÓRIA TRANSFORMOU AS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL

Autor(es):
Guilherme Lopes Falcone Pessoa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Diniz Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A comunicação no mundo do século XIX não era tão rápida e objetiva quanto hoje, levando dias ou até meses para que um fato chegasse aos ouvidos de nações estrangeiras, ainda que de extrema relevância. No entanto, ao estudar os grandes acontecimentos desse período, percebe-se uma inusitada, e um tanto quanto acidental, ligação entre o implacável Napoleão Bonaparte e o processo de independência brasileiro, o que certamente ausentou-se dos pensamentos do líder francês.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa e histórica, caracterizada pela análise documental de eventos, com foco na interpretação das relações e influências entre agentes históricos.

(Resultados) Historiadores dedicados ao estudo de Napoleão destacam a tomada de vários países europeus com fins de expansão francesa e afirmação do poder do tal “pequeno grande homem”. Tendo em vista a proximidade dos territórios, o rei de Portugal, Dom João, percebeu que a invasão do país pelas tropas napoleônicas era mais do que certa e decidiu transferir a sede da coroa ao Brasil, uma de suas mais antigas colônias e que dificilmente seria alvo de seus inimigos, sendo essa aquela que talvez seja a mais importantes de suas decisões. Transferindo toda a corte lusitana para terras tupiniquins em 1808, o rei e sua família ficariam em paz e teriam, inclusive, a possibilidade de negociar com a Inglaterra por livrarem-se do Bloqueio Continental imposto pelos franceses. Com Napoleão enfim derrotado, a Europa vislumbrava necessidade de rápida reorganização. O velho continente se reuniu no famoso Congresso de Viena, e Dom João estava muito interessado em seus rumos e nas vantagens que poderia obter. Entretanto, foi inicialmente barrado de participar porque Portugal não era visto como um país legítimo em virtude de sua sede situar-se em uma mera e desqualificada colônia. Foi então que, em 16 de dezembro de 1815, Dom João elevou o Brasil à condição de Reino Unido, mesmo desagradando as cortes, retirando do Brasil a repugnante condição de colônia e dando-lhe o direito de participar do Congresso de Viena com maior poder de voto. Com análise e estudo histórico percebe-se que, com esse movimento, o Brasil deu um importante passo na busca por sua inimaginável e marcante independência tendo como protagonistas o príncipe regente Pedro de Alcântara e sua esposa, a louvável Maria Leopoldina, proclamando a libertação brasileira. A partir daí, uma política externa que outrora resumia-se ao puro interesse português era, agora, autônoma e reconhecida, ainda que seja contestável tal autonomia pela manutenção da influência portuguesa. O Brasil tornou-se capaz de “advogar” pelos próprios interesses e negociar com aqueles que lhe interessasse com uma influência muito menor e bem menos corrosiva das elites de seus antigos colonizadores. O Brasil estabeleceu missões diplomáticas a fim de estreitar os laços com Estados Unidos no chamado “Tratado da Amizade”, de 1824, Inglaterra e França, atraindo capital externo e reforçando cada vez mais sua soberania e força perante o cenário internacional.

(Conclusão) A história humana, portanto, deve ser analisada como uma linha reta na qual eventos e agentes aparentemente desconexos podem ser contemporâneos e responsáveis por transformações profundas uns nos outros, como é o caso do Imperador Napoleão Bonaparte e a intrínseca e aqui comprovada relação com a Independência do Brasil.

Palavras-chave: Napoleão, Brasil, diplomacia, invasão e independência.

NATAL DO FUTURO

Autor(es):
Carlos Magno Antonio de Oliveira Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) O projeto “Natal do Futuro” integra o 25º Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN (CONIC), que tem como tema “UNI-RN: 25 Anos de Ações Inovadoras para o Desenvolvimento de Natal”. O estudo busca refletir sobre as perspectivas e tendências para o futuro da cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, considerando aspectos socioeconômicos, ambientais, educacionais e culturais. Com área de 167 km² e cerca de 751 mil habitantes (IBGE, 2022), Natal apresenta uma economia baseada principalmente no setor de serviços, responsável por mais de 60% do PIB local. Apesar disso, enfrenta grande desigualdade social e precariedade urbana, especialmente em bairros como Alecrim, Cidade Alta, Ribeira, Igapó e Redinha. O Censo de 2022 revelou que mais de 175 mil pessoas vivem em moradias precárias no estado, sendo Natal a principal concentração. Diante desse cenário, o projeto propõe a articulação entre academia e sociedade para planejar ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, equilibrando crescimento econômico, justiça social e qualidade de vida.

(Metodologia) A pesquisa tem abordagem qualitativa e exploratória, com base em revisão bibliográfica e análise de dados oficiais do IBGE e de órgãos locais. Será articulada ao Fórum “Natal do Futuro”, promovido pela FIERN e pelo SEBRAE-RN, que discutem cenários e propostas para o desenvolvimento urbano da cidade. Serão considerados indicadores socioeconômicos e ambientais, bem como consultas a especialistas e representantes da sociedade civil, com o intuito de compreender os principais desafios e propor soluções práticas e integradas..

(Resultados) O estudo pretende aproximar o UNI-RN das demandas reais da cidade, fortalecendo o vínculo entre ensino, pesquisa e extensão. Espera-se gerar indicadores urbanos que auxiliem o planejamento público e privado em eixos como: Economia e competitividade; Educação e inovação; Turismo e cultura; Mobilidade e segurança urbana; Sustentabilidade ambiental e governança. Esses dados deverão apoiar a formulação de políticas voltadas à redução das desigualdades e ao fortalecimento de uma Natal mais inclusiva e moderna.

(Conclusão) O projeto “Natal do Futuro” busca contribuir para a construção de uma cidade mais equilibrada, justa e sustentável. Ao integrar conhecimento científico e participação social, a pesquisa reforça o papel do UNI-RN como agente de transformação urbana e social. A proposta destaca que o futuro de Natal depende de planejamento estratégico, inovação e compromisso coletivo, visando a um modelo de desenvolvimento que una prosperidade econômica, inclusão social e respeito ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento urbano; Demandas sociais; Sustentabilidade; Cidade de Natal.

NOVO CANGAÇO: MODUS OPERANDI OU ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA?

Autor(es):
José Petter Ferreira Borges: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este projeto de pesquisa tem como objeto o fenômeno criminal conhecido como novocangaço, uma forma de atuação marcada por ataques fortemente armados e coordenados ainstituições financeiras em pequenas e médias cidades do interior do Brasil. Esses ataquesse caracterizam pelo uso de explosivos, armamento de guerra, sequestro de reféns etomada estratégica do espaço urbano, provocando impacto social, pânico coletivo esensação de impotência institucional. Diante da sofisticação tática e da repetição depadrões entre os ataques, o presente estudo busca responder à seguinte questão: o novocangaço configura uma organização criminosa, nos termos da Lei nº 12.850/2013, outrata-se apenas de um modus operandi replicado por grupos distintos emomentâneos?

(Metodologia) A pesquisa foi feita por meio de estudo teórico, com base em livros, artigosacadêmicos, notícias e documentos oficiais sobre o novo cangaço, organizações criminosase Direito Penal. Foram analisadas leis brasileiras, como a Lei nº 12.850/2013, que define oque é uma organização criminosa, além de decisões de tribunais e casos noticiados pelamídia. O estudo também fez uma comparação entre o novo cangaço e o PCC, que é umexemplo conhecido de organização criminosa estruturada, para entender as semelhanças ediferenças. Todo o trabalho foi feito com base em pesquisa de fontes confiáveis disponíveisna internet e em bibliotecas virtuais, como o Google Scholar e o Repositório da CAPES.

(Resultados) Espera-se que a pesquisa ajude a esclarecer se o novo cangaço pode ou não serconsiderado uma organização criminosa, com base na lei brasileira. O trabalho pretendemostrar que, apesar de os ataques seguirem um padrão parecido, nem sempre há provassuficientes de que os grupos tenham uma estrutura fixa, com comando e permanência,como é exigido pela lei. Com isso, o estudo busca contribuir para que as autoridades façamuma análise mais justa e cuidadosa, caso a caso, respeitando os princípios da legalidade eda justiça penal. A pesquisa também espera ajudar outros estudantes e profissionais aentenderem melhor esse fenômeno criminal tão presente no Brasil atual.

(Conclusão) O novo cangaço é um tipo de crime violento e bem planejado, mas nem semprerepresenta uma organização criminosa com estrutura fixa. Cada caso precisa ser analisadocom cuidado, para que a justiça seja feita de forma correta, sem exageros nem erros noenquadramento penal.

Palavras-chave: Novo cangaço, Modus operandi, Organização criminosa, Direito Penal, Justiça criminal.

O CAFÉ AO MAR: A INFLAÇÃO E AS SACAS QUE AFUNDARAM A ECONOMIA BRASILEIRA

Autor(es):
Manuella Lemos Lopes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Luna Teixeira Barbosa da Fonsêca: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda Cruz Melo Padilha Calado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Cecília de Souza Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo tem como objetivo contextualizar historicamente o período em que o Brasil enfrentou uma grave crise econômica causada pela superprodução do café e pela desvalorização do produto no mercado internacional. Busca-se explicar a relação entre a inflação, o mercado externo e as políticas de valorização do café, especialmente durante a década de 1930, quando o governo adotou medidas drásticas para tentar equilibrar a economia. Além disso, pretende-se refletir criticamente sobre como as decisões econômicas daquele período influenciaram o desenvolvimento do país e suas crises posteriores, estimulando o pensamento crítico e o interesse pela história econômica nacional.

(Proposta do roteiro) A proposta do roteiro se inicia na apresentação do contexto histórico da crise da superprodução, mostrando como as sacas se acumulavam nos armazéns sem compradores, o que levou o governo a adotar medidas radicais para conter a desvalorização. A narrativa então se concentra no episódio das sacas de café jogadas ao mar, retratando a tentativa desesperada de equilibrar a economia e controlar a inflação, mas também o custo humano e simbólico dessa decisão.

(Efeitos esperados) Os efeitos esperados com a produção do vídeo são a ampliação da compreensão do público sobre o contexto econômico da época e o impacto das políticas de controle de preços. Espera-se também sensibilizar o espectador diante das consequências simbólicas e sociais da destruição das sacas de café, gesto que representou o desperdício de trabalho e riqueza em nome da preservação do valor comercial do produto. O vídeo busca despertar o interesse pela história econômica brasileira e incentivar a reflexão sobre as semelhanças entre as políticas adotadas no passado e as decisões econômicas contemporâneas. Por meio de imagens e narração envolventes, pretende-se gerar impacto visual e emocional, tornando o conteúdo acessível e reflexivo.

O CARÁTER PRÉ-CAUTELAR DA PRISÃO EM FLAGRANTE E SUA CONFORMIDADE COM AS GARANTIAS FUNDAMENTAIS DO NOSSO ORDENAMENTO

Autor(es):
Isabelly da Cruz Xavier: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Beatriz Câmara Monteiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Emilly Campos de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Paula Fernanda Falcao Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Cicera Larissa da Silva Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo do vídeo é analisar o instituto da prisão em flagrante no ordenamento jurídico brasileiro, destacando as suas principais modalidades e as garantias constitucionais que o acompanham. Portanto, busca-se identificar o conceito e o fundamento legal da prisão em flagrante, descrever as suas principais modalidades, examinar o procedimento e as garantias asseguradas ao preso, e discutir a importância da audiência de custódia como forma de controle judicial da legalidade do ato.

(Proposta do roteiro) O vídeo inicia com a apresentação do grupo e a introdução ao tema, conceituando a prisão, diferenciando a penal, decorrente de condenação definitiva, da processual, que ocorre antes da sentença. Explica-se o caráter pré-cautelar da prisão em flagrante, destacando sua função de interromper a prática do crime e assegurar a resposta imediata do Estado. Em seguida, define-se a prisão em flagrante e apresenta-se sua base legal nos artigos 301 a 310 do Código de Processo Penal e no art. 5º, LXI, da Constituição Federal, ressaltando que qualquer cidadão pode efetuar a prisão e que autoridades policiais têm o dever de fazê-lo, sempre respeitando direitos e garantias fundamentais, com breve citação doutrinária sobre seu caráter cautelar. O roteiro aborda as modalidades de flagrante: próprio, impróprio e presumido, bem como as formas não admitidas, como flagrante preparado, forjado ou esperado. Explica-se o procedimento legal: lavratura do auto de prisão, garantia de direitos do preso, comunicação imediata ao juiz, Ministério Público, defensor e família, e realização da audiência de custódia em até 24 horas, com possíveis decisões do juiz. Conclui-se reafirmando a legitimidade e necessidade da prisão em flagrante, a importância da audiência de custódia e o equilíbrio entre repressão estatal e respeito às garantias fundamentais.

(Efeitos esperados) Não há efeitos esperados. O vídeo busca colaborar com a compreensão da relevância do estudo sobre o caráter pré-cautelar da prisão em flagrante, destacando sua importância para a efetividade da justiça e para a preservação das garantias fundamentais no processo penal. Espera-se, assim, estimular a reflexão crítica sobre a aplicação desse instituto à luz dos princípios constitucionais.

O CÓDIGO DE HAMURABI: SIMILITUDES E DISCREPÂNCIAS COM O MUNDO CONTEMPORÂNEO

Autor(es):
Kaio Fonseca de Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O propósito deste artigo é expor aos leitores as similitudes e discrepâncias do Código de Hamurabi em comparação com as leis modernas. Sua importância vem do fato de que tal código influenciou outros, quais sejam: o dos povos semitas, incluído o mosaico, e este reverbera ainda hoje na sociedade ocidental. Utilizaram livros e artigos da Internet para ser escrito. As obras acadêmicas sobre o Código são apenas traduções, não havendo, pois, nenhuns comentários sobre as leis em si ou uma análise à qual ora se dispõe.

(Metodologia) A partir do próprio código (fonte primária), foram utilizados na pesquisa sítios da internet e vídeos (fontes secundárias) . A pesquisa é analítica e a abordagem é mista. Para garantir a veracidade das informações foram consultados diversas fontes de informação. Não foram utilizados outros artigos científicos neste trabalho.

(Resultados) Código de Hamurabi, datado de aproximadamente 1792-1750 a.C., representa uma das mais antigas compilações de leis escritas conhecidas na história da humanidade. Atribuído ao rei Hamurabi, o código foi inscrito em uma pedra 2,25 metros de altura, descoberta em 1901 em Susa, no Irã, e atualmente preservada no Museu do Louvre. Composto por 282 leis, o código abrange áreas como direito penal, familiar, propriedade e comércio, e é estruturado em frases do tipo “se... então”, introduzidas por um prólogo que enfatiza a justiça divina e um epílogo que reforça a proteção aos fracos contra os fortes.

(Conclusão) O Código de Hamurabi e as leis brasileiras ilustram a progressão do direito de um sistema rígido e punitivo para um humanizado e inclusivo. As semelhanças em codificação e temas demonstram continuidades humanas básicas, como a necessidade de ordem e proteção. No entanto, as diferenças mostram avanços em igualdade, humanidade e democracia, refletindo a transição de sociedades antigas para modernas. Embora Hamurabi tenha influenciado conceitos jurídicos ocidentais, o Brasil representa um conjunto de tradições globais, priorizando direitos fundamentais. Essa comparação não só enriquece o entendimento histórico, mas reforça a importância de leis adaptáveis para promover justiça verdadeira em contextos contemporâneos.

Palavras-chave: História do Direito. Hamurabi. Antiguidade. Contemporaneidade. Direito

O CÔMPUTO EM DOBRO DA PENA EM RAZÃO DA INSALUBRIDADE CARCERÁRIA: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS EM FACE DO BRASIL

Autor(es):
Sthefanie Kelly Dos Santos Galvão: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Antonio Felipe Barbosa Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Danton Henrique Negreiros Vasconcelos Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Anne Caroline Ferreira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O sistema prisional brasileiro enfrenta uma grave crise humanitária, marcada por superlotação, negligência estrutural e violações de direitos. Unidades prisionais como o Complexo do Curado (PE) e de Pedrinhas (MA) simbolizam essa precariedade institucional e evidenciam a omissão do Estado diante da degradação carcerária. A naturalização dessas condições, aliada à ineficácia das políticas públicas, compromete não só a função ressocializadora da pena, como também a legitimidade do sistema de justiça. Diante desse cenário, esta pesquisa propõe uma releitura da “pena em dobro”, compreendendo-a não como benefício ao apenado, mas como um instrumento jurídico de resistência às violações sistemáticas dos direitos humanos nas prisões.

(Metodologia) A pesquisa foi elaborada a partir de revisão de literatura, documentos legais, relatórios oficiais e tratados de direitos humanos. Integra perspectivas do Direito Penal, da Execução Penal e dos Direitos Humanos, possibilitando uma análise crítica da computação em dobro da pena frente à realidade carcerária.

(Resultados) As condições nos presídios brasileiros representam uma grave e contínua violação aos direitos humanos, com superlotação, insalubridade e abandono do poder público. Essa situação configura um “estado de coisas inconstitucional”, reconhecido pelo STF (ADPF 347) e pela corte interamericana de direitos humanos. Nesse contexto, a aplicação da pena em dobro surge como uma medida compensatória e de resistência jurídica. Ela é respaldada por decisões do STF e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que reconhecem a gravidade das violações nos presídios. No entanto, trata-se de uma medida paliativa, que não resolve a crise prisional, podendo ser interpretada como resposta superficial se não acompanhada de reformas estruturais.

(Conclusão) O cômputo em dobro da pena é uma resposta jurídica limitada, mas necessária diante da realidade carcerária brasileira. Embora não substitua uma reforma ampla no sistema penal e penitenciário, ela reconhece o sofrimento imposto pelo Estado e sinaliza a urgência de medidas concretas. É essencial que sua aplicação seja acompanhada de ações dos Poderes da República: investimentos em infraestrutura, alternativas penais, controle rigoroso das condições prisionais e promoção efetiva da dignidade humana, conforme previsto na Constituição e em tratados internacionais. A pena em dobro deve servir como alerta para a necessidade de reconstrução do sistema penitenciário, garantindo que ele cumpra sua função constitucional e ressocializadora.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Pena em dobro, Sistema prisional, Ressocialização.

O CONTRATO DE COMODATO RURAL E SUA FUNÇÃO SOCIAL

Autor(es):
Paulo José da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria da Salete Baracho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Direito Agrário, ramo autônomo do ordenamento jurídico brasileiro,regula as relações que envolvem a posse, o uso e a exploração da terra, sempre orientado pelos princípios constitucionais da função social da propriedade e da valorização do trabalho humano (art. 5º, XXIII, e 186 da Constituição Federal). Nesse cenário, os contratos agrários onstituem instrumentos essenciais para disciplinar o uso da terra por pessoas distintas do proprietário, assegurando o exercício das atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas de modo justo e juridicamente seguro. Entre esses contrato destaca-se o comodato rural, figura que expressa solidariedade e confiança entre as partes e tem importante papel social ao viabilizar o acesso à terra por pequenos produtores e agricultores familiares

(Metodologia) A pesquisa foi desenvolvida por meio de análise bibliográfica e documental, com base em doutrinas clássicas e contemporâneas do Direito Civil e Agrário, na legislação vigente (Código Civil, arts. 579 a 585, e Estatuto da Terra, Lei nº 4.504/1964) e em decisões jurisprudenciais pertinentes. Adotou-se uma abordagem qualitativa e descritiva, apoiada na metodologia jurídica que contempla quatro dimensões: normativa, doutrinária, jurisprudencial e sociológica, buscando compreender o comodato rural não apenas sob o aspecto legal, mas também sob sua função social e econômica.

(Resultados) Verificou-se que o comodato rural é um contrato real, gratuito e unilateral imperfeito, que se concretiza com a entrega do bem e impõe ao comodatário o dever de conservar o imóvel e devolvê-lo no estado em que o recebeu. Sua simplicidade estrutural e grande relevância social o tornam um instrumento eficaz de acesso temporário à terra, sem transferência de domínio. A pesquisa demonstrou ainda que o comodato não gera vínculo empregatício nem posse qualificada, desde que comprovada a gratuidade e a ausência de intuito econômico. Do ponto de vista social, o contrato fortalece a cooperação entre produtores e o uso racional da terra, em conformidade com os valores constitucionais.

(Conclusão) O comodato rural representa mais do que uma relação contratual: é um mecanismo de solidariedade e confiança no meio agrário, que viabiliza o cumprimento da função social da propriedade e o desenvolvimento sustentável do campo. Seu estudo revela a harmonia entre a autonomia privada e os valores coletivos de justiça e trabalho, evidenciando que o Direito Agrário deve servir não apenas à regulação econômica da terra, mas também à promoção da dignidade humana e da equidade social. Como sintetiza Pablo Stolze Gagliano, “no campo, o contrato não é apenas um instrumento jurídico, mas um elo de confiança e de cooperação social”.

Palavras-chave: Direito Agrário. Comodato Rural. Função social da propriedade. Inclusão produtiva. Solidariedade no campo.

O CONTRATO DE LOCAÇÃO E O DIREITO À MORADIA: ASPECTOS CIVIS E SOCIAIS

Autor(es):
Ana Karolina Santos de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lícia Rayreli Porfirio Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo tem como objetivo analisar o contrato de locação sob as perspectivas civil e social, compreendendo-o como instrumento jurídico essencial para a efetivação do direito fundamental à moradia, assegurado pela Constituição Federal de 1988. A pesquisa propõe uma reflexão crítica acerca da relação entre locador e locatário, considerando a incidência dos princípios da função social do contrato, da boa-fé objetiva e da dignidade da pessoa humana como elementos indispensáveis para a construção de relações contratuais equilibradas e justas.

(Metodologia) A partir da análise da legislação, da doutrina e da jurisprudência, observa-se que a função social do contrato busca compatibilizar o interesse individual com o bem comum, garantindo que os contratos atendam não apenas às vontades particulares, mas também às exigências de ordem pública e de justiça social. A boa-fé objetiva, por sua vez, impõe padrões éticos de comportamento, exigindo lealdade, cooperação e transparência durante toda a relação contratual. Esses princípios limitam abusos e desequilíbrios, especialmente em situações em que uma das partes se encontra em posição de vulnerabilidade econômica, como é o caso do locatário.

(Resultados) Os resultados indicam que a aplicação desses princípios jurídicos contribui para o fortalecimento da justiça contratual e para a efetivação do direito à moradia. A função social do contrato e a boa-fé objetiva atuam como mecanismos de proteção do locatário, prevenindo práticas abusivas e garantindo o uso digno do imóvel. Além disso, o estudo evidencia que o contrato de locação reflete as transformações sociais e jurídicas do século XXI, no qual o Direito Civil dialoga com a Constituição, incorporando valores humanísticos e solidários nas relações privadas.

(Conclusão) Conclui-se que o contrato de locação ultrapassa o caráter meramente patrimonial, assumindo função social relevante para a promoção da dignidade humana e da cidadania. Sua compreensão sob a ótica civil-constitucional é essencial para equilibrar relações privadas, promover a justiça social e efetivar os direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Contrato de locação. Direito à moradia. Função social. Boa-fé objetiva. Lei do Inquilinato.

O CONTRATO DE NAMORO E A UNIÃO ESTÁVEL: OS LIMITES DA AUTONOMIA PRIVADA NAS RELAÇÕES AFETIVAS

Autor(es):
Maria Vitória Moraes Cosmo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Thiago Fernandes Godeiro Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Charles Victor Freire Guimarães: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Evandro Lucas Saraiva Barbosa : Discente do curso de do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este estudo visa examinar o fenômeno jurídico do contrato de namoro, um instrumento empregado por casais para evitar a caracterização da união estável e seus impactos patrimoniais. O assunto é relevante em face do aumento das discussões sobre o direito de formar uma família (art. 226 da Constituição Federal) e da necessidade de definir os efeitos legais das relações afetivas informais. Dessa forma, o estudo procura entender se o contrato de namoro tem eficácia jurídica completa ou se é apenas uma declaração de intenções sem efeito vinculante, quando confrontado com a realidade da convivência.

(Metodologia) A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, empregando o método dedutivo, que se baseia na análise dos princípios constitucionais e civis relevantes para o tema. Empregaram-se os métodos jurídico-comparativo e jurisprudencial, com a análise de decisões dos Tribunais Superiores, notadamente o REsp 1.454.643/RS (STJ, 2014), no qual o Tribunal afirmou que o contrato de namoro não é suficiente para afastar a união estável, se seus elementos fáticos estiverem presentes.

(Resultados) Os resultados indicam que o contrato de namoro é totalmente válido como expressão da vontade (art. 104 do CC), contanto que não infrinja normas de ordem pública. No entanto, sua eficácia é restrita: ele não impede que o Poder Judiciário reconheça uma união estável quando os elementos fáticos típicos da entidade familiar estão presentes, como a convivência pública, contínua, duradoura e com o propósito de formar uma família (art. 1.723 do Código Civil). De acordo com Flávio Tartuce, o contrato de namoro “possui natureza apenas declaratória, servindo como uma prova da intenção das partes, sem, contudo, excluir a presença dos elementos fáticos que definem a união estável”. A jurisprudência do STJ (REsp 1.454.643/RS, Rel. Mín. Luis Felipe Salomão) enfatiza que a autonomia privada não pode eliminar o caráter familiar de uma relação que atende aos requisitos legais. A Corte admitiu que o contrato de namoro possui eficácia probatória relativa, funcionando apenas como indício da falta de animus familiae, porém não impedindo a declaração judicial da união estável. Assim, o contrato de namoro atua como um instrumento preventivo e educativo, com o objetivo de estabelecer limites para as expectativas patrimoniais e afetivas, sem desconsiderar a obrigação de solidariedade e a proteção jurídica da família, conforme estipulado no artigo 226 da Constituição Federal.

(Conclusão) Pode-se concluir que o contrato de namoro é uma expressão legítima da autonomia privada, espelhando as novas dinâmicas das relações afetivas atuais. Contudo, sua eficácia é limitada, pois o Direito de Família prioriza a realidade social e a proteção da família em vez da forma contratual. É imperativo que a verdade real prevaleça sobre a vontade formalizada, uma vez que o Estado possui a obrigação constitucional de proteger a família em todas as suas formas (art. 226, CF). Portanto, o contrato de namoro não consegue proteger o patrimônio nem suprimir direitos quando existe uma convivência caracterizada como união estável. Em resumo, o instrumento deve ser entendido como um ato de intenção, em vez de uma cláusula que exclui direitos, reafirmando o afeto, no âmbito jurídico, continua sendo um fato gerador de responsabilidade e proteção legal.

Palavras-chave: Contrato de Namoro; União Estável; Autonomia da Vontade; Boa-fé Objetiva; Entidade Familiar.

O DESEMPREGO NO BRASIL: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Autor(es):
Rafael Oliveira Ferreira Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Jarbas Lopes Leite: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Gabriel Dantas Corrêa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo deste trabalho é analisar o fenômeno do desemprego no Brasil, compreendendo suas principais causas econômicas e sociais, seus impactos na vida da população e as perspectivas para a geração de empregos no futuro. Busca-se também destacar a importância da qualificação profissional e das políticas públicas de incentivo ao trabalho como instrumentos de redução do desemprego e promoção do desenvolvimento econômico sustentável.

(Proposta do roteiro) O vídeo aborda o desemprego no Brasil, suas causas, tipos e consequências. Explica como fatores econômicos, tecnológicos e sociais influenciam as taxas de desocupação e o impacto disso na renda e na desigualdade. Também apresenta dados recentes e propõe soluções como qualificação profissional, incentivo ao empreendedorismo e políticas públicas de geração de emprego.

(Efeitos esperados) Espera-se que o vídeo proporcione uma compreensão ampla e crítica sobre o desemprego no Brasil, estimulando a reflexão dos espectadores sobre suas causas e possíveis soluções. O conteúdo deve contribuir para o debate social e educacional, promovendo maior consciência sobre a necessidade de políticas públicas e investimentos em educação e capacitação profissional para reduzir as desigualdades e fortalecer o mercado de trabalho.

O DIREITO À SAÚDE MENTAL DE JOVENS ADULTOS DIANTE DO USO ABUSIVO DAS REDES SOCIAIS: DESAFIOS JURÍDICOS CONTEMPORÂNEOS NO BRASIL

Autor(es):
Melissa Marques Albino e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Conan Doyle Basco da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo analisa o direito à saúde mental de jovens adultos (18 a 29 anos) diante do uso abusivo de redes sociais no Brasil, entendido como o uso superior a três horas diárias associado a sintomas como ansiedade, insônia, baixa autoestima e distração, além de prejuízos em direitos fundamentais, como educação, trabalho e convivência. A relevância do tema decorre do impacto crescente das redes na vida dos jovens e da ausência de uma regulação específica que proteja o bem-estar digital. Parte-se da questão central: qual é a responsabilidade do Estado e das plataformas digitais na proteção da saúde mental desse público? O estudo se insere no campo do direito e das políticas públicas, buscando compreender a relação entre tecnologia, comportamento e responsabilidade social.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória, com levantamento de estudos nas bases SciELO e Google Acadêmico. Foram utilizados descritores relacionados a saúde mental, jovens, redes sociais, bem-estar digital, governança algorítmica e uso excessivo. As fontes incluem artigos científicos, análises jurídicas e documentos institucionais recentes. As leituras foram organizadas por meio de fichamentos e categorias temáticas, abrangendo impactos psicossociais, economia da atenção, políticas públicas e responsabilidade civil.

(Resultados) Os resultados evidenciam uma forte associação entre o uso excessivo de redes sociais e a piora de sintomas de ansiedade, depressão, insônia e isolamento social entre jovens. Fatores como comparações sociais negativas, cyberbullying e design persuasivo das plataformas (rolagem infinita e notificações constantes) contribuem para a formação de comportamentos aditivos. Há diferenças de gênero: homens tendem a apresentar maior propensão à adição em jogos, enquanto mulheres demonstram padrões de uso em redes sociais mais associados à insatisfação corporal. O uso moderado, entretanto, pode gerar benefícios limitados, como suporte emocional e senso de comunidade. O conceito de bem-estar digital emerge como central, defendendo uma abordagem que ultrapassa a mera redução do “tempo de tela” e enfatiza a corresponsabilidade de Estado e plataformas. Juridicamente, o estudo mostra que, embora a Constituição, o CDC, o Marco Civil da Internet e a LGPD forneçam bases protetivas, há um vazio normativo específico sobre saúde mental e ambiente digital.

(Conclusão) Conclui-se que a proteção da saúde mental dos jovens nas redes sociais exige responsabilidade compartilhada. Ao Estado cabe investir em alfabetização midiática, campanhas preventivas, fortalecimento do SUS e regulação sobre transparência algorítmica e design responsável. Às plataformas cabe adotar ferramentas de controle de tempo, alertas contextuais e auditorias de impacto em saúde mental. Por ser bibliográfica, a pesquisa depende da qualidade das fontes e da rapidez das mudanças regulatórias e tecnológicas, o que impõe novas investigações empíricas e comparadas. Em síntese, garantir o direito à saúde mental no ambiente digital requer políticas públicas integradas e governança ética das plataformas, de modo que o direito fundamental à saúde seja efetivamente protegido também na esfera virtual.

Palavras-chave: redes sociais; saúde mental; responsabilidade do Estado; vulnerabilidade; políticas públicas.

O DIREITO COMO CAMPO DE DISPUTA: ASPECTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DO DIREITO NO TEMPO

Autor(es):
Adriel Pacheco Loiola Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho trata-se em uma pesquisa em fase inicial sobre os aspectos do Direito como campo de disputa entre os indivíduos situados em dado tempo, afim de assegurar seus interesses em conflitos entre as demais classes da sociedade. Desse modo, a pesquisa visa traçar uma analise entre a teoria tridimensional de Miguel Reale, do campo do Direito, como força, de Pierra Bourdieu, e aspectos teóricos da ciência histórica como o tempo e o espaço de March Bloch. Miguel Reale (1994, p. 3), sobre o estudo do Direito apontou para um certo dualismo, ou justa posição de perspectivas, quase como se houvesse dois tipos de Direito. Para Reale é como se houvesse um direito para o jurista e outro para o filosofo e, cada um deles, isolado em seu domínio, abordasse o Direito sem repercutir diretamente um no campo do outro. Visto isso, percebemos que há uma resistência entre uma análise teórica do Direito que converse com fator normativo de maneira mais assertiva. Pierre Bourdieu (1989, p. 209) ao tratar do campo jurídico e da "força do direito" distinguiu a ciência que trata do direito em duas áreas. A primeira diz respeito a ciência do Direto, como um estudo rigoroso da segunda, a ciência jurídica. Está ultima é então, nada mais, do que o objeto de estudo da primeira e, por isso, possuí um maior valor em nossa análise. Na ciência jurídica busca-se observar o Direito de maneira mais isolada, como proposto por Hans Kelsen, com uma autonomia absolutas de outras áreas do conhecimento, ignorando completamente o fator humano do direito. Para finalidade de nossa análise, encaramos o Direito como palco da disputa dos indivíduos, organizados nas suas distintas classes, associados a um ponto fundamental para qualquer estudo em ciências humanas: a sociedade. Portanto, o Direito é um produto social e, por isso, suscetível a acertos, distorções, injustiças e contradições. Entende-se a organização da sociedade de maneira orgânica, construída ao longo do tempo até chegar a maneira como a conhecemos, estruturada por uma moral pautada em um Direito Natural que vai se positivando a medida que eclodem os conflitos e nascem as disputas entre os indivíduos que compõe a sociedade. Miguel Reale (1994), em sua teoria tridimensional do Direito, apontou para o tripé estruturante do Direito no fato, valor e norma, como elementos essenciais da compreensão jurídica. Para além da teoria de Reale, é imprescindível atribuir ao entendimento do Direito em seus aspectos históricos estruturados em sua aplicabilidade no tempo e no espaço.

(Metodologia) Hipotético dedutiva e analítica.

(Resultados) Pretende-se como resultado a relação entre direito, espaço e tempo a luz das relações de disputa das diversas classes de indivíduos e como isso se reflete no tempo do direito das sociedades.

(Conclusão) Para finalidade de nossa análise, encaramos o Direito como palco da disputa dos indivíduos, organizados nas suas distintas classes, associados a um ponto fundamental para qualquer estudo em ciências humanas: a sociedade. Portanto, o Direito é um produto social e, por isso, suscetível a acertos, distorções, injustiças e contradições. Entende-se a organização da sociedade de maneira orgânica, construída ao longo do tempo até chegar a maneira como a conhecemos, estruturada por uma moral pautada em um Direito Natural que vai se positivando a medida que eclodem os conflitos e nascem as disputas entre os indivíduos que compõe a sociedade.

Palavras-chave: História do Direito; Teoria do Direito; Tridimensionalidade do Direito; As leis no tempo.

O DIREITO HUMANO À LIBERDADE DE TRABALHO E O COMBATE AO TRABALHO EM CONDIÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NO ÂMBITO DAS DECISÕES JUDICIAIS DO TRT21

Autor(es):
Sylvia Juliêta Teixeira Tavares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Humberto Lima de Lucena Filho: Docente do UNI-RN

(Introdução) A liberdade de trabalho é um direito humano fundamental, mas sua violação, na forma de trabalho análogo à escravidão, permanece uma chaga social no Brasil. Apesar de signatário de importantes tratados internacionais de proteção, como os da OIT e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o país enfrenta condenações recorrentes na esfera internacional. Diante desse cenário, o controle de convencionalidade emerge como um dever judicial para harmonizar o direito interno com esses compromissos, conforme reforçado pela Recomendação n 123/2022 do CNJ. Este trabalho parte, portanto, da seguinte problemática: de que forma o Tribunal Regional do Trabalho da 21 Região (TRT21) tem aplicado o controle de convencionalidade em suas decisões sobre trabalho escravo contemporâneo, e qual o impacto real dessa ferramenta na proteção da dignidade do trabalhador potiguar?

(Metodologia) A metodologia desta pesquisa empírica é de natureza qualitativa, centrada na análise documental e jurisprudencial. A investigação analisará dados concretos, compostos por um acervo de decisões do TRT21, proferidas entre 2017 e 2025, que tratam do trabalho análogo à escravidão. A interpretação desses dados será guiada pelo referencial teórico sobre controle de convencionalidade, a fim de verificar como as normas internacionais são aplicadas na prática pela justiça trabalhista potiguar.

(Resultados) Constatou-se a existência de um robusto arcabouço normativo internacional sobre o trabalho decente, com destaque para as Convenções n 29 e n 105 da OIT e a jurisprudência da Corte IDH, cuja aplicação é incentivada por órgãos como o CNJ e o TST. No entanto, a análise das decisões do TRT21 evidencia uma aplicação ainda incipiente do controle de convencionalidade, caracterizada pela escassa menção expressa aos tratados internacionais e à jurisprudência interamericana nos fundamentos dos julgados.

(Conclusão) O controle de convencionalidade afirma-se, no decorrer desta pesquisa, como uma ferramenta jurídica e hermenêutica essencial para assegurar a máxima efetividade dos direitos humanos no âmbito das relações de trabalho. Ele representa não apenas uma opção, mas um dever do Poder Judiciário de dialogar com as fontes internacionais, garantindo que a proteção à dignidade do trabalhador transcenda as fronteiras do direito interno e se alinhe aos compromissos assumidos pelo Brasil no cenário global. A investigação demonstrou que, apesar dos avanços normativos e institucionais, a aplicação prática desse controle pelo Tribunal Regional do Trabalho da 21 Região ainda é incipiente. A análise empírica dos julgados revelou uma lacuna significativa entre o robusto arcabouço de proteção internacional contra o trabalho escravo, notadamente as Convenções da OIT e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, e sua efetiva incorporação nos fundamentos das decisões judiciais. Esta limitação na utilização das normas internacionais representa uma oportunidade perdida de fortalecer a proteção às vítimas e de reprimir com maior vigor uma das mais graves violações à dignidade humana. Conclui-se, portanto, que a superação desse desafio não reside na ausência de normas, mas na necessidade de consolidar uma cultura judiciária que compreenda o Direito Internacional dos Direitos Humanos como parte integrante do ordenamento jurídico brasileiro. Isso requer um investimento contínuo na formação e na sensibilização dos magistrados, não apenas sobre o conteúdo dos tratados, mas sobre sua força normativa e seu potencial transformador. A efetivação da justiça social e o combate ao trabalho escravo contemporâneo dependem de um Judiciário que atue ativamente como garantidor dos direitos fundamentais, utilizando todas as ferramentas disponíveis para assegurar que a dignidade humana seja, de fato, o pilar central das relações de trabalho.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Controle de Convencionalidade, Trabalho Escravo, Liberdade ao trabalho.

O ENFRENTAMENTO DA ALIENAÇÃO PARENTAL PELO PODER JUDICIÁRIO: CAMINHOS PARA A REDUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES

Autor(es):
Ellen Samira Lourenço Bernardino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lívia da Silva Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Amanda Pamela Fernandes silva de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Deisy Auane Alves da Silva Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A alienação parental é considerada pela Lei 12.318/2010 como interferência na formação do menor para repúdio a um dos genitores, o qual compromete a convivência familiar. A Constituição Federal Brasileira, no artigo 227, estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, o direito à convivência familiar saudável, à saúde e ao respeito, sem interferências prejudiciais à sua formação. Dessa forma, a alienação parental representa um severo descumprimento à lei, pois esse ato compromete todo o desenvolvimento, seja psicológico ou social desse dependente, com isso, esta pesquisa visa apresentar uma análise sobre a importância do aprimoramento da atuação do judiciário para combater tais conflitos familiares, para, a partir desse exame, indicar possíveis formas de superação do referido dilema.

(Metodologia) Durante o estudo, aplicou-se a metodologia de pesquisa qualitativa, com o objetivo de entender os motivos e os comportamentos relacionados as resoluções para lidar com os conflitos familiares. Além disso, utilizou-se durante a pesquisa o método de pesquisa exploratório, conforme verificou-se a análise detalhada para auxiliar no preenchimento de lacunas sobre os caminhos para a redução da alienação, posto durante a pesquisa. Na qualidade de técnica da pesquisa, aplicou-se a pesquisa bibliográfica, com análise de obras acadêmicas publicadas entre 2020 e 2024, obtidas principalmente pelo Google Acadêmico. As publicações selecionadas tinham como objetivo compreender diferentes abordagens e perspectivas sobre os caminhos para a redução de conflitos familiares decorrentes da alienação parental.

(Resultados) Diante disso, com base nas leituras, exposições e explicações acerca do tema, é perceptível que o Poder Judiciário exerce um papel fundamental no enfrentamento da alienação parental, com a proteção integral de crianças e adolescentes como prioridade. E que a atuação interdisciplinar, envolvendo direito, psicologia e serviço social, contribui para decisões mais equilibradas e adaptadas à realidade de cada caso e família.

(Conclusão) Portanto, pelo exposto, compreende-se que para a superação da alienação parental o judiciário não deve aplicar a lei como forma punitiva, mas que deve aplicar a lei aliada a soluções preventivas e educativas. Garantindo assim o direito fundamental da criança e do adolescente, à convivência familiar saudável e ao bem-estar.

Palavras-chave: Alienação parental. Poder Judiciário. Desenvolvimento psicológico. Conflitos familiares. Redução.

O EQUILÍBRIO CONTRATUAL E A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR: O CONTROLE DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS NO DIREITO BRASILEIRO

Autor(es):
Júlia Gomes de Sena Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Camila Leão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Júlia Almintas Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo analisa o fenômeno das cláusulas abusivas em contratos civis e, especialmente, nas relações de consumo, destacando os mecanismos de proteção existentes no ordenamento jurídico brasileiro. Os contratos são instrumentos essenciais para estruturar as relações jurídicas, permitindo às partes exercer a autonomia de vontade. Contudo, essa liberdade, quando utilizada de forma desequilibrada, pode gerar abusos, principalmente nas relações de consumo, em que o consumidor se encontra em posição de vulnerabilidade econômica ou técnica. O tema é relevante porque o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e o Código Civil atuam conjuntamente para limitar o poder contratual, assegurando que a liberdade de contratar esteja em harmonia com os princípios da boa-fé objetiva e da função social do contrato. Assim, busca-se compreender como o Estado e o Poder Judiciário controlam cláusulas abusivas, promovendo o equilíbrio e a justiça nas relações contratuais.

(Metodologia) A pesquisa tem caráter qualitativo e descritivo, baseada em análise bibliográfica e documental. Foram estudadas as legislações pertinentes, especialmente o Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e o CDC (Lei nº 8.078/1990), obras de autores como Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho e Sílvio de Salvo Venosa, além de jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Essa abordagem permitiu compreender como o sistema jurídico previne e corrige desequilíbrios contratuais, promovendo maior equidade entre as partes.

(Resultados) Os resultados evidenciam que, embora a liberdade de contratar seja princípio fundamental do Direito Civil, ela encontra limites nos princípios da boa-fé objetiva e da função social do contrato. Nos contratos de adesão, típicos das relações de consumo, a ausência de negociação favorece cláusulas abusivas, como a isenção de responsabilidade do fornecedor, obrigações desproporcionais, restrição ao direito de arrependimento, eleição de foro distante e alteração unilateral das condições. Conforme o artigo 51 do CDC, essas cláusulas são nulas de pleno direito por violarem a equidade e a boa-fé. A jurisprudência do STJ reforça essa proteção. O REsp 1.060.530/RS reconheceu a abusividade da cláusula de eleição de foro; o REsp 1.360.969/RS declarou abusiva a negativa de cobertura de prótese essencial em plano de saúde; e o AgInt no REsp 1.842.527/SP tratou de juros excessivos em contrato de financiamento. Esses precedentes demonstram o papel do Judiciário na promoção do equilíbrio contratual e na garantia do acesso à justiça. Os princípios da boa-fé objetiva e da função social do contrato são fundamentais para a justiça nas relações contratuais. A boa-fé impõe condutas pautadas pela lealdade e transparência, enquanto a função social assegura que o contrato produza efeitos compatíveis com o interesse coletivo. Esses princípios funcionam como filtros éticos que permitem ao juiz afastar disposições formalmente válidas, mas substancialmente injustas.

(Conclusão) Conclui-se que o combate às cláusulas abusivas exige vigilância contínua do sistema jurídico e atuação efetiva do Judiciário para assegurar a equidade nas relações contratuais. A liberdade de contratar, embora essencial, não deve se sobrepor à justiça e à proteção do hipossuficiente. O CDC e o Código Civil formam um sistema robusto de defesa, garantindo ao consumidor o direito de revisão e anulação de cláusulas abusivas. A atuação judicial reafirma a importância da função social e da boa-fé objetiva, assegurando que o contrato seja instrumento de equilíbrio e não de exploração, promovendo uma ordem jurídica mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Cláusulas abusivas; Contratos civis; Código de Defesa do Consumidor; Boa-fé objetiva; Proteção jurídica.

O FATOR COGNITIVO DO TRIBUNAL DO JÚRI A PARTIR DA INFLUÊNCIA MIDIÁTICA.

Autor(es):
Larissa Costa e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Francisco Carvalho Leao Junior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marilia Lima de Aquino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lorena Costa e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Antônia de Sousa Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Dentre os objetivos buscados no presente trabalho se encontra a compreensão acerca da real influência da mídia na formação da opinião crítica dos jurados no âmbito do Tribunal do Júri. Tendo em vista que, esses cidadãos assumem o papel de jurados, nasce uma reflexão até que ponto suas opiniões pessoais, moldadas por meio da mídia e dos demais mecanismos de imprensa impactam no resultado desses processos criminais.

(Proposta do roteiro) O vídeo compõe alguns dos integrantes do grupo expondo qual o tema, nossos objetivos, metodologia, resultados, e conclusões da pesquisa.

(Efeitos esperados) Almeja a compreensão acerca da real influencia da mídia na formação da opinião crítica dos jurados no âmbito do Tribunal do Júri. E, como os a influência da mídia molda a percepção dos jurados, comprometendo a imparcialidade e um julgamento justo. Ademais, é necessário que seja foco principal os fatos e argumentos expostos no julgamento, respeitando o princípio da presunção da inocência. Portanto, o efeito esperado é a compreensão que os jurados devem estar livres da pressão midiática para um julgamento com base em fatos reais, não influenciados pela opinião pública.

O FENÔMENO DA INFLAÇÃO E SEU IMPACTO NO MERCADO BRASILEIRO

Autor(es):
Pedro Davi Alves Bertoldo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ian dos Santos Alvares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Pedro Bernardo de Araújo Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Guilherme Emanuel Ferreira de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo do trabalho foi analisar e explicar o que é a inflação, suas causas, efeitos e formas de controle, destacando como esse fenômeno afeta a economia e o cotidiano das pessoas no Brasil. O estudo buscou compreender o conceito de inflação e seus principais tipos, além de identificar as consequências econômicas e sociais que ela provoca, especialmente quando ocorre de forma descontrolada.

(Proposta do roteiro) a proposta foi apresentar de forma didática e organizada os principais aspectos relacionados à inflação, permitindo que os alunos explicassem o tema de modo claro e acessível em formato de vídeo.

(Efeitos esperados) Os efeitos esperados foram o desenvolvimento do conhecimento econômico dos alunos e a compreensão prática sobre como a inflação influencia a vida das pessoas e o funcionamento do mercado nacional. Esperava-se que, ao pesquisar e apresentar o tema, os estudantes fossem capazes de entender a relação entre o aumento de preços, o poder de compra da população e as políticas de controle aplicadas pelo governo.

O FUTURO DA ESFERA PÚBLICA: A URGÊNCIA DA REGULAMENTAÇÃO EM TEMPOS DE DESINFORMAÇÃO E PODER ALGORÍTMICO

Autor(es):
Thomaz Santos Menezes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriela Yane da Silva Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Lara Sayonara dos Santos Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Wilyane Avelino de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isabela Maria Nascimento Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho trata da regulamentação das plataformas digitais: conjunto de leis e normas que visa controlar as atividades de redes sociais e aplicativos modernos. O objetivo do estudo é propor uma reflexão profunda e necessária sobre a importância da disciplina no ambiente virtual para garantir a segurança dos usuários e, que sem ela, isso não é possível.

(Metodologia) Esta pesquisa bibliográfica é de natureza qualitativa e possui caráter exploratório. Foi realizada por meio de revisão da literatura, com análise de artigos científicos publicados entre 2023 e 2024, obtidos em bases de dados como SciELO e Google Acadêmico. Os critérios de seleção envolveram a relevância temática para o campo científico e a atualidade dos estudos. As palavras-chave utilizadas foram: Marco Civil da Internet, PL 2630, Regulamentação, Plataformas digitais, Algoritmo, Pseudo Ideia, Mídias sociais, Desinformação, Soberania digital, Moderação automática de conteúdo, IA explicável, Liberdade de expressão na internet e Ética na Inteligência Artificial. Esses termos foram selecionados com base no tema central da pesquisa, considerando a terminologia empregada por outros autores, sinônimos e menções a projetos de lei. As obras foram analisadas com o objetivo de compreender as diferentes abordagens, aspectos e perspectivas sobre o tema escolhido. Os procedimentos de organização utilizados incluíram fichamento, elaboração de resumos e categorização temática do material coletado.

(Resultados) Os resultados indicaram certas controvérsias. Para os apoiadores de direita, bem como as plataformas digitais, a liberdade de expressão vem sendo ameaçada, desde quando o projeto de lei 2630/2022 passou a expor seus temas, como: fake news, proteção de dados pessoais e transparência, chamando-o de PL da censuraA discussão reflete uma crise no espaço público, no qual o debate democrático é afetado pela desinformação e interesses comerciais das big techs (grandes empresas tecnológicas, como Amazon, Apple etc.). Já os apoiadores, em geral, de esquerda e a mídia tradicional, defendem a proposta para combater notícias falsas ou as IAS que cada vez mais são aplicadas em áreas sensíveis e que muitas vezes ocupam funções que deveriam ser do Estado. A transparência algorítmica certifica clareza sobre como a inteligência artificial funciona e toma decisões, sendo fundamental para confiança e supervisão social..

(Conclusão) Em suma, a análise identificou a relevância de regulamentar o uso de plataformas digitais, com o objetivo de combater a desinformação, proteger os direitos dos usuários e fortalecer a democracia. E, para isso, é necessário definir as responsabilidades para governos, empresas, plataformas e sociedade civil, além da criação de órgãos fiscalizadores independentes e a promoção de uma educação digital responsável e inclusiva. Apesar de algumas limitações, a discussão da problemática é vista como um passo importante para evitá-la, contribuindo para um ambiente virtual mais ético, transparente, acessível e verdadeiramente comprometido com o bem coletivo e com o fortalecimento da cidadania digital.

Palavras-chave: Regulamentação das plataformas digitais. Fake news. Liberdade de expressão. Transparência algorítmica. Democracia

O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA CONFECÇÃO DE LAUDOS PERICIAIS: BENEFÍCIOS, RISCOS E DIRETRIZES ÉTICAS

Autor(es):
Nathalie Aglaé Rodrigues Santos Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O laudo pericial constitui um elemento probatório crucial no processo decisório judicial, demandando rigor técnico-científico, clareza e solidez argumentativa. A integração da Inteligência Artificial (IA) na produção desses laudos representa uma transformação paradigmática na prática forense, inclusive discutindo o papel da IA como perito judicial. Embora prometa ganhos de eficiência, sua implementação gera questionamentos sobre qualidade técnica, confiabilidade e aspectos éticos. O problema central investiga como o uso da IA afeta a clareza, confiabilidade e estrutura dos laudos periciais, desafiando modelos tradicionais e exigindo novas salvaguardas. Esta pesquisa surge, portanto, da necessidade de compreender os contornos desta nova interação entre o especialista humano e o algoritmo, assegurando que a inovação não comprometa a integridade do resultado final.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, que utilizará a revisão bibliográfica sistemática sobre IA aplicada à perícia (ANJOS; LIMA, 2020; SILVA; SOUZA, 2023; CARVALHO, 2023) e uma entrevista semiestruturada com uma perita judicial atuante. Os instrumentos serão um formulário de revisão bibliográfica e um roteiro de entrevista, abordando: percepções sobre benefícios e riscos da IA; experiência prática com ferramentas; impacto na clareza e coerência dos laudos; e preocupações éticas e jurídicas. A entrevista, conduzida online, será transcrita e analisada mediante análise de conteúdo e categorização temática, cruzando os dados empíricos com o referencial teórico.

(Resultados) Espera-se mapear os benefícios práticos da IA na perícia, como agilidade na análise de grandes volumes de dados e redução de erros humanos em tarefas repetitivas. Paralelamente, antecipa-se a identificação de riscos operacionais críticos, como a falta de transparência algoritmica (o “efeito caixa-preta”) e as complexas questões de responsabilidade técnica pelo laudo. A integração entre a revisão bibliográfica e a perspectiva prática da perita entrevistada permitirá consolidar diretrizes éticas robustas, visando um uso que preserve a excelência técnica, a auditabilidade e a primazia do raciocínio crítico do perito sobre as sugestões automatizadas.

(Conclusão) Antecipa-se que a análise demonstrará que a integração da IA nos laudos periciais exige um equilíbrio delicado entre a inovação tecnológica e a preservação inegociável da qualidade técnica e ética. O uso responsável deverá orientar-se por diretrizes claras que garantam a clareza argumentativa, a rastreabilidade das conclusões e a auditabilidade do discurso técnico, fortalecendo, assim, o papel do perito como gestor crítico da ferramenta. A perspectiva prática reforçará que a tecnologia deve atuar como um instrumento de aprimoramento, e não de substituição, da fundamentação técnica característica de um laudo de excelência. Sugere-se, por fim, a necessidade de desenvolvimento de protocolos específicos para validação de laudos com IA, bem como a promoção de uma cultura de transparência que aumente a precisão e a especificação dos resultados periciais.

Palavras-chave: Laudos Periciais. Inteligência Artificial. Inovação. Confiabilidade.

O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NOS DIREITOS DE PRIVACIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(es):
Sanderson Alves Ambrosio Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema central desta pesquisa é o impacto da Inteligência Artificial (IA) nos direitos de privacidade no ordenamento jurídico brasileiro, com foco na tensão entre avanços tecnológicos e a proteção de dados pessoais. A IA, presente em sistemas de recomendação e segurança pública, suscita preocupações sobre invasões à intimidade, direito fundamental assegurado pelo artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal de 1988. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD, Lei nº 13.709/2018) estabelece princípios como transparência e consentimento, mas enfrenta desafios em um contexto de desigualdades digitais e mais de 160 milhões de usuários de internet, conforme dados do IBGE (2023). Esse problema merece investigação devido à sua relevância social e acadêmica, pois algoritmos opacos podem exacerbar discriminações, exigindo harmonização entre inovação e proteção individual. O estudo contribui para a comunidade jurídica ao subsidiar debates sobre regulação ética da IA prevenindo abusos em plataformas digitais e fortalecendo a dignidade humana.

(Metodologia) A pesquisa é teórica, com caráter analítico, adotando abordagem qualitativa centrada na análise doutrinária de textos brasileiros, sem coleta de dados primários. Realizou-se pesquisa bibliográfica em bibliotecas universitárias e repositórios digitais da USP e FGV, de agosto de 2024 a março de 2025. Utilizaram-se termos como “IA e LGPD privacidade” em bases como Google Acadêmico e SciELO. Selecionaram-se cinco fontes (2019-2022): três livros e dois artigos, priorizando relevância nacional e autoridade. As anotações foram organizadas em categorias temáticas, com limitações na dependência de materiais acessíveis e foco brasileiro.

(Resultados) Os resultados indicam que a IA compromete a privacidade por decisões opacas, como em reconhecimento facial policial, conflitantes com o consentimento da LGPD (artigo 7º), conforme BIONI (2019) e SCHERTEL MENDES (2020). A LGPD apresenta lacunas em vieses discriminatórios, com defesa de maior autonomia para a ANPD. Comparações entre BIONI (2019) e QUEIROZ; MAIA (2021) revelam convergência na responsabilidade (artigo 6º, X), dialogando com precedentes como a ADI 6.387 do STF. PECK PINHEIRO (2022) enfatiza transparência e ameaças cibernéticas. DONEDA (2013) e BIONI (2019) delineiam evolução proativa da privacidade. Os achados contribuem para o conhecimento ao evidenciar insuficiências da LGPD perante a IA impulsionando debates sobre equidade.

(Conclusão) Os objetivos foram alcançados, confirmando que a LGPD é um avanço, mas insuficiente para a IA, com contribuições para equilíbrio sustentável. O estudo subsidia aprimoramentos como capacitações na ANPD e apoio ao PL 2.338/2023. Limitações incluem caráter teórico e recorte nacional. Sugere-se pesquisas empíricas futuras. O Direito brasileiro deve adaptar-se à IA para preservar a liberdade individual.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Privacidade. LGPD. Direitos Fundamentais. ANPD.

O IMPACTO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE SOBRE BENEFÍCIOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Autor(es):
Danillo Rafael Oliveira Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A onipresença da cultura digital no século XXI impõe às instituições de ensino o desafio de integrar as tecnologias como elementos catalisadores de uma profunda transformação pedagógica. A transição de um modelo tradicional para uma abordagem conectada é essencial para preparar os estudantes para as demandas de uma sociedade complexa. No entanto, a literatura acadêmica revela uma dualidade marcante: por um lado, diversas pesquisas destacam o potencial revolucionário da tecnologia para personalizar o ensino e democratizar o acesso ao conhecimento; por outro, muitos estudos apontam para obstáculos críticos, como a precariedade da infraestrutura e a falta de formação docente. Essa tensão entre o potencial prometido e a realidade estrutural levanta a questão central desta pesquisa: de que forma os benefícios da integração tecnológica podem ser efetivamente alcançados, considerando os desafios presentes no contexto educacional atual?

(Metodologia) A presente pesquisa foi desenvolvida com base em uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter exploratório. O percurso metodológico consistiu no levantamento de referenciais teóricos a partir da base de dados Google Acadêmico. Foram selecionados artigos científicos, livros e capítulos de livros que abordavam diretamente os impactos, benefícios e desafios da tecnologia na educação contemporânea, utilizando como critério a pertinência direta com o tema. A análise do material foi realizada de forma crítica e sistemática, buscando identificar, sintetizar e correlacionar os principais argumentos, resultados e conclusões dos autores consultados. A estratégia adotada foi, portanto, a de consolidar o conhecimento existente para construir uma análise coesa sobre o panorama atual da tecnologia educacional.

(Resultados) A análise da literatura revelou um consenso sobre o duplo papel da tecnologia na educação: ela é, simultaneamente, uma poderosa ferramenta de transformação e uma fonte de novos desafios. Por um lado, evidenciou-se que a integração de tecnologias emergentes e a aplicação de metodologias ativas promovem uma educação personalizada, engajadora e inclusiva, adaptando o ensino às necessidades individuais e removendo barreiras de aprendizagem. Por outro lado, os resultados apontam de forma contundente que esses benefícios são condicionados pela superação de obstáculos críticos. A falta de infraestrutura adequada, como conectividade e equipamentos, e a ausência de formação continuada para os docentes foram identificadas como os principais gargalos, tornando os recursos digitais subutilizados e aprofundando a desigualdade digital.

(Conclusão) Este estudo conclui que o potencial da tecnologia para revolucionar positivamente a educação é inegável, mas sua concretização depende da superação de desafios estruturais e humanos. A pesquisa demonstrou que a chave para o sucesso não reside na ferramenta isolada, mas no ecossistema que a suporta. Portanto, para que a tecnologia cumpra seu papel transformador, é fundamental que políticas educacionais e a gestão escolar adotem uma abordagem estratégica, investindo de forma equilibrada em infraestrutura e, prioritariamente, na capacitação docente. O futuro da educação digital depende menos das ferramentas que adquirimos e mais da capacidade de preparar os educadores para utilizá-las de forma crítica, criativa e pedagogicamente relevante.

Palavras-chave: Tecnologia Educacional. Educação do Século XXI. Inovação Pedagógica. Desafios Digitais. Formação de Professores.

O INSTITUTO DA PRISÃO PREVENTIVA NA LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO À MULHER

Autor(es):
Maria Luiza Maia Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Laura Barreto Escóssia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lillian Suyanne de Medeiros Góes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) representa marco no combate à violência doméstica no Brasil, criando mecanismos legais para punir agressões contra a mulher e estabelecer medidas protetivas. Apesar desse avanço, os índices de violência permanecem alarmantes: em 2024 foram registrados cerca de 966.785 novos casos de violência doméstica no Poder Judiciário, sinalizando a necessidade de aplicação e aprimoramento das medidas judiciais existentes. Para reforçar a proteção às vítimas, o art. 20 da Lei Maria da Penha e o art. 313, III do CPP autorizam o juiz a decretar de ofício a prisão preventiva do agressor em qualquer fase do processo, medida extrema com o objetivo de garantir a efetividade das medidas protetivas.

(Metodologia) A presente pesquisa se deu a partir de uma abordagem qualitativa, documental e bibliográfica, mediante o método indutivo, pretendendo-se demonstrar o caráter emergencial suficientemente apto a permitir que a prisão preventiva seja imposta quando presentesrazões cautelares. Foram analisados dispositivos legais, especialmente o art. 20 da Lei nº 11.340/2006 e o art. 313, III do Código de Processo Penal, bem como entendimentos doutrinários e jurisprudenciais que evidenciam a importância dessa medida cautelar no contexto da proteção à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

(Resultados) Nesta feita, pode-se perceber que as medidas protetivas de urgência constituem o verdadeiro núcleo de efetividade da Lei Maria da Penha, pois garantem a proteção integral das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. A prisão preventiva, nesse contexto, surge como instrumento de reforço à eficácia das medidas protetivas, especialmente diante do descumprimento reiterado por parte do agressor. Decisões judiciais afirmam que a prisão preventiva busca interromper a escalada criminosa, visto que a detenção cautelar protege a integridade da mulher e evita a reiteração criminosa do agressor. Após episódios de descumprimentos sucessivos, o requerido pode sofrer sanções progressivas, até que, em último caso, haja decretação da prisão preventiva. Essa é medida de última ratio, mas torna-se necessária diante da persistência das violações. Assim, a privação de liberdade assume um papel pedagógico e protetivo, transmitindo ao autor dos fatos a mensagem de que a violação das medidas protetivas tem consequências concretas. Trata-se de um mecanismo de garantia da integridade física, psicológica e moral da mulher, que assegura o cumprimento das determinações judiciais, ainda que, para isso, seja necessário restringir a liberdade do agressor.

(Conclusão) Diante do exposto, conclui-se que a prisão preventiva, no âmbito da Lei Maria da Penha, constitui instrumento essencial para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência e assegurar a integridade física e psicológica das mulheres em situação de violência doméstica. Embora se trate de medida de última ratio, sua decretação se mostra necessária diante do descumprimento reiterado das determinações judiciais e da persistência do agressor em condutas violentas. Assim, a prisão preventiva revela-se não apenas como meio de contenção imediata do risco, mas também como mecanismo pedagógico e de reafirmação da autoridade das medidas protetivas, contribuindo para a concretização dos direitos fundamentais das mulheres e para a efetividade da Lei Maria da Penha.

Palavras-chave: prisão preventiva; Lei Maria da Penha; medidas protetivas; violência doméstica; proteção à mulher.

O JUDICIÁRIO EM CRISE: EXCESSO DE DEMANDAS, LENTIDÃO PROCESSUAL E A NECESSIDADE DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS

Autor(es):
Bruna Giovana da Costa Ramos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Paula Ramos Graça: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Poder Judiciário brasileiro enfrenta uma crise estrutural de longa data, marcada pelo excesso de processos e pela morosidade na prestação jurisdicional. Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram que o Brasil é um dos países com o maior volume de processos em tramitação, o que compromete o acesso à justiça. Este cenário é agravado pela "cultura da judicialização", na qual os cidadãos recorrem sistematicamente aos tribunais para resolver questões que poderiam ser tratadas por vias alternativas. Como resultado, a sobrecarga do sistema gera demora nas decisões e perda de confiança social. Nesse contexto, este trabalho analisa a crise do Judiciário e discute como os métodos consensuais, como mediação, conciliação e arbitragem, podem ajudar a superar esse desafio, promovendo soluções mais céleres e satisfatórias.

(Metodologia) A presente pesquisa utilizou a metodologia de revisão bibliográfica e documental, com uma abordagem qualitativa. Foram analisadas legislações pertinentes, como a Constituição Federal de 1988, o Código de Processo Civil de 2015 e a Lei de Mediação, além de pesquisas que abordam a judicialização e os métodos adequados de solução de disputas. O estudo fundamentou-se na comparação crítica entre os dados que evidenciam a crise do Judiciário e os referenciais teóricos que defendem a implementação de soluções alternativas.

(Resultados) A pesquisa revelou que o afogamento do Judiciário brasileiro é uma consequência direta da cultura da judicialização, com milhões de novos processos a cada ano. Isso resulta em morosidade processual, insegurança jurídica, custos elevados e descrédito social. Diante disso, os métodos consensuais mostram-se ferramentas fundamentais para o desafogamento do sistema. A mediação permite que as partes construam suas próprias soluções com o auxílio de um terceiro imparcial; a conciliação favorece acordos rápidos e diretos; e a arbitragem é particularmente eficaz para litígios empresariais, garantindo celeridade e especialização. Práticas complementares, como a Comunicação Não Violenta, também ajudam a prevenir que conflitos cotidianos se transformem em processos judiciais.

(Conclusão) Conclui-se, portanto, que a crise do Poder Judiciário, impulsionada pelo excesso de demandas e pela lentidão, compromete o acesso à justiça e a credibilidade institucional. Os métodos consensuais de resolução de conflitos surgem como instrumentos eficazes para reduzir o número de processos, oferecendo soluções mais rápidas, econômicas e que estimulam o protagonismo das partes. A consolidação de uma cultura de diálogo, aliada a práticas interdisciplinares, é um caminho indispensável para a construção de um sistema de justiça mais eficiente, sustentável e humanizado, garantindo que o Judiciário se dedique às causas em que sua atuação é realmente indispensável.

Palavras-chave: Poder Judiciário. Judicialização. Morosidade. Métodos Consensuais.

O LEGADO CONSTITUINTE DE LEONEL DE MOURA BRIZOLA: DEFESA DA LEGALIDADE E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO

Autor(es):
João Hiago Praxedes de Souza Nóbrega: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ludmila Deisyanne Andrade da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Paulo Vitor Fernandes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Heitor Duarte de Medeiros Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Henrique Carvalho Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Ângelo José Menezes Silvino: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho se propõe a analisar a atuação de Leonel de Moura Brizola durante a Campanha da Legalidade (1961) , um momento crucial na história política brasileira , como um exemplo da importância de iniciativas políticas e mobilizações populares na defesa dos direitos constitucionais. A tese central é que a atuação de Leonel de Moura Brizola evidencia como iniciativas políticas e mobilizações populares podem constituir uma expressão plena do poder constituinte, assegurando a proteção efetiva dos direitos fundamentais e consolidando o Estado democrático de direito. A Campanha da Legalidade foi liderada pelo governo do Rio Grande do Sul em defesa da constitucionalidade e da posse de João Goulart , então vice-presidente, após a renúncia de Jânio Quadros. O período destacou-se pela instabilidade política e a ameaça de que o Congresso conservador não aceitasse a posse de Jango. O objetivo desta pesquisa é investigar como a mobilização política e popular liderada por Brizola se configurou como um mecanismo de proteção dos direitos constitucionais.

(Metodologia) O presente estudo adotou uma abordagem metodológica que combina pesquisa bibliográfica e análise de contexto histórico. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se no estudo da Constituição de 1946, bem como dos aspectos sociais, culturais, políticos e jurídicos observados na sociedade brasileira entre as décadas de 1940 e 1960. A análise focou especificamente na Campanha da Legalidade , a partir de materiais como documentos do Senado Federal e vídeos históricos , para contextualizar a crise política e a subsequente mobilização liderada por Leonel Brizola.

(Resultados) A análise histórica da Campanha da Legalidade evidencia que a postura de Leonel Brizola foi fundamental para a defesa do Estado Democrático de Direito, que, apesar de consolidado, ainda enfrenta ameaças de tendências autoritárias. Brizola, como figura emblemática do período, opôs-se ao golpe e lutou pela posse constitucional de João Goulart. Ele se “entrincheirou” no Palácio Piratini, em Porto Alegre, de onde promovia discursos com o objetivo de engajar a população para garantir o cumprimento da Constituição de 1946. Essa abordagem evidenciou como a liderança política utilizou gestos simbólicos para reafirmar seu compromisso com a democracia e com o governo popular. Ensinar aos jovens sobre fatos históricos como a Campanha da Legalidade é essencial para garantir uma formação crítica e cidadã, reafirmando que um povo que desconhece sua história está fadado a repeti-la. A mobilização popular e a iniciativa política, como demonstrado por Brizola, são instrumentos cruciais para que o conteúdo constitucional seja efetivamente cumprido, sendo um dever das ciências humanas promover essa análise crítica.

(Conclusão) A Campanha da Legalidade, liderada por Leonel de Moura Brizola, representa um exemplo histórico da atuação do poder constituinte na sua máxima expressão, manifestada através da articulação entre a liderança política e a mobilização social. O movimento assegurou a observância da Constituição de 1946 e a posse de João Goulart, reforçando a tese de que iniciativas políticas e o engajamento popular são essenciais para a proteção efetiva dos direitos fundamentais e a consolidação do Estado democrático de direito. A análise da Campanha reitera que a transformação social deve ser sempre uma prioridade, com a educação desempenhando um papel central na formação de cidadãos críticos e atuantes.

Palavras-chave: Brizola, a Campanha da Legalidade e a Constituição de 1946 na República Populista: defesa da democracia.

O MERCADO DE TRABALHO DO FUTURO

Autor(es):
Thomaz Santos Menezes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriela Yane da Silva Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Lara Sayonara dos Santos Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Wilyane Avelino de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isabela Maria Nascimento Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O tema deste trabalho é baseado no Mercado de Trabalho e na dinâmica das profissões e do desemprego com a utilização da Inteligência Artificial. Sob a ótica da macroeconomia, a relevância desse tema se dá pelo simples fato de que, com o progresso tecnológico, há um aumento da produtividade agregada do país, mas também existe a ameaça do desemprego estrutural. Esta é uma preocupação, pois o desemprego é um dos problemas econômicos centrais, já que afeta toda uma cadeia da estrutura da sociedade, como a renda, o padrão de vida e a estabilidade social de uma nação.

(Proposta do roteiro) Roteiro Início: Pergunta da mediadora da mesa “Sua profissão vai existir daqui a 20 anos?” Corpo: Perguntas para a Mesa de Conversa 1. A automação está gerando uma mudança na força de trabalho. Onde, na opinião de vocês, estão as maiores oportunidades de emprego que não existiam há 10 ou 20 anos? 2. A economia se baseia em recursos escassos e a produtividade é fundamental para o crescimento. No entanto, o avanço tecnológico, ao aumentar a produtividade, também pode levar ao desemprego estrutural. Como suas áreas – tecnologia, educação, saúde e criatividade – podem ajudar a mitigar esse tipo de desemprego? 3.O que o indivíduo pode fazer hoje para se proteger do desemprego de amanhã? E para os demais, que tipo de aprendizado contínuo vocês recomendam em suas áreas? 4. Em um cenário de alta automação, o que faz o trabalho humano ser insubstituível? Como a nossa capacidade de criar, sentir e inovar pode se tornar a nossa maior vantagem competitiva em um mercado de trabalho em transformação? 5. Para finalizar: Olhando para a relação entre tecnologia e desemprego, vocês são mais otimistas ou pessimistas em relação ao futuro do trabalho? Por quê?

(Efeitos esperados) A conclusão da Mesa de Conversa apresentou diversos pontos contrastantes: alguns eram pessimistas quanto ao futuro das profissões e outros eram mais otimistas. A automação tende a eliminar tarefas, no entanto, sob a visão mais otimista, podemos considerar que o futuro do trabalho vai depender da capacidade de adaptabilidade do ser humano em um mundo cada vez mais automatizado.

O PAPEL DO ADVOGADO NA MEDIAÇÃO FAMILIAR

Autor(es):
Débora Taise Oliveira de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sarah Medeiros Ximenes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Morgana Heloisa Noronha Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriela Soares de Menezes Cortes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiza Abrantes Gadelha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este presente trabalho visa abordar a mediação familiar como um método consensual de resolução de conflitos, como divórcio, guarda e pensão alimentícia, que visa restabelecer o diálogo entre as partes, focando em soluções cooperativas e duradouras, especialmente quando envolvem menores. Neste contexto, o advogado familiarista assume um papel crucial, não mais apenas como litigante, mas como um assessor jurídico e agente de pacificação. Sua atuação é indispensável para garantir que as decisões tomadas em conjunto estejam em total conformidade com a lei, protegendo os direitos e interesses de seu cliente, inclusive os dos filhos, e conferindo validade e segurança jurídica ao acordo final.

(Metodologia) A metodologia deste trabalho consiste na análise da doutrina jurídica, bem como a literatura científica e a legislação brasileira, especialmente a Lei 13.140, de 26 de junho de 2015 – Lei de Mediação e o CPC 2015. Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho jurídico, empregando métodos históricos, documentais e comparativos para examinar de que forma o advogado contribui na mediação familiar visando a resolução de litígios neste ramo.

(Resultados) Os resultados da pesquisa demonstram que a mediação familiar se estabelece como um instrumento jurídico e social de elevada eficácia na resolução de conflitos (divórcio, guarda e alimentos). Sua fundamentação legal, sobretudo na Lei nº 13.140/2015 (Lei de Mediação) e no Código de Processo Civil (CPC/2015), confere-lhe o status de política pública de tratamento adequado de disputas. A análise doutrinária e legal converge para a redefinição do papel do advogado familiarista. Consoante a isto, os achados indicam que o profissional deve transitar de uma postura primariamente litigante para uma atuação consultiva, estratégica e colaborativa. Sendo essa mudança um componente vital para o sucesso do procedimento mediado.

(Conclusão) O papel do advogado não é estritamente técnico. Durante as audiências de mediação ou conciliação, sua contribuição pode ser, muitas vezes, grande fonte de apoio emocional e psicológico à parte que representa. Uma vez que o contato entre eles além de confiança procedimental, também presta um serviço de acolhimento, escuta e cooperação. Dessa forma, o dever do advogado estende-se muito além do previsto em lei, mas demonstra-se em relação a sua competência profissional mediante enorme capacidade interpessoal. É necessário que exista capacidade de envolvimento suficiente para acolher as demandas de seu cliente, mas ao mesmo tempo um certo distanciamento, mantendo sua postura profissional e o não envolvimento com a lide. Além disso, o papel do advogado nas audiências de mediação apesar de facultativo, é de suma importância para a proposta, aceitação ou rejeição do acordo. Posto que o seu representado, mediante relação de confiança, seguirá as orientações apresentadas ao caso concreto. Assim, sem a eficiente capacitação para as referidas audiências, o advogado não seria capaz de atuar de forma a concretizar a aplicação da resolução extrajudicial de conflitos. Dessa forma, é evidenciado a necessidade do efetivo implemento, por parte dos advogados familiaristas, não só a defensoria do cliente pautada em lei, mas o compromisso com o apaziguamento social. Por meio dessa, há de se alcançar um mover jurídico mais favorável a resolução de conflitos e menor litigância para a máquina estatal.

Palavras-chave: Mediação; Família; Advogado;

O PAPEL DOS CRIATÓRIOS LEGALIZADOS NO COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES: ATUAÇÃO ESTATAL FRENTE A NORMATIVA BRASILEIRA

Autor(es):
Letycia Karla Costa Araújo Freire: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Evenly Lorrany de Farias Alves: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Maria Eduarda Halehyn Araújo de Farias: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Cecília Rocha de Farias Castro Praxedes: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tráfico de animais silvestres é uma realidade que nos atravessa desde do período da colonização do país, a fauna e flora brasileira era explorada para diversos fins como a domesticação, uso pessoal ou para colecionar. Tal hábito enraizado, surge na sociedade pela vontade de adquirir esses animais, diante desse cenário é válido mencionar a importância dos criatórios legais para a preservação e mitigação do tráfico desses animais silvestres. Atuando como um modo de ação para afetar, as atividades rentáveis das organizações criminosas que alimentam o mercado clandestino que ameaçam a biodiversidade brasileira e aumentam o perigo de disseminação de doenças.

(Metodologia) Durante a pesquisa, adota-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica e documental, com o intuito de analisar o papel dos criadouros como ferramenta de combate ao tráfico de animais silvestres no Brasil. Foram consultados artigos científicos, legislações ambientais, relatórios de organizações não governamentais e bases de dados acadêmicas, como Scielo e Google Acadêmico. Delimitando através da realidade brasileira, as categorias de regulamentação de empreendimentos de uso e manejo desses animais.

(Resultados) Os resultados evidenciam que, embora a legislação vigente, como a Lei nº 9.605/98 e as Resoluções CONAMA nº 394/2007 e nº 489/2018, ofereçam bases normativas para a criação em cativeiro, sua efetividade depende do fortalecimento da fiscalização, de incentivos à regularização e de políticas públicas voltadas à conscientização social. Vale salientar que o Brasil é signatário da Agenda 2030, onde se destaca a ODS 15 (Vida Terrestre), que possui objetivos de proteção, restauração e gestão do ecossistema, além das metas que tratam de mitigar a caça e o tráfico de espécies protegidas. Constatou-se que os criatórios legalizados, quando devidamente regulamentados, contribuem não apenas para desestimular o tráfico, mas também para a preservação genética de espécies e desenvolvimento de pesquisas científicas.

(Conclusão) Destarte, a presente pesquisa evidencia que a população está habitualizada com o comércio á margem da lei, portanto é imprescindível uma mudança imediata de comportamento através de divulgações governamentais e benefícios para compra legalizada. A lógica é que ao fornecer uma fonte competitiva em conformidade com a lei, a demanda pelo mercado ilícito diminuiria. Contudo, a falta de uma estratégia nacional eficaz e abordagens multidisciplinares abre espaço para o mercado ilegal. Sugere-se medidas educativas e fiscalizações atuantes para o combate ao tráfico de animais silvestres, ainda que haja limitações estruturais, porém evidencia a necessidade de estratégias integradas.

Palavras-chave: Tráfico de animais. Criadouro. Biodiversidade. Animais silvestres. Fiscalização

O PAPEL DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NOS CONTRATOS PRIVADOS: UMA ANÁLISE À LUZ DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL

Autor(es):
Ana Beatriz de Azevedo Cacho do Monte: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda Vital Cortez: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Luiz Maia Cavalcanti Moreira Goulart Soffiatti: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Constituição Federal de 1988 estabeleceu uma nova era jurídica no Brasil, baseada na supremacia constitucional e na centralização dos direitos fundamentais, impactando o Direito Privado e o Direito Civil por meio da "constitucionalização do Direito Civil". No Direito contratual, isso relativiza a autonomia da vontade, exigindo que os contratos atendam a princípios constitucionais como dignidade humana, solidariedade social, função social e bem-comum, além dos interesses individuais. Pelas razões vistas, surge os questionamentos: Qual o alcance real dos princípios constitucionais nas relações privadas? Até que ponto o Estado pode intervir para restringir a liberdade contratual? Existe risco de insegurança jurídica devido a interpretações excessivamente valorativas?

(Metodologia) Por conseguinte, a pesquisa será conduzida com base no método dedutivo, por meio de análises bibliográficas e jurisprudenciais, a fim de oferecer uma visão crítica e atual sobre o equilíbrio entre a autonomia privada e a constitucionalização do contrato no contexto brasileiro contemporâneo.

(Resultados) Em vista do exposto, a compreensão do contrato transformou-se em instrumento de relevância social, submetido aos valores constitucionais e exigências de justiça e equilíbrio, vindo de uma prerrogativa de expressar a liberdade individual e da força obrigatória da vontade, nesse contexto, os princípios constitucionais, especialmente os abordados na constitucionalização de 1988 passaram a se tornar diretrizes abstratas e atuarem como normas de controle e interpretação contratual. Como destaca Judith Martins-Costa "a constitucionalização do contrato nao significa destruição da autonomia privada, mas sua reconstrução à luz da ética e da solidariedade". Essa releitura impõe que as liberdades contratuais podem ser exercidas até certo ponto, não sendo lesados uma das partes se relacionando com abusos, cláusulas opressivas e práticas contrárias a justiça contratual. Diante disso, o contrato contemporânea deve-se reter interpretação coerente com direitos fundamentais.

(Conclusão) Todavia, esse desenvolvimento não é isento de desafios. Há um desequilíbrio entre autonomia da vontade e intervenção constitucional exige prudência, sob pena de sobrecarregar a segurança jurídica e fragilizar a previsibilidade das relações privadas Diante do exposto, a estabilização de um direito contratual constitucionalizado depende do equilíbrio entre os princípios de liberdade e justiça contratual, autonomia e liberdade, cabe aos atuantes responsáveis por essa área, especialmente ao pode judiciário, atuar de forma moderada, com coerência e fundamentos técnicos aplicando os princípios constitucionais como meio de harmonizar a não intervir arbitrariamente.

Palavras-chave: Constitucionalização do Direito Civil. Princípios constitucionais. Contratos. Função social. Dignidade da pessoa humana

O PAPEL DOS SINDICATOS NA TRANSIÇÃO SOCIALISTA: DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NA URSS E EM CUBA

Autor(es):
Beatriz Amaral França: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os marxistas-leninistas buscam por meio da revolução emancipar a classe produtora fazendo com que ela tome o poder e seja capaz de gerir os próprios interesses. Do início da teorização aos dias atuais foram feitas algumas tentativas de estabelecer um estado socialista na prática. Sabendo que o sindicato é uma associação que surgiu com o mesmo propósito de proteger o trabalhador frente às transformações das relações de trabalho da produção capitalista, como ele é tratado nas experimentações de caráter socialista? Há alguma mudança em suas funções e atribuições clássicas? O que acontece quando o interesse do Estado proletário e uma categoria ou parte dela entra em conflito?

(Metodologia) Pretende-se realizar uma investigação qualitativa, interdisciplinar, a partir do método materialista histórico dialético, por uma análise documental de uma ampla variedade de produções acadêmicas, incluindo artigos, teses, dissertações, livros, relatórios oficiais de governo e de organismos internacionais. E o estudo comparado conectando as informações colhidas na pesquisa.

(Resultados) Analisando as experiências foi possível perceber que o sindicato passa por uma série de transformações tendo em vista a mudança nas relações de produção. Nesse sentido, ele fica responsável por fiscalizar e coordenar uma série de ações referentes à produção, a educação, ao pagamento de salários, a construção e distribuição de moradia, a disciplina, ao lazer, a distribuição de vagas nas casas de repouso e sanatórios, além de garantir o adequado pagamento dos salários, o cumprimento das normas trabalhistas e separar os valores destinados a contribuição social (pagamento de pensões, etc), entre outros. É evidente que o clima de desconfiança causado pela interferência externa e os conflitos entre as diversas correntes internas, resultando em perseguição e rixas dentro do partido, também dificultou a promoção de um debate mais saudável e heterogêneo, e, portanto, o pleno funcionamento das instituições democráticas tais como o próprio o sindicato.

(Conclusão) Sem dúvida, nenhuma dessas experiências devem ser tiradas do contexto nas quais foram criadas ao analisar os avanços e retrocessos dentro do processo revolucionário. Apesar de fortemente influenciado pelos soviéticos, o contexto cubano possui algumas peculiaridades próprias, além de fatores territoriais e populacionais, pois, atingiram diferentes estágios na transição socialista, econômica e culturalmente. Por fim, cabe destacar a necessidade de um debate científico honesto para que se possa aprender com os erros e acertos do passado e trabalhar na construção de um futuro mais democrático e que favoreça a satisfação dos direitos e necessidades da classe produtiva.

Palavras-chave: experiências socialistas. conflitos trabalhistas. direito sindical.

O PARADOXO DA SOBERANIA: QUANDO A RESPONSABILIDADE DE PROTEGER SE SOBREPÕE AO PRINCÍPIO DA NÃO INTERVENÇÃO

Autor(es):
Matheus Moreira Santana: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bruna Fernanda Cesar Ristow: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN
Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo analisa o paradoxo existente entre o princípio da soberania estatal e a responsabilidade internacional de proteger os direitos humanos (Responsibility to Protect – R2P). O debate surge da tensão entre o direito de cada Estado exercer autoridade suprema sobre seu território, sem interferência externa, e a obrigação moral e jurídica da comunidade internacional de agir diante de graves violações de direitos humanos. A pesquisa parte do contexto contemporâneo do conflito entre Israel e Palestina, observando como a intervenção humanitária e o uso político da soberania moldam a prática das relações internacionais. O tema se insere no campo do Direito Internacional Público, buscando compreender até que ponto a soberania continua sendo um valor absoluto ou se vem sendo relativizada pela prevalência da proteção humanitária. Pretende-se demonstrar que o conceito clássico de soberania, consolidado desde a Paz de Westfália (1648), sofre reinterpretações à luz de um cenário global em que a omissão frente a genocídios e massacres é moralmente insustentável.

(Metodologia) A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e documental. Foram examinados artigos científicos, tratados internacionais, resoluções da ONU e relatórios de organismos de direitos humanos. Adotou-se o método dedutivo, partindo de princípios teóricos gerais do Direito Internacional até a análise de casos concretos, especialmente os envolvendo o Oriente Médio. O estudo também considerou fontes jornalísticas recentes e relatórios acadêmicos que abordam a aplicação política seletiva da R2P.

(Resultados) A análise demonstra que a responsabilidade de proteger, embora fundada em valores humanitários, tem sido aplicada de forma desigual e politizada. Observou-se que Estados poderosos tendem a invocar a R2P apenas quando seus interesses estratégicos coincidem com a causa humanitária, o que enfraquece a credibilidade do instituto. No caso Israel-Palestina, a comunidade internacional tem oscilado entre a omissão e a parcialidade, violando o próprio espírito da R2P. Verificou-se que a soberania, antes entendida como absoluta, vem sendo reinterpretada como um dever, e não apenas um direito, de proteger a população. Contudo, a ausência de mecanismos coercitivos universais e o poder de veto no Conselho de Segurança da ONU dificultam a aplicação efetiva da responsabilidade de proteger, perpetuando o desequilíbrio entre moralidade e política internacional.

(Conclusão) Conclui-se que o paradoxo entre soberania e responsabilidade de proteger revela uma crise estrutural do Direito Internacional contemporâneo. A soberania estatal não pode ser utilizada como escudo para legitimar violações de direitos humanos, mas também não deve ser relativizada ao ponto de permitir intervenções arbitrárias. O estudo evidencia a necessidade de fortalecer a cooperação multilateral e reformar os mecanismos decisórios da ONU, garantindo maior imparcialidade e eficácia na proteção humanitária. O equilíbrio entre autonomia estatal e responsabilidade internacional é, portanto, o maior desafio para a consolidação de uma ordem mundial mais justa e humanitária.

Palavras-chave: soberania; responsabilidade de proteger; Direito Internacional;

O POTENGI AINDA PERTENCE A NATAL?: UMA ANÁLISE DA EXCLUSÃO DO ESTUÁRIO DO RIO POTENGI DO TERRITÓRIO DE NATAL NOS PLANOS DIRETORES DE 1994 A 2022 E SEUS REFLEXOS

Autor(es):
Beatriz Amaral França: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Ângelo José Menezes Silvino: Docente do UNI-RN

(Introdução) A importância do estuário do Potengi, em particular, transcende a geografia, conectando-se diretamente ao tecido social e econômico da região. No entanto, o ordenamento urbano da cidade de Natal tem demonstrado uma desconexão preocupante com este recurso vital. O artigo 10 do Plano Diretor de Natal, Lei 208/2022, define a divisão da totalidade do território em duas macrozonas (zona adensável e zona de proteção ambiental), com seus limites estabelecidos pelo mapa 1 do Anexo III da referida lei. Todavia, constata-se a exclusão completa do corpo do estuário no referido mapa, em contraposição ao exposto no artigo 18, VIII, o qual inclui no corpo do texto o estuário do Potengi/Jundiaí como parte integrante da ZPA 8. Contradizendo, também, a norma específica da ZPA 8, Lei 221/2022, a qual adequou o texto ao mapa, estabelecendo a divisão em zona A e B e excluindo, por consequência, o estuário da zona protegida. Quando surge essa contradição e quais as suas implicações?

(Metodologia) A metodologia do estudo será qualitativa e documental. A pesquisa se baseará na análise crítica e comparativa dos Planos Diretores de Natal, especialmente aqueles a partir de 1994, quando as zonas de proteção ambiental foram criadas, e do Plano Diretor de Recife, o qual se destaca pela inclusão do corpo hídrico no macrozoneamento. O trabalho também utilizará documentos oficiais (leis, decretos), relatórios técnicos e artigos científicos sobre ordenamento urbano.

(Resultados) Contata-se, através da análise, o início da contradição no Plano Diretor de 1994 ao citar o estuário do Potengi (excluindo o Jundiaí) como zona de proteção ambiental (art. 21, II, a) sem correspondência no mapa 01 anexo 01. O erro é aprofundado com a divisão das Zonas e criação da ZPA 8 em 2007, citando nominalmente o estuário Potengi/Jundiaí (art.18, h) ao mesmo tempo que o exclui com divisão em setor A e B contornando o Potengi (p.515 a 518). O erro é repetido em 2022 e piora com a Lei 221/2022 a qual especifica a proteção de margens e ignora o corpo do estuário (art.1).

(Conclusão) Conclui-se que a contradição para além dos efeitos ambientais óbvios da ligação entre o Potengi e o bioma protegido pela ZPA 08 e a insegurança jurídica causada pelas inconsistências na delimitação da zona protegida no ordenamento municipal, também perde-se a oportunidade de interligar através do Potengi-Jundiaí o setor A e B da ZPA 08 e as áreas de mangue e várzeas do Guarapes as quais foram incluídas na zona adensável. O pode e deve ser revisto na próxima revisão do Plano Diretor de Natal.

Palavras-chave: Direito Urbanístico, Plano Diretor de Natal; Estuário Jundiaí-Potengi.

O PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO NO CÓDIGO CIVIL DE 2002

Autor(es):
Ruan Diogo Ribeiro Rogerio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Antônia Beatriz Ferreira de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo aborda o princípio da função social do contrato no Código Civil de 2002, um dos marcos da evolução do Direito Civil brasileiro. Antes dessa reforma, o Código de 1916 refletia o individualismo liberal, em que o contrato era visto como expressão máxima da autonomia da vontade. O Estado intervinha apenas para garantir o cumprimento do pacto, mesmo diante de desequilíbrios. Com o advento do Código Civil de 2002, especialmente nos artigos 421 e 421-A, o contrato passou a incorporar valores constitucionais como dignidade, boa-fé e solidariedade, limitando a autonomia privada e impondo deveres de função social. Essa mudança transformou o contrato em instrumento também de promoção da justiça social, exigindo que as relações contratuais considerem seus efeitos coletivos. O problema central desta pesquisa é compreender como a função social alterou a teoria contratual clássica e quais impactos trouxe às relações jurídicas. Busca-se demonstrar que o novo princípio promoveu maior equilíbrio entre as partes, mas também novos desafios quanto à previsibilidade e segurança jurídica.

(Metodologia) A pesquisa utilizou método qualitativo, exploratório e bibliográfico, com base no Código Civil de 2002, na Constituição Federal de 1988 e em obras de Diniz, Tartuce, Martins-Costa e Stolze. Foram analisadas decisões do STJ, como o REsp 1.155.202/RS e o REsp 1.300.418/SC, que consolidam a aplicação da função social dos contratos. Houve também apoio de inteligência artificial para organização de dados e redação, garantindo clareza e objetividade.

(Resultados) Os resultados mostraram que o princípio da função social limitou a liberdade contratual absoluta do Código de 1916, impondo que os contratos atendam também ao interesse coletivo. Em nossa análise, essa limitação representa avanço civilizatório: o Direito Civil continua privado, mas não pode ignorar a realidade social. A jurisprudência tem aplicado o princípio com moderação. No REsp 1.155.202/RS, o STJ reconheceu a necessidade de ajustar cláusulas abusivas para preservar o equilíbrio. Já no REsp 1.300.418/SC, entendeu-se que a função social não pode anular a essência do contrato nem violar a segurança jurídica. A doutrina reflete essa dualidade: Diniz defende o princípio como instrumento de justiça, enquanto Gomes critica sua amplitude. Em nossa visão, o equilíbrio está na proporcionalidade: garantir proteção sem eliminar a liberdade. Assim, o novo paradigma estimula responsabilidade social sem desfigurar o direito de contratar.

(Conclusão) Conclui-se que o princípio da função social do contrato representa um avanço essencial no Direito Civil brasileiro, ao substituir a autonomia absoluta por uma liberdade responsável, capaz de harmonizar interesses individuais e coletivos. Essa transformação reforça a presença dos valores constitucionais nas relações privadas e amplia o papel ético e social do contrato. Embora traga desafios à previsibilidade e à segurança jurídica, contribui para uma prática contratual mais justa e consciente, reafirmando a função social do Direito na promoção da dignidade e da justiça.

Palavras-chave: Contrato. Função social. Autonomia. Código Civil. Justiça.

O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NA OPERAÇÃO LAVA JATO: A DECISÃO DO STF SOBRE PRISÃO APÓS CONDENAÇÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Autor(es):
Carlos Leonardo Franceschini Paiva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
JUAN PABLO COUTO DE CARVALHO FILHO: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Matheus Marjan Bay: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Giovanni Medeiros Pinto de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Cabe abordar de início que a Operação Lava Jato foi a maior ação de combate à corrupção da história do Brasil, na qual políticos de diversas ideologias estiveram envolvidos em escândalos de corrupção e foram condenados pelos delitos praticados. A operação foi significativa tanto para o combate à impunidade quanto para a devolução de bilhões de reais de dinheiro público desviado aos cofres públicos. Ademais, um dos principais debates durante a Lava Jato envolvia a execução provisória da pena após a condenação em segunda instância e se isso violava o princípio da presunção de inocência.

(Metodologia) A metodologia empregada na elaboração deste artigo científico consistiu, primeiramente, em uma análise detalhada das ADCs 43, 44 e 54 do STF, e, em segundo lugar, em pesquisas bibliográficas de artigos científicos relacionados ao tema.

(Resultados) Os resultados iniciais indicaram que o assunto divide o mundo jurídico, a ponto de o STF ter alterado sua posição sobre o tema várias vezes. Em 2009, o STF determinou que o réu só poderia começar a cumprir a pena após o trânsito em julgado. Em 2016, o STF alterou sua jurisprudência e passou a aceitar que o réu pudesse iniciar o cumprimento da pena imediatamente após a condenação em segunda instância. Em 2019, o STF fez outra mudança em sua jurisprudência e retomou o entendimento que havia adotado em 2009. O Ministro Fachin acredita que o Princípio da Presunção de Inocência pode ser flexibilizado, uma vez que a prisão em segunda instância não só combate a impunidade, mas também reduz a desigualdade. Isso ocorre porque pessoas ricas e influentes geralmente têm recursos para recorrer sem limites, enquanto os mais pobres enfrentam dificuldades para levar seus casos até o STF. Por outro lado, o Ministro Toffoli defende que o Princípio da Presunção de Inocência não pode ser relativizado e que o réu tem o direito de permanecer em liberdade até o trânsito em julgado, uma vez que é impossível restituir a liberdade perdida a um cidadão.

(Conclusão) Em conclusão, é fundamental enfatizar que, apesar de o assunto ser altamente controverso e a jurisprudência do STF ser contrária à prisão em segunda instância, é necessário um debate mais aprofundado não só para prevenir a impunidade – uma vez que, após a decisão do STF de 2019, muitos condenados em segunda instância foram liberados, mas também para garantir que os menos favorecidos tenham os mesmos direitos de defesa que os políticos influentes.

Palavras-chave: Corrupção; Impunidade; Prisão; STF.

O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) COMO TERMÔMETRO DA ECONOMIA

Autor(es):
Letycia Karla Costa Araújo Freire: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Evenly Lorrany de Farias Alves: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Maria Eduarda Halehyn Araújo de Farias: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) A presente apresentação tem como objetivo explicar, de forma simplificada, o conceito e a importância do Produto Interno Bruto (PIB) como indicador fundamental da economia. A nossa produção busca aproximar o público do tema econômico por meio de uma linguagem acessível e formato jornalístico, conduzido pela aluna Lorrany, que interpreta uma repórter fictícia do telejornal “Econews”.

(Proposta do roteiro) A proposta do roteiro apresenta uma sequência informativa que percorre os principais pontos sobre o PIB: o que ele representa, como é calculado sob as três óticas: produção, demanda e renda, e por que é essencial para avaliar o crescimento e o desempenho econômico de um país. Além disso, o vídeo destaca as limitações do indicador, evidenciando que o PIB, embora relevante, não reflete a distribuição de renda nem o bem-estar social, sendo necessário analisá-lo junto a outros fatores como educação, saúde e sustentabilidade. Com recursos simples de gravação caseira e complementos visuais inseridos na edição, como vinheta de telejornal e imagens ilustrativas, o vídeo busca unir clareza e atratividade visual.

(Efeitos esperados) A relevância do trabalho está em promover a educação econômica de forma breve, crítica e acessível, contribuindo para o entendimento público de um tema frequentemente restrito a especialistas. Entendemos que discutir sobre economia é tratar também de políticas públicas e incentivar a participação da sociedade nas tomadas de decisões governamentais que acarreta na distribuição de riquezas e consequentemente das necessidades sociais.

O QUARTO PODER: ATUAÇÃO E ESTRUTURA DO FISCAL DA ORDEM JURÍDICA

Autor(es):
Olivier Izac Andrade Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Ministério Público, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, passou a ocupar posição de destaque no ordenamento jurídico brasileiro, sendo reconhecido como instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado. Sua atuação está diretamente vinculada à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme o art. 127 da Carta Magna. A Constituição de 1988 conferiu-lhe autonomia e independência, garantindo-lhe papel de protagonista na concretização dos direitos fundamentais e na efetivação do Estado Democrático de Direito. A relevância dessa instituição torna indispensável a análise de sua natureza jurídica, de seus princípios constitucionais e de suas funções institucionais, a fim de compreender o alcance de sua atuação e o seu impacto na consolidação da democracia e da justiça social.

(Metodologia) A pesquisa desenvolve-se por meio de uma abordagem qualitativa e descritiva, baseada na análise doutrinária, constitucional e normativa acerca do Ministério Público brasileiro. Foram utilizados como fundamentos os artigos 127 a 130 da Constituição Federal de 1988, bem como doutrinas jurídicas contemporâneas e legislações complementares, como a Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público). O método de procedimento adotado é o dedutivo, partindo-se das disposições constitucionais para a compreensão da estrutura, dos princípios e das atribuições da instituição.

(Resultados) A pesquisa evidencia que o Ministério Público possui natureza jurídica autônoma, não integrando nenhum dos Poderes da República, embora exerça funções que dialogam com o Poder Judiciário e o Executivo. Seus princípios institucionais “unidade, indivisibilidade e independência funcional” asseguram-lhe coesão e liberdade na formação de convicções jurídicas. Quanto à estrutura orgânica, observa-se a existência do Ministério Público da União, composto por quatro ramos (Federal, do Trabalho, Militar e do Distrito Federal e Territórios), e dos Ministérios Públicos Estaduais, que atuam com autonomia própria. Em relação às funções institucionais, destaca-se o papel de fiscal da lei, promotor da ação penal pública e defensor dos direitos difusos e coletivos, consolidando o Ministério Público como guardião da Constituição e dos interesses sociais relevantes.

(Conclusão) Conclui-se que o Ministério Público brasileiro representa um dos pilares fundamentais da República, sendo elemento indispensável à efetivação do regime democrático e à concretização dos direitos fundamentais. Sua autonomia funcional e administrativa, aliada aos princípios que regem sua atuação, assegura-lhe independência diante dos demais Poderes e permite que atue de forma imparcial e eficaz na defesa da sociedade. A Constituição Federal de 1988, ao elevar o Ministério Público à condição de instituição essencial à justiça, consolidou sua função de defensor da ordem jurídica e dos interesses coletivos, reafirmando seu papel de protagonista na promoção da cidadania e na garantia do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Constituição; Autonomia; Ordem pública.

O TRABALHO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO RAMO JURÍDICO.

Autor(es):
Aldair Illiton Cavalcanti da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marcelo Henrique Xavier Lula: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Augusto Fernandes Correia De Mesquita Ferraz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arlan Carlos Flor Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Italo Klayvi Silva dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A integração da Inteligência Artificial (IA) no cenário jurídico brasileiro representa uma transformação profunda, impulsionada pela busca de eficiência e pela necessidade de gerenciar o volumoso acervo de processos. Contudo, esta adoção não é isenta de complexidades, levantando um problema de pesquisa central: a definição de responsabilidade civil por danos causados por sistemas autônomos de IA e os desafios éticos e regulatórios decorrentes de sua operação, como a opacidade algorítmica (efeito “caixa-preta”) e a potencial perpetuação de vieses. O enquadramento teórico apoia-se em autores como Susskind (2019), que discute a transformação do Direito pela tecnologia, e Wachter, Mittelstadt e Floridi (2017), que abordam os desafios da transparência. A pesquisa pretendeu demonstrar que, embora a IA traga ganhos de produtividade, sua implementação exige um arcabouço normativo robusto para equilibrar inovação e a proteção de direitos fundamentais, como o devido processo legal e a dignidade da pessoa humana.

(Metodologia) Adotou-se abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e documental. Foram analisadas fontes secundárias – artigos, dissertações, livros, legislações nacionais (LGPD, Marco Civil da Internet), projetos de lei (PL nº 2.338/2023 e PL nº 21/2020) e estudos de caso sobre sistemas como “Victor” (STF), “Radar” (TJ-MG) e “Sapiens” (AGU). A pesquisa utilizou bases digitais, como o Google Acadêmico, sem coleta de dados primários, permitindo uma análise técnico-jurídica abrangente.

(Resultados) Constatou-se que a IA já está consolidada no Judiciário e na advocacia, atuando na triagem de processos, uniformização de jurisprudência e automação de petições, com expressivos ganhos de eficiência. A principal limitação identificada é a opacidade algorítmica, que compromete a transparência e a fiscalização das decisões automatizadas. Quanto à responsabilidade civil, o PL 2.338/2023 propõe responsabilidade objetiva para sistemas de alto risco, enquanto o PL 21/2020 adota a subjetiva. A teoria do risco criado mostrou-se a mais adequada para atribuir responsabilidade a provedores e usuários. Além disso, verificou-se que cerca de 65% dos advogados já utilizam ferramentas de IA, embora persista preocupação com discriminação algorítmica e falta de clareza sobre as decisões automatizadas.

(Conclusão) Conclui-se que a IA é um avanço irreversível e benéfico ao Direito, mas seu uso ético exige superar desafios críticos. A tecnologia deve complementar, e não substituir, a interpretação humana, demandando supervisão constante. É urgente a criação de legislação específica sobre responsabilidade civil, auditoria e transparência algorítmica, além da capacitação dos profissionais jurídicos. Pesquisas futuras devem investigar empiricamente os vieses nos sistemas brasileiros e comparar marcos regulatórios internacionais. A regulação deve seguir o princípio da precaução e preservar a dignidade humana, assegurando que a inovação promova uma justiça mais ágil e justa.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Direito. Responsabilidade Civil. Ética. Regulamentação.

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NO MONITORAMENTO DAS LIGAÇÕES EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

Autor(es):
Beatriz Pacheco Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O sistema prisional brasileiro, historicamente enfrenta desafios complexos relacionados à superlotação, à má gestão de informações e à persistência de atividades criminosas organizadas nas prisões. Diante desse cenário, o uso de tecnologias avançadas, em especial a inteligência artificial (IA), tem se tornado uma alternativa promissora para aprimorar os mecanismos de controle, monitoramento e segurança. Entre as possibilidades mais discutidas está o monitoramento de ligações telefônicas feitas por detentos, tanto autorizadas quanto clandestinas. A proposta é prevenir crimes e aumentar a efetividade das ações de segurança pública. No entanto, esse tipo de intervenção tecnológica levanta questões jurídicas significativas, principalmente em relação aos direitos fundamentais dos prisioneiros, como o direito à privacidade, à comunicação e à dignidade humana. Portanto, esta é uma questão que exige uma análise cuidadosa dos limites legais e constitucionais envolvidos.

(Metodologia) A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com método dedutivo. Para tanto, foram realizadas análises bibliográficas e documentais, com base em legislações nacionais, como a Lei de Execução Penal e a Constituição Federal de 1988, além de decisões judiciais, doutrinas e artigos científicos relevantes sobre o tema. Também foram estudados casos práticos de aplicação da inteligência artificial em contextos prisionais, incluindo programas-piloto implementados no Brasil e em outros países, com o objetivo de oferecer um panorama comparado e ampliar a compreensão sobre os impactos e desafios dessa prática.

(Resultados) Usar a inteligência artificial para monitorar ligações telefônicas dentro de presídios é uma medida eficaz e estratégica no combate ao crime organizado. A tecnologia permite filtragem otimizada de chamadas e identificação mais rápida e precisa de comportamentos suspeitos, fortalecendo os mecanismos de controle e segurança. Apesar do atual vácuo regulatório, a solução não é excluir a inteligência artificial, mas criar diretrizes claras que garantam legalidade, transparência e respeito aos direitos fundamentais. Portanto, com regulamentação adequada, a inteligência artificial pode e deve ser utilizada como uma legítima aliada na gestão do sistema prisional, para promover maior segurança sem comprometer os princípios constitucionais.

(Conclusão) Portanto, conclui-se que o uso de inteligência artificial no monitoramento telefônico em estabelecimentos prisionais pode representar um avanço significativo no combate à criminalidade, desde que regido por critérios legais claros e em consonância com os princípios constitucionais. O desafio, portanto, está em aliar a inovação ao respeito aos direitos humanos para que as políticas públicas voltadas ao sistema prisional sejam não apenas efetivas, mas também legal e eticamente legítimas.

Palavras-chave: Inteligência artificial; Sistema prisional; Interceptação telefônica; Legalidade; Direitos fundamentais.

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO: IMPACTOS NO ENGAJAMENTO E DESEMPENHO ACADÊMICO

Autor(es):
Noemi Mari Oliveira Inacio: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Jefferson Clayton Simão Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Márcio Henrique Medeiros Maia De Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Manoel Dias Ximenes Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Luiza da Silva Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN
Adriana Gomes Medeiros de Macedo: Docente do UNI-RN
Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O texto aborda a influência da Inteligência Artificial (IA) na educação, destacando seu potencial para personalizar o aprendizado, monitorar o desempenho dos alunos e apoiar os professores. No entanto, também levanta preocupações éticas e pedagógicas, como a preservação da interação humana e a proteção de dados. A importância do estudo está em analisar como a IA pode contribuir para uma educação mais eficaz, inclusiva e ética, equilibrando tecnologia e humanização.

(Metodologia) A pesquisa possui caráter teórico e exploratório, com abordagem qualitativa, sendo desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica de publicações recentes sobre o tema. As fontes consultadas foram extraídas de bases de dados acadêmicas, como SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES, abrangendo estudos publicados entre os anos de 2022 e 2025. O critério de seleção priorizou trabalhos que abordassem a aplicação da Inteligência Artificial no campo educacional, enfatizando o engajamento e o desempenho acadêmico. O método utilizado permitiu identificar convergências e divergências entre os autores, promovendo uma análise crítica e contextualizada sobre os benefícios, riscos e desafios do uso da IA na educação. Essa estratégia metodológica proporcionou uma visão ampla e atualizada do tema, sem a necessidade de coleta de dados empíricos.

(Resultados) Os resultados da análise indicam que a Inteligência Artificial tem potencial para revolucionar o processo educativo, tornando o ensino mais personalizado, acessível e eficiente. Ferramentas como o ChatGPT e plataformas adaptativas contribuem para a criação de conteúdos ajustados às necessidades dos alunos, aumentando o engajamento e o desempenho acadêmico. Contudo, os estudos também apontam desafios significativos, como a falta de formação adequada dos professores, o risco de dependência tecnológica e a necessidade de preservar a criatividade e o pensamento crítico dos estudantes. Além disso, emergem preocupações éticas relacionadas à privacidade dos dados e à equidade no acesso às tecnologias. Assim, o uso da IA na educação deve ser guiado por princípios éticos e pedagógicos que valorizem a interação humana e a formação integral dos aprendizes.

(Conclusão) Conclui-se que a Inteligência Artificial representa uma ferramenta poderosa para o aprimoramento da educação, desde que aplicada de forma consciente, responsável e ética. A tecnologia deve ser utilizada como um meio de apoio à prática docente e não como substituta da figura do professor. A formação continuada dos educadores e a construção de políticas públicas voltadas à inclusão digital são fundamentais para o sucesso dessa integração. A pesquisa reforça a necessidade de equilibrar inovação tecnológica e humanização, garantindo que o processo de ensino-aprendizagem continue a promover autonomia, criatividade e reflexão crítica. Dessa forma, a IA se consolida como uma aliada na construção de uma educação mais inovadora, inclusiva e transformadora.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Educação. Engajamento. Aprendizagem Adaptativa. Desempenho Acadêmico.

O VESTIR DA LIBERDADE: A MODA COMO CAMINHO DE RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

Autor(es):
Maria Isadora Freitas Pessoa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Anna Beatriz Alves Monteiro : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O sistema prisional brasileiro é historicamente marcado por precariedade, superlotação e falta de políticas efetivas de reintegração. A pena, que deveria ter funções preventivas e ressocializadoras, muitas vezes assume caráter meramente punitivo, afastando-se dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da finalidade educativa previstos na Constituição Federal e na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984). Nesse contexto, iniciativas que unem educação, cultura, trabalho e expressão artística surgem como alternativas transformadoras. A moda, entendida como fenômeno social e cultural, pode reconstruir identidade, autoestima e autonomia. Projetos que envolvem confecção de roupas, desfiles e oficinas de design vão além do aspecto laboral, funcionando como meio de expressão e valorização pessoal. Além de promover capacitação profissional e geração de renda, essas iniciativas contribuem para a quebra de estigmas e para o fortalecimento da dignidade humana, mostrando que arte e criatividade podem ser pontes entre o cárcere e a sociedade. Este trabalho analisa como a moda pode atuar como instrumento de ressocialização no sistema prisional, sob a ótica do Direito Penal e dos direitos humanos.

(Metodologia) A pesquisa possui caráter qualitativo e exploratório, combinando revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso. Foram consultadas obras de referência do Direito Penal e da Criminologia, legislações pertinentes e relatórios de projetos prisionais, como “Costurando a Liberdade” (Goiás) e “Moda Reeducanda” (São Paulo), observando resultados em termos de reinserção social e capacitação profissional. Também foram analisadas entrevistas e relatos de coordenadores, agentes penitenciários e participantes, a fim de compreender os impactos dessas atividades na ressocialização e na progressão de regime. A análise dos dados relacionou a teoria penal com os efeitos práticos das experiências de moda dentro do cárcere.

(Resultados) Os resultados indicam que oficinas de moda ultrapassam o caráter laboral e se configuram como espaços de transformação pessoal e social. O aprendizado técnico oferece qualificação profissional e oportunidades reais de inserção no mercado de trabalho após o cumprimento da pena. Sob o ponto de vista jurídico, essas práticas concretizam o princípio da individualização da pena, permitindo que o apenado participe ativamente de seu processo de reeducação. A participação nos projetos também contribui para a progressão de regime, demonstrando disciplina, engajamento e comprometimento com a execução penal. Psicologicamente, observa-se fortalecimento da autoestima, melhoria das relações interpessoais e redução de conflitos, promovendo um ambiente prisional mais humano. Assim, a moda cumpre função preventiva especial positiva, atuando na reconstrução simbólica da dignidade e da identidade do indivíduo privado de liberdade.

(Conclusão) O Direito Penal contemporâneo deve ir além do caráter retributivo da pena e priorizar sua função ressocializadora. A moda surge como alternativa humanizadora, capaz de transformar o espaço prisional em ambiente de aprendizado, expressão e autonomia. Projetos desse tipo mostram efeitos positivos na progressão de regime e na redução da reincidência, reforçando a função educativa da pena e os valores da justiça restaurativa. O “vestir da liberdade” simboliza o renascimento social e a reconquista da cidadania, reafirmando o compromisso do Estado com uma execução penal digna e inclusiva.

Palavras-chave: Ressocialização. Moda. Dignidade da pessoa humana. Execução Penal. Justiça Restaurativa. Progressão de Regime.

OBESIDADE E HÁBITOS ALIMENTARES EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A INFLUÊNCIA DA MÍDIA E O CONSUMISMO DESENFREADO

Autor(es):
Pedro Luiz Cruz Gama: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isadora Giullia Santos Silva Dias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Fernanda de Oliveira Freire: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Jamile Karine Costa de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Alexia de Medeiros Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A obesidade é uma doença crônica causada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal e está associada a várias doenças, como hipertensão e diabetes tipo 2. Trata-se de um grave problema de saúde pública mundial, responsável por milhões de mortes anuais, segundo a OMS. A obesidade infantil, em especial, tem crescido no Brasil e no mundo, influenciada por maus hábitos alimentares, sedentarismo e exposição a propagandas de alimentos industrializados. Diante disso, o artigo busca analisar a relação entre os hábitos alimentares de jovens e adolescentes e o desenvolvimento da obesidade, destacando a influência da mídia e do consumismo, além de discutir o papel do marketing nas escolhas alimentares desse público.

(Metodologia) Este estudo caracteriza-se por uma pesquisa de revisão bibliográfica, com uma abordagem qualitativa e de natureza exploratória. Para sua construção, foram examinadas publicações já existentes, especialmente artigos científicos disponíveis em plataformas acadêmicas como o Google Acadêmico e a Scielo. A escolha das obras considerou produções publicadas entre 2014 e 2025, priorizando publicações com maior relevância para o tema investigado. O material selecionado foi sistematizado, analisado e interpretado de maneira crítica, permitindo a identificação de diferentes perspectivas teóricas acerca do objeto de estudo.

(Resultados) As pesquisas realizadas nessa esfera comprovam que a influência da mídia e as ações dos pais e/ou responsáveis das crianças e adolescentes influenciam de maneira significativa o ganho excessivo de peso desses jovens. Analisando os resultados do levantamento realizado de 2014 a 2024 no Brasil, observa-se que os índices aumentaram de maneira preocupante, sendo necessárias medidas eficientes e urgentes para a diminuição desses casos. Ao avaliar o conteúdo de diversos artigos, percebe-se a ineficácia estatal de amparar as famílias e fornecer o que lhes é de direito: uma alimentação adequada. Além disso, expõe a influência negativa que a mídia pode ter na vida dos jovens, influenciando-os a ingerir alimentos ultraprocessados e gordurosos e com nenhum ganho de nutrientes essenciais – como vitaminas, proteínas, minerais, carboidratos, gorduras e fibras, primordiais para um bom desenvolvimento da saúde mental e física das crianças e adolescentes -, que aumentam o risco de doenças como hipertensão, diabetes e a obesidade.

(Conclusão) O artigo conclui que a mídia e o consumismo exercem forte influência nos hábitos alimentares de jovens e adolescentes, contribuindo para o aumento da obesidade. Destaca-se a responsabilidade das empresas de comunicação, da indústria alimentícia e também das famílias nesse contexto. Além disso, reforça-se a importância de políticas públicas de regulação da publicidade e da educação nutricional nas escolas como formas eficazes de prevenção. Refletir sobre o papel da mídia é essencial para enfrentar o problema de forma consciente e eficaz.

Palavras-chave: Obesidade. Mídia. Publicidade. Consumo de alimentos. Infância e adolescência.

ÓRFÃOS DO FEMINICÍDIO NO BRASIL: ENTRE A PERDA MATERNAL E O ABANDONO INSTITUCIONAL

Autor(es):
Lílian Gabriele Pinto Dutra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Yasmin Rangel Monteiro da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Joyse Maria Leoterio Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O feminicídio, reconhecido no Brasil pela Lei nº 13.104/2015, constitui a expressão mais extrema da violência de gênero e deixa consequências que ultrapassam a vítima direta. Entre os principais impactos sociais estão os chamados órfãos do feminicídio, crianças e adolescentes que perdem a mãe de forma brutal e, muitas vezes, também o pai, que é o agressor. Trata-se de um fenômeno ainda invisível nas estatísticas oficiais, mas de grande relevância científica, social e política, pois evidencia a negligência institucional e a fragilidade das redes de proteção.

(Metodologia) A pesquisa adotou abordagem mista, unindo procedimentos qualitativos e quantitativos. A dimensão qualitativa foi construída a partir de revisão bibliográfica e documental em bases acadêmicas e relatórios institucionais, priorizando publicações nacionais e internacionais entre 2011 e 2022. A dimensão quantitativa utilizou dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, por meio da elaboração de cenários estimativos que consideraram diferentes proporções de vítimas com filhos e médias de fecundidade. A técnica de análise de conteúdo foi aplicada para organizar as informações em categorias temáticas recorrentes, como invisibilidade estatística, efeitos psicológicos e ausência de políticas públicas.

(Resultados) Os resultados indicam uma variação significativa no número de crianças e adolescentes órfãos, dependendo das premissas adotadas. Estima-se que o número de órfãos de feminicídio pode variar de 8.953 a 18.031. A pesquisa também evidencia a invisibilidade desses indivíduos nas políticas públicas e o crescente número de feminicídios no Brasil, especialmente entre 2019 e 2023. A falta de políticas públicas nacionais adequadas agrava o risco de exclusão social e sofrimento psicológico para essas crianças e adolescentes.

(Conclusão) O estudo alcançou seu objetivo ao evidenciar a magnitude e a invisibilidade dos órfãos do feminicídio no Brasil. Constatou-se que, embora existam avanços legislativos recentes, ainda há um abismo entre o reconhecimento formal e a proteção integral dessas crianças e adolescentes. As principais contribuições do trabalho residem em oferecer estimativas inéditas para o problema, além de indicar caminhos para políticas públicas mais amplas e eficazes. Como limitação, destaca-se a ausência de dados oficiais consolidados, o que reforça a urgência de um sistema nacional de registro e acompanhamento. Pesquisas futuras podem aprofundar a dimensão psicossocial do fenômeno, com base em estudos de caso e análises longitudinais.

Palavras-chave: Órfãos. Violência de Gênero. Políticas Públicas. Feminicídio. Abandono Institucional.

OS BENEFÍCIOS DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO PARA O PODER JUDICIÁRIO E PARA AS PARTES

Autor(es):
Ana Clara do Vale Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Eloize sandy Carvalho ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rodrigo de Souza Bandeira Lyra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marillia Silva Sales Paraiso: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A conciliação e a mediação têm ganhado destaque no cenário jurídico brasileiro como instrumentos eficazes de resolução de conflitos. Essas práticas, estimuladas pelo novo Código de Processo Civil e pela Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos, representam uma mudança de paradigma no acesso à justiça, priorizando o diálogo e a cooperação entre as partes. Além de contribuírem para a pacificação social, reduzem a sobrecarga do Poder Judiciário e promovem soluções mais rápidas e satisfatórias. Este trabalho busca analisar os benefícios dessas formas autocompositivas tanto para o sistema judicial quanto para os cidadãos, demonstrando como a conciliação e a mediação fortalecem a cultura da paz e a efetividade da justiça no Brasil.

(Metodologia) O presente trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, com base em obras que abordam a conciliação e a mediação no sistema jurídico brasileiro, como o Curso de Direito Processual Civil: Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo de Conhecimento, de Fredie Didier Jr., que discute de forma aprofundada os métodos autocompositivos, a cooperação entre as partes e o fortalecimento do acesso à justiça no processo civil contemporâneo. Também foram analisadas legislações pertinentes, como o Código de Processo Civil de 2015 e a Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos. A pesquisa possui caráter descritivo e analítico, buscando compreender os benefícios e impactos da conciliação e da mediação para o Poder Judiciário e para as partes, além de identificar como esses instrumentos promovem a cultura da paz, a efetividade da justiça e a redução da morosidade processual.

(Resultados) A pesquisa evidenciou que a conciliação e a mediação contribuem significativamente para a redução da morosidade processual e da sobrecarga do Poder Judiciário, promovendo soluções mais rápidas e satisfatórias para as partes. Verificou-se que esses métodos fortalecem a cultura da paz, estimulam o diálogo e a cooperação, além de ampliar o acesso à justiça. Os estudos analisados demonstraram que a adoção de práticas autocompositivas melhora a efetividade da justiça e consolida um modelo de resolução de conflitos mais participativo e humanizado.

(Conclusão) A partir da análise realizada, é possível concluir que a conciliação e a mediação representam instrumentos indispensáveis para a concretização do acesso à justiça e para a efetividade da prestação jurisdicional. Esses métodos não apenas aliviam a sobrecarga do Poder Judiciário, mas também proporcionam às partes uma oportunidade de diálogo, escuta ativa e construção conjunta de soluções, promovendo relações mais harmoniosas e duradouras. Verificou-se que a adoção de práticas autocompositivas contribui significativamente para a redução do número de processos e para o fortalecimento de uma cultura de paz social, em sintonia com os princípios da celeridade e da eficiência. Assim, a conciliação e a mediação se consolidam como caminhos viáveis e necessários para uma justiça mais humanizada, participativa e comprometida com a transformação positiva das relações sociais e jurídicas no Brasil.

Palavras-chave: Conciliação; Mediação; Poder Judiciário; Acesso à Justiça.

OS CONTRATOS ELETRÔNICOS E A MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS EM NATAL/RN

Autor(es):
Maria Julia Gama Ferreira Glasner: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O estudo, tem o intuito analisar de que maneira os contratos digitais têm impulsionado a modernização das operações de negócios em Natal, Rio Grande do Norte. A meta é desvendar tanto os pontos fortes quanto os fracos, assim como os dilemas de ordem jurídica e financeira que manifestam-se nesse contexto. Mais especificamente, pretende-se definir e decifrar o alicerce jurídico; averiguar a progressão das práticas comerciais natalenses em face da digitalização; perscrutar as vantagens, como a celeridade, a redução de custos e a proteção, como a infraestrutura e o preparo; examinar a função do governo na normatização; e sugerir estratégias que fomentem a expansão e a utilização protegida no comércio da região.

(Proposta do roteiro) A proposta deste roteiro tem como objetivo apresentar de forma didática, e acessível do tema “Contratos Eletrônicos e a Modernização das Relações Comerciais em Natal/RN”, explicando como a tecnologia tem transformado as relações comerciais e jurídicas na cidade. O vídeo busca contextualizar a importância dos contratos eletrônicos, destacando suas vantagens, como agilidade, segurança e redução de custos, além de apontar os desafios ainda existentes na adaptação ao meio digital. De maneira leve e explicativa, o roteiro conduz o público pela compreensão do tema, relacionando a digitalização com o crescimento do comércio local e mostrando como a modernização das relações contratuais contribui para o desenvolvimento econômico e social de Natal, reforçando a importância da atualização jurídica frente às inovações tecnológicas.

(Efeitos esperados) Os resultados revelam que os contratos eletrônicos são importantes para a modernização do comércio, viabilizando mais agilidade dos negócios, corte de despesas e aumento das ação das empresas, e permanecem desafios como a insuficiência de preparo técnico de empreendedores e funcionários públicos, a sensação de fragilidade jurídica por microempresários e as limitações tecnológicas em algumas áreas, que complicam a adoção completa. No entanto, é fundamental uniformizar processos e disponibilizar mais cursos de qualificação sobre assinaturas digitais, proteção de dados e segurança da informação. Os contratos digitais são indispensáveis na renovação das relações comerciais em Natal/RN, proporcionando rapidez, diminuição de custos e maior abrangência. Apesar dos avanços, sua total eficiência requer ajustes jurídicos, infraestrutura tecnológica apropriada e capacitação constante dos usuários.

OS CONTRATOS ELETRÔNICOS E A MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS EM NATAL/RN.

Autor(es):
Guilherme Flor Álvares Borges Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Julia Gama Ferreira Glasner: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os contratos eletrônicos, são acordos firmados por meios digitais, que representam a agilidade e praticidade das transações na era digital. Eles podem ser celebrados por meio de cliques, formulários onlines ou e-mails, por exemplo. Em Natal/RN, essa modernização impulsiona o comércio local, plataformas online e serviços digitais. Contudo, o crescimento de seu uso levanta questões jurídicas sobre a validade das assinaturas, segurança da informação, proteção de dados e comprovação da vontade das partes. Esta pesquisa buscou analisar a contribuição desses contratos para a modernização das relações comerciais em Natal/RN e os desafios jurídicos para garantir sua validade e segurança.

(Metodologia) Adotamos uma perspectiva qualitativa, fundamentada em uma pesquisa bibliográfica e na análise de documentos como leis, estudos, artigos científicos, informes e dados relativos ao comércio digital em Natal, RN. Ademais, analisamos ações de digitalização de serviços comerciais, tanto governamentais quanto particulares, que estão sendo implementadas na cidade.

(Resultados) Os resultados revelam que os contratos eletrônicos são um fator importante para a modernização do comércio em Natal/RN, viabilizando mais agilidade na efetivação de negócios, corte de despesas e aumento do raio de ação das empresas, e permanecem desafios como a insuficiência de preparo técnico de empreendedores e funcionários públicos, a sensação de fragilidade jurídica por microempresários e as limitações tecnológicas em algumas áreas, que complicam a adoção completa. No entanto, é fundamental uniformizar processos e disponibilizar mais cursos de qualificação sobre assinaturas digitais, proteção de dados e segurança da informação.

(Conclusão) Os contratos digitais são indispensáveis na renovação das relações comerciais em Natal/RN, proporcionando rapidez, diminuição de custos e maior abrangência. Apesar dos avanços, sua total eficiência requer ajustes jurídicos, infraestrutura tecnológica apropriada e capacitação constante dos usuários. Propõe-se que autoridades promovam programas de qualificação e orientação, ampliem o acesso à tecnologia e à internet de qualidade, e uniformizar processos digitais, e que empresas invistam em certificação digital, sistemas seguros de gestão contratual e acompanhamento jurídico, para uma modernização eficaz, segura e duradoura.

Palavras-chave: Contratos eletrônicos, modernização comercial, segurança jurídica, e capacitação

OS DESAFIOS E OBSTÁCULOS DA PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NO COMÉRCIO ELETRÔNICO: FRAUDES DIGITAIS E A OBRIGAÇÃO DAS PLATAFORMAS ONLINE

Autor(es):
Julia Elizabeth Diogenes Florencio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) Com a crescente evolução do comércio eletrônico no Brasil, nasceram ambientes virtuais com ferramentas que facilitam a relação entre o vendedor e o consumidor. Contudo, mesmo com a expansão do comércio eletrônico facilitando o acesso ao consumo, ele também expõe os consumidores a fraudes digitais, principalmente em razão da atuação limitada das plataformas online na gestão dessas interações. O núcleo do problema, assim, encontra-se na ausência de regulamentação precisa e na dificuldade em atribuir responsabilidade a essas plataformas quando surgem danos ao consumidor. Mesmo com a ocorrência dessas contendas, as plataformas online, por atuarem como intermediárias nas relações entre vendedores e consumidores, acabam por, em alguns momentos, não cumprir suas obrigações legais, ocasionando assim a situação de vulnerabilidade para os consumidores que esperam estar protegidos em suas compras online.

(Metodologia) O estudo trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter exploratório e analítico, buscando uma compreensão aprofundada do tema através da literatura. O estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica de artigos científicos disponíveis nas plataformas acadêmicas, Google Acadêmico e Slielo Brasil.

(Resultados) Não há, no Código de Defesa do Consumidor ou em em qualquer outra legislação vigente, disposição específica acerca da responsabilização das plataformas online que atuam apenas intermediadoras nas relações entre vendedor e consumidor, visto que, nessas situações, não se confirma o nexo de causalidade entre a atitude da plataforma e o dano gerado pelo anúncio publicado. Além disso, parte da jurisprudência compreende que não há a responsabilidade dessas plataformas quando desempenham somente como intermediadoras. Contudo, autores como Fábio da silva costa (2018,p.44) afirmam que os sites providenciais artifícios devem providenciar meios para a identificação dos usuários, visto que a omissão pode ensejar a responsabilização das plataformas intermediadoras, com critério na culpa in omittendo.

(Conclusão) Conclui-se, consequentemente, que a lacuna existente no ordenamento jurídico quanto à responsabilização das plataformas digitais representa um ambiente preocupante para o consumidor, que se vê cada vez mais vulnerável a fraudes nas suas compras feitas em espaço digital. Além disso, destaca-se a importância de um reconhecimento mais aprofundado, corroborando que tal vulnerabilidade, frequentemente minimizada, deveria ser mais apreciada por parte dos tribunais brasileiros, sobretudo em vista do aumento do número de fraudes digitais ocorridas com o passar dos anos, aliado à crescente expansão das plataformas virtuais.

Palavras-chave: Comércio Eletrônico; Proteção do Consumidor; Fraudes; Plataformas Intermediadoras.

OS EFEITOS DA LUDOPATIA NOS JOVENS ADULTOS UNIVERSITÁRIOS DO UNI-RN

Autor(es):
Maria Isadora Bulhões de Farias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Júlia Gurgel Bezerra de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Pedro de Medeiros Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Miguel Lucas Paulino de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Miguel Ricarte Moura Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) A crescente popularização das apostas esportivas digitais no Brasil tem gerado novas formas de sociabilidade, consumo e dependência entre jovens adultos, sobretudo no ambiente universitário. Nesse contexto, a ludopatia, compreendida como o vício patológico em jogos de azar, revela-se um fenômeno de relevância social e jurídica, marcado pela ausência de regulamentação efetiva e pela vulnerabilidade dos usuários. À luz de Pierre Bourdieu, tal prática expressa formas de violência simbólica que naturalizam a alienação social, enquanto Cornelius Castoriadis permite compreendê-la como instituição imaginária sustentada por ilusões de controle e sucesso. Assim, o estudo busca analisar os efeitos sociológicos e comportamentais da ludopatia em jovens universitários do UNI-RN.

(Metodologia) O presente trabalho adota uma abordagem quantitativa, utilizando-se de questionário para obtenção de respostas. A divulgação do formulário se deu por intermédio das redes sociais utilizadas pelo público alvo. Esses caminhos possibilitaram a elaboração de 18 perguntas, com o retorno de 18 respostas, de participação voluntária, com disucssão acrescida da revisão literária de artigos científicos e trabalhos acadêmicos sob a óptica dos efeitos da ludopatia em jovens.

(Resultados) O estudo investigou o perfil e comportamento de jovens universitários em relação aos jogos de azar e apostas esportivas. A maioria tem entre 18 e 19 anos, é homem e cursa Direito. O primeiro contato com as apostas ocorreu, em geral, por amigos, familiares ou influenciadores digitais, e todos utilizam plataformas online. As apostas esportivas predominam, seguidas por cassinos. Cerca de 70% apostaram no último mês e 77,8% se consideram amadores. Metade afirmou que as apostas não afetam os estudos, enquanto a outra metade percebe prejuízos. Parte dos entrevistados (27,8%) já contraiu dívidas e 40% usaram recursos essenciais para apostar. Mesmo assim, 80% relatam algum retorno financeiro e 77,8% não veem necessidade de apoio profissional. Metade pretende continuar apostando em 2025, indicando que o hábito está consolidado entre os jovens, com possíveis riscos financeiros e sociais.

(Conclusão) A análise realizada evidencia que os jogos de azar, embora possuam caráter histórico e cultural consolidado, acarretam impactos relevantes de ordem econômica, social e psicológica. A modernização tecnológica e a utilização de algoritmos de controle tornaram a prática, em muitos casos, desleal. Os resultados da pesquisa indicam predominância de jovens do sexo masculino, entre 18 e 24 anos, fortemente influenciados pelo meio digital, por pares e por figuras públicas. Tal grupo revela maior vulnerabilidade diante da escassez de oportunidades no mercado de trabalho e da atratividade de ganhos imediatos, o que contribui para a crescente normalização social das apostas. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de políticas públicas que conciliam os potenciais benefícios econômicos do setor com os riscos inerentes ao seu consumo. A educação, a conscientização e a regulação responsável configuram instrumentos essenciais para mitigar danos e promover uma gestão equilibrada e sustentável da atividade.

Palavras-chave: Ludopatia. Jovens. Jogos de Azar.

OS EFEITOS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA DO ÂMBITO FAMILIAR E OS MECANISMOS DE PROTEÇÃO JURÍDICA.

Autor(es):
Nathalia Melo Santos Gadelha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) A violência psicológica familiar configura uma forma silenciosa e persistente de agressão que afeta o desenvolvimento emocional e social de crianças e adolescentes. Diferente da violência física, ela não deixa marcas visíveis, mas compromete a autoestima, a autonomia e a percepção de segurança da vítima. No contexto familiar, essa modalidade de violência manifesta-se por meio de humilhações, rejeições, ameaças, chantagens e manipulações, sendo frequentemente naturalizada como prática disciplinar. O problema de pesquisa do presente trabalho consiste em compreender os efeitos da violência psicológica familiar sobre o adolescente e identificar os mecanismos de proteção jurídica destinados à sua prevenção e enfrentamento. O estudo parte do reconhecimento de que a invisibilidade e a dificuldade de identificação desse tipo de agressão exigem maior atenção do Direito e das políticas públicas, em especial no que tange à efetividade da proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

(Metodologia) O trabalho adota o método dedutivo, partindo de uma análise teórica sobre o conceito de violência psicológica e sua caracterização no âmbito familiar, com base em doutrinas, legislações e pesquisas científicas. A abordagem é qualitativa, mediante revisão bibliográfica de autores como Minayo (2006), Garbarino (1986) e Gomes (2020), além da análise documental de leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a Lei nº 13.431/2017 e a Lei nº 14.344/2022 (Lei Henry Borel)

(Resultados) A pesquisa revelou que a violência psicológica intrafamiliar compromete de maneira significativa o desenvolvimento emocional do adolescente, gerando baixa autoestima, insegurança, ansiedade e dificuldades de socialização. Verificou-se, ainda, que essa forma de violência tende a se perpetuar de forma transgeracional, reproduzindo ciclos de agressão no ambiente familiar. Do ponto de vista jurídico, constatou-se que o ordenamento brasileiro avançou no reconhecimento da violência psicológica como violação grave de direitos, especialmente após a promulgação da Lei Henry Borel, que reforçou as medidas protetivas voltadas à infância e à adolescência. Contudo, persistem desafios na identificação precoce e na atuação integrada dos órgãos de proteção, o que limita a efetividade das políticas públicas.

(Conclusão) Conclui-se que a violência psicológica familiar é uma das formas mais nocivas e invisíveis de violação de direitos, cujos efeitos repercutem profundamente na formação da personalidade e na saúde mental do adolescente. Apesar dos avanços legislativos, ainda há necessidade de aprimorar a rede de proteção, investir na capacitação de profissionais e fortalecer a articulação entre o sistema de justiça, escolas e serviços de saúde. O enfrentamento eficaz dessa violência requer não apenas medidas repressivas, mas também ações preventivas e educativas, capazes de promover ambientes familiares mais saudáveis e garantir o cumprimento do princípio constitucional da proteção integral.

Palavras-chave: Violência psicológica. Adolescente. Família. Proteção jurídica. Lei Henry Borel.

OS EFEITOS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA DO FAMILIAR E OS MECANISMOS DE PROTEÇÃO JURÍDICA

Autor(es):
Nathalia Melo Santos Gadelha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) A violência psicológica familiar configura uma forma silenciosa e persistente de agressão que afeta o desenvolvimento emocional e social de crianças e adolescentes. Diferente da violência física, ela não deixa marcas visíveis, mas compromete a autoestima, a autonomia e a percepção de segurança da vítima. No contexto familiar, essa modalidade de violência manifesta-se por meio de humilhações, rejeições, ameaças, chantagens e manipulações, sendo frequentemente naturalizada como prática disciplinar. O problema de pesquisa do presente trabalho consiste em compreender os efeitos da violência psicológica familiar sobre o adolescente e identificar os mecanismos de proteção jurídica destinados à sua prevenção e enfrentamento. O estudo parte do reconhecimento de que a invisibilidade e a dificuldade de identificação desse tipo de agressão exigem maior atenção do Direito e das políticas públicas, em especial no que tange à efetividade da proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

(Metodologia) O trabalho adota o método dedutivo, partindo de uma análise teórica sobre o conceito de violência psicológica e sua caracterização no âmbito familiar, com base em doutrinas, legislações e pesquisas científicas. A abordagem é qualitativa, mediante revisão bibliográfica de autores como Minayo (2006), Garbarino (1986) e Gomes (2020), além da análise documental de leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a Lei nº 13.431/2017 e a Lei nº 14.344/2022 (Lei Henry Borel)

(Resultados) A pesquisa revelou que a violência psicológica intrafamiliar compromete de maneira significativa o desenvolvimento emocional do adolescente, gerando baixa autoestima, insegurança, ansiedade e dificuldades de socialização. Verificou-se, ainda, que essa forma de violência tende a se perpetuar de forma transgeracional, reproduzindo ciclos de agressão no ambiente familiar. Do ponto de vista jurídico, constatou-se que o ordenamento brasileiro avançou no reconhecimento da violência psicológica como violação grave de direitos, especialmente após a promulgação da Lei Henry Borel, que reforçou as medidas protetivas voltadas à infância e à adolescência. Contudo, persistem desafios na identificação precoce e na atuação integrada dos órgãos de proteção, o que limita a efetividade das políticas públicas.

(Conclusão) Conclui-se que a violência psicológica familiar é uma das formas mais nocivas e invisíveis de violação de direitos, cujos efeitos repercutem profundamente na formação da personalidade e na saúde mental do adolescente. Apesar dos avanços legislativos, ainda há necessidade de aprimorar a rede de proteção, investir na capacitação de profissionais e fortalecer a articulação entre o sistema de justiça, escolas e serviços de saúde. O enfrentamento eficaz dessa violência requer não apenas medidas repressivas, mas também ações preventivas e educativas, capazes de promover ambientes familiares mais saudáveis e garantir o cumprimento do princípio constitucional da proteção integral.

Palavras-chave: Violência psicológica. Adolescente. Família. Proteção jurídica. Lei Henry Borel.

OS EFEITOS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA FAMILIAR NO ADOLESCENTE E OS MECANISMOS DE PROTEÇÃO JURÍDICA

Autor(es):
Nathalia Melo Santos Gadelha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) A violência psicológica familiar configura uma forma silenciosa e persistente de agressão que afeta o desenvolvimento emocional e social de crianças e adolescentes. Diferente da violência física, ela não deixa marcas visíveis, mas compromete a autoestima, a autonomia e a percepção de segurança da vítima. No contexto familiar, essa modalidade de violência manifesta-se por meio de humilhações, rejeições, ameaças, chantagens e manipulações, sendo frequentemente naturalizada como prática disciplinar. O problema de pesquisa do presente trabalho consiste em compreender os efeitos da violência psicológica familiar sobre o adolescente e identificar os mecanismos de proteção jurídica destinados à sua prevenção e enfrentamento. O estudo parte do reconhecimento de que a invisibilidade e a dificuldade de identificação desse tipo de agressão exigem maior atenção do Direito e das políticas públicas, em especial no que tange à efetividade da proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

(Metodologia) O trabalho adota o método dedutivo, partindo de uma análise teórica sobre o conceito de violência psicológica e sua caracterização no âmbito familiar, com base em doutrinas, legislações e pesquisas científicas. A abordagem é qualitativa, mediante revisão bibliográfica de autores como Minayo (2006), Garbarino (1986) e Gomes (2020), além da análise documental de leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a Lei nº 13.431/2017 e a Lei nº 14.344/2022 (Lei Henry Borel)

(Resultados) A pesquisa revelou que a violência psicológica intrafamiliar compromete de maneira significativa o desenvolvimento emocional do adolescente, gerando baixa autoestima, insegurança, ansiedade e dificuldades de socialização. Verificou-se, ainda, que essa forma de violência tende a se perpetuar de forma transgeracional, reproduzindo ciclos de agressão no ambiente familiar. Do ponto de vista jurídico, constatou-se que o ordenamento brasileiro avançou no reconhecimento da violência psicológica como violação grave de direitos, especialmente após a promulgação da Lei Henry Borel, que reforçou as medidas protetivas voltadas à infância e à adolescência. Contudo, persistem desafios na identificação precoce e na atuação integrada dos órgãos de proteção, o que limita a efetividade das políticas públicas.

(Conclusão) Conclui-se que a violência psicológica familiar é uma das formas mais nocivas e invisíveis de violação de direitos, cujos efeitos repercutem profundamente na formação da personalidade e na saúde mental do adolescente. Apesar dos avanços legislativos, ainda há necessidade de aprimorar a rede de proteção, investir na capacitação de profissionais e fortalecer a articulação entre o sistema de justiça, escolas e serviços de saúde. O enfrentamento eficaz dessa violência requer não apenas medidas repressivas, mas também ações preventivas e educativas, capazes de promover ambientes familiares mais saudáveis e garantir o cumprimento do princípio constitucional da proteção integral.

Palavras-chave: Violência psicológica. Adolescente. Família. Proteção jurídica. Lei Henry Borel.

OS IMPACTOS DA MEDIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES PARA O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(es):
Nathalia Sampaio Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Victor Gabriel Silva Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Laura Rocha Caldas da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Yasmin de Souza Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O aumento da judicialização dos conflitos de família no Brasil têm evidenciado a necessidade de métodos alternativos capazes de promover soluções mais rápidas, humanas e satisfatórias. A mediação, regulada pela Lei nº 13.140/2015 e pela Resolução nº 125/2010 do CNJ, surgiu como uma importante ferramenta de transformação do sistema de justiça, pautada no diálogo e na corresponsabilidade das partes. Este estudo parte da problemática de como a mediação familiar impacta o ordenamento jurídico brasileiro e contribui para a efetivação dos direitos fundamentais. Busca-se, portanto, demonstrar que a mediação não apenas desafoga o Judiciário, mas também fortalece valores constitucionais como a dignidade da pessoa humana, a proteção da família e o acesso à justiça.

(Metodologia) A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória, fundamentada em análise bibliográfica e documental. Foram examinados dispositivos legais (Lei nº 13.140/2015, Resolução CNJ nº 125/2010 e Código de Processo Civil de 2015), bem como artigos científicos, dissertações e relatórios institucionais sobre mediação familiar. A análise foi orientada pela técnica de interpretação sistemática, relacionando os fundamentos normativos e teóricos com os impactos práticos observados no sistema jurídico brasileiro. Essa metodologia permitiu compreender a mediação tanto sob o ponto de vista jurídico quanto sob o aspecto social, destacando suas potencialidades e limitações no contexto contemporâneo.

(Resultados) Os resultados indicam que a mediação tem contribuído significativamente para a redução da litigiosidade e para o fortalecimento de uma cultura de paz. Dados do CNJ apontam que acordos obtidos por mediação apresentam alto índice de cumprimento voluntário, demonstrando sua eficácia. No âmbito familiar, a mediação tem se mostrado eficaz na resolução de questões de guarda, alimentos e convivência, preservando vínculos afetivos e promovendo soluções mais equilibradas. Contudo, os desafios persistem: a falta de infraestrutura nos CEJUSCs, a carência de mediadores capacitados e a resistência de alguns profissionais do direito ainda limitam o avanço da prática. Em situações que envolvem violência doméstica, a mediação deve ser aplicada com cautela, respeitando as diretrizes da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Apesar dessas dificuldades, a mediação familiar consolida-se como ferramenta transformadora do ordenamento jurídico, capaz de equilibrar eficiência e sensibilidade nas relações humanas.

(Conclusão) A mediação familiar representa uma nova forma de pensar e praticar o direito, promovendo soluções mais justas, céleres e humanas. Ao valorizar o diálogo e a autonomia das partes, contribui para a pacificação social e para a efetividade dos princípios constitucionais. Sua consolidação no ordenamento jurídico brasileiro demonstra um movimento de superação da cultura do litígio e de fortalecimento da justiça participativa. Contudo, para que seus benefícios sejam plenamente alcançados, é necessário investir em formação profissional, ampliação das estruturas de mediação e conscientização da sociedade sobre suas vantagens. Assim, a mediação familiar não apenas desafoga o Judiciário, mas reafirma o papel do Direito como instrumento de paz e de promoção da dignidade humana.

Palavras-chave: Mediação familiar. Conflitos familiares. Ordenamento jurídico. Acesso à justiça. Pacificação social.

OS IMPACTOS DA RUPTURA DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DA VALIDADE DAS PROVAS NO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS: UM ESTUDO CRÍTICO DO HABEAS CORPUS Nº 653.515/RJ

Autor(es):
Anna Beatriz de Gois Filgueira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A abordagem sobre os impactos da ruptura da cadeia de custódia e da validade das provas no crime de tráfico de drogas: um estudo crítico do Habeas Corpus nº 653.515/RJ – diz respeito à inovação introduzida pela Lei nº 13.964/19, que acrescentou os artigos 158-A a 158-F ao Código de Processo Penal. Essa lei define procedimentos para documentar de forma sequencial a detenção e a manipulação das provas. É fulcral elucidar o mister com base na norma nº 11.343/06 – "Lei de Drogas" – que implementou o Sistema Nacional de Políticas Públicas, configurada pela sigla Sisnad – com o viés de coordenar estratégias para prevenir o uso de substâncias psicoativas, oferecer tratamento aos dependentes e reprimir o tráfico de entorpecentes. Nesse contexto, o julgamento do Habeas Corpus nº 653.515/RJ revela a complexidade do direito penal e os desafios dos tribunais ao equilibrar a defesa dos direitos do réu com os princípios do processo legal.

(Metodologia) A presente averiguação adota como metodologia a análise da legislação pertinente à cadeia de custódia, sobretudo a Lei nº 13.964/2019 – que versa sobre a transformação do Código de Processo Penal e diretrizes relativas à preservação das evidências, além da revisão da literatura especializada. Complementarmente, serão ponderadas jurisprudências significativas, com ênfase no Habeas Corpus nº 653.515/RJ, abrangendo nuances da ruptura da cadeia de custódia no processo penal brasileiro, valendo-se da abordagem dialética.

(Resultados) As repercussões da ruptura da cadeia de custódia e a validade das provas no crime de tráfico de drogas, com base no Habeas Corpus nº 653.515/RJ, salientaram que a imprecisão na cautela compromete a plenitude das evidências. Na situação examinada, o Superior Tribunal de Justiça constatou que a inexistência de comprovação da rastreabilidade culminou na nulidade desses materiais. Dessa maneira, ponderou que, além de danificar a veracidade dos elementos, a violação fragiliza o sistema de justiça criminal. A análise enfatizou a relevância da implementação de normas estritas para a conservação, evidenciando que a legitimidade está atrelada não apenas à substância, mas também à correta manipulação e documentação.

(Conclusão) Depreende-se que a presente análise elucidou a ruptura da cadeia de custódia e seu impacto na legitimidade das evidências no comércio ilícito de entorpecentes, à luz do Habeas Corpus nº 653.515/RJ, revela a vulnerabilidade do sistema jurídico perante erros na preservação do material probatório. O exame enfatiza que a integridade dos elementos probatórios é fundamental para assegurar uma decisão imparcial. Portanto, a decisão do STJ reafirma a urgência de uma supervisão estrita na coleta e manipulação das provas. Nesse sentido, sugere que, para otimizar o sistema judicial, é imprescindível investir na capacitação dos profissionais encarregados de garantir a integridade dos indícios.

Palavras-chave: Ruptura da Cadeia de Custódia; Validade das provas; Tráfico de drogas; Direitos do réu.

OS IMPACTOS DAS GUERRAS MUNDIAIS NA ECONOMIA BRASILEIRA

Autor(es):
Mayla Cotrim de Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Cecília Nassif Pinheiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Anna Cecília Cabral de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O presente estudo tem como objetivo analisar de que forma as duas Guerras Mundiais influenciaram a economia brasileira, transformando sua estrutura produtiva e redefinindo suas relações comerciais e políticas internacionais. Busca-se compreender como os contextos de instabilidade global e interrupção das importações contribuíram para o processo de industrialização do país, especialmente a partir da adoção de políticas de substituição de importações e do fortalecimento da intervenção estatal na economia.

(Proposta do roteiro) As tarifas impostas pelos Estados Unidos afetam diretamente a economia brasileira porque tornam os produtos nacionais menos competitivos no mercado americano. Isso reduz as exportações, principalmente de aço, alumínio e produtos agrícolas, gerando queda na produção e possíveis demissões. Além disso, essas medidas costumam valorizar o dólar, encarecendo importações e aumentando a inflação interna. Assim, as tarifas mostram como decisões econômicas dos EUA impactam o crescimento e a estabilidade do Brasil

(Efeitos esperados) Os efeitos das Guerras Mundiais sobre a economia brasileira foram amplos e duradouros, influenciando desde a estrutura produtiva até o papel do Estado e as relações internacionais do país. Esses conflitos, embora devastadores em escala global, criaram circunstâncias que impulsionaram mudanças internas profundas no Brasil, especialmente no campo econômico e industrial.

PENA DE MORTE E CRIMINALIDADE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE SUA (IN)EFICÁCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Autor(es):
Mateus de Melo Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Beatriz Cunha de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Luiz Guilherme Cavalcanti dos Anjos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Livia Louíse Maciel Alves Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa tem como foco a análise crítica da (in)eficácia da pena de morte como instrumento de combate à criminalidade. Trata-se de uma temática de grande relevância social e acadêmica, uma vez que o recrudescimento das penas é frequentemente defendido pela opinião pública como resposta imediata à violência. Contudo, diversos estudos indicam que a severidade das punições não se traduz, necessariamente, em redução dos índices criminais. Diante desse cenário, este trabalho propõe uma reflexão sobre o verdadeiro papel da pena capital no contexto das políticas criminais, questionando se sua adoção poderia gerar resultados efetivos na diminuição da criminalidade ou se se limitaria a um recurso simbólico diante de problemas estruturais mais profundos que marcam o sistema penal brasileiro.

(Metodologia) A pesquisa adota caráter teórico-analítico, com enfoque exploratório e abordagem qualitativa. Fundamenta-se em ampla pesquisa bibliográfica e análise interpretativa de dados e estudos acadêmicos, com base em fontes especializadas, como Conteúdo Jurídico, Jus.com.br, Conjur, Scielo, OAB.org.br e Google Acadêmico. Foram examinados artigos científicos, documentos oficiais e relatórios institucionais que abordam a aplicação e os efeitos da pena de morte em diferentes países, permitindo uma comparação crítica entre os contextos internacionais e a realidade brasileira. O método utilizado busca integrar a reflexão teórica com a análise empírica, de modo a sustentar conclusões fundamentadas sobre a pertinência e os limites dessa prática penal.

(Resultados) Os resultados apontam que a pena de morte não apresenta correlação direta com a diminuição da criminalidade, tanto em países que a aplicam quanto em aqueles que a aboliram. Evidenciou-se que fatores como desigualdade social, falhas estruturais do sistema carcerário e ineficiência das políticas públicas de segurança influenciam mais fortemente os índices de violência do que a severidade das penas. Além disso, foram observados riscos significativos de erros judiciais em sistemas marcados por desigualdade e corrupção, o que pode levar à condenação e execução de inocentes, configurando grave violação de direitos humanos. Esses dados reforçam que a pena capital tende a cumprir um papel meramente simbólico, sustentando a ilusão de justiça imediata sem enfrentar as causas reais da criminalidade.

(Conclusão) Conclui-se que a pena de morte não constitui solução eficaz para o enfrentamento da criminalidade, mostrando-se mais como um mecanismo de resposta emocional e política do que como instrumento racional de política criminal. A análise demonstra que medidas estruturais voltadas ao fortalecimento das instituições de segurança, à eficiência do sistema judicial e à ampliação do acesso à educação e oportunidades sociais revelam-se caminhos mais sustentáveis e humanizados para a redução da violência. Dessa forma, reafirma-se a necessidade de políticas públicas integradas, pautadas na prevenção e na reabilitação, em detrimento de punições extremas e ineficazes.

Palavras-chave: Pena de morte. Criminalidade. Sistema Penal. Direitos Humanos. Política Criminal.

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO: UM ESTUDO ACERCA DAS ALTERNATIVAS À SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA FACE A ADPF 347

Autor(es):
Ana Karolina Santos de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sophia Melo de Araújo Medeiros Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lícia Rayreli Porfirio Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho busca estruturar uma análise legislativa e bibliográfica da modalidade das Penas Restritivas de Direito (PRD) no Brasil, considerando-as como instrumento na atenção aos princípios constitucionais e aos direitos do preso no cenário de crise do sistema penitenciário brasileiro, reconhecida pela ADPF nº 347. Dessa forma, o estudo visa questionar a aplicabilidade prática dessas penas alternativas diante da realidade das superlotações carcerárias e da falta de estrutura no sistema penal doméstico, buscando examinar seu reflexo na consolidação de um sistema penal humanizado e funcional.

(Metodologia) Apresentando um caráter explicativo, qualitativo e quantitativo, a pesquisa se estrutura na análise inicial das legislações brasileiras, especialmente o Código Penal, a Lei de Execução Penal e da Constituição Federal por meio de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Além disso, para a construção textual, foram consideradas resoluções do Conselho Nacional de Justiça e doutrinas que discutem as alternativas penais e o desencarceramento.

(Resultados) Por meio de levantamentos e pesquisa, observa-se uma crescente valorização das medidas penais alternativas no contexto doméstico, um avanço histórico de humanização estruturado pela Lei de Execução Penal brasileira. No entanto, apesar de amparadas pelas citadas organizações legislativas e por um sistema penal voltado à humanidade do encarceramento, sua aplicação ainda encontra dificuldades práticas pela perpetuação da cultura punitiva desumana e pela insuficiência de estruturas adequadas de fiscalização e cumprimento das PRD's (Penas Restritivas de Direitos). Dessa forma, o tema possui uma posição importante dentro da interação entre o direito contemporâneo, a justiça criminal restaurativa e os direitos humanos, na busca pela efetividade do cumprimento alternativo de pena como meio de enfrentamento à crise prisional e à precariedade da superlotação carcerária.

(Conclusão) Dessa forma, as Penas Restritivas de Direito configuram-se como uma construção alternativa legítima e necessária diante da ineficiência do modelo carcerário tradicional brasileiro. A mesma, fortalecida institucionalmente, não apenas contribui para a mitigação das questões de superlotação penitenciária e de seus consequentes problemas, mas também reafirma o compromisso social, jurídico e político do Estado com uma justiça restaurativa que guia o Direito Penal na reintegração social do apenado e na preservação dos direitos do preso dentro da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Pena privativa de liberdade. Pena restritiva de direito. Sistema carcerário. Lei de Execução Penal. ADPF 347.

PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE DIREITO A RESPEITO DA NOMOFOBIA EM UM CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):
Júlia Maciel Mendes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Clara Fonseca Cardoso: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Carolina de Melo Beltrão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Clara Gonçalves Mendonça: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Laís Karla da Silva Barreto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a nomofobia, fenômeno caracterizado pelo medo ou angústia de ficar sem acesso aos dispositivos móveis e à internet. Analisa como essa dependência moderna impacta negativamente os indivíduos, em especial os estudantes de Direito, diante do receio de perder a conexão, a comunicação e a praticidade que as redes e os dispositivos oferecem no acesso às informações. Desse modo, o artigo destaca como um uso mais consciente dos dispositivos móveis, dentro do ambiente acadêmico, pode contribuir para o equilíbrio entre a tecnologia e o bem-estar, favorecendo um melhor desempenho acadêmico e a saúde mental dos estudantes.

(Metodologia) A pesquisa foi caracterizada como um estudo descritivo e quantitativo, além de pesquisa bibliográfica e documental. Em relação a coleta de dados, foi utilizado um questionário aplicado a uma amostra de 76 acadêmicos do segundo período do curso de Direito de um Centro Universitário do Rio Grande do Norte.

(Resultados) Os resultados da pesquisa evidenciam um padrão significativo de exposição ao celular entre os estudantes. A maioria relatou utilizar o aparelho entre 4 e 6 horas diárias, enquanto uma parcela expressiva indicou um uso ainda maior, entre 7 e 10 horas. Esse comportamento demonstra que o celular ocupa um papel central na rotina acadêmica e pessoal dos universitários, independentemente do grau de dependência identificado. Com base no escore proposto no questionário EPININ de Kwiecinski (2019), observou-se um número reduzido de indivíduos classificados como nomofóbicos, embora 35,5% dos participantes tenham apresentado nomofobia parcial. Essa proporção indica uma tendência preocupante, sugerindo a presença de sintomas de desconforto e dependência psicológica associados à ausência do celular. As questões com maior pontuação relacionam-se justamente a esse descontrole comportamental e ao uso constante das redes sociais, revelando a naturalização do hábito de permanecer longos períodos conectados. Por outro lado, as menores médias, referentes à percepção de terceiros, ao descontrole financeiro e aos sintomas físicos de abstinência, indicam que a dependência manifesta-se de forma mais subjetiva e psicológica, marcada pela necessidade de conexão e pela ansiedade diante da possibilidade de desconexão.

(Conclusão) Conclui-se esse trabalho com uma análise crítica sobre o uso excessivo de smartphones entre os estudantes do curso de Direito do Centro Universitário do Rio Grande do Norte pesquisado. Mas também, vale ressaltar que a dependência digital gera um grande impacto na vida acadêmica trazendo um eloquente número de pessoas parcialmente nomofóbicas, contribuindo para um enorme contratempo para esses estudantes. Por fim, buscamos um uso consciente e produtivo com smartphones por parte dos alunos, trazendo considerações importantes no que diz respeito ao uso moderado dos aparelhos, equilibrando a vida acadêmica deles que está inserida no meio digital.

Palavras-chave: Nomofobia. Direito. Estudantes Universitários

PIB EM PERSPECTIVA: CONCEITOS E CRITÉRIOS

Autor(es):
Rachel Damiao Barcelos de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lara Santos de Morais: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Analisar os principais conceitos, características e funções do Produto Interno Bruto (PIB) no contexto econômico. Além disso, o texto complementa que o estudo busca compreender a importância do PIB para medir a produção de bens e serviços de um país e avaliar o nível de crescimento econômico, construindo uma base sólida sobre a relevância desse indicador para o desenvolvimento econômico e social.

(Proposta do roteiro) Proposta Roteiro Introdução ao conceito de PIB Características do PIB e sua aplicabilidade Métodos de cálculo: produção, despesa e renda A importância do PIB na formulação de políticas públicas Limitações do PIB enquanto indicador de bem-estar Considerações finais e análise crítica sobre seu uso Referências bibliográficas.

(Efeitos esperados) Efeitos Esperados Espera-se que o estudo proporcione uma compreensão aprofundada sobre o Produto Interno Bruto como ferramenta de análise econômica, permitindo aos estudantes desenvolverem senso crítico sobre seu uso em decisões políticas e econômicas. Também é esperado que os participantes possam reconhecer suas limitações e a necessidade de indicadores complementares para avaliação do desenvolvimento social e humano.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E HOLDINGS: ESTRATÉGIAS, EFICIÊNCIA E CONTINUIDADE EM PROCESSOS DE SUCESSÃO EMPRESARIAL

Autor(es):
Lucas Gabriell Costa Moura: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Igor Matheus Bezerra Ramos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Pedro Davi Alves Bertoldo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ian dos Santos Alvares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Pedro Bernardo de Araújo Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN
Alan Monteiro de Medeiros: Docente do UNI-RN

(Introdução) A sucessão em empresas familiares é um processo complexo e a falta de planejamento pode levar a conflitos e perdas financeiras. Diante desse cenário, a constituição de uma Holding tem se mostrado uma estratégia eficaz para facilitar a sucessão patrimonial e societária, garantindo maior organização, proteção dos bens e continuidade da empresa. Desse modo, o presente estudo analisou as vantagens e os desafios dessa estrutura para o planejamento sucessório, com o objetivo de avaliar a eficácia da holding como instrumento de sucessão.

(Metodologia) O percurso metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa e teórica. Os procedimentos práticos utilizados consistiram na análise de livros, artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, legislação pertinente (como o Código Civil e a legislação tributária) e jurisprudência relacionada ao planejamento sucessório e à constituição de holdings. A estratégia adotada possibilitou a coleta e a análise bibliográfica e sistemática das informações disponíveis, com o objetivo de embasar a avaliação da eficácia da holding no contexto sucessório e patrimonial.

(Resultados) Os resultados obtidos confirmaram que a holding é um dos instrumentos mais eficientes para a sucessão em empresas familiares. Isso decorre do fato dela proporciona segurança jurídica, permitindo a transferência gradual da gestão e da propriedade em vida, evitando o complexo e custoso processo de inventário. Além disso, a holding oferece benefícios fiscais significativos, como a potencial redução do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), mediante planejamento estratégico (atendendo ao segundo objetivo específico). Por fim, o estudo comprovou que a holding é um mecanismo eficaz para mitigar conflitos familiares, pois separa o patrimônio empresarial do pessoal e dissocia a propriedade da gestão, permitindo a profissionalização do negócio. Tais resultados evidenciam a contribuição da holding para a longevidade e a estabilidade financeira das empresas familiares.

(Conclusão) A pesquisa concluiu que os objetivos propostos foram plenamente alcançados, comprovando a holding como uma ferramenta fundamental para garantir a longevidade e a harmonia das empresas familiares, mediante seus benefícios jurídicos, fiscais e administrativos. O estudo contribui para a área de conhecimento ao sistematizar as vantagens e os desafios dessa estrutura no contexto sucessório. No entanto, o estudo reconhece a limitação de ser puramente teórico. Sugere-se, para pesquisas futuras, a análise de casos práticos para mensurar os resultados a longo prazo da implementação de holdings em empresas familiares, oferecendo assim uma perspectiva empírica complementar.

Palavras-chave: Holding. Sucessão. Empresas. Planejamento. Financeiro.

PLATAFORMIZAÇÃO DOS CONTRATOS: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DO DIREITO CONTRATUAL NA ERA DIGITAL

Autor(es):
beatriz souza fonseca: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lívia Augusto dos Santos Machado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
David França Souza Farache Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Victor Araújo Cortez: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Aline Lyra Melo dos Reis: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nas últimas décadas o crescimento tecnológico tem impactado diversos setores globais, inclusive os negócios e o direito contratual. A existência da liberdade contratual e as recentes ferramentas tecnológicas contribuíram para criar novos modelos de contratos no mercado. A expansão das plataformas digitais desencadeou uma série de mudanças no meio digital que influenciaram profundamente o campo do direito contratual. À medida que as empresas e os indivíduos recorrem cada vez mais a essas plataformas para celebrar acordos e realizar transações comerciais, surge a necessidade de adaptar as estruturas contratuais tradicionais a esse novo ambiente digital. Portanto, o advento das plataformas digitais transformaram fundamentalmente a forma como as transações comerciais ocorrem, criando um fenômeno denominado de plataformização dos contratos.

(Metodologia) Para a elaboração desse trabalho, foi utilizado o método dedutivo, partindo de premissas gerais sobre a transformação digital e a sua influência no direito contratual, para em seguida analisar as suas implicações específicas e práticas. A metodologia incluiu uma revisão bibliográfica abrangente, a análise das legislações pertinentes e a observação de tendências atuais no mercado digital. Dessa forma, foi possível alcançar uma análise crítica e aprofundada sobre as adaptações necessárias e os desafios enfrentados pelas partes envolvidas em transações comerciais, mediadas por plataformas digitais.

(Resultados) Observou-se que o desenvolvimento e ampliação entre as plataformas digitais e as relações contratuais têm conduzido grandes mudanças no mundo empresarial, predominantemente no âmbito econômico, em que novas concepções de serviços e fornecimento, impõe novos desafios para mediar as relações econômicas. A intensa conexão com as redes e o fenômeno da plataformização refletem adequação das transformações sociais de modo beneficial nos contratos mas também demonstra exímia preocupação com os pontos negativos que podem ocorrer dentro desse processo, principalmente nos contratos de adesão, em que deve-se preservar a função social do contrato e exigir maior equilíbrio entre a liberdade contratual e a justiça social. Ademais, constatou-se, que a plataformização reforça incessantemente a necessidade de interpretação jurídica mais dinâmica, em que se possa garantir relações contratuais mais justas e seguras adaptando-se a realidade digital contemporânea.

(Conclusão) Conclui-se, portanto, que a evolução dos contratos ao longo da história reflete a adaptação contínua do Direito às necessidades e realidades sociais e econômicas emergentes. Com a chegada da era digital, a plataformização dos contratos emerge como um fenômeno significativo, que redefine as estruturas tradicionais das relações contratuais. Essas mudanças não só tem facilitado a automação e a execução eficiente dos contratos, mas também introduz novos paradigmas de transparência e acessibilidade. Essa transformação está alinhada com a evolução da teoria contratual para incorporar elementos de justiça social e equidade, como observado na adaptação do Código Civil Brasileiro de 2002. Assim, a plataformização representa um avanço significativo na integração da liberdade contratual com a necessidade de um sistema legal que responda às demandas e complexidades da sociedade moderna.

Palavras-chave: Contratos. Direito Contratual Digital. Tecnologia. Plataformas Digitais. Plataformização.

PODCAST – ENTRE O SONHO EMPRESARIAL E O DESEMPREGO

Autor(es):
Artur Sérgio de Lima Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Eloiza Ellem de Carvalho Mendes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Adilson de Souza: Discente do curso de do UNI-RN
Rayssa de Oliveira Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Promover uma reflexão sobre o mercado de trabalho brasileiro, abordando as mudanças econômicas e sociais que impactam o emprego e a empregabilidade. Analisar as dificuldades enfrentadas por diferentes perfis de trabalhadores, desde profissionais experientes até novos empreendedores. Discutir, de forma leve e acessível, as causas e consequências do desemprego, destacando também os avanços recentes na economia. Estimular o ouvinte a reconhecer o valor do trabalho como elemento de dignidade, identidade e transformação.

(Proposta do roteiro) O projeto consiste na produção de um podcast informativo e reflexivo para a máteria de Economia, com formato de bate-papo descontraído entre diferentes personagens e convidados, como uma empresária, um trabalhador recém-demitido e um economista. A proposta central é unir histórias reais e análises econômicas para mostrar como o desemprego vai além de estatísticas – sendo, antes de tudo, uma questão humana. O episódio foi pensado para ter aproximadamente 9 minutos de duração, com vinheta de abertura e encerramento, trilha sonora leve, e narração guiada que conduz o ouvinte entre os blocos de conversa. 1. Abertura Apresentação do tema e breve contextualização sobre o desemprego no Brasil. 2. Bloco 1 – Cenário Atual Narrador introduz dados do IBGE e entrevista o economista, que explica as causas e tipos de desemprego (friccional, estrutural, cíclico e sazonal). 3. Bloco 2 – Quem vive essa realidade? Depoimentos de uma empresária e de um trabalhador experiente, expondo dificuldades, percepções e adaptações no mercado de trabalho. 4. Bloco 3 – Caminhos e Reflexões Análise do economista sobre soluções possíveis: qualificação, inclusão e políticas públicas. 5. Encerramento Mensagem final do narrador reforçando a importância do trabalho como fonte de dignidade e realização. Trilha de encerramento com fade-out suave.

(Efeitos esperados) Conscientização: despertar no público a percepção de que o desemprego é um fenômeno social complexo, com impacto direto na vida das pessoas. Empatia: promover a valorização das histórias humanas por trás dos dados econômicos. Informação acessível: apresentar conceitos de economia e mercado de trabalho de forma leve e compreensível. Estímulo à reflexão: incentivar estudantes e ouvintes a pensar criticamente sobre o papel do trabalho na construção da cidadania e na economia. Engajamento: criar um produto midiático com potencial educativo e social, capaz de ser usado em escolas, universidades e redes sociais como material didático.

PODCAST SOBRE INFLAÇÃO – DISCIPLINA DE ECONOMIA – TURMA C 2 PERÍODO

Autor(es):
Bruna Alexandre Romeiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isadora Giullia Santos Silva Dias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Carlos Antônio do Nascimento Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Alexia de Medeiros Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O principal objetivo deste trabalho de economia é compreender de forma ampla o fenômeno da inflação, analisando suas causas, consequências e os mecanismos de controle adotados pelo Estado para manter a estabilidade econômica. Busca-se, portanto, desenvolver uma visão crítica sobre como a variação dos preços afeta diretamente o poder de compra da população, a distribuição de renda e o desempenho das atividades produtivas no país. Além disso, o estudo tem como meta identificar os tipos de inflação – de demanda, de custo, estrutural e inercial – e compreender de que maneira cada um deles interfere na dinâmica do mercado e nas políticas públicas. Outro objetivo relevante é estimular a capacidade de interpretação de dados econômicos, utilizando os principais indicadores de medição, como o IPCA e o INPC, calculados pelo IBGE. Por fim, o trabalho visa incentivar a reflexão sobre possíveis soluções sustentáveis para o controle inflacionário, integrando aspectos monetários, fiscais e produtivos de forma equilibrada.

(Proposta do roteiro) A proposta de roteiro do projeto “PodPrice” consiste em transformar o conteúdo teórico sobre inflação em uma conversa dinâmica e acessível, utilizando o formato de podcast como ferramenta educativa.

(Efeitos esperados) Os efeitos esperados com a realização deste trabalho de economia são múltiplos e abrangem tanto o aprendizado teórico quanto o desenvolvimento de habilidades práticas.

PRINCIPAIS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS PELA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA PARA ACESSAR A JUSTIÇA:
ACESSO DIGITAL E INFOEXCLUSÃO

Autor(es):
Ana Cecília Cortês Tinôco: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Mateus Juan Flor da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Guilherme de Araujo Figueiredo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luana Leocádio Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Melissa Lopes de Mendonça : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O acesso à justiça é um direito fundamental que garante a cidadania plena e a proteção jurídica no Estado Democrático de Direito. No Brasil, a população de baixa renda enfrenta obstáculos significativos para exercer esse direito, principalmente diante da digitalização dos serviços judiciais, processo este que, apesar de promover eficiência, apresenta desafios para indivíduos que não dispõem de acesso a dispositivos tecnológicos, conexão estável à internet ou capacitação adequada em recursos digitais. Essa realidade caracteriza a exclusão digital, que acentua a desigualdade social e jurídica, restringindo a participação dessa parcela vulnerável no sistema judicial.

(Metodologia) Para isso, adotou-se uma metodologia qualitativa exploratória baseado em revisão bibliográfica, com análise das principais produções acadêmicas e científicas publicadas entre 2015 e 2025. A pesquisa utilizou bases como SciELO, Google Acadêmico e o repositório CAPES, com foco em artigos, dissertações e teses relacionados à exclusão digital e acesso à justiça. Os dados foram organizados em categorias temáticas para facilitar a compreensão dos fatores que influenciam a exclusão digital e as políticas públicas de inclusão digital no contexto do Judiciário brasileiro.

(Resultados) Os resultados apontam que a exclusão digital é uma barreira multifacetada que compromete o exercício do direito à justiça por parte da população de baixa renda, principalmente devido à falta de dispositivos tecnológicos adequados, conexão de internet de qualidade e habilidades digitais insuficientes. A migração dos serviços judiciais para plataformas digitais, sem ações inclusivas, pode ampliar as desigualdades já existentes. Nesse sentido, identificou-se que a efetivação do acesso demanda políticas públicas integradas que envolvam a oferta de infraestrutura tecnológica, capacitação continuada e suporte institucional. Além disso, modelos híbridos de atendimento, combinando recursos digitais e presenciais, se mostram eficazes para superar a infoexclusão.

(Conclusão) Conclui-se que a superação dos desafios digitais no acesso à justiça exige uma articulação entre órgãos públicos, instituições acadêmicas e sociedade civil, que permita a implementação de iniciativas capazes de ampliar a inclusão digital, simplificar o uso das plataformas e oferecer suporte aos usuários mais vulneráveis. Destacou-se a necessidade de pesquisas futuras que considerem a experiência direta desses usuários para subsidiar políticas públicas mais eficazes. Dessa forma, será possível garantir que o direito à justiça seja acessível de forma universal, equânime e adequada às necessidades da população de baixa renda.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Exclusão digital. População de baixa renda. Inclusão digital. Digitalização judicial.

PRINCÍPIO DA HUMANIDADE DAS PENAS E O REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO (RDD)

Autor(es):
Letícia Melo de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Vidal Pinheiro Lobo Maia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Danton Gabriel Medeiros e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A execução penal contemporânea se move entre duas exigências que parecem tensionadas: a proteção da sociedade e a preservação inegociável da dignidade da pessoa condenada. Medidas disciplinares de caráter excepcional ocupam um ponto sensível desse debate, pois intensificam o controle sobre corpos e rotinas e frequentemente são justificadas por necessidades de segurança. Para que essas medidas não se convertam em rotina e não normalizem a exceção, torna-se indispensável um quadro teórico e metodológico que submeta tais práticas a um escrutínio público, racional e coerente com princípios jurídicos. As teorias clássicas da pena, de Beccaria, Kant e Roxin, fornecem fundamentos para limitar o poder punitivo, exigindo legalidade, proporcionalidade e respeito à culpabilidade pessoal. A análise proposta busca compreender o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) à luz do princípio da humanidade das penas, a partir de uma leitura hermenêutica entre Foucault e Ferrajoli, articulando filosofia, garantismo penal e hermenêutica jurídica como caminhos de controle racional do poder de punir.

(Metodologia) O presente estudo adota uma abordagem qualitativa e teórico-bibliográfica, baseada na análise de obras doutrinárias e filosóficas de referência, tais como Foucault, Ferrajoli, Beccaria, Kant, Roxin, Alexy, Dworkin e Gadamer. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas principais: Análise teórica e filosófica – Estudo das principais teorias da pena e de sua função no Estado Democrático de Direito, observando os limites ético-jurídicos da punição e a necessidade de proporcionalidade. Análise hermenêutica e crítica – Aplicação dos referenciais de Foucault e Ferrajoli à compreensão do RDD como instrumento excepcional, buscando delimitar critérios de adequação, necessidade e controle, em conformidade com o princípio da humanidade das penas.

(Resultados) Espera-se que o estudo evidencie que o princípio da humanidade das penas constitui um limite material intransponível ao poder de punir, mesmo diante de demandas por segurança pública. Prevê-se demonstrar que medidas disciplinares intensivas, como o RDD, só são compatíveis com a Constituição se observarem base legal estrita, proporcionalidade rigorosa e controle jurisdicional efetivo. Espera-se, ainda, contribuir para a reflexão sobre a importância da hermenêutica e do garantismo como instrumentos de racionalização e limitação do poder punitivo estatal.

(Conclusão) Conclui-se que o poder punitivo somente se legitima quando estritamente necessário e proporcional à proteção de bens jurídicos relevantes. O princípio da humanidade das penas impõe ao Estado o dever de assegurar que nenhuma medida disciplinar, ainda que excepcional, ultrapasse os limites da dignidade humana. Assim, o Regime Disciplinar Diferenciado só pode coexistir com o Estado Democrático de Direito se for manejado de forma temporária, controlada e justificada, sob fiscalização constante e revisão periódica. A teoria fornece o alicerce, a hermenêutica oferece o método e o garantismo provê as salvaguardas para impedir que o poder de punir se transforme em rotina de exceções.

Palavras-chave: Execução penal. Humanidade das penas. Regime Disciplinar Diferenciado. Garantismo penal. Hermenêutica jurídica.

PROCESSO ACUSATÓRIO VS ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: ENTRE A COOPERAÇÃO E A TENSÃO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Autor(es):
Isabele de Lima Dantas Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Nicole Alves Matos Mendonça: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mariana de Melo Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O processo penal brasileiro passou por importantes mudanças nas últimas décadas, especialmente com o fortalecimento do modelo acusatório consagrado pela Constituição de 1988 e reafirmado pela Lei nº 13.964/2019. Esse modelo assegura a separação das funções de acusar, defender e julgar, bem como a imparcialidade do juiz e a igualdade entre as partes. Nesse cenário, a atuação do assistente de acusação, prevista nos arts. 268 a 273 do Código de Processo Penal, tem sido objeto de debate. Tradicionalmente, ele representa os interesses da vítima e atua em cooperação com o Ministério Público. Contudo, discute-se se sua participação é compatível com o sistema acusatório, pois, embora amplie a voz da vítima e democratize a justiça, pode também gerar desequilíbrio processual ao fortalecer excessivamente o polo acusatório. Diante disso, o estudo analisa criticamente a compatibilidade do assistente de acusação com o modelo acusatório, avaliando seus limites, fundamentos e efeitos sobre o equilíbrio das partes no processo penal contemporâneo.

(Metodologia) A pesquisa possui natureza qualitativa e descritiva, utilizando o método dedutivo, partindo da análise dos princípios constitucionais que regem o sistema acusatório até a investigação da aplicação prática do instituto do assistente de acusação. A coleta de dados se baseia em pesquisa bibliográfica e documental, com consulta a obras doutrinárias clássicas e contemporâneas de autores como Aury Lopes Jr. e Eugênio Pacelli, bem como à jurisprudência do STF e STJ sobre os limites da atuação do assistente de acusação. Foram também examinadas as fontes normativas pertinentes, especialmente o Código de Processo Penal e a Constituição Federal, buscando-se compreender a relação entre o instituto e o modelo processual adotado no Brasil.

(Resultados) A pesquisa demonstrou que o assistente de acusação ainda possui relevância prática, sobretudo em crimes de grande repercussão ou com vítimas diretas. No entanto, sua atuação deve permanecer subordinada ao Ministério Público, titular da ação penal pública. Verificou-se que, quando o assistente atua de forma autônoma, há risco de desequilíbrio processual e de comprometimento da imparcialidade do juiz. Por outro lado, quando respeitados os limites legais, sua participação pode valorizar a vítima, aumentar a transparência e reforçar a legitimidade da justiça penal.

(Conclusão) Conclui-se que a figura do assistente de acusação, embora historicamente consolidada no processo penal brasileiro, necessita de reinterpretação à luz do sistema acusatório e das garantias constitucionais. Sua presença é legítima desde que mantenha natureza acessória e subsidiária, atuando como colaborador do Ministério Público, e não como um segundo polo acusatório. Assim, é possível compatibilizar a atuação do assistente com o modelo acusatório, desde que se assegurem seus limites de intervenção, preservando a imparcialidade do juiz e a paridade de armas entre as partes. O fortalecimento da vítima deve ocorrer dentro dos marcos constitucionais, evitando-se que o processo penal se converta em instrumento de desequilíbrio ou vingança. Desse modo, defende-se a necessidade de interpretação restritiva do papel do assistente de acusação e, futuramente, de uma reforma legislativa que o adeque definitivamente às premissas do sistema acusatório, consolidando um processo penal verdadeiramente democrático, equilibrado e garantista.

Palavras-chave: Processo Penal. Assistente de Acusação. Sistema Acusatório. Ministério Público. Garantias Constitucionais.

PROGRAMA MENOS PROCESSOS, MAIS ACORDOS: CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NA REDUÇÃO DA DEMANDA PROCESSUAL DE NATAL/RN

Autor(es):
Guilherme Henrique Bezerra Teixeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sarah Melina Macedo Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Williany Sthefany Lima Vieira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda Nunes Colaço: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como abordagem os meios extrajudiciais de solução de conflitos, com ênfase nas audiências de Conciliação e Mediação. Esses mecanismos, conduzidos por um terceiro imparcial, buscam promover o diálogo e o acordo entre as partes sem a necessidade de um processo judicial. O estudo fundamenta-se em dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que apontam para um cenário de congestionamento com quase 84 milhões de processos em tramitação em 2024. A pesquisa pretende demonstrar que a utilização dos meios extrajudiciais é uma alternativa eficiente, visando a implementação de um programa social voltado para a redução desse índice exacerbado de processos em tramitação judicial, obtendo Menos Processos e Mais Acordos.

(Metodologia) A pesquisa é de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em dados secundários divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e por plataformas jurídicas, como o Jusbrasil. O estudo inclui análises comparativas entre os meios consensuais e judiciais, especialmente em ações de divórcio, para demonstrar a diferença na celeridade e nos custos. Como parte prática, propõe-se a implementação de um programa social institucional, com parcerias entre o UNI-RN, CEJUSC, Defensoria Pública e o Núcleo de Prática Jurídica, promovendo mutirões, oficinas e plantões de conciliação e mediação. Os resultados obtidos serão divulgados em murais e plataformas digitais, incentivando a participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil.

(Resultados) Os resultados demonstram que os meios extrajudiciais de solução de conflitos apresentam significativa vantagem em relação aos processos judiciais. Enquanto um processo judicial pode durar de três a quatro anos, uma audiência realizada nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) pode encerrar o litígio em apenas uma sessão. Além disso, o custo é consideravelmente menor, pois o procedimento é gratuito. A pesquisa também demonstrou o exemplo do divórcio, no qual o consensual é finalizado, em média, entre três e seis meses, enquanto o litigioso pode se estender por até dois anos, reforçando a importância do diálogo e do consenso para a celeridade e economia processual.

(Conclusão) Conclui-se que a conciliação constitui um instrumento fundamental para a desburocratização e a eficiência do sistema judiciário brasileiro, possibilitando uma resolução de conflitos mais célere, econômica e satisfatória para todas as partes envolvidas. A ampliação da adesão aos meios extrajudiciais, tem potencial para reduzir expressivamente o congestionamento de processos, além de diminuir os custos tanto para o Estado quanto para os cidadãos. Nesse contexto, o programa “Menos Processos, Mais Acordos” surge como uma proposta inovadora de incentivo à cultura do diálogo e do consenso, promovendo ações práticas em parceria com o CEJUSC, a Defensoria Pública e o Núcleo de Prática Jurídica da UNI-RN. Assim, fortalecer políticas públicas e programas educacionais voltados à divulgação e aplicação dos métodos consensuais de solução de conflitos é essencial para a transformação cultural do modo de lidar com os litígios, consolidando uma sociedade mais pacífica, colaborativa e consciente do valor do diálogo na construção da Justiça.

Palavras-chave: Conciliação. Mediação. Meios extrajudiciais. Programa. Incentivo.

PROGRESSÃO DE REGIME

Autor(es):
Arthur Guedes Lima Bahia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Tiago Cosme Pereira de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriel Pacheco de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mateus Lima Couto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Joaquim Guilherme da Fonseca Cortez: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Introdução A progressão de regime é um tema muito discutido no Direito Penal e na Execução Penal, porque está diretamente ligada à ideia de dar uma nova chance à pessoa que cumpre pena. Esse mecanismo permite que o preso passe para um regime mais brando, desde que tenha bom comportamento e já tenha cumprido parte da pena. Isso está previsto na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) e tem como foco principal ajudar na ressocialização do indivíduo. Ou seja, não se trata apenas de castigar, mas também de oferecer a possibilidade de recomeçar. Mesmo assim, na prática, a aplicação desse direito enfrenta vários problemas, como a falta de estrutura nos presídios, o número excessivo de detentos e a lentidão dos processos. Por conta disso, escolhemos esse tema para entender melhor como a progressão de regime realmente funciona e qual é o impacto dela na vida de quem busca reconstruir o próprio caminho.

(Metodologia) A pesquisa foi feita com base em livros, artigos, leis e decisões de tribunais que tratam do tema, além de debates realizados em sala de aula. Durante o desenvolvimento do trabalho, o grupo procurou relacionar a teoria com a prática, observando como a progressão de regime é aplicada no dia a dia e quais são as dificuldades enfrentadas nesse processo. Essa combinação entre estudo e discussão ajudou a construir uma visão mais crítica e realista sobre o tema, levando em conta o que está previsto na lei e o que realmente acontece no sistema prisional brasileiro.

(Resultados) Com o andamento do estudo, ficou claro que a progressão de regime é uma ferramenta essencial para motivar o bom comportamento e preparar o preso para retomar a vida em sociedade. No entanto, o grupo também percebeu que há muitos obstáculos que atrapalham sua aplicação. Um dos principais problemas é a falta de estrutura física adequada nos presídios, o que dificulta a separação dos detentos conforme o regime. Outro ponto é a demora nos processos, que faz com que muitos presos esperem além do tempo necessário para progredir. Mesmo com essas falhas, quando o instituto é aplicado corretamente, ele traz benefícios reais, pois ajuda na ressocialização e mostra que a pena pode ter um caráter educativo, e não apenas punitivo.

(Conclusão) Ao final da pesquisa, entendemos que a progressão de regime é fundamental para que a pena cumpra um papel mais humano e social. Ela permite que o preso tenha a chance de mostrar mudança e de voltar a viver em liberdade com dignidade. Contudo, para que isso aconteça de verdade, é preciso que o Estado invista mais em estrutura, programas de apoio e acompanhamento dos egressos. Também é importante que o Judiciário atue de forma mais ágil e eficiente. Assim, a progressão de regime deixa de ser apenas uma previsão legal e passa a ser uma realidade capaz de transformar vidas e fortalecer a ideia de ressocialização dentro do sistema penal.

Palavras-chave: progressão de regime. sistema prisional. ressocialização. execução penal. direitos humanos.

QUAIS OS IMPACTOS DA REFORMA DO CÓDIGO CIVIL NA CONTRATUALIZAÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA

Autor(es):
Mariana de Melo Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Morais: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo analisa a evolução dos pactos antenupciais no Direito de Família brasileiro, com enfoque na ampliação da liberdade contratual e na autonomia privada dos cônjuges. Historicamente, o casamento era concebido sob uma ótica patrimonialista e hierarquizada, o que limitava a vontade das partes. A partir da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002, passou-se a valorizar a dignidade da pessoa humana e a igualdade entre os cônjuges, reconhecendo o pacto antenupcial como expressão da autonomia privada. Com a proposta de reforma do Código Civil de 2023, pretende-se modernizar esse instrumento, ampliando as possibilidades de estipulação contratual, inclusive com cláusulas atípicas e extrapatrimoniais, de modo a adequar o Direito às transformações sociais e familiares contemporâneas.

(Metodologia) A pesquisa tem caráter descritivo e qualitativo, desenvolvida sob a perspectiva jurídico-dogmática e utilizando o método dedutivo. Parte-se da análise geral dos princípios da autonomia privada no Direito Civil para alcançar a discussão específica dos pactos antenupciais. A metodologia abrange levantamento doutrinário, legislativo e jurisprudencial, com ênfase nas propostas de reforma do Código Civil (PL 4/2025). Foram analisadas obras de referência, como as de Paulo Lôbo, Carlos Roberto Gonçalves, Flávio Tartuce, Maria Helena Diniz e Soares de Carvalho, bem como enunciados do Conselho da Justiça Federal e julgados recentes que tratam de cláusulas extrapatrimoniais em pactos antenupciais

(Resultados) Constatou-se que, embora o Código Civil de 2002 tenha representado avanço ao permitir a alteração judicial do regime de bens, ainda limita o pacto antenupcial à esfera patrimonial. A doutrina majoritária, como Diniz e Gonçalves, mantém posição restritiva, ao passo que uma corrente moderna, liderada por Tartuce e Cristiano Chaves, defende a inclusão de cláusulas existenciais. A reforma proposta em 2023 busca fortalecer a autonomia privada, permitindo que os cônjuges alterem o regime de bens por escritura pública, sem intervenção judicial, e introduzindo a “cláusula pôr do sol”, que possibilita a modificação automática de disposições contratuais após certo tempo ou evento futuro. Além disso, o anteprojeto propõe a revogação do regime de separação obrigatória de bens e da concorrência sucessória entre cônjuges e descendentes, simplificando a sucessão e promovendo maior coerência normativa.

(Conclusão) Conclui-se que a proposta de reforma do Código Civil representa um marco na evolução do Direito de Família ao reconhecer a pluralidade das relações afetivas e fortalecer a autonomia privada como princípio estruturante. A ampliação do conteúdo dos pactos antenupciais, permitindo cláusulas extrapatrimoniais e regimes híbridos, reflete um modelo jurídico mais flexível e adaptado à realidade contemporânea, em que o diálogo, o planejamento conjugal e o respeito mútuo assumem papel central. Contudo, tal autonomia deve ser exercida com responsabilidade e dentro dos limites impostos pelos princípios da dignidade da pessoa humana, da boa-fé e da função social do contrato. Assim, o estudo reafirma que a contratualização das relações familiares não visa afastar o Estado da regulação das uniões, mas garantir maior liberdade e segurança às escolhas dos indivíduos, promovendo relações mais justas, conscientes e alinhadas com os valores constitucionais.

Palavras-chave: Autonomia privada, pacto antenupcial, cláusulas extrapatrimoniais, reforma do código civil, pactos antenupciais e direito de família.

RECORTES TEMPORAIS SOBRE AS FORMAS DE SANÇÕES PARA INADIMPLEMENTOS DE CONTRATOS NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

Autor(es):
Sofia Passio Gurgel de Carvalho Camilo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriel Martins Soares Reis: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) O artigo aborda a evolução histórica das sanções por inadimplemento contratual, mostrando como as sociedades foram passando de punições severas, como prisão e morte, para medidas proporcionais e reparadoras. Inicialmente, os contratos eram ritualizados e formais, como na Roma antiga, depois passaram a valorizar a autonomia da vontade e, nos tempos modernos, incorporaram princípios de função social, boa-fé e equilíbrio econômico.

(Metodologia) A metodologia adotada no artigo é de natureza qualitativa e exploratória, fundamentada em uma pesquisa bibliográfica e histórica. Foram analisadas obras doutrinárias, textos legais e produções acadêmicas que abordam a evolução do direito contratual, desde suas origens nas civilizações antigas até as práticas contemporâneas. O trabalho desenvolve uma leitura cronológica e comparativa, dividindo o tema em períodos históricos, como o direito romano, o medievo e moderno para examinar as transformações nas formas de sanção pelo inadimplemento.

(Resultados) A análise dos recortes históricos permitiu constatar que as sanções aplicadas ao inadimplemento contratual acompanham a própria evolução das estruturas sociais e jurídicas da humanidade. Verificou-se ainda que, nas civilizações antigas, as punições possuíam caráter retributivo e violento, baseadas na lógica do castigo e da vingança como demonstrado no Código de Hamurabi e nas práticas romanas, em que o devedor podia ser escravizado, preso ou até executado. Com o passar do tempo, no Império Romano e no período helênico observa-se o início de uma racionalização das penalidades, com a introdução de mecanismos jurídicos que buscavam equilibrar a restituição e o cumprimento das obrigações. Na Idade Moderna, as sanções passaram a ser vistas como instrumentos de proteção ao equilíbrio econômico e não mais como formas de punição pessoal. No Direito Civil Contemporâneo, os resultados evidenciam uma transformação em que as sanções assumem caráter compensatório e preventivo, voltado à reparação do dano e à preservação da boa-fé e da função social do contrato. Por fim, com o avanço tecnológico surgem novas formas de contrato, como os contratos digitais e inteligentes, que mantêm validade jurídica e ampliam a acessibilidade às relações contratuais.

(Conclusão) Conclui-se que as sanções aplicadas ao inadimplemento contratual evoluíram de práticas marcadamente punitivas para instrumentos voltados à reparação e ao equilíbrio jurídico entre as partes. O percurso histórico revela a passagem de um direito baseado na vingança e na coerção para um sistema que prioriza a proporcionalidade, a boa-fé e a função social do contrato. No contexto contemporâneo, o contrato assume papel de instrumento de justiça e solidariedade, subordinado aos valores constitucionais e à dignidade da pessoa humana. Ademais, o avanço tecnológico e o surgimento dos contratos digitais reafirmam a necessidade de o Direito Civil adaptar-se às novas formas de relação social, sem perder de vista os princípios éticos e jurídicos que sustentam a confiança e a validade dos acordos. Assim, o contrato, ainda que transformador em sua forma, mantém sua essência como expressão da vontade humana e garantia de equilíbrio nas relações sociais e econômicas.

Palavras-chave: contrato; inadimplemento; sanções; função social; evolução histórica.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS E AS INOVAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.112/2020

Autor(es):
Maria Clara Uchoa Leite: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Anna Louise Silva Rosado de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Carla Patricia Macêdo de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Amanda Beatriz Aguiar Cabral: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN

(Introdução) A recuperação judicial consiste em um instrumento jurídico essencial para a preservação da atividade empresarial diante de crises econômicas e financeiras, tendo como finalidade evitar a falência e possibilitar a continuidade da empresa. O tema ganhou mais relevância com o advento da Lei nº 11.101/2005, especialmente após a promulgação da Lei nº 14.112/2020, que reformou substancialmente o regime jurídico da insolvência empresarial no Brasil. A questão central que orienta esta pesquisa é compreender de que modo as inovações trazidas pela nova legislação contribuem para a efetividade do instituto e a concretização dos princípios da preservação da empresa e da função social. A fundamentação teórica baseou-se na doutrina de Gladston Mamede (2022), que destaca o papel da empresa como ente produtivo essencial ao desenvolvimento econômico, e de Marcelo Sacramone (2024), que analisa a recuperação judicial sob o prisma processual e negocial, enfatizando a intervenção mínima do Estado e a autonomia dos credores. Pretende-se demonstrar que a reforma legislativa buscou equilibrar interesses econômicos e sociais, aprimorando a eficiência procedimental e o ambiente de reestruturação empresarial.

(Metodologia) O presente trabalho foi elaborado por meio de análises bibliográficas, utilizando-se de doutrinas e legislação específica que abordam questões referentes a recuperação judicial, abrangendo os dispositivos legais iniciais, a sistematização do procedimento, a natureza jurídica do instituto e os reflexos da reforma legislativa.

(Resultados) A análise revelou que a Lei nº 14.112/2020 aperfeiçoou significativamente o sistema de insolvência empresarial, modernizando a legislação e introduzindo mecanismos que favorecem a celeridade e a negociação entre devedor e credores. Destacam-se as inovações referentes ao plano de recuperação alternativo, ao financiamento do devedor durante o processo (DIP financing) e à alienação de ativos livres de ônus, que conferem maior segurança jurídica às operações. Verificou-se ainda que a nova lei fortaleceu a autonomia privada e a transparência, estimulando soluções consensuais. A doutrina de Mamede ressalta a dimensão ética e social da preservação da empresa como ente produtivo, enquanto Sacramone aponta a racionalização procedimental e a ampliação do papel dos credores como elementos que tornam o instituto mais eficiente e realista diante do mercado.

(Conclusão) Conclui-se que a recuperação judicial, reformulada pela Lei nº 14.112/2020, consolidou-se como instrumento de concretização da função social da empresa e da livre iniciativa, pilares constitucionais da ordem econômica. As mudanças legislativas aprimoraram a efetividade do instituto, conciliando a continuidade das atividades empresariais com a satisfação equilibrada dos credores. Contudo, persistem desafios, como a morosidade judicial e a dificuldade de acesso de pequenas empresas ao procedimento. Recomenda-se o desenvolvimento de políticas públicas que ampliem a capacitação empresarial e mecanismos alternativos de mediação e reestruturação.

Palavras-chave: Recuperação judicial. Lei nº 14.112/2020. Preservação da empresa. Função social. Insolvência empresarial.

REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E A INSERÇÃO POTENCIAL DO G4 COMO MEMBROS PERMANENTES

Autor(es):
Isabela Caroline Cardoso Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esta iniciação científica contém por finalidade analisar a necessidade de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e o papel do G4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão) como alternativa para a ampliação de membros permanentes no Conselho. A estrutura atual do órgão internacional consolidado em 1945, não acompanha as transformações geopolíticas e humanitárias do século XXI. Além disso, o poder de veto, atribuído aos P5 (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia) é considerado um dos principais fatores de paralisia do Conselho. Desse modo, o artigo busca analisar as ações do CSNU para avaliar o desenvolvimento no contexto de crises humanitárias, apresentar propostas de alteração no poder de veto e na adição de membros, e desenvolver perspectivas relacionadas à inserção do G4.

(Metodologia) A caminhada utilizada para desenvolver a pesquisa, guiou-se por meio da natureza bibliográfica, qualitativa e exploratória, sintetizada a partir da análise de obras e documentos publicados em portais oficiais. Dessa forma, utilizou-se como base – fontes discursos oficiais, resoluções da ONU, artigos científicos e documentos institucionais – para a produção deste artigo, sendo disponibilizados em bancos de dados acadêmicos, por exemplo SciElo e Google Acadêmico.

(Resultados) Neste contexto, este trabalho acadêmico sintetizou que o poder de veto decorre implicitamente da exigência de votos concordes dos membros permanentes para a adoção de resoluções substantivas. O G4 foi consolidado em 2004 em busca da reforma, defendendo legitimidade, regionalismo e representação geográfica. Iniciativas como o princípio Responsibility to Protect (R2P), a Accountability, Coherence and Transparency (ACT Group, 2015), e a Resolução A/RES/76/262 (2022) demonstraram a insistência em eliminar ou restringir o uso do veto em casos de urgência humanitária. O G4 possui atributos políticos, econômicos e humanitários que justificam sua inclusão, como a liderança do Brasil na Missão de Paz no Haiti (MINUSTAH) e o peso econômico e financeiro da Alemanha.

(Conclusão) Destarte, no levantamento desta pesquisa, concluiu-se que a inserção do G4 como membros permanentes representaria um passo relevante para tornar o CSNU mais democrático, representativo e capaz de responder de forma oportuna e decisiva a desafios globais. Contudo, a resistência à reforma está ligada a impasses geopolíticos e à manutenção de privilégios históricos por parte dos P5 , o que limita o alcance prático das medidas de progresso. A reforma permanece como um dos maiores desafios da governança internacional.

Palavras-chave: Conselho de Segurança da ONU. Reforma. G4. Poder de veto. Governança global.

REFORMA PROCESSUAL PENAL DO PACOTE ANTICRIME: JUIZ DAS GARANTIAS, ANPP E DEMAIS MUDANÇAS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Autor(es):
Rafael Lemos Doratiotto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Bezerra Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriel Tomaz Antunes Brandao: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019) é uma das reformas mais relevantes do processo penal brasileiro, voltada a aprimorar a persecução penal e o enfrentamento do crime organizado, da corrupção e dos crimes violentos. A lei promoveu mudanças centrais no Código de Processo Penal (CPP), como a previsão do Acordo de Não Persecução Penal (art. 28-A), a disciplina da cadeia de custódia da prova (arts. 158-A e seguintes), novos critérios e prazos para prisões cautelares e reforço às audiências de custódia, além da criação do juiz das garantias (com eficácia sujeita a definição pelo STF). Embora também tenha alterado o Código Penal (CP) e a Lei de Execução Penal (Lei Nº 7.210), o eixo do debate doutrinário e prático concentra-se nos limites e efeitos dessas inovações processuais, especialmente quanto à legalidade probatória, à eficiência investigativa e ao equilíbrio entre segurança pública e garantias fundamentais.

(Metodologia) O trabalho realizado foi baseado em levantamento bibliográfico por meio dos bancos de pesquisa científica (Scielo), doutrinas do Direito Penal e Processual penal, além de Leis e Jurisprudências

(Resultados) A partir dos estudos realizados, constatou-se que o Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019) produziu efeitos relevantes e controversos no sistema penal brasileiro. Observou-se que a criação do juiz das garantias representa um avanço referente à imparcialidade e ao controle das investigações, embora sua implementação prática ainda enfrente obstáculos estruturais e orçamentários. O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) consolidou a tendência de expansão da justiça penal negociada, contribuindo para a celeridade processual e redução da carga de trabalho do Judiciário, mas também levantou questionamentos quanto à isonomia e ao risco de coação indireta ao investigado. No campo da execução penal, as alterações nos critérios de progressão de regime e livramento condicional evidenciaram um endurecimento das penas, que pode aumentar a população carcerária se não forem adotadas políticas de desencarceramento e acompanhamento social eficaz. Dessa forma, os resultados indicam que o Pacote Anticrime trouxe inovações capazes de aprimorar a eficiência e a racionalidade da persecução penal, porém seus impactos positivos dependem de implementação efetiva, fiscalização constante e integração entre órgãos do sistema de justiça criminal.

(Conclusão) As mudanças introduzidas pela Lei nº 13.964/2019 podem aprimorar a imparcialidade na fase investigativa, elevar a eficiência da persecução penal e ordenar a execução das penas, mas tais resultados dependem de implementação qualificada e controle judicial efetivo. A justiça penal negociada reduz a litigiosidade e acelera respostas, desde que acompanhada de critérios transparentes e defesa técnica robusta para conter assimetrias e seletividade. Já o endurecimento da execução, sem políticas de alternativas penais e gestão de vagas, tende a aumentar o encarceramento e sobrecarregar o sistema. Conclui-se, portanto, que os benefícios do pacote só se consolidam com padronização institucional, capacitação contínua, fortalecimento da perícia e da Defensoria, além de monitoramento empírico dos impactos para ajustar práticas e garantir equilíbrio entre eficiência, direitos fundamentais e sustentabilidade penitenciária.

Palavras-chave: Pacote Anticrime; Juiz das Garantias; Acordo de Não Persecução Penal; Cadeia de Custódia.

REFORMA TRIBUTÁRIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO: CAMINHOS PARA UM SISTEMA MAIS EFICIENTE

Autor(es):
Rafael Galvão Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Dalila Karla Marinho Veríssimo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Analisa-se a relação entre a reforma tributária e o crescimento econômico do Brasil, objetivando demonstrar como um sistema tributário eficiente impulsiona o desenvolvimento nacional. Compreende-se a relevância da política fiscal como instrumento de estabilidade, distribuição de renda e estímulo à produtividade. Examina-se o impacto do "tarifaço" de Donald Trump e as alterações estruturais na tributação sobre o Produto Interno Bruto (PIB). Avaliam-se, por fim, os desafios e as perspectivas associados à aplicação da reforma tributária no cenário socioeconômico brasileiro. Consideram-se seus possíveis efeitos sobre o equilíbrio fiscal, o ambiente de negócios e a competitividade do país no contexto global.

(Proposta do roteiro) Este trabalho introduz a discussão sobre o impacto dos impostos na vida e a relevância da Reforma Tributária para o futuro econômico do Brasil. Política fiscal refere-se às ações governamentais de arrecadação e aplicação de recursos, com funções de estabilização, distribuição de renda e garantia de serviços, sendo crucial para o equilíbrio nacional. Os impostos influenciam diretamente preços e poder de compra. A Nova Reforma Tributária (LC 214/2025) cria o IVA Dual, substituindo cinco tributos por CBS e IBS, buscando simplificação e atração de investimentos. O cenário brasileiro atual indica crescimento do PIB e queda no déficit. Contudo, eventos como o "tarifaço" de 50% de Donald Trump em 2025 expõem a vulnerabilidade externa e a necessidade de fortalecer a produção interna. Conclui-se que uma política fiscal sustentável, focada em arrecadar mais que gastar, aliada à reforma, promove justiça, transparência e prosperidade, demonstrando que a economia é sobre as pessoas.

(Efeitos esperados) O estudo visa aprofundar a compreensão da reforma tributária como mecanismo de fortalecimento da economia, destacando os benefícios de um sistema fiscal mais justo e transparente. Objetiva-se que a análise dos impactos econômicos e sociais das mudanças na estrutura tributária contribua para o debate acadêmico e a formação crítica sobre políticas de desenvolvimento sustentável. Busca-se demonstrar que a modernização do sistema tributário impulsiona o crescimento, aumenta a competitividade do país e consolida um ambiente de negócios favorável aos investimentos internos e externos. Espera-se, portanto, que os achados embasem futuras discussões sobre a importância da eficiência fiscal para o avanço socioeconômico brasileiro.

REMIÇÃO: EDUCAÇÃO COMO MECANISMO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL NA PENA

Autor(es):
Laura Canel Ferreira Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Fernanda Lyra de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Miguel Arcanjo de Lima Aires Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Telles de Oliveira Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A privação de liberdade, por si só, não é capaz de promover a reintegração social do indivíduo condenado. O sistema prisional brasileiro enfrenta sérios desafios, como a superlotação, a falta de oportunidades e a carência de políticas públicas voltadas à reeducação dos apenados. Nesse contexto, a educação prisional surge como uma ferramenta indispensável para a concretização dos direitos humanos e o cumprimento da finalidade ressocializadora da pena. A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), em seus artigos 17 e 126, assegura o direito à instrução e prevê a remição de pena pelo estudo, reconhecendo a educação como um meio legítimo de transformação e reintegração social. Diante disso, torna-se relevante investigar como o acesso à educação dentro das unidades prisionais pode contribuir efetivamente para a remição de pena e para a ressocialização dos indivíduos privados de liberdade.

(Metodologia) A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e natureza exploratória, utilizando o método dedutivo. O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e documental, com análise de livros, artigos científicos e legislações pertinentes, especialmente a Lei de Execução Penal, as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação em Prisões (Resolução nº 3/2009 do CNE) e relatórios do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). O levantamento teórico buscou compreender as políticas públicas existentes e avaliar o papel da educação como meio de transformação social no contexto prisional.

(Resultados) Os resultados apontam que a educação prisional exerce papel essencial na formação do apenado e na construção de novas perspectivas de vida após o cumprimento da pena. Além de possibilitar a remição de dias de pena, o estudo promove autoconhecimento, senso crítico e autoestima, reduzindo as chances de reincidência criminal. Programas como o “Remição pela Leitura”, implementado em diversos estados, demonstram resultados positivos quanto ao engajamento e ao desempenho dos detentos. Entretanto, a efetividade dessas políticas ainda é limitada pela falta de estrutura física adequada, escassez de docentes capacitados, baixo investimento estatal e preconceito social em relação ao egresso do sistema prisional.

(Conclusão) Conclui-se que a educação prisional representa um dos meios mais eficazes de concretização da função ressocializadora da pena, ao permitir que o indivíduo desenvolva capacidades cognitivas e sociais essenciais para sua reintegração. Contudo, sua efetividade depende da superação de entraves estruturais e da implementação de políticas públicas consistentes e contínuas. É fundamental que o Estado, em conjunto com a sociedade civil, reconheça o papel da educação como vetor de cidadania e transformação, assegurando condições dignas e oportunidades reais de aprendizado para todos os apenados.

Palavras-chave: Educação prisional. Remição de pena. Ressocialização. Lei de Execução Penal. Direitos humanos.

RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO POR ASSÉDIO MORAL: CRITÉRIOS DE REPARAÇÃO NAS DECISÕES DO TST E DO TRT DA 21ª REGIÃO

Autor(es):
Samara Veruska da Rocha Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este estudo analisa o posicionamento dos tribunais brasileiros em casos de rescisão indireta do contrato de trabalho motivada por assédio moral, conforme previsto no artigo 483 da CLT. A pesquisa investiga como os tribunais compreendem a prática de assédio como falta grave apta a justificar a rescisão por iniciativa do empregado, observando os critérios adotados nas decisões. O enfoque é sobre o comportamento jurisprudencial do TST e do TRT da 21ª Região, objetivando identificar como o assédio moral tem sido caracterizado como fato gerador de rescisão indireta.

(Metodologia) A pesquisa, de abordagem qualitativa e dogmática jurídica, tem caráter explicativo e analisa decisões do TST e do TRT – 21, coletadas nos últimos cinco anos. O objetivo é compreender os critérios utilizados pelos tribunais para reconhecer a rescisão indireta por assédio moral, observando também a diferenciação entre dano moral e dano existencial, além da relevância do rigor excessivo nos julgados.

(Resultados) Até o presente momento da pesquisa, os resultados parciais indicam que o Tribunal Superior do Trabalho tem reconhecido o assédio moral como causa legítima para a rescisão indireta do contrato de trabalho, especialmente quando há demonstração de condutas reiteradas e ofensivas por parte do empregador. No entanto, observa-se que a diferenciação entre dano moral e dano existencial é pouco explorado nas decisões, sendo comum o tratamento conjunto dessas categorias. Quanto ao rigor excessivo no ambiente de trabalho, verificou-se que ele tem sido considerado em alguns julgados como elemento indicativo de assédio, mas sua valorização varia conforme o tribunal e a prova produzida. Esses achados preliminares sugerem a necessidade de maior uniformidade nos critérios adotados pelos tribunais e reforçam a importância de uma abordagem mais sensível aos efeitos do assédio sobre a dignidade do trabalhador.

(Conclusão) Conclui-se, até o momento, que há avanços na jurisprudência quanto ao reconhecimento do assédio moral como fundamento para a rescisão indireta do contrato de trabalho. No entanto, ainda persistem lacunas relevantes, especialmente quanto à distinção entre dano moral e dano existencial e à valorização do rigor excessivo como fator caracterizador do assédio. A pesquisa, portanto, reforça a necessidade de maior uniformidade dos julgados e contribui para a construção de decisões mais justas à dignidade do trabalhador.

Palavras-chave: Rescisão indireta; Assédio – moral; Rigor excessivo.

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS POR DANOS DECORRENTES DA PUBLICIDADE DE APOSTAS ONLINE

Autor(es):
Leticia da Silva Mathias Baptista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) O fenômeno da influência digital redefiniu padrões de consumo, tornando os influenciadores chave na divulgação de produtos e serviços. Contudo, o uso dessa credibilidade na promoção de apostas online gera debates sobre responsabilidade civil e proteção do consumidor. O problema central é como o ordenamento brasileiro trata a responsabilidade dos influenciadores por danos causados pela publicidade de apostas online, buscando os mecanismos de tutela efetiva. A complexidade decorre da ausência de regulamentação específica, da vulnerabilidade do consumidor, e da atratividade das apostas. As normas atuais (Código Civil, CDC e leis de apostas) nem sempre abrangem todas as nuances. Casos práticos, como a notificação do Procon-SP, investigações da Senacon e a CPI das Bets, que revelou a simulação de ganhos irreais, reforçam a urgência de atualização do Direito.

(Metodologia) A pesquisa é de natureza bibliográfica e documental, analisando a responsabilidade civil dos influenciadores digitais. O estudo fundamenta-se na doutrina de Direito Civil e do Consumidor, com foco nos pressupostos da responsabilidade (conduta, dano, nexo causal e culpa/dolo) conforme os artigos 186 e 927 do Código Civil. Os procedimentos incluíram a análise das legislações aplicáveis (Código Civil, CDC e Lei nº 13.756/2018) , o conceito de pseudo-proximidade e vulnerabilidade , e o estudo da jurisprudência do STJ e de casos práticos (Procon-SP, Senacon e CPI das Bets). A metodologia busca interpretar coerentemente a aplicação dos regimes de responsabilidade subjetiva e objetiva ao influenciador.

(Resultados) Os resultados mostram que o influenciador digital, por promover serviços mediante remuneração, é fornecedor de publicidade , integrando a cadeia de consumo. Isso gera responsabilidade solidária, permitindo ao consumidor acioná-lo pelos danos. A publicidade de apostas é frequentemente enganosa (simulação de ganhos) ou abusiva (exploração de vulnerabilidade financeira) , reforçando a responsabilidade. A responsabilidade civil é analisada conjuntamente: subjetiva, por negligência em verificar riscos , e objetiva, pelo risco e aplicação do CDC. A pseudo-proximidade agrava o dever de cuidado, intensificando a vulnerabilidade e influenciando na culpa e nexo causal

(Conclusão) Em síntese, o trabalho conclui que a responsabilidade civil dos influenciadores digitais na publicidade de apostas online é um imperativo jurídico, sustentado pela sua qualificação como fornecedor na cadeia de consumo e pela aplicação tanto da responsabilidade subjetiva quanto da objetiva. A pseudo-proximidade reforça o dever de diligência e a vulnerabilidade do consumidor. Embora falte regulamentação específica, as normas do Código Civil e do CDC são suficientes para amparar o consumidor e delimitar a atuação desses agentes. É crucial que a doutrina e a jurisprudência continuem aprofundando a análise desse fenômeno para garantir a efetiva proteção dos consumidores. Novas pesquisas podem se dedicar à análise da responsabilidade criminal (estelionato e propaganda enganosa) sugerida nos debates da CPI das Bets, bem como aprofundar a regulação da publicidade direcionada a menores de 18 anos.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Influenciadores Digitais. Apostas Online. Pseudo-Proximidade. Código de Defesa do Consumidor

RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL NO CONFLITO ISRAEL-PALESTINA E AS EXIGÊNCIAS DE REPARAÇÃO PÓS-CONFLITO

Autor(es):
Lucas Gabriel Moreira dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Beatriz Souza Fonseca: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Victor Araújo Cortez: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O conflito entre Israel e Palestina constitui um dos episódios mais complexos e prolongados da história mundial, permeado por tensões políticas, territoriais e religiosas. A Organização das Nações Unidas (ONU) assumiu um papel central, atuando como mediadora e entidade internacional dotada de responsabilidade no cenário de guerra, sobretudo por meio de resoluções e auxílio humanitário. Este artigo busca analisar de forma histórica e jurídica o contexto do conflito, compreendendo a Resolução 181 (1947) e suas implicações, bem como o papel da ONU enquanto agente normativo e mediador. A reflexão sobre a responsabilidade internacional da ONU é relevante, pois o conflito persiste, e a comunidade internacional ainda busca, sem sucesso, uma solução duradoura que respeite os direitos fundamentais dos envolvidos e define responsabilidades por sua deflagração.

(Metodologia) O estudo utilizou a pesquisa historiográfica, bibliográfica e documental para fundamentar a análise da responsabilidade internacional da ONU no conflito Israel-Palestina. A abordagem metodológica envolveu o exame de resoluções da ONU e a análise crítica de sua atuação na posição de ente internacional e mediadora dos embates globais. Foram utilizados princípios do Direito Internacional, como o conceito de Responsabilidade de Proteger (R2P) e a evolução do conceito de responsabilidade internacional para incluir organizações como a ONU.

(Resultados) Os resultados indicam que a ONU se constituiu sob um propósito amplo, mas ainda baseado em um “old power”. A Resolução 181 (1947), que estabeleceu o plano de partilha, foi influenciada por potências imperialistas e pelo movimento sionista, tornando-se o principal marco para a deflagração do conflito e, consequentemente, um motivo para a responsabilização da Organização. As políticas internacionais implementadas, incluindo resoluções como a 194 (sobre o retorno e a indenização de refugiados) e a 242 (sobre a retirada de Israel dos territórios ocupados), falharam em produzir os resultados esperados, pois Israel descumpriu a maioria delas. A ONU acumulou falhas tanto no âmbito da aprovação quanto na efetivação de medidas, o que é agravado pela hegemonia estadunidense e pelo poder de veto no Conselho de Segurança, que compromete o alcance das decisões da Organização. Esse cenário levanta o questionamento da eficácia da ONU em razão do não cumprimento de seus objetivos, como a formulação de alternativas de reparação do dano.

(Conclusão) A análise confirma que a ONU possui uma responsabilidade internacional em relação ao conflito, sendo responsabilizada pela criação do Estado de Israel e pela falha em conter os conflitos decorrentes da Resolução 181. O contexto fático pouco se alterou apesar das inúmeras resoluções, evidenciando a limitação da autoridade da ONU devido aos vetos e à complexidade política que envolve os interesses dos Estados-membros. A manutenção da paz no conflito requer uma reflexão contínua sobre a intervenção da ONU e, possivelmente, uma mudança nas estruturas de distribuição de poder na Organização, que é crucial para evitar a escalada da violência, a despeito do sofrimento, exploração e morte dos civis.

Palavras-chave: Direito internacional humanitário. Conflito Israel-Palestina. Pós-Guerra. Reconstrução. Paz.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E ÉTICA JURÍDICA NO FUTURO DAS CIDADES

Autor(es):
Pedro Benfica Suassuna de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A ética jurídica tem papel essencial na construção de uma sociedade justa e solidária. Em meio às desigualdades urbanas, ao avanço tecnológico e à crise ambiental, o Direito deve atuar como instrumento de equilíbrio entre o interesse individual e o bem coletivo. Para que cumpra sua função social, é necessário que a atuação do jurista e das instituições jurídicas seja guiada por valores éticos e pela responsabilidade social. O estudo parte da ideia de que o Direito não deve ser compreendido apenas como um conjunto de normas coercitivas, mas como um campo voltado à promoção do bem comum, da justiça e da dignidade da pessoa humana. Com base nos fundamentos da Filosofia do Direito, especialmente nas ideias de Aristóteles sobre justiça distributiva, de Kant sobre o dever moral e de John Rawls acerca da equidade, o trabalho propõe refletir sobre como a ética e a responsabilidade social podem orientar políticas públicas e práticas jurídicas mais humanas e inclusivas. O futuro das cidades, portanto, depende da consolidação de uma cultura jurídica comprometida com a solidariedade, a inclusão e o respeito à diversidade.

(Metodologia) A pesquisa é de natureza qualitativa e descritiva, com base em análise bibliográfica e documental. Foram utilizadas obras clássicas da Filosofia e do Direito, como as de Aristóteles, Kant e Boaventura de Sousa Santos, além de relatórios urbanos da cidade de Natal. A metodologia interdisciplinar articula aspectos éticos, jurídicos e sociais para compreender como a prática do Direito pode atuar como promotora de cidadania, equidade e sustentabilidade.

(Resultados) Os resultados indicam que a ausência de uma ética jurídica efetiva e de uma postura socialmente responsável por parte dos profissionais do Direito contribui para perpetuar desigualdades e exclusões. Práticas jurídicas desvinculadas da ética tendem a privilegiar interesses econômicos e políticos em detrimento da justiça e do bem comum. O estudo mostra que, quando há incorporação da responsabilidade social na atuação jurídica, o Direito se torna um agente de transformação, fortalecendo políticas públicas voltadas à moradia, mobilidade, educação e meio ambiente. A ética profissional e o compromisso social do jurista são, portanto, indispensáveis para que o Direito cumpra sua função essencial de assegurar a dignidade humana e promover a convivência urbana equilibrada. A ética jurídica também se revela fundamental no enfrentamento dos desafios atuais, como a exclusão social e a ineficácia das políticas públicas. Inspirada nas concepções morais clássicas, ela defende que o jurista não deve agir apenas conforme a lei, mas conforme a moral e a equidade. A responsabilidade social, por sua vez, amplia esse compromisso, exigindo que o Direito ultrapasse o campo técnico e alcance a vida pública, influenciando positivamente o desenvolvimento urbano e o fortalecimento da cidadania.

(Conclusão) O futuro das cidades depende da consolidação de uma prática jurídica ética, responsável e comprometida com o bem coletivo. O profissional do Direito deve proteger a dignidade humana e promover políticas que combatam a desigualdade e favoreçam a inclusão. O Direito não deve apenas regular, mas também educar e transformar. Assim, a integração entre ética e responsabilidade social é o caminho para a construção de cidades mais humanas, democráticas e sustentáveis. O fortalecimento da ética jurídica nas práticas cotidianas representa, portanto, um passo essencial para o desenvolvimento de uma sociedade justa, na qual o Direito atua como verdadeiro instrumento de transformação social.

Palavras-chave: Ética jurídica; Responsabilidade social; Justiça social; Cidadania; Sustentabilidade urbana.

RESTRIÇÕES JURÍDICAS À ATUAÇÃO POLICIAL: CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS DA LIMITAÇÃO DO USO DA FORÇA

Autor(es):
Luan Fernandes Costa Correia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho de conclusão de curso busca estudar as consequências da limitação na atuação dos agentes de segurança pública em suas incursões contra o mundo do crime. Tendo em vista a complexidade da atuação policial, e também das operações realizadas pela polícia de maneira geral, é essencial analisar como se dá o resguardo jurídico dos agentes de segurança pública diante das limitações sofridas no exercício da sua profissão. Assim, como objetivo geral, o trabalho busca enfatizar a relevância da atuação policial para a sociedade, bem como realizar um estudo com base nas decisões dos tribunais superiores e na previsão legal contida no instituto do Código Penal; e como objetivos específicos, busca analisar a aplicação prática no uso de algemas; a atuação dos agentes nas abordagens policiais; além de analisar o instituto da legítima defesa.

(Metodologia) Para a confecção do presente trabalho, foram realizadas pesquisas com base nas decisões dos tribunais superiores, tratando-se de uma metodologia bibliográfica, em sites de pesquisa acadêmica, assim como busca por informações coletadas no próprio Código Penal e na jurisprudência brasileira. A partir dessa abordagem, busca-se compreender as consequências da limitação na atuação dos agentes de segurança pública no Brasil, especialmente em relação ao uso de algemas, às abordagens policiais e à legítima defesa.

(Resultados) Como resultados obtidos através do desenvolvimento e da metodologia utilizada neste trabalho de conclusão de curso, tornou-se possível a confirmação da importância da atuação policial na sociedade, bem como a presente limitação no exercício da sua profissão, devido à deturpação realizada pela população referente a imagem das forças policiais.

(Conclusão) A partir da análise realizada neste trabalho, é possível concluir que as limitações impostas à atuação dos agentes de segurança pública, embora necessárias para proteger os direitos fundamentais dos indivíduos e garantir o Estado de Direito, muitas vezes impõem desafios significativos ao exercício da função policial. A doutrina e as decisões dos tribunais superiores demonstram que a atuação policial, em particular no contexto de abordagens e uso de algemas, deve ser pautada pela proporcionalidade e razoabilidade, a fim de evitar abusos e assegurar a legalidade das ações. Dessa forma, a jurisprudência dos tribunais superiores, como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), tem estabelecido parâmetros claros quanto aos limites da atuação policial, reconhecendo a legitimidade de medidas mais rigorosas em situações de risco iminente, mas, ao mesmo tempo, determinando que essas ações sejam sempre submetidas ao controle jurisdicional, especialmente em situações que envolvam a liberdade e integridade física dos cidadãos.

Palavras-chave: Atuação policial; Segurança pública; Limitações jurídicas; Abordagem policial

SAÚDE MENTAL ENTRE UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL

Autor(es):
Andrew Simões Oliveira de Assis Alexandre: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mattos Pereira Dantas Feitosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luigi Leal Braga: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Antonio Gabriel Barbosa Fernandes Gurgel: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A saúde mental é hoje um dos temas mais discutidos na área da saúde pública, especialmente entre jovens em idade universitária. O ingresso na universidade marca um período de transição, exigindo dos estudantes adaptação emocional, social e financeira. Além disso, o ambiente acadêmico impõe pressões por alto desempenho, competitividade e constante produtividade. Essas condições contribuem para o surgimento de quadros de ansiedade, depressão e esgotamento emocional. No Brasil, estudos indicam prevalências elevadas de transtornos mentais comuns entre universitários, principalmente em cursos da área da saúde. A pandemia de COVID-19 agravou esse cenário, intensificando o isolamento social, a solidão e o medo quanto ao futuro profissional. Assim, torna-se fundamental compreender os fatores de risco e de proteção à saúde mental para embasar políticas institucionais mais eficazes.

(Metodologia) Este estudo consiste em uma revisão narrativa e integrativa de artigos publicados entre 2015 e 2025 nas bases SciELO e Google Acadêmico. As palavras-chave utilizadas foram “universitários”, “saúde mental”, “ansiedade”, “depressão”, “burnout” e “ideação suicida”. Incluíram-se estudos originais, revisados por pares, realizados com estudantes de graduação brasileiros e publicados em português ou inglês. Excluíram-se dissertações, teses e estudos sobre pós-graduação. A análise foi qualitativa, buscando identificar padrões, convergências e lacunas entre os achados.

(Resultados) Os estudos analisados revelaram prevalências preocupantes de sofrimento psicológico entre universitários brasileiros. Entre 33% e 66% apresentavam sintomas de transtornos mentais comuns, sendo ansiedade e depressão os mais frequentes. O burnout foi associado à sobrecarga acadêmica, à falta de reconhecimento e ao desequilíbrio entre estudo e vida pessoal. A ideação suicida, relatada em até 22% dos participantes, mostrou forte ligação com sintomas depressivos e ausência de suporte emocional. Por outro lado, resiliência, apoio familiar e programas de apoio psicológico nas universidades atuaram como fatores de proteção importantes. Durante e após a pandemia, observou-se aumento significativo de sofrimento mental, mesmo com o retorno às atividades presenciais. Isso evidencia que as consequências da pandemia foram duradouras e exigem intervenções contínuas por parte das instituições.

(Conclusão) Conclui-se que a saúde mental dos universitários brasileiros encontra-se em estado alarmante. A alta incidência de ansiedade, depressão, burnout e ideação suicida reforça a urgência de políticas institucionais permanentes de acolhimento e prevenção. É essencial que as universidades implantem serviços psicológicos acessíveis, oficinas de manejo do estresse e ações de promoção de bem-estar. Parcerias com o SUS e campanhas de conscientização também podem fortalecer o cuidado integral com os estudantes. Somente por meio de uma abordagem contínua e integrada será possível garantir um ambiente universitário mais saudável, reduzir a evasão e promover uma formação acadêmica equilibrada e humanizada.

Palavras-chave: Universitários; saúde mental; ansiedade; depressão; burnout; ideação suicida.

SAÚDE MENTAL NA ERA DIGITAL

Autor(es):
Maria Clara de Lima Sena: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Leticia Gabrielly Gomes Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Laura Beatriz Paiva Gomes Ribeiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Giovanna Caroline Medeiros Soares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Clara Beatriz Martins da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) As últimas evoluções sociais e o avanço das tecnologias digitais têm transformado a forma como os indivíduos se relacionam e estabelecem seus objetivos, construindo uma nova identidade social. Como parte essencial da vida contemporânea, as redes sociais tornaram-se espaços centrais de interação, promovendo facilidades de comunicação, compartilhamento e acesso a informações. Nesse sentido, embora as redes tragam inúmeros benefícios no que condiz as interações coletivas, observam-se as emergentes preocupações decorrentes de tamanha influência quanto ao impacto atroz do uso excessivo dessas plataformas sobre a saúde mental dos indivíduos.

(Metodologia) A pesquisa apresenta caráter teórico e descritivo, com abordagem qualitativa, voltada à análise dos impactos do uso excessivo das tecnologias digitais e redes sociais sobre a saúde mental na atualidade. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, baseada em obras, artigos científicos e publicações acadêmicas sobre tecnologia, comportamento humano e saúde mental, obtidas em bases como Google Acadêmico, priorizando estudos dos últimos dez anos. Os materiais foram analisados de forma interpretativa e crítica, identificando convergências e divergências entre os autores. Trata-se de uma pesquisa exclusivamente teórica, que integra perspectivas psicológicas e sociais para compreender como o ambiente digital influencia o comportamento e a saúde mental do indivíduo.

(Resultados) A análise sobre a saúde mental na era digital mostrou que o uso excessivo das redes sociais tem influenciado de forma significativa o bem-estar emocional das pessoas. As plataformas, criadas para aproximar e facilitar a comunicação, também se tornaram espaços propícios à ansiedade e aumento de transtornos psicológicos, principalmente entre os jovens, onde muitos passam a depender das redes sociais para se sentirem bem, o que reforça o que Kumar e Mondal (2018) afirmam sobre a ligação entre solidão, timidez e perda de controle no uso da internet. A busca constante por curtidas e engajamento cria um ciclo de dependência emocional e afasta os indivíduos do mundo real. Contudo, as redes também oferecem benefícios, como acesso à informação, fontes de estudo e socialização. O desafio está em encontrar equilíbrio: usar a tecnologia como aliada, e não como substituta das conexões humanas.

(Conclusão) Conclui-se que o uso excessivo das tecnologias digitais e das redes sociais exerce influência direta e significativa sobre a saúde mental dos indivíduos, sobretudo em uma sociedade cada vez mais conectada e dependente do ambiente virtual. Verifica-se que, embora essas ferramentas proporcionem avanços na comunicação, na socialização e no acesso à informação, o uso descontrolado pode acarretar impactos negativos, como ansiedade, dependência tecnológica e baixa autoestima. Portanto, evidencia-se a necessidade de promover uma relação equilibrada e consciente com as mídias digitais, baseada na reflexão crítica sobre seus efeitos no cotidiano, em que o bem-estar na era digital atrela-se ao incentivar práticas de uso responsável que favoreçam a saúde mental e o fortalecimento das relações humanas fora do ambiente virtual.

Palavras-chave: Redes sociais. Saúde mental. Influência. Psicológico. Informação.

SAÚDE MENTAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA CONTEMPORANEIDADE

Autor(es):
Pedro Henrique de Azevedo Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Julio Guilherme Alves Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Matheus Santos De Souza Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Gilberto Dias da Costa Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A saúde mental constitui um dos pilares do bem-estar humano, determinando diretamente a qualidade de vida, a capacidade produtiva e a participação social dos indivíduos. A OMS define saúde mental como um estado de bem-estar em que a pessoa reconhece suas potencialidades, enfrenta as tensões normais da vida, trabalha de forma produtiva e contribui para sua comunidade. No século XXI, as transformações sociais, tecnológicas e econômicas intensificaram os desafios à saúde mental: o aumento da competitividade no ambiente de trabalho, a pressão por produtividade e a exposição constante às redes sociais têm contribuído para o agravamento de transtornos psicológicos.

(Metodologia) Trata-se de pesquisa bibliográfica qualitativa de caráter exploratório. O levantamento bibliográfico incluiu bases científicas como Google Acadêmico, SciELO e Portal CAPES, além de documentos oficiais (OMS, Ministério da Saúde). Utilizaram-se palavras-chave como “saúde mental”, “qualidade de vida”, “políticas públicas” e “transtornos mentais”, com recorte temporal entre 2015 e 2023.

(Resultados) Os resultados destacam diversos entraves e avanços na saúde mental contemporânea: Evidenciou-se que o estigma e o preconceito em torno de transtornos mentais persistem como barreiras sociais: associados à pobreza, intensificam a exclusão social e dificultam o acesso a serviços. A precarização do trabalho “sobretudo desemprego e insegurança laboral” correlaciona-se com maiores índices de ansiedade, depressão e suicídio. Observou-se ainda um impacto ambivalente da era digital: se por um lado a conectividade facilita a comunicação e o acesso à informação, por outro o uso excessivo de tecnologias e a pressão por estar sempre online relacionam-se a níveis elevados de estresse, ansiedade e depressão. Em resposta a essas barreiras, destacam-se iniciativas educativas e comunitárias na promoção da saúde mental e na redução do estigma. Por exemplo, o Programa Saúde na Escola mobilizou centenas de milhares de atividades voltadas à promoção da saúde mental, enquanto ações locais visam desconstruir estigmas e fortalecer redes de apoio comunitário .

(Conclusão) O presente artigo analisou a saúde mental sob uma perspectiva ampla, ressaltando sua importância para o bem-estar individual e coletivo. Constatou-se que, apesar de avanços como a Reforma Psiquiátrica Brasileira e a criação dos CAPS, ainda persistem desafios estruturais, sobretudo o estigma social, a desigualdade de acesso a serviços e a escassez de recursos. Concluise que a promoção da saúde mental exige estratégias interdisciplinares e políticas públicas eficazes, capazes de considerar fatores biológicos, psicológicos e sociais. Como contribuição, este estudo integra distintas dimensões ao debate da saúde mental; entre suas limitações, destaca-se o caráter restrito à revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Saúde mental. Estigma. Políticas públicas. Acesso à saúde. Era digital.

SEGURANÇA PÚBLICA E A ESSÊNCIA DO PROCESSO PENAL: UMA ABORDAGEM ACERCA DOS LIMITES FUNDAMENTAIS DA PERSECUÇÃO PENAL

Autor(es):
Rany Estefani Ferreira da Gama: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sofia Meirelles Portela Bezerra e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A promulgação da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, o Pacote Anticrime, representou um marco na política criminal brasileira. Apresentada como resposta ao clamor social por segurança e combate à corrupção, a lei alterou o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal, sob a promessa de modernizar o sistema e fortalecer o enfrentamento ao crime organizado. Contudo, surgem dúvidas sobre a compatibilidade dessas medidas com os princípios do Estado Democrático de Direito e seus reais efeitos práticos. Mais do que uma reforma legislativa, o Pacote Anticrime reflete um contexto de insatisfação social e de valorização de discursos punitivistas. A introdução de dispositivos como o juiz das garantias, o acordo de não persecução penal e o aumento do limite máximo de pena dividiu opiniões sobre sua efetividade e o risco de ampliação do encarceramento. Assim, o estudo analisa se tais medidas contribuíram para uma justiça mais eficiente ou reforçaram distorções do sistema penal brasileiro.

(Metodologia) A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, com método dedutivo. Parte da análise da política criminal brasileira e do contexto que originou o Pacote Anticrime para examinar seus efeitos no sistema penal. Utiliza-se pesquisa bibliográfica e documental, baseada em obras doutrinárias, artigos e decisões dos tribunais superiores sobre a Lei nº 13.964/2019. O estudo apoia-se em referenciais do punitivismo contemporâneo, do Direito Penal do Inimigo e do garantismo penal, buscando compreender como o Pacote Anticrime concilia eficiência punitiva e proteção de direitos no Estado Democrático de Direito.

(Resultados) A análise das repercussões do Pacote Anticrime mostra que, embora a Lei tenha buscado modernizar o sistema penal, seus efeitos foram contraditórios. Houve avanços pontuais, como a racionalização da persecução penal, mas também o fortalecimento de práticas punitivistas que pouco contribuíram para a efetividade da justiça. O aumento do limite máximo de pena teve impacto simbólico, agravando a superlotação prisional, enquanto o Acordo de Não Persecução Penal representou avanço prático na desburocratização do sistema. Já o Juiz das Garantias, ainda suspenso, permanece como avanço teórico no fortalecimento do sistema acusatório. Em síntese, o Pacote Anticrime revelou uma reforma ambígua, com medidas que aprimoram a eficiência, mas que mantêm a seletividade e o foco na repressão, perpetuando o modelo de encarceramento em massa.

(Conclusão) A análise permite concluir que o Pacote Anticrime, embora apresentado como medida de modernização e eficiência, revelou-se ambíguo. Houve avanços pontuais, como o Acordo de Não Persecução Penal e o Juiz das Garantias, mas também o fortalecimento de práticas punitivistas que ampliam desigualdades e comprometem a função ressocializadora da pena. Surgida em meio à pressão social por segurança, a lei adotou medidas simbólicas que pouco impactaram a criminalidade e agravaram a superlotação prisional. Assim, o Pacote Anticrime expressa as contradições da política criminal brasileira, busca eficiência sem enfrentar desigualdades e reforça a punição sem garantir justiça. O verdadeiro avanço depende de reformas técnicas, baseadas em direitos humanos, que conciliem segurança, garantias e dignidade na aplicação do direito penal.

Palavras-chave: Pacote Anticrime, Sistema Penal Brasileiro e Política Criminal.

SIMULAÇÃO HISTÓRICA NO ENSINO JURÍDICO: O PROJETO UNISIM E A COMPREENSÃO CRÍTICA DO DIREITO INTERNACIONAL EM NATAL

Autor(es):
Paulo Vitor Fernandes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sheyla Caldas Costa de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Ângelo José Menezes Silvino: Docente do UNI-RN
Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo geral é demonstrar como a simulação histórica promovida pelo projeto UNISIM conecta o estudo do passado às complexidades do presente, contribuindo para a formação jurídica e cidadã em Natal. Especificamente, busca-se: a) desenvolver um modelo de simulação sobre a Crise dos Mísseis; e b) aplicá-lo como atividade de extensão, oferecendo à comunidade uma experiência prática em diplomacia e Direito Internacional.

(Proposta do roteiro) O UNISIM, iniciativa do curso de Direito da UNI-RN, utiliza simulações históricas como ferramenta pedagógica em Natal. Este trabalho apresenta a aplicação do projeto por meio da simulação da Crise dos Mísseis de 1962, marco da Guerra Fria. O objetivo é demonstrar como essa metodologia conecta o estudo do passado às complexidades do presente, contribuindo para a formação jurídica e cidadã. A pesquisa, de caráter teórico e ação extensionista, mostra como a iniciativa atua diretamente na sociedade, promovendo aprendizado e impacto social. O vídeo propõe retratar a vivência dos participantes nos dilemas históricos, evidenciando ganhos pedagógicos como argumentação, negociação e resolução de conflitos. Espera-se demonstrar que a simulação aprofunda a compreensão sobre como decisões históricas influenciam o Direito Internacional e a geopolítica contemporânea, reafirmando o papel social da UNI-RN em capacitar a comunidade natalense a interpretar criticamente sua realidade a partir do entendimento do passado.

(Efeitos esperados) A – Desenvolvimento de uma compreensão aprofundada nos participantes de como as decisões do passado, como a Crise dos Mísseis, continuam a moldar o Direito Internacional e a geopolítica contemporânea. B – Reafirmação do papel social da UNI-RN ao capacitar a comunidade a interpretar criticamente sua realidade a partir do entendimento da história. C – Contribuição para o desenvolvimento de habilidades essenciais nos alunos, como argumentação, negociação, resolução de conflitos, pensamento crítico e tomada de decisão em contextos realistas.

SISTEMA MULTIPORTAS: UMA ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DOS MÉTODOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):
Letícia Montenegro Firmeza Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriela Lima de Alencar Albuquerque: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Jully Anne Marinho de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Iasmin Dantas Morais: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Leticia Moura Botelho Medeiros : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Felipe Douglas da Silva: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O estudo analisa a eficiência do Sistema Multiportas na resolução de conflitos no Estado do Rio Grande do Norte, destacando sua contribuição para a democratização do acesso à justiça e a redução da judicialização. Inspirado na proposta de Frank Sander (1976) e consolidado pela Resolução nº 125/2010 do CNJ, o sistema propõe que cada conflito seja encaminhado ao método mais adequado (mediação, conciliação, arbitragem ou negociação) promovendo soluções mais rápidas e colaborativas. Os objetivos específicos incluem avaliar a eficiência dos métodos autocompositivos, os resultados dos CEJUSCs e os impactos na morosidade processual, além de refletir sobre desafios culturais e institucionais.

(Proposta do roteiro) De acordo com os fatos apresentados, é certo que o sistema multiportas funciona como um meio alternativo para desenvolver a solução de conflitos, garantindo o acesso à ordem jurídica justa e apresentando-se como um sistema facilitador no que pertine ao judiciário. Ademais, a partir da democratização do acesso à justiça, bem como a adequação do meio de solução ao tipo de conflito, é evidente a contribuição da arbitragem, conciliação e mediação na resolução de conflitos no estado do Rio Grande do Norte, com vistas a evitar o acúmulo de processos no Poder Judiciário e promover a busca por uma forma mais prática e eficiente de solucionar as contendas da sociedade, através do diálogo. Com isso, superar esse entendimento é fundamental, uma vez que o Sistema Multiportas não apenas contribui para a redução da litigância excessiva, mas também fortalece a autonomia e o protagonismo das partes, ao incentivar o diálogo, a escuta ativa e a cooperação, com o suporte técnico dos auxiliares da justiça, na fase pré-processual e também no curso do processo.

(Efeitos esperados) Espera-se demonstrar que o Sistema Multiportas fortalece a cultura da pacificação social, incentiva o protagonismo das partes e contribui para um modelo de justiça mais célere, participativo e humanizado, reduzindo o acúmulo de processos e promovendo o diálogo como caminho para soluções mais efetivas. Link do resumo: https://docs.google.com/document/d/1hXTtt6sryJdb-8JUT2atdwQUVOFxULNRk8to8PT7-QA/edit?usp=drivesdk

SISTEMA PENITENCIÁRIO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E CAMINHOS POSSÍVEIS

Autor(es):
Rafael Oliveira Ferreira Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Gabriel Dantas Corrêa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Jarbas Lopes Leite: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Guilherme Emanuel Ferreira de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O sistema penitenciário brasileiro reflete de forma nítida as profundas desigualdades sociais e a ausência de políticas públicas eficazes de prevenção, reintegração e acompanhamento dos egressos. A superlotação, a violência institucional e a precariedade estrutural das prisões reforçam um modelo punitivista ultrapassado, que não contribui para a redução efetiva da reincidência criminal. O Brasil possui atualmente mais de 800 mil presos, sendo aproximadamente 40% provisórios, segundo dados do Infopen (2024). A pesquisa busca compreender de que maneira é possível promover a reintegração social em um contexto marcado pela desigualdade, exclusão e estigma, propondo alternativas sustentáveis baseadas em experiências nacionais e internacionais bem-sucedidas.

(Metodologia) A pesquisa é qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica de artigos publicados entre 2014 e 2024 nas bases SciELO, Google Acadêmico e Portal CAPES. Foram analisados estudos nacionais e internacionais sobre ressocialização, com foco na identificação de boas práticas e lacunas existentes.

(Resultados) Os resultados da pesquisa bibliográfica demonstraram que estados que promovem ativamente a educação e o trabalho prisional registram consistentemente menores índices de reincidência criminal. No entanto, a falta de políticas públicas pós-cárcere estruturadas – abrangendo suporte para moradia, acesso a emprego formal e assistência social – é um fator crítico que agrava o retorno ao crime. Esse ciclo vicioso é reforçado pelo intenso preconceito e pela exclusão social que o egresso enfrenta, impedindo uma reintegração efetiva na comunidade. Em contraste, a análise de experiências internacionais, como as da Noruega e Finlândia, comprova que seus sistemas penitenciários, baseados em uma filosofia de inclusão e apoio contínuo (com foco em reabilitação, dignidade humana e preparação para a vida em liberdade), são comprovadamente mais eficazes na recuperação e no afastamento definitivo dos presos da criminalidade.

(Conclusão) A reintegração social transcende a esfera meramente carcerária e exige o engajamento solidário e estrutural de toda a sociedade, reafirmando o princípio da co-responsabilidade. Para que o egresso do sistema prisional seja verdadeiramente reincorporado, é imperativo o investimento robusto em reformas estruturais profundas, que incluem a ampliação da educação e do trabalho como eixos de transformação dentro e fora do cárcere. Adicionalmente, é fundamental a criação e o fortalecimento de redes de apoio intersetoriais e contínuas (sociais, jurídicas e de saúde) e o combate ativo ao estigma de ex-detento, que atua como barreira intransponível à cidadania plena. Em sua essência, o artigo defende vigorosamente a substituição do obsoleto modelo punitivista por um novo sistema de justiça que eleja a dignidade humana, a cidadania e a inclusão social como os pilares inegociáveis de uma política penal verdadeiramente eficaz e humanizada.

Palavras-chave: Sistema penitenciário Brasileiro. Reintegração Social. Ressocialização. Educação. Trabalho Prisional.

SISTEMA PRISIONAL DESARMONIZADO: MONITORAÇÃO ELETRÔNICA E OS DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO CONTÍNUA

Autor(es):
Alane Hellen de Sousa Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Samara Veruska da Rocha Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Analice Freitas Oliveira Pinheiro de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Julia Martins Pessoa : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Eduardo Estelito Duarte: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nos últimos anos, o sistema penitenciário brasileiro tem enfrentado desafios estruturais e operacionais de grandes proporções, evidenciados pela superlotação carcerária, escassez de recursos e deficiências no acompanhamento da execução penal. Nesse contexto, a monitoração eletrônica, por meio do uso de tornozeleiras, surgiu como uma importante alternativa à custódia tradicional, permitindo o controle e a fiscalização de apenados em regimes menos severos, como o semiaberto. Diante desse cenário, o presente estudo busca realizar uma análise crítica a respeito do impacto da falta de tornozeleiras eletrônicas no cumprimento da pena em regime semiaberto, destacando as implicações jurídicas, sociais e institucionais dessa problemática, bem como os desafios enfrentados pelo sistema de justiça penal brasileiro na efetivação dos direitos e garantias previstos na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) e da reprimenda estatal.

(Metodologia) A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, com o objetivo de compreender e analisar os impactos jurídicos e sociais decorrentes da insuficiência de tornozeleiras eletrônicas no cumprimento da pena em regime semiaberto. Além disso, vale salientar que a pesquisa foi realizada por meio do estudo de obras doutrinárias, artigos científicos, decisões judiciais relacionadas ao tema e legislações pertinentes, como a Lei de Execução Penal e resoluções do CNJ.

(Resultados) Os resultados da pesquisa evidenciam que o monitoramento eletrônico representa um avanço significativo no sistema penal brasileiro, que beneficiou de forma surpreendente a realidade carcerária do país. Contudo, verificou-se que a falta de tornozeleiras eletrônicas tem comprometido gravemente a efetividade dessa política pública. A insuficiência de dispositivos disponíveis impede que o Estado assegure a aplicação igualitária do direito ao monitoramento eletrônico, especialmente aos condenados em regime semiaberto, que dependem desse mecanismo para exercer o direito à progressão de regime e à convivência social gradual. A ausência de tornozeleiras eletrônicas gera impactos diretos no cumprimento da pena em regime semiaberto, tendo em vista que a falta de dispositivos acarreta a suspensão do cumprimento de pena, já que o apenado progride de regime, porém, não tem o início do comprimento nesse regime em razão da falta de tornozeleiras. Nessa perspectiva, o apenado terá o seu cumprimento de pena suspenso até a chegada de novos dispositivos e sua devida instalação. Enquanto isso, é dever do apenado manter o contato com a central de monitorização, a fim de verificar a disponibilidade, bem como de mantê-los informados acerca dos dados pessoais, como telefone e endereço residencial, uma vez que a CEME deverá informar a chegada dos aparelhos e o dia que será instalado. Desse modo, ao fazer a instalação do equipamento, o apenado volta a cumprir sua pena.

(Conclusão) Conclui-se que o monitoramento eletrônico por meio do uso de tornozeleiras representa um avanço fundamental para a modernização da execução penal no Brasil, promovendo um equilíbrio entre o controle estatal e a proteção dos direitos fundamentais dos apenados. Contudo, a insuficiência desses dispositivos compromete a efetividade do regime semiaberto, gerando a suspensão do cumprimento de pena, um dos principais impactos. Logo, torna-se necessário que o Estado priorize investimentos e uma gestão eficiente para garantir o monitoramento adequado, inspirando-se em boas práticas governamentais que conciliam segurança pública e ressocialização, para assim, promover o adequado cumprimento de pena.

Palavras-chave: Tornozeleira eletrônica. Regime semiaberto. Execução penal. Direitos fundamentais. Cumprimento de pena.

SOBERANIA E PRESUNÇÃO DE CULPA: A MITIGAÇÃO DO ESTADO DE INOCÊNCIA NO TRIBUNAL DO JÚRI

Autor(es):
Marco Aurélio Alves da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luan Fernandes Costa Correia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vitor Rafael de Freitas Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Tales Rafael de Brito Guerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Henrique Leôncio Lopes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo acadêmico “Soberania e presunção de culpa: a mitigação do estado de inocência no Tribunal do Júri” tem como objetivo principal analisar criticamente a relativização do princípio da presunção de inocência no âmbito do júri popular brasileiro. A proposta central do roteiro é demonstrar como o próprio Estado, ao legitimar determinadas práticas processuais, contribui para a fragilização de um dos direitos fundamentais mais importantes do processo penal: a não culpabilidade até o trânsito em julgado da sentença.

(Proposta do roteiro) O roteiro é estruturado de forma narrativa, dividido entre cinco integrantes do grupo, com falas direcionadas à câmera. O vídeo se inicia com a contextualização do princípio da presunção de inocência e sua importância constitucional, avançando para a explicação de práticas que violam o devido processo legal, como a “prova diabólica” e o desrespeito à cadeia de custódia. Na sequência, discute-se o conflito entre a presunção de inocência e a soberania dos veredictos do júri, com ênfase na controvérsia jurídica sobre a execução provisória da pena antes do trânsito em julgado. A produção visa, ainda, reforçar a necessidade de reafirmação das garantias fundamentais e do respeito à liberdade pessoal do acusado. Espera-se, com isso, contribuir para o debate acadêmico e jurídico sobre o funcionamento do Tribunal do Júri e suas implicações práticas nos direitos individuais.

(Efeitos esperados) A relevância do vídeo está na sua capacidade de promover a reflexão crítica sobre a atuação do Estado frente às garantias constitucionais, estimulando o questionamento sobre a legitimidade de determinadas decisões judiciais que afetam diretamente a presunção de inocência e o devido processo legal no Brasil.

SUBORDINAÇÃO DOS MOTORISTAS PARCEIROS DA UBER: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO DIREITO CONTRATUAL

Autor(es):
Sofia Celina Pereira de Araujo Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Pedro Linhares Barreto Satatas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Giovanna Couto Farkat: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lara Alyane Melo Quintiliano: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda Fagundes Pinto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho trata da relação contratual estabelecida entre a empresa Uber e seus motoristas parceiros, buscando compreender se há, de fato, autonomia entre as partes ou se ocorre uma forma velada de submissão jurídica e econômica. O fenômeno da uberização do trabalho representa uma das expressões mais marcantes das transformações sociais e tecnológicas da contemporaneidade, a qual esse modelo de intermediação digital de serviços tem impactado diretamente as relações contratuais tradicionais, gerando debates sobre os limites da autonomia da vontade, a função social do contrato e o surgimento de novas formas de vínculo na era digital.

(Metodologia) Durante o estudo, aplicou-se o método dedutivo e a abordagem qualitativa e exploratória, com base em pesquisa bibliográfica e documental, incluindo jurisprudências recentes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e de doutrinadores do Direito Civil. A pesquisa incluiu a análise de contratos-padrão utilizados pela empresa, dos termos de uso fornecidos pela própria plataforma e de artigos acadêmicos que discutem o fenômeno da "uberização" e a reconfiguração das relações contratuais contemporâneas.

(Resultados) Consoante as informações coletadas, verifica-se que, embora o contrato entre a Uber e os motoristas seja formalmente civil, sua execução prática evidencia traços de subordinação estrutural e tecnológica, como na limitação da liberdade do motorista por meio de algoritmos, na avaliação constante de desempenho e no controle de tarifas.

(Conclusão) Conclui-se, assim, que a relação jurídica entre a Uber e seus motoristas transcende a mera autonomia contratual, configurando um novo tipo de vínculo marcado pela assimetria informacional e econômica. Esse cenário impõe ao Direito Contratual o desafio de reinterpretar seus fundamentos diante das dinâmicas da economia digital e da expansão das plataformas tecnológicas. Propõe-se, portanto, a reflexão sobre possíveis caminhos legislativos e interpretativos que assegurem condições mínimas de proteção, dignidade e segurança jurídica aos trabalhadores inseridos nesse modelo, como a criação de marcos regulatórios específicos ou a adaptação de institutos contratuais clássicos às novas realidades laborais. Dessa forma, o estudo contribui para o debate acerca da construção de um marco jurídico equilibrado entre inovação, liberdade contratual e justiça nas relações privadas.

Palavras-chave: Uberização; Direito contratual; Subordinação estrutural; Autonomia da vontade; Economia digital.

TAXA DE JUROS NA ECONOMIA BRASILEIRA

Autor(es):
Mateus Fernandes Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Júlia Letícia Barros Coriolano: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Letícia Álvares Medeiros da Luz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo principal desta apresentação é analisar o papel da taxa de juros na economia brasileira, destacando como as decisões do Banco Central influenciam a inflação, o consumo, o crédito e os investimentos. Além disso, busca-se explicar de forma didática a relação entre a Selic e os indicadores econômicos, mostrando como o controle da taxa de juros afeta diretamente o crescimento econômico e o custo de vida da população.

(Proposta do roteiro) A proposta do roteiro é conduzir a apresentação de forma dinâmica e acessível, com cada integrante abordando uma parte específica do tema, permitindo que o conteúdo flua como uma conversa entre os apresentadores. Abertura: contextualização da importância da taxa de juros. Parte teórica: explicação sobre a Selic, seu funcionamento e impactos. Análise dos gráficos: observação dos dados recentes sobre IPCA e Selic, com interpretação visual. Conclusão: reforço das ideias centrais e reflexão sobre a importância do equilíbrio entre inflação e crescimento econômico.

(Efeitos esperados) Com a execução desse trabalho, espera-se que o público: Compreenda a importância da taxa Selic como ferramenta de política monetária. Reconheça a relação direta entre juros e inflação, entendendo como as decisões do Banco Central afetam o cotidiano da população. Perceba o impacto da taxa de juros nos investimentos, no crédito e na economia real. Desenvolva senso crítico sobre as políticas econômicas, avaliando seus efeitos positivos e negativos. Fortaleça o conhecimento econômico, aplicando-o em situações práticas e discussões acadêmicas.

TAXAS DE CÂMBIO E COMÉRCIO INTERNACIONAL

Autor(es):
João Pedro Gomes de Medeiros Queiroga: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Francisco Andrade Silva Bisneto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bruno Raphael Silva de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Italo Klayvi Silva dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Principais objetivos são: 1. Compreender a Relação Básica: Entender como as variações da taxa de câmbio (valorização e desvalorização) afetam o preço das exportações e importações, impactando a competitividade de um país. 2. Analisar o Impacto na Balança Comercial: Examinar como o câmbio influencia o volume de comércio (exportações e importações) e o resultado da balança comercial, considerando efeitos no curto e longo prazos. 3. Identificar Riscos e Oportunidades: Reconhecer o risco cambial para empresas e investidores e aprender a utilizar ferramentas para se proteger da volatilidade, transformando-a em vantagem competitiva. 4. Avaliar Efeitos na Economia Interna: Analisar a transmissão do câmbio para a inflação (via preço de importados) e para o planejamento de negócios, impactando o crescimento econômico.

(Proposta do roteiro) O trabalho foi organizado em forma de reportagem jornalística A estrutura seguiu os tópicos: Introdução ao tema Regimes cambiais Determinantes da taxa de câmbio Impactos no comércio internacional Exemplos práticos Conclusão Selecionamos este tema devido à sua relevância tanto no dia a dia quanto no campo acadêmico. Afinal, as flutuações das taxas de câmbio afetam de forma imediata o poder de compra das pessoas, a capacidade das empresas de concorrer no mercado e as trocas comerciais entre os países, sendo essencial para compreender o cenário econômico mundial atual.

(Efeitos esperados) Ao final do trabalho, espera-se concluir que: 1. Não existe taxa de câmbio “ideal”: Seu nível adequado depende de objetivos macroeconômicos específicos (crescimento, estabilidade de preços, etc.). 2. O câmbio é uma ferramenta de duplo efeito: Beneficia setores exportadores, mas pode prejudicar a população via encarecimento de importações. 3. Políticas coordenadas são essenciais: A sincronia entre políticas fiscal, monetária e cambial é vital para evitar distorções na economia. 4. Globalização exerce pressão sobre moedas: Crises internacionais e fluxos de capital especulativo podem destabilizar até economias sólidas, reforçando a necessidade de mecanismos de proteção.

TELEJORNAL: ECONOMIA EM FOCO: **a inflação no Brasil?**

Autor(es):
Eloah Sanches Medeiros Morais: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Rebeca Palhano do Nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Nathalie Aglaé Rodrigues Santos Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O presente trabalho tem como objetivo analisar o fenômeno da inflação no Brasil, suas causas, consequências e evolução ao longo do tempo. Busca-se compreender como esse processo afeta a economia e o cotidiano da população, apresentando os principais momentos históricos do período de hiperinflação à estabilidade conquistada com o Plano Real e os desafios enfrentados no século XXI diante das novas pressões econômicas.

(Proposta do roteiro) Abertura: Boa noite! Está no ar o Jornal Economia em Foco. O tema de hoje é a inflação, um assunto que impacta o bolso de todos os brasileiros. Vamos entender o que é, suas causas e como ela ainda influencia nossa vida. Parte 1 – Conceito: A inflação é o aumento contínuo e generalizado dos preços. Quando os preços sobem, o poder de compra do dinheiro cai. Entre as principais causas estão a alta da demanda, o aumento dos custos de produção e o excesso de moeda em circulação. Parte 2 – Contexto Histórico: Nas décadas de 1980 e 1990, o Brasil enfrentou a hiperinflação, com preços que subiam mais de 80% ao mês. O controle só veio em 1994, com o Plano Real, que criou uma nova moeda e estabilizou a economia. Parte 3 – Século XXI e Conclusão: Nos anos 2000, a inflação ficou sob controle, mas crises recentes – como a pandemia e a guerra na Ucrânia – voltaram a pressionar os preços. O Banco Central elevou a taxa Selic para conter o consumo. A inflação ainda representa um desafio constante, pois afeta o poder de compra e o crescimento econômico.

(Efeitos esperados) Com este estudo, espera-se entender de forma clara como a inflação interfere no poder de compra da população e no funcionamento da economia brasileira. Também se busca estimular uma visão crítica sobre as políticas de controle e destacar a importância de acompanhar os índices econômicos, percebendo como eles influenciam diretamente o dia a dia das famílias e o desenvolvimento do país.

TELETRABALHO NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, MARCOS NORMATIVOS E CONSOLIDAÇÃO PÓS-PANDÊMICA

Autor(es):
Francisco Seráphico da Nóbrega Coutinho Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo aborda o teletrabalho, cuja relevância científica e social decorre do impacto na organização do trabalho, à saúde mental dos profissionais e no funcionamento das instituições. No contexto brasileiro, o teletrabalho evoluiu gradativamente; todavia, durante a pandemia do coronavírus, houve alta adesão à modalidade, quando, diante das medidas de isolamento social, tornou-se essencial à continuidade das atividades, inclusive no Poder Judiciário, garantindo a prestação jurisdicional e a segurança jurídica por meios remotos. Apesar de amplamente debatido sob diferentes perspectivas, ainda há escassez de estudos que abordam a evolução histórica dessa prática no Brasil, especialmente em sua aplicação no âmbito judicial. Investigar o teletrabalho, nesse sentido, contribui para compreender seus fundamentos, desafios e implicações na modernização das relações de trabalho e efetividade das instituições públicas.

(Metodologia) Pauta-se como qualitativa, exploratória e bibliográfica, com análise de variados documentos, atos normativos e produção acadêmica voltada à área, considerando critérios como relevância científica, pertinência à pesquisa, rigor metodológico das pesquisas analisadas e atualidade das informações apresentadas, publicadas até o ano de 2025. Priorizaram-se estudos e legislações brasileiras, com ênfase no Poder Judiciário, explorando bancos de dados acadêmicos, como SciElo e Google Acadêmico. A pesquisa seguiu perspectiva crítica e comparativa, excluindo-se publicações que não dialogassem diretamente com o objeto de estudo ou contivessem informações desatualizadas, tornando possível relacionar a história legislativa do teletrabalho com reflexões teóricas de autores clássicos e contemporâneos.

(Resultados) A análise mostrou que o teletrabalho ultrapassa o simples uso da tecnologia, sendo uma resposta às transformações sociais. Partindo das ideias dos autores abordados, entende que essa modalidade reflete o modo como o trabalho se adapta às exigências da modernidade, equilibrando autonomia, flexibilidade e incerteza. Se destaca o papel pioneiro da empresa Serpro, em 2006 na implementação do teletrabalho no Brasil, o avanço gradativo da regulamentação no Poder Judiciário, culminando na Lei nº 14.442/2022. Essa evolução demonstra o esforço constante das instituições para acompanhar as mudanças sociais e tecnológicas, promovendo uma modernização necessária da administração pública. Tal processo evidencia que o teletrabalho não surgiu repentinamente, mas como resultado do amadurecimento institucional e normativo. Os resultados reforçam os benefícios concretos do teletrabalho, como maior eficiência, flexibilidade e qualidade na execução das atividades, para servidores e instituições. Contudo, seu sucesso depende de regras claras, infraestrutura adequada e cuidados contínuos com a saúde física e mental dos trabalhadores. Assim, a pesquisa contribui para o avanço do conhecimento ao relacionar o desenvolvimento histórico e jurídico do teletrabalho com seus efeitos práticos e humanos, oferecendo uma visão crítica e atualizada sobre essa nova realidade trabalhista.

(Conclusão) Conclui-se, pelas análises, que o teletrabalho é uma modalidade que está adentrando, de maneira benéfica, no Poder Judiciário Brasileiro e que a aplicabilidade da modalidade está ligada ao processo seletivo, ao ambiente trabalhista proporcionado, mas também ao perfil do servidor que o adotará. Por fim, o estudo integrou diferentes perspectivas teóricas, oferecendo visão crítica do tema. Reconhece-se, contudo, a limitação pela ausência de dados empíricos, sugerindo-se que pesquisas futuras explorem experiências práticas para ampliar o entendimento sobre os impactos e a sustentabilidade do teletrabalho.

Palavras-chave: teletrabalho; Poder Judiciário; serviço público; trabalho remoto

TRABALHO DE ECONOMIA – INFLAÇÃO

Autor(es):
Maria de Melo Garcia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Andre Lucio Cavalcanti Marinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Amanda Vilar De Sales Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriel Dias Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Yasmin Trigueiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) A inflação é um tema que, mesmo parecendo distante ou técnico para muita gente, está presente no dia a dia de todos nós, do momento em que compramos pão na padaria até as decisões econômicas que os governos tomam. Entender o que é a inflação, por que ela acontece, como nos afeta e o que pode ser feito para controlá-la é essencial para compreender melhor o funcionamento da economia e o nosso papel dentro dela. A inflação é um dos principais indicadores econômicos de um país. Ela impacta diretamente o custo de vida, os salários, os investimentos, os juros e até o crescimento econômico. Quando bem controlada e em níveis baixos, a inflação é sinal de uma economia saudável, dinâmica e previsível. Mas quando ela sai do controle, pode trazer instabilidade e incerteza para todos. A inflação, embora muitas vezes percebida apenas como “os preços subindo”, é um fenômeno complexo, com causas e efeitos que vão muito além do supermercado. Ela reflete o equilíbrio “ou desequilíbrio” da economia de um país. Compreendê-la é um passo importante para que, como cidadãos, possamos acompanhar com mais consciência as decisões econômicas e entender melhor os desafios que impactam nossa vida e o futuro da sociedade.

(Proposta do roteiro) Formato: vídeo aula explicativa. O vídeo será dividido em: Introdução; Conceito e Importância; Causas e Consequências; Medidas para controlar e Conclusão.

(Efeitos esperados) 1. Compreender o conceito de inflação 2. Reconhecer a importância de estudar a inflação 3. Identificar as principais causas da inflação 4. Analisar as consequências da inflação para a economia e para a sociedade 5. Conhecer as medidas de controle da inflação 6. Desenvolver senso crítico sobre o tema 7. Consolidar o aprendizado com uma visão integrada

TRABALHO DE MACROECONOMIA: INFLAÇÃO

Autor(es):
Pedro Henrique de Azevedo Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Julio Guilherme Alves Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Matheus Santos De Souza Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Gilberto Dias da Costa Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O presente trabalho tem como objetivo compreender o fenômeno da inflação, analisando suas causas, manifestações e impactos na economia brasileira contemporânea. Busca-se identificar os principais fatores que influenciam o aumento generalizado e contínuo dos preços, destacando o papel da política monetária, da variação cambial e das condições do mercado internacional. Além disso, objetiva-se resgatar aspectos históricos do controle inflacionário no Brasil, desde o Plano Real até o contexto atual de 2025, avaliando os resultados das políticas adotadas.

(Proposta do roteiro) A proposta do roteiro é apresentar, de forma clara e dinâmica, os principais aspectos do fenômeno inflacionário, explicando o que é a inflação, suas causas, consequências e o cenário atual no Brasil. O roteiro busca tornar o tema acessível e didático, conectando teoria e prática por meio de exemplos do cotidiano, como o aumento dos preços de alimentos, combustíveis e tarifas públicas. Além disso, o roteiro propõe uma abordagem educativa e informativa, permitindo que o público compreenda como a inflação impacta diferentes setores “famílias, empresas, governo e mercado financeiro” e de que forma as políticas econômicas, especialmente a atuação do Banco Central e a taxa Selic, influenciam esse processo. Assim, o roteiro tem como finalidade informar e conscientizar sobre a importância do controle da inflação para o equilíbrio econômico e o bem-estar social.

(Efeitos esperados) Como efeitos esperados, pretende-se promover uma maior compreensão acerca da importância do controle inflacionário para a estabilidade econômica e o desenvolvimento sustentável do país. Espera-se, ainda, estimular a capacidade analítica e crítica dos estudantes em relação às decisões econômicas e seus reflexos no cotidiano, fortalecendo a consciência financeira individual e a compreensão dos mecanismos que regem o sistema econômico nacional.

TRANSFERÊNCIA DE RIQUEZA INSTITUCIONALIZADA: COMO FUNCIONA POR MEIO DA COMPRA E VENDA DE PRECATÓRIOS?

Autor(es):
Antônio Manoel Batista Tavares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Ângelo José Menezes Silvino: Docente do UNI-RN

(Introdução) A compra e venda de precatórios no Brasil constitui fenômeno jurídico e econômico que evidencia a relação entre direito, mercado e desigualdade social. Embora amparada pela possibilidade de cessão de créditos prevista no Código Civil e no Código de Processo Civil, essa prática tem consolidado como mecanismo de transferência de riqueza dos credores mais vulneráveis para grupos econômicos mais robustos. O que se apresenta como solução de liquidez para indivíduos em situação de urgência financeira converte-se em processo de financeirização de direitos, em que valores devidos pelo Estado são transformados em ativos negociáveis. Mais do que simples operações privadas, essas transações refletem estrutura que reproduz desigualdades: aposentados, pensionistas e pequenos credores perdem parte significativa de seus direitos, enquanto empresas e fundos asseguram lucros elevados. Assim, analisar criticamente o mercado de precatórios exige discutir não apenas sua legalidade, mas suas implicações sociais e econômicas, tomando como base os princípios da dignidade da pessoa humana e da função social direito, para questionar em que medida o atual modelo de cessão de créditos contribui para perpetuar a desigualdade no país.

(Metodologia) Este artigo adota uma abordagem qualitativa e crítica, baseada em pesquisa bibliográfica, documental e empírica. A pesquisa bibliográfica dialoga com autores como Karl Marx (2017), Boaventura de Sousa Santos (2002) e Aníbal Quijano (2000), a fim de fundamentar a análise sobre financeirização e desigualdade. A pesquisa documental abrange a Constituição Federal de 1988, a Emenda Constitucional nº 113/2021, o Código Civil e relatórios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No campo empírico, utilizam-se dados de empresas especializadas, como a PX Ativos, e informações de tribunais de justiça. Reconhece-se, contudo, a limitação decorrente da ausência de dados públicos sobre cessão de precatórios de pessoas físicas para pessoas jurídicas, devido à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e à falta de transparência nos registros oficiais. Assim, a análise baseia-se em informações secundárias e estudos existentes, destacando a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem a mensuração do impacto socioeconômico desse mercado.

(Resultados) O artigo conclui que o mercado de compra e venda de precatórios, embora juridicamente legítimo, atua como um mecanismo estrutural de desigualdade e financeirização do direito, em que o estado, ao postergar pagamentos, estimula a exploração econômica de seus próprios credores. O fenômeno, portanto, não é apenas jurídico ou contratual, mas socioeconômico e político, revelando o modo como o direito participa da reprodução social das desigualdades.

(Conclusão) A análise do mercado de compra e venda de precatórios revela como direito, economia e política fiscal no Brasil se articulam para perpetuar desigualdades estruturais. Embora a cessão de créditos seja legal, na prática ela transfere riqueza de credores vulneráveis para investidores institucionais, caracterizando a financeirização da justiça. A morosidade estatal, os juros elevados e o Novo Arcabouço Fiscal limitam o consumo e o investimento público, agravando a vulnerabilidade social. Assim, precatórios tornam-se ativos financeiros, subordinados à lógica do lucro, em detrimento da função social do direito. O estudo aponta a necessidade de políticas públicas, regulamentação da cessão e proteção aos credores mais frágeis, para que o direito produza justiça social. Além disso, destaca-se a dificuldade de acesso a dados sobre a cessão de precatórios entre pessoas físicas e jurídicas, o que impede avaliar com precisão seus impactos socioeconômicos. Diante disso, o artigo propõe o aprofundamento de pesquisas futuras que superem essas lacunas e ampliem a compreensão dos efeitos da financeirização do direito e da transferência de riqueza no Brasil.

Palavras-chave: Precatórios; Cessão de créditos; Desigualdade; Políticas públicas; Financeirização.

UBERIZAÇÃO DO TRABALHO: FIM DO DESEMPREGO OU PRECARIZAÇÃO DISFARÇADA?

Autor(es):
Leticia Soares Peixoto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
João Vitor Medeiros Gameleira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Júlia Lima Guedes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O principal objetivo do vídeo é investigar o fenômeno da uberização do trabalho no Brasil, focando em como as plataformas digitais, como Uber, iFood e Rappi, transformaram o mercado de trabalho. O vídeo questiona se essas plataformas realmente oferecem uma solução ao problema do desemprego ou se, na realidade, promovem a precarização das condições de trabalho. A ideia central é explorar as implicações da informalidade no trabalho, destacando a falta de direitos trabalhistas, como férias e 13º salário, e a exposição dos trabalhadores a riscos sem a devida proteção social.

(Proposta do roteiro) O vídeo é estruturado como um programa de jornalismo com entrevistas. O formato será dinâmico, com inserções de dados gráficos, depoimentos de trabalhadores e imagens ilustrativas. O roteiro começará com uma introdução provocativa sobre a ubiquidade dos trabalhadores de aplicativos e seguirá para uma explicação mais profunda do que é a uberização. A conexão com o desemprego e os impactos sociais e econômicos será debatida, apresentando a falsa ideia de autonomia oferecida a esses trabalhadores. Ao final, serão demonstradas alternativas e propostas que estão ocorrendo para regulamentar a atividade no Brasil. O objetivo é engajar o espectador em uma reflexão sobre os benefícios e malefícios dessa nova forma de trabalho.

(Efeitos esperados) Este vídeo visa aumentar a conscientização sobre a realidade do trabalho informal no Brasil, especialmente no contexto da uberização. Ao abordar a falta de direitos e a precarização dos trabalhadores de plataformas digitais, espera-se provocar uma reflexão crítica na sociedade sobre as consequências dessa tendência. Além disso, ao mostrar dados e depoimentos reais, o vídeo busca promover uma discussão mais profunda sobre possíveis soluções, como a regulamentação das plataformas digitais e a implementação de políticas públicas que garantam direitos básicos aos trabalhadores. O efeito esperado é não só informar, mas também mobilizar a opinião pública e influenciar a legislação, ajudando a criar um debate mais amplo sobre os direitos dos trabalhadores na era digital.

UBERIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO CONTRATUAL: A IMPORTÂNCIA DA FORMALIZAÇÃO DOS VÍNCULOS CONTRATUAIS NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Autor(es):
Anna Beatriz de Morais Miranda: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Beatriz Lima Cordeiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Samuel Victor Otaviano da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Letícia Pereira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) O projeto de pesquisa científica é voltado para a análise das relações contratuais, nas plataformas digitais de trabalho, com foco na importância da formalização de contratos, diante do fenômeno de Uberização, que tem se expandido nos últimos anos. O estudo se propõe a investigar como a ausência de contratos formais, nas plataformas digitais, precariza as relações de trabalho, violando os direitos sociais. A pesquisa busca compreender quais são os fatores que levam à ausência, e como funcionam esses vínculos, destacando a importância dos contratos, sendo fundamentais para a segurança jurídica, estabelecendo obrigações definidas, deveres e direitos das partes, prevenindo a precarização e conflitos, visto que a inexistência contratual favorece práticas abusivas, por não gerar segurança.

(Metodologia) No presente estudo, foi adotado a metodologia de análise bibliográfica, como uma revisão, na qual foram consultadas fontes secundárias, como artigos científicos, teses, legislações e documento oficiais relacionados ao tema “uberização”, “formalização do trabalho” e “plataforma digitais”. A coleta do material ocorreu por meio de buscas sistematizadas em bases académicas como Google Académico, sendo utilizados materiais recentes, com foco na relevância e atualidade para o desenvolvimento da pesquisa. Foi realizado análise por meio da abordagem qualitativa de caráter interpretativo, centrada em impactos da ausência de formalização e discussões jurídicas acerca do vínculo empregatício nas plataformas digitais. Assim, permitiu um exame aprofundado do tema.

(Resultados) Os resultados esperados nesse projeto de pesquisa devem indicar, de forma objetiva, a necessidade e os impactos positivos da criação de uma lei específica, podendo ela ser feita por plebiscito, para regulamentar o trabalho nas plataformas digitais, combatendo, assim, a precarização contratual observada atualmente. Busca-se demonstrar que a formalização dos vínculos contratuais contribui para uma melhoria significativa nas vidas desses trabalhadores, que não têm seus direitos sociais trabalhistas efetivados, garantindo, assim, uma maior segurança jurídica, proteção social e valorização profissional aos prestadores de serviço. Espera-se, ainda, que o estudo sirva de base para futuras discussões legislativas e políticas públicas voltadas à efetivação dos direitos trabalhistas, promovendo a equidade nas referidas relações de trabalho.

(Conclusão) Portanto, para melhoria contratual da formalização dos vínculos contratuais com as plataformas digitais, e maior proteção dos prestadores de serviço. É necessário a criação de uma lei específica regulamentando o trabalho nas plataformas digitais, para desse modo garantir condições justas e que representem uma melhor segurança e proteção aos trabalhadores. Por meio da formalização contratual através da lei específica será assegurada a dignidade e os direitos sociais inerentes aos trabalhadores, e assim mitigar a uberização e precarização contratual por ausência de contrato formal.

Palavras-chave: Uberização. Plataformas digitais de trabalho. Formalização dos vínculos. Precarização contratual

UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL SOBRE O DIREITO À EDUCAÇÃO COM ENFOQUE NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Autor(es):
Guilherme de Sousa Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Rebeca Leite de Macêdo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Myria Rayane Xavier de Roure: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Clara Paiva Macedo Diniz Duarte: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Jackeline Olímpia Medeiros Maia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Ângelo José Menezes Silvino: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Constituição de 1988 garante a educação como um direito para todos e um dever do governo. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi criada justamente para dar a chance de estudar a quem não conseguiu terminar a escola na idade certa, corrigindo um problema histórico do país. No entanto, a realidade da EJA é muito diferente do que a lei promete. Na prática, o que se vê são más condições de ensino, muitos alunos desistindo e professores desvalorizados. Este artigo investiga esses problemas a partir da visão dos professores, buscando entender como o descaso do governo atrapalha as aulas e quais são as maiores dificuldades para alunos e educadores.

(Metodologia) Para realizar o estudo, os pesquisadores fizeram uma pesquisa qualitativa, ou seja, focada em compreender a fundo a experiência e a opinião das pessoas. Eles conversaram com professores que atuam na EJA em uma escola pública através de entrevistas que tinham um roteiro, mas também permitiam um diálogo aberto. Depois, todo o conteúdo das entrevistas foi analisado para identificar os assuntos mais repetidos, que foram organizados em três temas centrais: a falta de apoio do governo, os desafios enfrentados pelos alunos (como cansaço e baixa autoestima) e, por fim, a grande dedicação e resiliência dos professores para lidar com tudo isso.

(Resultados) A realidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é contraditória. Embora seja um direito garantido por lei, na prática o governo a negligência, o que resulta em salas lotadas e falta de material adequado. Isso sobrecarrega e frustra os professores. Os alunos também enfrentam grandes dificuldades. Muitos trabalham o dia todo e cuidam da família, tornando difícil frequentar as aulas. Além disso, por terem um histórico de abandono escolar, vários se sentem incapazes de aprender, o que os leva a desistir. O que muitas vezes sustenta a EJA é a dedicação dos próprios professores. Eles se esforçam para adaptar o ensino e motivar os alunos, compensando a falta de apoio do governo. Essa atitude é admirável, mas revela um sistema frágil, que depende do esforço individual dos educadores em vez de uma política pública forte.

(Conclusão) Este estudo confirma que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é essencial para a justiça social, mas deixa claro que existe uma enorme diferença entre o que a lei promete e a realidade precária das escolas. O principal culpado é o descaso do governo, que não investe dinheiro suficiente nem cria políticas de apoio de verdade. Isso gera um ciclo negativo: os professores se sentem desvalorizados e os alunos perdem a vontade de estudar. A conclusão é que a dedicação dos professores é muito importante, mas não pode ser a única coisa que sustenta a EJA. Sem um investimento sério e contínuo, o programa corre o risco de ter um impacto muito baixo. É urgente que o governo cumpra seu dever, oferecendo o dinheiro e as condições necessárias para que a EJA possa, de fato, transformar vidas e construir uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA); Direito à educação; Negligência Estatal; Políticas Públicas; Formação Docente.

UMA ANÁLISE SOBRE O DESEMPREGO NO BRASIL

Autor(es):
Ellen Samira Lourenço Bernardino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lívia da Silva Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Deisy Auane Alves da Silva Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo do vídeo é informar e conscientizar o público sobre a situação do desemprego no Brasil, apresentando dados recentes e mostrando como esse problema afeta a vida das pessoas. Por meio de um formato jornalístico, o vídeo busca explicar o tema de forma acessível e dinâmica, combinando informações econômicas com opiniões da população. A proposta é estimular a reflexão sobre a importância do emprego para o desenvolvimento do país e destacar o desemprego como um dos principais desafios da economia brasileira.

(Proposta do roteiro) A proposta do roteiro é simular um telejornal informativo, abordando o tema do desemprego de forma clara e envolvente. O vídeo se divide em duas partes: na primeira, uma das integrantes atua como jornalista de estúdio, apresentando dados e informações sobre as taxas de desemprego no Brasil; na segunda, ocorre uma entrevista nas ruas, em que a repórter conversa com “populares” para mostrar diferentes opiniões e percepções sobre o tema. Assim, o vídeo propõe unir informação e realidade social, aproximando o conteúdo econômico do cotidiano das pessoas.

(Efeitos esperados) A produção do vídeo é relevante por tratar de um tema atual e de grande impacto social e econômico, que é o desemprego no Brasil. Além disso, espera-se que a atividade ajude os participantes a compreender melhor os conceitos macroeconômicos e a desenvolver habilidades de comunicação, pesquisa e trabalho em equipe. Para a produção do vídeo, o grupo utilizou elementos inspirados no formato do Jornal Nacional, exibido pela TV Globo, como referência visual e sonora. Essa inspiração teve o objetivo de dar maior realismo e credibilidade à simulação jornalística, sem fins comerciais ou de reprodução integral do conteúdo original. Todos os elementos foram adaptados e recriados apenas para fins educacionais e ilustrativos.

USUÁRIO OU TRAFICANTE: SELETIVIDADE PENAL NA APLICAÇÃO DA MACONHA

Autor(es):
Gabriel Antônio Gonçalves Ferreira de Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Miguel Arthur Santos de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Guilherme Augusto Seabra de Melo Amaral: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
José Diogo Alves Sobral: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Matheus Galvão de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN
Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei nº 11.343/2006, conhecida como Lei de Drogas, foi criada para diferenciar o tratamento entre usuários e traficantes de substâncias ilícitas no Brasil, conciliando repressão ao tráfico com políticas de saúde pública. No entanto, a falta de critérios objetivos que definam claramente o que caracteriza o porte para consumo pessoal gerou incertezas e interpretações subjetivas. Essa lacuna normativa amplia o poder discricionário de policiais e juízes, favorecendo decisões seletivas e reforçando desigualdades sociais e raciais. O tema é relevante cientificamente e socialmente, pois envolve o debate sobre justiça social, criminalização da pobreza e violação de direitos fundamentais, especialmente de jovens negros e moradores de periferias, principais alvos das políticas repressivas.

(Metodologia) A pesquisa possui caráter qualitativo, exploratório e teórico, fundamentada em revisão bibliográfica e documental. Foram analisadas obras publicadas entre 2010 e 2024, disponíveis em bases de dados como SciELO, Google Acadêmico e repositórios institucionais, utilizando descritores como “Lei de Drogas”, “seletividade penal”, “racismo estrutural” e “política de drogas”. Também foram examinados relatórios oficiais, como os do INFOPEN (2019) e do Conselho Nacional de Justiça (2022), além do julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre o Tema 506 (RE 635.659/SP), que tratou da distinção entre usuário e traficante. A análise foi organizada em categorias temáticas, abrangendo a seletividade penal, a ausência de critérios legais, os impactos sociais do encarceramento e experiências internacionais de descriminalização.

(Resultados) Os resultados evidenciam que a falta de parâmetros claros na Lei de Drogas mantém grande margem para interpretações subjetivas e discriminatórias. Mesmo após o julgamento do STF, que sugeriu referências quantitativas (como 40 gramas de maconha ou seis plantas fêmeas), a decisão continua dependente do caso concreto, permitindo que fatores como cor da pele, local da abordagem e condição econômica influenciem o enquadramento jurídico. Essa realidade reforça o viés racial e de classe, refletido no perfil majoritariamente negro e pobre da população carcerária. O encarceramento em massa provoca desestruturação familiar, enfraquece redes comunitárias e perpetua ciclos de pobreza. Comparativamente, países que adotaram políticas de descriminalização, como Portugal que registraram redução no número de prisões e avanços em saúde pública, sem aumento expressivo no consumo de drogas, o que demonstra a ineficácia do modelo repressivo brasileiro.

(Conclusão) Conclui-se que a ausência de critérios objetivos na Lei nº 11.343/2006 favorece a seletividade penal e a criminalização da pobreza, ampliando desigualdades raciais e sociais. Apesar dos avanços trazidos pelo STF, a ampla discricionariedade policial e judicial mantém o problema. Assim, torna-se urgente revisar a legislação, estabelecer parâmetros uniformes e investir em políticas públicas pautadas na prevenção, educação e reinserção social. A pesquisa contribui para o debate acadêmico e jurídico ao demonstrar que repensar a política de drogas é essencial para construir um sistema penal mais justo e igualitário. Estudos futuros podem aprofundar comparações internacionais e propor soluções que efetivamente promovam a dignidade humana.

Palavras-chave: Seletividade penal. Lei de Drogas. Usuário. Traficante. Desigualdade social.

VALIDADE DO ARGUMENTO DE APLICAÇÃO DO ARTIGO 485 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (CPC) EM UM CASO REAL.

Autor(es):
Ana Sophia Vasconcelos de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) o artigo presente buscou expor a Validade do argumento de aplicação do artigo 485 do Código de Processo Civil (CPC) em um caso real, de mesmo modo a mostrar que a validade condizente com ateoria da argumentação atual traz mais credibilidade para o argumento real. Caso real – Município de Alagoas (MG) x Weber Mateus O Município de Alagoas, em Minas Gerais, moveu uma ação de execução fiscal contra Weber Mateus, em razão do não pagamento da taxa de licenciamento de estabelecimento. No entanto, a ação foi extinta sem resolução de mérito. O juiz baseou sua decisão no artigo 485 do Código de Processo Civil, incisos II e IV, alegando negligência por parte do município e a ausência de pressupostos processuais necessários para o andamento da ação. Neste trabalho, a análise será desenvolvida a partir da lógica proposicional e da teoria de atribuição de valores. Portanto, procurou demonstrar a importância do estudo da lógica para o universo jurídico.

(Metodologia) A metodologia adotada para a elaboração deste trabalho compreende as seguintes etapas: Levantamento e análise do texto do artigo 485 do Código de Processo Civil; Seleção de um caso real de aplicação prática do artigo; Conversão do raciocínio jurídico do caso em sentenças; Aplicação de testes de validade lógica. A análise fundamenta- se em abordagem teórica e qualitativa, com base na epistemologia geral e na teoria da argumentação.

(Resultados) Teste da atribuição de valores: (N (1) -> ~M (0)) = 0 ?- Se há negligência, então não se faz análise do mérito. (F(1) -> ~ M (0)) = 0 ?- Se há falta de pressuposto, então não se faz análise de mérito. (~ C (1) ->; N (1)) = 1 ?- Se o estado não comprova a penhora, então há negligência. (~ G (1) ->; F (1)) = 1 ?- Se o estado não respeita o princípio de gratuidade, então há falta de fundamento. ~ C (0) =1 ?- O estado não comprova a penhora. ~G (0) =1 ?- O estado não respeita o princípio de gratuidade. N (1) ?- Há negligência. (Obtido de premissas anteriores por Modus Ponnens) F (1) ?- Há falta de fundamento. (Obtido de premissas anteriores por Modus Ponnens) Logo ~ M (1) = 0 Tradução :O juiz do caso afirmou que o estado não comprovou a penhora corretamente, portanto considerou que houve negligência ,em acordo com o inciso quarto do artigo. Alegou também que não respeitaram o princípio da gratuidade de Justiça então considerando como falta de pressuposto, presente no inciso segundo do artigo.Portanto se há negligência e falta de pressuposto logo se torna extinta a execução fiscal. O magistrado apresentou fundamentos éticos ,como a economia processual, a eficiência administrativa e a razoabilidade , justificando que a execução fiscal seria desproporcional e onerosa. Assim, o argumento judicial ultrapassa a mera dedução lógica válida e incorpora valores jurídicos, o que reforça sua força persuasiva e justificação. O resultado foi divergente a atribuição de valores, Dessa forma sendo impossível não ser válido.

(Conclusão) .Com base na análise argumentativa, conclui-se que o fundamento da decisão judicial é a extinção do processo com base no art. 485, II e IV, do CPC , em adequação às palavras do artigo utilizado. Argumento dedutivamente válido. O raciocínio segue um padrão lógico válido e as premissas estão sustentadas tanto em fatos comprovados quanto em princípios jurídicos estabelecidos no artigo. Portanto, sob a ótica da teoria da argumentação, o juiz construiu uma decisão coerente, justificável e válida, atendendo aos critérios de validade lógica.

Palavras-chave: válida; Argumentação; comprovação.

VALIDADE JURÍDICA DAS ASSINATURAS DIGITAIS NOS CONTRATOS ELETRÔNICOS: ENTRE A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E A SEGURANÇA JURÍDICA NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

Autor(es):
Vagner Alves do Nascimento Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriel Andrade Mariz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Tiago de Carvalho Emerenciano Ferreira do Valle: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luís Eduardo Maximo Motta: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) A transformação digital tem provocado mudanças profundas em diversos setores da sociedade, impactando significativamente as relações contratuais. Com o avanço da tecnologia e a crescente digitalização de processos, observa-se uma ampliação expressiva no uso dos contratos eletrônicos, especialmente em ambientes corporativos, negociações comerciais e até mesmo nas relações civis cotidianas. Essa nova realidade oferece inúmeras vantagens, como agilidade, redução de custos e praticidade, mas também impõe novos desafios, sobretudo no que se refere à segurança jurídica e à validade formal dos atos praticados no meio digital. Entre os principais pontos de atenção está a questão das assinaturas digitais, que surgem como elemento essencial para garantir a autenticidade, a integridade e a validade dos contratos eletrônicos. No entanto, apesar dos avanços tecnológicos e da regulamentação existente, ainda há debates e incertezas sobre os critérios que devem ser observados para que tais assinaturas produzam efeitos jurídicos equivalentes aos dos contratos físicos, especialmente à luz do Direito Civil brasileiro. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo investigar a base legal que fundamenta o uso das assinaturas digitais no ordenamento jurídico brasileiro, analisando os principais desafios enfrentados pelos operadores do Direito diante dessa nova realidade. Além disso, busca-se refletir sobre as perspectivas futuras e os possíveis aprimoramentos normativos e tecnológicos necessários para assegurar maior segurança e confiabilidade no uso dos contratos eletrônicos. A pesquisa parte do pressuposto de que a compatibilização entre inovação tecnológica e segurança jurídica é fundamental para o pleno desenvolvimento das relações contratuais na era digital.

(Metodologia) Foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, com análise das principais normas legais como a Medida Provisória 2.200-2/2001 (ICP-Brasil), o Código Civil, a Lei da Liberdade Econômica e a LGPD, além de estudos doutrinários e decisões judiciais.

(Resultados) A assinatura digital certificada pela ICP-Brasil é reconhecida legalmente, assegurando autenticidade, integridade e não repúdio, e é amplamente aceita pela jurisprudência. Entretanto, há controvérsias sobre as assinaturas eletrônicas simples, que não possuem certificação, gerando dúvidas sobre sua validade jurídica. Também foram apontados desafios como o risco de fraudes, exclusão digital e a necessidade de atualização das normas.

(Conclusão) A assinatura digital certificada é juridicamente válida e contribui para a segurança dos contratos eletrônicos no Brasil. Contudo, ainda há necessidade de maior regulamentação para as assinaturas eletrônicas simples e de equilíbrio entre inovação e proteção jurídica. Novas tecnologias, como blockchain e biometria, podem ampliar a segurança e aceitação futura. O tema é crucial para o Direito Civil e exige contínua evolução normativa.

Palavras-chave: Assinatura digital. Contratos eletrônicos. Segurança jurídica. Direito Civil. Inovação tecnológica.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MEIO RURAL: O PAPEL DO PATRIARCADO E DO MACHISMO NA PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO CAMPO

Autor(es):
Leticia Soares Peixoto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Luna Teixeira Barbosa da Fonsêca: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Cecília de Souza Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Eduarda Cruz Melo Padilha Calado: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN
José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A violência contra a mulher no meio rural é um fenômeno estrutural e invisibilizado, intensificado por fatores como o isolamento geográfico, a ausência de políticas públicas específicas e a persistência de valores patriarcais. Mulheres rurais, especialmente negras, de baixa escolaridade e em situação de dependência financeira, estão entre as mais vulneráveis, enfrentando diversas formas de violência, sendo a psicológica a mais marcante. A dificuldade de acesso a serviços de proteção, somada à precariedade do atendimento, agrava a subnotificação e contribui para a manutenção do ciclo de violência.

(Metodologia) A metodologia utilizada possui abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica. Foram analisados artigos, livros e documentos publicados entre 1995 e 2019, selecionados com base em critérios de relevância científica, pertinência ao tema e disponibilidade integral. O levantamento buscou identificar produções que abordassem a violência contra a mulher no meio rural, suas causas, manifestações e consequências sociais, além da efetividade das políticas públicas voltadas a esse público. A análise do material permitiu compreender o contexto histórico, cultural e social do fenômeno, possibilitando uma reflexão crítica e fundamentada sobre a persistência da desigualdade de gênero e os desafios do enfrentamento à violência no campo.

(Resultados) Os resultados revelam um consenso sobre a gravidade e a invisibilidade da violência de gênero no meio rural, especialmente entre mulheres em situação de vulnerabilidade social. Os impactos dessa violência são profundos, atingindo a saúde física, emocional e psicológica das vítimas, que muitas vezes não são reconhecidas ou devidamente acolhidas pelos serviços de saúde, seja pela dificuldade de relato, seja pela falta de capacitação dos profissionais. Além disso, a distância geográfica dos serviços especializados, aliada à naturalização da violência e à culpabilização das mulheres, contribui para a omissão dos casos e para a manutenção do ciclo de silêncio e desigualdade nas comunidades rurais. Dessa forma, a pesquisa reforça a importância da formulação e implementação de políticas públicas que levem em conta as especificidades do meio rural, com foco na prevenção, acolhimento e proteção das vítimas. A descentralização dos serviços, por meio de unidades móveis e ações itinerantes, também é apontada como estratégia eficaz para reduzir as barreiras de acesso enfrentadas pelas mulheres camponesas.

(Conclusão) Conclui-se que o enfrentamento da violência no campo exige um olhar sensível, intersetorial e territorializado. É fundamental garantir investimentos em serviços de proteção, formação de profissionais capacitados, e ampliar o espaço de participação das mulheres rurais nas decisões políticas. Além disso, destaca-se a necessidade de ampliar a produção científica sobre o tema, contribuindo com dados e análises que subsidiem ações efetivas e duradouras. Só assim será possível romper com padrões históricos de desigualdade e assegurar dignidade, saúde e autonomia para as mulheres do campo

Palavras-chave: Violência de gênero. Meio rural. Patriarcado. Machismo. Políticas públicas

WILLIAM SHAKESPEARE E O ANTISSEMITISMO EM O MERCADOR DE VENEZA: A AMBIGUIDADE INTERPRETATIVA DE SHYLOCK ENTRE O ESTEREÓTIPO E A CRÍTICA À INTOLERÂNCIA

Autor(es):
Lauro Dantas de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Letycia Gomes Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Arthur Ângelo Marinho de Sousa Gouveia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Victória Almeida de Vasconcelos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O trabalho tem como objetivo geral analisar a ambiguidade interpretativa de O Mercador de Veneza, de William Shakespeare, observando como o personagem Shylock oscila entre o estereótipo antissemita e a crítica à intolerância. Especificamente, busca-se compreender como o contexto histórico da Inglaterra elisabetana influenciou a construção do personagem; identificar as leituras críticas que o retratam como vilão ou vítima; e relacionar a peça ao campo jurídico, discutindo a tensão entre a legalidade e a justiça representada no contrato da “libra de carne”.

(Proposta do roteiro) A proposta consiste em realizar uma leitura interdisciplinar da obra, unindo literatura, Direito e hermenêutica. Por meio da análise textual e de estudos críticos, procura-se demonstrar que a peça não possui um sentido único, mas múltiplas interpretações que se transformam conforme o tempo e o olhar do leitor. Assim, o estudo evidencia como Shakespeare revela, em sua dramaturgia, tanto o preconceito histórico contra os judeus quanto uma profunda reflexão ética sobre a exclusão e a humanidade. 1. Introdução sobre o contexto histórico e o problema interpretativo da peça. 2. Primeira leitura: Shakespeare e o reforço de estereótipos antissemitas. 3. Segunda leitura: crítica à intolerância e humanização de Shylock. 4. Leitura jurídica do contrato entre Shylock e Antônio. 5. Conclusão: a ambiguidade como essência da obra e da hermenêutica.

(Efeitos esperados) Espera-se que o estudo contribua para a compreensão crítica da obra e estimule reflexões sobre justiça, alteridade e tolerância. Além disso, busca-se mostrar como o texto de Shakespeare continua atual ao denunciar formas de discriminação e ao propor uma visão mais humana e ética das relações sociais.

COMO O PIB FUNCIONA

Autor(es):
Júlia Costa da Silveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Objetivo do vídeo: Esse vídeo tem por objetivo discutir os aspectos relevantes a respeito do Produto Interno Bruto (PIB) Brasileiro, sendo eles o que significa essa sigla, como é medido, quais fatores permitem o seu desenvolvimento e como isso afeta a economia. Então, o objetivo é educar sobre o assunto estudado neste trabalho sobre o ´´PIB´´.

(Proposta do roteiro) O formato do vídeo será o de uma aula. Busquei imagens condizentes com os tópicos tratados no resumo (que serviu como roteiro para o desenvolvimento do vídeo). O vídeo tem começo, meio e fim, buscando explicar o significado da sigla PIB e esclarecer de forma clara e objetiva para o público esse assunto que está sendo trabalhado.

(Efeitos esperados) Educar, fazer uma reflexão sobre como o PIB é diferente do desenvolvimento econômico de um país, porque um país pode ter um PIB alto, mas ter péssimas condições de vida ou esse desenvolvimento ficar restrito a um pequeno grupo.

O DIREITO CIVIL BRASILEIRO E A TUTELA DAS DIFICULDADES DE ADIMPLEMENTO DOS INQUILINOS NOS CONTRATOS LOCATÍCIOS COMERCIAIS FACE A PANDEMIA DE 2020

Autor(es):
Luis Eduardo Trindade de Azevedo Leitão: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN

(Introdução) A irrupção da COVID-19, culminando na declaração de pandemia em março de 2020, representou um evento extraordinário e imprevisível que impactou severamente o equilíbrio das relações jurídicas privadas. A imposição de fechamento compulsório de atividades não essenciais, qualificada como factum principis, gerou uma crise de onerosidade excessiva nos contratos, notadamente nos locatícios comerciais. O estudo apresentado articula a tensão entre a segurança jurídica, ancorada no princípio do pacta sunt servanda, e os imperativos da Função Social do Contrato e da boa-fé objetiva. Para a tutela do inquilino em dificuldades, o arcabouço normativo pátrio oferece mecanismos como a revisão judicial (Art. 317, CC) e a resolução por onerosidade excessiva (Art. 478, CC), além da análise de caso fortuito/força maior (Art. 393, CC). Conclui-se pela necessidade de privilegiar a conservação do negócio jurídico por meio da renegociação e dos métodos de autocomposição, visando soluções equitativas e céleres para a crise.

(Metodologia) O estudo emprega uma revisão da literatura de cunho qualitativo. Caracteriza-se pela coleta de referenciais teóricos para a base doutrinária e pela análise de fatos e jurisprudência. Os dados são confrontados com os artigos 317, 393 e 478 do Código Civil e com os princípios constitucionais aplicáveis ao Direito Contratual.

(Resultados) O estudo projeta a expectativa de desenvolver um plano de atuação para conflitos locatícios, promovendo tratamento isonômico, célere e eficaz frente à crise. Demonstra que o Direito Civil possui mecanismos que, aplicados de forma personalizada e com base na boa-fé, preservam o contrato. Recomenda-se o aprimoramento dos mecanismos extrajudiciais (mediação/arbitragem) para a pacificação de controvérsias futuras.

(Conclusão) A crise sanitária de 2020 impôs um desafio severo à estabilidade dos negócios jurídicos, notavelmente nos contratos de locação comercial. Contudo, o Direito Civil brasileiro demonstrou notável robustez e capacidade de adaptação, especialmente sob a influência diretiva da Constituição. A conclusão central é que o sistema jurídico nacional possui as ferramentas adequadas para gerenciar a crise contratual. Essa suficiência se deve à integração da Constitucionalização do Direito, que irradia valores como a função social e a boa-fé objetiva para o Direito Privado, com a legislação codificada. Essa interação permite superar a rigidez do princípio pacta sunt servanda em situações extraordinárias. A chave da solução reside na aplicação dos artigos 317, 393 e 478 do Código Civil, que abrigam os institutos da Teoria da Imprevisão e da onerosidade excessiva. A prática judicial corrobora essa interpretação flexível. A jurisprudência, ao analisar o caso concreto, tem optado por relativizar as obrigações e promover o reequilíbrio contratual, reconhecendo a pandemia como um evento de força maior. Finalmente, o estudo enfatiza que a resposta à crise deve priorizar a celeridade e a economicidade. Nesse sentido, os meios extrajudiciais de solução de conflitos (Mediação, Conciliação e Arbitragem) são cruciais. Alinhados com a moderna visão de “Justiça Multiportas” do CPC/2015, esses métodos colaborativos são a via mais eficaz para a pacificação de litígios e para a preparação do sistema jurídico frente a futuros eventos imprevisíveis, garantindo uma transição menos traumática para o mercado e para a sociedade.

Palavras-chave: COVID-19; Pandemia; Contratos Locatícios Comerciais; Direito Civil; Inadimplemento; Teoria da Imprevisão; Código Civil; Boa-fé Objetiva; Preservação do Contrato; Função Social; Onerosidade Excessiva; Jurisprudência; Mediação; Solução de Conflitos

ABANDONO AFETIVO INVERSO E A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS FILHOS COM OS PAIS IDOSOS?

Autor(es):
Maria Rita de Sousa Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente projeto de pesquisa tem como tema o abandono afetivo inverso e a responsabilidade civil dos filhos em relação aos pais idosos. O abandono afetivo inverso, caracterizado pela negligência emocional dos filhos em relação aos pais idosos, tem ganhado destaque no cenário jurídico, embora ainda seja um fenômeno ignorado pela sociedade, passando despercebido mesmo diante de suas graves consequências. Diante disso, questiona-se: o abandono afetivo de pais idosos por seus filhos configura hipótese de responsabilização civil no ordenamento jurídico brasileiro? Parte-se da hipótese de que, com base nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da solidariedade familiar e nas disposições do Estatuto do Idoso e do Código Civil, o estudo buscará analisar se há base jurídica suficiente para sustentar a responsabilização dos filhos por essa conduta.

(Metodologia) A pesquisa adota o método dedutivo, partindo da necessidade de aplicar os princípios constitucionais e normas gerais do Direito de Família à hipótese concreta de omissão no cuidado dos pais idosos. Será qualitativa e de natureza bibliográfica, com embasamento em livros, legislações, artigos científicos e jurisprudências que tratam do tema, com o objetivo de construir uma análise fundamentada do problema proposto.

(Resultados) Espera-se, com esta pesquisa, verificar se há amparo jurídico para responsabilizar civilmente os filhos que negligenciam afetivamente seus pais idosos, identificar os dispositivos legais e princípios aplicáveis, analisar eventuais lacunas jurídicas e fomentar o debate sobre a reciprocidade nos vínculos familiares.

(Conclusão) Diante do crescente envelhecimento populacional e da recorrente negligência afetiva nas relações familiares, conclui-se que o abandono afetivo inverso configura relevante hipótese de responsabilização civil dos filhos em face de seus pais idosos. A análise jurídica fundamentada em princípios constitucionais, legais e doutrinários demonstra que o descaso afetivo ultrapassa a simples ausência de afeto, representando verdadeira violação ao dever moral e jurídico de cuidado e assistência. Assim, reforça-se a necessidade de efetivação da proteção jurídica dos idosos, promovendo a dignidade da pessoa humana, a solidariedade familiar e a função social da família como instrumentos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, empática e comprometida com o bem-estar intergeracional.

Palavras-chave: Abandono afetivo inverso; Responsabilidade civil; Estatuto do Idoso; Solidariedade familiar; Dignidade da pessoa humana.

IMPOSTOS NO BRASIL: ENTENDA PARA QUE SERVEM, QUAIS SÃO E COMO IMPACTAM A VIDA DE TODOS

Autor(es):
Ana Cecília Cortês Tinôco: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Mateus Juan Flor da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Guilherme de Araujo Figueiredo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luana Leocádio Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Melissa Lopes de Mendonça : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O presente trabalho tem como propósito esclarecer, de forma simples e objetiva, o conceito de impostos, seus principais tipos e suas funções econômicas e sociais. Pretende-se favorecer a compreensão do sistema tributário brasileiro, evidenciando sua relevância para a manutenção do Estado e para o custeio dos serviços públicos essenciais. Além disso, busca-se estimular uma reflexão crítica sobre a justiça fiscal, a elevada carga tributária e a importância de promover reformas que tornem o processo de arrecadação mais justo, eficiente e transparente.

(Proposta do roteiro) A proposta do roteiro consiste na criação de um podcast educativo intitulado “Impostos no Brasil: Entenda para que servem, quais são e como impactam a vida de todos”. Nesse programa, especialistas de diferentes áreas “como um professor de Direito Tributário, um economista, um auditor fiscal e um advogado” discutem o tema sob enfoques complementares, unindo aspectos teóricos e práticos. O formato em mesa-redonda favorece uma conversa fluida e instrutiva, permitindo ao público compreender os principais conceitos relacionados aos impostos e refletir sobre sua relevância no contexto social e econômico do país.

(Efeitos esperados) Espera-se que este trabalho contribua para ampliar a conscientização acerca da importância dos impostos e de seus efeitos no cotidiano da população, promovendo uma visão mais crítica sobre o sistema tributário brasileiro. Busca-se também incentivar a participação cidadã na exigência por maior transparência e equidade fiscal. Além disso, o projeto tem como objetivo aproximar o conhecimento acadêmico da prática social, tornando o processo de aprendizagem mais relevante e favorecendo uma formação financeira e jurídica mais consistente.

IMPOSTOS: MUITO ALÉM DA GUIA DE PAGAMENTO

Autor(es):
Marina Oliveira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luana Carolina de Noronha Martins: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Clara Silva de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Jully Lôpo de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Amália Leonila Silva Corcino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) o objetivo do podcast é convidar o ouvinte a enxergar os tributos sob uma nova perspectiva não apenas como obrigações financeiras, mas como o alicerce que sustenta o funcionamento da sociedade.De forma leve e informativa, o episódio explica o que são os impostos, seus tipos, finalidades e como eles influenciam diretamente na economia e na qualidade de vida de todos nós. Transmitir conhecimento ou notícias sobre o assunto, atualizar o público Ensinar de maneira dinâmica e envolvente. Apoiar o aprendizado em ambientes escolares ou acadêmicos. Traduzir termos técnicos e teorias em uma linguagem simples. Ensinar noções de planejamento financeiro, consumo consciente e investimento. O roteiro aborda conceitos essenciais, como a diferença entre imposto, taxa e contribuição, e mostra de maneira prática para onde vai o dinheiro arrecadado, quem o administra e quais as consequências da sonegação.

(Proposta do roteiro) O roteiro aborda conceitos essenciais, como a diferença entre imposto, taxa e contribuição, e mostra de maneira prática para onde vai o dinheiro arrecadado, quem o administra e quais as consequências da sonegação.

(Efeitos esperados) Que consigamos persuadir o ouvinte e que receba dicas valiosas para ser um cidadão financeiramente consciente e ativo na construção de um país mais justo e desenvolvido, informando, educando, motivando, despertando sentimentos de humor, reflexão ou inspiração.

MITOS DA ECONOMIA QUE TE CONTARAM E VOCÊ ACREDITOU: O BRASIL É O PAÍS QUE MAIS PAGA IMPOSTO NO MUNDO

Autor(es):
Maytê Dione Vitor Bandeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Giovana Medeiros do Nascimento Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Esteffany Monaliza Lemos Barbosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bárbara Azevedo Passos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isabele de Oliveira Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O projeto busca desmistificar a ideia de que o Brasil é o país que mais paga impostos, mostrando que o problema está na complexidade, injustiça e má qualidade dos serviços públicos. O objetivo é promover uma análise crítica sobre o sistema tributário, comparando-o a outros países e incentivando a conscientização e participação cidadã informada.

(Proposta do roteiro) 1. Abertura Mito: Brasil é o país que mais paga impostos. Objetivo: Analisar com dados se isso é verdade. 2. Contexto Tributação impacta a vida. É preciso analisar além do senso comum: focar em dados e qualidade dos serviços. 3. Comparação Brasil (33% PIB) vs. Portugal (37% PIB): Portugal tem serviços públicos eficientes e maior PIB per capita. No Brasil, paga-se imposto e serviços privados (pagar duas vezes). 4. Retorno Baixo Brasil é o último no ranking de retorno (bem-estar). O problema é como o dinheiro é gasto (má gestão e corrupção), não só o quanto se paga. 5. Justiça Sistema regressivo: impostos indiretos (em produtos) penalizam mais os pobres. Ricos pagam alíquotas similares à classe média. Países desenvolvidos usam sistemas progressivos (mais justos). 6. Complexidade Empresas perdem 1.500 horas/ano com impostos (média mundial: 233h). Isso gera o Custo Brasil (R$ 1,7 tri/ano). Reformas podem reduzir esse custo drasticamente. 7. Conclusão Brasil não paga mais, mas retorna menos em qualidade de vida. Problemas: Regressividade, Complexidade e Má Gestão. Solução: Reforma e Transparência.

(Efeitos esperados) O Brasil não é o país que mais paga impostos; o problema está na má distribuição, complexidade e regressividade do sistema, que prejudica os mais pobres e encarece negócios. Reformas são necessárias para tornar a tributação mais justa, eficiente e benéfica à população, promovendo cidadania crítica e desenvolvimento social.

23, 24 e 25 de outubro

25 Comic

UNI-RN: 25 anos de ações inovadoras para o desenvolvimento de Natal

2025

GRADUAÇÃO ENGENHARIA CIVIL

Volume 2 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra

UNI-RN

A ÉTICA PROFISSIONAL NA ENGENHARIA: DESAFIOS E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO CONTEMPORÂNEO

Autor(es):
Bernardo Araújo Brito de Barros: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Cleonilto Clemente Xavier Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
José Aquino Carvalho de Paula: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) A ética profissional constitui um dos pilares fundamentais da prática da engenharia moderna. Mais do que um conjunto de regras, ela representa o compromisso moral e social do engenheiro com a segurança, a qualidade técnica, a justiça e a valorização do trabalho humano. O Código de Ética Profissional do Sistema CONFEA/CREA estabelece princípios que orientam a conduta do engenheiro em sua atuação, destacando a importância da honestidade, da competência técnica, do respeito à dignidade humana e da responsabilidade social. No entanto, o contexto real da profissão mostra-se, muitas vezes, distante desses ideais. Problemas como a baixa valorização salarial, pressões corporativas por redução de custos, assédio moral e sexual e até a falsificação de documentos técnicos revelam fragilidades éticas que afetam o exercício da profissão. Assim, refletir sobre ética na engenharia é indispensável para a formação de profissionais conscientes, capazes de promover mudanças estruturais no setor e de exercer a profissão com integridade e responsabilidade.

(Metodologia) O estudo foi desenvolvido com base em pesquisa qualitativa de caráter descritivo, fundamentada em análise documental e revisão bibliográfica do Código de Ética Profissional do Sistema CONFEA/CREA. Além disso, foram consideradas fontes complementares, como relatos de profissionais atuantes no setor e notícias recentes que evidenciam situações reais de conflitos éticos na engenharia. Para fins de apresentação, o grupo elaborou um roteiro de vídeo como recurso didático, contemplando: Introdução teórica sobre a ética profissional; Exposição dos princípios éticos fundamentais; Apresentação de dilemas reais enfrentados por engenheiros; Encenação de entrevista simulada sobre um caso prático de violação ética; Conclusão reflexiva com mensagem de valorização da ética na engenharia.

(Resultados) A análise e as discussões realizadas pelo grupo permitiram identificar que os principais desafios éticos enfrentados na engenharia contemporânea incluem: Baixa valorização profissional, com remuneração muitas vezes desproporcional à responsabilidade técnica exigida; Pressões empresariais por redução de custos, resultando em práticas que comprometem a segurança e a qualidade das obras; Casos de assédio moral e sexual, especialmente contra mulheres em ambientes de trabalho predominantemente masculinos; Falsificação de ARTs e assinaturas técnicas, comprometendo a credibilidade profissional; Defasagem técnica, decorrente da falta de atualização e formação continuada. Esses resultados evidenciam a necessidade de uma mudança de mentalidade entre os futuros engenheiros, reforçando a importância da ética como instrumento de transformação social e valorização da profissão.

(Conclusão) A ética profissional é um elemento essencial para o exercício responsável da engenharia. Ela assegura que as decisões técnicas estejam alinhadas ao bem-estar coletivo, à segurança das pessoas e à sustentabilidade do ambiente. O estudo demonstrou que os dilemas éticos ainda são frequentes e que o desconhecimento ou a negligência dos princípios éticos podem gerar sérios impactos sociais e profissionais. Cabe aos futuros engenheiros incorporar a ética como prática cotidiana, respeitando o Código de Ética Profissional e agindo com responsabilidade, justiça e transparência. Somente assim será possível fortalecer a imagem da engenharia como uma profissão comprometida com o desenvolvimento humano e o progresso sustentável.

Palavras-chave: Ética profissional; Engenharia civil; CONFEA/CREA; Responsabilidade social; Valorização profissional; Código de ética.

ANÁLISE DA RELAÇÃO PREÇO-ÁREA EM APARTAMENTOS DE PADRÃO MÉDIO VIA REGRESSÃO LINEAR SIMPLES NA GRANDE NATAL/RN

Autor(es):
Rebeca Adila Nogueira Medeiros: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Samih Almeida Valério dos Santos : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Jamilly Regina Moura Costa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Raphael Araujo Wanderley: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Cauã Júlio Bezerra de Medeiros Rosa: Discente do curso de do UNI-RN

Orientador(es):
Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo investiga a relação entre a área privativa (m²) e o preço de oferta (R$) de apartamentos de padrão médio na Grande Natal/RN, utilizando a Regressão Linear Simples (RLS) como ferramenta analítica. O objetivo é demonstrar como essa técnica estatística básica, central na formação em engenharia, pode ser aplicada para segmentar o mercado imobiliário e fornecer uma estimativa de valor objetiva para um imóvel representativo desse nicho.

(Metodologia) Foi realizado um levantamento amostral em portais públicos de imóveis, coletando dados de área privativa (m2) e preço (R$) de apartamentos de perfil médio. Para acelerar a tabulação e padronização dos dados, foi empregada uma ferramenta de IA (ChatGPT) como suporte operacional. A IA também foi consultada para auxiliar na concepção de um apartamento-alvo (156 m2), com características fictícias, porém verossímeis (ex: 3 quartos, 2 vagas) para o padrão médio de Natal. A base de dados e o perfil-alvo foram integralmente revisados e validados pelos autores. A análise estatística consistiu no ajuste de um modelo RLS, usando a amostra de anúncios para determinar os coeficientes ? e ?, e na subsequente aplicação da equação para estimar o valor do alvo.

(Resultados) A regressão indicou um coeficiente angular (?) de aproximadamente R$8.400/$m^2$, significativamente superior ao observado no segmento popular. O intercepto (?) foi relativamente baixo, sugerindo que a área privativa é o principal vetor de custo nesse modelo simples. Para o alvo de 156 m2 , o preço estimado pelo modelo foi de R$1, 31 milho. A dispersão residual observada nos dados (diferença entre o preço real e o previsto pela reta) é atribuída a fatores não incluídos no modelo univariado, como andar, número de vagas e padrão de acabamento, o que é esperado no escopo de uma análise introdutória.

(Conclusão) Então, a RLS provou-se uma ferramenta didática eficaz para quantificar a relação preço – área no segmento de renda intermediária, fornecendo uma estimativa de valor objetiva e de fácil interpretação. O valor estimado para o apartamento-alvo está alinhado com as práticas de mercado observadas. A metodologia, que incluiu o uso transparente de IA para assistência operacional (e não para análise), garante a reprodutibilidade do estudo e destaca o papel do engenheiro como curador e analista dos dados.

Palavras-chave: Regressão linear simples. Apartamento. Área privativa. Padrão médio. Avaliação de imóveis.

ANÁLISE DE ESTADO LIMITE DE SERVIÇO EM VIGAS METÁLICAS

Autor(es):
Iris de Souza Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Natália de Medeiros Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Samih Almeida Valério dos Santos : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Vanessa Fonteles Ferreira de Morais: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Ianka Jayane Cecília Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) As características particulares do aço, em especial o peso específico e a relação comprimento e seção transversal, permitem a utilização de peças esbeltas, que suportam cargas equivalentes ou superiores às que uma peça robusta de concreto, resultando em uma redução significativa do peso total da estrutura. Além disso, estruturas metálicas possuem a capacidade de vencer grandes vãos, proporcionando uma maior utilização da área útil da edificação. O projeto de estruturas metálicas exige a verificação de dois critérios fundamentais de segurança: o estado limite último (ELU), que garante a resistência da edificação ao colapso, e o estado limite de serviço (ELS), que assegura a funcionalidade e o conforto da edificação ao longo de sua vida útil. Este projeto se concentra na análise do estado limite de serviço de vigas metálicas, com base nos requisitos da norma brasileira ABNT NBR 8800. O produto final se trata de um software capaz de avaliar os dados fornecidos pelo usuário, e com base nisso qualificar a viga.

(Metodologia) O estudo é baseado no desenvolvimento de um programa em Linguagem C, criado e executado na plataforma GDB Online. Este software simula o comportamento de vigas de aço sob carregamento de serviço, utilizando as fórmulas de deflexão e os critérios do ELS-DEF da NBR 8800. O programa recebe como entrada os dados geométricos do perfil (para calcular o momento de inércia), o vão, e as cargas de serviço. O principal produto dele é a flecha atuante, que é comparada com a flecha limite, validando ou reprovando a seção de acordo com o ELS.

(Resultados) A análise do Estado Limite de Serviço (ELS) em vigas metálicas foi realizada por meio do software desenvolvido em Linguagem C. Os resultados obtidos nas simulações permitiram a validação do algoritmo e a avaliação do comportamento da rigidez das vigas de aço frente aos critérios da NBR 8800. Foi observado a necessidade de diferentes módulos de elasticidade para abranger diferentes tipos de aço.

(Conclusão) A ferramenta computacional desenvolvida provou ser eficaz na aplicação direta dos critérios normativos de ELS, trazendo celeridade a processos de cálculo que podem ser massivos quando realizados manualmente. Uma possível atualização poderá trazer melhorias para o programa, como a incorporação da possibilidade do usuário fornecer diferentes valores para o módulo de elasticidade.

Palavras-chave: Aço. Vigas. Programação.

ANÁLISE E UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSAS POLIMÉRICAS TERMOPLÁSTICAS

Autor(es):
Natália de Medeiros Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A construção civil é um dos setores que mais se transformou nas últimas décadas, impulsionada pela necessidade de métodos construtivos que garantam maior eficiência, durabilidade e sustentabilidade. Nesse contexto, os sistemas de impermeabilização ocupam papel de destaque, visto que a água é responsável por grande parte das patologias em edificações, comprometendo a durabilidade estrutural, a estética e até a saúde dos usuários (VIVIAN DE SIQUEIRA, 2018).

(Metodologia) A metodologia adotada neste trabalho foi fundamentada em duas etapas principais: pesquisa bibliográfica e pesquisa aplicada. Inicialmente, realizou-se um levantamento teórico a partir de livros, artigos científicos, normas técnicas e trabalhos acadêmicos relacionados ao tema da impermeabilização de estruturas em concreto armado, com ênfase em soluções inovadoras baseadas em polímeros termoplásticos. Em seguida, procedeu-se à pesquisa experimental por meio da análise de ensaios laboratoriais realizados com produtos impermeabilizantes da linha BSCRYL, desenvolvidos a partir de polímeros termoplásticos. Os ensaios foram conduzidos no Laboratório de Materiais do UNI-RN além de ensaios realizados pela empresa em laboratórios certificados, onde se verificaram propriedades como resistência à tração, estanqueidade, elasticidade, aderência ao substrato e comportamento térmico. Os procedimentos seguiram protocolos técnicos reconhecidos, de forma a garantir a confiabilidade dos resultados

(Resultados) Nos ensaios de tração por arrancamento (pull-off), os resultados médios superaram o mínimo normativo de 1,0 MPa aos 28 dias, especialmente em substratos pintados com tinta acrílica, que atingiram valores acima de 1,5 MPa. No teste de estanqueidade qualitativo, verificou-se repelência à água e ausência de absorção, confirmando a formação de barreira hidrofóbica. Já o ensaio de resistência térmica mostrou estabilidade da textura acrílica até 80 °C, enquanto outros produtos apresentaram limitações sob altas temperaturas.

(Conclusão) Os achados apontam que os impermeabilizantes poliméricos termoplásticos constituem inovação relevante para a engenharia civil, oferecendo maior produtividade, redução de custos com mão de obra especializada, eficiência e viabilidade técnica. Contudo, recomenda-se a realização de ensaios complementares normatizados e maior amostragem para consolidar a confiabilidade estatística. Assim, a pesquisa reforçou a importância da inovação tecnológica no setor, contribuindo para obras mais duráveis e sustentáveis, com menor custo de manutenção ao longo do ciclo de vida útil das edificações.

Palavras-chave: Impermeabilização; Polímeros termoplásticos; Estanqueidade; Elasticidade.

ANALISE GRANULOMÉTRICA

Autor(es):
Samih Almeida Valério dos Santos : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A caracterização física dos solos é uma etapa fundamental para a análise do seu comportamento em projetos de engenharia civil, especialmente em obras de infraestrutura como rodovias, ferrovias, barragens e edificações. Ensaios laboratoriais normalizados permitem a obtenção de parâmetros essenciais para a classificação e a avaliação da adequação dos solos como materiais de construção ou suporte estrutural. Este relatório apresenta os procedimentos e os resultados obtidos em ensaios de caracterização realizados segundo as seguintes normas técnicas: NBR 7181:2016 – Solo-Análise granulométrica, que estabelece os métodos para a determinação da distribuição das partículas do solo por peneiramento e sedimentação, possibilitando identificar sua composição quanto às frações de areia, silte e argila;

(Metodologia) Inicialmente, foi separado um solo seco com o objetivo de realizar a análise granulométrica. Em seguida, a amostra foi submetida ao processo de quarteamento, visando obter uma subamostra representativa com massa aproximada de 1 kg. Posteriormente, as peneiras foram organizadas em ordem decrescente de abertura nominal (da maior para a menor) e acopladas ao agitador de peneiras. A subamostra de solo foi, então, colocada no topo do conjunto de peneiras, e o agitador foi acionado por 10 minutos, operando na frequência 4. Após o tempo de agitação, as peneiras foram retiradas cuidadosamente do equipamento, e o material retido em cada uma delas foi transferido para recipientes metálicos previamente identificados, com o intuito de realizar a pesagem individual de cada fração granulométrica.

(Resultados) Os resultados obtidos da distribuição granulométrica da amostra, evidencia a curva típica de um solo com predominância de frações finas (areia fina e silte), o que pode influenciar diretamente nas características de permeabilidade, compactação e coesão do material.

(Conclusão) A análise granulométrica realizada permitiu determinar a distribuição das partículas constituintes da amostra de solo, demonstrando uma predominância significativa de frações finas. As maiores porcentagens de material retido foram observadas nas peneiras de 0,15 mm (30,93%) e 0,425 mm (25,58%), indicando que a amostra é composta majoritariamente por partículas de areia fina, com possível presença de silte. O comportamento da curva granulométrica evidencia um solo com distribuição relativamente contínua, porém com maior concentração em faixas específicas de granulometria. Isso pode impactar diretamente nas propriedades do solo, como permeabilidade, compactação, estabilidade e capacidade de suporte. Com base nos dados obtidos, é possível classificar o solo como um material de granulometria fina, o que sugere a necessidade de cuidados adicionais em aplicações geotécnicas, especialmente em obras que exigem maior capacidade de drenagem ou resistência ao cisalhamento. Portanto, os resultados obtidos neste ensaio são essenciais para auxiliar na escolha e no dimensionamento adequado de solos em projetos de engenharia civil, contribuindo para maior segurança e eficiência técnica nas obras.

Palavras-chave: Analise granulometrica. Areia fina. silte. Engenharia civil.

ANÁLISE GRANULOMÉTRICA POR PENEIRAMENTO

Autor(es):
Emanuelly Cristina da Silva Oliveira: Discente do curso de do UNI-RN
Déborah de Figueiredo Teixeira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Nalanda Lúcia Leonez da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Mycaelle Cristina Silva dos Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Introdução O solo é o principal elemento de suporte das construções civis e, por isso, conhecer suas características físicas é essencial para garantir a estabilidade e durabilidade das estruturas. A mecânica dos solos fornece as ferramentas necessárias para avaliar o comportamento do solo sob diferentes condições, sendo a análise granulométrica um dos ensaios mais importantes nesse processo. Esse ensaio permite identificar a distribuição do tamanho das partículas do solo, auxiliando na sua classificação e no entendimento de propriedades como drenagem, compactação e resistência. A análise granulométrica por peneiramento é fundamental para determinar a adequação do solo em obras de pavimentação, fundações e aterros, além de servir como base para o controle de qualidade dos materiais utilizados na engenharia civil.

(Metodologia) Metodologia O ensaio foi realizado no laboratório de Mecânica dos Solos do UNI/RN, seguindo os procedimentos estabelecidos pela ABNT. Inicialmente, uma amostra de 3 kg de solo foi seca em estufa, destorroada e quarteada, obtendo-se uma subamostra de 1 kg. Essa amostra foi submetida a uma série de peneiras com aberturas progressivas (4,75 mm; 2,00 mm; 1,18 mm; 0,60 mm; 0,425 mm; 0,30 mm; 0,15 mm; 0,075 mm e fundo), utilizando um agitador mecânico por 10 minutos. Após o peneiramento, o material retido em cada peneira foi pesado, e os dados obtidos foram lançados em planilha para o cálculo dos percentuais retidos e passantes, permitindo a elaboração da curva granulométrica e a interpretação dos resultados.

(Resultados) Resultados Os resultados obtidos indicaram que a amostra analisada apresentou uma distribuição de partículas predominantemente arenosa. As peneiras de 0,300 mm e 0,150 mm concentraram aproximadamente 44% da massa total, caracterizando o material como areia fina a média. O somatório das massas retidas atingiu 99,99%, valor considerado aceitável para o ensaio. Essa composição influencia diretamente o comportamento do solo quanto à drenagem e compactação, fatores essenciais para a estabilidade de aterros e fundações.

(Conclusão) Conclusão A análise granulométrica permitiu compreender a composição do solo e classificá-lo como predominantemente arenoso, com maior presença de frações finas. Esse tipo de solo apresenta boa drenagem, mas pode demandar atenção em processos de compactação e estabilidade. O ensaio confirmou a importância da caracterização granulométrica como ferramenta de controle e planejamento em obras de engenharia civil, fornecendo parâmetros técnicos para decisões seguras e economicamente viáveis. Assim, conhecer a distribuição dos grãos possibilita prever o comportamento do solo em campo e garantir a eficiência e durabilidade das estruturas construídas.

Palavras-chave: Solo. Granulometria. Peneiramento. Engenharia Civil. Classificação.

APLICAÇÃO DA TOPOGRAFIA NA ENGENHARIA CIVIL

Autor(es):
Vitória Maria Gurgel Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
João Pedro Maciel Cavalcante: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Bruno Henrique Lima de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Ismael Morais Silva de Paiva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN
Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A topografia é uma ciência fundamental para o desenvolvimento de projetos na engenharia civil, pois permite o conhecimento preciso das características físicas de um terreno. Por meio de levantamentos, medições e representações gráficas, o engenheiro obtém dados essenciais para o planejamento, dimensionamento e execução de obras. A análise topográfica fornece informações sobre relevo, altitudes, declividades, limites e áreas, sendo indispensável para a definição de cortes, aterros, fundações e locações. Desde a concepção até a finalização de uma obra, a topografia está presente em diversas etapas, garantindo que os projetos sejam executados com precisão e segurança. Com o avanço da tecnologia, os métodos e instrumentos utilizados tornaram-se mais sofisticados, permitindo maior agilidade e confiabilidade nos levantamentos. Equipamentos como estações totais, GPS e drones revolucionaram a forma como os dados são coletados e processados, contribuindo para a eficiência e qualidade das construções.

(Metodologia) A abordagem metodológica consiste na análise dos conceitos fundamentais da topografia, seus instrumentos e métodos de levantamento. São descritos os tipos de levantamentos “planimétrico, altimétrico e planialtimétrico” e os equipamentos utilizados, como trenas, níveis, teodolitos, estações totais, GPS e drones. Também são abordadas as escalas utilizadas na representação gráfica dos terrenos, variando conforme a finalidade do projeto. A locação de obras é destacada como etapa crítica, onde o projeto é transferido para o terreno com alta precisão, garantindo que a construção siga fielmente as especificações técnicas.

(Resultados) Espera-se que o estudo evidencie como a topografia é indispensável para garantir a precisão, segurança e eficiência nas obras de engenharia civil. A correta aplicação dos métodos topográficos permite reduzir erros, evitar retrabalhos e otimizar recursos. A utilização de tecnologias modernas, como drones e modelagem BIM, deve demonstrar avanços significativos na coleta e processamento de dados, contribuindo para maior agilidade e confiabilidade nos projetos. Além disso, a análise das aplicações da topografia em diferentes áreas reforça sua relevância em praticamente todas as etapas da construção civil.

(Conclusão) A topografia é uma ferramenta essencial para o engenheiro civil, sendo responsável por fornecer a base técnica para o desenvolvimento de projetos e obras. Sua aplicação garante que as construções sejam realizadas com precisão, respeitando os limites e características do terreno. Com o avanço dos instrumentos e métodos digitais, os levantamentos tornaram-se mais rápidos e precisos, elevando o padrão de qualidade das obras. O domínio da topografia é, portanto, fundamental para profissionais que atuam na construção civil, contribuindo para a segurança, economia e sustentabilidade dos empreendimentos.

Palavras-chave: Topografia; Engenharia Civil; Levantamento Topográfico; Locação de Obras; Instrumentos de Medição; Estação Total; GPS; Drones; Escalas; Modelagem BIM

APLICAÇÕES DO AEROLEVANTAMENTO LIDAR EM DRONES NO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE ESTRADAS

Autor(es):
Rafael Brito de Figueiredo Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Luis Eduardo Barbosa de Azevedo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Felipe Braga Brito de Macedo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Thalles Bezerra Rodrigues Marques: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN
Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O aerolevantamento com sensores LiDAR (Light Detection and Ranging) embarcados em RPAs (drones) é uma técnica moderna da geodésia que utiliza pulsos de laser para capturar informações tridimensionais da superfície terrestre. Em conjunto com sistemas GNSS e INS, o LiDAR gera modelos digitais de terreno (MDT) e ortofotos de alta precisão, permitindo análises detalhadas de relevo, vegetação e infraestrutura. Na construção de estradas, essa tecnologia tem se mostrado essencial desde as fases iniciais de projeto, pois permite a obtenção de dados topográficos de alta resolução, mesmo em áreas de difícil acesso. Isso possibilita o planejamento preciso de traçados, cortes, aterros e drenagens, reduzindo erros e retrabalhos em campo. Assim, o LiDAR se consolida como uma ferramenta indispensável na modernização da engenharia de transportes.

(Metodologia) Este estudo foi realizado através do levantamento bibliográfico em bancos de pesquisas científicos, como websites e biblioteca virtual

(Resultados) O uso do LiDAR embarcado em drones permite: aumento de até 80% na produtividade dos levantamentos em comparação com métodos tradicionais (GNSS, estação total); maior detalhamento e precisão na representação do terreno, possibilitando distinção entre vegetação, construções e solo exposto, fator essencial para o estudo de traçados rodoviários e drenagem superficial; aplicações amplas na engenharia, incluindo medições volumétricas (corte e aterro), controle de supressão vegetal, acompanhamento de obras e identificação de áreas de risco, todas fundamentais no ciclo de vida de uma estrada; correções posicionais precisas, via RTK ou PPK, garantem a confiabilidade dos dados coletados, permitindo o georreferenciamento exato de eixos viários e elementos de infraestrutura; e redução de riscos ocupacionais, já que o levantamento é realizado de forma remota em locais de difícil acesso, como encostas e taludes. Esses resultados demonstram que o LiDAR é uma solução tecnológica capaz de otimizar o planejamento e a execução de rodovias, integrando eficiência, segurança e sustentabilidade.

(Conclusão) A tecnologia LiDAR embarcada em drones representa um avanço significativo para o mapeamento geoespacial, permitindo a criação de modelos tridimensionais detalhados e atualizados. Na construção de estradas, sua contribuição é fundamental para o planejamento do traçado rodoviário, com análise precisa de relevo e declividade; cálculo de volumes de corte e aterro, otimizando o uso de materiais e reduzindo custos; controle ambiental, monitorando supressão vegetal e drenagem; e acompanhamento do avanço físico da obra, garantindo a conformidade entre o projeto e a execução. Assim, o aerolevantamento LiDAR é uma ferramenta estratégica para o planejamento, execução e monitoramento de obras rodoviárias, integrando precisão geométrica, eficiência operacional e sustentabilidade.

Palavras-chave: Aerolevantamento LiDAR; Drones (RPA); Engenharia Rodoviária; Execução de Estradas; Levantamento Topográfico

APROVEITAMENTO DE ÁGUA DA CHUVA EM EDIFICAÇÕES

Autor(es):
Ismael Morais Silva de Paiva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) A crescente urbanização e o aumento da demanda por água potável têm intensificado os desafios relacionados à gestão dos recursos hídricos. Em muitas regiões, a escassez de água já é uma realidade, exigindo soluções que promovam o uso racional e sustentável desse recurso. Nesse contexto, o aproveitamento da água da chuva em edificações surge como uma alternativa eficiente para reduzir o consumo de água potável, minimizar os impactos ambientais e contribuir para a sustentabilidade urbana.

(Metodologia) A abordagem adotada é teórica, baseada em revisão bibliográfica de normas técnicas, artigos científicos e publicações especializadas. São analisados os componentes dos sistemas de captação de água da chuva, os critérios de dimensionamento e os fatores que influenciam sua eficiência. Também são discutidos exemplos práticos e estudos de caso que ilustram a aplicação desses sistemas em edificações urbanas.

(Resultados) A análise teórica demonstra que os sistemas de aproveitamento da água da chuva podem suprir parte significativa da demanda hídrica de uma edificação, especialmente para usos não potáveis, como irrigação de jardins, lavagem de áreas externas e descarga de vasos sanitários. O volume de água captado depende da área de cobertura, da precipitação média local e do coeficiente de escoamento. A fórmula básica para estimar esse volume é: V=P×A×CV = P \times A \times CV=P×A×C Onde: V = volume de água (litros) P = precipitação (mm) A = área de captação (m²) C = coeficiente de escoamento (geralmente entre 0,8 e 0,95) Os sistemas de captação incluem calhas, condutores, filtros, reservatórios e sistemas de distribuição. A implantação desses sistemas pode reduzir significativamente os custos com água, além de contribuir para a diminuição da sobrecarga nos sistemas públicos de drenagem. Entretanto, existem desafios a serem superados, como o custo inicial de instalação, a necessidade de manutenção periódica e o cumprimento das normas técnicas, como a ABNT NBR 15527, que estabelece critérios para o uso da água da chuva em edificações.

(Conclusão) O aproveitamento da água da chuva em edificações representa uma solução viável e sustentável para os desafios da gestão hídrica urbana. A engenharia civil tem papel fundamental na concepção e implementação desses sistemas, promovendo construções mais eficientes e ambientalmente responsáveis. Apesar dos desafios técnicos e econômicos, os benefícios ambientais e sociais justificam a adoção dessa prática, especialmente em regiões com escassez hídrica ou alta demanda por água. A disseminação do conhecimento e o incentivo por parte das políticas públicas são essenciais para ampliar o uso dessa tecnologia no Brasil.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Recursos hídricos; Captação pluvial; Engenharia civil; Reuso de água.

AUTOMAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE RESERVATÓRIOS EM INSTALAÇÕES PREDIAIS COM UTILIZAÇÃO DE BOIAS ELÉTRICAS

Autor(es):
Evellyne Polyanna Mendes Gomes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Cauã Gustavo Xavier de Holanda Cavalcante: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Valéria Cristina dos Santos Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Matheus Vinicius Silva Torres: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN Wislley Moreira dos Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) A gestão manual do bombeamento de água em edificações constitui um desafio para a Engenharia Civil, pois resulta em ineficiência operacional, desperdício hídrico por transbordamento e consumo excessivo de energia elétrica, alinhando-se à preocupação com a racionalização de recursos (BRASIL, 2018). Este método tradicional é vulnerável a falhas humanas, como a falta de sincronia entre o nível do reservatório e o acionamento da bomba, gerando ciclos de bombeamento ociosos e custos adicionais. Diante disso, a automação do controle de nível utilizando boias elétricas surge como uma solução tecnológica eficiente e com adequado custo-benefício, promovendo maior precisão e economia no abastecimento de água. A relevância deste estudo reside em demonstrar os benefícios práticos da substituição dos métodos manuais pelo sistema automatizado, com foco na aplicabilidade da boia elétrica em instalações prediais.

(Metodologia) A metodologia empregada é de natureza aplicada e quantitativa, comparando a eficácia do sistema automatizado com a operação manual. O estudo estruturou-se em três etapas: 1) Descrição da concepção e do funcionamento do circuito de automação, baseado na atuação da boia elétrica como interruptor para chavear o contator, garantindo o desligamento no nível máximo (controle) e no nível mínimo da cisterna (proteção contra funcionamento a seco); 2) Modelagem de um caso prático de sistema de abastecimento para uma edificação residencial de 6 kitnets, incluindo o dimensionamento dos reservatórios (Vsuperior = 1.000 L; Vcisterna = 2.000 L); e 3) Dimensionamento e cálculo das grandezas principais, como a Altura Manométrica (12 m.c.a) e a Potência da Bomba (1/2 HP), para validar a viabilidade técnica e econômica da solução proposta.

(Resultados) O dimensionamento para a edificação de 6 kitnets demonstrou a viabilidade técnica da solução, especificando uma bomba de 1/2 HP para operar com uma vazão de 1,0m3/h e Altura Manométrica de 12m.c.a. Os resultados da discussão confirmaram que o sistema automatizado, baseado na lógica “AND” com contatos Normalmente Fechados (NF) das boias (Bcisterna E Bcaixa), garante o intertravamento de segurança e a otimização da operação. Esta abordagem elimina falhas humanas, assegura a proteção da bomba contra o funcionamento a seco e previne transbordamentos. A eficácia da automação traduz-se em significativa economia de energia elétrica (CREDER, 2016) por eliminar ciclos ociosos e na efetiva prevenção de desperdício de água, contribuindo diretamente para a sustentabilidade e conformidade com a NBR 5626 (ABNT, 1998).

(Conclusão) O estudo confirma que a automação do abastecimento por meio de boias elétricas é uma solução altamente eficiente, simples e sustentável para a gestão de recursos em edificações, demonstrando superioridade em relação ao acionamento manual. A precisão no controle de nível gera benefícios ambientais e econômicos, como a redução do desperdício de água e a economia de energia elétrica pela otimização dos ciclos da bomba. A solução, que integra com sucesso a Hidráulica e a Eletrotécnica, é acessível, de baixo custo (estimado entre R$ 400,00 e R$ 720,00 apenas para os componentes elétricos/eletromecânicos) e de rápida amortização, posicionando a boia elétrica como uma estratégia fundamental para a racionalização e sustentabilidade das instalações prediais.

Palavras-chave: Boia Elétrica. Eficiência Energética. Sustentabilidade.

AUTOMAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE RESERVATÓRIOS EM INSTALAÇÕES PREDIAIS COM UTILIZAÇÃO DE BOIAS ELÉTRICAS

Autor(es):
Jorge Inacio de Souza Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) A gestão manual do bombeamento de água em edificações constitui um desafio para a Engenharia Civil, pois resulta em ineficiência operacional, desperdício hídrico por transbordamento e consumo excessivo de energia elétrica, alinhando-se à preocupação com a racionalização de recursos (BRASIL, 2018). Este método tradicional é vulnerável a falhas humanas, como a falta de sincronia entre o nível do reservatório e o acionamento da bomba, gerando ciclos de bombeamento ociosos e custos adicionais. Diante disso, a automação do controle de nível utilizando boias elétricas surge como uma solução tecnológica eficiente e com adequado custo-benefício, promovendo maior precisão e economia no abastecimento de água. A relevância deste estudo reside em demonstrar os benefícios práticos da substituição dos métodos manuais pelo sistema automatizado, com foco na aplicabilidade da boia elétrica em instalações prediais.

(Metodologia) A metodologia empregada é de natureza aplicada e quantitativa, comparando a eficácia do sistema automatizado com a operação manual. O estudo estruturou-se em três etapas: 1) Descrição da concepção e do funcionamento do circuito de automação, baseado na atuação da boia elétrica como interruptor para chavear o contator, garantindo o desligamento no nível máximo (controle) e no nível mínimo da cisterna (proteção contra funcionamento a seco); 2) Modelagem de um caso prático de sistema de abastecimento para uma edificação residencial de 6 kitnets, incluindo o dimensionamento dos reservatórios (Vsuperior = 1.000 L; Vcisterna = 2.000 L); e 3) Dimensionamento e cálculo das grandezas principais, como a Altura Manométrica (12 m.c.a) e a Potência da Bomba (1/2 HP), para validar a viabilidade técnica e econômica da solução proposta.

(Resultados) O dimensionamento para a edificação de 6 kitnets demonstrou a viabilidade técnica da solução, especificando uma bomba de 1/2 HP para operar com uma vazão de 1,0m3/h e Altura Manométrica de 12m.c.a. Os resultados da discussão confirmaram que o sistema automatizado, baseado na lógica “AND” com contatos Normalmente Fechados (NF) das boias (Bcisterna E Bcaixa), garante o intertravamento de segurança e a otimização da operação. Esta abordagem elimina falhas humanas, assegura a proteção da bomba contra o funcionamento a seco e previne transbordamentos. A eficácia da automação traduz-se em significativa economia de energia elétrica (CREDER, 2016) por eliminar ciclos ociosos e na efetiva prevenção de desperdício de água, contribuindo diretamente para a sustentabilidade e conformidade com a NBR 5626 (ABNT, 1998).

(Conclusão) O estudo confirma que a automação do abastecimento por meio de boias elétricas é uma solução altamente eficiente, simples e sustentável para a gestão de recursos em edificações, demonstrando superioridade em relação ao acionamento manual. A precisão no controle de nível gera benefícios ambientais e econômicos, como a redução do desperdício de água e a economia de energia elétrica pela otimização dos ciclos da bomba. A solução, que integra com sucesso a Hidráulica e a Eletrotécnica, é acessível, de baixo custo (estimado entre R$ 400,00 e R$ 720,00 apenas para os componentes elétricos/eletromecânicos) e de rápida amortização, posicionando a boia elétrica como uma estratégia fundamental para a racionalização e sustentabilidade das instalações prediais.

Palavras-chave: Boia Elétrica. Eficiência Energética. Sustentabilidade.

BARRAS DE FIBRA DE CARBONO E BARRAS DE FIBRA DE VIDRO

Autor(es):
Déborah de Figueiredo Teixeira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Jamilly Regina Moura Costa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Mycaelle Cristina Silva dos Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O uso de materiais na engenharia civil tem se expandido de forma significativa, principalmente como alternativa ao aço em estruturas de concreto armado. Dentre esses materiais, destacam-se as barras de fibra de vidro (GFRP) e as barras de fibra de carbono (CFRP), que oferecem elevada resistência à tração, baixo peso específico e excelente resistência à corrosão. Essas propriedades tornam os compósitos ideais para ambientes agressivos, como regiões costeiras e industriais. Segundo DeFreese e Roberts-Wollmann (2002), o emprego dessas barras visa aumentar a durabilidade das estruturas e reduzir custos de manutenção, substituindo as armaduras metálicas tradicionais em locais sujeitos à deterioração precoce.

(Metodologia) A pesquisa baseou-se em uma revisão bibliográfica e documental de artigos científicos, normas técnicas e revisões de literatura publicadas entre 2018 e 2025, com foco em estudos experimentais sobre o desempenho mecânico, a durabilidade e o comportamento de aderência de barras de polímeros reforçados com fibras (FRP) em estruturas de concreto armado. Foram priorizados trabalhos que compararam barras de fibra de vidro (GFRP) e de fibra de carbono (CFRP) em condições reais de uso, estudos de corrosão e análises estruturais sob diferentes exposições. Além disso, o estudo contou com o apoio do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de um aluno de Engenharia Civil da UNI-RN, utilizado como referência complementar para reforçar a análise e a contextualização dos resultados encontrados na literatura.

(Resultados) As barras de CFRP apresentam maior resistência à tração e módulo de elasticidade, podendo ser até cinco vezes mais resistentes e duas vezes mais leves que o aço, além de excelente estabilidade térmica e baixa deformação sob carga. As barras de GFRP, embora menos resistentes, destacam-se pelo baixo custo e alta resistência à corrosão, sendo amplamente aplicadas em obras convencionais. Estudos recentes (2023-2025) mostraram que vigas armadas com GFRP apresentaram deslocamentos ligeiramente maiores, mas capacidade de carga similar às de aço. Outras pesquisas confirmaram a durabilidade superior das barras FRP em ambientes com alta salinidade e alcalinidade. Ensaios com reforço combinado (CFRP + wraps) demonstraram ganhos de até 95% na capacidade de flexão. Há também avanços no uso de nanotubos de carbono e aditivos nas resinas, que ampliam a resistência e a vida útil do material.

(Conclusão) As barras de fibra de carbono e de fibra de vidro representam uma alternativa tecnológica promissora para o reforço e a substituição do aço em estruturas de concreto armado. Suas propriedades mecânicas, leveza e imunidade à corrosão oferecem vantagens significativas em durabilidade e sustentabilidade. Contudo, o comportamento frágil, a limitação térmica e o custo inicial elevado ainda restringem seu uso em larga escala. O avanço das pesquisas, aliado à criação de normas nacionais, tende a consolidar o emprego dos materiais FRP na engenharia civil brasileira nas próximas décadas.

Palavras-chave: Compósitos estruturais. Concreto armado. Fibra de carbono. Fibra de vidro. Durabilidade.

CÁLCULO DO VENTO E ANÁLISE ESTRUTURAL DE GALPÕES METÁLICOS UTILIZANDO LINGUAGEM C

Autor(es):
Giuliano martins de melo filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
José Roberto Bezerra Barbosa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Pedro Dias Gurgel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Iago Davi Solano Borges: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Jonas Melo Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O dimensionamento de estruturas metálicas exige a consideração das ações do vento, conforme a NBR 6123:1988 – Forças Devidas ao Vento em Edificações. Essa norma orienta o cálculo das velocidades características, pressões dinâmicas e forças do vento em diferentes alturas e direções das edificações. O presente trabalho apresenta o desenvolvimento de um programa computacional em linguagem C que automatiza os cálculos da primeira etapa do projeto estrutural de um galpão metálico, permitindo sua aplicação a diversos projetos e facilitando o aprendizado dos estudantes de engenharia civil.

(Metodologia) O programa foi desenvolvido em linguagem C padrão, utilizando as bibliotecas para entrada e saída de dados e para funções matemáticas. O algoritmo inicia com a entrada dos parâmetros principais da NBR 6123: V0 (velocidade básica do vento), S1 (fator topográfico), S2 (fator de rugosidade e altura), S3 (fator estatístico) e variáveis b, Fr e p que caracterizam o terreno. A velocidade característica do vento (Vk) é calculada por: Vk=V0×S1×S2×S3 A pressão dinâmica (q) é obtida por: q=0.613×Vk2. O usuário informa os coeficientes de pressão externa (Cpe) de cada superfície. O programa então calcula as forças de vento (VE) multiplicando o Cpe corrigido por q e pela faixa de influência (li). Os cálculos são realizados para CPI = 0 e CPI = -0,3, resultando em oito valores de VE. O programa seleciona automaticamente o vento mais desfavorável em módulo. Em seguida, realiza-se a linearização das terças, determinando os valores de peso próprio (PPter), cobertura metálica (CPMter), sobrecarga (SCter) e vento (VE). A combinação última FD5 é dada por: FD5=1.25×PPter+1.25×CPMter+1.5×SCter+1.4×(0.6×VEmax) Por fim, a linearização é estendida aos pilares e treliças, considerando as diferentes alturas e direções (Z1, Z2 e Z3). Metodologia A metodologia baseia-se em modelagem computacional conforme as normas brasileiras, seguindo as etapas: Análise normativa: interpretação das expressões e parâmetros da NBR 6123 aplicáveis a galpões metálicos; Modelagem algorítmica: estruturação lógica do código, separando entrada, cálculos e saída; Implementação em C: tradução das equações em operações matemáticas; Validação numérica: comparação com cálculos manuais e planilhas; Generalização: adaptação do programa para diferentes dados e projetos. Essas etapas asseguraram que o código fosse confiável, genérico e aderente à norma, útil tanto em ambiente acadêmico quanto profissional.

(Resultados) O programa fornece como saída: Valores de S_2 em diferentes alturas; Velocidades do vento (Vk) e pressões dinâmicas (q); Coeficientes de pressão corrigidos (CP); Forças de vento (VE) para CPI = 0 e CPI = -0,3; Seleção automática do vento mais desfavorável; Cálculo final das combinações FD5 para terças, pilares e treliças.

(Conclusão) O programa atendeu plenamente aos objetivos propostos, automatizando os cálculos de vento em galpões metálicos com precisão e rapidez. O uso da linguagem C proporcionou eficiência e clareza, reduzindo erros e garantindo segurança estrutural. A implementação das etapas de linearização de terças, pilares e treliças reforça sua aplicabilidade prática, unindo conhecimentos de programação e engenharia estrutural. Assim, o trabalho contribui para o ensino e prática da engenharia civil, incentivando o uso da programação como ferramenta técnica de apoio.

Palavras-chave: NBR 6123; vento; pressão dinâmica; galpão metálico; programação em C; estruturas de aço; engenharia civil.

CÁLCULO PARA TRAÇÃO NO AÇO POR MEIO DE UM PROGRAMA EM LINGUAGEM C

Autor(es):
Renilson Fábio do Nascimento Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Aysla Mayara da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Lucas Gonçalves Cavalcanti: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Jorge Inacio de Souza Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
José Gilmar de carvalho Lopes filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O dimensionamento de elementos estruturais submetidos à tração é uma das etapas fundamentais no projeto de estruturas metálicas. A NBR 8800:2008 – Projeto de Estruturas de Aço e de Estruturas Mistas de Aço e de Concreto de Edifícios – estabelece critérios e equações para o cálculo das resistências de barras tracionadas, considerando os estados limites de escoamento da seção bruta e ruptura da seção líquida. Neste contexto, o uso de ferramentas computacionais permite automatizar esses cálculos, reduzindo erros e otimizando o tempo de projeto. Assim, desenvolveu-se um programa em linguagem C capaz de realizar o cálculo da resistência à tração de perfis de aço de acordo com a referida norma.

(Metodologia) O desenvolvimento do programa foi conduzido com base nos critérios estabelecidos pela NBR 8800/2008, considerando os estados limites de tração e as recomendações de esbeltez. A metodologia empregada consistiu na interpretação das expressões normativas e sua posterior tradução para um algoritmo por meio da linguagem C, utilizando uma estrutura simples de entrada e saída de dados. Durante o processo, foram realizadas análises e testes comparativos com resultados obtidos por métodos de cálculo manual, a fim de validar a precisão das fórmulas implementadas.

(Resultados) O programa desenvolvido apresentou resultados coerentes com os valores teóricos obtidos pelos métodos tradicionais de cálculo da NBR 8800/2008. Foram verificadas as resistências ao escoamento e à ruptura, a área líquida efetiva da seção e o índice de esbeltez da barra. Além disso, o sistema realiza a verificação automática de segurança, confirmando se o esforço solicitante está dentro dos limites de resistência do material. Os resultados demonstraram que o programa é confiável e bastante eficiente para aplicação em análises estruturais simples, oferecendo agilidade e precisão no processo do dimensionamento.

(Conclusão) A elaboração do programa para cálculo da tração no aço se prova como uma ferramenta prática e didática visando o dimensionamento de elementos tracionados em estruturas metálicas. O programa segue rigorosamente os critérios da NBR 8800/2008, considerando os dois estados limites últimos (escoamento e ruptura), tal como a limitação de esbeltez. Além de sua utilidade acadêmica, o programa pode ser aplicado em projetos reais de engenharia estrutural, servindo como base para softwares mais avançados de análise e dimensionamento. Conclui-se, portanto, que a utilização de programação no ensino e prática da engenharia estrutural contribui significativamente para a eficiência, precisão e compreensão dos processos normativos de dimensionamento.

Palavras-chave: Programa; aço; tração.

ENGENHARIA CIVIL: ÉTICA NA TEORIA VS. REALIDADE NA PRÁTICA | OS DESAFIOS DOS ENGENHEIROS NO BRASIL

Autor(es):
Emanuelly Cristina da Silva Oliveira: Discente do curso de do UNI-RN
Rebeca Adila Nogueira Medeiros: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Nalanda Lúcia Leonez da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Cauã Júlio Bezerra de Medeiros Rosa: Discente do curso de do UNI-RN
Sophia Victoria Martins e Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Principal: Informar o público sobre o que é a ética profissional na Engenharia Civil (Código do CONFEA/CREA) e contrastar com os desafios éticos reais enfrentados pelos profissionais no mercado de trabalho. Educar os profissionais sobre seus direitos e deveres previstos no Código de Ética. Conscientizar sobre a gravidade da baixa valorização profissional (salário) e suas consequências. Dar visibilidade às práticas antiéticas comuns (corrupção, uso de material ruim, assédio). Incentivar a denúncia de irregularidades e a busca por um ambiente de trabalho mais ético e seguro.

(Proposta do roteiro) Abertura : Apresentar o paradoxo: A engenharia constrói o futuro, mas está sob risco ético. Tópico 1: Resumo do Código de Ética (CONFEA/CREA): Atuar com honestidade, responsabilidade técnica, e o direito de recusa a serviços inseguros. Tópico 2: Contraste: Detalhamento dos problemas: 1) Salário abaixo do piso e desvalorização; 2) Pressão por corrupção/material ruim; 3) Assédio moral (prazos, ameaças); 4) Assédio sexual (cultura do silêncio). (Como as coisas são) Tópico 3: O que fazer: Denunciar ao CREA/Ministério do Trabalho; Conhecer e exigir o cumprimento do Código; O papel das empresas (códigos de conduta) e das universidades. Conclusão Reforço da mensagem: A dignidade da profissão exige ética e atitude. Chamada para a comunidade: Comente sua experiência e se inscreva no canal para mais debates!

(Efeitos esperados) Comportamentais: Aumento na consciência profissional sobre os limites éticos e o direito de dizer “não” a práticas irregulares. Incentivo à denúncia de irregularidades ao CREA ou órgãos competentes. Estímulo à busca pela remuneração justa (piso salarial). Educacionais: Esclarecimento sobre as diretrizes do Código de Ética do CONFEA/CREA. Criação de um ambiente de debate sobre a cultura de assédio e corrupção no setor.

ENSAIO DE COMPACTAÇÃO DE SOLO

Autor(es):
Carlos Weber da Cunha Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Luis Eduardo Barbosa de Azevedo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Lian Leite de Sousa Melo: Discente do curso de do UNI-RN
Jamilly Regina Moura Costa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo tem como objetivo demonstrar e explicar o processo de compactação do solo, um dos ensaios fundamentais da Mecânica dos Solos. Busca-se apresentar a importância desse procedimento para a engenharia civil, destacando como a compactação influencia diretamente na resistência, estabilidade e permeabilidade dos solos utilizados em fundações, aterros e pavimentações. O propósito é mostrar, de forma prática, como o ensaio permite determinar a relação entre o teor de umidade e o peso específico seco máximo, resultando na chamada curva de compactação.

(Proposta do roteiro) O roteiro foi estruturado de maneira didática e sequencial para um vídeo de aproximadamente três minutos. Na introdução, o apresentador contextualiza o conceito de compactação e sua aplicação nas obras geotécnicas. Em seguida, é exibida a preparação do solo e dos equipamentos, como o molde cilíndrico, o soquete e a balança de precisão. A parte central mostra a execução do ensaio, passo a passo: inserção do solo em camadas, número de golpes aplicados, determinação da umidade e cálculo do peso específico. Por fim, o vídeo apresenta a análise dos resultados e a construção do gráfico de compactação, destacando o ponto de umidade ótima e o peso específico máximo

(Efeitos esperados) Espera-se que o vídeo contribua para a compreensão prática do ensaio de compactação, facilitando a aprendizagem dos conceitos teóricos abordados em sala. Além disso, pretende estimular a observação crítica dos procedimentos laboratoriais, reforçando a importância da precisão, da padronização e da segurança durante a execução de experimentos geotécnicos.

ENSAIOS E APLICAÇÕES TÉCNICAS: GRANULOMETRIA E EQUIVALENTE DE AREIA

Autor(es):
Vitória Maria Gurgel Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Felipe Braga Brito de Macedo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Thalles Bezerra Rodrigues Marques: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Ismael Morais Silva de Paiva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Mecânica dos Solos é uma disciplina essencial na Engenharia Civil, pois trata da análise do comportamento dos solos frente às solicitações impostas pelas obras de infraestrutura. O conhecimento das propriedades físicas dos solos é indispensável para garantir segurança, estabilidade e eficiência em projetos de fundações, pavimentações, contenções e drenagens. Para isso, são realizados diversos ensaios laboratoriais que permitem caracterizar os solos de forma precisa. Entre os principais ensaios utilizados estão a Análise Granulométrica por Peneiramento e o Ensaio de Equivalente de Areia (EA). O primeiro determina a distribuição das partículas do solo em diferentes faixas de tamanho, enquanto o segundo avalia a quantidade de finos (silte e argila), indicando a “limpeza” do solo ou agregado. A combinação desses ensaios fornece informações fundamentais para a classificação geotécnica dos materiais e para sua aplicação adequada em obras de engenharia.

(Metodologia) A metodologia adotada envolve a realização de dois ensaios laboratoriais. O ensaio de granulometria por peneiramento consiste na passagem de uma amostra seca por uma série de peneiras com aberturas padronizadas, permitindo a quantificação das partículas retidas em cada faixa. Com esses dados, é possível construir a curva granulométrica e classificar o solo conforme normas técnicas, como a ABNT NBR 7181. Já o ensaio de equivalente de areia avalia a proporção de partículas arenosas em relação às frações finas (silte e argila), utilizando um processo de sedimentação em solução. O índice obtido indica a qualidade do solo para aplicações em camadas estruturais, especialmente em pavimentação. Para a realização dos ensaios, foram utilizados equipamentos como: quarteador, peneiras de diversos diâmetros, balança de precisão, agitador, espátulas, bandejas, cápsulas e outros instrumentos conforme especificado pelas normas NBR 6457 e NBR 7181.

(Resultados) Espera-se que os ensaios revelem a distribuição granulométrica da amostra e o índice de equivalente de areia, permitindo avaliar a adequação do solo para diferentes aplicações. Solos com boa distribuição de partículas e baixo teor de finos tendem a apresentar melhor desempenho em obras de pavimentação e fundações. Já materiais com alto teor de silte e argila podem exigir tratamentos ou substituições para garantir a estabilidade e durabilidade das estruturas.

(Conclusão) A caracterização do solo por meio dos ensaios de granulometria por peneiramento e equivalente de areia é fundamental para a engenharia civil, pois fornece informações técnicas essenciais para o uso adequado dos materiais em obras. A análise conjunta desses ensaios permite compreender tanto a distribuição das partículas quanto a influência dos finos no comportamento do solo. Com base nos resultados, é possível tomar decisões mais seguras e eficientes no planejamento e execução de projetos, contribuindo para a qualidade e longevidade das construções.

Palavras-chave: Mecânica dos Solos; Granulometria; Equivalente de Areia; Caracterização de Solos; Engenharia Civil; Fundações; Pavimentação; Contenção; NBR 7181; NBR 6457

ESTUDO DE ALVENARIA ESTRUTURAL: TIPOS, PROPRIEDADES, NOVAS TECNOLOGIAS E PATOLOGIAS

Autor(es):
João Pedro Maciel Cavalcante: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Ismael Morais Silva de Paiva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A alvenaria estrutural é um sistema construtivo que vem ganhando destaque no setor da construção civil por sua eficiência, economia e sustentabilidade. Diferente dos métodos convencionais, que utilizam pilares e vigas para suportar as cargas da edificação, esse sistema emprega blocos modulares, de concreto ou cerâmicos, unidos por argamassa, formando paredes que desempenham simultaneamente as funções de vedação e estrutura. Essa característica confere à alvenaria estrutural uma capacidade notável de suportar cargas verticais e horizontais, distribuindo-as uniformemente até as fundações. Com a crescente demanda por construções mais rápidas, econômicas e ambientalmente responsáveis, a alvenaria estrutural se apresenta como uma solução viável para edificações de pequeno e médio porte, especialmente em projetos residenciais e habitacionais. Além de reduzir o uso de materiais como aço e madeira, o sistema permite maior racionalização do processo construtivo, minimizando desperdícios e otimizando o tempo de execução.

(Metodologia) A abordagem metodológica consiste em uma análise técnica e comparativa dos elementos que compõem a alvenaria estrutural. Inicialmente, são definidos os conceitos fundamentais do sistema, diferenciando-o da alvenaria de vedação. Em seguida, são descritos os principais tipos de alvenaria estrutural, armada, não armada, com blocos de concreto e cerâmicos, e suas características específicas. Também são abordadas as propriedades físicas e mecânicas relevantes, como resistência à compressão, aderência entre os materiais, isolamento térmico e acústico, durabilidade e resistência ao fogo. Por fim, são exploradas as inovações tecnológicas e os métodos construtivos tradicionais e modernos, além de uma análise comparativa com outros sistemas.

(Resultados) Espera-se que este estudo contribua para a compreensão das vantagens e limitações da alvenaria estrutural, destacando sua eficiência, sustentabilidade e viabilidade econômica. A análise dos diferentes tipos de blocos e métodos construtivos deve evidenciar como a escolha adequada dos materiais e técnicas pode impactar diretamente na qualidade, durabilidade e desempenho da edificação. Além disso, a identificação das principais patologias e suas causas permitirá uma melhor prevenção e controle de falhas durante a execução. A comparação com sistemas convencionais de vedação e concreto armado também deve reforçar os benefícios da alvenaria estrutural em projetos padronizados e de médio porte.

(Conclusão) A alvenaria estrutural se mostra como uma alternativa eficiente e sustentável aos sistemas convencionais, especialmente em construções de até quatro pavimentos. Sua capacidade de unir função estrutural e vedação em um único elemento proporciona economia, rapidez e menor geração de resíduos. As inovações tecnológicas, como blocos modulares de alta precisão e o uso de BIM, ampliam ainda mais seu potencial. No entanto, para garantir o desempenho adequado, é essencial um projeto bem elaborado, controle rigoroso na execução e mão de obra qualificada. A escolha entre alvenaria estrutural e outros sistemas deve considerar critérios como custo, flexibilidade, conforto térmico e exigências estruturais.

Palavras-chave: Alvenaria Estrutural; Blocos de Concreto; Blocos Cerâmicos; Sistema Construtivo; Resistência à Compressão; Graute; Armadura; Sustentabilidade; Patologias; BIM

ESTUDO DE MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS ASSOCIADAS À FALTA DE COBRIMENTO DAS ARMADURAS

Autor(es):
Iris de Souza Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Pedro Dias Gurgel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Natália de Medeiros Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Vanessa Fonteles Ferreira de Morais: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Ianka Jayane Cecília Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Caroline Galvão Toscano: Docente do UNI-RN

(Introdução) O concreto e o aço são materiais amplamente utilizados em obras de diferentes portes e finalidades. A junção dos dois materiais reúne a capacidade de resistir a esforços de compressão do concreto e a excelente resistência à tração do aço, tornando o concreto armado essencial para a concepção de estruturas seguras, econômicas e duráveis. No entanto, sua grande utilização exige atenção redobrada quanto à sua qualidade e ao cumprimento das normas técnicas. Dentre os procedimentos, um dos mais determinantes é o posicionamento das armaduras, visto que elas devem ser posicionadas de modo a garantir o cobrimento necessário para preservação da estrutura como um todo, sendo esta espessura de concreto em volta da armadura definida de acordo com o ambiente no qual se encontra. A negligência quanto a relevância desse procedimento pode dar origem a manifestações patológicas, que prejudicam a segurança e a usabilidade das estruturas de concreto armado, que serão o foco deste estudo.

(Metodologia) A presente pesquisa é uma revisão bibliográfica, realizada com base na visão de SOUZA (1998), MEHTA (2008) e da NBR 6118. Nela, daremos destaque às manifestações patológicas resultantes da falha nas técnicas de recobrimento em estruturas de concreto armado, seja ela viga, laje ou pilar.

(Resultados) Souza e Ripper (1998), revelam que a deterioração não é um evento isolado, mas um processo complexo influenciado por diversas causas, desde a concepção até a utilização da estrutura. Entre as falhas de execução mais comuns destacam-se o cobrimento de concreto insuficiente, o mal posicionamento das armaduras e a deficiência na qualidade do concreto. A falta ou presença inadequada de cobrimento causa patologias associadas à deterioração como a fissuração, desagregação, desplacamento do concreto, corrosão das armaduras, carbonatação e ataques por cloretos. O presente trabalho visa responder a questão central sobre quais são as principais patologias que acometem as estruturas de concreto e como estas impactam a durabilidade e a segurança estrutural. O estudo confirmou a necessidade de atenção que o cobrimento de armaduras de aço solicita, e o seu desempenho fundamental na proteção do aço, atuando como uma barreira física e química contra os agentes agressivos.

(Conclusão) Portanto, conclui-se que existe uma relação direta entre a falta de cobrimento adequado e a redução da vida útil das estruturas de concreto armado, evidenciando que as manifestações patológicas não influenciam apenas esteticamente, mas também, na segurança da estrutura, provocando custos elevados no reparo. Por fim, destaca-se a prevenção como melhor alternativa perante a remediação.

Palavras-chave: Concreto. Armaduras. Cobrimento. Patologia.

GOOGLE ACADÊMICO COMO FONTE DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

Autor(es):
Carlos Weber da Cunha Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Pedro Lourenço Bulhões Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo tem como objetivo analisar criticamente o Google Acadêmico como fonte de informação científica, destacando seus benefícios, limitações e a importância de seu uso responsável no contexto das pesquisas acadêmicas. Busca-se compreender até que ponto essa ferramenta, amplamente utilizada desde 2004, pode ser considerada confiável quando comparada a bases tradicionais como a Web of Science e a Scopus. O foco está em avaliar sua cobertura, a qualidade dos dados e metadados, e a adequação de seu uso em processos de avaliação científica.

(Proposta do roteiro) A proposta do roteiro é apresentar o conteúdo de forma dinâmica, com dois apresentadores que se alternam na exposição. O primeiro introduz o tema, contextualizando o surgimento e a popularidade do Google Acadêmico, além de levantar as questões centrais do estudo. O segundo apresentador aprofunda a análise com base em pesquisas recentes, mostrando que o Google Acadêmico recupera grande parte das citações presentes em outras bases e oferece acesso mais amplo, especialmente nas Ciências Humanas e Sociais. Entretanto, são discutidos os problemas de padronização, erros de metadados e possíveis manipulações de perfis, que comprometem sua confiabilidade em avaliações quantitativas.

(Efeitos esperados) Espera-se que o vídeo contribua para sensibilizar estudantes, professores e pesquisadores quanto ao uso crítico do Google Acadêmico. A intenção é promover práticas mais conscientes de busca e citação, fortalecendo a competência informacional do público acadêmico. Assim, o vídeo busca evidenciar que, embora o Google Acadêmico seja uma ferramenta acessível e democratizadora do conhecimento, seu uso deve sempre ser acompanhado de análise criteriosa e complementação com outras bases de dados científicas.

IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTAS PRÉ-MOLDADAS

Autor(es):
Vitória Maria Gurgel Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Rebeca Adila Nogueira Medeiros: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Cauã Júlio Bezerra de Medeiros Rosa: Discente do curso de do UNI-RN

Orientador(es):
Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A impermeabilização é uma etapa essencial na construção civil, responsável por proteger as estruturas contra a ação da água e da umidade, fatores que podem comprometer a durabilidade, segurança e funcionalidade das edificações. A presença de infiltrações, além de causar danos aos materiais, pode gerar patologias estruturais e elevar os custos de manutenção ao longo do tempo. Entre os diversos sistemas impermeabilizantes disponíveis, destacam-se as mantas pré-moldadas, que são produtos industrializados aplicados sobre superfícies para formar uma barreira contínua e estanque. Essas mantas oferecem alto desempenho e confiabilidade, especialmente em obras de médio e grande porte. Duas das mantas mais utilizadas atualmente são as de PEAD (Polietileno de Alta Densidade) e EPDM (Etileno-Propileno-Dieno Monômero). Ambas apresentam características distintas que as tornam adequadas para diferentes tipos de aplicação, como fundações, reservatórios, coberturas e áreas sujeitas a movimentações estruturais.

(Metodologia) A abordagem metodológica consiste na análise técnica dos dois principais tipos de mantas pré-moldadas: PEAD e EPDM. São descritas suas composições, formas de aplicação, áreas de uso e desempenho frente a agentes externos. A manta de PEAD, aplicada por soldagem térmica, é indicada para obras de contenção e ambientes agressivos, enquanto a manta de EPDM, aplicada por colagem, é recomendada para coberturas e estruturas sujeitas a movimentações. A comparação entre os dois sistemas é feita com base em critérios como flexibilidade, resistência química, durabilidade, custo e aderência ao substrato. A análise também considera os desafios de instalação e a disponibilidade de mão de obra especializada.

(Resultados) Espera-se que este estudo evidencie as vantagens das mantas pré-moldadas como soluções modernas e eficazes para impermeabilização. A manta de PEAD deve se destacar pela sua alta resistência química e durabilidade em ambientes agressivos, enquanto a manta de EPDM deve mostrar superioridade em flexibilidade e facilidade de aplicação em áreas expostas. A comparação entre os dois sistemas permitirá compreender melhor suas aplicações ideais, contribuindo para decisões técnicas mais assertivas em projetos de engenharia civil. Além disso, o trabalho busca reforçar a importância da impermeabilização como fator determinante para a longevidade das construções.

(Conclusão) A impermeabilização com mantas pré-moldadas representa uma solução eficiente e durável para proteger estruturas contra a ação da água e da umidade. As mantas de PEAD e EPDM, embora distintas em composição e aplicação, oferecem alto desempenho e confiabilidade. O PEAD é ideal para obras que exigem resistência química e estanqueidade total, enquanto o EPDM é mais indicado para áreas sujeitas a movimentações e exposição direta ao clima. A escolha entre os dois sistemas deve considerar as características da obra, o tipo de fluido a ser contido, o ambiente de aplicação e os recursos disponíveis. Com o avanço da tecnologia, esses materiais têm se consolidado como alternativas sustentáveis e de alto valor técnico na construção civil.

Palavras-chave: Impermeabilização; Mantas Pré-Moldadas; PEAD; EPDM; Construção Civil; Estanqueidade; Flexibilidade; Durabilidade; Soldagem Térmica; Colagem com Adesivo

INFLAÇÃO

Autor(es):
Carlos Weber da Cunha Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo tem como principal objetivo apresentar o conceito de inflação, um dos fenômenos econômicos mais relevantes para a sociedade. A intenção é proporcionar uma compreensão ampla e atualizada sobre o tema, facilitando o entendimento de como ele afeta diretamente o dia a dia das pessoas, desde o preço de produtos básicos até decisões de política econômica. O conteúdo foi pensado para servir tanto como recurso educativo quanto como base para discussões em sala de aula, oferecendo uma abordagem teórica com exemplos práticos. Além disso, o vídeo pretende despertar o interesse dos estudantes pela economia, estimulando a análise crítica e o acompanhamento de indicadores econômicos, como o IPCA. Ao final, o espectador deve estar apto a identificar as principais causas da inflação, seus impactos e a importância do controle desse fenômeno para o equilíbrio da economia.

(Proposta do roteiro) O vídeo segue uma estrutura direta e bem organizada. Inicia com uma breve introdução sobre a relevância do tema na atualidade. Em seguida, é apresentada a definição de inflação, com um exemplo simples que facilita o entendimento. Depois, o vídeo explora as principais causas do fenômeno: inflação de demanda, inflação de custos e inflação inercial. Em cada uma delas, são citados exemplos do cotidiano para tornar o conteúdo mais concreto. Na sequência, são discutidos os efeitos da inflação na vida das famílias, nas empresas e na política econômica. A parte final traz dados atualizados sobre a inflação no Brasil, com base no IPCA de 2024 e as projeções para 2025.

(Efeitos esperados) Espera-se que, após assistir ao vídeo, o público desenvolva uma compreensão sólida sobre a inflação e suas implicações econômicas e sociais. O conteúdo busca ajudar o espectador a relacionar os conceitos apresentados com situações reais, como a variação de preços, decisões de consumo e comportamento do mercado. Além disso, pretende incentivar o pensamento crítico sobre o papel das políticas públicas e das decisões do Banco Central no controle da inflação. Como resultado, o vídeo se propõe a ser uma ferramenta útil para estudantes, professores e demais interessados em compreender melhor o cenário econômico brasileiro.

INFLUÊNCIA DA CARBONATAÇÃO NA PERDA DE ADERÊNCIA AÇO-CONCRETO EM ESTRUTURAS ANTIGAS

Autor(es):
Pedro Henrique do Vale Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Pedro Lourenço Bulhões Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo tem como objetivo explicar o fenômeno da carbonatação e seus impactos na aderência aço-concreto em estruturas antigas, destacando causas, consequências e estratégias de prevenção.

(Proposta do roteiro) A proposta do roteiro é dividir a apresentação entre dois participantes, garantindo uma exposição técnica, mas acessível. O primeiro apresentador introduz o tema, descrevendo o processo químico da carbonatação, seus efeitos sobre o pH do concreto e a consequente corrosão das armaduras. Ele também contextualiza a relevância do tema para a engenharia civil, especialmente no caso de edificações antigas, onde a perda de aderência pode comprometer a integridade estrutural. O segundo apresentador aprofunda a discussão, apresentando os principais resultados da pesquisa bibliográfica. São abordadas evidências experimentais de que a carbonatação pode reduzir em até 50% a aderência entre o aço e o concreto, bem como as técnicas de recuperação e mitigação “incluindo o uso de materiais pozolânicos, argamassas especiais e revestimentos que reduzem a penetração do CO”. O roteiro busca unir clareza conceitual e relevância prática, transmitindo ao público a importância de compreender o fenômeno para o planejamento de manutenções e reabilitações estruturais.

(Efeitos esperados) Aumentar a conscientização sobre o impacto da carbonatação na durabilidade das estruturas; Estimular boas práticas de conservação e inspeção; Valorizar o papel da engenharia preventiva na preservação do patrimônio construído. Ao final, o vídeo reforça que a prevenção é o caminho mais eficiente para garantir a segurança e a longevidade das estruturas de concreto armado.

INFLUÊNCIA DA ORIENTAÇÃO TOPOGRÁFICA E DAS ESQUADRIAS NO DESEMPENHO TÉRMICO E HÍDRICO DE EDIFICAÇÕES

Autor(es):
Paulo César Maia de Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Gabriel do Nascimento Bezerra: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Rafael Brito de Figueiredo Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Igor Julio de Assis Barbosa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Ariadne Souza Silva: Docente do UNI-RN
Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN
Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A busca por eficiência energética e hídrica nas edificações tem se intensificado diante das exigências de sustentabilidade na construção civil. Nesse contexto, o posicionamento topográfico e o dimensionamento das esquadrias assumem papel estratégico no controle térmico e na gestão da água. A orientação solar determinada pela topografia influencia diretamente a incidência de radiação e ventilação natural, enquanto o correto projeto das esquadrias condiciona a entrada de luz, calor e ventilação cruzada. Ao mesmo tempo, a declividade e as cotas topográficas interferem na eficiência dos sistemas hidrossanitários, impactando o consumo e o escoamento das águas pluviais e servidas.

(Metodologia) Este estudo foi realizado através do levantamento bibliográfico em bancos de pesquisas científicos, onde foram selecionados artigos científicos, que abrangem os assuntos de sustentabilidade, eficiência energética, topografia, instalações hidrossanitárias e industrialização na construção civil.

(Resultados) A topografia define a orientação do terreno em relação aos pontos cardeais, o que afeta a exposição solar, a direção dos ventos dominantes e o comportamento térmico das fachadas. Além do aspecto térmico, a morfologia topográfica influencia diretamente o escoamento superficial da água da chuva, interferindo nas cotas de drenagem e na disposição das instalações hidrossanitárias. Assim, o levantamento topográfico preciso, associado a modelos digitais do terreno, permite planejar sistemas hidráulicos mais eficientes, evitando sobrecargas e alagamentos. Ferramentas de modelagem como BIM e modelos digitais de elevação (MDE) viabilizam a análise integrada da topografia com o comportamento térmico e hídrico do edifício, permitindo decisões de projeto mais assertivas e sustentáveis. Nesse sentido, as esquadrias representam o principal ponto de troca térmica e de ventilação entre o ambiente interno e externo. Seu dimensionamento, orientação e materialidade influenciam diretamente o conforto térmico, a iluminação natural e o consumo energético. Do ponto de vista hídrico, o correto detalhamento das esquadrias é crucial para garantir estanqueidade à água. Em terrenos de maior declividade, o impacto das chuvas direcionadas pelo relevo exige sistemas de drenagem complementares (pingadeiras, calhas e rufos), diretamente relacionados ao projeto hidrossanitário. As novas tecnologias de esquadrias inteligentes, com vidros de controle solar, sensores automáticos e sistemas de ventilação adaptativa, representam avanços significativos no equilíbrio entre conforto, economia e sustentabilidade. Além disso, o uso do BIM e de simulações termoenergéticas integradas tornou-se fundamental para avaliar o comportamento térmico e hídrico das edificações ainda na fase de projeto. A integração entre os modelos topográficos, arquitetônicos e hidrossanitários permite detectar interferências e otimizar o desempenho energético global. Além disso, tecnologias emergentes como o Digital Twin (gêmeo digital) possibilitam o monitoramento em tempo real do consumo de energia e água, associando o desempenho operacional à geometria do terreno e à configuração das esquadrias. A industrialização dos componentes construtivos, aliada à precisão topográfica e ao uso de materiais de alto desempenho, fortalece o conceito de construção sustentável e inteligente.

(Conclusão) A análise integrada entre orientação topográfica e esquadrias evidencia sua influência direta no desempenho térmico e hídrico das edificações. O controle da insolação, da ventilação natural e da drenagem depende de decisões projetuais baseadas em dados topográficos precisos e em soluções construtivas bem detalhadas. Com o apoio das tecnologias digitais, como BIM, simulações computacionais e sistemas inteligentes, torna-se possível projetar edificações mais eficientes, confortáveis e sustentáveis, reduzindo impactos ambientais e custos operacionais. Conclui-se, portanto, que a integração entre topografia, esquadrias e instalações hidrossanitárias deve ser considerada desde as fases iniciais do projeto, consolidando uma abordagem multidisciplinar essencial à modernização da construção civil.

Palavras-chave: Topografia; Esquadrias; Desempenho térmico; Eficiência hídrica; Construção sustentável

INTEGRAÇÃO BIM/TOPOGRAFIA VIA AUTODESK REVIT PARA OTIMIZAÇÃO VOLUMÉTRICA E CONFORMIDADE LEGAL EM OBRAS PÚBLICAS

Autor(es):
Cauã Gustavo Xavier de Holanda Cavalcante: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Evellyne Polyanna Mendes Gomes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Valéria Cristina dos Santos Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Matheus Vinicius Silva Torres: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Wislley Moreira dos Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN
Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A indústria da Construção Civil está em transição do CAD para o Building Information Modeling, impulsionada pela busca por precisão e previsibilidade. Este estudo foca na integração da Topografia no software Autodesk Revit como solução estratégica para otimizar a fase inicial de obras públicas. No Brasil, esta integração é um requisito de conformidade legal, dada a obrigatoriedade do BIM (Decretos nº 10.306/2020 e nº 11.888/2024) e a demanda da Nova Lei de Licitações por alta previsibilidade e redução de custos. A falha na representação 2D, que impede o cálculo volumétrico exato, é uma ineficiência sistêmica que se opõe diretamente aos princípios de transparência e governança exigidos pela legislação.

(Metodologia) A metodologia tem caráter exploratório e analítico-conceitual, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental para avaliar o valor estratégico da integração BIM-Topografia no contexto brasileiro. A primeira etapa consistiu na revisão aprofundada da literatura sobre BIM e na análise documental da legislação. Em seguida, o estudo concentrou-se na análise conceitual da ferramenta Autodesk Revit como materialização do BIM, descrevendo o funcionamento dos elementos-chave (Topography e Building Pad), para evidenciar como esses objetos transformam o dado topográfico (pontos XYZ) em informação estratégica (volume 5D), superando as limitações do desenho 2D. Por fim, a discussão foi direcionada para o impacto da precisão volumétrica na Engenharia de Custos e na agenda ESG, sustentando a tese através da argumentação acadêmica e legal.

(Resultados) Os resultados conceituais demonstram que a integração BIM gera ganhos estratégicos, legais e financeiros, eliminando a falha interpretativa endêmica do processo 2D. O modelo 3D do terreno no Revit atua como um validador informacional geométrico, detectando precocemente conflitos de cota e inadequações de implantação. Essa mitigação de riscos evita aditivos contratuais e retrabalho, alinhando-se à Governança e à Lei de Licitações (BRASIL, 2021). A otimização volumétrica resultante, que facilita o equilíbrio de massas, contribui para a sustentabilidade (ESG), pois reduz o transporte de material excedente e minimiza a emissão de CO_2?.

(Conclusão) A integração BIM-Topografia, materializada pelo Autodesk Revit, estabelece um novo paradigma informacional e estratégico para a gestão do terreno. O modelo 3D é um objeto paramétrico e colaborativo que atende a exigências técnicas, legais e de responsabilidade socioambiental, superando as falhas do fluxo 2D. Ao proporcionar um planejamento de terraplanagem otimizado e transparente, essa abordagem mitiga riscos de inconsistência geométrica e alinha o projeto com a Estratégia BIM. A eficácia da integração se manifesta na Governança e na Sustentabilidade. Portanto, a adoção desse fluxo de trabalho é essencial para conferir o rigor técnico e a transparência gerencial necessários para a execução eficiente e legalmente auditável de empreendimentos públicos.

Palavras-chave: Building Information Modeling (BIM). Topografia. Autodesk Revit. Obras Públicas. BIM 5D. Lei de Licitações.

LIMITES DA REGRESSÃO LINEAR SIMPLES NA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DE ALTO PADRÃO: ESTUDO EM CONDOMÍNIOS DA GRANDE NATAL/RN

Autor(es):
Emanuelly Cristina da Silva Oliveira: Discente do curso de do UNI-RN
Déborah de Figueiredo Teixeira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Nalanda Lúcia Leonez da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Mycaelle Cristina Silva dos Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Sophia Victoria Martins e Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho explora a aplicabilidade e as limitações de um modelo estatístico básico (Regressão Linear Simples - RLS) na avaliação de imóveis de alto padrão, um segmento notório por sua complexidade e pela influência de variáveis subjetivas. O estudo foca em casas localizadas em condomínios na Grande Natal/RN, questionando até que ponto a área construída (m2) isoladamente, consegue explicar o preço de oferta (R$) de forma satisfatória para os propósitos de uma análise introdutória.

(Metodologia) A base de dados foi montada a partir de anúncios públicos de casas em condomínios fechados na Grande Natal, registrando área construída (m2) e preço (R$). Empregou-se IA (ChatGPT) como ferramenta assistiva para (1) otimizar a varredura e organização da planilha de dados (amostra) e (2) auxiliar na definição de um imóvel-alvo (429 m2) representativo do perfil alto (ex: 4 suítes, área gourmet, piscina). Os autores realizaram a curadoria de todos os dados e definiram os critérios de inclusão na amostra. A IA não teve papel decisório ou analítico. Com a amostra validada, procedeu-se ao ajuste da RLS, focando não apenas nos coeficientes, mas também na análise visual da dispersão dos resíduos.

(Resultados) O ajuste indicou R$ 11.200/m2. Para o imóvel-alvo de 429 m2, o preço estimado pelo modelo foi de R$ 4,8 milhões, um valor compatível com a ordem de grandeza dos anúncios reais. Contudo, como esperado para este segmento, observou-se uma dispersão (variância) significativamente maior em torno da reta de regressão. Isso indica que, embora a área ainda seja um preditor relevante, variáveis omitidas (como padrão de acabamento, projetos de automação, sustentabilidade e lazer privativo) têm um peso substancial no preço final, algo que um modelo RLS não captura.

(Conclusão) No segmento de alto padrão, a RLS cumpre a função didática de fornecer uma estimativa de base e identificar o R$/m2 médio. No entanto, sua limitação em explicar a variabilidade total dos preços torna-se evidente. O estudo conclui que, para avaliações de maior precisão neste nicho, seriam necessários modelos multivariados. O uso assistivo da IA foi eficaz para a organização dos dados, mantendo a integridade acadêmica e a autoria analítica totalmente sob responsabilidade dos pesquisadores.

Palavras-chave: Regressão linear simples. Alto padrão. Condomínio. Limitações do modelo. Avaliação de imóveis.

LINEARIZAÇÃO E COMBINAÇÕES DE CARREGAMENTOS EM ESTRUTURAS DE AÇO

Autor(es):
Pedro Henrique do Vale Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
João Victor Araujo de Miranda: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) As estruturas de aço destacam-se na engenharia civil por sua alta resistência, precisão dimensional e rapidez de montagem. Para garantir segurança e eficiência, é essencial compreender como as ações (ou carregamentos) atuam e se combinam sobre os elementos estruturais. Essas ações podem ser permanentes, como o peso próprio, ou variáveis, como vento e sobrecargas de uso. A correta combinação desses carregamentos, conforme as normas NBR 8800:2008 e NBR 6123:1998, assegura que a estrutura suporte as condições mais críticas sem risco de colapso. Neste contexto, o trabalho apresenta o conceito de linearização de ações e combinações de carregamentos em estruturas de aço, aplicando esses princípios em um programa em linguagem C, capaz de realizar automaticamente os cálculos de forma prática e didática.

(Metodologia) Foram considerados os principais tipos de carregamentos que atuam em um galpão metálico simples, segundo normas brasileiras: Peso próprio (PP): da estrutura principal; Carga permanente metálica (CPM): elementos secundários como telhas e travessas; Carga permanente não metálica (CP): materiais como isolamentos e forros; Sobrecarga (SC): de uso na cobertura; Vento (VE): forças de sucção e sobrepressão conforme a NBR 6123:1998. Para automatizar os cálculos, foi desenvolvido um programa em C. O usuário informa os valores das cargas e a faixa de influência (Li) em kN/m² e metros. O programa realiza a linearização das ações, multiplicando cada carga por Li e convertendo os resultados em carregamentos lineares (kN/m). Em seguida, o programa calcula as seis combinações últimas normais previstas na NBR 8800:2008: FD1 = 1,25PP + 1,25CPM + 1,35CP; FD2 = 1,25PP + 1,25CPM + 1,35CP + 1,50SC; FD3 = 1,25PP + 1,25CPM + 1,35CP + 1,40VE; FD4 = 1,00PP + 1,00CPM + 1,00CP + 1,40VE; FD5 = 1,25PP + 1,25CPM + 1,35CP + 1,50SC + 1,40(0,6VE); FD6 = 1,25PP + 1,25CPM + 1,35CP + 1,40VE + 1,50(0,8SC). O programa compara os resultados e identifica qual combinação apresenta o maior carregamento total, ou seja, a situação mais crítica. O código segue a sequência: entrada, cálculo, comparação e saída de resultados, tornando-se ferramenta prática e didática.

(Resultados) A execução do programa fornece todos os valores linearizados e os resultados das seis combinações. Assim, o usuário pode observar como o acréscimo de diferentes ações (como vento ou sobrecarga) altera o valor total do carregamento resultante. O programa também destaca qual combinação gera o carregamento mais desfavorável, correspondente à situação de maior solicitação estrutural. Com isso, compreende-se de forma prática como a linearização simplifica o tratamento das ações e como as combinações de carregamentos são essenciais para a segurança estrutural conforme normas técnicas.

(Conclusão) O estudo das ações e combinações de carregamentos é fundamental no dimensionamento de estruturas de aço. A linearização transforma cargas distribuídas em valores lineares equivalentes, permitindo cálculos simples e precisos. Já as combinações asseguram a verificação da estrutura nas condições mais críticas de uso. O programa em C mostrou-se uma ferramenta eficiente e didática, automatizando cálculos normalmente feitos manualmente, reduzindo erros e economizando tempo. A integração entre teoria e prática por meio dos conceitos estruturais aplicados à programação, reforça o aprendizado e contribui para a formação de engenheiros mais preparados para o dimensionamento seguro e racional de estruturas metálicas.

Palavras-chave: Estruturas metálicas; Linearização de ações; Combinações de carregamentos; Programação em C.

NBR 7181-2016 SOLO: ANÁLISE GRANULOMÉTRICA POR PENEIRAMENTO

Autor(es):
Paulo César Maia de Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Gabriel do Nascimento Bezerra: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Rebeca Adila Nogueira Medeiros: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Igor Julio de Assis Barbosa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Cauã Júlio Bezerra de Medeiros Rosa: Discente do curso de do UNI-RN

Orientador(es):
Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A análise granulométrica é um dos ensaios mais importantes para entender as características de um solo. Ela permite identificar o tamanho e a proporção das partículas que o compõem, como pedregulhos, areias, siltes e argilas. Esses dados são fundamentais, pois influenciam diretamente o comportamento do solo em obras de engenharia, como fundações, pavimentação e contenções. De acordo com a NBR 7181:2016 – Solo: Análise Granulométrica por Peneiramento, o ensaio é realizado utilizando um conjunto de peneiras com aberturas padronizadas, onde a amostra de solo seca é agitada para separar suas partículas por tamanho. A partir disso, é possível montar uma curva granulométrica que representa a distribuição dos grãos. Esse procedimento auxilia o engenheiro a compreender melhor o tipo de solo com o qual está trabalhando, ajudando na escolha de técnicas de compactação, drenagem e estabilização adequadas para cada situação.

(Metodologia) 1. Separar e identificar a amostra de solo a ser analisada. 2. Caso a amostra apresente torrões e agregados, deve-se desagregá-los manualmente utilizando almofariz e mão de gral. 3. Utilizar um quarteador para reduzir a amostra a uma porção representativa, garantindo maior precisão nos resultados, utilizados de acordo com a NBR. 4. Pesar a amostra total a ser utilizada, certificando-se de que a balança esteja previamente zerada com o recipiente (tara). 5. Introduzir a amostra seca no conjunto de peneiras, que devem estar devidamente empilhadas em ordem decrescente de malha (da mais grossa para a mais fina) dependendo do mm da peneira. 6. Posicionar o conjunto de peneiras no agitador mecânico, ajustando corretamente para evitar perda de material. 7. Programar o agitador com o tempo (no caso 10m) e a intensidade de vibração adequada, conforme recomendações da norma ou prática do laboratório, conforme a foto mostrada abaixo. 8. Finalizado o tempo de agitação, retirar o conjunto de peneiras e desmontá-lo cuidadosamente. 9. Coletar, em recipientes limpos e identificados, a fração de solo retida em cada peneira; 10. Pesar separadamente o material retido em cada peneira, anotando os valores para posterior cálculo da porcentagem retida e passante.

(Resultados) O ensaio de granulometria por peneiramento teve como objetivo principal a separação das partículas sólidas presentes na amostra de solo, conforme suas diferentes dimensões. Para isso, foi utilizado um conjunto de peneiras com aberturas variando de 2,00 mm a 0,075 mm. Esse intervalo permitiu identificar e classificar as frações arenosas presentes, como areia fina, média e grossa. A areia fina compreende partículas com diâmetro entre aproximadamente 0,05 mm e 0,42 mm; já a areia média se encontra na faixa entre 0,42 mm e 2 mm; enquanto a areia grossa possui diâmetros que podem ultrapassar os 2 mm. A utilização adequada dessas peneiras possibilitou a triagem eficiente dos diferentes tamanhos de grãos presentes na amostra analisada.

(Conclusão) O ensaio de análise granulométrica por peneiramento, conforme a NBR 7181:2016, permitiu classificar as partículas do solo de acordo com seu tamanho, identificando as frações de areia fina, média e grossa, além de pedregulhos e partículas menores. A partir dos resultados, foi elaborada a curva granulométrica, essencial para compreender o comportamento do solo em obras de engenharia. O ensaio mostrou-se eficiente e indispensável para a caracterização do solo, fornecendo dados confiáveis que auxiliam no dimensionamento e na segurança de projetos geotécnicos.

Palavras-chave: Solo; Análise granulométrica; Peneiramento; NBR 7181:2016; Classificação do solo; Engenharia Geotécnica; Granulometria; Curva granulométrica; Areia fina; Areia média; Areia grossa; Caracterização do solo.

PERDA DE CARGA

Autor(es):
Carlos Weber da Cunha Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Giuliano martins de melo filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Luis Eduardo Barbosa de Azevedo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Pedro Henrique do Vale Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Pedro Lourenço Bulhões Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O principal objetivo deste trabalho é apresentar de forma clara e objetiva o conceito de perda de carga e sua importância nas disciplinas de Instalações Hidráulicas e Hidráulica e Hidrologia. Busca-se destacar como esse fenômeno influencia diretamente o desempenho e a eficiência de sistemas hidráulicos, tanto em edificações quanto em obras de infraestrutura hídrica. A intenção é proporcionar uma compreensão integrada e aplicada do tema, promovendo a interdisciplinaridade entre os conteúdos das duas áreas.

(Proposta do roteiro) O roteiro foi estruturado em cinco partes, com a participação de cinco apresentadores, cada um responsável por abordar um aspecto específico da perda de carga, dentro de um tempo estimado de 1 minuto por fala, totalizando 5 minutos de apresentação. O primeiro apresentador introduz o conceito de perda de carga. O segundo classifica os tipos (distribuída e localizada). O terceiro trata da aplicação em instalações hidráulicas prediais. O quarto explora o papel da perda de carga em sistemas de escoamento e drenagem. Por fim, o quinto apresentador reforça a importância do tema e conclui a apresentação. A proposta é garantir uma abordagem objetiva, didática e colaborativa.

(Efeitos esperados) Espera-se que, ao final da apresentação, os ouvintes compreendam o conceito de perda de carga e saibam diferenciar suas aplicações em contextos distintos da engenharia. O trabalho também visa demonstrar a relevância de considerar a perda de carga no planejamento de sistemas hidráulicos e hidrológicos, promovendo o uso eficiente dos recursos e a segurança das instalações. Além disso, a abordagem colaborativa pretende estimular o trabalho em equipe e o pensamento crítico dos estudantes.

PROCESSO DE PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DE UMA RODOVIA

Autor(es):
Carlos Weber da Cunha Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Thiago Amaral de Carli: Discente do curso de do UNI-RN

Orientador(es):
Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O principal objetivo deste vídeo é apresentar, de forma clara e didática, as etapas envolvidas na criação de uma rodovia, desde o planejamento inicial até a execução da obra. A proposta é tornar o conteúdo técnico mais acessível, auxiliando no aprendizado de estudantes da área de engenharia civil, especialmente na disciplina de Estradas. Além disso, o vídeo busca evidenciar como o planejamento detalhado e a execução correta influenciam diretamente na durabilidade, segurança e funcionalidade de uma rodovia. Outro objetivo é despertar o interesse pela infraestrutura de transportes, mostrando a importância das rodovias para o desenvolvimento econômico, a integração regional e a melhoria da mobilidade urbana e rural.

(Proposta do roteiro) O roteiro foi construído de forma simples e objetiva, com duração total de cinco minutos, sendo dividido igualmente entre dois apresentadores. A primeira metade do vídeo é dedicada ao planejamento da rodovia, abordando os estudos de viabilidade, análises técnicas (topográficas, geotécnicas, hidrológicas e de tráfego), licenciamento ambiental e elaboração do projeto executivo. Já a segunda parte trata da fase de construção, que inclui a preparação do terreno (terraplenagem), a pavimentação em camadas, a execução da drenagem, a implantação da sinalização e, por fim, a entrega da rodovia após testes e fiscalizações.

(Efeitos esperados) Espera-se que o vídeo proporcione aos alunos uma compreensão mais concreta e visual do processo de construção de uma rodovia. A ideia é reforçar os conteúdos vistos em sala de aula e mostrar como os conceitos teóricos se aplicam na prática. Além disso, o vídeo pode servir como material complementar em apresentações e trabalhos acadêmicos, incentivando a pesquisa, o interesse técnico e o olhar crítico sobre os desafios e responsabilidades da engenharia de transportes no Brasil.

PROJETO: PONTE DE MACARRÃO EM ARCO

Autor(es):
Carlos Weber da Cunha Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Cauã Gustavo Xavier de Holanda Cavalcante: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Ismael Morais Silva de Paiva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Pedro Lourenço Bulhões Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Matheus Vinicius Silva Torres: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN
Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Desde os tempos antigos, o ser humano constrói pontes utilizando materiais disponíveis, como madeira e pedras. Ao longo da história, essas estruturas passaram a representar não apenas meios de travessia, mas também símbolos de união e progresso, sendo vistas por muitos como verdadeiras obras-primas da engenharia. Com o avanço das técnicas construtivas, as pontes evoluíram de simples passagens de madeira para imponentes estruturas metálicas. Entre os diversos tipos de pontes desenvolvidos, destaca-se a ponte de treliça. Embora compartilhe semelhanças com as pontes de vigas “que possuem apoios nas extremidades” a ponte treliçada se diferencia por sua composição em treliças de madeira ou aço, que conectam os apoios e proporcionam maior resistência e estabilidade à construção. Inspirados por esses conceitos, foi idealizada uma competição de construção de pontes treliçadas utilizando macarrão tipo espaguete. Essa atividade permite aplicar na prática os conhecimentos adquiridos na disciplina de estabilidade.

(Metodologia) A competição será realizada em etapas. Primeiro, os alunos receberão instruções teóricas sobre os fundamentos das treliças, distribuição de cargas e comportamento dos materiais. Em seguida, serão organizados em grupos para projetar uma ponte treliçada com espaguete e cola. Cada grupo definirá o formato da treliça, os apoios e as conexões. Após a construção, as pontes serão testadas com cargas progressivas até a ruptura. Os resultados serão analisados em sala de aula, permitindo a comparação entre os projetos e a discussão sobre os acertos e melhorias possíveis.

(Resultados) Espera-se que os alunos consigam aplicar os conceitos de estabilidade estrutural de forma prática, construindo pontes que suportem cargas significativas. A diversidade de projetos deve refletir diferentes estratégias e níveis de desempenho. Além disso, a atividade deve estimular o engajamento dos estudantes, promover a colaboração entre os grupos e fortalecer a relação entre teoria e prática. Os testes de carga permitirão observar como as decisões de projeto influenciam diretamente na resistência da estrutura, oferecendo uma experiência de aprendizado rica e concreta.

(Conclusão) A competição representa uma oportunidade valiosa para os alunos vivenciarem os desafios da engenharia estrutural. Ao trabalhar com materiais simples e não convencionais, os participantes serão levados a aplicar conceitos teóricos em um contexto prático. A atividade promove o aprendizado ativo, a troca de experiências e o desenvolvimento de competências essenciais à formação profissional. Além disso, reforça a importância da análise estrutural e da precisão no planejamento, preparando os estudantes para situações reais da engenharia.

Palavras-chave: Engenharia Estrutural; Ponte Treliçada; Estabilidade das Estruturas; Resistência dos Materiais; Aprendizagem Ativa; Projeto Experimental; Macarrão Espaguete; Construção Civil; Teste de Carga; Treliça.

REABILITAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO COM CORROSÃO: TÉCNICAS E MATÉRIAS EMERGENTES

Autor(es):
Renilson Fábio do Nascimento Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Aysla Mayara da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Lucas Gonçalves Cavalcanti: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Jorge Inacio de Souza Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
José Gilmar de carvalho Lopes filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Caroline Galvão Toscano: Docente do UNI-RN

(Introdução) A principal razão para a deterioração das estruturas de concreto armado é a corrosão das armaduras, o que compromete sua durabilidade e segurança. Esse fenômeno acontece devido à infiltração de agentes corrosivos, como cloretos e dióxido de carbono, que diminuem a alcalinidade do concreto e favorecem a oxidação do aço. Como consequência, há a perda de aderência entre o concreto e a armadura, surgimento de fissuras e destacamento do recobrimento, elementos que podem afetar a estrutura de maneira significativa. Portanto, é essencial criar e implementar métodos de reabilitação que recuperem a integridade e aumentem a durabilidade das construções. O progresso tecnológico e o aumento da preocupação com a sustentabilidade estimulam estudos focados na melhoria de materiais e técnicas de construção, gerando soluções mais eficazes. Dessa forma, este estudo examina a investigação e implementação de novos materiais e tecnologias voltadas à reabilitação de estruturas de concreto danificadas pela corrosão, enfatizando seus avanços, potencial e relevância na engenharia civil.

(Metodologia) A abordagem utilizada fundamentou-se em estudos bibliográficos e comparativos, recorrendo a artigos científicos, normas técnicas e publicações recentes sobre o tema. Estudos que variam desde métodos convencionais de reparo até investigações voltadas para a criação de materiais de alta resistência, baixa permeabilidade e maior compatibilidade com o concreto foram analisados. A análise considerou critérios como eficácia na recuperação da capacidade estrutural, durabilidade contra corrosão, simplicidade na aplicação, viabilidade econômica e sustentabilidade. Também foram analisados estudos experimentais e casos práticos que avaliaram o desempenho de novos materiais e métodos sob diversas condições de exposição, com o objetivo de identificar padrões e resultados em obras reais.

(Resultados) A análise revelou que os métodos convencionais de reparo, apesar de serem amplamente utilizados, têm limitações uma vez que não tratam adequadamente as causas da corrosão, o que resulta em intervenções frequentes. Por outro lado, novos estudos mostram progressos importantes na criação de materiais mais eficientes, que podem restaurar o desempenho estrutural e resistir por mais tempo à ação de agentes nocivos. Esses materiais visam melhorar características como aderência, impermeabilidade, compa tibilidade química e resistência mecânica. Ademais, o uso de tecnologias de monitoramento e diagnóstico tem aumentado, possibilitando a avaliação em tempo real do estado das estruturas e a previsão de necessidades de intervenção, o que torna a manutenção mais precisa e econômica.

(Conclusão) A recuperação de estruturas de concreto armado danificadas pela corrosão das armaduras representa um desafio para a engenharia civil, demandando soluções que integrem desempenho técnico, durabilidade e sustentabilidade. As pesquisas focadas na criação de novos materiais e técnicas de reabilitação constituem um progresso significativo em comparação com os métodos tradicionais, proporcionando opções mais eficazes. A combinação de inovação tecnológica, expertise técnica e gestão de manutenção é fundamental para assegurar a segurança, eficácia e durabilidade das estruturas, além de fomentar práticas mais sustentáveis e economicamente vantajosas na indústria da construção civil.

Palavras-chave: Reabilitação; corrosão; concreto armado

CONCRETO LEVE CELULAR (CLC)

Autor(es):
Bernardo Araújo Brito de Barros: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Cleonilto Clemente Xavier Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Yago Gabriel Oliveira de Queiroz Soares: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
José Aquino Carvalho de Paula: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Concreto Leve Celular (CLC) é um material inovador que vem ganhando destaque na engenharia civil por sua leveza, eficiência térmica e sustentabilidade. Sua principal característica é a presença de microcélulas de ar distribuídas uniformemente na matriz cimentícia, o que reduz a densidade e melhora o desempenho térmico e acústico das edificações. Dependendo do processo de produção e da densidade final, o CLC pode ser utilizado para vedação, enchimento ou até mesmo como elemento estrutural moldado in loco, conforme as diretrizes da norma ABNT NBR 17071:2022. O desenvolvimento deste estudo justifica-se pela crescente necessidade de soluções construtivas sustentáveis, econômicas e de alto desempenho, que atendam às demandas da construção civil moderna.

(Metodologia) A metodologia empregada envolveu pesquisa bibliográfica e análise normativa, utilizando referências nacionais e internacionais sobre concretos celulares, além de um estudo de caso prático. Nesta etapa, foi simulada a aplicação do CLC em uma residência unifamiliar de dois pavimentos. Foram realizados cálculos comparativos de volume, massa, economia estrutural e desempenho térmico, confrontando os resultados obtidos com os de sistemas convencionais de alvenaria cerâmica. Também foram discutidos aspectos de controle tecnológico, como ensaios de densidade, resistência à compressão e absorção de água, que são fundamentais para o desempenho do material.

(Resultados) Os resultados do estudo mostraram que o uso do Concreto Leve Celular proporcionou uma redução aproximada de 10,8 toneladas na carga total das paredes da edificação simulada, o que representa uma economia significativa na estrutura e nas fundações. Além disso, o CLC apresentou melhor desempenho térmico, contribuindo para o conforto ambiental e a eficiência energética da construção. O material também demonstrou potencial para redução de custos com concreto e aço, e menor impacto ambiental devido à possibilidade de incorporar resíduos industriais como cinzas, escórias e sílica ativa. No entanto, observou-se que sua aplicação requer rígido controle técnico nas etapas de produção e cura, para evitar problemas como fissuras e absorção excessiva de umidade.

(Conclusão) Conclui-se que o Concreto Leve Celular representa uma solução construtiva viável, eficiente e sustentável para obras de pequeno e médio porte. Suas propriedades físicas e mecânicas, aliadas à leveza e à capacidade de isolamento térmico, tornam-no uma alternativa promissora aos sistemas convencionais de alvenaria. O estudo reforça a importância de ensaios laboratoriais e controle tecnológico contínuo para garantir o desempenho e a durabilidade do material. Dessa forma, o CLC se apresenta como uma inovação relevante no contexto da engenharia civil, promovendo economia de recursos, conforto ambiental e redução de impactos ecológicos.

Palavras-chave: Concreto Leve Celular; Sustentabilidade; Engenharia Civil; Isolamento Térmico; Construção Sustentável.

ENSAIO DE GRANULOMETRIA

Autor(es):
Bernardo Araújo Brito de Barros: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Josenildo Teixeira da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Cleonilto Clemente Xavier Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Yago Gabriel Oliveira de Queiroz Soares: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
José Aquino Carvalho de Paula: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo das propriedades físicas dos solos é fundamental para garantir a segurança, a durabilidade e o desempenho das construções civis. Entre os ensaios mais importantes para caracterizar o comportamento dos solos, destaca-se a Análise Granulométrica por Peneiramento, que permite determinar a distribuição do tamanho das partículas e avaliar a uniformidade e a composição do material. Essa análise fornece informações essenciais para o uso adequado de solos em fundações, concretos, argamassas e pavimentações, assegurando que o material empregado atenda às especificações técnicas e às normas da ABNT NBR 7181. A realização deste ensaio permite compreender como a distribuição granulométrica influencia propriedades como a permeabilidade, a compacidade e a resistência dos solos.

(Metodologia) A amostra utilizada possuía 1009,9 g de areia previamente quarteada para garantir a representatividade do material. O conjunto de peneiras empregado possuía aberturas de 2,00 mm, 1,18 mm, 0,60 mm, 0,425 mm, 0,300 mm, 0,150 mm e 0,075 mm. As peneiras foram empilhadas em ordem decrescente de abertura e submetidas à vibração em mesa agitadora por 15 minutos. Em seguida, o material retido em cada peneira foi pesado em balança de precisão, e com base nas massas obtidas foram calculados os percentuais retidos e passantes acumulados. A partir desses valores, foi elaborada a curva granulométrica em escala semilogarítmica para interpretação dos resultados.

(Resultados) Os resultados demonstraram que o maior percentual de massa retida foi de 25,77% na peneira de 0,300 mm, seguido de 24,99% na peneira de 0,600 mm, indicando predominância de partículas finas a médias. O menor percentual retido foi de 1,46% na peneira de 0,075 mm. O percentual passante acumulado atingiu 93,41%, revelando uma boa uniformidade granulométrica e baixa presença de partículas muito grossas. A curva granulométrica apresentou formato contínuo e regular, característico de areias bem graduadas, o que contribui para uma boa compactação, estabilidade e permeabilidade controlada. Tais características indicam que o solo possui comportamento adequado para utilização como agregado em concretos, argamassas e camadas de base de pavimentação.

(Conclusão) Com base nos resultados obtidos, conclui-se que a amostra de areia analisada apresenta características físicas compatíveis com as exigências das normas técnicas para materiais empregados em obras de engenharia civil. A predominância de partículas entre 0,150 mm e 0,600 mm garante boa trabalhabilidade e desempenho em aplicações que exigem agregados uniformes e limpos. Além de confirmar a qualidade do material, o ensaio de análise granulométrica permitiu aos alunos compreender a importância da caracterização dos solos e sua influência direta no comportamento estrutural das construções. A prática experimental reforçou o aprendizado teórico da disciplina de Mecânica dos Solos e destacou a importância do domínio técnico para o futuro engenheiro civil.

Palavras-chave: Mecânica dos Solos; Análise Granulométrica; Areia; Ensaio de Peneiramento; Engenharia Civil.

MODELAGEM DE PREÇO PARA IMÓVEIS POPULARES USANDO REGRESSÃO LINEAR SIMPLES

Autor(es):
Bernardo Araújo Brito de Barros: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Cleonilto Clemente Xavier Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Yago Gabriel Oliveira de Queiroz Soares: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
José Aquino Carvalho de Paula: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
João Pedro Costa do Nascimento: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo, aprofunda-se na aplicação de conceitos estatísticos essenciais e fundamentais à engenharia de avaliações. O foco principal é estimar o valor de mercado justo de casas de perfil popular na região da Grande Natal. A pesquisa investiga a relação direta entre a área construída (considerada a variável preditora) e o preço de oferta (a variável resposta). O objetivo central é demonstrar como um modelo de Regressão Linear Simples (RLS) pode estabelecer uma linha de base de valor (em R$/m²) para esses imóveis de entrada, um segmento de mercado que frequentemente apresenta dados heterogêneos e dispersos.

(Metodologia) A etapa de coleta de dados foi realizada a partir de portais imobiliários públicos, focando em anúncios de casas populares na Grande Natal. Para otimizar a extração e organização da amostra (pares Preco, ´Area), utilizou-se uma ferramenta de IA (ChatGPT) como assistente de parsing e tabulação. A mesma ferramenta foi usada para auxiliar na definição de um único imóvel-alvo fictício (casa de 120 m²), cujas características foram baseadas na mediana dos anúncios observados. A curadoria final da amostra e a definição do alvo foram validadas pelos autores. A IA atuou estritamente como ferramenta operacional. O modelo RLS foi então ajustado usando a amostra coletada, e a equação resultante foi aplicada para estimar o preço do imóvel-alvo.

(Resultados) Omodelo ajustado apresentou um coeficiente R$2.800/m2, com um coeficiente linear (?) de baixa magnitude, indicando que o preço de partida (sem área) é pequeno, como esperado. O ajuste mostrou-se razoável para fins didáticos, com o preço estimado para o imóvel-alvo (120 m²) situando-se em aproximadamente R$330.000. Este valor mostrou-se coerente com a faixa de preços observada na amostra de anúncios reais para imóveis de padrão e localização semelhantes, validando a estimativa de primeira ordem.

(Conclusão) No segmento popular analisado, um modelo RLS univariado, embora simples, demonstrou ser suficiente para estabelecer uma referência objetiva de preço, cumprindo o propósito pedagógico da disciplina. O uso assistivo de IA para a coleta de dados e definição do alvo mostrou-se um processo transparente e eficiente, otimizando o fluxo de trabalho sem substituir a análise crítica e o julgamento de engenharia dos autores.

Palavras-chave: Regressão linear simples. Mercado popular. Área construída. Avaliação de imóveis. IA assistiva.

VÍDEO SOBRE ETICA

Autor(es):
Yago Gabriel Oliveira de Queiroz Soares: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da ética na atuação do engenheiro civil, contrastando o conteúdo do código de ética profissional com as situações reais enfrentadas no cotidiano da profissão. Busca-se compreender os principais desafios éticos existentes e refletir sobre caminhos possíveis para promover uma prática mais responsável, justa e segura.

(Proposta do roteiro) O projeto propõe uma reflexão crítica sobre a ética na Engenharia Civil, comparando o que é previsto no Código de Ética Profissional do CONFEA/CREA com a realidade vivenciada pelos profissionais. A proposta aborda a importância da ética como base da responsabilidade social do engenheiro e analisa dilemas comuns como concorrência desleal, negligência com a segurança do trabalho, assédio e corrupção. O roteiro busca promover uma discussão sobre como esses problemas afetam a credibilidade da profissão e apresentar caminhos para mudança, como a formação ética contínua, o fortalecimento da fiscalização e a criação de uma cultura de integridade no ambiente profissional e acadêmico. O objetivo é incentivar futuros engenheiros a agir de forma ética e consciente, contribuindo para uma engenharia mais justa e responsável.

(Efeitos esperados) O trabalho visa contribuir para a formação de uma cultura ética coletiva, em que os futuros engenheiros compreendam que suas decisões impactam vidas, patrimônios e o meio ambiente. O projeto pretende transformar a ética de um simples requisito teórico em uma prática cotidiana essencial, consolidando uma nova geração de profissionais que unem competência técnica e responsabilidade moral.

RESUMO ANÁLISE GRANULOMÉTRICA POR PENEIRAMENTO SEGUNDO A NBR 7181:2016

Autor(es):
Raphael Araujo Wanderley: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Sophia Victoria Martins e Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A análise granulométrica é um dos ensaios fundamentais da Mecânica dos Solos, sendo amplamente utilizada em estudos de caracterização física e classificação dos solos. Por meio desse ensaio, é possível determinar a proporção das diferentes frações de partículas que compõem o solo como pedregulho, areia, silte e argila permitindo compreender suas propriedades de permeabilidade, resistência e compactação. O conhecimento da granulometria é indispensável para o desenvolvimento de projetos de fundações, barragens, pavimentos e outras obras de infraestrutura. Este trabalho apresenta a execução do ensaio de peneiramento conforme a norma NBR 7181:2016, cujo propósito é identificar a distribuição granulométrica de uma amostra de solo coletada para fins de estudo laboratorial, visando correlacionar os resultados obtidos com as características físicas e comportamentais do material analisado.

(Metodologia) O ensaio foi conduzido no laboratório de Mecânica dos Solos, seguindo rigorosamente as etapas descritas pela NBR 7181. A amostra foi seca em estufa a 105 °C até atingir massa constante. Em seguida, foi pesada e submetida ao peneiramento com peneiras padronizadas dispostas em ordem decrescente de abertura. O conjunto foi agitado mecanicamente durante 10 minutos, permitindo a separação das partículas conforme o tamanho. Após a agitação, o material retido em cada peneira foi pesado e os dados foram registrados para o cálculo dos percentuais retidos e acumulados. A partir desses resultados, construiu-se a curva granulométrica, que representa graficamente a distribuição das partículas do solo e permite sua classificação de acordo com as normas técnicas vigentes.

(Resultados) Os resultados demonstraram que a maior concentração de partículas ocorreu entre as peneiras de 0,42 mm e 0,15 mm, com 1,41% de material passante na peneira de 0,075 mm. Esses valores caracterizam o solo como areia fina a média, apresentando baixa presença de silte e argila. O solo revelou boa capacidade de drenagem, baixa plasticidade e comportamento típico de materiais granulares. A distribuição granulométrica obtida indica que o material é adequado para uso em camadas de pavimentação, filtros de drenagem e fundações superficiais. Observou-se ainda que a uniformidade dos grãos contribui para uma compactação eficiente e menor suscetibilidade a deformações volumétricas, o que representa uma vantagem para obras de infraestrutura e sistemas de drenagem.

(Conclusão) Conclui-se que o ensaio de análise granulométrica por peneiramento é indispensável para o estudo e classificação dos solos utilizados em obras civis. O solo analisado apresentou predominância de partículas arenosas, enquadrando-se como material de boa permeabilidade e de fácil manuseio em campo. Entretanto, por possuir baixa coesão, exige cuidados em aplicações que envolvam taludes, cortes ou cargas concentradas. O trabalho reforça a importância da correta execução dos ensaios conforme as normas da ABNT e demonstra como o conhecimento laboratorial complementa o aprendizado teórico, permitindo ao futuro engenheiro civil compreender a relação entre as propriedades físicas do solo e seu desempenho em estruturas reais.

Palavras-chave: Solo, Granulometria, Peneiramento, Classificação, Engenharia Civil, Mecânica dos Solos.

REVESTIMENTO SUSTENTÁVEL: CONCRETO ECOLÓGICO E PERMEÁVEL

Autor(es):
Samih Almeida Valério dos Santos : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A busca por soluções sustentáveis na construção civil tem se tornado uma necessidade urgente diante do aumento da urbanização e dos impactos ambientais associados às obras convencionais. Entre as alternativas tecnológicas emergentes, o concreto ecológico ou permeável destaca-se como uma inovação capaz de conciliar resistência estrutural, funcionalidade e responsabilidade ambiental. Esse tipo de material permite a infiltração da água da chuva no solo, reduzindo o escoamento superficial e prevenindo enchentes, além de contribuir para o reabastecimento do lençol freático. O concreto permeável também pode incorporar materiais reciclados, como agregados de demolição, cinzas volantes ou resíduos industriais, reduzindo o consumo de recursos naturais e a geração de resíduos. O uso desse tipo de revestimento é fundamental para o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis, uma vez que promove a drenagem urbana sustentável (DUS), melhora o microclima e minimiza a poluição difusa causada pelo escoamento de águas pluviais. Dessa forma, o concreto ecológico não é apenas um material inovador, mas um importante aliado da engenharia moderna na mitigação dos impactos ambientais urbanos.

(Metodologia) O estudo baseia-se em pesquisas bibliográficas e técnicas em normas da ABNT, artigos científicos e relatórios de sustentabilidade. Foram analisadas as composições do concreto permeável, seus métodos de execução e desempenho em campo. Também foram observados exemplos de aplicações reais, como estacionamentos, calçadas e praças urbanas, que utilizam o concreto ecológico como solução de revestimento e drenagem. A análise considerou critérios de durabilidade, permeabilidade, resistência mecânica e custo-benefício, bem como o potencial de reaproveitamento de resíduos e redução da pegada de carbono na produção do cimento.

(Resultados) Os resultados mostram que o concreto permeável apresenta alta eficiência na drenagem urbana, permitindo a infiltração de até 70% da água da chuva diretamente no solo, evitando acúmulos e enxurradas. Além disso, sua composição pode reduzir em até 30% o uso de cimento Portland, quando substituído parcialmente por materiais reciclados, diminuindo a emissão de CO?. Em termos estéticos e funcionais, o revestimento mantém bom desempenho mecânico e pode ser aplicado em diversas tipologias de obra, especialmente em áreas externas com baixo tráfego, como estacionamentos e calçadas. A adoção dessa tecnologia representa um avanço importante na engenharia verde, combinando funcionalidade, economia e preservação ambiental.

(Conclusão) O uso do concreto ecológico e permeável representa uma mudança de paradigma na construção civil, integrando tecnologia, sustentabilidade e responsabilidade ambiental. Sua aplicação contribui diretamente para o controle do escoamento pluvial, reduz o risco de alagamentos e melhora a recarga hídrica do solo. Além disso, a possibilidade de incorporar resíduos industriais em sua composição reforça o conceito de economia circular, promovendo uma construção mais limpa e eficiente. Conclui-se que o concreto permeável é uma alternativa viável e estratégica para o futuro das cidades sustentáveis, sendo uma ferramenta indispensável para engenheiros e arquitetos comprometidos com a inovação e o equilíbrio ambiental.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Concreto permeável. Construção civil. Revestimento ecológico.

TÉCNICAS DE REFORÇO PARA VIGAS

Autor(es):
Giuliano martins de melo filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
José Roberto Bezerra Barbosa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Iago Davi Solano Borges: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
João Victor Araujo de Miranda: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Jonas Melo Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):
Caroline Galvão Toscano: Docente do UNI-RN

(Introdução) As vigas desempenham um papel fundamental na estabilidade e na integridade estrutural de edifícios e outras estruturas. Ao longo dos anos, esses elementos estruturais podem sofrer redução da sua capacidade resistente em função de vários fatores, que podem ser eles: o aumento das cargas atuantes, processos de corrosão das armaduras, falhas de projeto ou modificações no uso da edificação. Nestes casos, se faz necessário o emprego de técnicas de reforço estrutural, com o objetivo de restabelecer a segurança e aumentar a vida útil da estrutura. A engenharia civil tem apresentado avanços significativos nesse campo, melhorando os métodos tradicionais, que são baseados no uso de concreto e aço, e partindo para soluções mais modernas e eficientes que utilizam materiais compósitos de alto desempenho.

(Metodologia) A pesquisa deste trabalho se baseou em uma revisão da literatura, abrangendo livros, artigos e normas brasileiras relacionadas à reabilitação das estruturas. As referências clássicas sobre patologias e recuperação de estruturas de concreto, assim como estudos recentes sobre o uso de materiais compósitos, fundamentam a discussão e análise crítica das técnicas abordadas. A partir desta pesquisa foi possível descrever e fazer uma análise qualitativa de cada método.

(Resultados) A análise das diferentes técnicas de reforço aplicadas em vigas de concreto armado evidenciou que cada método apresenta características específicas quanto à eficiência estrutural, custo e praticidade de execução. O uso de mantas e lâminas de fibra de carbono mostrou-se altamente eficaz no aumento da resistência à flexão e à fissuração, destacando-se pela leveza e facilidade de aplicação, embora tenha um custo mais elevado em comparação a outros métodos. O reforço com chapas metálicas demonstrou bons resultados no aumento da capacidade resistente e na rigidez das vigas, sendo uma solução tradicional e amplamente utilizada. No entanto, requer cuidados com a corrosão e com o aumento de peso próprio da estrutura. Já o encamisamento com concreto armado adicional apresentou-se como uma alternativa eficiente para vigas com elevados níveis de degradação, proporcionando ganho significativo de resistência e durabilidade, embora demande maior tempo e mão de obra. Os estudos também indicaram que a aderência entre o reforço e o elemento estrutural original é um fator determinante para o sucesso do processo. Intervenções realizadas sem o devido preparo da superfície ou com materiais de baixa qualidade resultaram em desempenho insatisfatório e falhas prematuras. Portanto, a escolha da técnica deve considerar tanto o estado de deterioração da viga quanto as condições de carga, ambiente e viabilidade econômica.

(Conclusão) Com base na pesquisa realizada, conclui-se que as técnicas de reforço estrutural para vigas de concreto armado são fundamentais para a recuperação, adequação e prolongamento da vida útil das estruturas, especialmente em edificações antigas ou submetidas a novas solicitações de carga. Entre as alternativas estudadas, o uso de materiais compósitos, como as fibras de carbono, representa uma solução moderna, eficiente e durável, embora seu custo inicial ainda limite a aplicação em larga escala. É importante destacar que a avaliação prévia do estado da estrutura e a escolha adequada do método de reforço são etapas indispensáveis para garantir resultados seguros e eficazes. A integração entre engenheiros projetistas, executores e inspetores estruturais é essencial para o sucesso da intervenção e para o cumprimento das normas técnicas vigentes. Assim, o estudo reforça que a aplicação de técnicas de reforço em vigas de concreto armado não apenas recupera a capacidade estrutural perdida, mas também assegura a continuidade do uso seguro da edificação, promovendo economia, sustentabilidade e segurança estrutural.

Palavras-chave: Reforço estrutural; Vigas de concreto armado; Aumento de seção transversal; Chapas metálicas; Fibras de Carbono (FRP).

23, 24 e 25 de outubro

25 Comic

UNI-RN: 25 anos de ações inovadoras para o desenvolvimento de Natal

2025

GRADUAÇÃO INFORMÁTICA

Volume 2 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra

UNI-RN

A ANATOMIA DO BURNOUT E O SOBRECARREGAMENTO NO MEIO EMPRESARIAL DE TECNOLOGIA: OS DESAFIOS DE UM DESENVOLVEDOR DURANTE A PRODUÇÃO DE UM PROJETO

Autor(es):
Pedro Lucas Ferreira de Araújo : Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
João Victor Lima de Sousa: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Wendel Spargoli Bernardo da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
José Maria Teixeira da Silva: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Dante Coura Feitosa Lopes: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo busca apresentar os dados de múltiplos estudos realizados acerca da síndrome de Burnout, junto de uma análise aprofundada desta doença no contexto empresarial de tecnologia, com ênfase na realidade dos desenvolvedores de software durante a execução de projetos. A ideia central é abordar a origem e evolução conceitual da síndrome, seus sintomas e causas específicas na área de tecnologia, e discutir os impactos e desafios que estes profissionais enfrentam diariamente. O objetivo primário é conscientizar o espectador sobre a necessidade de políticas e culturas que promovam o bem-estar, prevenindo a sobrecarga e mantendo os trabalhadores saudáveis.

(Proposta do roteiro) A proposta do roteiro traz um formato de vídeo aula, com 3 apresentadores falando sobre tópicos diferentes do assunto. Uma abordagem breve sobre a síndrome de Burnout no setor de tecnologia, iniciando com uma introdução histórica e conceitual, explicando sua origem, evolução médica e classificação pela OMS; além de contextualizar o aumento de casos entre desenvolvedores diante das mudanças no trabalho remoto pós-pandemia. Em seguida, detalha-se as características, sintomas e causas, apoiando-se em pesquisas e estatísticas que evidenciam os impactos da pressão em cima desses profissionais. Por fim, conclui sintetizando os principais achados, discutindo fatores que intensificam o adoecimento e propondo medidas preventivas nas empresas.

(Efeitos esperados) O vídeo é de extrema relevância para a discussão acadêmica e prática sobre saúde mental no ambiente tecnológico, especialmente no pós-pandemia. A produção busca gerar conscientização entre gestores e empresas sobre o impacto da sobrecarga no desempenho e na qualidade de vida dos desenvolvedores.

A ANSIEDADE NO MUNDO DOS EMPRESÁRIOS: DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA A SAÚDE MENTAL

Autor(es):
Carlos Eduardo Sarmento Lopes: Discente do curso de do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O principal objetivo deste vídeo é conscientizar sobre como a ansiedade afeta os empresários e empreendedores. Busca-se compreender as causas do transtorno nesse público, os impactos na vida pessoal e profissional e apresentar estratégias para lidar com o problema de forma saudável, promovendo equilíbrio emocional e produtividade sustentável.

(Proposta do roteiro) O vídeo será dividido em seis partes: Abertura: introdução do tema e sua importância no contexto empresarial. Introdução teórica: explicação sobre o que é a ansiedade e quando ela se torna um transtorno. Relação com empresários: análise das causas da ansiedade entre empreendedores e as situações que agravam o problema. Impactos e consequências: como a ansiedade influencia a saúde, o desempenho e os resultados nos negócios. Soluções: apresentação de práticas e medidas para lidar com o transtorno (exercícios, lazer, psicoterapia, equilíbrio vida-trabalho). Conclusão: reforço da importância da saúde mental como fator essencial para o sucesso profissional e empresarial.

(Efeitos esperados) Espera-se que o vídeo contribua para aumentar a conscientização sobre a importância da saúde mental entre empresários e empreendedores, incentivando hábitos mais saudáveis e a busca por ajuda psicológica. Além disso, o projeto pretende estimular o debate sobre o tema no ambiente acadêmico e profissional, mostrando que cuidar da mente é também cuidar dos resultados do negócio.

A APLICAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE PROJETOS NO PROCESSO DE MODELAGEM DE BANCO DE DADOS RELACIONAIS

Autor(es):
Gabriel Ricco Dantas Cavalcanti: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Caroline Fernandes da Costa : Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Yan Nunes Araujo dos Santos: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Paulo Roberto Lemos dos Santos Machado: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):
José Lucas de Paiva Victor: Docente do UNI-RN
Álisson de Oliveira Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho tem como objetivo analisar a integração entre as estratégias de gestão de projetos, com ênfase no método ágil Scrum, e a modelagem de bancos de dados relacionais. Considera-se que o Scrum constitui, atualmente, uma das metodologias de gestão mais empregadas em projetos de alto desempenho. Busca-se investigar de que maneira essa integração pode contribuir para o planejamento, a execução e o controle eficientes da modelagem de bancos de dados em contextos corporativos. Ademais, o estudo propõe-se a evidenciar como a aplicação do Scrum possibilita um controle aprimorado sobre aspectos essenciais de um projeto, tais como custos, tecnologias envolvidas, prazos e entrega de valor. Pretende-se, por meio desta pesquisa, demonstrar a eficácia decorrente da aplicação conjunta dessas metodologias na condução de projetos organizacionais.

(Metodologia) A metodologia adotada neste estudo é a pesquisa bibliográfica, por meio da qual se busca, em artigos e livros, os conceitos teóricos pertinentes ao tema. Foram utilizados como base de conhecimento em gestão o Guia PMBOK (2021) e o Guia Scrum (2024). Além disso, serão consultados artigos científicos e publicações acadêmicas extraídas de bases como o Google Acadêmico, com o propósito de identificar práticas contemporâneas e estudos de caso que evidenciem a aplicação conjunta das metodologias, como apresentado nos artigos “Desenvolvimento de um banco de dados para catálogo de objetos de valor histórico” (MORAIS; CASTRO, 2024) e “Desenvolvimento ágil de banco de dados” (LORENA; SILVA; MENEZES, 2024). Esses estudos demonstram a relação entre o uso de tecnologias voltadas à modelagem de bancos de dados e a adoção do método Scrum, o qual, ainda que de forma indireta, contribui significativamente para o êxito nas entregas dos projetos. A revisão textual foi realizada por meio do modelo de linguagem GPT-5, da OpenAI, utilizando comando específico de aprimoramento semântico e gramatical.

(Resultados) Com base nos conhecimentos obtidos por meio desta pesquisa, observa-se a maior assertividade na entrega de projetos que fazem uso do método Scrum, uma vez que este permite mapear de forma clara os elementos a serem implementados no banco de dados relacional. Tal abordagem proporciona maior controle sobre o andamento das atividades, previsibilidade de custos e possibilidade de realização de novos ciclos voltados à correção de inconsistências não identificadas nas etapas iniciais do projeto.

(Conclusão) Conclui-se que a pesquisa evidenciou que a integração entre a metodologia ágil Scrum e os processos de modelagem de bancos de dados relacionais constitui uma abordagem promissora para enfrentar os desafios técnicos e organizacionais inerentes a esse tipo de projeto. Essa combinação favorece a eficiência, a flexibilidade e a qualidade das entregas, aspectos fundamentais para o êxito de iniciativas em ambientes corporativos contemporâneos.

Palavras-chave: Scrum, Modelagem de Dados, Banco de Dados Relacional, Gestão de Projetos, Metodologia Ágil.

ANÁLISE PREDITIVA NA TOMADA DE DECISÃO EM PROJETOS: FERRAMENTAS DE IA PARA APOIAR DECISÕES ESTRATÉGICAS DURANTE O CICLO DE VIDA DO PROJETO

Autor(es):
Richardson Coelho da Silva: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Sérgio Dantas De Goes Júnior: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Matheus Augusto Lemos de Sousa: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Fábio Coelho da Silva: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Victor Rodrigues da Silva Fonseca: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):
José Lucas de Paiva Victor: Docente do UNI-RN

(Introdução) A gestão eficaz de projetos depende da capacidade de tomar decisões assertivas ao longo de todo o seu ciclo de vida. Em um cenário cada vez mais orientado por dados, a Inteligência Artificial (IA) tem se consolidado como uma ferramenta estratégica para apoiar a tomada de decisões, especialmente por meio da análise preditiva. Essa técnica utiliza algoritmos de aprendizado de máquina para identificar padrões em dados históricos, permitindo prever possíveis cenários futuros e, assim, antecipar riscos, atrasos e alocação ineficiente de recursos. A presente pesquisa busca compreender como ferramentas de IA podem ser utilizadas para fornecer suporte analítico a gerentes de projetos, aumentando a precisão das decisões e contribuindo para o sucesso dos projetos. O problema de pesquisa que se impõe é: como a análise preditiva baseada em IA pode apoiar decisões estratégicas durante o ciclo de vida de um projeto? A fundamentação teórica deste trabalho está apoiada em autores Carvalho, A. C. P. L. F., & Lorena, A. C. (2020). Aprendizado de Máquina na Prática com Weka: Conceitos e Aplicações. Oficina de Textos.como Kerzner (2017) e Project Management Institute (PMI, 2021), aliados a estudos sobre IA aplicada à gestão, como os de Provost e Fawcett (2013). A pesquisa tem como foco identificar ferramentas e técnicas de análise preditiva que se mostrem eficazes na antecipação de problemas em projetos, fornecendo dados úteis para decisões baseadas em evidências.

(Metodologia) A pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e quantitativa. O método utilizado foi o estudo de caso experimental, por meio da simulação de dados de um projeto genérico (como tempo de execução de tarefas, recursos alocados e atrasos). Foi utilizada a ferramenta Orange Data Mining, que permite a construção de modelos de aprendizado de máquina sem a necessidade de programação. A partir de um conjunto de dados simulados, foram aplicados algoritmos como Regressão Linear e Random Forest, para prever possíveis atrasos e riscos no projeto. As previsões foram comparadas com dados de referência previamente definidos, e analisadas quanto à sua acurácia e utilidade para o gestor. A elaboração deste resumo acadêmico, foi co-criadoutilizando o recurso ChatGPT (modelo GPT-5, OpenAI, 2025). O sistema foi utilizado para auxiliar na pesquisa.

(Resultados) Os modelos preditivos gerados apresentaram resultados satisfatórios, com índice de acurácia acima de 85% (FONTE) na previsão de atrasos em tarefas. A ferramenta mostrou-se eficaz para sugerir possíveis ajustes na alocação de recursos e no cronograma, permitindo ao gerente de projeto visualizar diferentes cenários antes da tomada de decisão. Comparado aos métodos tradicionais, a abordagem com IA reduziu significativamente a incerteza no planejamento. Além disso, foi constatado que a interpretação visual dos dados, facilitada pela ferramenta utilizada, contribuiu para maior compreensão dos padrões de risco.

(Conclusão) A aplicação de análise preditiva com IA na gerência de projetos demonstra potencial significativo para apoiar decisões estratégicas durante todas as fases do projeto. Os resultados obtidos indicam que essas ferramentas não apenas aumentam a previsibilidade, como também fortalecem a capacidade de resposta a possíveis problemas. A pesquisa aponta para a necessidade de maior integração entre práticas de gestão de projetos e tecnologias baseadas em dados, incentivando a capacitação de profissionais na utilização dessas ferramentas. Como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se a aplicação em dados reais de projetos específicos, ampliando a validação dos modelos preditivos desenvolvidos.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Análise preditiva. Gestão de Projetos. Tomada de decisão. Machine Learning.

ANSIEDADE EM PROFISSIONAIS DA TECNOLOGIA E O PAPEL TERAPÊUTICO DOS VIDEOGAMES

Autor(es):
Caue Jose do Nascimento Silva: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Luigi Salvatore de Gregorio: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Arthur Pereira Johnson dos Anjos: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Raul Nicolas de Souza Brito: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Sávio Rafael Marques de Alcântara: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):
Matheus Vitor de Andrade Pedrosa: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Os objetivos deste vídeo informativo são apresentar o conceito de ansiedade e o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), e comentar sobre o estresse nos ambientes de trabalho na área da Tecnologia da Informação (TI), conectando-o com o tema central. Adicionalmente, busca-se discutir o papel terapêutico dos videogames e da gamificação, utilizando o caso da empresa Maruwa para refletir como a área de tecnologia poderia se beneficiar de métodos semelhantes para a melhora do ambiente de trabalho.

(Proposta do roteiro) A proposta consiste em um vídeo informativo, pelo qual os autores explicam o conteúdo com auxílio de imagens ilustrativas e que contém textos explicativos. Primeiramente, foi apresentado o conceito de ansiedade, assim como o transtorno de ansiedade generalizada (TAG). Em seguida, o vídeo comenta sobre o estresse nos ambientes de trabalho na área da Tecnologia da Informação, apresentando dados e como ele se conecta com o assunto. Por fim, foi comentado o caso da empresa Maruwa, refletindo como a área de tecnologia poderia se beneficiar de métodos semelhantes para a melhora do ambiente de trabalho. O vídeo finaliza com uma recapitulação e fechamento do conteúdo apresentado.

(Efeitos esperados) Espera-se que o vídeo contribua para a conscientização sobre os altos níveis de ansiedade e tecnoestresse enfrentados por profissionais de TI, que, segundo estudos, apresentam maiores índices de burnout. Ao apresentar o caso da Maruwa, que utilizou a gamificação e obteve redução de erros e melhora no bem-estar dos trabalhadores, espera-se demonstrar a relevância de abordagens inovadoras, como o uso terapêutico de elementos de videogames, para a promoção da saúde mental no ambiente corporativo de tecnologia.

AVALIAÇÃO EMPÍRICA DA ESTRATÉGIAS DE ENGENHARIA DE PROMPT NA QUALIDADE DAS RESPOSTAS DE MODELOS DE LINGUAGEM

Autor(es):
João Felipe Nóbrega Moura: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):
Matheus Vitor de Andrade Pedrosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A popularização de Modelos de Linguagem de Grande Porte (LLMs), como o ChatGPT, representa uma transformação significativa na forma como se interage com a informação e a tecnologia. Essas ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAG) são amplamente aplicadas em diversos setores, incluindo a educação e o desenvolvimento de software, por sua capacidade de processar e gerar texto com semelhança à escrita humana. A interação ocorre por meio de instruções em linguagem natural (prompts), o que torna a tecnologia acessível, mas expõe um desafio crítico: a qualidade da resposta é diretamente dependente da qualidade do prompt. Prompts mal formulados podem resultar em "alucinações" (informações factualmente incorretas ou descontextualizadas), o que compromete a confiabilidade e a segurança da ferramenta. Diante disso, a engenharia de prompt, prática de otimizar instruções para guiar o comportamento do LLM, emerge como uma disciplina fundamental.

(Metodologia) Foi conduzido um estudo empírico com abordagem mista (quantitativa e qualitativa) para comparar o desempenho dos modelos Gemini 2.5 Pro e GPT-5. O experimento consistiu na aplicação das estratégias de engenharia de prompt Zero-Shot e Few-Shot em tarefas distintas. A primeira tarefa (Zero-Shot) solicitou a geração de código em Java para a classificação de um array de inteiros em ordem decrescente. A segunda tarefa (Few-Shot) demandou a explicação didática do conceito de integral, incluindo um exemplo. A qualidade das respostas foi sistematicamente avaliada por meio de uma rubrica com critérios de Correção Funcional/Acurácia, Completude, Clareza e Qualidade Pedagógica, permitindo uma mensuração objetiva do desempenho de cada estratégia e modelo.

(Resultados) A análise dos dados revelou uma correlação direta entre o nível de detalhamento do prompt e a qualidade da resposta. Na tarefa de geração de código, ambos os modelos produziram soluções funcionalmente corretas, mas com diferenças na qualidade estrutural e clareza do código. A distinção mais notável foi observada na tarefa de explicação de conceito. O modelo Gemini 2.5 Pro não apenas forneceu uma explicação completa e didática, mas também demonstrou um comportamento proativo de "tutor": identificou e corrigiu uma imprecisão na notação matemática do próprio prompt, oferecendo um feedback corretivo não solicitado. O GPT-5, para a mesma tarefa, entregou uma resposta correta, porém menos completa e sem o mesmo valor pedagógico. Estes resultados indicam que estratégias mais elaboradas, como a Few-Shot, são mais eficazes para extrair respostas de alta qualidade, e que certos modelos possuem maior aptidão para tarefas de natureza pedagógica.

(Conclusão) A forma como uma tarefa é solicitada a um LLM é um fator determinante para a qualidade do resultado. A engenharia de prompt é uma competência técnica que permite guiar o comportamento da IA e maximizar seu potencial. O estudo conclui que prompts contextuais, como os da estratégia Few-Shot, geram respostas significativamente superiores em clareza e completude. Os achados reforçam a necessidade do desenvolvimento de um letramento em IA, capacitando os usuários a interagir de forma crítica e eficaz com essas tecnologias para garantir seu uso seguro e produtivo em contextos acadêmicos e profissionais.

Palavras-chave: Engenharia de Prompt, LLMs, Qualidade de Resposta, IA.

IINTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS

Autor(es):
Fabrício Dantas Alves: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Guilherme Melo Cortez Filho: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Yvson Zarif Teixeira de Souza: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Esdras Lucas Sousa Silva: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Mauro Gabriel Maia Santiago: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):
José Lucas de Paiva Victor: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo aborda a aplicação da Inteligência Artificial (IA) no gerenciamento de projetos, analisando como ela pode otimizar processos, apoiar a tomada de decisões e melhorar os resultados. O problema central investigado consiste em compreender como a IA impacta e transforma a gestão de projetos nas organizações. Com base no PMBOK (2021) e em estudos sobre IA generativa, o trabalho analisa aplicações práticas, benefícios, desafios e mudanças nas competências dos profissionais, demonstrando que a IA não é apenas uma inovação, mas uma ferramenta estratégica que pode ser utilizada para aprimorar a gestão moderna de projetos.

(Metodologia) A pesquisa é de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa e quantitativa. Foram consultadas fontes acadêmicas e relatórios técnicos para compreender como a IA tem sido empregada na automação de tarefas, na análise de dados e na previsão de riscos. A seleção priorizou publicações recentes e aplicações reais em empresas que utilizam IA em processos de planejamento, controle e execução de projetos.

(Resultados) Os resultados obtidos a partir da revisão bibliográfica indicam que a IA tem sido aplicada com sucesso em diversas etapas do gerenciamento de projetos. Fridgeirsson et al. (2023) “destacam o uso da IA para estimativas de custo, cronograma e risco baseadas em dados históricos, permitindo ajustes de previsão com maior precisão”. Wang (2023) demonstra o uso de IA em canteiros de obras inteligentes, otimizando recursos, segurança e eficiência operacional”. Planview (2023) “mostra a IA auxiliando no agendamento e monitoramento de projetos em tempo real, através de dashboards inteligentes e análise preditiva. Esses resultados comprovam que a IA não apenas automatiza tarefas, mas também potencializa a tomada de decisão, reduz incertezas e aumenta a eficiência estratégica da gestão de projetos.

(Conclusão) Conclui-se que a Inteligência Artificial é uma ferramenta estratégica essencial para o gerenciamento moderno de projetos, contribuindo para maior eficiência, previsibilidade e automação. Os principais desafios estão relacionados à resistência organizacional e à necessidade de capacitação dos profissionais. Recomenda-se o investimento em treinamento e o desenvolvimento de estudos práticos que explorem a aplicação da IA em diferentes setores, fortalecendo seu impacto positivo na gestão de projetos.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Gerenciamento de Projetos. Automação. Tomada de Decisão. Guia PMBOK 7ª Edição.

INTERNET DAS COISAS (IOT) E CIBERSEGURANÇA: VULNERABILIDADES E DESAFIOS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Autor(es):
Lucas Linhares Medeiros: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Mateus Carvalho Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Cláudia Ferreira Mendonça: Discente do curso de Sistemas de Informação – EAD do UNI-RN
Rozivaldo pinheiro da silva Junior: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Gabriel Vinicius De Melo Castro : Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):
José Lucas de Paiva Victor: Docente do UNI-RN
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Internet das Coisas (IoT) representa um dos pilares da transformação digital contemporânea, ao conectar dispositivos físicos à rede mundial de computadores. Essa tecnologia tem sido amplamente aplicada no Brasil em setores como saúde, agronegócio, indústria e cidades inteligentes, promovendo ganhos em produtividade e eficiência. Contudo, o avanço acelerado da IoT também amplia vulnerabilidades que comprometem a cibersegurança e a privacidade dos usuários. Muitos dispositivos ainda operam sem criptografia adequada, com senhas padrão ou sem atualizações automáticas, tornando-se suscetíveis a ataques e vazamentos de dados. Nesse contexto, o estudo busca compreender as principais fragilidades nos sistemas IoT e identificar estratégias de mitigação capazes de fortalecer a segurança digital no cenário brasileiro.

(Metodologia) A pesquisa é qualitativa e bibliográfica, fundamentada na análise de cinco artigos científicos brasileiros publicados entre 2022 e 2025. As publicações foram selecionadas em bases acadêmicas de acesso público, priorizando estudos recentes sobre vulnerabilidades técnicas, protocolos de comunicação, privacidade e conformidade legal. O material foi analisado de forma comparativa, buscando identificar convergências e divergências teóricas e práticas. Os resultados foram organizados em três eixos: falhas técnicas, riscos de privacidade e estratégias de mitigação, permitindo traçar um panorama atualizado da segurança da IoT no Brasil.

(Resultados) As vulnerabilidades mais frequentes nos sistemas IoT estão ligadas à autenticação inadequada, ausência de criptografia e falhas nos mecanismos de atualização. Muitos dispositivos utilizam protocolos de comunicação inseguros, suscetíveis a ataques de negação de serviço e vazamento de dados. Observou-se também que os riscos envolvem fatores humanos, como a falta de conhecimento de boas práticas de segurança por parte de usuários e desenvolvedores. Outro ponto crítico é o descumprimento de normas legais referentes à coleta e ao tratamento de dados pessoais, ampliando o risco de violações de privacidade. Esses resultados evidenciam a necessidade de integrar tecnologia e governança, com a adoção de padrões técnicos, certificações e políticas públicas voltadas à segurança digital.

(Conclusão) A expansão da IoT no Brasil ocorre em meio a desafios de segurança e privacidade. As vulnerabilidades técnicas, aliadas à ausência de regulamentações específicas e à baixa conscientização dos usuários, comprometem a confiabilidade dos sistemas conectados. Para mitigar esses riscos, é essencial adotar políticas públicas voltadas à certificação de dispositivos, aplicar práticas de security by design, utilizar protocolos seguros e fortalecer a fiscalização das normas de proteção de dados. Além disso, é necessário promover programas de capacitação e campanhas de conscientização para orientar desenvolvedores, empresas e usuários. A integração entre tecnologia, legislação e educação é fundamental para construir um ecossistema de IoT mais seguro, ético e confiável no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Internet das Coisas. Cibersegurança. Vulnerabilidades. Brasil

O EFEITO DO BURNOUT NA SAÚDE MENTAL E DESEMPENHO DE PROFISSIONAIS DE VENDAS

Autor(es):
Allana Pereira Jales: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Rullyano Azrael Freitas Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Joaquim Martins Lopes BIsneto: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Gustavo Cardoso Guedes: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo tem como objetivo analisar o impacto da Síndrome de Burnout na saúde mental e no desempenho de profissionais da área de vendas, destacando os fatores organizacionais e emocionais que contribuem para o surgimento da síndrome. Pretende-se promover uma reflexão sobre como a pressão por metas e a cultura de produtividade excessiva afetam o bem-estar psicológico e a eficiência dos trabalhadores.

(Proposta do roteiro) Apresentado em formato de podcast dividido em quatro pautas, o vídeo inicia com uma introdução conceitual sobre o Burnout e sua relevância no contexto ocupacional. Em seguida, traz relatos reais de profissionais que vivenciaram o esgotamento emocional, conectando teoria e experiência prática. Na sequência, aborda os impactos organizacionais, como queda de produtividade, absenteísmo e deterioração do clima de trabalho. Por fim, discute alternativas e estratégias de prevenção, com base em orientações do SEBRAE e em modelos de gestão humanizada que valorizam o equilíbrio entre desempenho e qualidade de vida.

(Efeitos esperados) Espera-se que o vídeo desperte a conscientização sobre a importância da saúde mental nas organizações e estimule líderes e profissionais de vendas a repensarem práticas e culturas corporativas voltadas apenas para resultados. A produção busca promover um debate acadêmico e social sobre a necessidade de ambientes de trabalho mais colaborativos, saudáveis e sustentáveis, alinhados à responsabilidade social e à valorização humana

O IMPACTO DA DEPRESSÃO E O BURNOUT AOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Autor(es):
Murilo Matias Da Costa Pereira: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):
José Lucas de Paiva Victor: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo deste trabalho é conscientizar sobre como condições como a depressão e o esgotamento profissional (burnout) impactam os profissionais da área de Tecnologia da Informação, de forma prática e dinâmica, de modo a manter o público (ouvinte ou telespectador) verdadeiramente imerso na discussão, e conscientizar sobre resoluções ou atitudes a serem tomadas para evitar chegar em tais condições

(Proposta do roteiro) A proposta inclui apresentar o conhecimento de maneira interativa, utilizando recursos visuais e edição de vídeo para garantir que tanto a atenção quanto a mensagem central sejam transmitidas com clareza e eficácia. Serão explorados os impactos no dia a dia desses profissionais: desde mudanças no rendimento, falta de motivação, deterioração da saúde física e mental, e na qualidade de vida.

(Efeitos esperados) Por fim, o vídeo convidará à reflexão sobre a saúde mental no setor, incentivando gestores e profissionais a adotarem estratégias de prevenção e cuidado coletivo, ressaltando que essa não é apenas uma questão individual, mas organizacional e sistêmica.

O SCRUM NO DIA A DIA DOS TRABALHADORES: ENTENDENDO A METODOLOGIA ÁGIL E SUAS APLICAÇÕES PRÁTICAS

Autor(es):
Luiz Augusto Carvalho Palla: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Guilherme Melo de Brito dos Santos: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Rafael Alves Rodrigues: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Edmundo de Macedo Pinheiro Cabral: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):
José Lucas de Paiva Victor: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Scrum é uma metodologia ágil de gestão de projetos que auxilia equipes a estruturar e gerenciar o trabalho com base em valores, princípios e práticas. Originado do rugby, o Scrum incentiva o aprendizado contínuo e a reflexão sobre sucessos e falhas. Embora mais comum em equipes de desenvolvimento de software, seus princípios podem ser aplicados em qualquer contexto de trabalho colaborativo. A metodologia é composta por papéis, eventos e artefatos que organizam e otimizam a execução das atividades. Este estudo apresenta a estrutura tradicional do Scrum, com base no Guia do Scrum e em experiências relatadas por especialistas, além de explorar formas de adaptação da metodologia às diferentes realidades organizacionais. O problema de pesquisa busca compreender como o Scrum pode ser aplicado no ambiente profissional, promovendo melhor comunicação, eficiência e qualidade no desenvolvimento de projetos.

(Metodologia) A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e descritiva, com o intuito de compreender a aplicação do Scrum no ambiente profissional. Foram analisados documentos e fontes bibliográficas, especialmente o Guia do Scrum e artigos sobre gestão ágil e práticas corporativas. Os procedimentos metodológicos incluíram o levantamento bibliográfico, com consulta a materiais teóricos sobre papéis, eventos e artefatos; a análise documental, baseada em publicações especializadas e estudos de caso; e a análise descritiva, que buscou relacionar os conceitos teóricos ao impacto prático nas equipes. Não houve coleta de dados com indivíduos. As informações foram obtidas em fontes secundárias, interpretadas de forma crítica para identificar os principais benefícios e limitações da metodologia.

(Resultados) Os resultados demonstraram que o Scrum reduz riscos e defeitos ao permitir a identificação precoce de problemas técnicos e de processo. A transparência dos eventos e artefatos torna gargalos visíveis e facilita a tomada de decisões. A Retrospectiva da Sprint mostrou-se essencial para a melhoria contínua dos processos. A auto-organização e a autonomia das equipes aumentam o engajamento, a motivação e o senso de responsabilidade, resultando em maior produtividade e eficiência. As empresas que aplicam o Scrum de forma madura alcançam melhor integração entre setores e entregas mais consistentes.

(Conclusão) O estudo confirmou que o Scrum é uma metodologia eficaz para otimizar a gestão de projetos, melhorando comunicação, produtividade e qualidade das entregas. Os papéis, eventos e artefatos são fundamentais para estruturar o trabalho e promover resultados positivos. Entretanto, observou-se que a resistência cultural e a adoção superficial da metodologia ainda são desafios. Recomenda-se investir em capacitação e mudança de mentalidade organizacional para fortalecer o mindset ágil. Futuras pesquisas podem avaliar o retorno sobre investimento (ROI) da maturidade Scrum e a aplicação de frameworks de escalabilidade em grandes empresas. Inteligência artificial: Usamos a ferramenta Chat gpt 5, com o objetivo de organizar, melhorar e ajeitar erros de ortografia de nossos textos. prompt: “chat gpt, melhore o nosso texto e ajeite qualquer erro de ortografia” o resultado que tivemos foi um texto mais organizado e com erros de gramatica corrigido para melhor entrega de nosso projeto.

Palavras-chave: Scrum. Metodologia ágil. Gestão de projetos. Produtividade. Trabalho em equipe.

OS EFEITOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA?

Autor(es):
Carlos Eduardo Sarmento Lopes: Discente do curso de do UNI-RN

Orientador(es):
José Lucas de Paiva Victor: Docente do UNI-RN

(Introdução) A inteligência artificial (IA) está transformando diversos setores da sociedade, e a educação se destaca entre os mais impactados. Ferramentas baseadas em IA, como tutores inteligentes, algoritmos de recomendação e plataformas de gestão automatizada, permitem personalizar o ensino, adaptar conteúdos e otimizar o trabalho dos educadores. No entanto, o uso dessas tecnologias suscita dilemas éticos e práticos, como privacidade de dados, desumanização do ensino e redefinição do papel docente. Diante disso, este estudo busca analisar os efeitos da IA na educação, destacando seus benefícios e desafios. Pretende-se demonstrar de que forma a IA pode contribuir para aprimorar o processo educacional, desde que seja aplicada de forma ética, responsável e voltada à inclusão.

(Metodologia) A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão sistemática da literatura acerca do uso da inteligência artificial na educação, realizada entre março e abril de 2024. Foram consultadas bases de dados acadêmicas amplamente reconhecidas, como Scielo, Google Scholar e IEEE Xplore, com seleção de artigos publicados entre 2018 e 2024. Os materiais analisados incluíram estudos empíricos, revisões teóricas e relatórios institucionais. A técnica de análise de conteúdo foi utilizada para organizar as informações em categorias temáticas, permitindo identificar padrões, avanços e lacunas nas discussões sobre a aplicação da IA no contexto educacional.

(Resultados) Os resultados indicam que a IA oferece inúmeras possibilidades de inovação, especialmente na personalização em larga escala, na automação de tarefas administrativas e na geração de relatórios de desempenho mais precisos. Entretanto, também foram observados desafios significativos, como a tendência de reprodução de desigualdades sociais pelos algoritmos, riscos à privacidade e segurança dos dados escolares e a necessidade de formação continuada dos professores para lidar com essas ferramentas. A pesquisa aponta que o uso da IA deve ser acompanhado por políticas públicas claras e regulamentações que assegurem transparência, equidade e responsabilidade no seu uso.

(Conclusão) Conclui-se que a inteligência artificial possui grande potencial para transformar positivamente a educação, desde que sua implementação seja guiada por princípios éticos, políticas de proteção de dados e formação adequada dos profissionais da área. Pesquisas futuras devem aprofundar o debate sobre práticas pedagógicas mediadas por IA e estratégias de inclusão digital. Assim, a tecnologia pode contribuir efetivamente para uma educação mais inovadora, justa e acessível para todos.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Educação. Personalização. Ética. Privacidade.

OS EFEITOS POSITIVOS DOS VIDEOGAMES NO BEM-ESTAR MENTAL E NAS FUNÇÕES COGNITIVAS

Autor(es):
Caue Jose do Nascimento Silva: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Luigi Salvatore de Gregorio: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Arthur Pereira Johnson dos Anjos: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Raul Nicolas de Souza Brito: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Sávio Rafael Marques de Alcântara: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):
Matheus Vitor de Andrade Pedrosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nas últimas décadas, os videogames deixaram de ser apenas um passatempo e têm se tornado cada vez mais presentes na vida de pessoas de diversas gerações. Embora seu uso excessivo possa ser bastante prejudicial, em nível moderado, os jogos eletrônicos já se mostraram eficazes em tratamentos contra a ansiedade e até mesmo a incidência de demência. Ainda assim, são necessários mais dados para compreender de forma mais precisa como e para quem esses benefícios ocorrem. Todavia, nos últimos anos, alguns estudos têm trazido abordagens que comprovam seus benefícios cognitivos, emocionais e sociais, quando usados de forma moderada.

(Metodologia) Esse estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Foram buscados artigos nas bases Google Acadêmico, PubMed, JMIR e JAMA Network, utilizando os descritores “videogames”, “jogos eletrônicos”, “saúde mental” e “cognição”. Foram incluídos seis artigos publicados entre 2016 e 2025, selecionados com base em relevância científica e na disponibilidade de resultados quantitativos ou qualitativos que evidenciam relação entre videogames e bem-estar mental ou funções cognitivas.

(Resultados) O uso de videogames em ambientes hospitalares pode reduzir dor e ansiedade, além de aumentar o engajamento de pacientes no tratamento. Jogos simples, como Tetris, auxiliam na prevenção de memórias traumáticas. Além disso, estudos longitudinais encontraram menor risco de demência entre adultos que jogam videogames com frequência. Um estudo realizado durante a quarentena na China demonstrou que jogar videogames estava ligado à redução da ansiedade em estudantes. Jogos com modo multijogador online mostraram ser mais eficazes na diminuição de sintomas de ansiedade e depressão. Conjuntamente, jogar coletivamente com amigos e familiares apresentou impactos positivos na saúde mental, servindo como uma maneira alternativa de manter conexão com pessoas próximas e aliviar estresses relacionados ao isolamento social. Os efeitos dos jogos variam entre gêneros. Os jogos de estratégia podem melhorar o desempenho em idosos, enquanto os de ação focam na coordenação olho-mão e podem aumentar a capacidade do cérebro de alocar recursos relacionados à atenção com maior flexibilidade. Jogos híbridos podem promover reorganização funcional no cérebro. Apesar dos benefícios dos videogames, o uso excessivo está associado a níveis elevados de depressão e ansiedade, sendo necessário monitorar indivíduos suscetíveis à dependência. A função cognitiva refere-se à habilidade do cérebro humano de guardar e processar informação. Em uma revisão sistemática de 14 estudos de ressonância magnética funcional (fMRI), foram incluídas amostras de indivíduos saudáveis de diferentes faixas etárias, comparando jogadores habituais de videogame com não jogadores ou utilizando desenhos pré e pós-intervenção. Os resultados apresentaram melhorias significativas em atenção, memória de trabalho, funções executivas e habilidades visuoespaciais, além de mudanças de ativação em áreas específicas do cérebro, como alterações no lobo frontal, parietal, temporal, hipocampo, estriado e cerebelo.

(Conclusão) Os artigos revisados apontam que os videogames têm potencial para promover o bem estar emocional e estimular funções cognitivas. O uso terapêutico de jogos auxilia na adesão ao tratamento e na redução de sintomas de ansiedade e memórias traumáticas. As evidências sugerem que jogos eletrônicos auxiliam na atenção, memória e raciocínio lógico, trazendo mudanças estruturais e funcionais no cérebro, sugerindo que jogos podem ser um fator protetor contra o declínio cognitivo.

Palavras-chave: Videogames, Jogos eletrônicos, Funções cognitivas, Neurociência

SAÚDE NO TRABALHO E TRANSTORNOS MENTAIS

Autor(es):
Alexandre Santos de Azevedo: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Alexandre Santos de Azevedo Junior: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Conceituar Depressão, apresentar suas causas e em que aitividades profissionais há maior incidência; Mostrar as razões pelas quais Professores ficam expostos a fatores que acabam levando ao surgimento de casos de depressão; Sugerir meios de apoio, prevenção e tratamento de casos de depressão.

(Proposta do roteiro) O vídeo será em formato de PODCAST, do Canal “Psocilogia no dia a dia”, onde o entrevistador, Alex, recebe o Psicólogo Alexandre Santos, para tratar do tema “Depressão em Atividades Profissionais”, com o seguinte roteiro: Introdução – Alex pergunta ao psicólogo o que seria a depressão e suas possíveis causas. Em seguida, após resposta, pergunta se existem profissões mais propensas ao desenvolvimento dessa doença e pede um exemplo. Desenvolvimento – Em seguida, Alex pergunta quais são os motivos para os professores terem essa alta taxa de desenvolvimento, Alexandre responde citando vários tipos problemas que a profissão de professor está sujeita a passar no dia a dia. Alex compreende os motivos citados e dá um exemplo real que aconteceu em sua época de colégio, sobre um episodio onde a professora de matemática sofreu agressão verbal. Alexandre confirma a situação contada por Alex e fala que situações como essa acontecem corriqueiramente. Conclusão – Alex explica quais são as possíveis medidas de prevenção e acompanhamento de casos de depressão. Alexandre agradece a presença e ambos se despedem.

(Efeitos esperados) Espera-se que após visualização do vídeo, as pessoas compreendam um pouco melhor o conceito e as causas da Depressão, como doença, identifique em que atividades há maior incidência de casos de depressão e, particularmente aos professores, o que leva a altas incidência de Depressão nesta classe. Além disso, qual a melhor forma de dar apoio e suporte a pessoas que sofrem com a depressão e de que forma o grupo de apoio, amigos, familiares etc. podem contribuir com o tratamento.

SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Autor(es):
João Felipe Nóbrega Moura: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo central do vídeo é analisar a Síndrome de Burnout como um fenômeno ocupacional crítico no setor de Tecnologia da Informação. A ideia é desmistificar o esgotamento profissional, demonstrando que ele não é uma falha individual, mas um sintoma de culturas organizacionais que priorizam a produtividade em detrimento do bem-estar. O roteiro busca conscientizar sobre as causas, os sintomas e, principalmente, as soluções compartilhadas entre empresas e profissionais para a criação de um ambiente de trabalho mais sustentável.

(Proposta do roteiro) O vídeo inicia contextualizando a realidade de alta pressão do profissional de TI, marcada pela hiperconectividade e pela necessidade de atualização constante. Em seguida, define a Síndrome de Burnout e suas três dimensões (Exaustão Emocional, Despersonalização e Baixa Realização), utilizando dados estatísticos para ilustrar a alta incidência de estresse e sobrecarga no setor. A narrativa avança para discutir a causa raiz do problema, argumentando que a responsabilidade é sistêmica. Por fim, o roteiro apresenta uma solução de via dupla: de um lado, a responsabilidade das empresas em criar culturas mais humanas; do outro, a importância do profissional desenvolver a autogestão e a inteligência emocional. O vídeo conclui com uma chamada à ação para a reinvenção de um futuro de trabalho mais saudável.

(Efeitos esperados) A relevância deste vídeo está em sua capacidade de gerar conscientização sobre a saúde mental em um dos setores mais estratégicos e exigentes da atualidade. Ao abordar o Burnout como uma questão de responsabilidade social, espera-se provocar uma reflexão em estudantes, profissionais e, especialmente, em futuros líderes sobre a importância de construir ambientes de trabalho que sejam inovadores e, ao mesmo tempo, humanos. O efeito esperado é empoderar a audiência com o conhecimento necessário para identificar os sinais do esgotamento, incentivando a busca por ajuda e a promoção de mudanças culturais nas organizações, contribuindo assim para o bem-estar da comunidade acadêmica e profissional.

SÍNDROME DE BURNOUT ENTRE PROFESSORES: CONDIÇÕESDE DE TRABALHO, IMPACTOS E O EFEITO DA RECENTE CONQUISTA PREVIDENCIÁRIA DO SINPRO NO STF

Autor(es):
Cláudia Ferreira Mendonça: Discente do curso de Sistemas de Informação – EAD do UNI-RN
Rozivaldo pinheiro da silva Junior: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Gabriel Vinicius De Melo Castro : Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Apresentar e discutir a Síndrome de Burnout entre professores, evidenciando suas causas, consequências e impactos na vida profissional e pessoal dos educadores, além de analisar o alcance da decisão do STF sobre aposentadoria especial como medida de reconhecimento e proteção à categoria. O vídeo busca sensibilizar o público para a valorização docente e estimular ações e políticas voltadas à promoção da saúde mental e melhores condições de trabalho na educação.

(Proposta do roteiro) Proposta de roteiro 1. Abertura – Exibição de vinheta com título e música suave. Apresentação breve dos autores e do tema: Hoje vamos falar sobre a Síndrome de Burnout entre professores e a recente decisão do STF sobre aposentadoria da categoria. 2. Contextualização – Explicação do que é a Síndrome de Burnout. Destaque para fatores que favorecem o esgotamento: excesso de trabalho, baixa valorização, pressão institucional e falta de apoio emocional. Inserção de dados ou exemplos reais breves. 3. Impactos – Comentários sobre os efeitos do Burnout na saúde mental e física dos docentes. Relação com a qualidade do ensino e o ambiente escolar. Depoimento ou fala reflexiva de um professor (opcional). 4. Discussão da decisão do STF – Explicação simples da decisão que reduz a idade de aposentadoria dos professores (ação do Sinpro). Análise crítica: importância do reconhecimento, mas limitação da medida diante da falta de políticas preventivas. 5. Encerramento – Reflexão final: a valorização do professor começa com o cuidado com sua saúde mental. Mensagem positiva e chamada à conscientização. Créditos e agradecimentos. Duração do vídeo: 5 minutos.

(Efeitos esperados) O espectador deve compreender de forma clara e empática a gravidade da – Síndrome de Burnout entre professores, reconhecendo seus impactos pessoais e sociais. Espera-se gerar “consciência crítica” sobre as condições de trabalho docente, promover “reflexão sobre políticas de valorização e saúde mental” e destacar a “importância da decisão do STF – como um avanço, mas não solução completa. O vídeo deve inspirar – respeito, empatia e engajamento na defesa do bem-estar dos educadores.

SÍNDROME DE BURNOUT ENTRE PROGRAMADORES

Autor(es):
Lucas Viana de Carvalho Lima: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Flávio Alyson Machado Almeida: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Elias Ciole de Gois: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Jessica Vitoria Figueiredo Fernandes: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
João Victor Germano Silva de Souza: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Este roteiro tem como principal objetivo chamar a atenção para a Síndrome de Burnout entre os profissionais da área de tecnologia, especialmente os programadores. A intenção é mostrar como o estresse constante e as altas cobranças do trabalho podem afetar a saúde mental e física, comprometendo o bem-estar e a produtividade. Além de informar sobre as causas e os sintomas do Burnout, o roteiro também busca estimular a reflexão sobre a importância do equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, incentivando práticas de cuidado e prevenção no dia a dia de quem trabalha com tecnologia.

(Proposta do roteiro) O roteiro foi pensado para informar, mas também para fazer o público refletir sobre o tema. Introdução: começa explicando o que é a Síndrome de Burnout, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, e quais são suas principais características. Conexão com a profissão: mostra como o ritmo acelerado, as longas horas em frente ao computador e a pressão por resultados afetam diretamente a rotina dos programadores. Sintomas e dados: apresenta os sinais mais comuns “como cansaço extremo, ansiedade e insônia” e traz dados reais sobre a incidência do problema. Um depoimento pessoal ajuda a tornar o assunto mais humano e próximo da realidade. Soluções e prevenção: traz sugestões práticas, como pausas durante o expediente, políticas de bem-estar nas empresas, apoio psicológico e a valorização do descanso. Conclusão: encerra com uma mensagem de conscientização, reforçando que cuidar da saúde mental não é sinal de fraqueza, mas de sabedoria e amor-próprio

(Efeitos esperados) Com este roteiro, espera-se aumentar a conscientização sobre o impacto do Burnout na vida dos programadores e incentivar atitudes mais saudáveis no ambiente de trabalho. A ideia é que as pessoas se reconheçam nas situações apresentadas, reflitam sobre seus próprios limites e percebam a importância de buscar ajuda quando necessário. Também se espera que as empresas adotem medidas de apoio à saúde mental, criando espaços de diálogo e práticas que promovam equilíbrio e qualidade de vida. No fim, o maior efeito esperado é inspirar uma mudança de cultura – em que produtividade e bem-estar caminhem juntos, e em que cuidar de si seja visto como parte essencial da trajetória profissional e pessoal.

SÍNDROME DE BURNOUT: OS VERDADEIROS CATALISADORES DA EXAUSTÃO NO RAMO DA TECNOLOGIA

Autor(es):
Fábian Emily da Silva Ferreira: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Solanier Barreto Costa Filho: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Luís Henrique Martins Rocha : Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo é evidenciar a situação em que os profissionais de TI se encontram em relação à saúde mental, frequentemente negligenciada no ambiente de trabalho. Além de analisar possíveis soluções para o enfrentamento dessa problemática.

(Proposta do roteiro) Este trabalho investiga a Síndrome de Burnout (SB) em quem trabalha na área de tecnologia da informação (TI), com o objetivo de entender as causas, as consequências e o que pode ser feito para resolver a problemática. A pesquisa é bibliográfica, e analisa a ligação perigosa entre a sobrecarga de trabalho, competitividade prejudicial, insegurança em ambiente organizacional e saúde mental. O que encontramos mostra que os profissionais de TI estão no centro do problema do Burnout, com sinais fortes de cansaço extremo, nervosismo e a sensação de que o esforço não vale a pena. Além do que acontece com cada um, a síndrome atrapalha as empresas, aumentando as faltas e saída de funcionários. Investimento em um ambiente de trabalho seguro, em uma gestão que enxerga o lado humano e na busca pelo equilíbrio entre a vida pessoal e o emprego é um início para superar o obstáculo.

(Efeitos esperados) Diante disso, intervenções focadas apenas no indivíduo mostram-se insuficientes. Soluções efetivas exigem mudanças estruturais, incluindo a reformulação de processos de trabalho e o oferecimento de suporte institucional. Por fim, destaca-se como lacuna a carência de estudos longitudinais que avaliem a eficácia dessas intervenções no setor de TI em longo prazo.

SOFT SKILLS COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NO SEGMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Autor(es):

Ana Luísa Araújo Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

José Lucas de Paiva Victor: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho aborda a imprescindibilidade das soft skills (habilidades comportamentais) na ótica de atuação dos profissionais no mercado de sistemas de informação. Trazendo uma melhor definição do que se entende por habilidades comportamentais e suas consequências no âmbito da vivência social no ambiente de trabalho em um contexto de tecnologia. A problemática da pesquisa reside no entendimento de que a falta do domínio das habilidades interpessoais é um vetor crítico de insucesso no desenvolvimento profissional, acentuando o baixo rendimento na produção, insatisfação dos colaboradores e insucesso no desenvolvimento profissional.

(Metodologia) A fim de garantir maior assertividade neste trabalho, foi empregada a utilização da pesquisa bibliográfica por meio de artigos e trabalhos publicados nos últimos 5 anos, uma vez que foi necessário apresentar a descrição das habilidades comportamentais e descobrir a relação de causa e efeito que existe entre os soft skills e sua conexão com o mercado de trabalho.

(Resultados) Á frente dos fatos analisados verificou-se a relevância das habilidades comportamentais na medida que elas conduzem a maior parte dos processos de interação no âmbito dos sistemas da informação, seja no núcleo de liderança, seja no cerne dos cargos mais operacionais.

(Conclusão) Por fim, cabe destacar que a aplicação das soft skills na situação comportamental é extremamente decisiva na transição e progressão em qualquer carreira, em específico no meio de sistemas de informação, seja na reinvenção profissional ou seja no aprimoramento de habilidades para nova função.

Palavras-chave: soft skills, habilidades, comportamentais, comunicação, sistemas de informação.

TECNOLOGIA E PSICOLOGIA: RELAÇÃO ENTRE O TAG E A ÁREA DE TI

Autor(es):
Guilherme Dionizio de Lima: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
José Roberto Câmara Sobral Filho: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Luiz Gustavo Santos Neves: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN
Danilo da Silva Lima : Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN
José Lucas de Paiva Victor: Docente do UNI-RN
Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo central do vídeo é abordar a alta incidência do Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) entre os profissionais de Tecnologia da Informação (TI). O vídeo busca demonstrar a forte relação entre as condições de trabalho do setor e a “crescente crise de saúde mental”, analisando como fatores de risco específicos da carreira prejudicam o bem-estar dos desenvolvedores.

(Proposta do roteiro) O vídeo segue o formato de seminário/aula, apresentado em dupla. A proposta de roteiro inicia com Guilherme contextualizando o problema. Em seguida, Danilo define o TAG, caracterizado pela preocupação excessiva e crônica, e detalha seus seis principais sintomas (Inquietação, Fatigabilidade, Dificuldade de concentração, Irritabilidade, Tensão muscular, Perturbação do sono). Na sequência, Guilherme conecta o TAG à profissão, listando os fatores de risco da área: Prazos Agressivos, Hiperconectividade, Pressão por Atualização Constante e Carga Cognitiva Elevada. O argumento é reforçado com o dado de 42,5% de burnout no setor. Danilo, então, humaniza os dados narrando um depoimento real e explica a “Síndrome do Impostor”, detalhando o ciclo de auto sabotagem, onde os sintomas do transtorno (fadiga, dificuldade de concentração) são interpretados como prova de incompetência. A conclusão resume os argumentos.

(Efeitos esperados) A relevância do trabalho justifica-se por alertar sobre a crise de saúde mental em um setor fundamental para a inovação. O efeito esperado é gerar uma “reflexão final” sobre a “grande ironia” apontada na pesquisa: um setor criado com o propósito de “conectar o mundo e otimizar a vida humana” está, indiretamente, “desconectando seus próprios criadores do seu bem-estar e de uma vida equilibrada”.

23, 24 e 25 de outubro

25 ConIC

UNI-RN: 25 anos de ações inovadoras para o desenvolvimento de Natal

2025

PÓS-GRADUAÇÃO CONTABILIDADE

Volume 2 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra

UNI-RN

ANSIEDADE NA DOCÊNCIA BRASILEIRA

Autor(es):
Ana Paula Gonçalves Viana: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN Suzyanny Oliveira Arruda Freitas: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):
Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) A ansiedade na docência brasileira, especialmente na educação básica, tornou-se um problema grave de saúde, agravado pela sobrecarga de trabalho, turmas superlotadas e falta de apoio institucional. Esse cenário compromete tanto o bem-estar mental dos professores quanto a qualidade das relações pedagógicas e do ensino. Os efeitos do esgotamento são perceptíveis na perda de motivação, na dificuldade de interação com os alunos e na redução da eficácia das práticas educativas.

(Proposta do roteiro) Esse cenário tem se tornado um problema recorrente entre professores da educação básica no Brasil. Fatores como a sobrecarga de trabalho, a pressão por resultados, a indisciplina em sala de aula, a falta de recursos pedagógicos e a ausência de apoio especializado contribuem significativamente para o desgaste emocional dos docentes. Esse contexto compromete a saúde mental dos professores, afeta negativamente a relação com os alunos e prejudica o processo de ensino e aprendizagem.

(Efeitos esperados) O efeito esperado da abordagem sobre a ansiedade na docência brasileira é a sensibilização da sociedade e dos gestores educacionais quanto à urgência de valorizar a saúde mental dos professores. Ao reconhecer o impacto direto do esgotamento emocional na qualidade do ensino e no desenvolvimento dos alunos, espera-se que sejam implementadas medidas concretas, como a redução da sobrecarga de trabalho, a oferta de apoio psicológico, a presença de profissionais de apoio em sala e a melhoria das condições estruturais nas escolas. Dessa forma, será possível promover um ambiente educacional mais saudável, equilibrado e eficaz para todos os envolvidos.

23, 24 e 25 de outubro

25 Comic

UNI-RN: 25 anos de ações inovadoras para o desenvolvimento de Natal

2025

PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO

Volume 2 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra

UNI-RN

A ADULTIZAÇÃO INFANTIL NAS REDES SOCIAIS: UM DESAFIO ÉTICO, PSICOLÓGICO E JURÍDICO NA ERA DIGITAL

Autor(es):
Analice Abdala Pinheiro Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bruna da Silva Lopes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sophia de Sousa Morales: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN
Gabriela Soares de Menezes Cortes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lissa Freire França: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN

Orientador(es):
Ângelo José Menezes Silvino: Docente do UNI-RN

(Introdução) No ano de 2025, após um posicionamento do influenciador digital, Felca, foi debatido um tema relevante: a adultização infantil. As causas, consequências e propostas de mudança sobre o assunto, abordando a forte influência das redes sociais na aceleração de etapas da vida das crianças, o que afeta aquelas que consomem os conteúdos, quanto as que os produzem. A adultização se manifesta a partir do momento em que se introduz referências da vida adulta na rotina da criança. Isso manifesta-se em roupas, falas, namoro precoce, músicas, rotinas não compatíveis com a idade, consumo de conteúdo de influenciadores mirins. Exemplo é o influenciador Hytalo Santos, que foi preso de forma cautelar pela suposta produção e divulgação de material audiovisual sexualizado envolvendo adolescentes. Após crescentes debates, foi sancionada a Lei 15.211, que visa proteger menores dos riscos decorrentes das redes, exigindo verificações etárias, publicidade e a aplicação de experiências compatíveis com a idade dos usuários, com a finalidade de impedir o acesso à conteúdos impróprios. Questiona-se, portanto, a capacidade da legislação de proteger as crianças da exposição aos conteúdos nocivos ao desenvolvimento infantil saudável.

(Metodologia) A pesquisa possui caráter qualitativo e descritivo, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental sobre a adultização infantil nas redes sociais. Foram analisados casos de influenciadores mirins, documentos legais e a Lei nº 15.211/2025, além da percepção pública sobre o tema, com o objetivo de identificar os principais argumentos, preocupações e propostas de mudança debatidos na sociedade. O estudo também considera aspectos relacionados ao tratamento dos dados e às implicações éticas da exposição precoce de crianças no ambiente digital.

(Resultados) Após extensas leituras e análises de documentos legais, perfis nas redes sociais, matérias jornalísticas, comentário popular e depoimentos foram tidos como resultados dessa pesquisa as consequências socioemocionais da adultização, como a sexualização de menores, o desenvolvimento de relações conturbadas baseadas na adultização e os impactos negativos na saúde mental e física desses, além disso como consequências jurídicas foram observadas prisões e novas leis sancionadas, ambas visando a proteção da infância e adolescência, as quais são qualificadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como “sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta”, e precisam da análise crítica sócio-jurídica para garantir essa prioridade e segurança previstas por lei.

(Conclusão) Dessa forma, é nítida as implicações éticas e psicológicas da aceleração de etapas na vida das crianças. A adultização precoce tem raízes devido às influências, que têm vindo menos de ambiente familiar, e mais dos que se dizem influenciadores (que são adultos, ou mesmo crianças adultizadas) das Redes Sociais. De forma positiva, leis foram aprovadas e há maior monitoramento por parte dos pais com os filhos, graças à recente mobilização social na internet. Logo, esse resumo expandido contribui com o debate sobre a conscientização e proteção dos direitos das crianças. Produções acadêmicas sobre esse tema urgem de necessidade, uma sugestão para novas pesquisas é analisar o Mercado Musical e o Público Infantil. Desse modo, é preciso dar voz aos menores, senão os adultos do futuro serão as crianças adultizadas do hoje.

Palavras-chave: Adultização, Redes, ECA, influenciadores

CUMPRIMENTO DE PENA NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O MODELOS OS CRITÉRIOS DE RESSOCIALIZAÇÃO

Autor(es):
Maria Clara de Azevedo Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Júlia De Oliveira Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Heitor de Moura Maia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Vinicius Augusto Cipriano Maniçoba de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) No Brasil, a progressão do regime prisional é um dos pontos mais importantes da execução penal, porque permite que o apenado avance gradualmente para uma situação mais branda, de acordo com o tempo decorrido e seu comportamento dentro do sistema prisional. Esse instituto é previsto na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) e tem como base a ideia de ressocialização e individualização da pena. Já nos Estados Unidos, embora o sistema jurídico seja bem diferente, existem mecanismos parecidos, como o parole e o probation, que também buscam equilibrar punição e reintegração social. A pesquisa parte da necessidade de entender como cada um dos Estados aplicam esse processo e de que forma essas diferenças impactam a efetividade da execução penal.

(Metodologia) O presente estudo adota uma abordagem qualitativa e comparativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental. Serão analisadas legislações, doutrinas, artigos científicos, relatórios oficiais e dados estatísticos sobre o sistema de progressão de pena no Brasil e nos Estados Unidos. A pesquisa será desenvolvida em duas etapas principais: Análise normativa e teórica – Exame das normas jurídicas que regem a execução penal e os critérios de cumprimento de regime em ambos os países, destacando princípios, requisitos legais e fundamentos de ressocialização. Análise comparativa e crítica – Identificação das semelhanças e diferenças entre os sistemas, especialmente quanto à efetividade na reinserção social dos apenados, considerando políticas públicas, índices de reincidência e práticas no sistema penitenciário.

(Resultados) Espera-se que o estudo revele diferenças significativas nos critérios e na efetividade do cumprimento de pena entre o Brasil e os Estados Unidos. No Brasil, o regime prisional, embora previsto como instrumento de ressocialização, enfrenta dificuldades estruturais e institucionais, como superlotação carcerária, escassez de programas de reintegração social e alta taxa de reincidência. Já nos Estados Unidos, espera-se identificar um modelo mais descentralizado e rígido, em que a progressão depende fortemente de políticas estaduais e do comportamento individual do apenado, com maior foco em disciplina e reeducação, ainda que com desafios ligados à seletividade e ao encarceramento em massa.

(Conclusão) Conclui-se que o regime prisional é um instrumento fundamental para a efetivação dos princípios da dignidade humana e da individualização da pena, mas sua eficácia depende da aplicação prática e das condições institucionais de cada país. No contexto brasileiro, embora o sistema jurídico valorize a ressocialização, o resultado ainda é comprometido por problemas estruturais, falta de acompanhamento pós-penal e ausência de políticas públicas eficazes. Já nos Estados Unidos, segundo o IBCCRIM em uma pesquisa realizada pelo professor e mestre Ronny Peterson Nunes dos Santos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o sistema de progressão é mais controlado e condicionado ao comportamento do preso, mas enfrenta críticas quanto à disparidade racial, à privatização de presídios e à reincidência em determinados grupos sociais. Portanto, torna-se evidente que a verdadeira efetividade da progressão de pena requer investimentos em educação, capacitação profissional, acompanhamento psicológico e oportunidades reais de reintegração, de modo que o cumprimento da pena deixe de ser apenas uma medida punitiva e se converta em um processo genuíno de reconstrução social e humana.

Palavras-chave: Cumprimento de pena. Execução penal. Parole. Ressocialização. Direito comparado

O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO E SUAS MULTIFACETAS: UMA ANÁLISE À LUZ DOS ARTIGOS 7º E 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Autor(es):
Ailda Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):
Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O direito ambiental do trabalho revela-se como objeto de tutela jurídica, garantias fundamentais e interligação dos direitos ambientais e trabalhistas no contexto laboral. Nesse sentido, torna-se emergente a confluência entre um direito fundamental ambiental e um direito social influenciado pelo âmbito trabalhista, mas conjuntos em sociedade. Com isso, a problematização do estudo é revelada em detrimento dos desafios e ocasiões atinentes aos direitos fundamentais e suas transversalidades, unindo um meio ambiente equilibrado à redução de eventuais riscos ao trabalhador por meio de normatizações de saúde, higiene e segurança. Ademais, o legislador estabelece nas normas infracitadas que, o cidadão detém o direito ao equilíbrio ecológico e a maior redução possível de riscos para si dentro do ambiente de trabalho, ou seja, entende-se que um direito transversal não se limita a um ordenamento jurídico, mas permeia várias áreas do conhecimento e sua efetividade, por consequência, está diretamente ligada a essa integração.

(Metodologia) Além disso, na indagação científica restou evidente a necessária utilização dos métodos de pesquisa pautados na abordagem de forma dedutiva, a qual traduz-se pela conclusão advinda da lógica dada pela aplicação das regras abordadas. Inclusive, transversalmente induz a interdisciplinaridade das diferentes áreas do direito atreladas aos âmbitos da saúde, social, mental e o bem-estar do indivíduo. Visto que, recorreu-se ao método procedimental de pesquisa dedutiva, a partir das condições em que há a união desses direitos, e por fim, o uso do método de pesquisa exploratório, descritivo e bibliográfico, com aplicabilidades jurisprudenciais, doutrinárias e legislativas acerca do tema, para alcançar a conclusão jurídico-científica em pauta.

(Resultados) Sob a ótica dos resultados da presente pesquisa, conclui-se que o labor do indivíduo oportuniza a necessária e real proteção de seus direitos fundamentais presentes na Constituição, com caráter conjunto e não isolado. Isto garante a tutela e a estabilidade por meio da segurança jurídica e da dignidade da pessoa humana, advindas desses direitos mencionados, especialmente àquele cidadão que exerce atividade laboral. Posto isso, a pesquisa tem como maior objetivo revelar as interações presentes no labor e atrelar a defesa individual e concreta, cumprindo o disposto nos artigos 7º e 225 da Constituição Federal.

(Conclusão) Acerca da linha de estudo descrita, o resumo conclui que deve ser percebida a indispensável qualidade de vida do indivíduo não apenas em um âmbito jurídico, mas sim pela conjugação de vários deles, como especificamente analisado no meio ambiental do trabalho. Outrossim, traz à tona a importância da discussão social acerca do tema, visando preservar e desenvolver a efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana e a evolução social ao priorizar saúde mental e corpórea de forma concomitante.

Palavras-chave: Meio ambiente do trabalho. Direitos Fundamentais. Transversalidade.